

Roberson de Oliveira
Adilson Marques Gennari



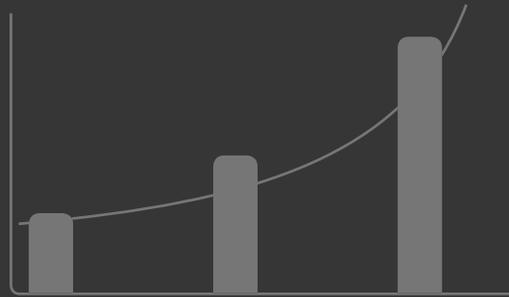
História do pensamento econômico

Roberson de Oliveira
Adilson Marques Gennari



História do pensamento econômico

Roberson de Oliveira
Adilson Marques Gennari



História do pensamento econômico

Av. Marquês de São Vicente, 1697 – CEP: 01139-904
Barra Funda — TEL.: PABX (0XX11) 3613-3000
Fax: (11) 3611-3308 — Televendas: (0XX11) 3613-3344
Fax Vendas: (0XX11) 3268-3268 — São Paulo - SP
Endereço Internet: <http://www.editorasaraiva.com.br>

Filiais:**AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE**

Rua Costa Azevedo, 56 — Centro
Fone/Fax: (0XX92) 3633-4227 / 3633-4782 — Manaus

BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino Dórea, 23 — Brotas
Fone: (0XX71) 3381-5854 / 3381-5895 / 3381-0959 — Salvador

BAURUI/SÃO PAULO

(sala dos professores)
Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 — Centro
Fone: (0XX14) 3234-5643 — 3234-7401 — Baurui

CAMPINAS/SÃO PAULO

(sala dos professores)
Rua Camargo Pimentel, 660 — Jd. Guanabara
Fone: (0XX19) 3243-8004 / 3243-8259 — Campinas

CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomeno Gomes, 670 — Jacarecanga
Fone: (0XX85) 3238-2323 / 3238-1331 — Fortaleza

DISTRITO FEDERAL

SIG Sul Qd. 3 — Bl. B — Loja 97 — Setor Industrial Gráfico
Fone: (0XX61) 3344-2920 / 3344-2951 / 3344-1709 — Brasília

GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 — Setor Aeroporto
Fone: (0XX62) 3225-2882 / 3212-2806 / 3224-3016 — Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 — Centro
Fone: (0XX67) 3382-3682 / 3382-0112 — Campo Grande

MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 — Lagoinha
Fone: (0XX31) 3429-8300 — Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinagés, 186 — Batista Campos
Fone: (0XX91) 3222-9034 / 3224-9038 / 3241-0499 — Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Laurindo, 2895 — Prado Velho
Fone: (0XX41) 3332-4894 — Curitiba

PERNAMBUCO/ ALAGOAS/ PARAÍBA/ R. G. DO NORTE

Rua Corredor do Bispo, 185 — Boa Vista
Fone: (0XX81) 3421-4246 / 3421-4510 — Recife

RIBEIRÃO PRETO/SÃO PAULO

Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro
Fone: (0XX16) 3610-5843 / 3610-8284 — Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel
Fone: (0XX21) 2577-9494 / 2577-8867 / 2577-9565 — Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 — Farrapos
Fone/Fax: (0XX51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567
Porto Alegre

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SÃO PAULO

(sala dos professores)
Av. Bríg. Faria Lima, 6363 — Rio Preto Shopping Center — V. São José
Fone: (0XX17) 227-3819 / 227-0982 / 227-5249 — São José do Rio Preto

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SÃO PAULO

(sala dos professores)
Rua Santa Luzia, 106 — Jd. Santa Madalena
Fone: (0XX12) 3921-0732 — São José dos Campos

SÃO PAULO

Av. Marquês de São Vicente, 1697 — Barra Funda
Fone: PABX (0XX11) 3613-3000 / 3611-3308 — São Paulo

ISBN 978-85-02-07239-8**CIP-BRASIL CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

Gennari, Adilson Marques,
História do pensamento econômico / Adilson Marques
Gennari e Roberson de Oliveira. - São Paulo : Saraiva,
2009.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-02-07239-8

1. Economia - História. I. Oliveira, Roberson de.

II. Título.

08-3202.

CDD: 330.09

CDU: 330(091)

Copyright © Adilson Marques Gennari e Roberson de Oliveira
2009 Editora Saraiva
Todos os direitos reservados.

Diretora editorial: Flávia Helena Dante Alves Bravin

Gerente editorial: Marcio Coelho

Editores: Rita de Cássia da Silva

Ana Maria da Silva

Produção editorial: Viviane Rodrigues Nepomuceno

Juliana Nogueira Luiz

Suporte editorial: Rosana Peroni Fazolari

Produção: Miró Editorial

Arte e Capa: Diego Guerra

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

*Dedico este trabalho para Ana Carolina
e nossa filhinha Amarilis como remissão
ao carinho roubado.*

Adilson

*Para Fernanda Mara, que me acompanhou e
compartilhou as dificuldades de mais um desafio.*

Com amor.

Roberson

Agradecemos...

...aos funcionários da biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP (Campus de Araraquara), pelo apoio na pesquisa.

A Ana e a Viviane, pela paciência e atenção na fase final de produção.

Ao Eduardo, pelo convite que resultou na materialização deste livro.

Uma lembrança especial ao mestre e amigo em comum dos autores deste livro: o Prof. Dr. Carlos Eduardo Ornelas Berriel, cujo trabalho, por vias indiretas, tornou esta obra possível. Trata-se de um dos mais brilhantes intelectuais do nosso tempo, que ensina a pensar sobre a realidade e complexidade da história e do ser social, e não apenas a “comparar abstrações”.

Sobre os autores

Adilson Marques Gennari

Professor do departamento de Economia da UNESP, Campus de Araraquara. Mestre em Economia pela PUC-SP e doutor em Ciências Sociais pelo IFCH/Unicamp. Desenvolveu programa de *Visiting Research Fellow*, na University of Sussex, UK. É autor de *Réquiem ao Capitalismo Nacional*, Cultura Acadêmica/UNESP, e também autor de diversos artigos sobre história econômica brasileira e pensamento econômico.

Contato com o autor:

adilsongennari@editorasaraiva.com.br

Roberson de Oliveira

Doutorando e mestre em história econômica pela FFLCH/USP. Autor dos livros didáticos *As rebeliões regenciais* e *História do Brasil, análise e reflexão*. Colaborador do caderno Fovest do jornal *Folha de São Paulo*. Professor de História na Universidade do Grande ABC (2001/2008) e da Escola Móbile (Ensino Médio).

Contato com o autor:

robersonoliveira@editorasaraiva.com.br

Apresentação

O livro sobre a história do pensamento econômico que apresentamos ao leitor abarca um período extenso da tradição cultural do Ocidente. Parte de textos remotos elaborados pelos gregos nos séculos V e IV a.C. e chega ao debate travado entre as principais escolas de pensamento econômico nos dias atuais.

O caráter abrangente do tema e a sua complexidade obrigaram os autores ao triplo desafio de realizar um esforço de síntese que não comprometesse o rigor da análise e apresentasse o assunto numa linguagem acessível, evitando os excessos do “economês”. Se os autores foram bem-sucedidos na empreitada, acreditamos que esta obra pode ser lida tanto pelo público especializado quanto pelo público em geral, interessado em um conhecimento mais profundo sobre as relações entre as condições históricas e as análises e teorias sobre o que denominamos hoje de vida econômica.

O livro está dividido em três partes e, na medida do possível, as escolas são apresentadas em ordem cronológica.

A primeira parte é composta de uma introdução e três capítulos. O exame das análises “econômicas” inicia-se na Antiguidade Ocidental (Grécia e Roma) e se estende até os pensadores mercantilistas tardios. A abordagem desse período procurou ressaltar que as análises econômicas dos gregos antigos até os mercantilistas sempre estiveram subordinadas a imperativos extra-econômicos de diversas ordens (tais como moral, ética, justiça, religião, política), os quais eram assumidos claramente como os mais relevantes.

A segunda parte é a mais extensa. É composta de 18 capítulos que tratam das principais escolas do pensamento econômico, desde a Escola Clássica, em fins do século XVIII, até a Neoliberal, dominante no final do século XX. No decorrer desses dois séculos, o capitalismo se irradiou e se consolidou como sistema global, e a economia se transformou num ramo autônomo do conhecimento, numa disciplina aparelhada com conceitos e métodos orientados a um objeto de estudo específico.

O pensamento clássico, desde suas primeiras manifestações, teve como escopo a compreensão dos novos fenômenos socioeconômicos e principalmente o entendimento da nova forma de riqueza das nações, o que levou a ciência a uma árdua pesquisa para detectar como as novas relações sociais engendraram o valor. Passado algum tempo, já na segunda metade do século XIX, quando as relações

capitalistas já estavam consolidadas, inclusive seus principais dilemas e contradições, as diferenças de interesses concretos no interior da sociedade reverberaram no surgimento de interpretações divergentes sobre o conceito do valor. A princípio, as objeções negavam as determinações do valor apresentadas pelos clássicos e, num estágio seguinte, passaram a negar a própria relevância do conceito para o desenvolvimento da ciência econômica, criando, assim, condições para o surgimento de diferentes escolas de pensamento econômico.

O século XX demarca um período de grandes transformações com um substancial aumento da velocidade das mudanças econômicas e sociais, o que deu ensejo a novos caminhos e idéias econômicas com o desenvolvimento da Escola Neoclássica e o surgimento da Escola Keynesiana, além de várias vertentes no campo da teoria do crescimento econômico. A tripla crise do final do século XX, representada pelo esgotamento do longo ciclo de prosperidade européia do pós-guerra, pela crise do nacional-desenvolvimentismo na América Latina e também pela crise do Leste Europeu, criou o ambiente propício para a prosperidade e hegemonia de vertentes de matriz liberal. Assim, na segunda parte são estudadas as principais correntes do debate econômico do período.

Na terceira parte são apresentadas as principais tendências do pensamento econômico brasileiro no século XX, agrupadas em quatro escolas: a Desenvolvimentista, a Neoliberal, a Marxista e a Heterodoxa. Como nas duas primeiras partes, foram selecionados os autores mais significativos de cada tendência, aqueles cujas obras são, reconhecidamente, os exemplos mais bem-sucedidos de aplicação de métodos típicos de uma escola ao estudo da realidade econômica brasileira.

A análise dessas obras procurou contemplar três ângulos distintos: primeiro, explicitar como os modelos de análise das principais escolas foram incorporados pelos estudiosos brasileiros e aplicados à realidade local; segundo, explicitar quais foram as contribuições originais que a produção local agregou às formulações originais; e, terceiro, avaliar a contribuição dessas abordagens para a compreensão dos principais problemas econômicos do país e a influência que elas exerceram no curso do nosso desenvolvimento.

Ao oferecer este texto a alunos, professores e ao público em geral, esperamos auxiliar no entendimento do debate econômico travado na esfera internacional e local, tornando esta obra um instrumento verdadeiramente útil para a compreensão e avaliação crítica do mundo em que vivemos.

Sumário

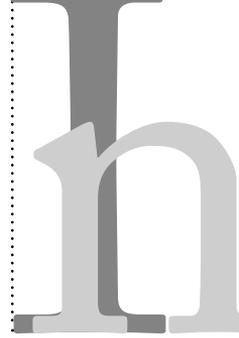
Introdução	1
1. As análises econômicas na Antiguidade.	7
1.1 Xenofonte e <i>Ho oikonomikos</i>	7
1.2 Platão e as considerações sobre a vida econômica	7
1.3 Aristóteles e a economia antiga	8
1.4 Reflexões econômicas entre os romanos antigos (II a.C.-V d.C.).	16
2. A teologia e a análise econômica	21
2.1 Santo Agostinho (354-430)	21
2.2 Santo Tomás de Aquino (1225-1274)	22
2.3 A ética protestante: Martinho Lutero e João Calvino	26
3. O Estado moderno, a análise econômica e o mercantilismo	31
3.1 Formação do Estado moderno e o intervencionismo	31
3.2 O mercantilismo: principais formuladores, aspectos gerais da doutrina e da ação, suas modalidades	32
3.3 Mercantilismo e colonização	43
3.4 Os impasses da doutrina	44
3.5 A produção como origem da riqueza	44
3.6 As idéias de William Petty.	45
3.7 Avaliação crítica do mercantilismo	48
a3. Mercantilismo	53
4. As “leis naturais” da vida econômica: os fisiocratas e Adam Smith.	55
4.1 Os fisiocratas: <i>Tableau économique</i> de François Quesnay	55
4.2 A Escola Clássica: o pensamento de Adam Smith.	58
a4. Fisiocratas	69
5. A Escola Clássica: o pensamento de Thomas Malthus.	71
5.1 A teoria da população	71
5.2 Sobre as leis de amparo aos pobres	73
5.3 A teoria da superprodução	76
6. A Escola Clássica: o pensamento de David Ricardo	79
6.1 A teoria do valor-trabalho	79
6.2 A teoria dos rendimentos decrescentes na agricultura.	83
6.3 A teoria das vantagens comparativas no comércio internacional.	85
7. A Escola Clássica: utilitarismo e utilidade	89
7.1 A teoria da utilidade de Jeremy Bentham	89
7.2 A teoria do valor, da produção e reformas sociais de John Stuart Mill	90
7.3 A lei dos mercados de Jean-Baptiste Say, ou Lei de Say	91
7.4 A teoria da abstinência de Nassau Senior.	93

8. A crítica da economia política clássica	99
8.1 A afirmação do sistema industrial e a economia política clássica . . .	99
8.2 As primeiras lutas de resistência à opressão do sistema industrial . . .	101
8.3 Socialistas utópicos, socialismo francês e inglês.	103
a8. Socialistas franceses.	119
9. A Escola Marxista: Karl Marx	123
9.1 Um fantasma ronda a Europa: a revolução marxista	123
9.2 O pensamento econômico-filosófico.	124
9.3 A teoria do valor-trabalho.	128
9.4 O capital e a mais-valia.	131
9.5 O capital financeiro e a renda da terra	133
9.6 Propriedade fundiária e renda da terra	136
10. A Escola Marginalista	139
10.1 A teoria da utilidade de William Stanley Jevons.	140
10.2 A Escola Austríaca: a contribuição pioneira de Carl Menger	144
10.3 A teoria do equilíbrio geral de Walras	148
11. A Escola Neoclássica	153
11.1 O pensamento de Alfred Marshall (1842-1924).	155
a11. Escola Neoclássica.	167
12. A Escola Neoclássica do Bem-Estar	171
12.1 Vilfredo Pareto e a economia do bem-estar	171
12.2 Arthur Cecil Pigou (1877-1959).	177
12.3 Ludwig Edler von Mises (1881-1973) – o cálculo econômico na economia de mercado e no socialismo.	180
12.4 Oskar Ryszard Lange (1904-1965)	181
a12. Escola Neoclássica do Bem-Estar.	187
13. A Escola Histórica	189
13.1 A crítica do método do pensamento clássico.	189
13.2 Os Estados germânicos pós-Congresso de Viena	191
13.3 O precursor – Friedrich List (1789-1846).	193
13.4 A Escola Histórica Alemã	196
13.5 A sociologia econômica de Werner Sombart (1863-1941) e Max Weber (1864-1920)	198
13.6 A Escola Histórica fora da Alemanha.	202
a13. Escola Histórica	213
14. A Escola Institucionalista Norte-Americana.	221
14.1 Wesley Clair Mitchell (1874-1948)	221
14.2 A nova sociedade capitalista de John Kenneth Galbraith (1908-2006)	229
a14. Escola Institucionalista Americana.	235
15. A Escola Keynesiana	243

15.1 O pensamento original de Keynes: uma revolução no século XX . . .	243
16. Modelos de crescimento e desenvolvimento	251
16.1 Roy Forbes Harrod (1900-1978)	252
16.2 Evsey David Domar (1914-1997)	252
16.3 Robert M. Solow (1924)	254
16.4 William Arthur Lewis (1915-1991)	259
17. Teorias do crescimento e do desenvolvimento.	261
17.1 Ragnar Nurkse (1907-1959).	261
17.2 Theodore W. Schultz (1902-1998)	263
17.3 Joseph Alois Schumpeter (1883-1950)	264
17.4 Simon Smith Kuznets (1901-1985)	270
17.5 Walt Whitman Rostow (1916-2003)	274
17.6 Alexander Gerschenkron (1904-1978)	278
18. Teorias estruturalistas do crescimento e do desenvolvimento	281
18.1 O estruturalismo.	281
18.2 Albert O. Hirschmann (1915)	283
18.3 Raul Prebisch (1901-1986) e a Cepal	287
19. As escolas pós-keynesianas e novas contribuições à ciência no século XX	295
19.1 Concorrência imperfeita de Joan Robinson.	295
19.2 A concorrência monopolista de Edward Chamberlin.	296
19.3 Produção de mercadorias por meio de mercadorias de Sraffa	297
19.4 O tableau de Kalecki	299
20. A escola da Economia Matemática e a teoria dos jogos	305
20.1 Teoria dos jogos e comportamento econômico em John von Neumann (1903-1957)	305
20.2 A teoria dos jogos em John Nash (1928)	307
20.3 As tabelas de insumo-produto de Wassily Leontief (1906-1999)	309
20.4 A contribuição para o modelo IS-LM de John R. Hicks (1904-1989)	312
20.5 A contribuição teórica de Paul Samuelson.	317
21. A Escola Neoliberal.	321
21.1 As idéias precursoras de Friedrich von Hayek	323
21.2 A contribuição da Escola de Chicago de Milton Friedman	326
22. Pensamento econômico brasileiro: Escola Desenvolvimentista	333
22.1 As idéias precursoras de Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948)	334
22.2 As idéias econômicas revolucionárias de Celso Furtado	338
22.3 O desenvolvimentismo conservador de Roberto de Oliveira Campos.	347
22.4 A teoria da substituição de importações de Maria da Conceição Tavares	356

23. Pensamento econômico brasileiro: Escola Neoliberal	363
23.1 As idéias precursoras de Eugênio Gudín (1886-1986)	363
23.2 O primeiro embate teórico: Roberto Simonsen e Eugênio Gudín . . .	369
23.3 A ortodoxia de Octávio Gouvêa de Bulhões	372
a23. Brasil: Escola Neoliberal	377
24. Pensamento econômico brasileiro: Escola Marxista	383
24.1 O sentido da colonização e a história econômica radical de Caio Prado Júnior (1907-1990)	383
24.2 A teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso (1931) e Enzo Faletto (1935-2003)	389
24.3 Os ciclos econômicos e as cooperativas solidárias de Paul Singer	392
24.4 O antivalor e o ornitorrinco de Francisco de Oliveira	394
25. Pensamento econômico brasileiro: Escola Heterodoxa	403
25.1 A teoria da inflação de Ignácio Rangel: entre Marx e Keynes.	403
25.2 Luís Carlos Bresser-Pereira: a tecnoburocracia e a nova estratégia de desenvolvimento	405
25.3 A teoria da inflação inercial de Mário Henrique Simonsen	409
25.4 A inércia inflacionária e a reforma monetária de Pérsio Arida e Lara Resende	411

Introdução



Os fenômenos da economia influenciam de forma decisiva a vida de todos os cidadãos. Política monetária, variações cambiais, nos índices da inflação e nos índices da Bolsa de Valores são temas cotidianos em todo tipo de mídia. Para que possamos nos orientar com segurança nesse universo de informação e nos debates travados em torno de tais assuntos, há a necessidade de nos familiarizar com as teorias econômicas que informam essas discussões. Conhecendo as teorias que orientam a ação dos agentes econômicos, tanto os privados quanto os públicos, é possível traçar ações econômicas e fazer escolhas (inclusive políticas) com mais segurança e, no limite, se antecipar aos movimentos dos agentes econômicos mais influentes, obtendo benefícios ou evitando perdas.

Se desejamos, porém, uma compreensão, ao mesmo tempo, mais profunda e abrangente, é necessário que situemos as teorias econômicas concorrentes (opositoras) num contexto mais amplo, que contemple suas transformações ao longo do tempo, isto é, a sua história. Só pela contextualização das teorias na história do pensamento econômico é que podemos avaliar com propriedade as questões de fundo que estão envolvidas no debate econômico.

Como poderemos observar, as primeiras narrativas e abordagens sobre os componentes do que denominamos hoje de vida econômica foram elaboradas no Ocidente pelos gregos. Entretanto, essa tradição nunca concebeu os aspectos da produção, das trocas, da distribuição, do consumo e da gestão da escassez como um tema relevante em si mesmo. Esses componentes eram significativos como temas de narrativas ou da reflexão filosófica na medida em que eram considerados ramos da ética, da moral ou da política. Essa tradição lançou raízes profundas na cultura do Ocidente e estendeu sua influência pelo menos até meados do século XVIII. Ela pode ser notada, por exemplo, na obra *Breve introdução à filosofia moral*, de 1742, escrita por Francis Hutcheson. No Livro II, *Elementos da lei da natureza*, o autor trata da propriedade, da sucessão, dos contratos, dos valores das mercadorias, da moeda e das leis da guerra. No Livro III, *Os princípios de economia política*, trata da política, aborda o casamento, o divórcio, os deveres dos pais, dos filhos, de

como proceder em relação aos escravos, temas que hoje seriam considerados bizarros num livro de economia. Hutcheson foi professor de Adam Smith, e, apesar de nem sempre isso ser destacado pelos liberais mais ardentes, a maior obra desse dileto aluno, *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, reitera essa tradição, na medida em que a defesa da eficiência do sistema econômico não é considerada uma meta em si mesma, mas um meio, uma condição necessária para a promoção do bem-estar da comunidade e da humanidade em geral.¹ Nesse sentido, Smith pode ser considerado herdeiro de uma longa tradição que remonta a Xenofonte, passa por Platão e encontrou em Aristóteles o formulador mais acabado. Ela continua depois no Ocidente Medieval com os teólogos da Igreja, em especial com a Escolástica e com Santo Tomás de Aquino, que procuraram, a um só tempo, adequar a teologia cristã às transformações econômicas na Baixa Idade Média e subsumir as práticas econômicas à teologia e à moral cristã.

Com a formação dos Estados nacionais, é sob o ponto de vista das necessidades dessas novas modalidades de associação humana e de organização do poder que os processos da produção, das trocas, da distribuição e do consumo serão considerados na análise e nas práticas mercantilistas. O Estado passou então, progressivamente, a ocupar o papel de definidor dos princípios, de regulador (ocupando a função até então desempenhada pela teologia cristã) e, acima de tudo, de principal beneficiário das atividades econômicas com vistas a fortalecer a autoridade das nascentes monarquias absolutistas.

O desenvolvimento ulterior das atividades mercantis e da produção, no decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII, desencadeou inúmeras transformações, entre as quais se destaca a estruturação de uma classe burguesa. Frações desse novo agente social tenderam a se associar à ordem social do Antigo Regime², mas outras passaram a assumir uma postura de oposição às práticas mercantilistas, que subordinavam a acumulação privada às necessidades do fortalecimento do poder do Estado e à manutenção da ordem estamental. Iniciava-se aí uma sutil alteração de registro na história do pensamento econômico, uma vez que a acumulação de riquezas deixava de ser encarada como um meio (no caso em questão, da promoção do poder do Estado) para se tornar um fim. Smith, sensível a esse deslocamento que se operava na análise econômica, enfatizou na sua obra que a acumulação privada era convergente à promoção do bem-estar da comunidade nacional e humana,

¹ SEN, Amantya Kumar. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

² DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

contribuindo, assim, para conferir legitimidade social ao valor supremo da classe emergente de empreendedores, isto é, a busca do lucro.

Além dessas transformações, a afirmação da ciência econômica, tal como a conhecemos hoje, e do seu objeto de estudo sofreu forte influência do modelo estabelecido por Newton no seu monumental *Princípios matemáticos da filosofia natural*, publicado em 1687. Nessa obra, Newton conseguiu equacionar e identificar as leis naturais que regiam complexos fenômenos da natureza, relacionados aos movimentos dos objetos e dos corpos celestes, ao basear-se numa delimitação precisa de conceitos, definições, princípios e um poderoso instrumental de cálculo matemático. A capacidade explicativa do novo método da ciência natural seduziu inúmeros pensadores e passou a exercer influência crescente nos demais ramos do conhecimento. Os resultados dessa influência podem ser notados no pensamento filosófico do Iluminismo e entre aqueles que estudavam os problemas relativos à produção e circulação dos bens econômicos.

Para esses pensadores, o novo e poderoso instrumental teórico era muito oportuno em virtude do conjunto de transformações que vinham ocorrendo na Europa e que colocavam problemas cada vez mais complexos de quantificação, de administração de recursos e de busca de eficiência.

Amparados numa nova metodologia e desafiados por uma série de novos enigmas engendrados pelas transformações da produção e das trocas, esses pensadores deram o primeiro passo no sentido de estruturar o pensamento econômico moderno pela definição de um novo objeto de estudo: a economia política. Segundo algumas evidências, o termo *l'économie politique* foi utilizado pela primeira vez pelos franceses, no início do século XVII, mas com uma ênfase, sobretudo, nos aspectos políticos.³ No final desse mesmo século, já era entendido como o conjunto das atividades relacionadas à produção, circulação, distribuição e consumo dos bens econômicos, isto é, dos bens que são úteis aos homens. Após a publicação de *A riqueza das nações*, o termo adquiriu o sentido de ciência, cujo objetivo era compreender as “leis naturais” da vida econômica e promover a riqueza das nações. O termo continuou sendo usado nesses dois sentidos até meados do século XIX. Nas décadas seguintes, por razões que serão apresentadas mais adiante, ele foi abandonado e substituído pela palavra “economia”. A partir de então, ela passou a ser utilizada no sentido de vida econômica (*economy*, na língua inglesa) e também como sinônimo de uma

³ MONTCHRÉTIEN, Antoine de. *Traité de l'économie politique*, 1615.

teoria que estuda a vida econômica segundo os critérios de cientificidade, isto é, passou a ser utilizada no sentido de ciência (*economics*, na língua inglesa). Esses são os dois sentidos que ela encerra atualmente na língua portuguesa.

Nos anos que se seguiram à Revolução Industrial, tornou-se cada vez mais evidente que a multiplicação da capacidade de produção de riqueza proporcionada pela indústria impulsionava a acumulação privada, mas não resultava em incremento do bem-estar social das classes não-proprietárias. Essa constatação marcou profundamente a evolução do pensamento econômico nas décadas seguintes e influenciou a definição de duas grandes tendências. A primeira, em continuidade com uma tradição mais remota, resgatou a ênfase num tipo de análise em que a organização e a dinâmica da vida econômica deveriam se subordinar a objetivos éticos, morais e políticos, o que implicava algum tipo de intervenção do poder político no processo de produção e distribuição das riquezas. Em outras palavras, enfatizou que as esferas da produção, da comercialização, da distribuição e do consumo deveriam ser subordinadas a valores que lhes eram externos, relacionados basicamente a uma melhor distribuição do bem-estar (utilitarismo, “socialistas” ricardianos, socialistas utópicos, pensamento marxista) e/ou ao esforço industrializante das comunidades nacionais (nacionalismo). No que se refere ao problema do bem-estar social, as propostas oscilaram entre as sugestões de reformas distributivas e as de erradicação do capitalismo por meio da revolução. Já em relação ao esforço industrializante, as propostas passaram a orbitar em torno de variadas formas e graus de intervencionismo estatal na economia, em defesa da indústria nativa.

A segunda tendência, que agrupa os marginalistas, neoclássicos, tendeu a acentuar a convicção de que um conhecimento objetivo, científico, da vida econômica dependia da eliminação dos elos que a análise econômica mantinha com as esferas da moral, da ética, da justiça social e da política, e da formalização dos procedimentos de interpretação através de um instrumental matemático cada vez mais sofisticado. Foi esse movimento o responsável pelo progressivo abandono do termo “economia política” e pelo uso cada vez mais freqüente da palavra “economia” (*economics*), para identificar a disciplina voltada para a compreensão dos fenômenos da vida econômica segundo os critérios de cientificidade reconhecidos pelo *establishment* acadêmico.

O pensamento econômico, a partir daí, vem se alinhando entre esses dois grandes campos: um que enfatiza a necessidade de a análise e as propostas econômicas

estarem subordinadas a valores “extra-econômicos”, como redução da desigualdade, por exemplo, e outro que, em nome da convergência entre eficiência do sistema e promoção do bem-estar, eleva a livre atuação das forças do mercado e a acumulação privada à condição de finalidades supremas da vida econômica.

É importante destacar que as análises e as escolas de pensamento econômico que serão abordadas só podem ser compreendidas adequadamente, primeiro, a partir dos princípios e valores dominantes em seu tempo e no interior do universo cultural do qual faziam parte. Segundo, em função dos problemas colocados no momento histórico em que foram formuladas. Assim, desse ponto de vista, não há sentido em tachar uma análise econômica formulada na Grécia Arcaica de “atrasada” ou “incompleta”, ou atribuir aos mercantilistas uma definição “errada” de riqueza.

Isso não significa que, baseados em critérios precisos, considerando um *momento histórico dado*, um *elenco determinado de problemas* e um *universo cultural comum*, não se torne perfeitamente possível estabelecer uma hierarquia entre as análises e as escolas de pensamento, no que se refere à sua capacidade explicativa de fenômenos da vida econômica. Além disso, não é possível ignorar que os *aspectos ideológicos* exercem influência relevante tanto na formulação das análises econômicas quanto na avaliação que se faz delas. Por *ideologia*, entendemos uma visão de mundo relacionada à “posição” ocupada pelo sujeito na ordem econômica, na hierarquia social e nas instâncias de poder, que estrutura e condiciona, em graus variados, a representação da realidade, os *valores*, as *concepções*, os *interesses*, as *opiniões* que o sujeito emite e defende e as *intervenções* que realiza no mundo ao seu redor. A posição ideológica sempre exercerá papel relevante no julgamento da eficácia ou na definição da hierarquia das abordagens ou teorias econômicas, pois as teorias e as orientações econômicas que lhes correspondem nunca são neutras, isto é, distribuem de forma desigual os benefícios e os sacrifícios entre os grupos sociais. Não é surpreendente, portanto, os agentes econômicos (e os que se encontram no seu raio de influência) julgarem e avaliarem as teorias, inclusive do ponto de vista formal e metodológico, influenciados pelos efeitos que elas provocam nos seus interesses econômicos imediatos e de longo prazo. “Se os teoremas de geometria contrariassem os interesses dos homens, surgiriam multidões de matemáticos para refutá-los.”⁴

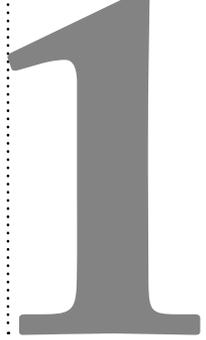
⁴ Apud SERRA, José. “A reconcentração da renda: justificações, explicações, dúvidas”. In: TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, A. Carlos. *A controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

Já a sucessão das escolas de pensamento econômico, no decorrer da história, guarda íntima relação com as transformações nas formas de existência e representação das sociedades humanas. Tais transformações, normalmente caracterizadas por novos sistemas de convivência, novas relações de poder, novas necessidades e problemas (em geral mais complexos), que por motivos óbvios não são contemplados pelas análises e teorias existentes, criam um campo propício para contribuições ou, no limite, para a negação das idéias até então consagradas e a afirmação de novas perspectivas ou abordagens. Vários fatores podem interferir no destino das teorias e práticas econômicas dominantes, isto é, se elas serão alvo de contribuições ou superadas. Entre eles, podemos identificar a flexibilidade da teoria, traduzida na capacidade de equacionar os novos problemas preservando sua coerência formal. Outro fator que interfere na “longevidade” de uma teoria econômica, e das práticas que lhe são correspondentes, é o grau de identificação que ela desperta nos grupos que exercem o poder no interior da comunidade.

Na primeira parte, faremos um pequeno retrospecto das abordagens que antecederam a formulação do pensamento econômico clássico, visando demonstrar o caráter histórico das análises e situar as origens de alguns conceitos-chave, bem como as transformações pelas quais passaram. Na segunda parte, trataremos das principais escolas do pensamento econômico no período compreendido entre os séculos XVIII e XX. Já a terceira focalizará o pensamento econômico brasileiro no século XX.

A fertilidade do pensamento econômico brasileiro no século XX perpassou as principais escolas, desde a Marxista, com destaque para Caio Prado Jr., até a Neoliberal, em que se ressalta o pensamento de Eugênio Gudin. Com as idéias elaboradas sob a égide da Cepal, o pensamento econômico foi brindado com uma de suas mais brilhantes e inovadoras contribuições, principalmente nas penas do argentino Raul Prebisch e do brasileiro Celso Furtado. Pela dimensão e profundidade, o pensamento de Furtado foi considerado o “demiurgo do Brasil”. Também ganhou relevância o pensamento desenvolvimentista cosmopolita de Roberto Campos, inspirador da economia que emergiu no pós 1964. Recentemente, após longa e criativa trajetória, o pensamento econômico brasileiro foi brindado com as esclarecedoras idéias sobre o processo inflacionário, com destaque para as teorias neo-estruturalistas ou inercialistas de Pêrsio Arida e André Lara Resende.

As análises econômicas na Antiguidade



1.1 Xenofonte e *Ho oikonomikos*

A palavra “economia” vem do grego *oikonomikos*. O termo resulta da composição da palavra *oikos* (que significa casa ou unidade doméstica) com o radical semântico *nem* (que significa regulamentar, administrar, organizar). O sentido que essa palavra teve até meados do século XVIII foi estabelecido pela obra de Xenofonte¹ *Ho oikonomikos*, escrita na primeira metade do século IV a.C.

A obra é basicamente um tratado de ética. É um guia que define para o proprietário rural o que seria uma vida boa, a maneira correta de se utilizar a riqueza, identifica as virtudes e qualidades necessárias ao “senhor” para dirigir bem a sua casa e fornece orientações rudimentares de agronomia. Trata também da educação e das virtudes das mulheres e de como os escravos devem ser dominados e educados. Os três pilares que sustentam o conceito (a gestão dos bens, o domínio sobre o núcleo familiar e os escravos) são expressões objetivas de como se estruturava uma “unidade familiar” entre os gregos antigos. As considerações do autor não constituem uma análise econômica propriamente dita, pois não há, por exemplo, preocupação com os problemas da eficiência da produção ou da comercialização.

Entre os romanos, a palavra correspondente a *oikonomikos* era “família”, e, tal como a “unidade familiar” grega, ela articulava três esferas de significado: o *dominium* (poder sobre os bens), o *manus* (poder sobre as mulheres e as mulheres dos filhos) e o *potestas* (poder sobre os filhos, netos e escravos). No mais, os escritos romanos sobre os setores da economia são compostos de manuais agrícolas e orientações baseadas no senso comum que tratam de cuidados com o solo e conselhos sobre comercialização.

1.2 Platão e as considerações sobre a vida econômica

Platão (428-27 a.C.-348-47 a.C.), contemporâneo de Xenofonte, também abordou a vida econômica de uma perspectiva ética, mas seu foco não era a “unidade familiar”, e sim a pólis. Tanto Platão quanto Aristóteles orientaram

¹ Pensador grego que viveu entre 431 a.C.-355 a.C.

a atenção para a vida econômica com o objetivo de extrair normas práticas que garantissem condições de vida adequadas aos cidadãos, o funcionamento, a harmonia e a estabilidade política da pólis. Da perspectiva que eles assumiam, o homem era entendido como um conjunto de potencialidades integradas (físicas, produtivas, éticas, artísticas, intelectuais e espirituais) cuja realização plena só seria possível na vida em sociedade, isto é, no interior da pólis.

Segundo Platão, a pólis era o resultado natural da evolução do homem, mais precisamente do fato de os homens terem aptidões diferentes, o que os levava a se dedicar mais a uma atividade do que a outra. Essa “especialização” fez com que o homem passasse a depender dos demais para obter os artigos de que necessitava mas não produzia. Assim surgiu a necessidade de cooperação, e a pólis é o ambiente no qual os homens cooperaram entre si para produzir e obter, por meio da troca, os produtos de que necessitam para viver melhor. Deve-se a Platão a primeira análise que atribui à divisão social do trabalho o papel de promover a coesão da comunidade. Essa é talvez a principal contribuição do autor no que se refere à compreensão da vida “econômica” da pólis.

Um discípulo de Platão, apesar de reconhecer, como o mestre, o papel decisivo da divisão social do trabalho, considerou insuficientes as análises sobre a troca, razão pela qual atacou o problema na *Política* e formulou conceitos-chave que influenciaram todo o pensamento econômico produzido nos séculos seguintes.

1.3 Aristóteles e a economia antiga

Quanto à vida consagrada ao ganho, é uma vida forçada, e a riqueza não é evidentemente o bem que procuramos: é algo útil, nada mais, e ambicionado no interesse de outra coisa.²

A “outra coisa” à qual Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) se refere é o desenvolvimento do indivíduo e a promoção do bem comum, que para ele, assim como para Platão, só poderiam ser atingidos pela vida em comunidade no seio da pólis.

Na *Política*, Aristóteles analisou as causas que levaram ao surgimento da pólis, as relações entre o cidadão e a cidade, tratou dos tipos de governo e das condições de sua conservação e subversão. A abordagem dos temas econômicos aparece na obra quando ele trata das condições necessárias para a subsistência da família e da cidade.

² ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Livro I, cap. V.

Segundo Aristóteles, toda ação do homem visa àquilo que ele considera um bem, e as vantagens que os homens esperam obter quando decidem viver juntos são a própria segurança, condições para sua reprodução e subsistência. Mas a cidade não foi criada apenas para os homens viverem juntos, mas sim para viverem bem juntos.³ Aristóteles considera que a cidade realiza seu fim supremo somente quando permite ao cidadão viver bem, o que significa levar uma vida perfeita e que se baste a si mesma. Ao se unir a uma mulher, ter filhos, submeter escravos e se integrar a outras famílias para obter o que precisa e que seu grupo familiar não produz, ele cria uma comunidade auto-suficiente de subsistência e promove o bem-estar de cada um e de todos.

A sobrevivência de cada família em particular e da cidade como um todo depende de relações de intercâmbio com a natureza e com outros homens. Aristóteles denomina esse intercâmbio arte da aquisição e afirma que há uma correspondência entre o modo pelo qual o homem obtém da natureza a subsistência e o gênero de vida que ele leva.⁴ Segundo sua análise, existem dois tipos de arte da aquisição: a aquisição natural ou economia e a aquisição artificial ou crematística.

A aquisição natural se refere ao conjunto de atividades (agricultura, pastoreio, caça, saque, troca) desenvolvidas pelas famílias (economia doméstica) ou pela cidade (economia política) visando obter os alimentos e os meios necessários à vida. Para Aristóteles, os produtos obtidos diretamente da natureza, sem os quais a vida não é possível, constituem a verdadeira riqueza, e apenas eles são objeto da ciência econômica.

A aquisição artificial constitui o que ele denomina gênero especulativo. A aquisição especulativa é todo tipo de atividade que elege o aumento da riqueza como um fim em si mesmo e não estabelece limite de acumulação. Para explicar como surgiu esse modo de aquisição, Aristóteles analisou a origem e o desenvolvimento da troca.

Segundo ele, o aparecimento da propriedade e do excedente econômico propiciou o surgimento da troca. Quando uma família ou tribo tinha de sobra o que faltava para outra, as necessidades eram atendidas pelas operações de troca, que naturalmente envolviam o problema da proporção em que os produtos eram

³ ARISTÓTELES. *A Política*. Livro II, cap.V.

⁴ “Numa palavra, existem tantos gêneros de vida quanto operações naturais para obter víveres, sem contar os que se adquirem por troca ou compra. [...]” Id., *Ibid.*, cap. II.

trocados, isto é, implicavam relações de valor. Ao analisar esses problemas, formulou dois conceitos-chave para o desenvolvimento do pensamento econômico:

[...] cada coisa que possuímos tem dois usos dos quais nenhum repugna a sua natureza; porém um é próprio e conforme a sua destinação, outro, desviado para algum outro fim. Por exemplo, o uso de um sapato é calçar; podemos também vendê-lo ou trocá-lo para obter dinheiro ou pão, ou alguma outra coisa, isto sem que ele mude de natureza; mas este não é o seu uso próprio, já que ele não foi inventado para o comércio [...]. A natureza não fez as coisas para serem trocadas, mas, tendo os homens uns mais, outros menos do que precisam, foram levadas por esse acaso à troca.⁵

Ele elabora, assim, os conceitos de valor de uso e valor de troca. Denomina troca o intercâmbio de produtos que visa atender às necessidades de consumo e afirma que ela não contraria as intenções da natureza. Já o comércio é uma modalidade de troca que consiste em **comprar para vender mais caro**, tem como meta o enriquecimento e, como demonstra mais adiante, contraria os fins da natureza.

Com a ampliação do intercâmbio, surgiu a necessidade de um meio para facilitar as trocas e, por isso, os homens criaram a moeda. A análise monetária de Aristóteles contempla o valor intrínseco da moeda, o valor de face (nominal), e ele também percebeu que ela assumiu outras funções à medida que seu uso se generalizou. Além de meio de troca, tornou-se reserva de valor (riqueza) e meio de enriquecimento (capital usurário). Entretanto, ele ponderou que “é absurdo chamar ‘riquezas’ um metal cuja abundância não impede de se morrer de fome [...]”.⁶ e ressaltou a esterilidade da moeda, a impossibilidade de ela criar valor, pois, na sua origem, é simples meio de troca e pura convenção; conseqüentemente, tanto a acumulação monetária (por meio do comércio) quanto o empréstimo a juros são contrários à natureza e, portanto, condenáveis e odiosos. Os argumentos utilizados pela Igreja no período medieval para condenar a acumulação de riqueza pelo comércio e, principalmente, pela usura basearam-se nessas análises de Aristóteles. Essas observações que associam ao dinheiro a dupla função de meio de troca e reserva de valor, que pode ser utilizado para se obter mais riqueza, constituem uma aquisição inestimável no campo da análise econômica, pois foi a primeira vez que se estabeleceu a diferença entre o dinheiro e o capital (dinheiro empregado para se obter mais dinheiro). Outra conclusão importante de seus estudos sobre a moeda com decisiva influência

⁵ ARISTÓTELES. *A Política*. Livro I, cap. II.

⁶ Id.

no pensamento econômico posterior foi o reconhecimento de que o papel desempenhado pela moeda não está associado às características naturais, físicas, sendo muito mais resultado de uma convenção fixada pelo costume entre os agentes envolvidos nas atividades de troca.

A condenação ao comércio e a qualificação que o autor lhe atribui de atividade inferior não impediram que reconhecesse a sua importância e mesmo a recomendasse quando o assunto era a economia política, isto é, as finanças públicas. Suas observações sobre a vida econômica levaram-no à constatação de que algumas cidades obtinham lucros elevadíssimos ao comercializar ou produzir mercadorias em condição de exclusividade.

É bom que os que governam os Estados conheçam esse recurso, pois é preciso dinheiro para as despesas públicas e para as despesas domésticas, e o Estado está menos do que ninguém em condições de dispensá-lo. Assim, o capítulo das finanças é quase o único a que alguns prestam atenção.⁷

Dessa forma, a prática do monopólio é vista pelo autor como um recurso útil e benéfico ao Estado e, portanto, recomendável aos homens responsáveis pela solvência das contas públicas.

Aristóteles também reconhecia que, entre as maneiras de se adquirirem produtos pela troca, o comércio era o principal, seguido pelo tráfico de metal, pelos trabalhos mercenários e pelo extrativismo (madeira e minas). Com relação ao trabalho, porém, faz questão de afirmar o seguinte:

Dentre esses diversos trabalhos, os mais excelentes pela arte são os que menos devem ao acaso; os mais baixos, os que mais sujam o rosto e as mãos; os mais servis, aqueles em que o corpo trabalha mais que o espírito; os mais ignóbeis, os que não requerem nenhuma espécie de virtude.⁸

Há aqui, pelo menos, duas idéias relevantes. Se considerarmos que a expressão “diversos trabalhos” não se refere só à ação, mas também ao produto da ação, ao produto do trabalho propriamente dito, e se interpretarmos a frase “Dentre [...] diversos trabalhos, os mais excelentes [...] são os que menos devem ao acaso” como uma indicação de que um “trabalho” deve ser mais valorizado quanto mais a arte e a habilidade humanas o tornam diferente do estado em que se encontra na natureza (**ao acaso**), temos uma pista que pode ajudar

⁷ ARISTÓTELES. *A Política*. Livro I, cap. II.

⁸ Id.

a compreender a relação estabelecida posteriormente, por outros pensadores⁹, entre trabalho e valor das mercadorias.

Nos *Tópicos*, Aristóteles identificou uma outra possibilidade, mais subjetiva, de estimar o valor de um bem acrescentando-o a um conjunto de produtos e retirando-o em seguida. Quanto maior a perda que se experimenta com sua eliminação do conjunto, mais desejável ele é e maior o seu valor. Aqui a ênfase na determinação do valor se desloca para o plano da demanda e é função da quantidade de bens da mesma natureza de que já dispomos. É inegável a influência desse exame nas teorias que estabeleceram a formação do valor na esfera da troca, como a teoria utilitarista e marginalista.

O outro aspecto diz respeito à depreciação que Aristóteles associa ao trabalho manual mais simples, que, em geral, era realizado por escravos e, portanto, era indigno dos grupos sociais que detinham a autoridade e o poder de decidir os destinos da pólis. A concepção que torna o trabalho incompatível com o exercício da cidadania é traço marcante da Antiguidade clássica e será herdada pela cultura medieval e pelas sociedades que adotaram o regime da escravidão durante a Época Moderna, as quais, em alguns casos, resistiram até o final do século XIX.

Mas não é só pelo ângulo da **Política** que Aristóteles deduz a gestão do *oikos* (economia) e da *polis* (economia política). A **Ética** é outro campo de referência fundamental para o autor, e isso pode ser observado na análise dos problemas da distribuição e do preço.

Segundo Aristóteles, o desenvolvimento do cidadão e a promoção do bem comum dependem de uma disponibilidade moderada de bens úteis e necessários que sejam compatíveis com o objetivo moral da família e da pólis. Uma parte desses bens, como já foi assinalado, é adquirida pela troca, e esta, por sua vez, deve se subordinar ao imperativo da **justiça**, o que significa que a troca só pode ser realizada entre produtos equivalentes.

Há aqui três aspectos que merecem destaque: o primeiro diz respeito à fruição, ao gozo dos bens privados no contexto da pólis; o segundo se refere à distribuição dos bens entre os cidadãos; e o terceiro, à maneira como devem ser trocados.

⁹ Tais como Locke, Smith e Ricardo.

Apesar de Aristóteles reconhecer que a riqueza é útil principalmente porque “é a opinião de muitos que a vida depende da posse de riquezas”¹⁰, ele argumentava que:

as coisas úteis podem ser bem ou mal usadas [...] e cada coisa é usada da melhor maneira pelo homem que possui a virtude relacionada com ela. Quem melhor usará a riqueza, por conseguinte, é o homem que possui a virtude relacionada com a riqueza, e esse homem é o liberal.¹¹

Assim, tanto a avareza quanto a “prodigalidade” (desperdício de dinheiro com os prazeres) são condenadas em nome da **liberalidade**, que seria “um meio-termo no tocante ao dar e ao tomar riquezas”.¹² Portanto, o gozo dos bens privados deveria ser coerente com os valores morais da comunidade. Como no caso grego tais valores estão associados à idéia de equilíbrio, não é surpresa a defesa da **liberalidade** feita por Aristóteles. Essa posição, expressa no contexto da **Política** por contrariar a lei natural, é reiterada no contexto da **Ética** por violar os valores e virtudes que a pólis deveria adotar.

Com relação ao problema da distribuição da riqueza, Aristóteles constata com perspicácia que uma desigualdade excessiva entre os cidadãos colocava em risco a estabilidade política e a coesão da comunidade, condições fundamentais para que ela pudesse atingir os seus fins mais elevados, isto é, a realização plena do cidadão. Assim, era imprescindível evitar níveis extremos de desigualdade na distribuição da riqueza. Segundo observou, deveria haver algum tipo de assistência aos famintos e aos mais pobres e, além disso, o número de cidadãos deveria ser mantido dentro de certos limites para evitar a escassez de gêneros. Preferia a propriedade privada à comum, na medida em que só os proprietários privados de áreas de cultura teriam como garantir a subsistência, a independência e a participação na vida pública. A estabilidade da pólis dependia também da existência de uma numerosa “classe média”, que teria o papel de mediar as relações entre os ricos e os pobres, atenuando os conflitos e garantindo a coesão social.

Apesar das ponderações de Aristóteles de que a desigualdade não deveria ser excessiva, não é seguro afirmar que essa era a visão dominante na Antiguidade. Segundo Finley,

¹⁰ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Coleção Os Pensadores, v. IV.

¹¹ Id.

¹² Id.

o juízo da Antiguidade sobre a riqueza era franco e inequívoco. A riqueza era uma necessidade e era boa; ela era absolutamente indispensável para uma vida boa; e em geral não havia mais nada a dizer.¹³

Assim como, e já mencionado anteriormente, a distribuição deveria estar asentada numa “disponibilidade moderada dos bens” e na “liberalidade”, a troca deveria ser regida pela justiça. No livro V, 1, 2, 3, 4 e 5 da *Ética*, Aristóteles analisa o problema da justiça/injustiça, especialmente no âmbito do que ele chama da “justiça particular”, e como elas se manifestam nas relações de troca.

De acordo com sua abordagem, a “justiça particular” divide-se em **distributiva** e **corretiva**. No primeiro caso, define o **justo** como “uma espécie de termo proporcional” e o **injusto** como o “que viola a proporção”. Decorre daí que, “se não são iguais, não receberão coisas iguais, [...] pois todos admitem que a distribuição justa deve concordar com o mérito num sentido qualquer”, fazendo questão de notar que o mérito é relativo aos sistemas de governo adotados pela comunidade: na democracia, liga-se à condição do homem livre, na oligarquia, à riqueza (ou origens familiares) e à excelência. Com o rompimento da proporcionalidade, “um dos termos torna-se grande demais e o outro demasiado pequeno [...] porque o homem que age injustamente tem excesso e o que é injustamente tratado tem demasiado pouco do que é bom”. A influência dessas considerações no pensamento econômico é significativa. Nas sociedades modernas, se associarmos o mérito à formação educacional e à qualificação do cidadão para o exercício de dada função no **mercado de trabalho**, portanto, num contexto distinto da reflexão de Aristóteles, temos aí a inspiração remota para a teoria do capital humano. Vale a pena também chamar atenção para desdobramentos dessas considerações que ultrapassam a teoria do capital humano, pois, se a desigualdade fundada no mérito implica retribuição distinta, qual estratégia adotar diante das desigualdades entre cidadãos decorrentes de privações econômicas, sociais e de discriminações étnicas, por exemplo? Elas também implicariam retribuições distintas, já que não é justo tratar desiguais igualmente?

A justiça corretiva relaciona-se ao contexto das transações entre os homens. Quando essas transações implicam perdas ou ganhos, cabe à justiça corretiva, por intermédio do juiz, restaurar a igualdade. Assim, “o justo é o intermediário entre

¹³ FINLEY, Moses I. *A economia antiga*. Porto: Edições Afrontamento, 1980.

uma espécie de ganho e uma espécie de perda [...]. Consiste em ter uma quantidade igual antes e depois da transação”. A troca de dois pares de sapatos é justa se, como contrapartida, se obtêm dois pares de sapato. Mas Aristóteles argumenta que esse tipo de troca, apesar de justo, não assegura a coesão da comunidade.

Com efeito, não são dois médicos que se associam para a troca, mas um médico e um agricultor, e, de modo geral, pessoas diferentes e desiguais; mas essas pessoas devem ser igualadas. Eis aí por que todas as coisas que são objeto de troca devem ser comparáveis [...]. Foi para isso que se introduziu o dinheiro, o qual se torna, em certo sentido, um meio-termo, visto que mede todas as coisas e, por conseguinte, também o excesso e a falta — quantos pares de sapato são iguais a uma casa e uma determinada quantidade de alimento.¹⁴

Esse tipo de troca entre quantidades de produtos distintos deve atender, para assegurar o princípio da justiça anteriormente estabelecido, a uma **retribuição proporcional**, isto é, deve estar baseado na **reciprocidade**.

Haverá, pois, reciprocidade quando os termos forem igualados de modo que, assim como o agricultor está para o sapateiro, a quantidade de produtos do sapateiro esteja para a de produtos do agricultor pela qual é trocada. Mas não devemos colocá-los em proporção depois de haverem realizado a troca [...] e, sim, quando cada um possui ainda os seus bens. Desse modo, são iguais e associados justamente porque essa igualdade se pode efetivar no seu caso.¹⁵

E conclui afirmando que justiça é aquilo que um homem justo pratica quando distribui “seja entre si mesmo e um outro, seja entre dois outros, não de maneira a dar mais do que convém a si mesmo e menos ao próximo [...] mas de maneira a dar o que é igual de acordo com a proporção [...]”.

Essas passagens poderiam ser desdobradas em inúmeras direções, mas vamos nos limitar a destacar os seguintes aspectos: primeiro, fica evidente na análise que a troca mercantil cumpre o relevante papel de contribuir para a coesão social; segundo, ela deve atender aos critérios da justiça, ou seja, os produtos trocados devem respeitar uma equivalência, uma proporcionalidade; terceiro, a proporcionalidade é anterior à troca propriamente dita e anterior à existência do dinheiro, o que significa existir algum critério objetivo que assegura a reciprocidade. Na **Política**, como vimos, esse critério pode ser relacionado ao trabalho. Quarto, o dinheiro é uma convenção criada pelos agentes da troca para medir a proporção em que os produtos podem ser trocados e também uma reserva de

¹⁴ FINLEY, Moses I. *A economia antiga*. v. 5, p. 328.

¹⁵ Id.

valor, uma vez que a conversão do dinheiro em mercadoria pode ocorrer num prazo bem posterior. Fica implícita a distinção entre o valor dos produtos e a medida desse valor em termos de unidade monetária (dinheiro), isto é, seu preço. Essa abordagem representa uma contribuição inestimável à economia política do século XIX. Além disso, Aristóteles praticamente mapeou as três funções que atualmente se atribuem à moeda: meio de troca, unidade de conta e reserva de valor. Quinto, como a troca deve atender aos critérios da justiça, isto é, implicar uma retribuição proporcional, a conversão da mercadoria em dinheiro e do dinheiro em mercadoria (M - D - M) ou do dinheiro em mercadoria e da mercadoria em dinheiro (D - M - D) deve preservar a equivalência, não pode haver nem perda nem ganho no ciclo. Só nessa condição a troca e o preço pago foram justos. Essa formulação será a pedra angular do pensamento econômico da Igreja no decorrer da Idade Média.

Como podemos observar, Aristóteles desdobra a “economia”, tal como a entendemos, da política e da ética. A ordem produtiva escravista é necessária para o cidadão exercer as funções políticas; a troca, uma necessidade para o bem-estar do cidadão e da pólis; a equivalência nas trocas naturais (realizadas com outros homens), um imperativo da justiça; a submissão à lógica da acumulação, uma inversão entre meios e fins que se afasta da virtude; a distribuição equilibrada da riqueza e da propriedade, um requisito da coesão social da pólis. Ele se encontra, portanto, no início de uma tradição que reconhece as esferas da produção, troca ou comercialização, distribuição e consumo como um meio para a realização de fins mais elevados relacionados à participação política, à justiça, ao bem-estar e à ética. Entre os romanos, essa ênfase na realização das potencialidades mais elevadas do homem será atenuada em benefício da defesa dos interesses mais precisos, relacionados às propriedades e à riqueza dos cidadãos.

1.4 Reflexões econômicas entre os romanos antigos (II a.C.-V d.C.)

A criação da República romana provocou um deslocamento no papel da cidade e no sentido da vida comunitária nos termos em que foram formulados por Aristóteles. O compromisso da cidade com os objetivos superiores de realização plena do homem cedeu espaço a um novo tipo de associação que enfatizava a defesa de direitos e interesses comuns definidos em lei e garantidos pela justiça. Há uma atenuação dos objetivos humanos e éticos mais elevados da

pólis em benefício de uma associação com caráter mais pragmático da cidade. Na nova associação os cidadãos estão unidos por um conjunto de leis fundadas numa nítida e rígida separação entre res-pública e res-privada, e as instituições desempenham funções precisas de controle, justiça e operacionalização da vida na urbe. A lei é o fator de coesão da comunidade, regula a economia, garante a autonomia e a liberdade do cidadão na esfera privada.

A expansão territorial romana, que ocorreu no final do período republicano e se intensificou durante o Império, foi acompanhada pela implantação de uma administração centralizada, elaborada a partir de uma compatibilização entre as leis da cidade (o direito romano) e as tradições jurídicas dos territórios conquistados, e resultou na organização de um corpo jurídico comum que ficou conhecido como *jus gentium*. Essa prática jurídica, que se estendeu por todo o Império e subordinou as tradições locais, é base daquilo que ficou conhecido séculos mais tarde como “direito natural”. Esse conceito teve papel fundamental tanto na constituição jurídica e política do Ocidente quanto na formação do pensamento econômico moderno.

Dentre os elementos do *jus gentium* sistematizado pelos juristas romanos, os que tiveram mais influência na constituição do pensamento econômico estão presentes nas definições:

1. de um direito de propriedade quase sem limites (propriedade privada legal);
2. de liberdade contratual semelhante aos padrões que vigoram atualmente.

Apesar de os romanos considerarem o comércio e a indústria ocupações inferiores, dignas apenas de escravos, estrangeiros e plebeus, esses traços do direito romano são uma evidência da importância do comércio e da expressão do interesse privado durante o período do Império.¹⁶

Essas definições estabelecidas pelo direito romano significaram um incremento da soberania do proprietário sobre seus bens, criando uma esfera na qual proprietários soberanos podem pactuar entre si como entidades independentes e autônomas. Também vincularam à pessoa do proprietário certas prerrogativas e direitos que eram independentes dos vínculos com a comunidade, de tal maneira que as decisões relativas à gestão dos bens privados não sofriam nenhuma influência de compromissos morais ou éticos relacionados à “cidade”. Não foi

¹⁶ ROLL, Eric. *História das doutrinas econômicas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

por acaso, portanto, que Platão e Aristóteles foram as principais referências para a teologia medieval cristã e o direito romano, a base do individualismo moderno. Enquanto eles enfatizaram a noção de “pertencimento” (a realização plena do homem só é viável por meio da vida em comum na pólis), decisivo para a formação do conceito de comunidade cristã (a *ecclesia* do Novo Testamento), os romanos potencializaram a soberania do indivíduo, estabelecendo sólido ponto de apoio para a idéia, cara à modernidade, de direitos naturais e inalienáveis.

A crise do Império e o colapso do modo de vida urbano e do comércio precipitaram a desagregação do mundo antigo e induziram a agricultura a orientar-se predominantemente para o consumo, acelerando o processo de ruralização da Europa.

A cristalização de uma aristocracia guerreira e proprietária e de uma “classe” de camponeses ligada à terra e vinculada aos aristocratas pelas obrigações em espécie e em trabalho, como contrapartida pela proteção, produziu uma ordem social rigidamente hierarquizada e diferenciada. Ao mesmo tempo, as guerras, os saques freqüentes e a violência indiscriminada aceleravam a desarticulação do poder central que até então ordenava a vida, a justiça, a produção e a troca, compondo um quadro no qual o homem se via isolado, impotente e frágil, vítima fácil de circunstâncias sobre as quais não tinha o menor controle. A visão otimista do homem como ser apto a realizar suas potencialidades, típica da Antiguidade, sucumbia progressivamente, junto com o modo de vida e a cultura que lhe eram pertinentes.

Foi nesse ambiente de falência de um modelo de civilização, de insegurança e de pessimismo em relação às possibilidades terrenas de realização humana que Santo Agostinho elaborou sua teologia e formulou suas considerações sobre a “vida econômica”.

Questões

1. As primeiras abordagens sobre a vida econômica no Ocidente tinham uma característica que exerceu grande influência nos séculos seguintes. Explique qual característica era essa.
2. Explique os principais aspectos das considerações de Platão sobre a vida econômica.
3. Identifique três das principais contribuições de Aristóteles para o pensamento econômico e explique cada uma delas.

4. Explique quais as principais inovações introduzidas pelos romanos na análise da vida econômica.
5. A teologia de Santo Agostinho foi elaborada em que momento histórico?

Referências

ARISTÓTELES. *A Política*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ARISTÓTELES. *Coleção - Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

FINLEY, Moses I. *A economia antiga*. Porto: Edições Afrontamento, 1973.

ROLL, Eric. *História das doutrinas econômicas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

SEN, Amantya Kumar. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

SPENGLER, John; ALLEN, Willian R. *El pensamiento económico de Aristóteles a Marshall*. Madri: Editora Tecnos, 1971.

Sites

Textos de Xenofonte, Platão e Aristóteles disponíveis em <http://www.dominiopublico.gov.br>

A teologia e a análise econômica



A desestruturação do Império e da cidade antiga resultou no colapso de um poder central capaz de ordenar minimamente a vida social e econômica e abriu uma fase marcada por guerras, violência, medo e desespero. Do ponto de vista político, houve uma fragmentação do poder e da autoridade em uma infinidade de domínios que deram origem aos senhorios feudais na Europa Ocidental e, na esfera social, surgiu uma ordem rigidamente hierarquizada e desigual reconhecida e aceita como natural e justificada por uma determinação divina. No que diz respeito à vida econômica, a ruralização induziu à retração da agricultura mercantil e estimulou a produção destinada ao consumo a ponto de ela tornar-se hegemônica.

A única esfera de poder universal que sobreviveu à tendência de fragmentação da autoridade foi a Igreja. A sua unidade institucional e a coesão doutrinária lhe proporcionaram uma expressão política, espiritual e cultural sem paralelo no decorrer do período medieval. Com o crescimento de seu poder econômico, obtido com a aquisição de parcelas imensas de terras, e com a proeminência que ela exercia no plano cultural e espiritual, a Igreja reuniu condições para exercer ampla hegemonia política na Europa Ocidental. Um dos aspectos decisivos dessa proeminência foi a grande empreitada dos seus principais teólogos, que realizaram um imenso esforço para tornar a religiosidade cristã uma referência que fosse além da vida espiritual e mostrasse uma nova visão de mundo integrando a filosofia, a conduta humana (a ética) e os fenômenos da natureza, e, inclusive, que regulasse os processos da vida econômica.

Essa visão foi se estruturando no interior do direito canônico, por uma combinação, nem sempre muito consistente, entre os ensinamentos dos Evangelhos, dos primeiros teólogos e da filosofia clássica, que era valorizada por oferecer um modelo sofisticado de articulação entre moral, ética e “análise econômica”.

2.1 Santo Agostinho (354-430)

Coube a Santo Agostinho apresentar a primeira formulação teológica abrangente e orgânica nessa fase de transição entre o mundo antigo e o medieval. Sua visão expressa uma profunda descrença no poder da cidade de promover as potencialidades humanas (visão grega) e de garantir a justiça e

os interesses dos cidadãos (visão dos romanos). Ao pessimismo em relação às possibilidades de realização humana elevada num ambiente terreno caótico e violento correspondeu a potencialização das esperanças de realização espiritual, traduzida na possibilidade de salvação da alma.

Segundo Santo Agostinho, o homem só podia atingir a felicidade no mundo baseado numa hierarquia de seres e valores no qual os objetivos inferiores (ligados à esfera secular) se subordinassem aos superiores (ligados à esfera espiritual), sendo que, entre esses, o mais importante era a salvação eterna. Para Santo Agostinho, a ordem hierárquica comprometida com a salvação da alma não podia ser criada pelo homem, mas somente por Deus. Não existia poder secular armado de força de coerção capaz de estabelecer essa ordem. Ela só podia ser obtida por uma associação baseada na solidariedade e na rigorosa disciplina cristã dirigida pelos representantes da Igreja.¹ Nessa perspectiva, cabia agora à hierarquia eclesiástica a tarefa de regular o conjunto das esferas da vida humana.

No que se refere à vida econômica propriamente dita, Santo Agostinho pouco acrescentou às formulações dos juristas romanos. O comércio e o lucro comercial continuaram a ser condenados pelo teólogo, pois afastavam o homem do desejo de encontrar Deus. No limite, a atividade deveria ser realizada atendendo aos requisitos do preço justo, como na análise de inspiração aristotélica.

As condições que presidiram a formulação da teologia agostiniana permaneceram por alguns séculos até que transformações econômicas na Europa, relacionadas principalmente à expansão das atividades bancárias, ao desenvolvimento do comércio e à proeminência das cidades (em especial no norte da Península Itálica), obrigaram os teólogos da Igreja a promover acomodações na doutrina.

A escolástica assumiu a tarefa de realizar essa flexibilização do pensamento econômico da Igreja mediante um conjunto de leis e preceitos morais criados para possibilitar uma boa administração da vida econômica, e coube a Santo Tomás de Aquino o papel de apresentar a formulação mais acabada sobre o tema.

2.2 Santo Tomás de Aquino (1225-1274)

O imenso empreendimento teológico de Santo Tomás está solidamente alicerçado na tradição aristotélica. Os pontos de partida da análise do teólogo coincidem com os do filósofo grego em vários casos e os desenvolvimentos diversos

¹ ROLL, Eric. *História das doutrinas econômicas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

correm por conta das preocupações religiosas que orientavam sua doutrina. Isso pode ser observado em algumas considerações sobre o Estado, por exemplo.

Para ele, o Estado era uma associação instituída por Deus para “impulsionar o homem ao bem comum contra o impulso que conduz ao bem privado e individual”; possibilitar uma vida virtuosa pelo estabelecimento da paz e da realização de boas obras; garantir a provisão suficiente “das coisas que se requerem para viver adequadamente”; e para que os “homens alcancem Deus por meio de uma vida virtuosa”. Considerava a sociedade econômica como um sistema que deveria seguir os princípios da justiça cumulativa e distributiva e operar baseado na cooperação. Os componentes dessa sociedade eram considerados partes especializadas e interdependentes que deveriam se submeter às regras, operar de maneira cooperativa e ser coordenadas por associações ou grêmios. O princípio fundamental para a sociedade econômica preservar seu equilíbrio era respeitar o preço justo, definido por Santo Tomás tanto do ponto de vista formal quanto prático, e o Estado só deveria intervir no sistema em casos de absoluta necessidade.

A influência da tradição aristotélica em Santo Tomás vai se manifestar em vários outros aspectos de seu “pensamento econômico”, em especial na maneira como via a riqueza, as relações entre indivíduo e coletividade, a propriedade, o comércio e a usura.

A riqueza e a propriedade, na filosofia tomista, não eram consideradas, em si, um mal, mas seu uso poderia implicar benefícios ou malefícios. Nesse sentido, considerava que o interesse individual sempre devia se subordinar ao coletivo, e daí desdobrava a condenação à avareza, à cobiça e a todo tipo de prática que aumentasse a exploração e a desigualdade no interior da comunidade. Deduzia também, divergindo do direito romano, que o direito de propriedade não podia ser ilimitado, chegando até a justificar o roubo por necessidades básicas de subsistência.

[...] se a necessidade for de tal modo evidente e imperiosa que seja indubitável o dever de obviá-la com as coisas ao nosso alcance — por exemplo, quando correms perigo iminente de morte e não é possível salvarmo-nos de outro modo —, então podemos licitamente satisfazer à nossa necessidade com as coisas alheias, apoderando-nos delas manifesta ou ocultamente.

[...] Servirmo-nos de uma coisa alheia, tomada às ocultas, em caso de necessidade extrema, não tem natureza de furto, propriamente falando. Porque essa necessidade torna nosso aquilo de que nos apoderamos para o sustento da nossa própria vida.²

² AQUINO, Tomás de. *Suma teológica*. 2ª parte da 2ª parte, Escola Superior de Teologia/Universidade de Caxias do Sul/Livraria Sulina Editora, em colaboração com UFRS, 1980.

A atividade comercial era condenada por alguns teólogos da Igreja que remontam ao século V e exerceram muita influência nos séculos seguintes. “Todo aquele que compra uma coisa para lucrar, vendendo-a inteira e tal qual a comprou, é um negociante que será expulso do templo de Deus.”³

A análise de Santo Tomás estabeleceu algumas mediações nessa visão tradicional da Igreja. Ele considerava que

[...] a negociação, em si mesma considerada, não visando nenhum fim honesto ou necessário, implica em certa vileza. Quanto ao lucro, que é o fim do negócio, embora não implique por natureza nada de honesto ou necessário, também nada implica de vicioso ou de contrário à virtude [...] nada impede um lucro ordenar-se a um fim necessário ou mesmo honesto. E, desse modo, a negociação se torna lícita. Assim, quando buscamos, num negócio, um lucro moderado, empregando-o no sustento da casa ou mesmo ao socorrer os necessitados. Ou ainda quando fazemos um negócio visando a utilidade pública, para não faltarem à pátria as coisas necessárias à vida; e buscamos o lucro, não como um fim, mas como paga do trabalho.⁴

O comércio era considerado por ele como algo antinatural, mas inevitável num mundo imperfeito, e podia ser justificado: a) se os ganhos obtidos pelo comerciante fossem suficientes para manter sua família e seu lar; e b) se fosse benéfico à comunidade e ao Estado. Desse ponto de vista, considerava justo o lucro do comércio desde que fosse uma retribuição ao trabalho do comerciante, e não um fim em si mesmo e fonte de riqueza e de luxo.

Sua análise do preço inspira-se integralmente em Aristóteles.

[...] a quantidade das coisas que servem ao uso do homem mede-se pelo preço dado; para o que se inventou a moeda, como diz Aristóteles. Portanto, se o preço exceder a quantidade do valor da coisa ou se, inversamente, a coisa exceder o preço, desaparece a igualdade da justiça. Portanto, vender mais caro ou comprar mais barato do que a coisa vale é em si mesmo injusto e ilícito.⁵

Tomás de Aquino, no entanto, argumenta que há circunstâncias nas quais a venda de um bem implica o suprimento de uma grande necessidade (“utilidade”) para quem compra e de uma grande perda para quem vende. Nesses casos, “o preço justo consistirá em se considerar não somente a coisa vendida, mas também o dano que pela venda sofre o vendedor. E, então, pode licitamente uma coisa ser vendida por mais do que vale para seu dono”.⁶ Se o preço de ven-

³ CRISÓSTOMO, apud AQUINO, Tomás de, *op. cit.*

⁴ AQUINO, Tomás de, *op. cit.*

⁵ Id.

⁶ Id.

da for excessivo, tanto a lei humana quanto a divina obrigam a “quem recebeu de mais [...] recompensar o que ficou danificado, se o dano for considerável. O que assim digo por não ser o justo preço das coisas rigorosamente determinado, mas consistir antes numa certa estimativa tal, que um pequeno acréscimo ou pequena diminuição não basta para destruir a igualdade da justiça”.⁷

Ao considerar que o preço justo incorporava o lucro do comerciante, Santo Tomás operou um primeiro deslocamento em relação ao conceito aristotélico de troca justa. Para Aristóteles, a troca só é justa quando é feita entre produtos equivalentes. Ao se acrescentar o lucro do comerciante ao preço justo do produto, rompem-se a equivalência e o princípio da justiça. Pensadores vinculados à escolástica, anteriores a Santo Tomás, desenvolvendo Aristóteles, consideraram que as mercadorias que contivessem quantidade igual de trabalho e custos poderiam ser trocadas. A doutrina tomista deu um passo adiante, expondo que a remuneração do comerciante pelo seu trabalho, numa proporção que garantia a sua subsistência e a da sua família, não violava a justiça, estabelecendo pela primeira vez que a “troca desigual” não é necessariamente injusta. Temos aí a primeira acomodação da teologia católica às imposições do novo contexto histórico. Enquanto o comércio permaneceu restrito a uma esfera local, esse lucro comercial que compunha o preço justo não era tão difícil de estabelecer. Entretanto, com o desenvolvimento do comércio de longa distância, a fixação desse “lucro justo” tornou-se cada vez mais complexa. A doutrina teve, então, de realizar inúmeros malabarismos, prever tantas exceções e casos especiais que, ao fim e ao cabo, a lei da oferta e da procura foi se impondo inexoravelmente.

A definição de Santo Tomás contra a usura também se baseou na de Aristóteles, que não incluía, entre as funções naturais da moeda, criar valor. No princípio da Idade Média, essa restrição não criou problemas sérios em virtude da crise da economia mercantil e da falta de opções para investimento de capital monetário. Os pagamentos eram feitos em espécie, e os reis, a nobreza feudal e a Igreja, quando precisavam de empréstimos, recorriam aos judeus, sobre os quais a interdição não incidia. Entretanto, o crescimento da economia mercantil pressionou as regras canônicas e elas foram cedendo, uma a uma.

⁷ AQUINO, Tomás de, *op. cit.*

A primeira concessão foi a “mora”, que incidia por atraso no pagamento. Depois surgiu o conceito de “lucro cessante”. Diante do crescimento das atividades comerciais e da ampliação das possibilidades de investimento do capital-dinheiro, o empréstimo sem juros implicava uma perda de oportunidade de ganho para o detentor do capital, daí que o juro ganhou uma justificativa adicional, constituindo uma compensação pelo lucro cessante.

2.3 A ética protestante: Martinho Lutero e João Calvino

Assim como a teologia católica, os teólogos reformadores também tiveram de enfrentar os problemas complexos que o desenvolvimento da economia de mercado trazia para as formulações teológicas tradicionais.

Martinho Lutero (1483-1546), apesar dos duros ataques desferidos contra a teologia católica, no que se refere aos juros, assumiu as formulações dos mais tradicionais teóricos canônicos da Igreja, criticando as alterações e as inúmeras exceções que foram elaboradas para acomodar a doutrina aos novos tempos, como podemos observar nesta passagem:

O maior dos males da nação alemã é indubitavelmente o tráfico do dinheiro [...]. O demônio o inventou e o Papa, ao autorizá-lo, tem feito ao mundo um mal incalculável.⁸

O alinhamento de Lutero aos mais tradicionais pensadores católicos, no que se refere ao empréstimo a juros, nos remete ao complexo campo das relações de continuidade e descontinuidade entre o pensamento de Lutero e a doutrina oficial da Igreja.

Uma das mais antigas tradições da Igreja atribuía um valor positivo ao trabalho. A primeira ordem monástica, os Beneditinos, criada no século VI, era hostil à vida essencialmente contemplativa e estabeleceu como seu lema *Ora et labora*. Séculos mais tarde, o resgate da tradição aristotélica e a influência que ela exerceu em Santo Tomás recuperaram o “ócio” e a contemplação (virtudes do cidadão e do sábio na Antiguidade clássica) como as vias privilegiadas para se alcançar a salvação e o reino do céu. Quando Lutero resgatou a positividade do trabalho, revalorizando-o em detrimento da vida contemplativa, ele abriu mais uma frente de combate às doutrinas hegemônicas da Igreja, aprofundando suas divergências com a instituição. E é nesse sentido que deve ser entendida

⁸ LUTERO, Martinho. “À nobreza cristã da nação germânica 1520”, apud SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

sua crítica à usura, pois se trata de um gênero de ganho que possibilita a vida contemplativa, o ócio, o luxo e viabiliza a ostentação. No contexto do século XVI, a ênfase do reformador no resgate de uma moral fundada no trabalho, no culto a uma vida sem ostentação e orientada pelos valores da simplicidade e da discrição aquisitiva, apesar de se vincular a certa tradição da Igreja nos primeiros tempos, abriu uma nova frente de combate de Lutero com as doutrinas católicas de inspiração aristotélica (que valorizavam o ócio), com as ordens mendicantes (que consideravam o mendigo um novo Cristo) e com a ostentação e o apego ao luxo predominante na alta hierarquia católica no período.

O outro grande reformador do período, o teólogo francês João Calvino (1509-1564), compartilhava do ponto de vista de Lutero a respeito da valorização do trabalho e do apego aos valores da vida simples e sem ostentação em detrimento do ócio. O que é interessante, e até certo ponto surpreendente, é que, partindo desse campo comum, sua teologia chegou a conclusões radicalmente distintas às de Lutero sobre a usura e os juros, o que só pode ser explicado pela teoria da salvação de Calvino.

Calvino, assim como Lutero, era agostiniano e, conseqüentemente, identificado às teses da predestinação. Segundo essa visão teológica, a salvação da alma não dependia da conduta do cristão, ela estava predeterminada por Deus e constituía um mistério fora do alcance da compreensão humana. Lutero compartilhava integralmente da visão de Santo Agostinho, mas Calvino acreditava que era possível identificar os escolhidos por Deus. Para ele, os destinados à salvação eram, necessariamente, portadores de uma graça divina que os diferenciava dos demais mortais, e esse “toque” divino se expressava por meio de uma vocação. Levando à frente suas reflexões, o teólogo francês avaliou que os ganhos nos negócios, os lucros em empreendimentos arriscados e as boas obras praticadas pelo cristão podiam ser considerados expressão da vocação e, conseqüentemente, a materialização da graça divina. Mas Calvino fazia questão de ressaltar que os sinais da escolha deveriam ser desfrutados com discrição, sem ostentação, luxo ou consumo excessivo. Para ele, os agraciados tinham uma responsabilidade e um compromisso com o criador que deveriam se traduzir numa reiteração da vocação pelo exercício da inclinação empreendedora e da dedicação disciplinada ao trabalho na extensão das possibilidades do cristão, pois, agindo assim, estariam materializando a graça divina e demonstrando, por meio de seu trabalho e suas realizações,

o poder e a glória de Deus na Terra. No contexto do calvinismo, portanto, a acumulação podia ser interpretada em dois registros: num deles, relacionava-se à vocação e à salvação, e no outro, à glória de Deus, na medida em que era a expressão concreta e terrena da graça e do poder divino. A dedicação disciplinada ao trabalho, a índole empreendedora e a poupança (acumulação) tornavam-se virtudes chanceladas por Deus. Além disso, do ponto de vista de Calvino, o desprezo ao dinheiro não era razoável na medida em que era o melhor meio de ajudar o próximo e fazer caridade.

Mas como a usura se articula a esse sistema teológico? Nas suas palavras,

[...] se proibirmos totalmente a usura, submeteríamos as consciências a uma norma mais estrita que a que Deus estabeleceu. Se a permitirmos, mesmo que em condições muito estritas, com esse pretexto muitos tomariam imediatamente uma licença desenfreada, porque não podem suportar que alguma exceção os limite.⁹

Calvino discordava de que o dinheiro não poderia “criar frutos”, distinguindo-se assim de Aristóteles, da Igreja (que seguia Aristóteles, mas abria inúmeras exceções) e de Lutero (que condenava terminantemente a prática da usura, seguindo os teólogos canônicos mais tradicionais). Sua aprovação da cobrança de juros apoiava-se numa passagem do Deuteronômio que afirmava que um judeu não poderia penalizar com juros um irmão... mas poderia cobrá-los de um estranho. Baseando-se no espírito dessa passagem, que aconselhava um tratamento diferenciado e solidário ao irmão de fé, e na essência da mensagem de Cristo, que consistiu em universalizar os componentes da fraternidade judaica a todos os seres humanos, Calvino reconheceu a legitimidade do empréstimo desde que regulado pelos princípios da equidade (regras iguais para todos) e da caridade. Nesse sentido, procurou definir regras claras e condições precisas nas quais o juro podia ou não ser cobrado.

Estabeleceu, então, dois tipos de empréstimo: o de consumo e o de produção. O empréstimo de consumo era contraído por necessidade, normalmente pelos pobres, e nesse caso era proibida a cobrança de juros. Já o empréstimo de produção era contratado visando a um investimento qualquer, isto é, visando à reprodução do dinheiro, e nesse caso o juro era considerado legítimo. Apesar das regras que estabeleceu, Calvino condenava aqueles que transformavam a atividade prestamista numa profissão.

⁹ CALVINO, J. In: BIELER, A. *La pensée économique et sociale de Calvin*. Genebra, 1959.

Apesar de classificar os desfavorecidos e os pobres numa comunidade distinta dos escolhidos de Deus, Calvino defendia veementemente a prática da caridade e a ajuda aos pedintes. Considerava também que, para evitar abusos, a cobrança de juros deveria ser regulada pelas autoridades públicas estabelecendo limites nas taxas.

A vinculação entre as idéias calvinistas e o processo de formação do capitalismo foi observada ainda no século XIX pelo filósofo alemão Wilhelm Dilthey e por vários escritores ingleses, como H. T. Buckle, Willian Petty, Carlyle, Macaulay, Cunningham.¹⁰ Mas foi o sociólogo alemão Max Weber que apresentou uma visão mais aprofundada e precisa dessas relações nos seus ensaios publicados em 1904 e 1905 e depois reeditados numa versão ampliada, em 1920, com o título de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Ela será apresentada no capítulo 13, referente à Escola Histórica Alemã.

Por ora, é importante ressaltar que, segundo Weber, a Reforma contribuiu decisivamente para a dissolução de uma série de valores religiosos, morais e éticos, norteadores da vida privada medieval que representavam obstáculos às transformações econômicas e políticas em desenvolvimento desde o final da Era Medieval. Não é possível compreender as novas formas de pensamento e de prática econômica, articuladas às novas esferas de poder político que se organizaram no início da Era Moderna, sem fazer uma breve alusão a tais transformações.

Questões

1. Explique qual a principal mudança ocorrida na reflexão sobre a vida econômica na passagem da Antiguidade greco-romana para o período medieval.
2. Explique qual a relação entre as análises “econômicas” de Santo Agostinho e as da Antiguidade greco-romana.
3. Explique os principais aspectos da visão de Santo Tomás de Aquino sobre a determinação do preço de uma mercadoria e sobre o problema dos juros.
4. Explique os aspectos do pensamento “econômico” dos reformadores que rompiam com a tradição que dominava o pensamento “econômico” da Igreja Católica.

¹⁰ VILLEGAS M., Francisco Gil. “Introdução do Editor”. In: WEBER, Max. *La ética protestante y el espíritu del capitalismo*. México: Fundo de Cultura Econômica, 2003.

5. Explique de que forma a doutrina da salvação de Calvino favorecia a prática da acumulação.

Referências

AQUINO, Tomás de. *Suma teológica*, 2. Escola Superior de Teologia/Universidade de Caxias do Sul/Livraria Sulina Editora em colaboração com UFRS, 1980.

BIELER, A. *La pensée économique et sociale de Calvin*. Genebra, 1959.

DELUMEAU, Jean. *La Reforma*. Barcelona: Editorial Labor S.A., 1967. Coleção Nueva Clio La Historia e sus problemas.

ROLL, Eric. *História das Doutrinas Econômicas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

SPENGLER, John; ALLEN, William R. *El pensamiento económico de Aristóteles a Marshall*. Madri: Tecnos, 1971.

WEBER, Max. *La ética protestante y el espíritu del capitalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

O Estado moderno, a análise econômica e o mercantilismo

É impossível fazer a guerra sem homens, manter homens sem soldo, fornecer-lhes o soldo sem tributos, arrecadar tributos sem comércio.¹

3.1 Formação do Estado moderno e o intervencionismo

A crise do século XIV teve papel decisivo na desorganização do feudalismo europeu. A Guerra dos Cem Anos (1337-1453), a peste bubônica (1348), a fome e as revoltas camponesas tiveram como conseqüência uma redução na esfera do poder privado da nobreza feudal, um enfraquecimento dos laços de servidão, a desurbanização e a retração das atividades comerciais que vinham se desenvolvendo desde o século XI.

Nas últimas décadas do século XIV, o final das guerras e a redução do ímpeto da peste propiciaram o retorno progressivo da vida urbana, do comércio, bem como a normalização da produção agrícola e das relações entre a cidade e o campo. Entretanto, a retomada não ocorreu sobre as mesmas bases.

A nobreza feudal, desorganizada e enfraquecida pelas guerras e revoltas servis da fase anterior, não podia mais oferecer a proteção e a segurança necessárias às feiras, às atividades comerciais e ao transporte de valores e mercadorias. Além do mais, a experiência das violentas insurreições camponesas havia demonstrado à aristocracia de extração feudal que as antigas formas de coerção e controle dos servos tinham perdido a eficácia, exigindo a organização de novos mecanismos de repressão. A demanda por segurança por parte da burguesia e da nobreza feudal convergiu, por motivos diferentes, para a formação de um novo tipo de poder, que tomou forma numa das maiores invenções do Ocidente, o **Estado moderno**.

A organização do Estado moderno ocorreu em momentos distintos da história dos reinos europeus e, em cada um deles, percorreu etapas cuja duração variou significativamente. De um ponto de vista mais geral, a primeira evidência do Estado moderno surgiu com a progressiva convergência de esferas de poder para

¹ MONTCHRÉTIEN, Antoine de. *Traité de l'économie politique*, 1615.

a figura de um monarca, expressão da unidade do reino. O primeiro instrumento de afirmação da autoridade real, como não poderia deixar de ser, concretizou-se em uma força militar permanente, com poder suficiente para prover a ordem interna e a defesa dos domínios. A situação de constante tensão entre a população camponesa e a aristocracia feudal, a recordação das recentes revoltas e a inexistência de uma ideologia que proporcionasse um mínimo de coesão entre os estamentos e as classes do reino tornavam arriscada a organização do dispositivo militar baseado no recrutamento popular e no armamento de uma parcela do povo. Daí que os exércitos tiveram de assumir necessariamente a forma de **forças mercenárias**. A necessidade de metais preciosos para remunerar as tropas, que eram o sustentáculo do poder real, da ordem interna e da defesa do reino, é fundamental para compreender o conjunto das análises e práticas econômicas que surgiram nessa etapa inicial da organização do Estado moderno.

A necessidade de recursos para prover as tropas exigiu a criação de um sistema centralizado de arrecadação e a organização de um corpo de funcionários responsáveis pela cobrança e coleta dos impostos, pela organização das finanças e pela fiscalização das operações. Com a estruturação de uma **força militar permanente**, de **sistemas centralizados de arrecadação** e de uma **burocracia**, as monarquias nacionais² passaram a exercer sua autoridade de forma cada vez mais efetiva, de maneira que esses instrumentos podem ser considerados os pilares do Estado moderno.

3.2 O mercantilismo: principais formuladores, aspectos gerais da doutrina e da ação, suas modalidades

Esse conjunto de transformações que conduziu à estruturação de uma nova esfera de poder também viabilizou a retomada de uma linha de reflexão sobre os fenômenos da produção, da distribuição e do consumo que haviam naufragado com a crise do mundo clássico. Como destacamos anteriormente, naquele período as considerações de ordem “econômica” estavam sempre integradas e subordinadas aos imperativos da pólis ou do Império. Com o colapso do mundo antigo e de todos os seus códigos de regulação políticos, a Igreja passou a desempenhar um papel cada vez mais ativo. A instituição, com a colaboração dos seus primeiros teólogos, começou a elaborar um novo sistema de normas e valores

² O termo *nacional*, na época moderna, está associado aos *domínios do rei*, diferindo, portanto, do significado que ele incorporou no século XIX, quando passou a designar uma comunidade humana que compartilha atributos comuns, como língua, etnia, costumes, história etc.

derivados da moralidade cristã, os quais passaram a ordenar praticamente todos os aspectos da vida, inclusive aqueles relacionados à produção, comercialização, distribuição e consumo, isto é, a vida econômica. Séculos depois, o surgimento do Estado nacional, a sua progressiva afirmação diante dos poderes temporais da Igreja, a crescente incompatibilidade entre as demandas financeiras do Estado e as regras morais que inspiravam os procedimentos econômicos “cristãos”, criaram a necessidade de uma nova abordagem sintonizada e subordinada às expectativas do poder laico. Em síntese, estamos diante de um processo no qual a influência dos valores inspirados na moralidade cristã sobre a vida econômica começava a ser ameaçada, de forma irreversível, pelos valores comprometidos com o fortalecimento de uma nova forma de poder, o Estado moderno.

Em tais circunstâncias, essas determinações influenciaram o pensamento de inúmeros homens de Estado que assessoravam e aconselhavam as casas reais européias nas etapas iniciais do processo de centralização, produzindo uma convergência em torno da idéia metalista ou bulionista. Segundo essa visão, o poder do Estado era função direta da riqueza do reino, cuja grandeza se definia pelo acúmulo de metais preciosos. Avaliava-se que a disponibilidade crescente de ouro e prata dotava as casas reais de capacidade para organizar mecanismos abrangentes e eficientes (burocracia, tropas mercenárias etc.) para o exercício e a afirmação do poder no plano interno e externo. A identificação dos metais com a riqueza e a constatação de que sua disponibilidade no mercado europeu era fixa (ou variava muito pouco no tempo) implicavam na conclusão de que a acumulação por parte de uma nação significava uma perda correspondente para as demais, criando assim uma íntima relação entre os fluxos comerciais e monetários e as relações de poder entre os Estados. Em síntese, o acúmulo de metais preciosos como objetivo prioritário das monarquias nacionais contribuía para a potencialização das hostilidades e dos conflitos comerciais entre os Estados emergentes.

Um dos precursores da formulação metalista foi Claude de Seyssel. Em *La grande monarchie de France*, de 1515, ele afirmava com segurança que o “poder do país depende das reservas de ouro e prata”. Anos depois, na Espanha, Luís Ortiz, na obra *Para que a moeda não saia do reino*, de 1558, defendia um conjunto de medidas visando garantir o acúmulo de metais preciosos.

Luís Ortiz elaborou sua abordagem num momento crítico da história da Espanha, no qual o afluxo crescente de metais das suas colônias na América

foi acompanhado de uma elevação generalizada nos preços (a Revolução dos Preços) e de uma evasão contínua das moedas metálicas da Espanha para o resto da Europa. Em 1566, M. de Malestroit publicou na França um estudo no qual constatava que a elevação dos preços havia atingido o país. Entretanto, não acreditava que essa elevação tivesse relação com o incremento de metais preciosos no reino. Apresentava como explicação para o fenômeno o fato de que “a moeda de conta – a libra – representa em 1556 menor conteúdo de prata que no século XV [...]. Embora se pague mais em libras, na realidade não se dá mais ouro ou prata que antigamente”.³ Já outro observador espanhol, o teólogo Tomás Mercado, num estudo de 1569 sobre a legitimidade-ilegitimidade dos negócios, indicava que a elevação dos preços que se observava em Sevilha guardava íntima relação com a abundância de ouro (produção a baixo custo), a escassez de mercadorias européias nas colônias e a forte procura por mercadorias para abastecê-las no porto de Sevilha.⁴

A “revolução dos preços” foi analisada posteriormente por Jean Bodin em *Réponse aux paradoxes de M. Malestroit*, de 1568. Segundo ele,

[...] os altos preços que observamos provêm de três causas. A principal e quase exclusiva (ainda que até o presente ninguém se tenha ocupado dela) é a abundância de ouro e prata, que neste reino é hoje muito maior que há quatrocentos anos [...]. A segunda razão dos preços elevados provém em parte dos monopólios. A terceira consiste na escassez, causada tanto pela exportação como pelo desperdício [...]. [Mas] o fator principal que eleva o preço de todas as coisas em todas as partes é a abundância daquilo que outorga valor e preço [...]. Portanto, é necessário demonstrar que há trezentos anos não havia tanto ouro e prata como agora, o que se comprova a olho nu [pois] entre os anos de 1545 e 1568 se encontraram na França mais ouro e prata do que nos 200 anos anteriores [...].⁵

Essa análise apresenta a primeira explicação sistemática da Revolução dos Preços no século XVI, relacionando o aumento dos preços, em primeiro lugar, à abundância de ouro e prata, e, secundariamente, à prática do monopólio, à escassez no mercado interno e ao consumo de luxo da aristocracia feudal. E é a primeira explicação que relaciona a elevação dos preços das mercadorias à abundância do meio utilizado para medir o seu valor, elaborando os

³ VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

⁴ Id.

⁵ BODIN, Jean. *Lá réponse de Jean Bodin à M. de Malestroit, 1568*, éd. Hausser, Paris, Colin, 1932, cité d'après Latreille, *L'Explication des textes historiques*, Paris, Hachette, 1944.

rudimentos de uma análise quantitativa da moeda. Segundo essa visão, sempre que ocorre um aumento na quantidade de moeda, os preços se elevam. Num plano mais aparente, o incremento contínuo da produção e do ingresso de ouro na Espanha se traduzia numa elevação da capacidade de consumo e numa pressão permanente sobre a oferta, cujo resultado era o aumento dos preços. A explicação quantitativa recebeu contribuições posteriores de Hume (*On money*, 1752) e Ricardo (*The high price of bullion, a proof of the depreciation of bank notes*, 1810). Mas foi em 1885 que Simon Newcomb apresentou a primeira formulação da teoria quantitativa da moeda, popularizada posteriormente, em 1911, por Irving Fisher e aperfeiçoada por Cassel e Warren Pearson. Foi nessa teoria que Milton Friedman se orientou para lançar as bases da Escola Monetarista.

Na Inglaterra, o principal defensor do metalismo foi Gerald Malynes, cujas idéias foram apresentadas na obra *Consuetudo*, de 1636. Para Malynes, os ganhos e os benefícios do comércio tendiam a se concentrar na esfera privada, pois as operações comerciais estavam sempre subordinadas aos interesses particulares dos comerciantes. Para que os ganhos do comércio pudessem deixar de atender exclusivamente aos interesses privados, cabia ao Estado intervir ativamente, estabelecendo regras e regulamentos de tal forma que as vantagens decorrentes das relações comerciais se transferissem para o conjunto da coletividade. Segundo Malynes, para que as trocas internacionais atendessem ao fundamento moral da equivalência, as moedas deveriam ser trocadas obedecendo a uma paridade monetária, que ele definia como a proporção entre os valores das duas moedas baseadas no seu conteúdo metálico. Ele afirmava que qualquer alteração nessa paridade monetária tornava a troca injusta e, conseqüentemente, prejudicava uma das partes, decorrendo daí que qualquer adulteração no valor da moeda era inaceitável e condenável. A contribuição mais importante da análise de Malynes reside na observação das relações entre variação da paridade monetária (taxa de câmbio) e fluxo de metais entre as nações. Para Malynes, quando as trocas entre duas nações obedeciam ao critério da paridade monetária, instaurava-se um equilíbrio e não havia alteração no fluxo de metais entre os países. No entanto, se a moeda de um país era adulterada e se desvalorizava, aumentava o fluxo de metais preciosos para o estrangeiro.

As dificuldades decorrentes da aplicação de uma infinidade de regras, leis, esquemas de fiscalização e controle para deter a saída de moedas dos reinos, somadas à experiência da Espanha, que no decorrer do século XVII se apropriou

de toneladas de ouro de suas colônias, mas não foi capaz de reter esse imenso tesouro no interior de suas fronteiras, contribuíram para despertar a convicção da insuficiência do metalismo como meio exclusivo para se promover a riqueza do Estado. Essas constatações evidenciavam a necessidade de se agregarem novas medidas ao arsenal intervencionista, como também ampliar a compreensão dos mecanismos que regiam as relações de troca entre os países.

Na França, os primeiros passos nesse sentido foram dados por Barthélemy de Laffemas. Ele era conselheiro de Henrique IV, e, em textos redigidos entre 1600 e 1610, apresentou inúmeras sugestões para reconstruir a economia do reino, devastada pelas guerras de religião que atingiram a França no quarto final do século anterior. Ele foi um precursor na defesa de uma política de apoio à criação de manufaturas e de estímulo ao comércio, e suas análises e propostas influenciaram várias medidas aprovadas pelo Conselho do rei visando incentivar esses setores. Suas idéias tiveram larga influência sobre Montchrétien e o Marquês de Gomberdière.

Antoine de Montchrétien publicou em 1615 seu *Traité de l'économie politique*, no qual apresenta o que pode ser considerado o primeiro sistema orgânico e coerente de intervenção do Estado na economia. Nessa abordagem, defende que não é o ouro ou a prata que torna os Estados ricos, mas a capacidade de produzir os bens necessários à vida. De acentuada inspiração calvinista, exalta os mercadores nacionais, afirma que a sua ambição pelo lucro, suas iniciativas empreendedoras e a inclinação disciplinada e assídua para o trabalho são extremamente benéficas para o Estado e defende uma política protecionista agressiva para defender a França dos mercadores estrangeiros considerados, praticamente, como inimigos do reino.

O Marquês de La Gomberdière, em *Règlement general sur toutes sortes de manufactures qui sont utiles et nécessaires dans le royaume*, de 1634, segue a linha de defesa das manufaturas e do comércio nacionais, sugerindo que são tais a capacidade e a superioridade da economia francesa diante dos demais países que ela poderia ambicionar não só a auto-suficiência, como também o poder e a autoridade sobre os outros povos, numa clara alusão a um traço central do ideário mercantilista, no qual o incremento em termos de riqueza e poder de uma nação implica, necessariamente, a perda correspondente para as demais. As obras de Montchrétien e de La Gomberdière tiveram o importante papel de divulgar as idéias de Laffemas e agregar algumas contribuições que formaram

a base “doutrinária” do período áureo do intervencionismo francês conduzido com mão-de-ferro por Richelieu e Colbert.

Apesar da grande visibilidade histórica de Colbert, ele foi menos um formulador e mais um executor, sistemático, minucioso e incansável do mercantilismo na França. Defensor explícito do metalismo e da agressiva política comercial que ele implicava, encarava o comércio como outra modalidade de guerra, na qual o progresso de uma nação implicava necessariamente em prejuízo para as demais. Nesse sentido, orientou seu arsenal de medidas econômicas no sentido de criar companhias de comércio e manufaturas e desenvolver a Marinha. Praticou um intervencionismo em larga escala, visando assegurar a qualidade dos produtos feitos na França, destinados principalmente ao mercado estrangeiro. Diante das dificuldades que enfrentou (resistência da burguesia em apoiar as iniciativas estatais, falta de crédito, pobreza do campesinato, mercado interno restrito e deflação do século XVII), o saldo de suas realizações é relevante, pois legou um poder naval consolidado, uma legislação comercial mais organizada e moderna, um setor manufatureiro têxtil relativamente importante, além das companhias de comércio das Antilhas e do Canadá. O ponto fraco desse amplo intervencionismo liga-se à relativa falta de apoio à agricultura, cujas dificuldades e fragilidades ajudam a compreender a ênfase que Turgot e Quesnay dedicaram ao setor no século XVIII.

Na Inglaterra, o primeiro a fazer uma crítica ao metalismo baseado numa análise abrangente das relações comerciais entre os países foi Edward Misselden, em sua obra *The cicle of commerce*, de 1623. Ele iniciou sua abordagem observando que o preço da moeda está sujeito aos mesmos mecanismos que determinam o preço das mercadorias em geral, isto é, ele está em função da oferta e da procura. Quando a moeda é abundante, seu preço, expresso na taxa de juros, cai e só se eleva quando a moeda se torna escassa. Nessa perspectiva, a única maneira de aumentar o volume de metais e, ao mesmo tempo, manter os juros baixos é por meio da balança comercial. Para atingir esses objetivos, o autor propõe uma série de medidas, entre as quais, o apoio do Estado às exportações e o emprego em massa da população na produção de mercadorias destinadas ao mercado externo. Como podemos notar, a observações de Misselden inspiram-se numa teoria quantitativa da moeda, que exerceu grande atração na época e estendeu sua influência nos séculos seguintes. Além disso, ele evidencia, com muita ênfase, duas das preocupações

que chamaram a atenção de inúmeros pensadores ligados ao mercantilismo: a necessidade de manter os juros baixos e a valorização da população como fator da força econômica de um país.

O empenho dos mercantilistas em apontar a necessidade de manter os juros baixos se justificava plenamente numa época em que era fundamental estimular o investimento privado do capital que se acumulava.⁶ A valorização da população e a sugestão de medidas que canalizassem a sua capacidade de trabalho e produção foram um passo muito importante, pois demonstraram que estava em gestação uma concepção segundo a qual as vantagens econômicas de um país não decorriam somente da sua inserção comercial, mas também da sua capacidade produtiva.

Essa percepção já havia surgido alguns anos antes na análise de Antonio Serra, *Breve tratado*, de 1613. O objetivo do trabalho de Serra era verificar as formas pelas quais um país que não possui ouro nem prata poderia obtê-los. Ele agrupou as determinações que podiam beneficiar a acumulação de metais preciosos em duas classes: numa delas incluiu os fatores que independem de intervenção governamental, como a posição geográfica (proximidade a rotas de comércio) e a disponibilidade de produtos muito procurados no mercado internacional; na outra classe, incluiu os fatores que dependem de uma intervenção ativa do Estado, como quantidade de manufaturas, população com iniciativa e disciplinada para o trabalho, relações comerciais diversificadas e regulamentações do Estado. Serra afirmou que a manufatura é superior à agricultura porque ela pode ser multiplicada, seus produtos não dependem do clima, não perecem, podem obter melhor preço no mercado e, conseqüentemente, proporcionar maior lucro. Ele concluiu observando que o bom desempenho da balança comercial por causa das exportações manteria as moedas no país, reduzindo a taxa de juros. Com essas idéias, Serra se inclui entres os defensores e precursores da importância das manufaturas como principal meio de promover a acumulação de metais preciosos no país.

Como podemos observar, essas abordagens integram o conjunto das primeiras percepções críticas em relação ao metalismo, isto é, à convicção de que o Estado deveria regular a vida econômica e intervir nela para evitar que a moeda saísse do país. Do ponto de vista desses autores, a acumulação de metais

⁶ Este aspecto foi enfatizado por Keynes em suas apreciações sobre o mercantilismo.

era resultado de mecanismos mais abrangentes que demandavam um conhecimento mais profundo das relações de troca entre os países. Tais reflexões abriram um pouco mais o campo de observação da vida econômica e demonstraram que o foco da ação estatal deveria se orientar para o desempenho da balança comercial, no caso de Misselden, e para o setor manufatureiro, como no caso de Serra, prenunciando um deslocamento no quadro de prioridades da política mercantilista.

A defesa mais abrangente e orgânica da focalização da intervenção estatal na gestão da balança comercial foi elaborada por Thomas Mun na sua obra *England's treasure by foreing trade*, escrita provavelmente em 1630 e publicada postumamente em 1664.

Para Mun, o estoque de metais disponível no mercado internacional num dado momento era fixo. Assim, o desempenho da balança comercial de um país é que determinava a parcela que lhe cabia no volume total de metais disponível nesse mercado. Em outras palavras, a parcela que cabia a um país do total de metais disponível no mercado internacional era diretamente proporcional à sua participação nesse mercado e aos ganhos que nele obtinha por meio da balança comercial. Assim, da perspectiva assumida por Mun, a ampliação contínua das transações internacionais, visando à obtenção de uma balança comercial favorável, era muito mais importante do que a acumulação de metais considerada como um fim em si mesma. Mun percebia que a acumulação de metais, o seu entesouramento, criava desequilíbrios que remetiam aos próprios limites da doutrina metalista. Desde Jean Bodin, observava-se que a abundância de metais num reino elevava os preços internos, reduzia o comércio e estimulava a aquisição dos artigos mais caros no exterior, provocando uma fuga de moedas metálicas e a conseqüente redução do volume de metais acumulados até que se restaurassem os níveis anteriores de preço. A compreensão desse mecanismo levou Mun e outros pensadores a se oporem ao entesouramento e defender a contínua reinversão dos ganhos obtidos na balança comercial na ampliação do comércio. Essa tática trazia a vantagem tripla de manter os preços baixos, garantir boa oferta de moedas (juros baixos) e os benefícios inerentes de uma participação crescente no mercado internacional.

As idéias de Mun, que foi por muito tempo o principal dirigente da Companhia das Índias Orientais, exerceram influência marcante sobre as ações do governo inglês. Para atingir os objetivos da balança comercial favorável, o governo organizou, progressivamente, um infernal sistema de fiscalização e controle das

contas de comércio, que eram acompanhadas caso a caso, visando sempre à obtenção do superávit. Posteriormente, Mun e o seu substituto à frente da Companhia das Índias Orientais, Josiah Child,⁷ observaram que a busca de superávit em todas as contas bilaterais não era razoável em virtude de, em certas circunstâncias, o déficit numa conta bilateral poder viabilizar e traduzir expressivo superávit em outra. Defenderam ambos que o superávit global da balança de comércio era muito mais importante que os superávits parciais, obtidos nas relações bilaterais. Apesar dos seus esforços, seus argumentos não foram bem aceitos pela burocracia.

Se as contribuições de Mun e Child constituem o ponto alto da elaboração mercantilista sobre o comércio internacional e suas relações com a prosperidade do Estado e dos negócios, Nicholas Barbon, com seu *A Discourse of trade*, de 1690, destaca-se como o pensador que sistematizou o ponto de vista dos mercantilistas sobre o problema do valor. Para eles, o lucro derivava do preço e este, por sua vez, variava em função da oferta e da procura; dessa forma, o lucro estava intimamente relacionado às condições do mercado, e não da produção. Daí a preocupação dos mercantilistas com o controle das condições de comércio, por meio do monopólio, do domínio das fontes de oferta e das principais rotas de abastecimento. Barbon denominou o preço que se forma no mercado de “valor atual” ou preço de mercado, reconhecendo, portanto, que o preço de mercado varia em virtude da oferta e da procura, mas que o valor da mercadoria se distingue do preço. Essa distinção entre valor e preço será fundamental para as teorias do valor formuladas posteriormente. Por fim, conclui:

[...] o mercado é o melhor juiz do valor; pelo encontro entre compradores e vendedores, a quantidade das mercadorias e a ocasião para a venda são melhor conhecidas: as coisas apenas são importantes, ou podem ser vendidas, de acordo com a velha regra: *Valet quantum vendi potest.*⁸

Na última fase do mercantilismo, o impulso intervencionista tendeu a deslocar-se novamente, transferindo suas prioridades da balança comercial para o setor manufatureiro. A mudança de foco traduziu-se num conjunto de medidas de caráter protecionista cujo objetivo era apoiar as manufaturas, estimular as exportações e reduzir as importações.

⁷ CHILD, Josiah. *A new discourse of trade*, 1669. Além de seguir Mun na defesa de um saldo global positivo na balança de comércio, Child foi um enfático defensor dos juros baixos como condição essencial para dinamizar a vida econômica.

⁸ BARBON, Nicholas. *A discourse of trade*. Londres, 1690.

Antonio Serra já havia chamado a atenção para a importância e mesmo superioridade das manufaturas, mas Charles D’Avenant, com seu *Discourse on the public revenues*, de 1698, tornou-se um dos mais dedicados e convincentes defensores do setor.

D’Avenant formulou a idéia de que o ouro e a prata são a medida do comércio, mas que a fonte dos produtos que o alimentam são as manufaturas e a agricultura. Suas idéias ajudaram a compor o conjunto de referências que orientaram as práticas mercantilistas no final do século XVII, principalmente na Inglaterra, mas, posteriormente, passaram a ser adotadas pelos demais Estados europeus. Em geral, tais medidas traduziam-se em práticas protecionistas como taxação ou proibição de importação de determinados artigos, proibição de exportação de ferramentas e de transferência de operários especializados para outros países, estímulo à importação de matérias-primas, apoio aos que pretendessem produzi-las no país e controle da qualidade dos produtos elaborados pelas manufaturas emergentes.

O reconhecimento da importância da produção nacional e a adoção de políticas protecionistas destinadas ao setor manufatureiro desempenharam papel decisivo na implantação, proliferação e crescimento das manufaturas, mas, a partir de um certo estágio de desenvolvimento do setor manufatureiro-industrial, o sistema de proteção parecia inadequado como meio para incrementar a eficiência e potencializar acumulação. Alguns pensadores mercantilistas da última fase, como Charles D’Avenant, foram sensíveis a essa realidade. Sua postura de apoio às manufaturas e à produção nacional o vincula ao mercantilismo, mas sua defesa do livre-comércio⁹ como melhor meio para estimular o desenvolvimento do setor manufatureiro e da nação insinua novas linhas de reflexão que convergiram posteriormente para a liberalização generalizada das trocas e da produção.

Enquanto na Inglaterra e na França é possível identificar manifestações de simpatia ao livre comércio no decorrer do século XVIII, o mesmo não se observa na Alemanha e na Áustria. Nessa região surgiu uma variante do mercantilismo conhecida por Cameralismo. Segundo essa formulação, um Estado forte, capaz de estimular e apoiar a produção interna e se impor aos Estados

⁹ “O negócio é, por sua natureza, transação livre, encontra seus caminhos e dirige melhor suas empresas; todas as leis que tentam limitá-lo, regulá-lo e orientá-lo podem ser úteis a interesses particulares, mas muito raramente são vantajosas para o público.” D’AVENANT, Charles. *Works*, 1771.

vizinhos, dependia de fontes inesgotáveis de receitas, e estas, por suas vez, eram função da prosperidade dos negócios exercidos pelos súditos. Em outras palavras, a prosperidade dos súditos era encarada como meio, condição para o poder do Estado. Esse ponto de vista era compartilhado por outras linhagens do mercantilismo europeu, mas, entre os cameralistas, foi expresso de maneira extremamente clara, como podemos observar no caso de um representante influente dessa escola, Wilhelm von Schröder. Na sua obra *Fürstliche Schatz- und Rentkammer*, de 1686, afirma: “Portanto, a primeira coisa que um soberano deve fazer, se quiser obter algo de seus súditos, é ajudá-los a exercer atividades suficientemente lucrativas”.¹⁰ Além disso, eles não encaravam a prosperidade da nação em termos absolutos. Ela deveria ser avaliada relativamente à dos países vizinhos, como bem expressou P. W. von Hörnigk em *Österreich über alles, wann es nur will*, de 1684:

[...] o poder e a riqueza de uma nação não dependem da abundância ou da escassez das suas forças e da sua riqueza, mas principalmente de que seus vizinhos possuam mais ou menos força ou riqueza do que ela mesma possui. Com efeito, ser poderoso e rico é algo relativo, que supõe que outros sejam mais frágeis e mais pobres.¹¹

Assim, para os cameralistas alemães, a prosperidade dos súditos estava intimamente vinculada ao poder do Estado, e eles deviam ser avaliados relativamente à prosperidade e ao poder dos Estados vizinhos num “jogo” de soma zero. Em síntese, eles compunham uma tendência, no campo do pensamento e das práticas mercantilistas, orientada para o incremento das receitas do Estado. Nesse tipo de abordagem, os problemas econômicos encontram-se integrados à política e são inseparáveis da orientação/ação do Estado. Neste ponto é possível estabelecer uma distinção entre os cameralistas alemães e os demais representantes do mercantilismo europeu, pois estes não hesitaram em analisar os fenômenos e os mecanismos da vida econômica que extrapolavam os limites das orientações e ações estatais. Enquanto nas economias mais dinâmicas da Europa o pensamento econômico transitou para o liberalismo, no espaço germânico o pensamento cameralista diluiu-se no decorrer do século XVIII, mas continuou a exercer uma influência “subterrânea”, que tendeu a se expressar na reação antiliberal manifestada na região no século XIX, após o fim das guerras napoleônicas e o aumento da influência inglesa.

¹⁰ Apud HECKSCHER, E. L. *La época mercantilista*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1943.

¹¹ Id.

3.3 Mercantilismo e colonização

O mercantilismo não só implicava numa doutrina e ação intervencionista que se esgotavam nas relações entre os Estados soberanos, mas também se traduzia num conjunto de regras e regulamentações que regiam as relações entre os Estados e seus respectivos domínios coloniais.

Convencionou-se denominar esse conjunto de relações de dominação político-econômica entre as metrópoles e suas respectivas colônias de sistema colonial. O sistema colonial das metrópoles européias tendeu a se objetivar de várias formas, não sendo o mesmo nos domínios espanhóis, portugueses, ingleses ou franceses. Mas a forma de colonização que realizava mais plenamente os objetivos estratégicos da política mercantilista, a promoção do poder do Estado, era aquela na qual a colônia desempenhava o papel de complementar a economia metropolitana, oferecendo metais preciosos ou produtos que reduzissem as importações e incrementassem as exportações para outras nações. Nessa modalidade de domínio, as relações econômicas entre a metrópole e a colônia tendiam ao “exclusivo metropolitano”, isto é, ao monopólio exercido pela metrópole no comércio com a colônia. Essa orientação permitia à metrópole a obtenção do lucro máximo nas trocas, assegurando-lhe a condição de beneficiária maior nas relações econômicas com os domínios coloniais. O sistema era organizado visando transferir a maior parte do lucro comercial e do excedente econômico produzido na colônia para a metrópole, potencializando a acumulação da burguesia mercantil e as receitas do Estado, que patrocinava a reprodução do sistema. O Estado e o intervencionismo mercantilista constituíam-se, assim, em pressupostos de uma política colonialista eficaz. Entretanto, como parte da acumulação proporcionada pela exploração colonial era apropriada pelo Estado e empregada na ampliação dos dispositivos naval, militar, burocrático e fiscal, o sistema contribuía para incrementar o poder e o intervencionismo estatal, integrando-se plenamente aos objetivos estratégicos da política mercantilista.¹²

¹² NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979. Coleção Estudos Históricos.

3.4 Os impasses da doutrina

Na verdade, as transformações econômicas ocorridas no decorrer dos séculos XVI e XVII, em especial na Inglaterra, repercutiam no ideário e nas práticas mercantilistas, conduzindo a doutrina a determinados limites que não poderiam ser superados preservando os pressupostos que ela assumia. Como já foi observado, o metalismo foi uma concepção que correspondeu integralmente aos objetivos do Estado numa certa fase da sua constituição, pois as medidas que implicava (controle de entrada e saída de metais, regulamentações, controles, fiscalização etc.) articulavam-se plenamente aos objetivos centralizadores e às necessidades monetárias dos Estados nacionais, principalmente quanto à remuneração das tropas. Entretanto, nos países nos quais os imperativos econômicos da acumulação ganharam curso mais acelerado, como foi o caso da Inglaterra nos séculos XVII e XVIII, começava a ficar evidente uma contradição entre o metalismo e os princípios e objetivos gerais da política e da prática mercantilistas. Segundo a teoria quantitativa adotada pelos mercantilistas, o acúmulo de metais numa determinada nação tendia a elevar os preços internos, tornando os produtos nacionais mais caros. Com isso, iniciava-se um movimento de aumento das importações e de queda das exportações, pois o encarecimento dos produtos nacionais diminuía o consumo interno e externo desses produtos, prejudicando, em vez de promover, a prosperidade da nação e, conseqüentemente, o poder do Estado. Para alguns analistas mais atentos (Thomas Mun, Cantillon, Hume), havia dificuldades em conciliar a visão que os mercantilistas tinham das trocas internacionais com os princípios e objetivos centrais da doutrina. A ênfase dada aos desempenhos positivos na balança comercial na etapa seguinte não resolvia a contradição.

3.5 A produção como origem da riqueza

À medida que se afirmava que a vitalidade dos setores produtivos era a base da prosperidade dos negócios públicos e privados, poderíamos dizer, da “riqueza da nação”, ficava também evidente que a antiga visão elaborada pelos mercantilistas sobre a via pela qual se dá a acumulação precisava ser revista.

Como observamos, para os mercantilistas, o lucro advém do comércio e se forma na esfera da circulação. As trocas no interior de uma nação promovem uma distribuição da riqueza (expressa em moedas metálicas) entre as classes, mas não tornam a nação mais rica. É no mercado internacional que as trocas operam a redistribuição da riqueza (das moedas metálicas) entre as nações.

O crescente destaque da esfera da produção colocou o problema em outro registro. Se a formação da riqueza está associada à produção, e não mais ao comércio, é necessário compreender como se compõe o valor no processo produtivo, pois só dessa maneira será possível estabelecer as medidas necessárias para a promoção da acumulação.

Nessa linha de reflexão, a primeira abordagem consistente do problema foi formulada por William Petty, a ponto de Marx assinalar que ele podia ser considerado o fundador da moderna economia política.¹³

3.6 As idéias de William Petty

Ele é autor de várias obras, destacando-se entre elas *Political arithmetick*, editada em 1690, e *A treatise of taxes and contributions*, de 1662.

A *Political arithmetick* pode ser considerada a primeira tentativa sistemática de se utilizarem recursos matemáticos para a compreensão dos fenômenos econômicos. Ele apresenta assim seus objetivos nessa obra:

Em lugar de empregar palavras comparativas e superlativas e argumentos intelectuais, tomei o caminho de expressar-me em termos de número, peso e medida; de usar só argumentos evidentes e de tomar em conta somente as causas que tenham fundamento visível na natureza.¹⁴

Petty também trabalhou numa teoria sobre as finanças públicas na qual defendia que a arrecadação de impostos é fundamental para que o Estado cumpra as suas funções. Entretanto, ela deve ser neutra, isto é, não deve interferir nem alterar a distribuição da renda entre os habitantes da nação. Para garantir esse princípio, é necessário criar uma série de registros que proporcionem uma quantificação da riqueza dos cidadãos para determinar quanto e quando a cobrança de impostos deve ser realizada para assegurar a neutralidade desejada.

Mas as contribuições mais relevantes de Petty situam-se nas discussões em torno do decisivo problema da formação do valor.

Ele inicia sua análise do valor das mercadorias estabelecendo uma distinção entre o **preço político** (verdadeiro preço corrente) e o **preço natural**. Segundo afirma, o preço político da mercadoria é função das variações da oferta e da

¹³ MARX, Karl. *Teoria da mais-valia: os fisiocratas*. São Paulo: Global Editora, 1978. Coleção Bases 5.

¹⁴ PETTY, William. *Political arithmetick*. 1690, apud ROLL, Eric. *História das doutrinas econômicas*. São Paulo; Cia. Editora Nacional, 1971.

procura e, no longo prazo, tende a igualar-se ao preço natural. O preço natural corresponde à expressão monetária do tempo de trabalho necessário para produzir a mercadoria. Assim, o que ele denomina preço natural é o valor da mercadoria medido pelo tempo de trabalho que ela incorpora. Afirma, ainda, que o valor do trabalho corresponde ao valor dos meios de subsistência necessários à reprodução do trabalhador e que ele sempre tenderá a trabalhar apenas o número de horas necessárias para obter a sua subsistência; assim, se ele trabalhar apenas esse número de horas, não haverá excedente. Para uma produção excedente, o trabalhador precisa ser forçado a empregar o máximo de sua capacidade de trabalho contra uma remuneração mínima que garanta a sua subsistência. É evidente que, na sua visão, o valor criado por uma jornada de trabalho é constituído de duas partes: uma que remunera o trabalhador e outra que constitui o excedente, o trabalho não pago, parcela que Marx denominou posteriormente mais-valia.

Segundo Petty, esse produto excedente constitui a renda, e ela existe sob duas formas: a renda da terra e o juro. A renda da terra consiste no produto total, isto é, no valor da colheita, menos as despesas com as sementes e a remuneração do trabalhador. A agricultura, diz, é o único setor no qual o trabalho realizado pelo produtor direto gera um excedente, isto é, um produto que supera as necessidades de consumo do trabalhador. O valor monetário dessa colheita é igual a uma dada quantidade de ouro ou prata que consumiu o mesmo tempo de trabalho para ser produzida. Nas palavras de Petty:

[...] quanto dinheiro inglês pode valer este trigo ou esta renda? Ao que respondo: a mesma quantidade de dinheiro que um indivíduo que se dedicasse a isso com todas as suas forças pudesse economizar no mesmo tempo como remanescente, depois de cobertos seus gastos. Suponhamos que outro indivíduo se desloque para um país produtor de prata, extraia esse metal, beneficie-o, introduza-o no país em que aquele (produtor rural) cultiva seu trigo, cunha-o como moeda etc. Por meio de todas essas operações, ganhará o necessário para comer, vestir-se, subsistir etc. Nessas condições, deverá chegar à conclusão de que o dinheiro de um tem o mesmo valor que o trigo do outro. E, se temos de um lado vinte onças de prata e do outro vinte *quarters* de trigo, o preço de um quarter de trigo será igual ao de uma onça de prata.¹⁵

Para Petty, a taxa de juros estaria intimamente vinculada à renda da terra. Segundo sua análise, a taxa de juros deveria ser equivalente, pelo menos, ao rendimento

¹⁵ PETTY, William. *A treatise on taxes and contributions*. Londres, 1667.

de um capital que fosse empregado na aquisição de um determinado trecho de terra de valor correspondente. Mas como calcular o valor da terra? O valor da terra, explica, é uma forma de renda capitalizada. Ele avalia que, para se determinar o valor da terra, é necessário avaliar o rendimento médio da área e multiplicá-lo por um certo número de anos. O rendimento médio pode ser obtido considerando-se um período de dez anos, com o resultado de boas e más colheitas. Esse rendimento deve ser multiplicado pelo número de anos que corresponde ao período médio de vida do proprietário e de seus descendentes diretos, período durante o qual eles esperariam receber os benefícios da terra. A renda média, portanto, multiplicada pelo número de anos que compreende esse período, resulta no valor da área. Conhecendo-se o valor da terra e a renda anual que uma área de igual dimensão proporciona, é possível estabelecer um índice, uma taxa, que corresponde ao rendimento do capital investido. Essa taxa corresponderia à taxa básica de juros. Assim, em resumo, “[...] o valor da terra não é, segundo ele, senão a própria renda capitalizada”, e, “para quem compra a renda do solo, isto é, a terra, a renda não é mais que o juro de seu capital. Sob essa forma, a renda perde totalmente sua fisionomia própria e toma a aparência correspondente ao juro”.¹⁶

No período compreendido entre o último quarto do século XVII e meados do XVIII, podemos identificar a influência da obra de Petty em várias linhas de análise produzidas na Inglaterra e na França. No caso da Inglaterra, a título de breves referências, podemos destacar John Locke e o seu *Segundo tratado sobre o governo civil*, publicado em 1690, no qual aparece uma teoria sobre o juro que deve muito a Petty, além de outras formulações como a idéia que atribuía ao trabalho o fundamento da propriedade privada.

Um pouco à margem dos problemas analisados por Petty, Dudley North publicou em 1791 seu *Discourses upon trade*, no qual analisou o processo de concentração do capital na esfera comercial e as relações entre o preço, a moeda e os mercados.

A discussão sobre o juro, que vinha sendo analisado em termos de analogia com a renda da terra, ganhou uma contribuição importante com J. Massie em seu *An essay on the governing of the natural rate of interest*, de 1750. Massie concebia o juro como uma parte do lucro e sua taxa, como uma função do nível do lucro e do risco do investimento, demonstrando

¹⁶ MARX, *op. cit.*

uma compreensão e uma clareza muito superiores às dos demais pensadores da sua geração sobre a formação do juro e as variações da sua taxa.

David Hume é outro autor que deixou algumas contribuições importantes na análise do juro. Em seus escritos econômicos, presentes nos seus *Essays*, de 1752, Hume defendeu o ponto de vista de que o desenvolvimento do comércio, ao potencializar a acumulação de capital, aumenta a oferta de moeda e provoca, segundo a lei da oferta e da procura, uma queda correspondente na taxa de juros. É digna de nota também a análise do autor sobre a formação da renda da terra, que ele vincula e condiciona ao processo de expropriação dos produtores diretos e à concentração do capital nas mãos dos proprietários, isto é, à formação de duas classes, uma de proprietários e outra de não-proprietários.

Essa análise foi retomada por James Stewart, autor de *Inquiry into the principles of political economy*, de 1767. Stewart pode ser considerado um grande sistematizador da visão mercantilista sobre as trocas comerciais e a acumulação da riqueza numa época em que a adesão a tais idéias caía vertiginosamente. Apesar disso, teve o mérito de compreender, como talvez nenhum outro, a importância do surgimento das classes de proprietários e não-proprietários na agricultura como fator fundamental para a geração do excedente econômico.

3.7 Avaliação crítica do mercantilismo

Em síntese, o mercantilismo se constituiu num conjunto de doutrinas e práticas econômicas adotadas pelos estados modernos no período compreendido entre os séculos XVI e XVIII.¹⁷ Para sua implementação, era necessário que o Estado tivesse cumprido algumas etapas do processo de centralização. À medida que o receituário apresentava resultados positivos, a unificação nacional avançava e o poder do Estado era incrementado, proporcionando condições para a reiteração do intervencionismo numa escala mais ampla e profunda. Apesar de o Estado, como afirmou Heckscher¹⁸, ser o sujeito e o objetivo do intervencionismo mercantilista, ele esteve longe de ser seu único beneficiário. A unificação do mercado nacional e as agressivas políticas de comércio no plano internacional potencializaram a acumulação do capital, principalmente sob as formas do capital comercial, numa primeira fase, e manufatureiro, na segunda. Nas nações precursoras no desenvolvimento

¹⁷ DEYON, Pierre. *O mercantilismo*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

¹⁸ HECKSCHER, E. F. *La época mercantilista*. Trad. Wesceslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.

das formas de capital manufatureiro, incubadas sob o sistema mercantil, surgiram agentes econômicos empenhados na abertura de novos mercados, sem os quais suas possibilidades de reprodução ficavam comprometidas. Nesse ponto, a regulação da produção, os privilégios, monopólios, práticas protecionistas começaram a se constituir em obstáculos para a reprodução do capital manufatureiro. Além do mais, num contexto de disputas econômicas e políticas crescentes, firmava-se a convicção **de que a capacidade produtiva da nação era uma vantagem inestimável**, especialmente entre os países desprovidos de grandes impérios coloniais. Em outras palavras, o desenvolvimento da produção nacional passava a ser relevante também do ponto de vista de uma afirmação da posição de poder dos Estados no plano internacional, daí a maior receptividade política em relação às idéias de apoio ao setor produtivo, como desregulamentação da produção e liberdade de comércio. Nas nações precursoras do desenvolvimento manufatureiro-industrial, as idéias mercantilistas, que tanto contribuíram para o fortalecimento do poder do Estado e a afirmação do capital comercial, começavam a apresentar um grau crescente de inadequação às necessidades dessas novas formas de reprodução do capital.

A tradição do pensamento econômico representada por Quesnay, Smith, Ricardo, marginalistas e neoclássicos, enérgicos defensores dos efeitos benéficos do livre comércio, criticou o mercantilismo de forma contundente. Os fisiocratas atacaram o intervencionismo, pois, segundo eles, o Estado não conseguia sequer assegurar a ordem jurídica, prejudicava a índole empreendedora num emaranhado de regulamentos, preservava as corporações que restringiam a oferta de mão-de-obra e mantinha monopólios que elevavam os preços. Smith denunciava o metalismo como o principal responsável pelas hostilidades e guerras entre as nações, atribuía ao “sistema mercantil” uma visão de progresso orientada mais pela via da ruína dos concorrentes do que pelo aperfeiçoamento da produção nacional e considerava a sua preservação um sacrifício ao consumidor nacional. Marshall, economista inglês do século XIX, considerado formulador da síntese neoclássica, numa breve referência em uma nota à primeira edição do *Principles*, assinala que os mercantilistas devem ser considerados “confusos por falta de uma idéia clara das funções da moeda”.

Numa obra de grande impacto publicada em 1931, *O mercantilismo*, E. F. Heckscher defendeu que o esforço mercantilista foi um “sistema de poder” centrado no objetivo da unificação nacional, numa fase marcada por todo tipo de particularismos (aduaneiros, monetários, métricos, jurídicos). Chamou atenção para

o fato de que as práticas econômicas mercantilistas estavam subsumidas aos objetivos políticos do Estado e, desse ponto de vista, era uma doutrina orgânica e coerente, bem-sucedida em vários aspectos e em países importantes. Entretanto, na esteira da ortodoxia, reafirmou a “fragilidade” e as confusões teóricas da “escola”, aspectos que, segundo ele, a tornaram incapaz de levar até o fim os objetivos de promoção do desenvolvimento das nações, atingidos somente com a adoção do ideário liberal.

Numa outra vertente, concorrente da Escola Clássica e Ortodoxa, houve uma tendência de reabilitação do mercantilismo e do seu ideário intervencionista presidido pelo Estado. Podemos observar um esforço nesse sentido da Escola Histórica alemã, que será examinada mais adiante. O mercantilismo ganhou, se não um simpatizante, um crítico mais generoso, como Keynes. No capítulo XXIII da sua *Teoria geral*, fez uma série de considerações sobre a doutrina, nas quais pretendeu identificar suas contribuições positivas, entre as quais destacou: primeiro, uma visão correta da relação entre baixas taxas de juros e desenvolvimento da riqueza da nação.

Numa época em que estas autoridades não tinham controle direto sobre a taxa de juros interna nem sobre os outros estímulos para o investimento nacional, as medidas para aumentar o saldo favorável da balança comercial eram o único meio direto de que dispunham para aumentar os investimentos externos; ao mesmo tempo, as entradas de metais preciosos resultantes da balança comercial favorável eram os únicos meios indiretos de reduzir a taxa de juros interna e aumentar o estímulo para inversões dentro do país.¹⁹

Segundo, havia uma percepção, entre alguns formuladores, de que a concorrência **exagerada** era prejudicial às trocas; ela era necessária, mas devia respeitar certos limites. Terceiro, compreendiam bem as relações entre baixo consumo (propensão à poupança), escassez monetária e desemprego. A política mercantilista de assegurar juros baixos pelo aumento da liquidez, nas palavras do professor Heckscher, “matava dois coelhos com uma cajadada. De um lado, livrava-se o país de um indesejável excedente de mercadorias, que se acreditava ser a causa do desemprego, e, do outro, aumentava-se o estoque de dinheiro existente”.²⁰ Quarto, “os mercantilistas não tinham nenhuma ilusão a respeito do caráter nacionalista de sua política e de sua tendência a promover a guerra. Era a vantagem nacional e a força relativa que abertamente procuravam”.²¹

¹⁹ KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

²⁰ Apud KEYNES, *op. cit.*

²¹ KEYNES, *op. cit.*

Questões

1. Explique as principais razões que conduziram os primeiros pensadores mercantilistas a conceber os metais preciosos como o fundamento da riqueza nacional.
2. De que forma a concepção de riqueza dos mercantilistas influenciava as relações entre as nações?
3. Exponha as principais interpretações surgidas no século XVII para explicar a Revolução dos Preços.
4. Identifique quatro componentes centrais da política mercantilista e explique de que forma eles deveriam contribuir para o “desenvolvimento da nação”.
5. Thomas Mun e Josiah Child são considerados as maiores expressões do pensamento mercantilista na Inglaterra. Explique dois aspectos que justifiquem a importância desses autores.
6. Exponha o principal aspecto da teoria do valor adotada pelos mercantilistas e analise o autor que colocou a primeira objeção a essa concepção.
7. Explique os principais impasses enfrentados pela política mercantilista que ajudam a compreender a crise dessa “política” econômica.
8. Explique quais as principais objeções que os liberais fizeram ao mercantilismo.
9. Explique três aspectos relevantes do ponto de vista de Keynes sobre o mercantilismo.

Referências

- BARBON, Nicholas. *A discourse of trade*. Londres: T. Milbourn, 1690.
- BODIN, Jean. *La réponse de Jean Bodin à M. de Malestroit, 1568*, éd. Hausser, Paris, Colin, 1932, cité d'après Latreille, *L'Explication des textes historiques*, Paris, Hachette, 1944.
- CHILD, Josiah. *A new discourse of trade*, 1669.
- D'AVENANT, Charles. *Works*. Londres: Whitworth, 1771.
- DEYON, Pierre. *O mercantilismo*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- HECKSCHER, E. F. *La época mercantilista*. Trad. Wesceslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.
- KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX, Karl. *Teoria da mais-valia: os fisiocratas*. São Paulo: Global, 1978. Coleção Bases 5.
- MONTCHRÉTIEN, Antoine. *Traité de l'économie politique*, 1615.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979. Coleção Estudos Históricos.

PETTY, William. *A treatise on taxes and contributions*. Londres: 1667.

ROLL, Eric. *História das doutrinas econômicas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Mercantilismo¹

[...] 3. Nas nossas exportações não devemos ter em vista apenas as nossas próprias sobras, mas considerar também as necessidades de nossos vizinhos, de maneira a podermos (ao lado da venda de matérias-primas) ganhar tanto quanto possível com a fabricação das mercadorias de que não podem prescindir ou das quais nem se podem prover em qualquer outro lugar, esforçando-nos também por vendê-las por preços tão elevados quanto possível, sem acarretar uma redução no volume da venda. Mas, quanto ao excesso das nossas mercadorias usadas pelos estrangeiros, e cuja aquisição pode ser feita a outras nações, ou cuja venda pode ser reduzida pelo uso de mercadorias semelhantes de outras procedências e mediante um pequeno inconveniente, devemos, nesse caso, esforçar-nos por vendê-lo tão barato quanto possível, de preferência a perder o mercado para tais mercadorias. De fato, a útil experiência destes últimos anos nos mostrou que, por estar em condições de vender barato o nosso tecido na Turquia, tivemos conseqüentemente a nossa venda muitíssimo aumentada, enquanto perderam os venezianos, na mesma medida, o mercado daquelas regiões para suas mercadorias, por venderem-nas mais caro. Por outro lado, tivemos há alguns anos, quando, em virtude do excessivo preço da lã, o nosso tecido era extremamente caro, um prejuízo de, no mínimo, metade de nossos tecidos destinados ao estrangeiro, prejuízo esse do qual, aliás, só nos refizemos (ou quase) em razão da grande queda do preço da lã e do pano. Pensamos ser possível elevar a mais de 50% o montante das vendas, em benefício do público, mediante uma redução de 25% no preço daquela e de algumas outras mercadorias, com prejuízo dos rendimentos de particulares. Pois, quando o pano é caro, outras nações passam atualmente a dedicar-se à tecelagem, e sabemos não lhes faltar nem arte nem material para tal empresa. Mas quando, abaixando o preço, expulsamo-las dessa atividade e, com o tempo, procuramos voltar aos nossos preços altos, empregam, então, de novo, o antigo remédio. De maneira que, por meio dessas mudanças, aprendemos ser inútil esperar-se das nossas mercadorias um rendimento maior do que o permitido pelas suas condições, cabendo-nos antes aproveitar as circunstâncias ao máximo possível, empregando os nossos esforços com cuidado e diligência na fabricação do nosso tecido e de outros artigos, sem falsificação, de modo a valorizá-la e a aumentar o seu uso.

¹ MUN, Thomas. "England's treasure by foreing trade", 1664. In: HUGON, Paul. *Economistas célebres*. São Paulo: Atlas, 1955.

4. O valor de nossas exportações pode igualmente ser muito aumentado se delas nos encarregarmos, em nossos próprios navios, pois, nesse caso, não só obteremos o preço de nossas mercadorias, de acordo com o corrente aqui, mas também o lucro dos mercadores, as despesas de seguro e o frete para transportá-las além-mar. Assim, por exemplo, se os mercadores italianos viessem com a sua própria frota até cá, para buscar os nossos cereais, nossos arenques defumados, ou congêneres, neste caso o Reino só obteria regularmente 25 shillings por uma quarta de trigo e 20 shillings por um barril de arenques defumados, ao passo que, transportando nós mesmos certas mercadorias até a Itália, seria de se esperar obtivéssemos, às mesmas taxas, 50 shillings pela primeira e 40 shillings pelo último, o que representa uma grande diferença nas vendas do estoque de mercadorias do Reino. Se bem seja verdade dever o comércio estar livre aos estrangeiros, a fim de trazerem e levarem à sua vontade, não menos verdadeiro é estar, em muitos lugares proibidos, ou pelo menos limitada, a exportação de mantimentos e provisões que pode ser feita apenas pelos povos e navios dos lugares onde existem em abundância.

5. Igualmente, um sóbrio dispêndio da nossa riqueza natural poderia aumentar anualmente o suficiente para ser exportado para o estrangeiro; e, a sermos pródigos com o nosso vestuário, que o façamos com o nosso próprio material e as nossas manufaturas, tais como as de tecidos, rendas, bordados, aplicações e congêneres, onde o excesso do rico pode ser o emprego do pobre, cujo trabalho, apesar de ser dessa espécie, aproveitará mais ao Império Britânico se empregado para uso dos estrangeiros [...]

6. A pesca dos mares de S. Majestade – da Inglaterra, Escócia e Irlanda – constitui nossa riqueza natural e só requereria trabalho, prestado de boa vontade pelos holandeses. Estes obtêm anualmente, por esta forma, um lucro, provendo de nosso peixe muitos lugares do Mundo Cristão. E assim voltam e suprem suas necessidades quer de mercadorias estrangeiras, quer de dinheiro, além de manterem uma multidão de capitães e navios, a cujo respeito poder-se-ia fazer um longo discurso, a fim de mostrar a especial organização deste importante negócio. As nossas pisciculturas de Nova Inglaterra, Virgínia, Groenlândia, das Ilhas Summer e da Terra Nova são da mesma natureza, produzindo muita riqueza e fornecendo ocupação para manter um grande número de pobres e aumentar o nosso comércio.

As “leis naturais” da vida econômica: os fisiocratas e Adam Smith



4.1 Os fisiocratas: *Tableau économique* de François Quesnay

No caso da França, a superação definitiva da visão mercantilista que atribuía ao comércio o papel de geração das riquezas se deu pelos trabalhos dos fisiocratas. Além da influência que exerceram sobre Adam Smith, no conjunto, a análise dos fisiocratas constitui o que pode ser chamada a primeira escola do pensamento econômico.

As duas obras mais significativas da Escola Fisiocrata são *Analyse du tableau économique*, de François Quesnay, de 1758, e *Reflexions sur la formation e la distribution des richesses*, de Anne Robert Jacques Turgot, de 1766.

4.1.1 Os princípios da fisiocracia

Seguindo de perto o itinerário da análise de Petty sobre a renda da terra, adotaram a concepção segundo a qual só o trabalho produtivo é capaz de gerar um *produit net*, isto é, um produto líquido, e reconheceram, ainda seguindo Petty, que só a agricultura tem a propriedade de gerar tal excedente. Nessa perspectiva, os trabalhadores que atuam na agricultura compõem a “classe produtiva” e os demais, que se dedicam ao comércio e às manufaturas (trabalho improdutivo), constituem as “classes estéreis”.

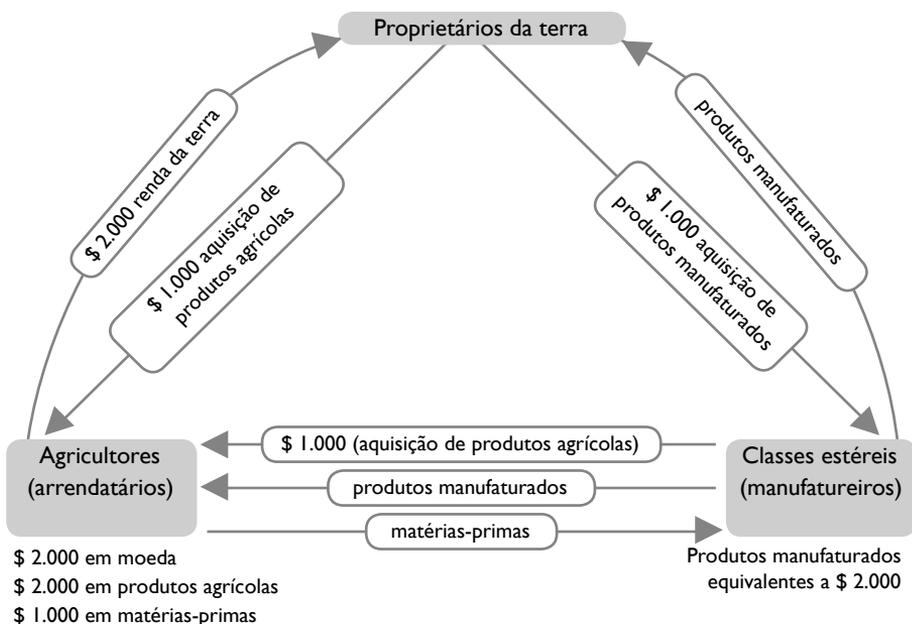
A vinculação que os fisiocratas estabeleciam entre agricultura e geração de excedente decorria, em primeiro lugar, de uma concepção da riqueza segundo uma perspectiva estritamente quantitativa, isto é, concebiam a criação da riqueza como uma multiplicação física dos bens de consumo, fenômeno que só ocorre na agricultura, pois nos demais setores, segundo argumentavam, matérias-primas preexistentes eram apenas transformadas em bens de consumo. Em segundo lugar, na agricultura pode-se observar da forma mais simples e direta que o produto obtido por um trabalhador rural ao longo de um ano, em condições de produtividade média, supera de maneira significativa as necessidades de consumo e de reprodução desse trabalhador, restando um excedente que pode ser comercializado. Na agricultura, fica evidente que os valores de uso criados pelo trabalho e pela “generosidade” do solo superam a quantidade de valores de uso necessários para a reprodução do produtor direto.

Entretanto, para que a produção do excedente se torne possível, algumas pré-condições precisam ser atendidas, em especial a separação entre os meios de produção e o produtor direto. Separado das condições de produção dos meios necessários à vida, é possível impor ao trabalhador uma remuneração equivalente ao mínimo necessário para a reprodução de si mesmo e da sua família, contra o seu compromisso de cumprir uma jornada durante a qual são gerados, por seu trabalho, os bens de consumo que o remuneram e um excedente que será apropriado pelo proprietário da terra.

4.1.2 Tableau économique

No *Tableau économique*, Quesnay demonstrou como o excedente produzido na agricultura circula e se distribui entre as classes sociais de forma a garantir a reprodução do conjunto de sistema econômico para o ano seguinte. No modelo criado pelos fisiocratas, fica implícito que o excedente agrícola não é apenas uma pré-condição para a rede de relações de troca que surge na sociedade, mas também condiciona e dita o ritmo de desenvolvimento das atividades manufatureiras e comerciais na medida em que o lucro nesses setores e a massa de trabalhadores que eles empregam só podem crescer de acordo com o aumento da produtividade e do excedente agrícola. Dessa maneira, o desenvolvimento, ou, dito de outra forma, a disponibilidade de capital para investimento torna-se função do nível de produtividade da agricultura.

Esboço do modelo de distribuição dos fisiocratas



Assume-se que, no início do ciclo, os agricultores detenham \$ 2.000 da moeda nacional e um produto excedente equivalente a \$ 3.000, composto de \$ 2.000 em alimentos e \$ 1.000 de matéria-prima para as manufaturas. A classe estéril, por sua vez, detém um montante de produtos manufaturados equivalente a \$ 2.000. O ciclo se inicia com o pagamento, pelos agricultores, de uma renda da terra no valor de \$ 2.000 aos proprietários, os quais utilizam esses recursos adquirindo produtos agrícolas e manufaturados. A classe estéril utiliza os \$ 1.000 que recebeu dos proprietários para adquirir produtos agrícolas e troca manufaturados no valor de \$ 1.000 por matérias-primas. No final do ciclo, os agricultores encontram-se novamente com \$ 2.000 em moeda para que o processo possa se iniciar novamente.¹ (A classe estéril detém a propriedade de produtos agrícolas equivalentes a \$ 1.000 e matérias-primas equivalentes ao mesmo valor que serão empregados para produção de manufaturados a serem trocados no ciclo seguinte.) Apesar de o esquema ser bastante simplificado, ele se destaca pela originalidade e por demonstrar a profunda integração entre as esferas constituintes da vida econômica.

No modelo fisiocrata, a constatação da importância da agricultura e o reconhecimento do papel estratégico que ela desempenha no sistema econômico como agente gerador da riqueza levaram Turgot a considerar que a tributação do Estado deve incidir exclusivamente sobre o rendimento dos proprietários da terra, desdobrando daí a proposta do **imposto único**. Assim, o reconhecimento da importância da agricultura acabou resultando na eleição do setor como o único a ser penalizado pelo sistema tributário. Turgot tentou implementar essa medida durante sua passagem no controle geral das finanças da França sob Luís XVI, mas, como seria de esperar, a medida despertou a indignação das classes proprietárias e precipitou sua queda em 1776.

Segundo Turgot, os setores manufatureiro e comercial não deviam ficar livres apenas de qualquer tipo de imposto, mas também de qualquer tipo de regulamentação ou interferência estatal. De acordo com o modelo do quadro econômico, para que o sistema econômico funcionasse com dinamismo, e o excedente circulasse, fosse distribuído e consumido, era necessária a eliminação de todo tipo de obstáculo ou empecilho nos processos produtivos ou nos fluxos de troca, como privilégios, monopólios, taxas protecionistas, regulamentações comerciais e produtivas

¹ ROLL, Eric. *História das doutrinas econômicas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

das guildas e corporações de longa tradição medieval. A liberdade de produção e a comercial (*laissez faire, laissez passer*) eram decisivas para que o sistema econômico pudesse operar segundo a “ordem natural”², o que traria como desdobramento a realização plena de suas potencialidades (crescimento econômico, bem-estar etc.).

4.1.3 Principais contribuições

Um dos méritos da análise dos fisiocratas foi destacar com muita ênfase, talvez como nenhuma outra abordagem até então, que as esferas da produção, da circulação, da distribuição e do consumo eram regidas por “leis naturais”, objetivas, necessárias e universais, que independem da vontade dos homens, dando assim um passo decisivo para atribuir a esse conhecimento um caráter científico, tal como ele era concebido no século XVIII. Além disso, foram precursores na criação de um “modelo” de análise teórico (quadro econômico), que não pretendia ser uma reprodução exata da realidade, mas um esquema que permitia a compreensão do seu funcionamento e dos mecanismos que regiam as relações entre as esferas da produção, da distribuição e do consumo, enfim daquilo que posteriormente se tornou o objeto de estudo da “ciência econômica”.

Outra contribuição importante dos fisiocratas foi demonstrar a profunda interdependência entre as esferas da produção, da circulação, da distribuição e do consumo, evidenciando que a produção é também imediatamente consumo, que o consumo gera produção e ativa as esferas da circulação, distribuição etc., concepção que será marcante na definição da vida econômica como um sistema. Nesse sentido, pode-se afirmar que eles se encontram numa posição privilegiada da trajetória que conduziu à delimitação tanto de um novo objeto de estudo, quanto de uma nova “disciplina”, a economia.

4.2 A Escola Clássica: o pensamento de Adam Smith

Adam Smith nasceu na cidade de Kirkcaldy, Escócia, e foi batizado em 5 de junho de 1723. Após completar seus estudos secundários, foi admitido na Universidade de Glasgow em 1737, onde estudou os clássicos, Teologia, Matemática e Filosofia. Após quatro anos, optou por prosseguir seu bacharelado em Balliol College, Oxford. Após terminar os estudos, retornou à Escócia em 1746.

² O conceito de “ordem natural” dos fisiocratas parece fundamentar toda a sua análise econômica. Para eles, a ordem natural teria sido criada por Deus, era regida pelas “leis naturais” e nela estaria assegurado o direito de se desfrutarem os benefícios da propriedade, o direito ao trabalho, a busca dos interesses individuais e a liberdade, desde que não prejudicasse a liberdade dos demais.

Em 1751, foi eleito para a cadeira de Lógica na Universidade de Glasgow e, no mesmo ano, assumiu interinamente também o ensino de Filosofia Moral, disciplina que ocuparia definitivamente até o final de 1763. Nesse período, consolidar-se-ia seu interesse acadêmico pela economia.

Participou com seu grande amigo David Hume da influente Select Society desde a fundação, em 1754, sociedade que publica o importante periódico *Edinburgh Review*.

Adam Smith abriu sua brilhante carreira literária com a publicação, em 1759, da *Teoria dos sentimentos morais*. Segundo Fritsch³,

[...] parte inicial de um ambicioso projeto literário que pretendia cobrir todas as áreas tratadas em seu curso de Filosofia Moral e que incluiria ainda um tratado sobre princípios de economia e política econômica — o que viria a ser a riqueza das nações — e um tomo final sobre legislação e jurisprudência, que entretanto nunca seria publicado.

No final de 1763, Adam Smith renuncia a seu cargo em Glasgow e, no início do ano seguinte, parte para a França, onde viverá por dois anos e meio em Toulouse, para se ocupar das tarefas e incumbências da tutoria do jovem duque de Buccleugh.

Em 1765, mudou-se para Paris e conviveu com David Hume, quando também tem acesso ao grupo dos economistas liderados por François Quesnay.

Adam Smith retornou a Londres em 1766 (pela triste ocasião do assassinato do irmão). Deixa Londres e voltou para sua cidade natal, Kirkcaldy. Em 1773, terminou o manuscrito e, depois de várias modificações e adições, vem a público a primeira edição de *A riqueza das nações*, em 1776.

Em 1777, retornou a Kirkcaldy e foi nomeado para um cargo na administração aduaneira escocesa. Mudou-se com a mãe para Edimburgo. Em 1787, foi nomeado reitor da Universidade de Glasgow. Retornou a Edimburgo e veio a falecer, aos 66 anos de idade, em 17 de julho de 1790.

4.2.1 A riqueza das nações

A obra de Adam Smith é considerada a precursora dos estudos em economia, entendida como ciência. Um dos aspectos históricos mais relevantes dessa obra é sua atualidade em relação à economia capitalista moderna, na medida em que a primeira edição de *An inquiry into the nature and causes of the*

³ FRITSCH, W. “Apresentação”. In: SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. IX.

wealth of nations veio a público em dois volumes, em 1776, momento marcado por grandes transformações econômicas e sociais impulsionadas pela primeira revolução industrial, cujo epicentro foi o Reino Unido.

A importância da obra não poderia ter sido mais bem-ilustrada como na afirmação de Schumpeter⁴, segundo a qual “as obras do século XVIII recolhem tudo o que havia sido elaborado até aquele momento para transmiti-lo às épocas seguintes e, entre todas elas, *A riqueza das nações* é, de longe, a mais importante”.

Não são poucas as razões que levaram o pensamento de Adam Smith a ser considerado o precursor da ciência econômica e o próprio Smith a ser considerado o “pai” da disciplina. Talvez a mais importante resida no fato de que sua obra consubstanciou de forma extraordinária a síntese do novo pensamento moderno, ou pensamento burguês, no campo da economia. Incorporou as idéias de Hobbes de que os homens em seu egoísmo inato seriam tragados a um estado bestial, caso não houvesse a força coercitiva de um poder maior, que poderia ser o poder do Estado. Entretanto, no pensamento de Smith, o egoísmo e a competição generalizada assumiram uma interpretação e uma importância inusitadas como aspectos benéficos e inatos ao homem.

Em Smith, em vez da necessidade de um poder externo coercitivo do Estado, havia no próprio mecanismo de mercado uma força muito mais poderosa que orientaria o egoísmo de cada indivíduo ao bem-estar geral da sociedade: era o poder da “mão invisível” de Deus. Desse modo, o livre mercado, com sua mão invisível (oferta e demanda), promoveria um estado de bem-estar para toda a sociedade. Tais idéias ganharam imediatamente um caráter revolucionário, num contexto em que predominava o poder crescente de um Estado absolutista e a nova classe burguesa lutava e almejava mais liberdade para desenvolver novas formas de busca de riqueza: o comércio e a indústria nascentes, ou seja, a acumulação de capital. Tais idéias eram frontalmente contrárias à defesa da intervenção do Estado na atividade econômica preconizada pelos ideais mercantilistas.

Na brilhante avaliação de Schumpeter, a obra de Smith “tem como base parte dos seus cursos de Filosofia Moral ensinados de 1751 a 1763 na Universidade de Glasgow”.⁵ Smith foi à França em 1764, com um sistema quase terminado. Ali,

⁴ SCHUMPETER, Joseph A. *Fundamentos do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p. 12.

⁵ Id., p. 72.

entrou em contato com os fisiocratas e, durante os anos tranqüilos em Kirkcaldy, de tal maneira integrou em seu sistema as idéias fisiocráticas básicas, conforme observamos, que ultrapassou seu limite, e, com isso, o equilíbrio de sua obra sofreu de forma lamentável. Não obstante, assim fazendo, Smith manifestou uma liberdade e uma superioridade intelectuais notáveis no que diz respeito à escolha dos elementos por ele considerados: de fato, constitui uma realização cujo mérito lhe pertence totalmente. Segundo as reflexões de Schumpeter, devemos nos lembrar da influência de Mandeville, que dera uma aparência grotesca a visões profundas, em seu *Grumbling hive* (1705), cuja nova edição corrigida e aumentada saiu, em 1714, com o título: *The fable of the bees*. Esse poema didático atraiu muita atenção sem ser, normalmente, levado a sério. Porém, sob essa forma, nele se encontram a melhor exposição e a idéia mais clara de que o interesse pessoal individual tem, em matéria econômica, uma função social muito importante a realizar. Smith podia encontrar essa mesma idéia em muitas outras fontes, mas diversos circunlóquios em suas frases indicam precisamente que sofreu a influência de Mandeville.

O raciocínio de Smith começa com a idéia de que o aumento da riqueza e da produtividade do trabalho tem início com os processos ligados à divisão social do trabalho. Segundo Paul Singer⁶, “baseando-se na teoria do valor-trabalho, Smith mostra que o crescimento da riqueza de uma nação depende essencialmente da produtividade do trabalho, que, por sua vez, é uma função do seu grau de especialização, ou seja, da extensão atingida pela divisão do trabalho”.

Para Smith, “o maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho”⁷.

Observando atentamente uma fábrica de alfinetes, Smith advertiu que a implantação da divisão do trabalho geraria um aumento proporcional de suas forças produtivas. Smith ensinou que

[...] esse grande aumento da quantidade de trabalho, que, em conseqüência de sua divisão, o mesmo número de pessoas é capaz de realizar, explica-se por três circunstâncias distintas: em primeiro lugar, devido à maior destreza existente em cada trabalhador; em segundo, à poupança daquele tempo que, geralmente, seria costume perder ao passar de um tipo de trabalho para outro; finalmente, como resultado da invenção de um grande

⁶ SINGER, Paul. “Adam Smith: vida e obra”. In: SMITH, Adam. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. X. Coleção Os pensadores.

⁷ SMITH, A. *A riqueza das nações*, p. 41.

número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho, possibilitando a uma única pessoa executá-lo, que, de outra forma, teria de ser feito por muitas.⁸

Para Smith, o avanço da produtividade tinha a capacidade de se espalhar para todos os ofícios e, assim, produzir uma riqueza universal que se estenderia às camadas mais baixas da população.

Se a divisão do trabalho possui tais atributos intrínsecos, caberia indagar de onde provêm tais qualidades. Para Smith, a fonte é fundamentalmente a própria natureza humana. Segundo Smith, “essa divisão do trabalho, (...) é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana, que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra”.⁹

Para Smith, “todo homem subsiste por meio da troca, tornando-se de certo modo comerciante; assim é que a própria sociedade se transforma naquilo que adequadamente se denomina sociedade comercial”.¹⁰ Portanto, uma vez estabelecida a divisão do trabalho, as necessidades humanas deixariam de ser atendidas pela produção individual dos trabalhadores.

4.2.2 A teoria do valor

A teoria do valor de Smith é das mais interessantes e, como veremos nos capítulos seguintes, abriu caminho tanto para as análises neoclássicas, baseadas na teoria do valor-utilidade, quanto para o pensamento e para a escola relacionados a Karl Marx, baseados na teoria do valor-trabalho.

Na argumentação de Smith, “importa observar que a palavra valor tem dois significados: às vezes, designa a utilidade de um determinado objeto, e, outras, o poder de compra que o referido objeto possui em relação a outras mercadorias. O primeiro pode chamar-se valor de uso e o segundo, valor de troca”.¹¹

Smith investigou os princípios que regulam o valor de troca das mercadorias. Em primeiro lugar, qual é o critério ou a medida real do valor de troca ou em que consiste o preço real de todas as mercadorias. Em segundo lugar, “quais são as diferentes partes ou componentes que constituem esse preço real. Finalmente, quais são as diversas circunstâncias que, por vezes, fazem subir

⁸ SMITH, A. *A riqueza das nações*, p. 43.

⁹ Id., p. 49.

¹⁰ Id., p. 57.

¹¹ Id., p. 61.

alguns desses componentes, ou todos eles, acima do natural ou normal e, às vezes, fazem descer abaixo desse nível, ou seja, quais são as causas que às vezes impedem o preço de mercado, isto é, o preço efetivo das mercadorias, de coincidir exatamente com o que se pode chamar de preço natural”.¹²

O conceito de **preço natural** é muito importante. Para entendê-lo, é preciso saber que, segundo Smith, “quando a quantidade colocada no mercado coincide exatamente com o suficiente e necessário para atender à demanda efetiva, muito naturalmente o preço de mercado coincidirá com o preço natural”.¹³ Conseqüentemente, para Smith,

[...] o preço natural é como que o preço central ao redor do qual continuamente estão gravitando os preços de todas as mercadorias. Contingências diversas podem, às vezes, mantê-los bastante acima dele e, noutras vezes, forçá-los para baixo desse nível. Mas, quaisquer que possam ser os obstáculos que os impeçam de fixar-se nesse centro de repouso e continuidade, constantemente tenderão para ele.¹⁴

Smith entendia que as coisas que tinham muito valor de uso possuíam freqüentemente pouco ou nenhum valor de troca e vice-versa. Menciona o famoso exemplo da água e do diamante para ilustrar tal idéia. A água possui muito valor de uso e pouco valor de troca; já com o diamante ocorre exatamente o contrário.

Outro aspecto dos mais relevantes da teoria do valor de Smith é a determinação do trabalho. Segundo Smith, o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui, mas não tenciona usá-la ou consumi-la, senão trocá-la por outros bens, é igual à quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe dá condições de comprar ou comandar. Conseqüentemente, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias.

Smith, porém, faz notar a existência de graus diferentes de dificuldades e de engenho aplicados no trabalho que geralmente são considerados quando se atribui valor a algo. Outro aspecto relevante apontado pelo autor é que, geralmente, é mais natural estimar o valor de troca de uma mercadoria pela quantidade de outra mercadoria do que com base no trabalho que ela pode comprar. Na verdade, a dificuldade apresentada por Smith é que “o trabalho é o valor real das mercadorias; o dinheiro é apenas o preço nominal delas”.¹⁵

¹² SMITH, A. *A riqueza das nações*, p. 61.

¹³ Id., p. 84-85.

¹⁴ Id., p. 85.

¹⁵ Id., p. 65.

Smith busca desembaraçar-se do problema afirmando que “pode-se dizer que o trabalho, da mesma forma que as mercadorias, tem um preço real e um preço nominal”.¹⁶ O preço real consiste na quantidade de bens necessários que se permutam em troca dele, e o preço nominal, na quantidade de dinheiro.

Sendo o trabalho a medida do valor de troca, Smith entende que, “se, em uma nação de caçadores, abater um castor custa duas vezes mais trabalho do que abater um cervo, um castor deve ser trocado por – ou, então, vale – dois cervos. É natural que aquilo que normalmente é o produto do trabalho de dois dias ou de duas horas valha o dobro daquilo que é produto do trabalho de um dia ou uma hora”.¹⁷ Concluindo, Smith pensa que “fica, pois, evidente que o trabalho é a única medida universal e a única medida precisa de valor, ou seja, o único padrão pelo qual podemos comparar os valores de mercadorias diferentes, em todos os tempos e em todos os lugares”.¹⁸

Para Smith, as fontes originais de todas as rendas são o salário do trabalhador, o lucro do empresário e a renda da terra dos proprietários, e, desse modo, de todo valor de troca.

Quanto ao lucro e à renda da terra, a análise de Smith apresenta a idéia de que “o trabalho mede o valor não somente daquela parte do preço que se desdobra em trabalho efetivo, mas também daquela representada pela renda da terra e daquela que se desdobra no lucro devido ao empresário”.¹⁹

O lucro, no entanto, é regulado por princípios específicos, ou seja, “é totalmente regulado pelo valor do capital ou patrimônio empregado, sendo o lucro maior ou menor em proporção com a extensão desse patrimônio”²⁰, já que a terra se tornou propriedade privada e os proprietários exigem uma renda para permitir que outros cultivem suas terras.

4.2.3 A teoria dos sentimentos morais

No que tange à reflexão ética ou à filosofia moral de Smith, é lapidar a seguinte frase: “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do pai-deiro que nós esperamos nosso jantar, mas da sua consideração de seu próprio interesse”.²¹

¹⁶ SMITH, A. *A riqueza das nações*, p. 66.

¹⁷ Id., p. 77.

¹⁸ Id., p. 68.

¹⁹ Id., p. 79.

²⁰ Id., p. 78.

²¹ Id., p. 50.

Em suas reflexões sobre o egoísmo, Smith admitia que a compaixão e outros sentimentos altruístas se contrapõem ao egoísmo. É, na verdade, a mão invisível de Deus, como ficará mais evidente e será desenvolvido no *Wealth of nations*, que leva os homens a promover o interesse geral ao procurar atender a seus interesses individuais.

Segundo o historiador econômico Cláudio Napoleone,

[...] a filosofia moral de Smith acha-se vinculada a uma linha de pensamento que, na Inglaterra do século XVIII, nasce como reação ao selfish system de Hobbes, ou seja, a afirmação de um estado natural no qual cada comportamento humano somente possui como objetivo a mera autoconservação, ou egoísmo, de cada indivíduo e do qual, se alguma vez se torna possível sua realização integral, decorreria uma guerra geral e desagregadora entre os seres humanos.²²

A ética de Smith nasce, portanto, no caldo de cultura cujo bojo era a reação à filosofia moral e política desenvolvida por Locke e Hume. Desse modo, “poder-se-iam explorar as possibilidades oferecidas pela atribuição de um papel socialmente positivo ao egoísmo: essa operação é o que caracteriza o pensamento de Smith”.²³

No pensamento de Locke, pode-se encontrar a idéia de uma bondade natural ao lado da afirmação de uma desigualdade igualmente natural. Tal desigualdade não poderia ser superada nem mesmo pelos desígnios advindos do Estado. Já no pensamento de Hume, encontra-se

[...] o momento culminante dessa linha de pensamento, em que a crítica à filosofia do egoísmo é feita por intermédio da renúncia a toda tentativa de definir uma lei racional, afirmando contudo a existência, na estrutura psicológica humana, de um ‘sentimento’, diferente do egoísmo e irredutível a este, que leva cada um a desejar o que é bom no sentido óbvio de útil e agradável para os demais, ou o que é útil para um desenvolvimento ordenado da convivência social.²⁴

Esse sentimento, “que se opõe ao egoísmo e que Hume designa como ‘benevolência’, ‘sentido de humanidade’, ‘simpatia’, constitui, em primeiro lugar, a fonte de onde brotam os juízos morais, que são juízos de aprovação para a virtude, ou seja, para tudo o que se afigura útil sob o duplo perfil individual e social”.²⁵ Enfim,

²² NAPOLEONE, Cláudio. *Smith, Ricardo, Marx*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 40-1.

²³ Id., p. 46.

²⁴ Id., *ibid.*

²⁵ Id., *ibid.*

[...] o aspecto central dessa tese reside no fato de que o egoísmo não é um elemento de ordem ou de desenvolvimento: “pode”, no sentido de que, para que essa positividade do egoísmo resulte operante, é necessário [...] que ninguém, na busca de seu próprio interesse, impeça aos demais a obtenção de seus interesses. [...] Nesse sentido, *A riqueza das nações* representa a tentativa de explicar de que modo [...] o livre desenvolvimento das forças individuais no terreno econômico dá lugar à constituição do desenvolvimento da sociedade econômica.²⁶

4.2.4 O bem-estar econômico

O bem-estar humano sempre esteve presente na teoria de Smith. Para o fundador da economia política, o bem-estar econômico estaria relacionado ao livre jogo das forças de mercado que comandaria, por meio de uma mão invisível, as ações egoístas dos indivíduos, que, buscando seus interesses individuais, atingiriam, como por derivação, o bem-estar geral da sociedade.

Segundo Smith, todos os indivíduos estão empenhados em realizar da maneira mais vantajosa possível a aplicação de seu capital, ou seja, realizar sua atividade buscando como resultado o maior valor possível. Além disso, os indivíduos procuram empregar seu capital o mais próximo possível “de sua residência”, fomentando, assim, preferencialmente a atividade nacional. Dessa maneira, guiado pela mão invisível, suas atividades individuais geram, assim como externalidades, o bem-estar de toda a sociedade. Desse modo,

[...] ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países, ele tem em vista apenas sua própria segurança; e, orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado, como que por *mão invisível* (grifo nosso), a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo.²⁷

O bem-estar econômico está relacionado à quantidade do produto do trabalho anual e do número dos consumidores de tal produto e dependeria fundamentalmente de uma ética relacionada ao egoísmo. Smith

[...] individualiza uma zona do proceder humano na qual um comportamento correspondente ao objetivo egoísta justifica-se tomando por base o próprio princípio da utilidade: trata-se da esfera na qual ocorrem a formação e o desenvolvimento da riqueza,

²⁶ NAPOLEONE, Cláudio. *Smith, Ricardo, Marx*, p. 47.

²⁷ SMITH, A. *A riqueza das nações*, p. 379-380.

já que, quando um indivíduo se esforça por conseguir a maior vantagem pessoal na troca, vai mais além de sua própria vontade, de tal sorte que seja máxima a disponibilidade de bens para todos.²⁸

Um aspecto essencial do modelo é a total liberdade da ação dos indivíduos no ambiente do mercado. Por isso, as interferências externas ao mercado eram consideradas malélicas, principalmente aquelas advindas do Estado. A ação do governo deveria ser restrita, limitando-se, conforme Smith, a três funções: proteger a sociedade da violência e da invasão de outras sociedades; proteger todo membro da sociedade da injustiça e cuidar da perfeita administração da justiça; e, por fim, fazer e conservar obras públicas, além de criar e manter as instituições públicas.

Questões

1. Explique qual a concepção de riqueza dos fisiocratas e os motivos que os conduziam a essa formulação.
2. Exponha três contribuições relevantes dos fisiocratas para o pensamento econômico.
3. Explique qual a relação entre a concepção de riqueza dos fisiocratas e as medidas de políticas tributárias que eles preconizavam.
4. Qual a relação entre riqueza, produtividade e divisão social do trabalho no pensamento de Adam Smith?
5. Qual o mais importante aspecto que determina o valor das mercadorias?
6. O que é preço natural?
7. Qual o papel do mercado na sociedade? Responda fazendo referência ao conceito de *laissez-faire* e ao significado da “mão invisível”.
8. Qual a função do Estado no pensamento de Adam Smith?

Referências

- FRITSCH, Winston. “Apresentação”. In: SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 2 volumes.
- MARX, Karl. *Teoria da mais-valia: os fisiocratas*. São Paulo: Global, 1978. Coleção Bases 5.

²⁸ NAPOLEONE, Cláudio. *Smith, Ricardo, Marx*, p. 46.

NAPOLEONE, Cláudio. *Smith, Ricardo, Marx: considerações sobre a história do pensamento econômico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

PETTY, William. *A treatise on taxes and contributions*. Londres, 1667.

ROLL, Eric. *História das doutrinas econômicas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

SCHUMPETER, Joseph A. *História da análise econômica*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S/A, 1964 (1. ed., 1954).

_____. *Fundamentos do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968 (1. ed., 1924).

SINGER, Paul. "Adam Smith: vida e obra". In: SMITH, Adam. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Coleção Os pensadores.

SMITH, Adam. *The theory of moral sentiments*. Oxford: Clarendon Press, 1976 (1. ed. 1759).

_____. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1. ed., 1776). 2 volumes.

Sites

<http://homepage.newschool.edu/het/>

http://www.10emtudo.com.br/artigos_1.asp?CodigoArtigo=34

http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/s/smith_adam.htm



Análise do quadro econômico

Análise de fórmula aritmética do Quadro Econômico da distribuição das despesas anuais de uma nação agrícola:

A nação se reduz a três classes de cidadãos: a classe produtiva, a classe dos proprietários e a classe estéril.

A classe produtiva é aquela que faz renascer, pela cultura da terra, as riquezas anuais da nação, fornece os adiantamentos para as despesas com os trabalhos da agricultura e paga anualmente os rendimentos aos proprietários das terras. Incluem-se na dependência desta classe todos os trabalhos e todas as despesas feitas até a venda dos produtos em primeira mão: é por essa venda que se conhece o valor da reprodução anual das riquezas da nação.

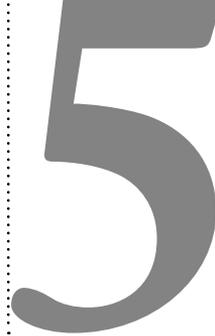
A classe dos proprietários compreende o soberano, os proprietários das terras e os dizimeiros. Esta classe subsiste pelo rendimento ou produto líquido da cultura, que lhe é pago anualmente pela classe produtiva, depois de esta ter deduzido, da produção que faz renascer todos os anos, as riquezas necessárias ao reembolso de seus adiantamentos anuais e para manter suas riquezas de exploração.

A classe estéril é formada por todos os cidadãos ocupados em outros serviços e outros trabalhos, diferentes dos da agricultura, cujas despesas são pagas pela classe produtiva e pela classe dos proprietários, tirando estes seus rendimentos da classe produtiva.

Para seguir e calcular claramente as relações entre essas diferentes classes, é preciso fixar-se num caso qualquer, pois não se pode estabelecer um cálculo positivo partindo-se de simples abstrações.

¹ QUESNAY, F. "Tableau économique". In: HUGON, Paul. *Economistas célebres*. Texto e comentário de P. Gomaheling. São Paulo: Atlas, 1955.

A Escola Clássica: o pensamento de Thomas Malthus



Thomas Robert Malthus (1766-1834) nasceu no condado de Surrey, na Inglaterra. Seus pais, Daniel e Henrietta Malthus, pertenciam à média aristocracia rural. Em 1784, aos 18 anos, após ser educado em casa por preceptores particulares, começou a estudar no Jesus College da Universidade de Cambridge e, em 1788, se formou como matemático e foi ordenado sacerdote da Igreja da Inglaterra. Em Cambridge, obteve também extensa formação em letras clássicas e modernas. Em 1805, foi nomeado para o corpo docente da faculdade da Companhia das Índias Orientais. E ocupou a primeira cátedra de Economia Política da Inglaterra.

Malthus desenvolveu suas reflexões numa época de grandes transformações econômicas e sociais. Basta dizer que foi contemporâneo, como Ricardo, dos desdobramentos da revolução industrial inglesa que criaram condições para fabulosos aumentos de produtividade do trabalho humano, e, contraditoriamente, esse momento da história coincide também com fabuloso sofrimento de grandes contingentes da classe trabalhadora em razão de salários miseráveis e jornadas extenuantes de trabalho.

5.1 A teoria da população

Naquele contexto, a jornada de trabalho das crianças inglesas durava de 14 a 18 horas, com direito a poucos minutos para a refeição. Os protestos e motins se alastraram por toda a primeira metade do século XIX. Malthus, então, reservou para si a tarefa de refletir sobre como melhorar a sociedade, e, assim, colocou no centro de suas preocupações a questão da reprodução da população e da possibilidade de crise de superprodução na sociedade contemporânea, tornando-se referência clássica obrigatória nos estudos de população e da dinâmica do capitalista até os dias de hoje.

Um pressuposto importante da elaboração malthusiana sobre a população é que esta devia sempre ser mantida no nível dos meios de subsistência. Segundo Malthus, o progresso da sociedade dependia do equilíbrio entre a população e os meios de subsistência, e, desse modo, tornava-se primordial compreender quais os fatores que possibilitariam tal equilíbrio.

Tendo em vista os argumentos de Adam Smith, Hume e Wallace, Malthus elaborou o que chamou de seus **postulados**: “Creio que posso razoavelmente colocar dois postulados. Primeiro: que o alimento é necessário à existência do homem. Segundo: que a paixão entre os sexos é necessária e permanecerá aproximadamente em seu presente estado”.¹

Uma vez aceitos os postulados acima como razoáveis, Malthus supôs que a capacidade de crescimento da população é indefinidamente superior à capacidade da terra de produzir os meios de subsistência necessários. Assim, apresenta suas principais idéias sobre o princípio da população, segundo o qual:

[...] a população, quando não obstaculizada, aumenta a uma razão geométrica. Os meios de subsistência aumentam apenas a uma razão aritmética. Uma ligeira familiaridade com números mostrará a imensidade da primeira capacidade comparativamente à segunda.²

Desse modo, a discrepância entre os aumentos da população e dos víveres implicava em obstáculo ao crescimento da população. Segundo Malthus, “essa desigualdade natural das duas capacidades, da população e da produção da terra, e aquela grande lei de nossa natureza que deve manter constantemente seus efeitos iguais formam a grande dificuldade que me parece insuperável no avanço da perfectibilidade da sociedade”.³ Nesse sentido, dado o argumento contundente, pode-se concluir contra a perfectibilidade da massa de seres humanos. Ele afirma:

[...] num estado de grande igualdade e virtude, onde prevalecessem costumes puros e simples e onde os meios de subsistência fossem tão abundantes que nenhum setor da sociedade pudesse ter quaisquer temores acerca de prover amplamente uma família [...] o aumento da espécie humana seria evidentemente muito maior do que qualquer aumento até agora conhecido.⁴

Os estudos de Malthus sobre a realidade dos Estados Unidos da América lhe trouxeram elementos empíricos para suas teses sobre a população. Segundo ele, “nos Estados Unidos da América, [...] verificou-se que a população dobra a cada 25 anos. [...] Essa taxa de crescimento [...] será tomada como nossa regra”.⁵

¹ MALTHUS, Thomas R. “Crescimento demográfico e produção de alimentos: primeiras proposições (1798)”, reproduzido de MALTHUS, T. R. *An essay on the principle of population as it affects improvement of society with remarks on the speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet and other writers*. In: SZMERECSÁNYI, Tomás. *Malthus*. São Paulo: Ática, 1982, p. 56.

² Id., p. 57.

³ Id., p. 58.

⁴ Id., p. 59.

⁵ Id., *ibid.*

E, ao comparar tal taxa de crescimento populacional com o crescimento dos alimentos, por exemplo, da Inglaterra, Malthus entendeu que,

[...] repartindo-se mais a terra e por grandes encorajamentos à agricultura, o produto dessa ilha possa ser dobrado nos primeiros 25 anos. [...] É impossível supor que o produto pudesse quadruplicar nos 25 anos seguintes.⁶

Finalmente, conclui que o aumento da espécie humana só poderia ser mantido comensurável ao aumento dos meios de subsistência “pelo constante funcionamento da possante lei da necessidade, que age como um obstáculo sobre o poder maior”.⁷

5.2 Sobre as leis de amparo aos pobres

Nesse aspecto particular, há uma obsessão moral de Malthus contra os costumes da classe operária, principalmente no que tange ao hábito de tomar cerveja. Essas idéias de Malthus inspiraram muitos economistas conservadores modernos na elaboração de suas teorias acerca da impossibilidade e inutilidade de uma política de bem-estar social que tivesse no seu cerne a distribuição de renda. Para que distribuir renda se os pobres, vistos como amorais, gastariam todo o acréscimo de renda em futilidades, vícios e orgias? Seria melhor manter a renda concentrada, pois pessoas frugais iriam poupar o excedente que mais tarde se transformaria em investimentos e progresso geral da sociedade. Nós, na periferia brasileira, conhecemos bem as teorias do crescimento do bolo, muito utilizadas nos anos 1970, segundo a qual não seria interessante para a sociedade proceder a uma distribuição equitativa da renda, pois, segundo essa tese, iria se distribuir a pobreza, e não a riqueza. Desse modo, a teoria do crescimento do bolo advogava que o bolo, ou seja, a renda, deveria primeiro crescer para depois ser distribuído. O fato estarrecedor é que a economia brasileira figura, há muito, entre as dez primeiras economias do mundo, em termos de magnitude do produto; entretanto, as classes desfavorecidas estão sempre na expectativa de uma política de rendas efetivamente redistributivas, ou seja, aguardam a chegada do momento da distribuição do “bolo”.

Nesse aspecto, é relevante observarmos o tratamento dispensado por Malthus à questão da lei dos pobres na Inglaterra:

⁶ MALTHUS, Thomas R. “Crescimento demográfico e produção de alimentos: primeiras proposições (1798)”, reproduzido de MALTHUS, T.R. *An essay on the principle of population as it affects improvement of society remarks on the speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet and other writers*. In: SZMERECZSÁNYI, Tomás. *Malthus*. São Paulo: Ática, 1982, p. 59.

⁷ Id., p. 61.

[...] a fim de remediar os freqüentes sofrimentos dos pobres, têm sido instituídas leis para impor sua assistência; e a Inglaterra distinguiu-se particularmente no estabelecimento de um sistema geral desse tipo. É de se temer, todavia, que, embora isso possa ter aliviado um pouco a intensidade da desgraça individual, tenha espalhado o mal num âmbito muito maior.⁸

Segundo Malthus, se, por uma subscrição dos ricos, os pobres passassem a receber uma assistência um pouco maior, poder-se-ia imaginar que eles seriam capazes de viver melhor com um nível maior de consumo de alimentos. Para ele, essa seria uma conclusão totalmente falsa, na medida em que a elevação dos rendimentos dos pobres acarretaria um aumento na demanda por víveres e, conseqüentemente, uma elevação nos preços dos alimentos. Assim, o que parecia benefício aos pobres se transformaria em malefício para o conjunto da sociedade.

Além disso, o aumento das “riquezas fantasiosas” criaria estímulo ao aumento da população. O aumento do consumo somado ao aumento da população teria como conseqüência a fome. O mercado seria o indicador mais adequado para o estabelecimento dos preços e, principalmente, para o preço da mão-de-obra. Assim, “o preço da mão-de-obra, quando se permite encontrar seu nível natural, é um barômetro político dos mais importantes, expressando a relação entre a oferta e a demanda de provisões, entre a quantidade a ser consumida e o número de consumidores”.⁹

A ajuda paroquial e quaisquer benefícios decorrentes das leis de amparo aos pobres seriam prejudiciais a toda a sociedade também, pois, ao se distribuir parte da renda aos necessitados, que logo consumiriam toda a ajuda, poder-se-ia provocar, além do aumento da demanda, uma diminuição da poupança da sociedade, ou seja:

[...] uma ascensão geral dos salários proporcional ao preço das provisões, ajudada por subsídios paroquiais adequados aos despedidos, por impedir qualquer tipo de poupança, causaria, da mesma maneira que um máximo, o consumo total em nove meses de uma safra que deveria ter durado doze e, assim, produziria a fome.¹⁰

Desse modo, toda a ajuda aos pobres não passaria de uma ilusão, pois sua conseqüência inevitável seria o aumento da fome, uma vez que, além da elevação dos preços em razão do aumento da demanda, ainda teríamos, com a

⁸ MALTHUS, T. R. “Sobre as leis de amparo aos pobres (1803)”. Reproduzido de MALTHUS, T. R. *Essay on population*. In: SZMERECSÁNYI, Tomás. *Malthus*. São Paulo: Ática, 1982, p. 66.

⁹ Id., p. 74.

¹⁰ Id., p. 76.

aceleração do consumo, a eliminação dos estoques e de toda a produção de víveres antes mesmo que pudessem ser repostos no tempo, e, assim, teríamos a piora para o conjunto da população. Parece que Malthus entende que a distribuição de renda conseqüente da ajuda aos pobres redundaria necessariamente em malefício para o conjunto da sociedade e, portanto, todas as leis de amparo a eles deveriam ser abolidas em benefício de todos.

Os argumentos de Malthus são contundentes, e ele ganhou muitos adeptos. Afirma que

[...] as leis inglesas de amparo aos pobres tendem a deprimir a condição geral dos pobres das duas seguintes maneiras. Sua primeira tendência óbvia é aumentar a população sem aumentar a comida para seu sustento. [...] Em segundo lugar, a quantidade de provisões consumidas nas casas de trabalho por uma parte da sociedade que não pode, em geral, ser considerada como a mais valiosa, diminui a porção que, de outra forma, pertenceria a membros mais industriosos e valiosos, e, assim, da mesma maneira, força mais gente a se tornar dependente.¹¹

Os pobres trabalhadores vivem o presente e nunca se preocupam em economizar e fazer poupança. Com essa visão moral acerca dos pobres e com esse argumento, Malthus conclui que os trabalhadores, mesmo quando “têm oportunidade de economizar, raramente a utilizam; mas, falando de maneira geral, tudo o que ganham acima de suas necessidades presentes vai para a cervejaria”.¹² A alternativa para se evitar o aumento da população e, conseqüentemente, o aumento da pobreza seria: primeiro, “a abolição gradual e muito gradual das leis de amparo aos pobres”¹³; e segundo, “prudência no casamento, que é o único meio moral de evitar um excesso de trabalhadores em relação à demanda”.¹⁴

É evidente que a argumentação de Malthus não levava em consideração que o aumento da oferta de alimentos poderia minimizar os efeitos deletérios das pressões de demanda decorrentes do aumento da renda dos pobres. Tal aumento poderia advir tanto da introdução de tecnologias modernas no campo como também da própria elevação da taxa de lucro, em razão da demanda reprimida decorrente do aumento da renda dos pobres. Mesmo assim, há os que defendem que o aumento

¹¹ MALTHUS, T. R. “Sobre as leis de amparo aos pobres (1803)”. Reproduzido de MALTHUS, T. R. “Essay on population”. In: SZMERECSÁNYI, Tomás. *Malthus*. São Paulo: Ática, 1882, p. 77.

¹² Id., p. 78.

¹³ Id., p. 94.

¹⁴ Id., p. 96.

da oferta de alimentos somente pode se transformar em realidade considerando o médio e longo prazo. Entretanto, é possível supor que o nível de desenvolvimento tecnológico alcançado pela humanidade no início do século XXI pode ter suplantado o dilema de Malthus. É possível aludir também que grandes dificuldades de ordem política impeçam que a renda produzida, de fabulosa magnitude, seja repartida fraternalmente, mas caminhe em direção à sua sistemática concentração e permanência em mãos de reduzida parcela da população.

5.3 A teoria da superprodução

Segundo a lei dos mercados de Say, que veremos adiante, toda oferta gera sua própria procura. Isso implica pelo menos que: a) a economia está em equilíbrio e livre de crises, desde que nada interfira no livre jogo das forças de mercado; b) que o crescimento econômico depende do aumento da capacidade produtiva, ou da oferta. Essas idéias desenvolvidas por Jean-Baptiste Say, e aceitas por David Ricardo, foram totalmente questionadas e abandonadas por Malthus. Assim, ao se opor frontalmente à Lei de Say, Malthus tornou-se o precursor das idéias desenvolvidas no século XX por John Maynard Keynes e também antecipou as teorias de crescimento econômico baseadas nos modelos de Harrod e Domar. Malthus argumentou que

Say, em seu trabalho sobre economia política, chegou, na verdade, a ponto de afirmar que o consumo de uma mercadoria, ao retirá-la do mercado, reduz a demanda, ao passo que a sua produção a eleva proporcionalmente. [...] Em sua aplicação geral, essa doutrina me parece, entretanto, totalmente infundada e em completa contradição com os grandes princípios que regulam a oferta e a procura.¹⁵

Ele foi ao cerne da questão aprofundando a discussão no interior da teoria do valor e afirmando:

[...] na realidade, de modo algum é verdadeiro que as mercadorias sejam sempre trocadas por mercadorias. Uma imensa massa delas é trocada diretamente quer por trabalho produtivo, quer por serviços pessoais; e é bastante óbvio que essa massa de mercadorias, comparada com o trabalho pelo qual deve ser trocada, pode ter seu valor reduzido por um excesso, da mesma forma que qualquer mercadoria cai de valor por uma oferta excessiva, quando comparada seja com o trabalho, seja com o dinheiro.¹⁶

¹⁵ MALTHUS, T. R. “As possibilidades da superprodução (1820)”. Reproduzido de MALTHUS, T. R. “Of accumulation or the saying from revenue to ad to capital, considered as a stimulus to the increase of wealth”. In: SZMERECSÁNYI, Tomás. *Malthus*. São Paulo: Ática, 1982, p. 125.

¹⁶ Id., p. 126.

Para Malthus, embora dada mercadoria possa ter custado em sua produção a mesma quantidade de trabalho que a outra e embora elas possam ser exatamente equivalentes uma à outra na troca,

[...] por que ambas podem não ser tão abundantes que não correspondam a mais trabalho do que custaram, ou seja, que não propiciem lucros? E, nesse caso, seria efetiva a demanda por elas? Seria esta suficiente para assegurar a continuidade de sua produção? Inquestionavelmente não.¹⁷

Malthus elabora sua crítica, estendendo-a às teses de Ricardo. Este defendeu como um princípio geral que o capital não pode ser redundante e que, quando há excesso geral de mercadoria motivado por queda nos preços e nos lucros, tal proposição não invalida o princípio geral. Malthus critica Ricardo afirmando que, “se pode haver um excesso geral de mercadorias, sempre que isto acontece, como se pode sustentar, em termos de posição geral, que o capital nunca é redundante?”¹⁸

O segundo aspecto da crítica malthusiana à economia política de Ricardo, Say e James Mill, é o fato de ela não levar em consideração algumas características da “natureza humana”, como a indolência e o amor ao ócio. Já um terceiro elemento de crítica apontado é que o “erro seriíssimo dos autores acima referidos é praticamente o mais importante dos três: consiste em supor que a acumulação assegura a demanda”.¹⁹

Malthus desfere um golpe final na Lei de Say com o argumento de que:

[...] embora seja bastante verdadeiro que uma adequada paixão pelo consumo possa manter plenamente a correta proporção entre oferta e demanda, quaisquer que sejam as capacidades de produção, parece igualmente verdadeiro que uma paixão desordenada pela acumulação deve inevitavelmente conduzir a uma oferta de mercadorias superior ao que a estrutura e os hábitos de tal sociedade permitiriam que fosse lucrativamente consumido.²⁰

Questões

1. Apresente de forma sucinta a formulação da teoria da população de Malthus.
2. Qual a posição de Malthus em relação à lei de amparo aos pobres?

¹⁷ MALTHUS, T.R. “As possibilidades da superprodução (1820)”. In: SZMEREZÁNYI, Tomás. *Malthus*. São Paulo: Ática, 1982, p. 127.

¹⁸ Id., p. 128.

¹⁹ Id., p. 130.

²⁰ Id., p. 133.

3. Na opinião de Malthus, por que os pobres não poupam?
4. Quais as alternativas para se evitarem o aumento da população e o conseqüente aumento da pobreza?
5. Qual a divergência de Malthus em relação à Lei de Say?

Referências

MALTHUS, Thomas Robert. *Principles of political economy considered with a view to their practical application*. Londres: New Oak, 1820.

SCHUMPETER, Joseph A. *História da análise econômica*. Lisboa: Editora Fundo de Cultura, 1964.

SZMERECSÁNYI, Tomás. *Malthus*. São Paulo: Ática, 1982.

Sites

<http://cepa.newschool.edu/het/profiles/malthus.htm>

<http://www.ucmp.berkeley.edu/history/malthus.html>

<http://www.ac.wvu.edu/~stephan/malthus/malthus.0.html>

A Escola Clássica: o pensamento de David Ricardo



David Ricardo nasceu em 18 de abril de 1772 na cidade de Londres. Seu pai era um holandês descendente de judeus portugueses. Ricardo casou-se com uma jovem *quaker*, o que o distanciou da religião judaica e de seu pai, um negociante de sucesso que lhe ensinou os segredos dos negócios. Assim, Ricardo tornou-se operador da bolsa e fez fortuna antes dos 30 anos. Pôde, então, se dedicar intensamente aos estudos, e, após ler as obras de Adam Smith, interessou-se pela economia política. Incentivado por James Mill, dedicou-se a escrever, não sem dificuldade confessa, sobre economia política e tributação.

Estudar a obra de Ricardo não é tarefa fácil nem mesmo para especialistas. Entre outros motivos, porque se trata de obra densa e minuciosamente refletida. Desse modo, cada parágrafo foi talhado de acordo com a harmonia da totalidade da obra. Não é por acaso que o trabalho de Ricardo é referência clássica obrigatória para todos os estudiosos de economia política há quase dois séculos. *Princípios de economia política e tributação*, a “obra-prima” de Ricardo, veio a lume em 1817, na cidade de Londres, muito embora a terceira edição, publicada em 1821, represente efetivamente a obra acabada.

As principais escolas de pensamento que sucederam a obra de Ricardo, como a Marxista e a Marginalista, são tributárias e herdeiras de suas idéias. A marxista partiu das idéias do valor-trabalho de Smith e Ricardo e desenvolveu a teoria do valor-trabalho com a revolucionária categoria da mais-valia. Já a marginalista desenvolveu a teoria do valor-utilidade e da determinação marginal dos preços no mercado a partir do princípio marginal ricardiano.

6.1 A teoria do valor-trabalho

Um dos aspectos mais relevantes da sua obra é a teoria do valor-trabalho. Para ele, “possuindo utilidade, as mercadorias derivam seu valor de troca de duas fontes: de sua escassez e da quantidade de trabalho necessária para obtê-las”.¹

¹ RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. Trad. Paulo H. R. Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 43.

Para formular sua teoria do valor, Ricardo estudou atentamente a obra de Adam Smith. Segundo Ricardo, “como medida-padrão, ele [Smith] se refere algumas vezes ao trigo, outras ao trabalho; não à quantidade de trabalho empregada na produção de cada objeto, mas à quantidade que este pode comprar no mercado, como se ambas fossem expressões equivalentes [...]”.²

Entretanto, Ricardo ressalta que o trabalho é fundamental e também leva em consideração o papel da maquinaria no processo de produção, inclusive porque a maquinaria tem o poder de aumentar a produtividade de trabalho e, assim, alterar o tempo de produção das mercadorias. Segundo ele, “se os sapatos e a roupa do trabalhador pudessem ser produzidos, graças ao aperfeiçoamento da maquinaria, com um quarto do trabalho atualmente necessário para sua fabricação, tornar-se-iam provavelmente uns 75% mais baratos”.³ Ricardo concluiu que

[...] não é correto, portanto, dizer, como Adam Smith, que [...] “o trabalho, não variando jamais de valor, é o único e definitivo padrão real pelo qual o valor de todas as mercadorias pode ser comparado e estimado em todos os tempos e em todos os lugares”. Mas é correto dizer, como dissera anteriormente Adam Smith, “que a proporção entre as quantidades de trabalho necessárias para adquirir diferentes objetos parece ser a única circunstância capaz de oferecer alguma regra para trocá-los uns pelos outros”, ou, em outras palavras, que a quantidade comparativa de mercadorias que o trabalho produzirá é que determina o valor relativo delas, presente ou passado, e não as quantidades comparativas de mercadorias que são entregues ao trabalhador em troca de seu trabalho.⁴

Uma vez que o trabalho era o determinante do valor de troca, a investigação de Ricardo ocupou-se da busca de uma medida invariável de valor. Para ele,

[...] se o valor do trabalho diminuísse consideravelmente, em relação a todas as outras coisas, e se descobríssemos que essa diminuição resultava de uma nova oferta abundante, estimulada pela grande facilidade com que eram produzidos o trigo e todos os outros gêneros de primeira necessidade para o trabalhador, penso que seria correto afirmar que o valor do trigo e de outros bens necessários diminuiu por causa da menor quantidade de trabalho necessária para produzi-los e que essa maior facilidade para suprir o sustento do trabalhador ocasionou uma redução do valor do trabalho.⁵

O ouro utilizado como medida de valor trouxe também polêmica para os estudos de Ricardo, que entendia que,

² RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*, p. 45.

³ Id., p. 46.

⁴ Id., p. 46.

⁵ Id., p. 47.

[...] precisamente como no caso do ouro, a causa da variação entre o trigo e outros bens é a menor quantidade de trabalho requerida para produzi-lo e, logicamente, sou obrigado a considerar essa variação do trigo e do trabalho como redução em seu valor, e não elevação do valor das coisas com as quais foram compradas.⁶

A investigação de Ricardo, porém, buscava o determinante do valor de troca. No seu entender, “o valor de troca das mercadorias produzidas seria proporcional ao trabalho dedicado à sua produção – não somente imediata, mas também à fabricação de todos aqueles implementos ou máquinas necessários à realização do trabalho ao qual foram aplicados”.⁷ É importante frisar que, para Ricardo, a quantidade de trabalho tem influência direta na determinação do valor de troca das mercadorias, mas uma alteração nos salários não afeta seu valor de troca, mas tem interferência direta e é inversamente proporcional no que tange aos lucros.

A utilização de menos trabalho, segundo Ricardo, reduz relativamente o valor de uma mercadoria. Isso inclui a produção dos elementos que atualmente entendemos por bens de capital, ou seja, as máquinas, utensílios etc., necessários à produção de uma mercadoria. E continua, dizendo que,

[...] nos estágios primitivos da sociedade, o arco e as flechas do caçador tinham o mesmo valor e a mesma durabilidade que a canoa e os instrumentos do pescador, sendo ambos produzidos com a mesma quantidade de trabalho. Em tais circunstâncias, o valor do gamo, produto de um dia de trabalho do caçador, seria exatamente igual ao valor do peixe capturado num dia de trabalho do pescador. O valor comparativo do peixe e da caça seria inteiramente regulado pela quantidade de trabalho destinada a cada um, independentemente da quantidade produzida, ou dos salários ou lucros altos ou baixos.⁸

A maquinaria empregada na produção capitalista recebeu de Ricardo uma atenção especial, principalmente no que se refere às relações com a determinação do valor de troca das mercadorias. Segundo ele,

[...] dependendo da rapidez com que pereça, e a frequência com que precise ser reproduzido, ou segundo a lentidão com que se consome, o capital é classificado como circulante ou fixo. Um fabricante de cerveja [...] emprega uma grande parcela de capital fixo. Ao contrário, um sapateiro, cujo capital é principalmente empregado no pagamento de salários que são pagos em alimentos e em roupas [...] utiliza uma grande proporção de seu capital como capital circulante. [...] Portanto, duas atividades podem utilizar o mesmo montante de capital, mas este pode ser dividido de modo muito diferente entre a parte fixa e a circulante.⁹

⁶ RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*, p. 47.

⁷ Id., p. 50.

⁸ Id., p. 51.

⁹ Id., p. 53.

Uma elevação no preço do trabalho acarretaria diminuição nos lucros. Tal relação inversa não ocorre, ele explica, quando há aumento ou diminuição na quantidade de trabalho necessário para produzir as mercadorias. Assim, “todo melhoramento na maquinaria, nas ferramentas, nas edificações e na obtenção de matérias-primas poupa trabalho, permitindo-nos produzir mais facilmente a mercadoria à qual se aplicou a melhoria e, em conseqüência, o seu valor se altera”.¹⁰ Dessa reflexão, Ricardo depreende que

[...] a divisão do capital em diferentes proporções de capital fixo e circulante, empregada em diferentes atividades, introduz uma considerável modificação na regra, de aplicação universal, quando se emprega quase exclusivamente trabalho na produção: as mercadorias jamais variarão de valor, a menos que maior ou menor quantidade de trabalho seja necessário para sua produção.¹¹

Nesse ponto de suas reflexões, Ricardo empreende uma crítica a Adam Smith e a outros pensadores econômicos que o antecederam, principalmente no que tange à idéia de que um aumento dos salários elevaria os preços de todas as mercadorias. Ele discorda e tenta demonstrar sua tese de que um aumento nos salários afetaria apenas os preços daquelas mercadorias nas quais “se utiliza menos capital fixo que na medida-padrão pela qual se estima o preço, e que todas aquelas nas quais se empregasse mais capital fixo teriam seu preço positivamente reduzido quando os salários aumentassem”.¹²

Isso porque, “se o capital fixo não for de natureza durável, será necessária maior quantidade anual de trabalho para mantê-lo em seu estado original de eficiência, mas o trabalho assim despendido deve ser considerado como realmente gasto na mercadoria fabricada, a qual deve conter um valor proporcional a esse trabalho”.¹³ Assim,

[...] um aumento de salários, contudo, não afetaria igualmente as mercadorias produzidas com maquinaria de desgaste rápido e as fabricadas com maquinaria de desgaste lento. Num caso, uma grande quantidade de trabalho seria continuamente transferida ao produto; no outro, a quantidade transferida seria muito pequena. Portanto, todo aumento de salários — ou, o que é a mesma coisa, toda queda nos lucros — reduzirá o valor relativo das mercadorias produzidas com capital de natureza durável e elevará

¹⁰ RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*, p. 56.

¹¹ Id., *ibid.*

¹² Id., p. 60.

¹³ Id., p. 57.

proporcionalmente o valor relativo das produzidas com capital mais perecível. Uma redução nos salários terá precisamente o efeito contrário.¹⁴

Dando continuidade à sua reflexão, na busca do entendimento do determinante do valor de troca das mercadorias, Ricardo entendia que se fazia mister encontrar uma medida invariável de valor. Mas as dificuldades não eram poucas e levaram-no a idéias da inexistência de tal medida. Assim, afirmava que,

[...] quando o valor relativo das mercadorias varia, seria importante dispor de meios para averiguar com certeza qual delas diminuiu e qual aumentou em seu valor real. [...] É impossível obter tal medida, pois não há mercadoria que não seja suscetível às mesmas variações como aquelas cujo valor deve ser verificado: ou seja, não há nenhuma que deixe de requerer mais ou menos trabalho para sua produção.¹⁵

Entendia também que:

[...] é de acordo com a distribuição da produção total de uma fazenda entre as três classes – o proprietário da terra, o capitalista e o trabalhador – que devemos julgar se houve aumento ou diminuição da renda, do lucro e do salário, e não segundo o seu valor calculado por intermédio de uma medida reconhecidamente variável.¹⁶

E, portanto, a renda e o lucro deveriam ser conhecidos previamente.

Muitos foram os avanços e também os obstáculos de Ricardo. A maior dificuldade dele foi não ter encontrado uma mercadoria classificada como medida invariável de valor. Por isso, mesmo sabendo que o ouro não podia ser considerado como tal medida, aceitou-o provisoriamente.

6.2 A teoria dos rendimentos decrescentes na agricultura

A expressão *teoria dos rendimentos decrescentes* não pode ser encontrada literalmente na obra de Ricardo. Na verdade, ela é derivada da interpretação de suas idéias pelos estudiosos, que dali abstraíram tal conceito.

Terras diferentes possuem características diferentes quanto à qualidade do solo. Além disso, a disponibilidade de terras não é ilimitada. Assim, terras de qualidade inferior e de pior localização são postas a produzir em razão do crescimento da população e do conseqüente aumento da demanda de alimentos. O uso da terra dá direito a uma renda a seu proprietário. Segundo Ricardo, “quando, com o desenvolvimento da sociedade, as terras de fertilidade

¹⁴ RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*, p. 57.

¹⁵ Id., p. 59.

¹⁶ Id., p. 62.

secundária são utilizadas para cultivo, surge imediatamente renda sobre as de primeira qualidade: a magnitude de tal renda dependerá da diferença de qualidade daquelas duas faixas de terra”.¹⁷ Entende-se que essa renda é a porção do produto da terra paga ao seu proprietário pelo uso das forças originais e indestrutíveis do solo.

Quando uma nova terra passa a ser cultivada, ela fornece elementos para que apareça renda na terra anterior pela diferença de produtividade entre elas. Ao mesmo tempo, ocorrerá aumento da renda naquela de maior produtividade que já tinha renda anteriormente ao aproveitamento da nova terra. Assim, “na margem”, as novas terras dão ensejo à renda na terra anteriormente produtiva com maior produtividade e melhor localização, ou seja,

[...] se apenas a terra nº 1 for cultivada, o fazendeiro capitalista terá um lucro de 100 quartos. Se a terra nº 2 passar a ser usada, a concorrência subirá a renda da terra nº 1 para 10 quartos e cada capitalista ganhará 90 quartos de lucro. Se a terra nº 3 for usada, a concorrência fará com que a renda da terra nº 2 suba para 10 quartos e a da nº 1, para 20 quartos, e cada capitalista ganhará 80 quartos de lucro.

Nota-se que, no processo, a introdução de novas terras cultivadas cria condições para o surgimento de renda na terra anterior e, ao mesmo tempo, à redução do lucro, já que o produto líquido total é formado por lucro do capitalista mais a renda da terra.

Ricardo mantém a coerência em relação à sua teoria do valor-trabalho, na medida em que o que explica a alteração do valor de troca dos produtos das novas terras cultivadas é a alteração da quantidade de trabalho na nova realidade. Para ele,

[...] as terras mais férteis e mais favoravelmente localizadas serão cultivadas primeiro, e o valor de troca de seus produtos será ajustado da mesma forma que o de todas as demais mercadorias, isto é, pela quantidade total de trabalho necessário, sob várias formas da primeira à última, para produzi-los e colocá-los no mercado. Quando a terra de qualidade inferior começa a ser cultivada, o valor de troca dos produtos agrícolas aumenta, pois torna-se necessário mais trabalho para produzi-los.¹⁸

E, portanto, segundo Ricardo, a razão pela qual há aumento no valor comparativo dos produtos agrícolas é o emprego de mais trabalho para produzir a última porção obtida, e não o pagamento de renda ao proprietário da terra.

¹⁷ RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*, p. 66.

¹⁸ Id., p. 68.

6.3 A teoria das vantagens comparativas no comércio internacional

David Ricardo viveu no extraordinário contexto da Revolução Industrial na Inglaterra e das radicais transformações advindas com a Revolução Francesa. Rapidamente a Inglaterra desfrutava uma situação relativa privilegiada de desenvolvimento econômico capitalista. A indústria têxtil era responsável por apreciável parcela das exportações britânicas.

Naquele contexto, a teoria do comércio exterior elaborada por Ricardo defendia que:

[...] cada país naturalmente se especializa nos ramos em que tem maiores vantagens, isto é, em que seus custos de produção são menores do que os de seus parceiros. Na divisão internacional de trabalho, cada país apresenta vantagens naturais (solo, clima, minério etc.) ou artificiais (mais capital acumulado, melhor infra-estrutura), que determinam os produtos que pode obter com menor custo. Dessa maneira, os grandes beneficiados pelo comércio internacional são os consumidores dos países importadores, pois podem dispor de produtos do mundo inteiro pelos menores preços.¹⁹

O crescimento do comércio exterior não aumentaria imediatamente a massa de valor de um país, mas contribuiria para ampliar o volume de mercadorias e, por conseguinte, de satisfações. O mais interessante é que, se as mercadorias estrangeiras forem mais baratas e, “portanto, uma parte menor do produto anual da terra e do trabalho da Inglaterra for utilizada para as importações, uma parte maior sobrar para a compra de outras coisas”.²⁰ Quanto à maquinaria,

[...] se, pela introdução de maquinaria, o conjunto das mercadorias em que se empregava o rendimento diminuísse 20% em valor, eu poderia economizar da mesma forma, como se meu rendimento houvesse aumentado 20%. No entanto, num caso, a taxa de lucros permaneceria estacionária e, no outro, aumentaria 20%. Se pela introdução de bens estrangeiros baratos eu puder poupar 20% de meus gastos, o efeito será precisamente o mesmo que se a maquinaria houvesse reduzido o custo de produção, mas os lucros não sofreriam aumento.²¹

Ricardo está permanentemente preocupado com a questão de como aumentar a taxa de lucro, principalmente no que tange aos interesses dos capitalistas industriais. Sua teoria do comércio exterior está umbilicalmente relacionada a essa problemática. Na perspectiva da economia política, de Smith

¹⁹ SINGER, Paul. “Apresentação”. In: RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. Trad. Paulo H. R. Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. XXIII.

²⁰ RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*, p. 102.

²¹ Id., p. 103.

e principalmente de Ricardo, a defesa dos interesses dos setores burgueses confundia-se com a defesa dos interesses gerais da sociedade, ou até da humanidade. Para Ricardo,

[...] é tão importante para o bem da humanidade que nossas satisfações sejam aumentadas pela melhor distribuição do trabalho, produzindo cada país aquelas mercadorias em que, por sua situação, seu clima e outras vantagens naturais ou artificiais, encontra-se adaptado, trocando-as por mercadorias de outros países, quanto aumentar nossas satisfações por meio de uma elevação na taxa de lucros.²²

Na verdade, ele estava tentando demonstrar que a taxa de lucros é inversamente proporcional ao aumento dos salários e

[...] que estes só podem cair permanentemente em consequência de uma queda do preço dos gêneros de primeira necessidade, nos quais os salários são gastos. Se, portanto, por uma ampliação do comércio exterior, ou por melhoramentos na maquinaria, os alimentos e os bens necessários ao trabalhador puderem chegar ao mercado com preços reduzidos, os lucros aumentarão. [...] Mas, se as mercadorias obtidas a um preço mais baixo pela ampliação do comércio exterior ou pelos aperfeiçoamentos da maquinaria forem artigos consumidos exclusivamente pelos ricos, nenhuma alteração ocorrerá na taxa de lucro.²³

A defesa do livre cambismo e da liberdade total para o comércio internacional é coerente com a idéia de que, para aumentar os lucros dos capitalistas, seria necessário reduzir os salários, e uma maneira de obter tal redução seria a importação de víveres ou bens para a classe operária com preços mais baixos do que os produzidos internamente. Assim, a vantagem do comércio internacional se daria principalmente para os capitalistas que teriam seus lucros aumentados, bem como para os operários que não teriam seus salários reduzidos, necessariamente, com tal aumento dos lucros. Assim, para Ricardo, “num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países”.²⁴ Esses são elementos essenciais para as idéias sociais de Ricardo, em que a harmonia entre as classes é, sem dúvida, um elemento central.

Para explicar sua tese, Ricardo compara a produção de vinho em Portugal com a produção de tecidos na Inglaterra. Nas trocas entre vinho e tecidos, a

²² RICARDO, David. *Princípios da economia política e tributação*, p. 103.

²³ Id., *ibid.*

²⁴ Id., p. 104.

idéia da troca determinada pela quantidade de trabalho fica comprometida, pois se trata de dois países com grau de produtividade e condições de trabalho desiguais. Desse modo, “a quantidade de vinho que Portugal deve dar em troca dos tecidos ingleses não é determinada pelas respectivas quantidades de trabalho dedicadas à produção de cada um desses produtos, como sucederia se ambos fossem fabricados na Inglaterra ou ambos em Portugal”.²⁵

Entretanto, o mais importante aspecto da sua teoria do comércio exterior refere-se à quantidade relativa de horas de trabalho para a produção das mercadorias objeto do comércio. Segundo ele,

[...] em Portugal, a produção de vinho pode requerer somente o trabalho de 80 homens por ano, enquanto a fabricação de tecido necessita do emprego de 90 homens durante o mesmo tempo. Será, portanto, vantajoso para Portugal exportar vinho em troca de tecidos. Essa troca poderia ocorrer mesmo que a mercadoria importada pelos portugueses fosse produzida em seu país com menor quantidade de trabalho que na Inglaterra.²⁶

Ricardo completa o raciocínio afirmando que, muito embora Portugal

[...] pudesse fabricar tecidos com o trabalho de 90 homens, deveria, ainda assim, importá-los de um país onde fosse necessário o emprego de 100 homens, porque lhe seria mais vantajoso aplicar seu capital na produção de vinho, pelo qual poderia obter mais tecido da Inglaterra do que se desviasse parte de seu capital do cultivo da uva para a manufatura daquele produto.²⁷

Assim, a Inglaterra poderia exportar tecidos e importar vinho de forma mais vantajosa do que se dedicasse tempo de trabalho para a produção de vinho, desperdiçando horas de trabalho, que de outro modo, como na produção de tecidos, tornaria a indústria têxtil mais produtiva e teria mais tecidos e vinho do que se produzisse ambos. Do mesmo modo, a indústria de Portugal seria benéfica para ambos os países se produzisse vinho e trocasse pelos tecidos ingleses.

Questões

1. Quais os aspectos divergentes entre a teoria da determinação do valor de David Ricardo e de Adam Smith?

²⁵ RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*, p. 104.

²⁶ Id., *ibid.*

²⁷ Id., p. 104-5.

2. Qual o possível impacto de um aumento dos salários no valor relativo das mercadorias?
3. Explique a determinação da renda da terra e o que Ricardo entende por rendimentos decrescentes na agricultura.
4. Comente as idéias de David Ricardo acerca do livre cambismo e da liberdade do comércio internacional.
5. Como David Ricardo defende sua tese de que o livre-comércio poderia beneficiar todas as partes envolvidas?

Referências

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. Trad. Paulo H. R. Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SINGER, Paul. "Apresentação". In: RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. Trad. Paulo H. R. Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

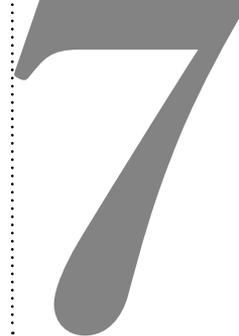
Sites

<http://cepa.newschool.edu/het/profiles/ricardo.htm>

http://www.pensamentoeconomico.ecn.br/economistas/david_ricardo.html

<http://www.econlib.org/library/Enc/bios/Ricardo.html>

A Escola Clássica: utilitarismo e utilidade



7.1 A teoria da utilidade de Jeremy Bentham

Jeremy Bentham (1748-1832) exerceu grande influência por todo o século XIX, principalmente com sua obra *An introduction to the principles of morals and legislation*, publicada em 1780. Bentham foi um entusiasta defensor de reformas como o sufrágio universal (masculino), o voto secreto e investimentos públicos em obras para dirimir os malefícios do desemprego em épocas de crise.

As idéias utilitaristas de Bentham possuem como pressupostos a filosofia grega clássica conhecida como hedonismo. A idéia fundamental do hedonismo é a de que os homens estão sempre perseguindo as coisas que provocam ou aumentam o prazer e sempre tentando evitar as coisas que provocam a dor ou o sofrimento. Na teoria econômica, essas idéias foram identificadas com as teses de que os indivíduos estão sempre buscando maximizar o prazer e minimizar a dor, de sorte que a elevação do consumo está associada com a maximização do prazer, e a privação do consumo, com o sofrimento.

A idéia principal é que os seres humanos sempre buscam maximizar a utilidade no sentido em que buscam o máximo de prazer e, ao mesmo tempo, o mínimo de dor. Segundo Bentham, “a natureza colocou a humanidade sob o domínio de dois mestres soberanos, a dor e o prazer. Só eles podem mostrar o que devemos fazer. O princípio da utilidade reconhece esta sujeição e o aceita como fundamento [de sua teoria social]”.¹

Para os precursores da Escola Neoclássica, o valor de uma mercadoria se baseia em sua utilidade e geralmente coincide com seu preço de mercado, já que os consumidores estão sempre em busca da maior satisfação possível, e tal satisfação pode ser realizada com o consumo. Assim, a sociedade seria algo como um grande leilão, onde os consumidores, de posse de sua razão e com o conhecimento do mercado, buscam maximizar o prazer, algo apenas possível com a satisfação

¹ BENTHAM, Jeremy. “An Introduction to the Principles of Morals and Legislation”. In: *Bentham Readers*. Nova York: Pegasus, 1969. Apud HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 1984, p. 147.

de suas necessidades. As mercadorias são utilidades e, como tal, possuidoras de valor. Assim, para Bentham, todo valor se baseia na utilidade.

Entretanto, a maximização da satisfação geralmente não depende da satisfação total, mas da satisfação adquirida “na margem”. Quando um consumidor possui uma necessidade e tem dinheiro para supri-la, sua satisfação aumentará com a obtenção de cada unidade adicional até o ponto em que “na margem” a aquisição de uma nova mercadoria fará diminuir o nível da satisfação total. Assim, Bentham desenvolveu a idéia da utilidade marginal do dinheiro, ou seja, ao acrescentar 1 real na renda mensal de um operário que ganha um salário mínimo e na de um milionário que vive de rendas do capital, obviamente o acréscimo na margem trará maior satisfação para o operário do que para o capitalista.

7.2 A teoria do valor, da produção e reformas sociais de John Stuart Mill

John Stuart Mill (1806-1873), filho do filósofo James Mill, foi discípulo de Bentham e de Ricardo. Publicou em 1848 sua principal obra de economia política, intitulada *Princípios de economia política*, em que buscou integrar a teoria do valor-trabalho às teorias utilitaristas. A obra está dividida em cinco livros, a saber: *Produção* (onde analisou os fatores terra, capital e trabalho), *Distribuição*, *Troca*, *Influência do progresso da sociedade na produção e na distribuição*, e *Sobre a influência do governo*.

O ecletismo de Mill criou muitas controvérsias entre os historiadores econômicos, principalmente sua tentativa de conciliar o liberalismo, o socialismo, o empirismo e o determinismo, além de aderir a alguns aspectos das críticas de Auguste Comte à economia política, considerada como uma metafísica.

Mill certamente estava de acordo com a economia capitalista, cujo objetivo último seria o lucro e o capital seria o “estoque acumulado da produção”, mas aceitava a idéia de que os trabalhadores poderiam melhorar sua condição de sobrevivência pela criação de cooperativas de produtores. Admitiu, ainda, que as greves seriam meios legítimos para a classe trabalhadora lutar pelos seus direitos e pela participação na riqueza total.

O preço, afirmava, era determinado pela oferta e procura e, desse modo, a tese de Mill se aproxima da teoria do preço natural dos clássicos. Usou como base a teoria do valor-trabalho de David Ricardo, pois, para Mill,

[...] o que a produção de uma coisa custa a seu produtor ou à série de produtores é o trabalho empregado em sua produção. Na verdade, à primeira vista, isto parece apenas uma parte das despesas (de um capitalista), pois ele não só pagou salários aos trabalhadores, como também forneceu-lhes instrumentos, materiais e, talvez, prédios. Esses instrumentos, materiais e prédios foram, porém, produzidos pelo trabalho e pelo capital, e seu valor depende do custo de produção que, uma vez mais, pode ser reduzido a trabalho. Portanto, o valor das mercadorias depende, principalmente, da quantidade de trabalho necessária para sua produção.²

O capital, por sua vez, era o que ele entendia como o “estoque acumulado da produção do trabalho”.

Em sua época, Mill foi considerado um reformista. Defendeu a participação ativa do Estado na economia, em aspectos e setores da sociedade nos quais os indivíduos poderiam não ter interesse específico quanto a empreendimentos, como a construção de estradas, hospitais, escolas, portos etc. Procurou, ainda, contornar algumas contradições sociais da sociedade de livre mercado, com o argumento de que “a imensa maioria está condenada, desde o nascimento, a uma vida de trabalho duro, ininterrupto e interminável, em troca de uma simples e, em geral, precária subsistência”.³ As idéias reformistas de Mill o tornaram um fervoroso defensor da Lei da Pobreza, de 1834.

7.3 A lei dos mercados de Jean-Baptiste Say, ou Lei de Say

Jean-Baptiste Say (1767-1832) nasceu em Nantes, em uma família protestante. Seu principal trabalho de economia foi *A treatise on political economy*, publicado em 1803. Say trabalhou como professor de Economia e criou o ensino dessa disciplina na França. Tentou separar a economia da política e se reconhecia como herdeiro das idéias dos mercantilistas, dos fisiocratas e das obras clássicas de Adam Smith.

Segundo a definição de Say, a produção não é uma criação de matérias, mas uma criação de utilidades. Dessa observação preliminar, ele extrairá suas idéias sobre a teoria do valor:

[...] a utilidade é o fundamento do valor. O preço é a medida da utilidade. Quando não existem obstáculos à livre concorrência, nem intervenções estatais, os preços do mercado refletem adequadamente os valores reais, ou seja, a utilidade dos diversos

² MILL, J. S. “Utilitarianism”. In: *Utilitarianism, liberty, and representative government*. Nova York, 1951, p. 10. Apud HUNT, E. K., 1984, p. 204.

³ MILL, J. S. *Dissertations and discussions*, p. 59, apud HUNT, E. K., 1984, p. 213.

produtos. O custo da produção não é mais do que uma limitação imposta ao produtor, um limiar aquém do qual ele se absterá de produzir, mas que não determina, de modo algum, o valor dos produtos. [...] Trata-se, aqui, de uma total rejeição da teoria do valor-trabalho, assim como, também, de toda a distinção entre o valor de uso e o valor de troca. O valor de Say é um valor mercante que só se define pela troca.⁴

Na teoria da utilidade de Say, ao consumidor é atribuída uma importância crucial, pois a demanda é determinante para o estabelecimento do equilíbrio econômico e a procura é o que define o que deve ser produzido. Os indivíduos vão ao mercado com o objetivo de maximizar sua utilidade e trocam os bens necessários por seu trabalho ou serviço, terra ou seu capital. O empresário, por sua vez, ocupa um lugar de destaque na sociedade, na medida em que está sempre se esforçando para atender à oferta desejada pela demanda e, assim, maximizar seu lucro. Nesse quadro teórico, o Estado não tem papel determinante algum, apenas deve abster-se de intervir no livre jogo das forças de mercado, ou seja, da oferta e da procura, que, se deixadas livremente, irão necessariamente estabelecer e manter o equilíbrio econômico. Para Say,

[...] o verdadeiro motor do crescimento é o desequilíbrio permanente entre as necessidades ilimitadas e a produção limitada. Num mundo de escassez, a demanda potencial é sempre superior à capacidade de produção, alimentando, assim, um desenvolvimento contínuo da indústria de uma nação.⁵

Numa economia em que prevalece a divisão social do trabalho e os indivíduos estão procurando maximizar sua satisfação, as pessoas possuem papéis determinados. O valor de troca dos bens produzidos é

[...] igual ao valor das remunerações dos serviços produzidos, que é por sua vez igual ao total dos bens e serviços comprados. [...] O ato de produção é “dicotômico”. Ele aumenta necessariamente ao mesmo tempo e na mesma quantidade os bens disponíveis e o poder de compra. A oferta global e a procura efetiva são necessariamente iguais: a oferta cria a sua própria procura.⁶

Nas palavras de Say, “a demanda dos produtos em geral é tanto maior quanto mais ativa for a produção” ou “os produtos criados fazem nascer demandas diversas”.⁷ Eis a lei de Say em sua expressão mais translúcida. Ele almejava que

⁴ TAPINOS, Georges. “Prefácio”. In: SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 10.

⁵ Id., p. 11.

⁶ Id., p. 13.

⁷ SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, cap. XV, p. 142.

a teoria econômica fosse clara e simples o suficiente para que todo cidadão comum pudesse entendê-la, explicá-la e aplicá-la.

A abordagem de Say pressupõe que a economia esteja em equilíbrio, e, portanto, as crises econômicas são fenômenos passageiros ou desequilíbrios temporários em determinados mercados. O entesouramento parece-lhe absurdo, pois, no seu entender, o objetivo da poupança é sempre o investimento. Assim, os desequilíbrios parciais possuem a capacidade de autocorreção. Em última instância, o que restabeleceria o equilíbrio seriam condutas racionais dos agentes econômicos em busca da máxima satisfação de suas necessidades pessoais, ou sua maximização.

Na teoria de Say, o dinheiro não possui hegemonia ou a importância que lhe é atribuída nas teorias monetárias, mas tem seu papel fundamental como facilitador das trocas:

[...] você pretende que é de dinheiro que precisa: afirmo que são outros produtos. Com efeito, para que deseja esse dinheiro? Não é com o propósito de comprar matérias-primas para sua indústria ou comestíveis para sua boca? Veja que são produtos de que você precisa e não apenas dinheiro.⁸

Por fim, no que se refere ao progresso técnico, Say entende que

[...] aumenta a renda real de todos os agentes econômicos. [...] O efeito sobre os preços beneficia os consumidores, portanto, o conjunto da população (trabalhadores, capitalistas, assalariados); o efeito sobre o emprego também é positivo, pois, na hipótese mais desfavorável, as eventuais perdas de emprego, resultado direto da introdução de uma inovação, são geralmente compensadas pela criação de empregos induzidos.⁹

7.4 A teoria da abstinência de Nassau Senior

Nassau William Senior (1790-1864) foi um dos mais importantes economistas ingleses, pois elaborou um dos pilares do pensamento econômico neoclássico: a teoria da abstinência. A produção de Senior está associada aos acontecimentos da primeira metade do século XIX, em que se destacaram os conflitos e tumultos sociais relacionados à reação da classe trabalhadora ao estado de pobreza e de longas jornadas de trabalho a que estava submetida. As contradições e as lutas operárias se espalhavam por toda a Europa, culminando com a comuna de Paris.

⁸ SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de economia política*, p. 138.

⁹ TAPINOS, Georges, *op cit.*, p. 20.

No campo das idéias, a produção foi muito fértil, tanto dos defensores quanto dos críticos ao status quo (era o nascimento das idéias socialistas). No campo da ciência econômica, o período foi marcado pela busca de soluções para os dilemas pós-ricardianos, e Senior se destacou por tentar conciliar a teoria da utilidade com a teoria do valor-trabalho. Na verdade, Senior ofereceu uma crítica contundente ao campo do valor-trabalho, pois, para ele, o valor, ou valor de troca, era determinado e dependia da oferta e da demanda. Mas o destaque mesmo coube à sua contribuição com o conceito de “abstinência”, que buscava uma justificativa moral para a existência do lucro dos capitalistas. Senior foi considerado brilhante, e seus estudos e idéias lhe valeram o importante cargo de primeiro professor catedrático em Economia Política da Universidade de Oxford, em 1825. Foi também professor do King’s College de Londres.

Suas principais obras, entre outras, foram: *Introductory lecture on political economy*, de 1826; *Two lectures on population*, de 1828; *Three lectures on the rate of wages*, de 1830; *An outline of the science of political economy*, de 1836, além de contribuições à imprensa e outras formas de divulgação.

Os pressupostos das idéias de Senior, sobre os quais ele buscou construir sua ciência econômica pura ou livre de valores, são as suas quatro proposições:

[...] os fatos gerais em que se baseia a Economia Política compreendem umas poucas proposições gerais, que são o resultado da observação ou da consciência. As proposições a que aludimos são estas:

todo homem deseja conseguir mais riqueza com o mínimo sacrifício possível;

a população do mundo é limitada apenas pelo mal moral ou físico ou pelo medo de uma falta dos produtos que os hábitos dos indivíduos ou de cada classe de seus habitantes os levam a querer; os poderes do trabalho e dos outros instrumentos que produzem riqueza podem ser indefinidamente aumentados se seus produtos forem usados como meios de produzir mais;

mantendo-se a capacidade agrícola, um trabalho adicional na terra de determinado distrito produz, em geral, um retorno menos do que proporcional; em outras palavras, embora a cada aumento de trabalho o retorno agregado aumente, esse aumento não é proporcional ao aumento do trabalho.¹⁰

¹⁰ SENIOR, Nassau. *An outline of the science of the political economy*. Londres: Allen & Unwin, 1938, p. 2-3. Apud HUNT, E. K., p. 160.

Para Senior, o que dá valor a um bem ou a uma coisa é a sua utilidade ou o seu poder de oferecer prazer. Aqui, ele caminha na mesma direção de Bentham, na medida em que a origem última dos preços não está no trabalho incorporado, mas na utilidade que os indivíduos retiram das mercadorias no ato do consumo. É curioso que a teoria do valor-utilidade de Senior seja tão aceita se uma análise mais minuciosa demonstra claramente o caráter irracional da idéia. Para sustentar sua tese, ele parte da hipótese de que todas as mercadorias são fornecidas pela natureza, num momento histórico no qual a indústria já estava se tornando hegemônica como forma de produção; ou seja, para dar suporte a sua teoria do valor de uma sociedade industrial, recorre a idéias que mal caberiam a uma sociedade de pura coleta.

Entretanto, o eixo mesmo de sua reflexão é a teoria da abstinência, segundo a qual o lucro é o resultado marginal da atitude dos capitalistas de renunciar ao prazer de utilizar o capital improdutivamente, como em consumo supérfluo, e investir na produção de algo que gerará um produto que beneficiará toda a sociedade. Assim, o capitalista faz jus, tanto moral quanto economicamente, a uma retribuição à renúncia do prazer de consumir: o lucro.

Toda a riqueza produzida pelo capital, pela terra e pelo trabalho é dividida, segundo Senior, em salários, lucros e renda da terra. Ele inova ao rediscutir os termos geralmente aceitos e as terminologias. Ao discutir os termos capital, capitalista e lucro, Senior destaca:

[...] esses termos expressam o instrumento, a pessoa que o emprega ou usa e sua remuneração; mas não existe termo familiar para expressar o ato, a conduta cuja recompensa é o lucro, e que tem com este a mesma relação que o trabalho tem com o salário. Esta conduta já foi por nós chamada de abstinência [...]. A abstinência expressa tanto o ato de se abster do uso improdutivo do capital, como também a conduta semelhante de quem dedica seu trabalho à produção de resultados distantes e não imediatos.¹¹

É importante observar que a contribuição de Senior tem um alcance muito maior do que as aparências demonstram. Ao justificar moralmente o lucro dos capitalistas e também ao defender que a renda da terra era uma remuneração justa, pois advinha das qualidades naturais de fertilidade do solo, colocou em pé de igualdade os trabalhadores, os capitalistas e os donos de terra, eliminando, assim, as contradições inerentes a uma sociedade de classes. Se todas as

¹¹ SENIOR, Nassau. *Science of political economy*, p. 89. Apud HUNT, E. K., p. 166.

classes recebem uma renda de acordo com sua participação na sociedade, e tais rendas se equivalem em justiça e são moralmente justificáveis e aceitas, podemos concluir, junto com Senior, que a sociedade moderna, ou capitalista, não possui classes, ou, então, que a característica fundamental da sociedade moderna: é a harmonia social. A contribuição de Senior para a Escola Neoclássica foi expressiva, na medida em que, para ele, a renda poderia ser o resultado de um acidente ou herança; o salário era a recompensa que os trabalhadores recebiam pelo sacrifício do trabalho; e os lucros, a recompensa a que os capitalistas faziam jus à medida que abriam mão do consumo, ou seja, era o fruto da abstinência.

Questões

1. Apresente as principais idéias da filosofia hedonista que inspiraram os utilitaristas.
2. O que determina o preço na teoria de John Stuart Mill?
3. Apresente sumariamente a lei dos mercados de Say.
4. Qual a importância do conceito de utilidade na obra de Nassau Senior?
5. Por que o conceito de “abstinência” é considerado central para as idéias de Nassau Senior?

Referências

- BENTHAM, Jeremy. “An Introduction to the Principles of Morals and Legislation”. In: *Bentham Readers*. Nova York: Pegasus, 1969.
- HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 1984.
- MILL, J. S. “Utilitarianism”. In: *Utilitarianism, liberty, and representative government*. Nova York, 1951.
- SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SENIOR, Nassau. *An outline of the science of the political economy*. Londres: Allen & Unwin, 1938.
- TAPINOS, Georges. “Prefácio”. In: SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Sites

<http://www.ifl.pt/main/Portals/0/dic/utilitarismo.pdf>

<http://cepa.newschool.edu/het/profiles/say.htm>

http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=758&Itemid=114

<http://plato.stanford.edu/entries/mill/>

http://www.institutoliberal.org.br/galeria_autor.asp?cdc=918

http://www.institutoliberal.org.br/galeria_autor.asp?cdc=918

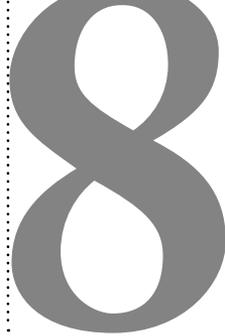
Tábua de conceitos importantes

Hedonismo: os homens estão sempre perseguindo as coisas que provocam ou aumentam o prazer e sempre tentando evitar aquelas que provocam dor ou sofrimento.

Lei de Say: os produtos criados fazem nascer demandas diversas, ou seja, a oferta cria sua própria demanda.

Teoria da abstinência: o lucro é o resultado marginal da atitude dos capitalistas de renunciar ao prazer de utilizar o capital improdutivamente.

A crítica da economia política clássica



8.1 A afirmação do sistema industrial e a economia política clássica

O período compreendido entre 1780 e 1850 corresponde a uma etapa de afirmação acelerada e irresistível do moderno sistema industrial, cujo centro dinâmico e irradiador se encontrava na Inglaterra.

As transformações agrícolas, desencadeadas pelos cercamentos (transformação de terras para a agricultura em pastagens para criação de ovelha) no século XVI e intensificadas no século XVIII, criaram um imenso contingente de mão-de-obra livre, pronta para ser explorada por uma classe de arrendatários de terras dedicados à produção mercantil. Nas áreas rurais submetidas à influência urbana, os pequenos artesãos e produtores domésticos tornaram-se cada vez mais dependentes e endividados em relação aos intermediários que comercializavam seus artigos nos mercados distantes, a tal ponto que tiveram de se desfazer de suas ferramentas de trabalho para se libertar das dívidas. Expropriados de seus meios de trabalho, foram obrigados a trabalhar por jornada para os comerciantes, agora transformados em verdadeiros empresários manufatureiros. No decorrer da segunda metade do século XVII, a derrota da Holanda nas Guerras de Navegação elevou a Inglaterra à condição de potência marítima europeia, posição que foi reafirmada nas décadas seguintes. A hegemonia crescente dos comerciantes ingleses sobre o processo de ampliação do mercado mundial¹ fez com que os estímulos de demanda desse mercado em expansão convergissem de forma mais intensa ao setor manufatureiro inglês, em especial ao setor têxtil do algodão, induzindo transformações nos processos técnicos e na divisão técnica e social do trabalho, que resultaram na criação do maquinário e no desencadeamento da Revolução Industrial.

¹ Como etapas da construção dessa hegemonia, podem-se identificar os Atos de Navegação e a vitória inglesa nas Guerras de Navegação contra a Holanda; a conquista do *asiento* (o controle do tráfico de escravos para as colônias espanholas na América) obtido pelo tratado de Utrecht no início do século XVIII; as condições vantajosas conseguidas nas relações comerciais com o Império Português em fins do século XVII e início do XVIII; a tutela do comércio com a Índia; e a posterior construção do seu império colonial na África, Ásia e Oriente Médio.

À medida que o sistema industrial capitalista se afirmava como um vetor irresistível do desenvolvimento econômico, as formas sociais, políticas, as expressões ideológicas, artísticas e científicas que lhe correspondiam eram reiteradas. Assim, a sociedade de classes (fundada nos critérios econômicos de diferenciação e no mérito) e o modelo político liberal (estruturado nos direitos naturais, no sistema constitucional, na divisão dos poderes e no regime censitário) ganhavam um contorno cada vez mais nítido e estável.

Do ponto de vista ideológico, as idéias que anunciavam a possibilidade de ascensão social, como resultado de uma dedicação sistemática e disciplinada ao trabalho, despertavam adesão em grande escala ao novo sistema, em especial nos setores médios da sociedade, e também contribuíam para promover a estabilidade da nova ordem. Além disso, a força crescente do nacionalismo atuava como poderoso fator de coesão social, tanto nas nações que já viviam sob as tensões dilacerantes do novo sistema (caso da Inglaterra, França, Bélgica), como nas regiões que estavam apenas ingressando na turbulenta transição para o capitalismo industrial (Estados Germânicos, Península Itálica).

No plano das manifestações culturais, especialmente na pintura e na arquitetura, assiste-se à recuperação das referências racionais na elaboração das obras. A valorização de recursos formais, como a simetria, a proporcionalidade, a harmonia, o equilíbrio, tão caros à cultura clássica, ganha força nas obras de David e na arquitetura urbana, expressando a um só tempo tanto os pressupostos racionais e “cientificistas” da visão burguesa, como a ambição de edificar uma ordem social baseada nos atributos da harmonia e da ordem.

No plano do pensamento científico, a inflexão produzida pela “razão científica” devia muito à revolução ocorrida no século XVII, capitaneada pela monumental obra de Isaac Newton, *Philosophiae naturalis principia mathematica*, publicada em 1687. A contribuição de Newton no *Principia* promoveu uma síntese de duas tradições. A primeira compreendia os estudos do movimento dos corpos celestes, realizados principalmente por Copérnico, Tycho Brahe e Kepler, e as análises do movimento dos corpos na Terra, pelos experimentos de Galileu. A outra tradição, de cepa racionalista e abstrata, tem no físico e filósofo René Descartes o seu maior expoente. Entre suas numerosas contribuições, destaca-se a empreitada de articular a geometria euclidiana à álgebra, o que possibilitou a matematização do espaço. Newton, baseado num método rigoroso, num sólido sistema conceitual e num poderoso instrumental matemático

que ele próprio desenvolveu, sintetizou essas tradições e criou um novo modelo de explicação dos fenômenos físicos, com uma surpreendente e admirável capacidade explicativa das “leis naturais” que regiam o movimento dos corpos, o que exerceu fascínio arrebatador sobre todos aqueles que se aventuravam à compreensão da sua teoria. A partir da publicação da sua obra, os estudiosos dos fenômenos sociais começaram a alimentar a pretensão de elaborar uma teoria social que apresentasse um estatuto de cientificidade semelhante ao do modelo newtoniano. Foram preocupações dessa natureza, isto é, a identificação das “leis naturais” que regem os variados tipos de fenômenos sociais (a produção da riqueza, a política, os costumes, as mentalidades), que estiveram na base da Escola Fisiocrata e do movimento filosófico do Iluminismo e, posteriormente, no nascimento da economia política clássica, por intermédio de Adam Smith e Ricardo.

Apesar da grande importância das contribuições de Smith e Ricardo no sentido de definir um novo objeto de estudo (*economy*) e a nova disciplina científica (*economics*), que permitia a sua descrição e compreensão, a nova teoria teve o inegável papel de legitimar a ordem econômica engendrada pela Revolução Industrial e contribuiu para identificar os meios e as práticas mais eficientes para a reiteração do sistema. Por esse motivo, tais obras podem ser consideradas componentes de um amplo processo, que se desdobrou nos planos assinalados, de afirmação da nova formação social capitalista.

O vigor desse movimento de afirmação, evidenciado nas várias frentes em que ele atuava, não evitou a manifestação de focos de resistência. No plano do pensamento econômico, elas variaram em intensidade e objetivos, oscilando entre a crítica, propostas de reforma e de revolução. É desse pensamento econômico crítico, reformista e revolucionário que vamos tratar agora.

8.2 As primeiras lutas de resistência à opressão do sistema industrial

O ambiente fabril nas primeiras décadas da Revolução Industrial era extremamente hostil. As jornadas de trabalho eram tão extensas que os operários preferiam dormir na própria fábrica, ao lado das máquinas, trocando horas de transporte até a moradia por preciosas horas de sono. Mulheres e crianças eram submetidas a condições igualmente desumanas de trabalho, que se estendiam aos bairros e às moradias das famílias de trabalhadores. Ao mesmo tempo, o processo acelerado de mecanização da produção produzia freqüentes ondas de

desemprego, privando os trabalhadores da fonte de subsistência e levando-os ao desespero. Essas condições de superexploração não tardaram a desencadear movimentos sociais de resistência.

Um dos primeiros movimentos de resistência organizados elegeu o desemprego como inimigo principal. Os trabalhadores organizavam-se em grupos e invadiam as fábricas para destruir as máquinas que tinham “roubado” seu emprego. Acreditavam que a paralisação das máquinas obrigaria os empresários a recontratar os operários. O movimento, denominado ludismo ou ludita², despertou preocupação entre os setores empresariais e representantes parlamentares a ponto de, em 1812, o Parlamento aprovar uma lei que tornava passíveis da pena de morte os participantes de atos de destruição de máquinas.³ A ação repressiva sistemática eliminou o movimento rapidamente.

Outra via de resistência adotada pelos trabalhadores foi a de elaboração de **petições** aos empresários e, principalmente, ao Parlamento. Elas descreviam as condições precárias e desumanas e pediam providências para atenuar o sofrimento dos trabalhadores. Algumas comissões de investigação chegaram a ser instaladas e constataram a veracidade das descrições, o que resultou em aprovação de algumas leis que impunham certos limites à superexploração do trabalho. O problema é que os empresários simplesmente não obedeciam às determinações legais e, quando o Judiciário inglês era acionado, os juízes demonstravam que não possuíam meios para obrigá-los a cumprir a lei.

Nada disso, entretanto, deteve o ânimo dos trabalhadores, o que pode ser observado na escalada organizacional no decorrer das décadas de 1820 e 1830. Em 1829, foi organizado o Grande Sindicato dos Tecelões; em 1830, a Associação Nacional de Proteção ao Trabalho; em 1833, a União Geral dos Trabalhadores; e, em 1833, o Grande Sindicato Nacional Consolidado.⁴

Em 1838, William Lovett, James Watson e Henry Hetherington elaboraram a Carta do Povo, baseada em seis reivindicações: sufrágio universal masculino, igualdade dos distritos eleitorais, voto secreto, eleição anual para o Parlamento, pagamento aos parlamentares e eliminação do critério de propriedade para

² Alusão ao nome do suposto líder do movimento, Ned Ludd.

³ PEEL, Frank. *The rising of the luddites: chartists and plug-drawers*. Introdução: E. P. Thompson. Frank Cass Publishers, 1968 (1. ed., 1888).

⁴ ABENDROTH, Wolfgang. *A história social do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

candidatura.⁵ Esse “programa” propunha basicamente uma reforma parlamentar radical, cuja implantação transformaria o regime liberal inglês numa democracia liberal. Por dez anos, o Cartismo⁶ buscou aglutinar setores da classe trabalhadora inglesa em torno dessas propostas, visando transformar esse apoio em forma de pressão sobre o Parlamento para aprovação das medidas. A proposta de reforma parlamentar foi encaminhada ao Parlamento pela liderança do movimento em 1848, numa conjuntura de crise econômica e de grandes mobilizações sociais em toda a Europa. A reação burguesa foi vigorosa. A proposta foi rejeitada e o movimento tornou-se alvo de uma violentíssima repressão policial da qual ele nunca mais conseguiu se recuperar.

O vigor das novas lutas sociais colocava em evidência os problemas da nova ordem industrial com tal contundência que os intelectuais simplesmente não tinham como ignorá-los. Diante das tensões vulcânicas que se acumulavam dia a dia, surgiram duas grandes linhas de reflexão. Uma delas assumiu uma postura de crítica, com variados graus de intensidade, em relação à nova ordem, sem conseguir, entretanto, elaborar uma proposta de superação consistente e viável, que identificasse objetivos claros a serem atingidos e as forças sociais capazes de implementá-los. A outra expressava a nítida preocupação com a preservação do moderno sistema industrial e abordava os complexos problemas que se desenhavam numa perspectiva de administrá-los e controlá-los, tendo em vista garantir a sobrevivência e a reprodução, em escala ampliada, do capitalismo nascente.

8.3 Socialistas utópicos, socialismo francês e inglês

8.3.1 A reforma social no interior da ordem

8.3.1.1 Os socialistas utópicos

Essa designação foi utilizada originalmente por Marx e Engels, para identificar um conjunto de ativistas e intelectuais que se destacaram na Inglaterra e na França na crítica aos efeitos sociais perversos do desenvolvimento industrial. Apesar de a contribuição desse grupo não constituir “uma escola de pensamento econômico” propriamente dita, muitas elaborações, observações e intuições críticas associadas a eles influenciaram vertentes do pensamento econômico que assumiram uma posição crítica à economia política.

⁵ HOBBSAWM, E. J. *A era do capital 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁶ Nome pelo qual o movimento em defesa da Carta do Povo ficou conhecido.

Um dos principais expoentes do grupo na Inglaterra foi Robert Owen (1771-1858). Ele era um proprietário de fábrica e empresário capitalista, mas fugia completamente ao padrão dos empreendedores do seu tempo, pois acreditava que era possível organizar as relações de trabalho de maneira a poupar os trabalhadores e suas famílias de tanta penúria e sofrimento. Do seu ponto de vista, era possível organizar a sociedade do nascente sistema industrial sobre bases mais humanas desde que três principais obstáculos fossem removidos: a propriedade privada, a religião e as regras do casamento burguês. No final de seu livro *Book of the new moral world*, publicado em Londres em 1836, conclama o rei da Inglaterra a erradicar os erros e realizar as reformas que assegurem a felicidade de todos.

Na França, um dos principais representantes dos utópicos foi Saint-Simon (1759-1825). Uma apresentação de suas idéias encontra-se na obra *L'organisation sociale*, de 1825, as quais exerceram influência sobre inúmeras personalidades importantes do século XIX.⁷ Um rápido painel sobre algumas de suas análises dará a dimensão e a extensão da sua influência.

Para Saint-Simon, o moderno sistema industrial era resultado da ação empreendedora dos industriais (termo criado por ele). Eles constituíam a maior parte da população e compreendiam os empresários produtivos, os banqueiros, os cientistas, os intelectuais e a classe operária, dentro da qual os empresários eram recrutados. Considerava que a atividade mais relevante da economia era a da indústria produtiva e, como decorrência, concluía que o controle social e político da nova sociedade deveria caber aos agentes produtivos (os industriais). Condenava a vida de pobreza na qual os operários se encontravam e considerava que o objetivo das instituições sociais era criar condições para a melhoria do bem-estar do proletariado. Saint-Simon foi um dos primeiros a criticar a famosa tese dos pensadores clássicos, que relacionava a livre atuação das leis de mercado à estabilidade e à harmonia do sistema econômico. Entendia que o livre mercado era responsável pelo caráter anárquico do capitalismo e constituía um obstáculo à continuidade do desenvolvimento industrial.

É possível identificar em suas análises ao menos três pressupostos que tiveram grande importância nos debates posteriores. Um deles assume que o desenvolvimento dos sistemas produtivos tem papel determinante na evolução

⁷ HOBBSAWM, E. J. *História do marxismo*. Trad. Carlos Nelson Coutinho/N. Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

histórica da humanidade; outro reconhece que os tipos de relação de propriedade determinam a maneira da organização social; e, por fim, que a posse dos meios de produção confere à burguesia (empresários industriais) um poder inigualável na moderna ordem social e política.

Outro representante desse grupo na França foi Charles Fourier (1770-1837). Sua abordagem do trabalho foi importante para o pensamento de Marx. Individualista radical, acreditava que a finalidade suprema da humanidade era promover a satisfação de todas as necessidades psicológicas e individuais e a obtenção do máximo de prazer pelo indivíduo. Sua luta pela eliminação das convenções que reprimiam os impulsos e as inclinações psicológicas pessoais estendia-se à condição da mulher, tornando-o um dos precursores na defesa da emancipação feminina. Fourier chegou a organizar comunidades, os falanstérios, conhecidos também como “falanges”, que se organizaram segundo seus princípios de liberdade e de busca do prazer e da felicidade, mas tiveram vida efêmera.

Defendia que a organização do trabalho social deveria respeitar as inclinações dos indivíduos. Como cada um tem predileção por um tipo particular de trabalho, se todos forem livres para exercer a atividade com a qual mais se identificam, toda a sociedade será beneficiada. Afirmava que o trabalho era uma atividade fundamental para a realização plena do ser humano e que a separação entre o trabalho e o prazer, típica da moderna sociedade industrial, era um sinal da irracionalidade do sistema.

Independentemente de todos os aspectos polêmicos que marcam o pensamento dos socialistas utópicos, sua contribuição mais importante reside na crítica à sociedade burguesa, denunciando seus aspectos sociais perversos e repercutindo, no plano do debate ideológico, as explosivas lutas sociais que vinham sendo travadas desde o início do século XIX na Europa. As fragilidades mais evidentes do conjunto de idéias desse grupo residem, primeiro, na visão de que a superação das precárias condições de vida e trabalho dos assalariados fabris seria conseguida com a ajuda das classes proprietárias e, segundo, na falta de uma análise ou teoria econômica, especialmente no que se refere a uma análise econômica das relações de propriedade do sistema capitalista-industrial. Foi só a partir de um estudo aprofundado da propriedade privada capitalista que Marx conseguiu, a um só tempo, constituir o núcleo central da sua teoria e edificar a anatomia da moderna sociedade industrial.

No campo desse pensamento crítico pré-marxiano, o único que chegou mais além na análise econômica das relações de propriedade foi Proudhon, na sua obra *Qu'est-ce que la propriété?*, de 1840.

8.3.1.2 Socialismo francês

J. C. L. Sismonde de Sismondi (1773-1842)

Sismondi é autor de duas obras de economia. Na primeira, *De la richesse commerciale*, de 1803, segue as principais idéias de Smith, reconhece os efeitos positivos do livre mercado, condena o intervencionismo, mas demonstra alguma reserva diante da constatação de que o trabalhador ficava com uma pequena parte de tudo o que era produzido.

Na sua segunda obra, *Nouveaux principes d'économie politique, ou de la richesse dans ses rapports avec la population*, de 1819, apesar de não romper propriamente com os clássicos, relativizou a importância dos livres mercados diante dos efeitos distributivos nefastos que decorriam de seu funcionamento.

Os motivos para a revisão de seu ponto de vista provavelmente estão relacionados às observações que fez durante as viagens realizadas pela Inglaterra, Estados germânicos e Bélgica, no período entre a publicação das duas obras, ocasião em que pôde constatar os efeitos devastadores produzidos pelas primeiras crises do século XIX no quadro social europeu.

Sismondi parte de dois pressupostos básicos. Em primeiro lugar, admite que a economia política tem um campo bastante abrangente, sendo necessário, portanto, basear-se em experiências e num conhecimento extenso da história para envolver plenamente as relações sociais que são o objeto de seu estudo. Em segundo lugar, assume que a riqueza e a atividade econômica não têm um fim em si mesmas. Elas devem ser estudadas sob a perspectiva dos efeitos que provocam no bem-estar da humanidade. Ao fazer essa afirmação, ele resgata uma longa tradição que remonta a Aristóteles, a qual subordina os imperativos da vida econômica aos da justiça social e da ética. Apesar de essa tradição não ser estranha às análises de Smith, ela tendeu a ser minimizada pelos herdeiros do ideário liberal.

A idéia central que ele defende nessa obra é que a concorrência e a separação entre o trabalhador e os meios de produção levam à superprodução, às crises e à miséria dos trabalhadores. A tendência, imanente ao capital, de buscar sua valorização por meio de investimentos e reinvestimentos conduz, contrariamente ao que afirmava Ricardo, a situações de desequilíbrio no sistema econômico, pois o consumo não cresce no mesmo ritmo que a oferta. A concorrência, por sua vez, é determinada pela necessidade constante de valorização do capital, e não pelas necessidades de consumo/mercado.

Nessas condições, três fatores determinam a eclosão das crises: 1. concorrência entre os produtores; 2. valorização do capital, que induz o crescimento constante da produção; 3. separação entre o capital e o trabalho (as relações de propriedade induzem relações de poder assimétricas na ordem econômica, tornando possível o aumento do lucro dos capitalistas numa escala mais que proporcional ao aumento do ganho dos trabalhadores, que são a maioria dos consumidores). O aumento da renda da classe dos proprietários amplia a demanda por artigos de luxo e reduz a de artigos destinados aos trabalhadores. Entretanto, a ampliação da demanda no setor de bens de consumo de luxo não compensa a redução que se opera no outro, de bens de consumo destinados aos trabalhadores, provocando um desequilíbrio no sistema que cria as pré-condições das crises. Quanto maior é a concentração do capital, maior é a disparidade entre as demandas das classes proprietárias e não-proprietárias, o que provoca um crescimento desproporcional nos setores voltados à produção desses bens. Num pólo da oferta, ela tende a se tornar abundante; no outro, escassa. À medida que esse desequilíbrio cresce, amplia-se o potencial da crise. Assim, contrariamente ao que pensavam os clássicos, o sistema tem uma tendência imanente ao desequilíbrio, sendo a crise, portanto, da própria natureza do moderno sistema industrial.

Para enfrentar esse quadro, ele propõe basicamente duas medidas: 1. a meta da política econômica deveria ser a restauração da unidade entre a propriedade e o trabalho, visando restabelecer o equilíbrio entre a produção e o consumo; 2. essa “unidade” deveria ser restaurada pela recriação do pequeno produtor independente (agrícola e artesanal). Enquanto a propriedade não fosse democratizada, o Estado teria a função de retardar o desenvolvimento técnico e industrial, para evitar o aumento do desequilíbrio entre a oferta e a demanda, por meio de restrições legais ao ritmo das inovações tecnológicas. Um progresso mais lento criaria condições para ajustes, orientados pelo Estado, que evitassem a superprodução, as crises e o crescimento da miséria.

Como podemos notar, as preocupações de Sismondi com a justiça social transformaram os problemas da distribuição no foco da sua análise. Ele é um dos primeiros pensadores econômicos a observar que a concorrência capitalista é a responsável pela separação dos meios de produção e o produtor direto, criando duas classes com interesses antagônicos e desfazendo a idéia de *harmonia* dos interesses sociais que predominava entre os clássicos.

Nota, além disso, que o desenvolvimento das forças produtivas, baseado nessas relações de propriedade, conduzia à concentração do capital e da renda, não provocava melhora correspondente e proporcional no bem-estar dos trabalhadores e produzia desequilíbrios e crises devastadoras. Nesse ponto, ele introduz uma inovação importante no pensamento econômico, pois contesta o otimismo e a fé que o pensamento clássico tinha na capacidade auto-reguladora do capitalismo. As análises de Sismondi sobre os problemas do desequilíbrio/equilíbrio do capitalismo foram tão relevantes que estenderam sua influência inclusive para fora do campo do pensamento socialista. Já sua influência sobre os grupos mais à esquerda do movimento socialista, isto é, sobre as tendências revolucionárias, só não foi maior porque se afastava deles em dois aspectos essenciais: 1. não considerava a superação da ordem capitalista pela superação da propriedade privada dos meios de produção; e 2. não concebia a necessidade da revolução política.⁸

Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865)

Proudhon nasceu e se educou no interior de uma família pequeno-burguesa. Entretanto, desde suas primeiras obras, assumiu uma posição crítica em relação a vários aspectos da ordem social burguesa, chegando a se aproximar do ideário de tendências radicais de esquerda que se empenhava na criação de uma “força revolucionária criadora”.⁹ No decorrer dos anos 1840, apesar da participação nos acontecimentos revolucionários de 1848 em Paris, tendeu para posições políticas cada vez mais moderadas e reformistas no campo socialista.

É autor de uma vasta obra, entre as quais se destacam *O que é a propriedade ou investigação sobre o princípio do direito e do governo*, de 1840, e *Contradições econômicas* ou *Filosofia da miséria*, de 1846. Na primeira, formulou a célebre conclusão “a propriedade é um roubo”. Na *Filosofia da miséria*, o autor procurou realizar uma síntese complicada entre a defesa da propriedade privada e a condenação dos excessos do capitalismo. Essa obra foi alvo de uma crítica demolidora de Marx, apresentada na *Miséria da filosofia*, de 1847. O completo fracasso de Proudhon na empreitada de analisar e desvendar a intimidade das relações de propriedade capitalistas levou Marx a afirmar que, “numa obra

⁸ ROLL, Eric. *Historia de las doctrinas económicas*. Trad. Florentino M. Torner. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

⁹ GURVITCH, G. *Proudhon e Marx*. Lisboa: s/d.

rigorosamente científica da economia política, a obra dificilmente mereceria uma referência”¹⁰, mas, apesar das profundas divergências, Marx também ressaltou que a obra de Proudhon “[...] marcou época, senão pela originalidade de seu conteúdo, ao menos pela maneira nova e audaciosa de dizer coisas antigas”.¹¹ Apesar das objeções, consideramos pertinente apresentar as principais idéias de Proudhon, para que tenhamos um quadro mais completo e abrangente das vertentes críticas da economia política clássica nesse período.

Seguindo de perto Sismondi, Proudhon acreditava que o objetivo supremo da comunidade humana era o da realização da justiça, entendida como reciprocidade, igualdade e equilíbrio. O problema era como realizar a justiça num contexto social marcado por contradições e conflitos. Ele acredita que a justiça só pode ser alcançada instaurando-se um equilíbrio de forças na sociedade por meio da **democratização da propriedade privada**.

Seu ideal de sociedade perfeita corresponde a uma comunidade de pequenos produtores rurais e urbanos independentes. Sua crítica à propriedade (“a propriedade é um roubo”) não decorre da natureza da relação, mas do exagero, da concentração excessiva da propriedade. Essa sociedade de pequenos produtores deveria prescindir do Estado e se organizar baseada no **mutualismo** ou **cooperativismo**, no qual a associação voluntária dos homens teria como meta administrar as coisas, não as pessoas. Proudhon era hostil ao sistema fabril, por ser este incompatível com uma democracia de pequenos produtores, mas admitia que ele não poderia ser simplesmente abolido. Propunha, então, que fosse administrado pelos operários associados voluntariamente. Para que a propriedade pudesse ser democratizada, defendia a criação de um banco de câmbio, cujo objetivo principal seria criar linhas de crédito aos trabalhadores, para que pudessem adquirir os meios de produção e se tornar pequenos produtores independentes. O banco não deveria ter lucro, pois o dinheiro deveria ter apenas a função de meio de troca, e era contra o lucro, a renda e o juro. Em síntese, a sociedade ideal de Proudhon supunha a eliminação do Estado, do lucro e a democratização da propriedade privada.

Como já foi assinalado, até a década de 1840, acreditava na revolução como via para a criação dessa sociedade, mas, como ele próprio diz numa carta a Marx,

¹⁰ GURVITCH, G. *Proudhon e Marx*. Lisboa: s/d.

¹¹ Carta de Marx a J. B. Schweitzer. In: MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. Trad. José Paulo Neto. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1982.

[...] confesso-lhe que meus últimos estudos revisaram-na (esta opinião) completamente. Creio que não precisamos disto para triunfar e que, por conseqüência, não devemos colocar a ação revolucionária como meio de reforma social, porque este pretensão meio seria, muito simplesmente, um apelo à força, ao arbítrio – logo, uma contradição. Coloco-me assim o problema: reintroduzir na sociedade, por uma combinação econômica, as riquezas que dela foram extraídas por outra combinação econômica. Noutros termos: na economia política, voltar a teoria da propriedade contra a propriedade, de modo a engendrar o que os senhores, socialistas alemães, chamam de comunidade e que, por agora, limitar-me-ei a denominar liberdade, igualdade. [...]¹²

8.3.1.3 Socialistas ingleses

Além dos utópicos e dos socialistas franceses, há uma outra linhagem de crítica à economia política clássica representada por um grupo de “economistas” ingleses. Há três aspectos que permitem integrá-los numa mesma tendência: 1. influência decisiva de Ricardo, em especial da sua teoria do valor-trabalho, da qual todos eles partem; 2. indignação diante das mazelas sociais provocadas pelo desenvolvimento industrial nas condições de livre mercado; 3. interpretação radical de certas teses do utilitarismo de Bentham¹³, que abriram caminho para um ataque contra instituições consideradas “naturais” pela economia política clássica (a propriedade privada, por exemplo).

William Thompson (1783-1833)

Foi autor de duas obras importantes, *An inquiry into the principles of the distribution of the wealth most conducive to human happiness*, de 1824, e *Labour rewarded*, de 1827.

¹² Carta de Proudhon a Marx. In: MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. Trad. José Paulo Neto. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1982.

¹³ Jeremy Bentham publicou em 1780 a obra *An introduction to the principles of the moral and legislation*, que é a base de sua filosofia social utilitarista. Segundo seu ponto de vista, a ação humana está subordinada ao princípio da utilidade, que se traduz sempre na busca de maximização do prazer e diminuição da dor e do sofrimento. Bentham deduziu desse princípio um esboço de uma teoria da troca, alternativa à do valor-trabalho, na qual o valor da mercadoria é determinado pela sua utilidade. Na esfera social, os estudos de Bentham demonstraram que as instituições são resultado da ação humana, são convenções. Qual seria, então, o seu fundamento moral? Bentham responde a essa pergunta estendendo o princípio da utilidade da esfera individual para a social. Assim como o indivíduo age sempre visando à obtenção do maior benefício possível, na esfera social, o fundamento moral das instituições é a busca da felicidade para o maior número. Apesar de defender o livre mercado nas primeiras publicações, posteriormente passou a considerar o intervencionismo econômico como benéfico. Acreditava que uma sociedade menos desigual poderia diminuir os efeitos sociais maléficos do desenvolvimento industrial, além de ser mais coerente com a sua teoria, já que, para uma pessoa muito rica, incrementos sucessivos de riqueza tendiam a produzir um benefício cada vez menor, reduzindo a utilidade agregada na sociedade em vez de aumentá-la.

Thompson era um crítico contundente do capitalismo. Em suas obras, denunciava que as relações de propriedade vigentes eram as responsáveis pela miséria dos trabalhadores, pois garantiam aos proprietários dos meios de produção a apropriação da maior parte do produto feito por eles. Afirmava que eram falaciosas as idéias de que o trabalhador se encontrava numa condição de igualdade em relação ao empresário, sendo livre para vender seu trabalho pelo melhor preço no mercado. Se o trabalhador não vendesse seu trabalho, estaria condenado a morrer de fome, vivendo, portanto, sob forte coação. Do seu ponto de vista, o sistema capitalista é tão coercitivo quanto os anteriores, apenas com a diferença que nele a coerção é econômica, enquanto nos demais é exercida pela violência física e direta. Observava que as condições de livre mercado e a concorrência eram responsáveis pelos desequilíbrios entre a oferta e a demanda, gerando instabilidades e crises que resultavam em desemprego, fome e sofrimento. Esses problemas não poderiam ser superados com a preservação dos princípios que ordenavam a economia capitalista. Fiel ao postulado utilitarista de Bentham, de que as instituições sociais devem buscar a felicidade da maioria, acreditava que o grau de felicidade e prazer dos membros de uma comunidade era função direta da distribuição da riqueza. Para reduzir a concentração da renda que imperava, era necessário democratizar a propriedade dos meios de produção, pois só dessa maneira o trabalhador poderia se apropriar de forma integral do fruto do seu trabalho e comercializá-lo livre de coerções ou restrições. Ele reconhecia que, mesmo nessas condições, o preço da mercadoria continuava incorporando um valor correspondente ao desgaste do capital durante o processo de produção, mas, em contrapartida, o trabalho apropriado pelos proprietários dos meios de produção, pela exploração do trabalhador, seria eliminado. Thompson acreditava que um mercado baseado na troca de pequenos produtores independentes, apesar de representar um avanço em relação ao capitalismo, acentuava o individualismo e não resolvia o problema dos desequilíbrios entre a oferta e a procura, reiterando os danos provocados pelo egoísmo e pelas crises. Conclui que a melhor forma de organização social é aquela baseada no planejamento e no cooperativismo, inspirados no modelo de Owen, e que ela seria implantada de forma gradual à medida que a superioridade deste sistema ficasse cada vez mais evidente.

John Gray (1799-1850)

Entre seus estudos se destacam *Lecture on human happiness*, de 1825, *The social system: a treatise on the principle of exchange*, de 1831, e *Lectures on the nature and use of money*, de 1848.

Na primeira obra, segue a tendência dos demais autores do grupo, condenando os feitos sociais do capitalismo nascente, em especial a concentração da riqueza entre os proprietários e da miséria entre os não-proprietários. Compartilha a teoria do valor-trabalho de Ricardo, enfatizando que o trabalho é a única fonte legítima do direito de propriedade, e defende que o fim da exploração depende da eliminação da renda, do lucro e do juro.

Nos trabalhos de 1831 e 1848, o autor apresenta os princípios de organização do que considerava uma sociedade ideal. Ele imaginava um “mundo” da produção constituído por uma comunidade de pequenos produtores independentes, os quais forneceriam produtos com valor expresso em números de horas de trabalho que seriam trocados no mercado por títulos ou certificados equivalentes, emitidos por um banco de troca que, além de ser responsável pela emissão desses certificados, também teria a tarefa de regular a produção e o consumo.

Fica bem evidente, nas propostas de Gray, uma opinião que tendia a ser comum a vários pensadores econômicos desse período, ou seja, que as esferas de produção e distribuição eram relativamente estanques, regidas por determinações diversas. Esse ponto de vista implícito abria a possibilidade para se pensar em um universo da produção fundado na propriedade privada dos meios de produção e uma esfera de circulação e distribuição planejada e regulada socialmente. A percepção de que essas esferas eram muito mais integradas do que os estudos até então conseguiam evidenciar foi apresentada por Bray.

John Francis Bray (1809-1895)

Sua principal obra é *Labour's wrongs and labour's remedy or The Age of Might and the Age of Right*, de 1839. Assim como Gray, ele era crítico da ordem social existente e adepto da teoria do valor-trabalho de Ricardo. Entretanto, seu estudo dá um passo além, muito significativo, ao observar que a criação de uma nova ordem social exigia a superação das condições de produção capitalistas e, conseqüentemente, das relações de propriedade

sobre as quais elas se sustentavam. Assim, a criação de uma sociedade que superasse os problemas sociais do capitalismo deveria estabelecer um sistema de propriedade comum, ou social, dos meios de produção e, a partir dele, sistemas de circulação e distribuição da riqueza planejados e regulados socialmente. Para Bray, isso só seria possível pelo estabelecimento de companhias, de propriedade dos trabalhadores, que adquirissem terras e capital e administrassem a produção num sistema cooperativo ou mutualista, muito aproximado a uma das possibilidades de organização da produção sugeridas por Proudhon.

Thomas Hodgskin (1787-1869)

Hodgskin pode ser considerado o integrante mais combativo dessa tendência de economistas ingleses. Partindo da economia política clássica, em especial da teoria do valor-trabalho, desdobrou várias linhas de interpretação que explicitaram novos aspectos da exploração capitalista e denunciaram o papel das instituições e das leis na reiteração da opressão aos trabalhadores pelos proprietários dos meios de produção. O teor de suas críticas ao capitalismo inglês, num momento de intensificação dos conflitos entre os trabalhadores e os empresários, aproximou-o do movimento trabalhista e, ao mesmo tempo, despertou entre os membros da burguesia inglesa a percepção de que as idéias de Ricardo e as teorias do valor-trabalho, em suas várias acepções, abrigavam um potencial socialmente perigoso. Essa descoberta está na base da reorientação teórica que ocorreu nas décadas de 1840 e 1850 e resultou no progressivo abandono da teoria do valor-trabalho pela teoria do valor-utilidade.

Além das várias palestras que proferia no meio sindical, Hodgskin publicou inúmeras obras. Em *An essay on naval discipline*, de 1813, e *Travels in the North of Germany*, de 1818-1819, apresentou uma série de críticas à ordem social. Na primeira obra, seguindo os demais representantes desse grupo, denunciou que a propriedade dos meios de produção permitia a uma classe ociosa a apropriação injusta da maior parte do produto gerado pelos trabalhadores. Na segunda, condenou o lucro e a renda, pois observou que, apesar de corresponderem à maior parte do trabalho produzido pelos trabalhadores, eram apropriados integralmente pela classe ociosa. Afirmava que essa apropriação era garantida por uma sociedade de classes na qual os proprietários faziam uso do Estado e controlavam o processo de elaboração das leis para manter sua influência, sua

segurança, seu poder e o domínio sobre os mecanismos que asseguravam a reiteração da acumulação privada.

Na publicação *Labour defended against the claims of capital or the unproductiveness of capital proved with reference to the present combination among Journeymen*, de 1825, que pode ser considerada uma de suas principais obras, empreende uma análise detalhada e original da “composição orgânica” do capital. Segundo Hodgskin, a forma como o conceito “capital” era utilizado obscurecia duas determinações importantes da vida econômica nas condições do sistema industrial: a exploração e a produtividade.

Para demonstrar seu ponto de vista, analisa a formação do capital e demonstra que ele é composto pelos meios materiais necessários à produção (máquinas, equipamentos) e por uma relação social que garante uma ordem na qual uma minoria preserva a propriedade privada dos meios de produção e uma maioria encontra-se destituída de qualquer propriedade, sendo obrigada a vender o seu trabalho e se submeter ao capital para assegurar a sobrevivência. Afirma também que os meios materiais utilizados na produção não passam de trabalho acumulado, energia produtiva de gerações de trabalhadores que foi apropriada e transformada em máquinas e equipamentos, os quais só podem produzir riquezas ativados pelo trabalho presente, isto é, pelo trabalho vivo representado pela capacidade produtiva dos trabalhadores. Ele argumenta, então, que, se compreendemos a produtividade do capital como seu poder de criar valor de troca, o capital, como trabalho acumulado, é improdutivo, pois seu potencial de criação de riqueza só se realiza pelo trabalho presente, obrigando-nos a creditar apenas ao trabalho vivo a produtividade do “capital”. Ele ressalta ainda que, no processo de acumulação do capital, o aspecto mais importante é o acréscimo que ocorre nas habilidades dos trabalhadores, uma vez que elas constituem a base dos períodos seguintes de acumulação. Apesar de os proprietários dos meios de produção serem apenas mediadores entre o trabalho acumulado (morto) e o trabalho presente (vivo), eles se apropriam da maior parte da riqueza produzida e condenam a maioria a um estado de penúria e miséria. Para o autor, a reversão desse quadro só é possível pela implantação de uma ordem social natural, na qual a separação entre o trabalho acumulado e o trabalho presente é eliminada pela extinção da propriedade privada dos meios de produção e da classe que é a única beneficiária desse sistema.

Dois anos depois de publicado *Labour defended*, Hodgskin aprofunda seus estudos sobre a teoria do valor-trabalho e o processo de formação do preço de Ricardo e os apresenta na obra *Popular political economy*. Como sabemos, para Smith e Ricardo, o valor de uma mercadoria era determinado pela quantidade de trabalho que ela incorporava, e a expressão monetária desse valor ele denominava preço natural. Ricardo, entretanto, mostrava que as mercadorias não são vendidas no mercado por esse preço, pois as variações da oferta e procura interferem no preço de mercado, no preço real pelo qual as mercadorias são vendidas, de tal forma que o preço real pode oscilar, variando para mais ou para menos do preço natural, mas que, no longo prazo, na média, o preço de mercado tende para o preço natural, isto é, para a expressão monetária da quantidade de trabalho incorporada na mercadoria. Hodgskin não discordava de Ricardo em relação à sua conceituação do valor-trabalho e do preço natural, mas observava que, em todas as sociedades, o preço de mercado sofre a influência, além da oferta e da procura, das regulamentações sociais. Como, sob o capitalismo, essas regulamentações asseguravam aos proprietários dos meios de produção condições para auferirem lucro e renda sem trabalhar, o preço mercado incluía, além dos salários, a renda e o lucro. Esse é o que ele denomina de preço social. Hodgskin argumenta que esse preço não é “justo” nem “natural”, mas o resultado de convenções opressivas, criadas artificialmente para beneficiar uma fração ociosa e minoritária da sociedade. Para ele, com o desaparecimento do Estado, das relações de propriedade privada dos meios de produção e de todas as demais regulamentações que garantiam a apropriação da renda e do lucro por parte da classe ociosa, além de os trabalhadores passarem a se apropriar da integralidade do fruto do seu trabalho, o preço social tenderia para o preço de mercado. Hodgskin afirma que a teoria de Ricardo sobre a formação dos preços só teria validade nessas condições ideais.

Na última obra, de 1832, *The natural and artificial rights of property constrained*, apresenta sua visão sobre as formas da propriedade privada que esclarece inúmeros aspectos do seu pensamento. Ele faz distinção entre as duas formas básicas de propriedade privada.

A **forma natural** é aquela em que o trabalhador se apropria da totalidade de seu trabalho, produzido por meios próprios. A **forma artificial** é aquela em que

os proprietários ociosos se apropriam do produto do trabalho alheio em virtude da propriedade herdada-adquirida sobre os meios de produção e garantida pelas instituições e as leis. Essa forma de propriedade não tem utilidade alguma para a sociedade, é totalmente prescindível, uma vez que não é natural, sendo, portanto, indefensável.

Segundo Hodgskin, o requisito básico para a implantação da sociedade ideal seria a abolição da propriedade ociosa dos meios de produção, além das leis, das convenções e das instituições que garantem a opressão dos trabalhadores, isto é, a extinção do Estado e a organização de um mercado livre baseado nas trocas entre produtores independentes. Do seu ponto de vista, a implantação dessa sociedade seria resultado de um processo gradual de aprendizado e educação dos trabalhadores, capaz de torná-los unidos e fortes o suficiente para implantar uma ordem organizada segundo princípios naturais e voltada para o bem-estar da maioria.

Entre as contribuições importantes do pensamento de Hodgskin, podemos ressaltar aquelas que reconhecem o capital como uma relação social coercitiva fundada em relações de propriedade normativas, isto é, uma convenção criada pela sociedade. Fica implícito na análise que a ordem capitalista cria uma nova forma de coerção. Sob o escravismo e a servidão, a coerção sobre o produtor direto era exercida por meio da violência física; já nas condições do capitalismo, a coerção passou a ser exercida de forma distinta, isto é, torna-se econômica, à medida que o trabalhador é colocado diante da situação de vender a força de trabalho no mercado ou morrer de fome.

Apesar de o autor não opor restrições à propriedade privada dos meios de produção em si, ele abre um precedente relevante para a crítica da economia política na medida em que sinaliza para a historicidade dessa relação social. Como sabemos, segundo os clássicos, a propriedade privada era considerada uma determinação da realidade econômica, assim como uma lei natural na forma descrita por Newton. Hodgskin sinaliza que, ao menos sob uma de suas manifestações, a propriedade privada não tinha nada de natural, era uma convenção criada pelos homens, determinada por relações de poder, instituições e assegurada em leis típicas de uma ordem social específica. Esse ponto de vista será amplamente desenvolvido nos estudos econômicos de Marx.

Entre todos os integrantes desse grupo de pensadores ingleses, Hodgskin pode ser considerado o autor no qual a complicada articulação entre a herança

de Ricardo e as influências da filosofia utilitarista de Bentham se manifesta de maneira mais ousada. Talvez não tenha fugido a esse grupo de “economistas” a percepção de que as análises de Ricardo apontavam no sentido da criação de uma ciência da vida econômica autônoma e praticamente imune aos imperativos morais e éticos. Numa perspectiva mais geral, podemos compreender a contribuição desse grupo como uma tentativa de cooptar as teorias de Ricardo e integrá-las aos princípios de ordem moral e ética utilitaristas (a maior felicidade do maior número), um pouco no espírito de uma antiga tradição que remonta a Aristóteles, na qual os aspectos da vida econômica são compreendidos sempre como um campo da ética e submetidos aos seus imperativos.

Questões

1. Explique de que forma a afirmação de um novo paradigma de pensamento científico nos séculos XVII e XVIII influenciou a formulação do pensamento econômico clássico.
2. Explique de que forma os problemas sociais criados pelo sistema industrial no século XIX influenciaram na evolução do pensamento econômico, identificando as duas grandes tendências que surgiram no período e os compromissos que assumiram.
3. Identifique as duas principais mobilizações trabalhistas inglesas na primeira metade do século XIX. Explique quais eram suas principais reivindicações e se tais movimentos tinham caráter revolucionário ou reformista.
4. Explique quais os fatores que determinam o surgimento das crises no capitalismo, segundo Sismondi, e quais as medidas que ele propunha para evitá-las.
5. Explique quais os aspectos que permitem agrupar os pensadores “socialistas” ingleses num grupo comum. Apresente uma idéia relevante de reforma social que cada um deles defendia.

Referências

ABENDROTH, Wolfgang. *A história social do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GURVITCH, G. *Proudhon e Marx*. Lisboa: s/d.

HOBBSBAWM, E. J. *A era do capital 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *História do marxismo*. Trad. Carlos Nelson Coutinho/N. Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. Trad. José Paulo Neto. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1982.

PEEL, Frank. *The rising of the luddites: chartists and plug-drawers*. Introdução: E. P. Thompson. Frank Cass Publishers, 1968 (1. ed., 1888).

ROLL, Eric. *História das doutrinas econômicas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

SHUMPETER, Joseph A. *História da análise econômica*. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1964. v. 2.

Socialistas franceses¹



Tomo I

Livro I

Capítulo VII – Sistema de Adam Smith. Divisão do restante desta obra

Estamos convencidos, como Adam Smith, de ser o trabalho a única origem da riqueza e a economia, o único meio de acumulá-la; mas acrescentamos que o fruí-la constitui o único objetivo dessa acumulação, havendo aumento da riqueza nacional somente quando houver aumento de fruição nacional.

Adam Smith, considerando a riqueza e vendo que todos os que a possuem têm interesse em aumentá-la, conclui não existir melhor maneira de se favorecer esse aumento que o se permitir à sociedade o livre exercício de todos os interesses individuais. Disse ao governo: “A riqueza da nação é formada pela soma das riquezas privadas; não existe rico que não se esforce por tornar-se ainda mais rico: deixá-lo fazer, enriquecendo-se, enriquecerá a nação”.

Consideramos a riqueza em suas relações com a população, cuja vida possibilitará ou tornará feliz uma nação, o que não nos parece aumentar em opulência com o simples aumento de seus capitais, mas, sim, apenas quando ao aumentarem seus capitais, proporcionarem estes também maior bem-estar à população que devem sustentar; pois, sem dúvida, 20 milhões de homens são mais pobres com 600 milhões de rendimento do que 10 milhões de homens com 400 milhões. Vimos que os ricos podiam aumentar as suas riquezas, seja através de uma produção nova, seja tomando para si uma maior parte daquilo que anteriormente era reservado aos pobres; e para regularizar esta partilha, para torná-la equitativa, invocamos quase sempre a intervenção do governo, intervenção que Adam Smith não admite. Encaramos o governo como devendo ser o protetor do fraco contra o forte, o defensor dos incapazes de se defenderem a si próprios, o representante do interesse permanente, mas calmo, de todos, contra o interesse temporário, mas apaixonado, de cada um.

A experiência parece justificar esse novo ponto de vista de um antigo sistema. Se bem que nem de longe tivesse a autoridade de Adam Smith reformado todas as

¹ SISMONDI, Simonde de. “Nouveaux principes d’économie politique ou de la richesse dans ses rapports avec la population”. 2. ed. Paris, s/d. In: HUGON, Paul. *Economistas célebres*. São Paulo: Atlas, 1955. (2 volumes)

partes da legislação econômica, o dogma fundamental de uma concorrência livre e universal realizou progressos muito apreciáveis em todas as sociedades civilizadas; daí resultou um desenvolvimento prodigioso das possibilidades da indústria, mas muitas vezes também um sofrimento horrível para diversas classes da população. É a experiência que nos fez sentir a necessidade dessa autoridade protetora por nós invocada; faz-se necessária para impedir que os homens sejam sacrificados aos progressos de uma riqueza que não poderão aproveitar. Somente ela pode pôr-se acima do cálculo material do aumento dos produtos, cálculo esse suficiente para levar os indivíduos a decidir, contrapondo-lhe o cálculo do aumento dos prazeres e do bem-estar geral, que deve ser o objetivo para o qual tendem as nações. (p. 221-222)

Livro IV

Capítulo VII – Da divisão do trabalho e das máquinas

A acumulação de capitais e a redução da taxa de juros levam quase sempre o fabricante a empregar dois expedientes, que ordinariamente caminham juntos; a divisão do trabalho e as máquinas. Ambos tendem a reduzir o seu custo de fabricação e, em conseqüência, a ampliar as suas vendas. A divisão do trabalho pressupõe a organização da empresa numa escala muito grande, pois, reduzida a atividade de cada operário a uma única operação, encontra ele meios de estar constantemente ocupado; exige, portanto, soma maior de capital circulante; por outro lado, a multiplicação das máquinas, que substituem ou abreviam o trabalho do homem, exige sempre um primeiro investimento custoso, um primeiro adiantamento que só se recupera parceladamente; portanto, pressupõe ainda a posse de capitais disponíveis que podem ser subtraídos às necessidades presentes, para se criar uma espécie de renda perpétua.

A crescente divisão do trabalho é, como já vimos, a maior causa do aumento de sua capacidade produtiva. Cada um faz melhor aquilo a que se dedica com exclusividade; e quando, enfim, o seu trabalho se reduz à operação mais simples, chega a executá-las com uma facilidade e rapidez tal que aos olhos é impossível seguir, mal se compreendendo como pode a mão do homem chegar a esse grau de agilidade e presteza.

Levando essa divisão muitas vezes ao reconhecimento da equivalência entre o operário e uma máquina, esta, com efeito, pode substituí-lo. Diversas grandes descobertas na mecânica aplicada às artes foram o resultado de uma tal observação por parte do operário ou do seu empregador. Mas, em conseqüência dessa divisão, o homem perdeu em inteligência, em vigor corporal, em saúde, em bom humor, o que ganhou em capacidade na produção da riqueza.

É pela variedade de suas operações que a alma se desenvolve; uma nação deseja possuir homens para fazer deles cidadãos, não para transformá-los em máquinas, muito parecidas com aquelas que se movem pela ação do fogo ou da água. A divisão do trabalho valorizou operações tão simples que crianças da mais tenra idade podem executá-las; assim, as crianças, antes do desenvolvimento de qualquer de suas faculdades, antes de qualquer conhecimento dos prazeres da vida, se vêem, de fato, condenadas a fazer mover uma roda, a virar uma torneira, a dobrar uma bobina. Maior quantidade de galões, de alfinetes, de fios e de tecidos de seda e de algodão é o fruto dessa grande divisão do trabalho; mas por que preço odioso foram comprados, se com o sacrifício moral de tantos milhares de homens! (p. 222-223)

A Escola Marxista: Karl Marx



9.1 Um fantasma ronda a Europa: a revolução marxista

Karl Heinrich Marx nasceu em 1818 em Trier, na Renânia. Ingressou em 1836 na Universidade de Bonn, onde estudou direito e depois continuou seus estudos na Universidade de Berlim. Em Berlim, ligou-se ao grupo dos jovens hegelianos e desistiu de ser advogado. Em 1841, doutorou-se pela Universidade de Iena, mas não conseguiu seguir a carreira acadêmica, pois não obtivera o apoio necessário. Em 1842, tornou-se redator-chefe da *Gazeta Renana*, jornal liberal e oposicionista de Colônia, mas teve de abandoná-lo por causa da censura.

Em 1843, emigrou para Paris, onde contactou grupos comunistas. Em 1844, Marx encontrou-se com Engels e, juntos, escreveram *A sagrada família* e *A ideologia alemã* (somente publicada em 1932).

Em 1847, Marx ingressou na Liga dos Justos, na França, que, posteriormente, mudou o nome para Liga Comunista. Marx e Engels foram encarregados de escrever *O manifesto comunista*, publicado em 1848.

Em fevereiro de 1848, caía a monarquia de Luís Filipe e fora proclamada a República com a participação efetiva do movimento operário. Ainda em 1848, Marx e Engels voltaram para a Alemanha e fundaram a *Nova Gazeta Renana*.

Expulso da Alemanha em 1849, transferiu-se para a França, de onde também foi expulso, estabelecendo-se em Londres, e ali passou a freqüentar o Museu Britânico e a estudar as obras clássicas de economia política.

Em 1852, publicou *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, em que analisa os acontecimentos na França, entre 1848 e 1951, que culminaram com o golpe de Estado.

Em 1866, Marx concluiu o primeiro volume de *O capital*. Em 1864, havia participado da fundação da Primeira Internacional em Londres com o lema “a emancipação da classe operária deve ser obra dos próprios operários”.

Em 1870, as tropas de Luís Bonaparte foram derrotadas por forças prussianas. Paris foi sitiada. A população proclamou a República e declarou-se em comuna, isto é, em governo autônomo, contando com o apoio dos operários.

Em *A guerra civil na França*, Marx defendeu que a comuna era a forma política finalmente encontrada pelos trabalhadores. A comuna foi esmagada, em maio de 1871, por outro governo burguês que fez um acordo com os prussianos.

Em 1875, Marx participou do partido Social-Democrata Alemão. Em 1876, a Internacional dissolveu-se oficialmente. Marx morreu em 1883. Os volumes 2 e 3 de *O capital* foram organizados e publicados postumamente pelo amigo Friedrich Engels. A obra *Teorias da mais-valia*, considerada o quarto volume de *O capital*, foi organizada e publicada também postumamente pelo marxista russo Karl Kautsky.

9.2 O pensamento econômico-filosófico

O pensamento original de Karl Marx causa assombro até os dias de hoje, tanto para os liberais e os defensores do capitalismo quanto para os intelectuais e trabalhadores que se opõem ao *status quo*. Desde o século XIX sua influência vem se estendendo a todos os campos das ciências humanas. Na sociologia, na economia, na psicanálise, na teoria da administração, na antropologia, entre outras, podemos encontrar adeptos da escola marxista. Talvez o principal motivo esteja na profundidade e agudeza da crítica empreendida e desenvolvida ao longo de toda a obra. Nenhum trabalho de filosofia, de ciência natural, literatura ou pensamento social escapou aos estudos e à avaliação crítica de Karl Marx.

Karl Marx não se limitou a estudar e entender a realidade histórica com os olhos de seus contemporâneos. Foi além e criou seu próprio método de abordagem: o **materialismo histórico e dialético**. Por sua originalidade e contundência, o método criado por Marx é considerado revolucionário até nossos dias, sendo estudado e utilizado por todos os intelectuais que se consideram pertencentes à Escola Marxista.

O termo “materialismo” empregado por Marx nada tem a ver com a conotação vulgarmente conhecida, relacionada com a ética, cujo fim é a busca desenfreada por bens materiais. No campo da filosofia, o materialismo é a mais contundente contraposição à corrente filosófica identificada como **idealismo**, principalmente a corrente alemã representada pelo pensamento do filósofo Hegel. Posteriormente, Marx dedicou-se (na obra *A ideologia alemã*) à crítica radical do pensamento do também filósofo alemão Ludwig Feuerbach. No idealismo, o real é uma espécie de realização do “espírito; já no materialismo, o

real é o resultado de múltiplas determinações¹ e é o resultado da ação real, de homens reais “de carne e osso” no processo humano de fazer história. O real ou o processo histórico é sempre entendido como uma unidade contraditória em permanente mutação.

O método materialista histórico e dialético é sempre pensado como uma unidade. Entretanto, fazendo um exercício arriscadíssimo, pois, penetrando os labirínticos terrenos geralmente percorridos sem grandes acidentes somente pelos filósofos, e correndo o risco de uma análise reducionista, é possível pensar que o termo **materialismo** esteja relacionado à produção real da vida por homens reais, como determinantes da história, do devir e das representações ideológicas, como o direito, a religião, e as idéias em geral.

O real precede no sentido em que a existência concreta, de homens concretos, determina as representações ideológicas, e não o contrário, como no pensamento idealista. Nas palavras do próprio Marx:

[...] totalmente ao contrário do que ocorre na filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se ascende da terra ao céu. Ou, em outras palavras: não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. E mesmo as formações nebulosas no cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material, empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, assim como as formas de consciência que a elas correspondem, perdem toda a aparência de autonomia. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.²

Já o termo “histórico” é de fundamental importância no sentido de que o real, o que existe, existe como história, e somente a história pode ser o critério

¹ Para Marx, “o concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso”. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 14. Essa passagem é significativa porque exclui toda a possibilidade de uma determinação sempre dada *a priori*, como a idéia disseminada e equivocada de que a análise de Marx é determinista econômica, ou seja, a idéia de que sempre o econômico é a parte determinante de todos os fenômenos. Na verdade, para Marx, o determinante por excelência é a própria história, sendo que o econômico pode ser o determinante em certo momento, mas pode ser que o político (ou o estético, ou o ético) seja o determinante, ou seja, o processo histórico real é o que realmente informa qual foi o determinante, pois o real é síntese de múltiplas determinações.

² MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 37.

de verdade. Significa principalmente que as coisas existentes só fazem sentido se pensadas na sua existência imersa na história humana. Significa que o indivíduo, a classe social, o artefato, um documento etc. só fazem sentido se devidamente referidos ao seu contexto histórico. Nesse aspecto do método, iniciando sua reflexão crítica à ideologia alemã, Marx afirmou que,

[...] em relação aos alemães, situados à margem de qualquer pressuposto, somos forçados a começar constatando que o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos.³

Como segunda condição, Marx apontou a criação de novas necessidades pelos homens; como terceira condição, a constituição de família (procriar); depois, ele apresenta o quarto momento representado pela consciência.

Por fim, o termo “dialético” refere-se, entre outras coisas, a uma forma de reflexão que vê a existência, ou as coisas existentes, no seu devir. E esse devir é determinado por uma força fundamental existente: a contradição. Dito de outro modo, todas as coisas carregam em si o seu contrário, o que lhes garante que não sejam estáticas, mas estejam em perpétuo movimento e transformação. Desse modo, as coisas nunca “são”, mas “estão sendo”. Assim, o fundamental é ver as coisas no seu devir, já que os fenômenos, por sua própria natureza, estão em permanente mutação. Por exemplo, uma criança é uma criança, mas carrega dentro dela sua própria negação, ou seja, o adulto. E este, por sua vez, carrega no seu interior o velho. Em perspectiva histórica, um modo de produção, representado por um momento específico do desenvolvimento das forças produtivas (técnica, ciência, conhecimento etc.) e de relações sociais específicas (classe trabalhadora, classe burguesa, pequena burguesia etc.), traz no bojo sua própria destruição e, em determinado estágio do seu desenvolvimento, pode adquirir um aspecto de crise geral e, dependendo da ação concreta dos homens no fazer a história, uma revolução.

Um dos aspectos mais marcantes da filosofia marxista, que deriva de suas investigações históricas, filosóficas e metodológicas, está na idéia da contradição

³ MARX, Karl. *A ideologia alemã*, p. 39.

fundamental representada pela luta de classes. Segundo Marx, “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”.⁴ Fundamental a tal ponto que a luta entre as classes é que move a própria história humana. O eixo da sociedade onde impera a produção de mercadorias é a propriedade privada e a conseqüente divisão dos homens em classes sociais. De início, os homens são divididos de acordo com sua posição em relação aos meios de produção, ou seja, os que nada detêm além da própria força de trabalho constituem-se como classe trabalhadora, e os que são os proprietários dos meios de produção, a burguesia. Essas duas classes não são as únicas, mas certamente as principais. A divisão de classe não se dá apenas objetivamente, como se viu, mas também subjetivamente, ou seja, os aspectos culturais e ideológicos igualmente interferem na determinação e alocação dos indivíduos nesta ou naquela classe social. Entretanto, a consciência de classe sofre um processo de “reificação” e “coisificação”, advindo principalmente dos processos relacionados ao fetichismo da mercadoria. Assim, a ideologia que predomina na sociedade é sempre a da classe dominante. Por fim, uma vez que a sociedade é assim dividida, a luta de classes determina o curso da história, dado que os integrantes de cada uma, ou de frações de cada uma, ao agir em defesa de seus interesses antagônicos, promovem pressões que criam mudanças, transformações e até revoluções, ou, de outro lado, tais pressões podem manter a estrutura vigente ou o *status quo*. A classe trabalhadora é considerada a classe revolucionária, subjugada e explorada, e, por isso, traz consigo os germes da transformação revolucionária da sociedade capitalista.

Concluindo, Marx entende que, com o desenvolvimento do capitalismo, as forças produtivas podem se transformar em

[...] forças destrutivas (maquinaria e dinheiro); e, ligada a isso, surge uma classe que tem de suportar todos os encargos da sociedade sem usufruir de suas vantagens; que, expulsa da sociedade, é forçada à mais decidida oposição a todas as outras classes; uma classe que engloba a maioria dos membros da sociedade e da qual emana a consciência da necessidade de uma revolução radical, a consciência comunista.⁵

⁴ MARX, Karl. *O manifesto comunista*, p. 8.

⁵ MARX, Karl. *A ideologia alemã*, p. 107-108.

9.3 A teoria do valor-trabalho

Os estudos relacionados à teoria do valor, à acumulação de capital, à produção do excedente econômico ou mais-valia, à concentração e centralização do capital, à superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, ao capital financeiro ou capital fictício e, finalmente, à renda da terra foram abordados sistematicamente na obra monumental representada pelos três livros de *O capital*.

Para Marx, a riqueza das sociedades regida pela produção capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias”. A mercadoria é algo que satisfaz as necessidades humanas materiais e espirituais, e pode ser considerada sob duplo aspecto: segundo a qualidade e a quantidade. A utilidade de uma coisa faz dela valor de uso.

As relações entre valores de troca significam que existe algo comum com a mesma grandeza em coisas diferentes: as duas são iguais a uma terceira que, por sua vez, delas difere. Segundo Marx, o que há de comum é o valor das mercadorias.

Como valores de uso, as mercadorias são de qualidades diferentes; já como valores de troca, diferem na quantidade. Pondo de lado seu valor de uso, a utilidade e a qualidade, as mercadorias não mais se distinguem umas das outras, todas se reduzem a trabalho abstrato (abstraindo-se também a qualidade do trabalho que as produziu). O trabalho abstrato é, por sua vez, uma massa de trabalho humano em geral.

Como medir a grandeza do valor de uma mercadoria? Por meio da quantidade da substância criadora de valor nela contida: o trabalho. Mas não o trabalho concreto, como, por exemplo, o trabalho de um alfaiate, e sim o trabalho abstrato, ou seja, aquele trabalho destituído de qualidade, de modo que tenhamos apenas trabalho em geral, que pode ser medido por tempo. A quantidade de trabalho abstrato, por sua vez, mede-se pelo tempo de sua duração. O valor, então, é determinado pelo tempo de trabalho abstrato, socialmente necessário para a produção e reprodução de uma mercadoria. É preciso considerar o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho e também o grau médio do processo de desenvolvimento das forças produtivas materiais.

Assim, para Marx, quanto maior a produtividade do trabalho, tanto menor o tempo requerido para produzir uma mercadoria, e, quanto menor a quantidade de trabalho que nela se cristaliza, tanto menor é seu valor. A grandeza do

valor de uma mercadoria, portanto, varia na razão direta da quantidade, e na inversa da produtividade do trabalho que nele se aplica.

Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor, como o ar, a terra virgem, a madeira etc. Para ser mercadoria, é necessário produzir valor de uso e produzi-lo para outros, além de ser transferida para outro (o mercado, a esfera da circulação) como valor de troca.

A teoria marxista do valor-trabalho possui uma singularidade. Partindo da idéia de que há algo em comum em todas as mercadorias, e esse “algo” é o trabalho social abstrato, a teoria caminhou para uma reflexão acerca do fetichismo da mercadoria, pois, para Marx, na sociedade produtora de mercadorias, “a igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores”⁶, ou como mercadorias que possuem valor.

Religião não se discute, certo? Errado. Para compreender o significado do fetiche da mercadoria de Marx, é preciso fazer uma incursão ao complexo terreno da religião. Para Marx, a história da humanidade tem como uma de suas características a criação das religiões. Uma característica comum às religiões é o fato de que os homens criam entidades metafísicas, deuses e santos e, em seguida, submetem-se a eles. Dito de outro modo, os homens criam os mitos e as entidades míticas e logo em seguida se curvam ou se submetem às suas próprias criaturas. Invertem, assim, a relação entre criador e criatura, à medida que a criatura passa a ter poderes sobre os homens em vida, inclusive no desconhecido mundo dos mortos. Aos homens (criadores verdadeiros) cabem apenas a obediência e a submissão às regras sagradas. Assim, nas religiões, a submissão, via de regra, vem acompanhada de temor e adoração. No capitalismo, onde, segundo Marx, o dinheiro é o deus todo-poderoso, aconteceria a mesma relação invertida entre criador e criatura, ou seja, os homens criam suas mercadorias, o mercado, as indústrias, a bolsa de valores etc. e, logo em seguida, se submetem e perdem o controle sobre toda a sua criação. É o enigma do fetichismo da mercadoria. Uma vez criadas, elas assumiriam o controle sobre seus criadores, que passariam a personificar as mercadorias ou, mais precisamente, as relações materiais de produção. Prova disso, sempre seguindo as pegadas de Marx, seria o fato de os trabalhadores, agora personificadores da mercadoria força-de-trabalho, não terem o menor controle sobre o chamado mercado

⁶ MARX, Karl. *O capital*, livro I, p. 80.

de trabalho, perdendo seus empregos e sua condição de sobrevivência assim que uma crise econômica atingisse a sociedade. Os capitalistas, por sua vez, não escapam também da fantasmagoria das mercadorias e só podem existir como personificadores do capital, ou seja, devem agir na condição de *persona* do capital e fazê-lo crescer e acumular, caso contrário viria a ruína diante dos concorrentes, do mercado, enfim, da sociedade.

A origem do fetichismo da mercadoria é a própria forma de produção no modo de produção capitalista. No capitalismo, cuja base é a propriedade privada dos meios de produção, os produtores diretos – os trabalhadores – produzem, na condição de mercadorias, força-de-trabalho, e o fruto do seu trabalho não lhes pertence, é estranho a eles. Ao produzir, transferem sua essência ao produto de seu trabalho, e esse produto não se identifica com o produtor quando a mercadoria é produzida com trabalho abstrato. Os trabalhadores produzem as mercadorias e, nas relações de trabalho, produzem a si mesmos como mercadoria (força-de-trabalho), e só podem sobreviver por meio dessa relação alienada, na qual eles não têm o menor controle, na medida em que vendem seu tempo como condição de sobrevivência.

Os homens são vistos como personificações das relações materiais, ou na condição de *persona* do capital (a classe dos capitalistas ou burgueses) ou na condição de personificador da mercadoria força-de-trabalho (os membros da classe trabalhadora). As coisas passariam a agir como pessoas (nos jornais diários podemos ler com frequência a seguinte frase: “O mercado entende que [...]” e outras frases do mesmo quilate), e as pessoas, como coisas (como trabalhadores desempregados ou que se tornam desnecessários diante da constante revolução tecnológica⁷ e acabam engrossando o exército industrial de reserva). Em suma, os homens não controlam a sociedade que criaram. Não controlam a produção de seus víveres, pelo contrário, são controlados por eles. Nas crises cíclicas do capitalismo, essa falta de controle fica evidente, já que os trabalhadores perdem seus empregos e alguns capitalistas eventualmente vão à falência.

Para Marx, uma relação social definida, estabelecida entre homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. “O que interessa aos que trocam os produtos é saber quanto de outras mercadorias podem receber pela

⁷ “Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes.” MARX, Karl. *O manifesto comunista*, p. 12.

sua. À medida que o costume fixa essas proporções, parecem elas derivar da natureza dos produtos do trabalho.”⁸

O fetiche da mercadoria quer dizer que “a determinação da quantidade do valor pelo tempo de trabalho é, por isso, um segredo oculto sob os movimentos visíveis dos valores relativos das mercadorias”.⁹

A crítica da economia política de Smith e Ricardo aparece com nitidez quando Marx avança em sua análise da determinação do valor e do fetiche da mercadoria. Segundo Marx, “só a análise dos preços das mercadorias levava à determinação da magnitude do valor, só a expressão comum, em dinheiro, das mercadorias induzia a estabelecer-se sua condição de valor”.¹⁰ O dinheiro, por sua vez, é o equivalente geral, em valor, de todas as mercadorias, por isso “essa forma acabada do mundo das mercadorias, a forma dinheiro, que realmente dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em consequência, as relações sociais entre os produtores particulares, ao invés de pô-las em evidência”.¹¹

9.4 O capital e a mais-valia

Marx entende que o comércio e o mercado mundiais inauguraram, no século XVI, a moderna história do capital. O capital é uma relação social de dominação, em que o trabalho morto, realizado ou cristalizado nas mercadorias, se apodera do trabalho vivo, ou aquele que está a produzir o valor.

A fórmula simples da circulação do capital, representada por $M - D - M$, em que a mercadoria é trocada por dinheiro e este, por sua vez, trocado por outra mercadoria, possui, em paralelo, outra mais complexa, representada por $D - M - D$, em que o dinheiro é que se movimenta e, agora, como capital.

A fórmula geral da acumulação do capital, no entanto, é representada da seguinte maneira: $D - M - D'$, sendo (') a mais-valia ou o valor que é acrescido aos custos no processo de produção. A mais-valia é o trabalho não pago, representado por aquela parte do valor das mercadorias que excede o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção do valor da própria força-de-trabalho. É preciso considerar que a força-de-trabalho é também uma mercadoria, apesar de ser uma mercadoria especial, cujo

⁸ MARX, Karl. *O manifesto comunista*, p. 83.

⁹ Id., p. 84.

¹⁰ Id., *ibid.*

¹¹ Id., *ibid.*

consumo do valor de uso significa a própria produção do valor. Vamos supor que a jornada de trabalho seja de oito horas e o valor da força-de-trabalho seja de quatro horas; isso significaria que a taxa de exploração, representada pela divisão do trabalho excedente pelo trabalho necessário, seria de 100%, ou seja, de quatro horas. Esse “sobre-trabalho”, ou trabalho não pago, é o excedente econômico gerado pelos trabalhadores na atividade econômica social e apropriado pelos capitalistas, que são os proprietários do capital e, portanto, das mercadorias ao final do processo de produção. A mais-valia é a origem, portanto, do lucro, do juro e da renda da terra, na medida em que o excedente econômico só pode advir da esfera da produção e, portanto, não do comércio, nem tampouco da usura.

A mais-valia pode ser absoluta, se sua origem for a extensão da jornada de trabalho, ou relativa, se nascer da redução do trabalho necessário. O trabalho necessário é aquele relativo ao valor da mercadoria força-de-trabalho, isto é, o tempo que os trabalhadores gastam para produzir a si mesmos. Quando a produtividade geral da sociedade aumenta, significa que os valores unitários das mercadorias diminuem. Isso ocorre também com o valor da força-de-trabalho e, uma vez que o trabalho necessário diminui, mantendo-se a mesma jornada, a parte representada pelo trabalho excedente naturalmente cresce. Assim, para Marx, os capitalistas podem se apropriar de um trabalho excedente maior em razão de os investimentos recaírem relativamente mais em tecnologia ou em capital constante do que em capital variável.

Ao transformar seu dinheiro em capital, o capitalista tem como custo o capital constante (máquinas e matérias-primas, por exemplo) e o capital variável (a força-de-trabalho). A relação em valor dessas categorias é a chamada composição orgânica do capital. Marx afirma que “a acumulação do capital, vista de início como uma ampliação puramente quantitativa, realiza-se com contínua mudança qualitativa de sua composição, ocorrendo incessante acréscimo de sua parte constante à custa da parte variável”.¹²

Ocorre que, com o aumento do capital global, cresce também a parte variável (porém em proporção cada vez menor) relativamente à parte constante. Isso equivale a dizer que, com o aumento do capital global, o capital variável (força-de-trabalho) aumenta sempre menos relativamente ao aumento do

¹² MARX, Karl. *O capital*, livro I, p. 730.

capital constante (máquinas, equipamentos). Sendo a procura de trabalho determinada pela magnitude do capital variável, ela cai progressivamente com o aumento do capital global.

Assim, a acumulação capitalista sempre produz uma população trabalhadora relativamente supérflua, isto é, “que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente”.¹³ Essa é a chamada lei da população peculiar ao modo de produção capitalista. A “população supérflua” constitui o exército industrial de reserva, que pode ser flutuante (ligado ao ciclo), latente (relativo à penetração do capital no campo), estagnada (que atualmente chamamos de precarização do trabalho), e o mais profundo sedimento, relacionado, por exemplo, à indigência. Por isso, conclui Marx, “a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. Essa é a lei da população peculiar ao modo de produção capitalista”.¹⁴

9.5 O capital financeiro e a renda da terra

Para Marx, “o dinheiro efetua movimentos puramente técnicos no processo de circulação do capital industrial. [...] Esses movimentos – ao se tornarem função autônoma de um capital particular que os executa – transformam esse capital em capital financeiro”.¹⁵ Parte do capital tem de existir constantemente como tesouro, como capital-dinheiro potencial: reserva à espera de aplicação.

O capital comercial pode ser representado por $D - M - D$; já o capital financeiro, por $D - D - M - M' - D^2 - D'$, sendo o primeiro (D) representante do capital financeiro que precede à acumulação e o último (D'), o retorno da remuneração do capital financeiro na forma de juros. Na verdade, os juros, para Marx, representam uma parte da mais-valia.

Segundo Marx, a fórmula $D - D'$ representando forma específica do capital financeiro não faz sentido, na medida em que os juros, como parte da mais-valia produzida, dependem da esfera da produção ou da produção do excedente econômico.

¹³ MARX, Karl. *O capital*, livro I, p. 731.

¹⁴ Id., p. 732.

¹⁵ MARX, Karl. *O capital*, livro III, p. 363.

O dinheiro “é a expressão autônoma de certa forma de valor. [...] Por isso, além do valor de uso que possui como dinheiro, passa a ter outro valor de uso, isto é, o de funcionar como capital”.¹⁶

O dinheiro funciona agora como capital ou como mercadoria-capital. A mercadoria-capital é uma das duas mercadorias diferentes, que possuem atributos especiais. A primeira mercadoria especial é a mercadoria força-de-trabalho. Seu atributo especial é que o seu consumo é a própria produção de valor. O capital-mercadoria também possui uma especificidade que o diferencia das demais: a mercadoria-capital, na forma de capital financeiro, ao ser consumido o seu valor-de-uso, ou seja, quando é utilizado como capital, não tem sua substância de valor consumida, ou seja, o principal da dívida continua existindo como obrigação de débito a ser quitado com o credor – como também, e principalmente, garante ao prestamista o retorno do juro que lhe é devido.

Na verdade, o capitalista financeiro empresta o dinheiro não como dinheiro, mas como capital. Se o prestatário não desembolsa o dinheiro como capital, o problema é todo dele. O valor de uso do capital é a característica de produzir mais-valia, o lucro médio, ao mesmo tempo conservando a magnitude primitiva do valor.

Na teoria de Marx, o juro (assim como o lucro e a renda da terra) é parte da mais-valia produzida socialmente pela classe trabalhadora em seu conjunto. O juro é a parte do lucro que o prestatário realizou. Desse modo, o lucro não se duplica.

[...] a parte do lucro que cabe ao prestamista chama-se juro. [...] O que se paga é o juro e não o preço da mercadoria. Se chamamos o juro de preço do capital-dinheiro, teremos forma irracional do preço, em contradição completa com o conceito de preço da mercadoria. [...] Dizer que o juro é o preço do capital é fazer afirmação *a priori* irracional.¹⁷

O juro é sempre juro relacionado a tempo, portanto sua magnitude depende do tempo de rotação do capital. Sendo o juro “apenas parte do lucro, a qual, segundo a hipótese estabelecida, o capitalista industrial deve pagar ao financeiro, então o próprio lucro se patenteia como o limite máximo do juro”.¹⁸ Já o limite mínimo depende da oferta e da demanda por dinheiro. Desse modo, o lucro industrial é igual ao lucro menos os juros.

¹⁶ MAR, KARL. *O capital*, livro III, p. 363.

¹⁷ Id., p. 408-9.

¹⁸ Id., p. 413.

Na sociedade capitalista, a simples propriedade do capital dá o direito ao seu proprietário de receber, no mínimo, a taxa de juro vigente. Há muito isso se tornou censo comum. Entretanto, ao observarmos as explicações de Marx sobre o capital financeiro ou capital fictício, notamos que há certa complexidade na questão. O fato de se saber que o capital dá direito ao rendimento de pelo menos a taxa de juro produz a forma do capital produtor de juros e transforma a capitalização em algo de fundamental importância na sociedade em que vivemos. A idéia de capitalização sugere que “a forma do capital produtor de juros faz com que toda renda monetária determinada e regular apareça como juro de um capital, derive ela ou não de um capital”.¹⁹

Isso significa dizer, como na sugestão de Marx, que, supondo a taxa de juro a 5%, se o valor nominal de um lote de ações for 100 reais, os proprietários dos títulos esperam receber pelo menos a taxa de juro, ou seja, 5 reais. Se o negócio, porém, rendeu 10% em vez de 5%, o valor de mercado dos títulos elevar-se-ia a 200 reais, pois, capitalizadas a 5%, as ações representam agora um capital fictício de 200 reais. As ações valem agora no mercado 200 reais. Assim, para Marx, o valor dos títulos é sempre determinado pelo rendimento capitalizado. Outro aspecto relevante sobre o assunto é que o preço dos títulos varia na razão inversa da taxa de juro. É importante considerar, neste momento de nossos estudos da teoria de Marx, que as ações e os títulos são apenas direitos sobre a mais-valia futura e, portanto, há um componente especulativo intrínseco à acumulação de capital.

Quanto ao capital financeiro, cabe uma última consideração importante. Para Marx, o capital financeiro possui movimentos autônomos, e essa autonomia só aumentou ao longo dos séculos XIX e XX. Marx ressalta ainda que o fato de o dinheiro, que é a forma geral do valor, possuir movimentos autônomos não significa em absoluto que o capital financeiro possa ser autônomo em relação à real fonte da produção do valor e do excedente: a produção de mercadoria. Marx dedicará três capítulos de *O capital*, 30, 31 e 32 do terceiro livro, para esclarecer que

[...] a magnitude da mais-valia convertida em dinheiro depende da magnitude da mais-valia contida no fio. E o dinheiro em que se converteu passa a ser apenas o modo de existência em valor dessa mais-valia, e como tal se torna elemento do capital de empréstimo.²⁰

¹⁹ MARX, Karl. *O capital*, livro III, p. 534.

²⁰ Id., p. 579.

9.6 Propriedade fundiária e renda da terra

Finalmente chegamos à renda da terra ou renda fundiária. Podemos afirmar que, com o estudo da renda da terra, chegamos ao final do chamado pensamento econômico de Marx, pois completamos a sua fórmula trinitária em que temos “capital-lucro (lucro do empresário mais juro), terra-renda fundiária, trabalho-salário”²¹, ou, para simplificar, temos todos os elementos para os quais se reparte a mais-valia. Em síntese, da análise em *O capital*, depreende-se que, na sociedade onde rege a produção de mercadorias sob a força do capital, os trabalhadores em seu conjunto produzem o excedente econômico socialmente, ou a mais-valia, e as frações da classe dominante se apropriam privadamente de parcelas daquela mais-valia, nas formas de lucro, juro ou renda da terra. Daí a idéia de Marx sobre a existência da luta de classes como motor da história, na medida em que a classe trabalhadora estaria permanentemente lutando para evitar a exploração, ou simplesmente, na acepção moderna, para ampliar seus direitos e sua participação na renda, enquanto a classe dominante estaria lutando para impedir a redução de seus rendimentos, ou seja, de seu poder econômico e, conseqüentemente, político.

Segundo Marx, “a propriedade fundiária supõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas privativas de sua vontade particular”.²² Tal propriedade capacita o proprietário para cobrar renda: a renda fundiária.

Trata-se, em primeiro lugar, de esclarecer o valor econômico da terra, para depois verificar a origem da renda fundiária. Na concepção de Marx, a terra não possui valor porque não é fruto do trabalho humano, mas uma dádiva da natureza. Em certas condições históricas, sob a propriedade privada e sob a produção de mercadorias, surge o capital-terra, derivado dos investimentos capitalistas na terra. Em tais circunstâncias, a agricultura se subordinou ao capital após a acumulação primitiva do capital, ou seja, após a expropriação dos camponeses e transformação das terras comuns em pastagens. Surgem, daí, três classes sociais fundamentais: os capitalistas industriais, os assalariados e os proprietários de terra.

O capitalista arrendatário paga ao proprietário da terra uma quantia em prazos estipulados como renda da terra. A terra não possui valor, e seu preço pode ser determinado pela capitalização da renda da terra.

²¹ MARX, Karl. *O capital*, livro III, p. 939.

²² Id., p. 707.

[...] a renda fundiária se configura em determinada quantia que o proprietário do solo recebe anualmente pelo arrendamento de um pedaço do globo terrestre. Vimos como toda receita em dinheiro pode ser capitalizada, isto é, considerada juro de um capital imaginário. Se a taxa média de juro é de 5%, por exemplo, uma renda fundiária anual de 200 libras esterlinas pode, portanto, ser considerada também juro de um capital de 4 mil libras.²³

A renda assim capitalizada constitui o preço de venda, por exemplo, do solo ou de um terreno.

Finalmente, a existência de, por exemplo, queda-d'água na propriedade alterará o preço do solo, pois a queda-d'água também terá seu preço via capitalização, que será acrescido ao preço total do solo. A razão disso não advém das qualidades naturais da queda-d'água, mas do fato de que a terra que a possui necessitará de menos trabalho para a produção local e, por isso, seus produtos terão valor unitário menor que o valor social, o que capacitará o capitalista a obter vantagens na venda, relativamente aos capitalistas que não possuem queda-d'água em suas propriedades, supondo-se, obviamente, que a produção, ou parte dela, seja tocada por força hidráulica. Isso significaria uma renda diferencial. Para Marx, a fertilidade natural do solo e a localização da terra também admitem renda diferencial e, portanto, interferem no preço da terra.

Questões

1. Aponte os avanços da teoria do valor-trabalho de Marx em relação às idéias de Adam Smith e David Ricardo no que se refere à determinação do valor.
2. Qual a medida invariável de valor apresentada por Marx na obra *O capital*?
3. De onde surge o excedente econômico e quais as formas fenomênicas que assume a mais-valia?
4. Apresente as principais conclusões de Marx acerca do fetiche da mercadoria.
5. O que é capital financeiro e qual o significado da fórmula $D - D'$ para Marx?
6. Como se determinam o preço e a renda da terra?

²³ MARX, Karl. *O capital*, livro III, p. 714-15.

Referências

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980. 3 livros, 6 volumes.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. ; ENGELS, F. *O manifesto comunista*. São Paulo: CHED, 1980.

Sites

<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1914/11/karlmarx/index.htm>

<http://www.mundodosfilosofos.com.br/marx.htm>

<http://www.historyguide.org/intellect/marx.html>

<http://www.unicamp.br/cemarx/>

A Escola Marginalista

10

A teoria exposta aqui deve ser apresentada como a mecânica da utilidade e do interesse individual.

William S. Jevons

A segunda metade do século XIX demarcou um período de grande expansão do capitalismo mundial, principalmente o inglês. Um grande ciclo de prosperidade ocorreu aproximadamente de 1840 a 1873. A acumulação de capital se deu em larga escala e a indústria inglesa experimentou uma extraordinária expansão. As exportações se expandiam e na estrutura industrial desabrochavam os trustes e cartéis. A economia baseada em pequenas unidades produtivas cedia gradativamente lugar para uma economia bastante concentrada, dando origem aos oligopólios e às sociedades anônimas que povoariam a economia mundial a partir do início do século XX.

O momento histórico foi também eivado de conflitos sociais, com greves, motins e o desenvolvimento do pensamento socialista. A luta da classe trabalhadora para conquistar sua fatia nos ganhos de produtividade do capitalismo europeu se intensificou, culminando com os famosos conflitos da comuna de Paris.

No campo do pensamento econômico havia uma fabulosa eferescência que refletia o desenvolvimento das tensões sociais da época. Dando prosseguimento às idéias clássicas de Smith e Ricardo, várias reflexões buscavam superar o estado incipiente da economia política clássica. Em 1873, Karl Marx advertia:

[...] a burguesia conquistara poder político, na França e na Inglaterra. Daí em diante, a luta de classes adquiriu, prática e teoricamente, formas mais definidas e ameaçadoras. Soou o dobre de finados da ciência econômica burguesa. Não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era verdadeiro ou não; importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contrariava ou não a ordenação policial.

A advertência de Marx demonstra o radicalismo do processo, que provocou, na verdade, uma profunda fissura no pensamento econômico representado, de um lado, pela Escola Marxista e, de outro, pela Escola Neoclássica.

Assim, o final do século XIX assistiu a uma gigantesca revolução no pensamento econômico. Ambas as escolas partiram dos ensinamentos dos clássicos. Entretanto, Marx radicalizou os estudos da teoria do valor-trabalho e descobriu a categoria da mais-valia, que representa uma brutal crítica ao capitalismo. A revolução Jevoniana, por sua vez, baseou-se na teoria do valor-utilidade, e trouxe a inovação da determinação do valor de troca, ou preço, pela utilidade marginal. Os marginalistas seguiam a tradição das escolas que defendiam a idéia da harmonia social e, portanto, da não existência da luta de classe, e sim da colaboração entre as classes sociais. As idéias marginalistas desenvolvidas pioneiramente por Jevons, Menger e Walras, que serão sumariamente apresentadas a seguir, formam o eixo intelectual do pensamento neoclássico até nossos dias.

10.1 A teoria da utilidade de William Stanley Jevons

William Stanley Jevons (1835-1882), um dos mais brilhantes economistas marginalistas, nasceu em Liverpool, na Inglaterra. Segundo Schumpeter, “a maior parte de seu trabalho em teoria pura está contida em *Theory of political economy*”.¹ (primeira edição em 1871)

Jevons também escreveu sobre moeda e ciclo econômico em livro organizado pelo “prof. Foxwell em um volume intitulado *Investigations in currency and finance* (1984), um estudo que nenhum economista deve negligenciar. Além disso, Jevons foi tão destacado como logicista quanto como economista. Devo mencionar que seus *Principles of science* (1874) é uma obra verdadeiramente jevoniana em força e originalidade”².

A revolução jevoniana tem seu principal pilar nas inovações trazidas a lume no campo da teoria do valor. Para Jevons, o valor é determinado e somente explicado pelo princípio da utilidade. A passagem a seguir ilustra com clareza as idéias do autor sobre o assunto:

[...] a reflexão detida e a pesquisa levaram-me à opinião, de alguma forma inédita, de que o **valor depende inteiramente da utilidade**. As opiniões prevalecentes fazem do trabalho, em vez da utilidade, a origem do valor; e há mesmo aqueles que claramente afirmam que o trabalho é a causa do valor. Demonstro, ao contrário, que basta seguirmos cuidadosamente as leis naturais da variação da utilidade, enquanto dependente da quantidade de mercadorias em nosso poder, para que cheguemos a uma teoria satisfatória da troca, da qual as leis convencionais da oferta e da procura são uma consequência necessária. [...]

¹ SCHUMPETER, Joseph A. *História da análise econômica*. Lisboa: Editora Fundo de Cultura, 1964, p. 98.

² Id., p. 99.

Verifica-se que o trabalho determina o valor, mas apenas de maneira indireta, ao variar o grau de utilidade da mercadoria por meio de um aumento ou limitação da oferta.³

Uma vez definido que a **utilidade** é o conceito central para a determinação do valor, importa saber que, para Jevons, usa-se o termo “**utilidade** para significar a qualidade abstrata que torna um objeto apropriado para nossos fins, caracterizando-o como um bem”.⁴

Os caminhos que Jevons resolveu trilhar para esclarecer a enigmática e central determinação do valor das mercadorias, ou seja, o caminho da teoria do valor-utilidade, levaram-no a aprofundar suas reflexões de modo a apresentar a tese segundo a qual o valor deve ser pensado sempre como uma relação, isto é, sempre se comparando uma mercadoria X com outra Y. Assim, ele afirmou que

[...] o valor de troca expressa unicamente uma relação, e o termo não deveria ser empregado em nenhum outro sentido. Falar apenas do valor de 1 onça de ouro é tão absurdo como falar da relação do número 17. Qual é a relação do número 17? A pergunta não tem resposta, pois é preciso haver menção a outro número para se fazer uma relação, e a relação será diferente conforme o número sugerido. Qual é o valor do ferro comparado ao valor do outro? – é uma pergunta compreensível. A resposta consiste em determinar a relação das quantidades trocadas.⁵

O próximo passo de Jevons foi desenvolver a idéia de que a Economia e a Ética são duas disciplinas que se entrecruzam. Para ele, a Economia trata de problemas éticos, dentre os quais como os homens podem buscar a felicidade e o prazer e, de outro lado, evitar o sofrimento e a dor. Assim, a utilidade dos bens pode trazer felicidade e pode, também, evitar a dor por meio do consumo, na medida em que as mercadorias podem satisfazer as necessidades e os desejos. O passo seguinte, e final, foi teorizar sobre a possibilidade de mensurar a utilidade, definindo, então, a Economia como uma ciência matemática, por ser passível de mensuração, cálculo, determinação e comparação de quantidades diferentes de utilidade.

Nesse sentido, e buscando definir a ciência econômica, Jevons argumentou:

[...] é claro que, se a Economia deve ser, em absoluto, uma ciência, deve ser uma ciência matemática. [...] A teoria consiste na aplicação do cálculo diferencial aos conceitos

³ JEVONS, W. Stanley. *A teoria da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 29.

⁴ Id., p. 47.

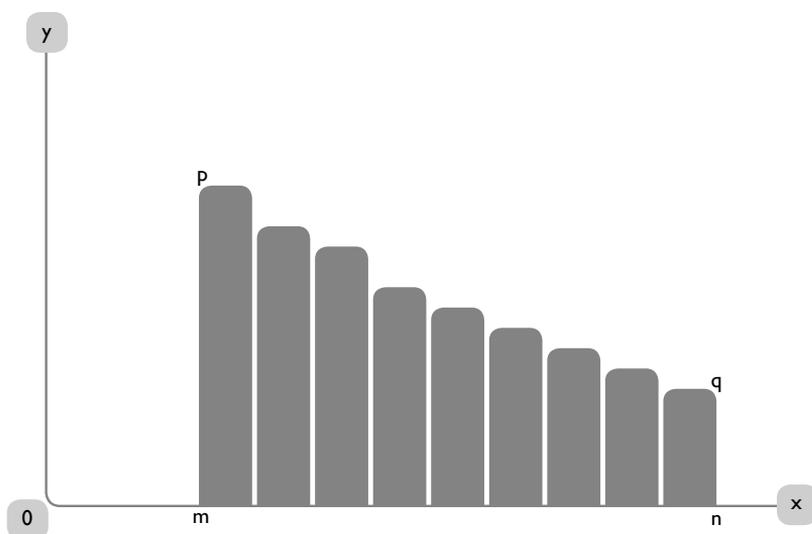
⁵ Id., p. 66.

familiares de riqueza, utilidade, valor, procura, oferta, capital, juro, trabalho e todas as outras noções quantitativas pertencentes às operações cotidianas dos negócios. [...] Parece-me que nossa ciência deve ser matemática, simplesmente porque lida com quantidades.⁶

Nas discussões sobre a determinação do valor, tanto a utilidade quanto a escassez são levadas em consideração por Jevons, mas a escassez é para ele mais importante, na medida em que é capaz de evitar a queda do grau final de utilidade. Os exemplos são abundantes. Há vários deles em sua argumentação, como o caso da água e também o do pão, que tem

[...] a utilidade quase infinita de manter a vida e, quando se torna uma questão de vida ou morte, uma pequena quantidade de comida excede em valor todas as outras coisas. Mas, quando desfrutamos de nossos suprimentos comuns de alimento, um pão tem pouco calor, porque a utilidade de um pão a mais é pequena, estando nossos apetites saciados por nossas refeições costumeiras.⁷

Jevons apresentou uma instigante teoria acerca da mensurabilidade da utilidade, segundo a qual o cálculo da utilidade almeja suprir as necessidades ordinárias do homem ao menor custo de trabalho. O raciocínio tem início com a idéia de que um sentimento (prazer ou dor) possui duas dimensões ou modos de variar em relação à quantidade e, enquanto durar, poderá ser mais ou menos intenso.



Fonte: JEVONS, W. Stanley. *A teoria da economia política*, p. 42.

⁶ JEVONS, W. Stanley. *A teoria da economia política*, p. 30.

⁷ Id., p. 105.

Para Jevons, quase sempre a intensidade do sentimento se altera de um momento para outro. Se as variações puderem ser descobertas, será possível verificar a quantidade desse sentimento. Ele observou que

[...] podemos imaginar que a intensidade varia ao fim de todo minuto, mas que permanece constante nos intervalos. A quantidade observada em cada minuto pode ser representada, como na figura acima, por um retângulo cuja base deve corresponder à duração de um minuto e cuja altura é proporcional à intensidade do sentimento observado no minuto em questão. Ao longo do eixo *ox* medimos o **tempo** e, ao longo das paralelas ao eixo *ou*, medimos a **intensidade**. Cada um dos retângulos entre *pm* e *qn* representa o sentimento de um minuto. A quantidade total de sentimento gerada durante o tempo *mn* será então representada pela área total dos retângulos, entre *pm* e *qn*.⁸

O núcleo duro da inovação jevoniana, entretanto, está na teoria da utilidade marginal decrescente, associada ao que ele chamou de “grau final de utilidade”, e dá a seguinte explicação:

Raramente precisamos considerar o grau de utilidade, exceto com relação ao último acréscimo que foi consumido ou, o que dá no mesmo, ao próximo acréscimo que está prestes a ser consumido. Portanto, usarei comumente a expressão **grau final de utilidade** para designar o grau de utilidade do último acréscimo, ou a próxima possível adição de uma quantidade muito pequena, ou infinitamente pequena, ao montante existente.⁹

Para Jevons, é possível detectar a variação do grau de utilidade se considerarmos o uso do símbolo Δ , que, segundo ele, designa uma pequena quantidade de algo. Assim, Δx representa uma pequena porção de x .

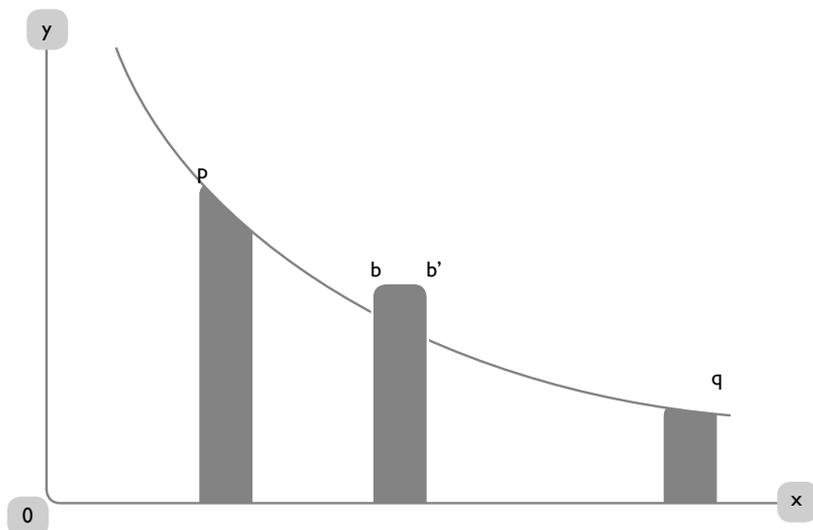
Quando x expressa a quantidade de um bem, a utilidade de $x + \Delta x$ será, portanto, maior que a de x , via de regra. Seja a utilidade global de $x + \Delta x$ representada por $u + \Delta u$, então é óbvio que o acréscimo de utilidade Δu pertence ao acréscimo do bem Δx , e se, de acordo com esse raciocínio, imaginarmos que o grau de utilidade é uniforme em toda a extensão de Δx , o que é praticamente verdade em razão de sua pequenez, encontraremos o grau de utilidade correspondente dividindo Δu por Δx .¹⁰

(Veja ilustração a seguir, onde o comprimento da linha *ab*, o grau de utilidade, é representado pela fração $\Delta u/\Delta x$.)

⁸ JEVONS, W. Stanley. *A teoria da economia política*, p. 42.

⁹ Id., p. 53.

¹⁰ Id., *ibid.*



Fonte: JEVONS, W. S. *A teoria da economia política*, p. 52.

Concluindo, Jevons entende que o prazer e o sofrimento são o objeto privilegiado do cálculo da Economia, na medida em que os indivíduos agem no sentido de buscar satisfazer ao máximo suas necessidades com o mínimo de esforço, ou seja, agem com o intuito de maximizar o prazer e minimizar a dor.

10.2 A Escola Austríaca: a contribuição pioneira de Carl Menger

Carl Menger (1840-1921) foi o precursor da célebre “Escola Austríaca” ou “Escola Vienaense”. Segundo a análise de Schumpeter, um dos mais respeitados economistas austríacos,

[...] as íntimas relações culturais que existiam entre o Império Austro-Húngaro e a Alemanha não evitaram o aparecimento, na Áustria, de uma situação científica, em nosso campo, completamente diferente da situação alemã. Isto se deveu principalmente a dois fatos pessoais: o primeiro foi o de Carl Menger [ter] sido líder de uma força intelectual fora do comum e o segundo foi o de que ele encontrou dois discípulos, Böhm-Bawerk [1851-1914] e Friedrich von Wieser [1851-1926], que eram intelectualmente seus iguais e que lhe completaram o sucesso.¹¹

Os considerados membros mais modernos e também mais famosos de economistas austríacos são, sem sombra de dúvida, o próprio Schumpeter e o precursor da escola neoliberal Friedrich von Hayek.

¹¹ SCHUMPETER, J. A., *op. cit.*, p. 116-7.

A principal obra de economia de Menger foi publicada em 1871, o mesmo ano da publicação igualmente mais importante de Jevons, e recebeu o título de *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*, cuja tradução inglesa o de *Principles of economics* e a edição brasileira, *Princípios de economia política*. Menger graduou-se em Viena e Praga e doutorou-se na Universidade da Cracóvia. Foi nomeado para a cátedra de Economia Política na Faculdade de Direito da Universidade de Viena em 1873, onde trabalhou até 1903, quando pediu demissão para dedicar-se totalmente ao seu trabalho intelectual.

Seu pensamento tem como um dos pilares a idéia de que o valor é essencialmente uma atribuição subjetiva. Para compreendê-lo, porém, convém iniciarmos nosso estudo com o conceito de “bem”, para depois atingirmos o centro de sua reflexão acerca do determinante do valor.

Segundo Menger, para que uma coisa qualquer possa ser considerada como um bem, é preciso que contenha as seguintes características:

1. a existência de uma necessidade humana;
2. que a coisa possua qualidades tais que a tornem apta a ser colocada em nexos causal com a satisfação da referida necessidade;
3. o reconhecimento, por parte do homem, desse nexos causal entre a referida coisa e a satisfação da respectiva necessidade;
4. o homem poder dispor dessa coisa, de modo a poder utilizá-la efetivamente para satisfazer à referida necessidade.¹²

Uma vez satisfeitos os quatro quesitos descritos, os bens para Menger podem ser classificados como **bens de primeira ordem**, que estão em relação direta e imediata com as necessidades humanas. Nesse caso, podemos incluir, dentre outros, por exemplo, o pão e a água. Também temos os **bens de segunda ordem**, que, por sua vez, possuem nexos indireto e casual com as necessidades humanas. Aqui podemos classificar, por exemplo, a farinha que faz o pão e vários bens, que conhecemos nos dias atuais como matérias-primas. Temos ainda, para Menger, os chamados **bens de ordem superior** ou os chamados meios de produção.

Outro pressuposto fundamental das idéias de Menger, que precisamos conhecer, é o conceito de **utilidade**. Ele diz que a “utilidade é a aptidão que uma

¹² MENGER, Carl. *Princípios de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 244.

coisa tem para servir à satisfação de necessidades humanas, constituindo, portanto (a utilidade reconhecida como tal), um pressuposto básico para que uma coisa seja um bem”.¹³

Uma vez que sabemos que as coisas podem ser consideradas como bens e que esses bens possuem utilidade, podemos apresentar o conceito central de sua teoria, a saber, o conceito de valor. Para ele, o valor dos bens “está fundado na relação que têm com nossas necessidades, mas não nos próprios bens. Ao variar essa relação de interdependência, necessariamente surge ou desaparece o valor”.¹⁴ Assim, por exemplo, os habitantes de um oásis não dariam valor algum à água, pois tal bem estaria ali disponível em abundância. Por outro lado, caso ocorresse uma catástrofe natural ou algo da mesma dimensão que dificultasse o acesso à água, surgiria o valor daquele bem imediatamente, e, de acordo com sua escassez, poderia subir indefinidamente.

Ao percorrermos as idéias de Menger, vai ficando cada vez mais evidente que, na avaliação da Escola Neoclássica, o valor é algo totalmente subjetivo, nada tendo a ver com as qualidades intrínsecas do bem, mas com o valor que os homens lhe atribuem subjetivamente. Nesse sentido, ele conclui:

[...] o valor não é algo inerente aos próprios bens, não é uma propriedade dos mesmos e muito menos uma coisa independente, subsistente por si mesma. O valor é um juízo que as pessoas envolvidas em atividades econômicas fazem sobre a importância dos bens de que dispõem para a conservação de sua vida e de seu bem-estar; portanto, só existe na consciência das pessoas em questão.

Na avaliação de Menger, “o valor é por sua própria natureza algo totalmente subjetivo”.¹⁵

Sabendo que os valores dos bens são atribuídos subjetivamente pelas pessoas que os procuram com o objetivo de suprir suas necessidades, precisamos entender agora por que eles possuem valores diferentes e como podemos determinar sua variação.

Segundo Menger, as pessoas costumam dar maior valor ou mais importância aos bens que satisfaçam necessidades de cujo atendimento depende a preservação da vida. Desse modo, “a variação da grandeza do valor de cada bem – como a constatamos na vida concreta – só pode fundar-se na variação

¹³ MENGER, Carl. *Princípios de economia política*, p. 286.

¹⁴ Id., p. 287.

¹⁵ Id., *ibid.*

do grau de importância que tem, para nós, o atendimento daquelas necessidades, que depende do usufruto dos bens em questão”.¹⁶

Menger partiu das idéias de Jevons e inovou ao demonstrar as idéias da utilidade marginal sem o uso da matemática, mas com um quadro simplificado e muito elucidativo. Para entendê-lo, devemos considerar, com o número 10, a importância que cabe à satisfação das necessidades primordiais, ou seja, aquelas de cujo atendimento depende nossa vida, e, com os números 9 a 0, os graus de importância que cabem, em ordem decrescente, ao atendimento das demais necessidades.

Está claro que, para Menger, temos diferentes graus de atendimento das necessidades. Com o quadro a seguir, ele deu uma grande contribuição à ciência econômica, ao ilustrar de maneira muito interessante suas idéias acerca da utilidade marginal decrescente.

Ilustração da utilidade marginal decrescente
Tipos de mercadoria (de I a X)

Número de mercadorias consumidas	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
1	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1
2	9	8	7	6	5	4	3	2	1	0
3	8	7	6	5	4	3	2	1	0	
4	7	6	5	4	3	2	1	0		
5	6	5	4	3	2	1	0			
6	5	4	3	2	1	0				
7	4	3	2	1	0					
8	3	2	1	0						
9	2	1	0							
10	1	0								
11	0									

Fonte: MENGER, Carl. *Princípios de economia política*, p. 291.

O quadro de utilidade decrescente deve ser entendido da seguinte maneira: vamos supor que

[...] a escala I exprima a importância que cabe ao atendimento da necessidade de alimentação, importância essa decrescente, de acordo com o grau em que já atendemos a essa necessidade; e suponhamos que a escala V exprima o atendimento da necessidade

¹⁶ MENGER, Carl. *Princípios de economia política*, p. 288.

de fumo de certo indivíduo; a comparação das duas escalas ilustra que o atendimento da necessidade de alimentação, até determinado grau de plenitude, tem importância indiscutivelmente maior, para esse indivíduo, do que o atendimento da necessidade de consumir fumo. Todavia, à medida que a necessidade de alimentação tiver sido atendida até determinado grau de plenitude – por exemplo, até o ponto em que o atendimento suplementar dessa necessidade tenha, para o referido indivíduo, simplesmente a importância que designamos com o número 6 –, o consumo de fumo já começa a ter a mesma importância que o atendimento suplementar da necessidade de alimentação e, conseqüentemente, o indivíduo em questão se empenhará, a partir dali, em dar (em suas atitudes e em seu orçamento) ao consumo de fumo o mesmo grau de importância que dará à preocupação alimentar.¹⁷

De seu princípio, Menger deduziu a lei da procura, segundo a qual a quantidade de uma mercadoria procurada no mercado dependia do preço da mercadoria ofertada, e a quantidade demandada era inversamente proporcional ao preço.

De seu princípio de utilidade marginal como determinante do valor, deduziu também o valor não apenas das mercadorias objeto de procura e de satisfação das necessidades dos consumidores, mas também dos fatores de produção, das matérias-primas, da terra etc., cujos valores seriam determinados pela *utilidade imputada*, ou seja, pela utilidade marginal do produto final a que deram origem.

10.3 A teoria do equilíbrio geral de Walras

Marie-Esprit Leon Walras (1834-1910) nasceu em Évreux, na Normandia. Seu pai, Antoine-Auguste Walras (1801-1866), foi um eminente economista pré-marginalista. A formação acadêmica de Walras iniciou-se no College de Caen em 1844, tendo-se bacharelado em artes e em ciências no Lycée de Douai em 1851 e 1853, respectivamente. Após uma tentativa frustrada de ingressar na École Polytechnique, optou em 1854 pela École des Mines, onde iniciou seus estudos para tornar-se engenheiro de minas. Walras abandonou o curso de engenharia pela atividade de colaborador autônomo de vários periódicos da época, em particular o *Journal des Economistes* e o *La Presse*, destacando-se como um lutador pelas causas da reforma social.¹⁸ Em 1870, passou a ocupar a cátedra de Economia Política da Universidade de Lausanne, permanecendo ali até sua aposentadoria, em 1892. Segundo Carneiro,

¹⁷ MENGER, Carl. *Princípios de economia política*, p. 291.

¹⁸ CARNEIRO NETTO, Dionísio Dias. “Apresentação”. In: WALRAS, Leon. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. X.

Acreditava que a defesa da reforma social só poderia ser empreendida de forma científica se fossem revistas as bases analíticas do pensamento econômico de então, que opunha o racionalismo reacionário de Say ao emocionalismo bem intencionado dos chamados “socialistas utópicos” (especialmente Proudhon, Fourier e Sant-Simon).¹⁹

Os três volumes em que sintetizou a obra de uma vida²⁰ “se colocam entre os livros mais importantes de nossa ciência, mas *aere perennius* é a cadeia de pensamentos contida nas seções II-VI do primeiro volume”.²¹

Assim como todo grande economista de sua época, Walras enfrentou a questão da determinação do valor ou do preço das mercadorias, como base para suas posteriores reflexões sobre oferta e procura e sua teoria do equilíbrio geral:

[...] na ciência, há três soluções principais para o problema da origem do valor. A primeira é a de A. Smith, de Ricardo, de Mac-Culloch: é a solução inglesa, que coloca a origem do valor no *trabalho*. A segunda é a de Condillac e de J.-B. Say: é, sobretudo, a solução francesa, que coloca a origem do valor na *utilidade*. Essa solução é muito ampla e atribui valor a coisas que, na realidade, não o têm. Finalmente, a terceira, que é boa, a de Burlamaqui e de meu pai, A.-A. Walras, que coloca a origem do valor na *raridade*.²²

Walras partiu de Cournot²³:

Logo descobriu, segundo nos conta, que a curva de procura de que falava esse autor, representativa dos volumes procurados como função do preço, era rigorosamente aplicável apenas à troca de dois bens, e que oferecia apenas uma aproximação no caso da troca de mais de duas mercadorias. Inicialmente, limitou-se ao primeiro caso e, exatamente, derivou a curva de oferta de uma mercadoria da curva de procura de outra: em seguida, deduziu os preços de equilíbrio dos dois bens a partir do ponto de intersecção de ambas as curvas. A partir das curvas, que se referem ao volume total de bens existentes no mercado em estudo, chegou às curvas de procura individual e de utilidade referentes aos volumes de todas as unidades econômicas individuais, destarte alcançando a pedra fundamental de sua estrutura, ou conceito de utilidade marginal. Nesse estágio, publicou a teoria de 1873, desenvolvendo-a em anos posteriores.²⁴

¹⁹ CARNEIRO NETTO, Dionísio Dias. “Apresentação”. In: WALRAS, Leon. *Compêndio dos elementos de economia política pura*, p. X.

²⁰ WALRAS, L. *Elements d'économie politique pure*, 4. ed, 1900 (1ª ed., 1874); *Études d'économie sociale*, 1896; *Études d'économie politique appliquée*, 1898.

²¹ SCHUMPETER, J. A., *op. cit.*, p. 82.

²² WALRAS, Leon, *op. cit.*, p. 99. Segundo Burlamaqui, em seu *Elementos de direito natural*, cap. XI, “a utilidade, quão real ela seja, não basta para dar um preço às coisas; é preciso, ainda, considerar sua raridade, isto é, a dificuldade que se tem de obter essas coisas e que faz com que cada qual não possa facilmente obter tanto quanto queira”.

²³ Antoine Augustin Cournot (1801-1877), economista, filósofo e matemático francês, é autor de obra extensa tendo como uma de suas principais contribuições a obra *Traité élémentaire de la Théorie des fonctions et du calcul infinitesimal*, de 1841.

²⁴ SCHUMPETER, J. A., *op. cit.*, p. 82.

Na opinião de Schumpeter, o conjunto “inteiro da Economia repousa, segundo Walras, na condição de todas as unidades econômicas desejarem maximizar a utilidade e de a procura de cada mercadoria igualar a oferta. Todos os teoremas derivam desses dois pressupostos”.²⁵

Na formulação da lei da oferta e da demanda de Walras,

[...] a cada configuração de preços corresponde uma situação na qual existirão excedentes de algumas mercadorias e escassez de outras. Impõe-se, então, a regra de que os preços de cada mercadoria relativos ao *numéraire* aumentarão sempre que houver falta da mercadoria para o agregado dos agentes e diminuirão sempre que o total disponível for inferior à soma das quantidades desejadas pelos agentes, aos preços anteriores.²⁶

Walras demonstra matematicamente uma situação de equilíbrio geral. Em sua formulação, explica:

[...] sendo dadas várias mercadorias, cuja troca se faz com a intervenção de numerário, para que haja equilíbrio do mercado em relação a elas, ou preço estacionário de todas essas mercadorias em numerário, é necessário e suficiente que a esses preços a demanda efetiva de cada mercadoria seja igual à sua oferta efetiva. Quando essa igualdade não ocorre, é preciso, para chegar aos preços de equilíbrio, uma alta do preço das mercadorias, cuja demanda efetiva seja superior à oferta efetiva, e uma baixa do preço daquelas cuja oferta efetiva seja superior à demanda efetiva.²⁷

Questões

1. Qual o significado da “revolução” jevoniana para a ciência econômica?
2. Explique a idéia de Menger sobre o caráter essencialmente subjetivo da determinação do valor dos bens.
3. Como Menger ilustrou sua teoria da utilidade marginal decrescente?
4. Apresente a formulação da lei da oferta e da demanda de Walras.
5. Para Walras, qual a condição para se verificar uma situação de equilíbrio geral?

Referências

CARNEIRO NETTO, Dionísio Dias. “Apresentação”. In: WALRAS, Leon. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

²⁵ SHUMPETER, J. A., *op. cit.*, p. 83.

²⁶ CARNEIRO NETTO, Dionísio Dias, *op. cit.*, p. XIII-XIV.

²⁷ WALRAS, Leon, *op. cit.*, p. 87.

JEVONS, W. Stanley. *A teoria da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os economistas.

MENGER, Carl. *Princípios de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os economistas.

SCHUMPETER, Joseph A. *História da análise econômica*. Lisboa: Editora Fundo de Cultura, 1964.

_____. *Teorias econômicas: de Marx a Keynes*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

WALRAS, Leon. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Sites

http://www.corecon-rj.org.br/Grandes_Economistas_Resultado.asp?ID=72

<http://www.ucl.ac.uk/laws/jevons/>

<http://cepa.newschool.edu/het/profiles/menger.htm>

<http://socserv.mcmaster.ca/econ/ugcm/3ll3/walras/walrasbib.html>

Como já foi destacado em capítulos anteriores, o pensamento clássico estava sob um ataque severo em várias frentes. Numa delas, situavam-se os estudos dos marginalistas (Jevons, Menger e Walras). Apesar da ofensiva desencadeada contra a teoria do valor-trabalho de Ricardo, eles reiteraram a crença, ou a convicção, nas vantagens universais e nos efeitos harmonizadores da livre ação das forças do mercado. O otimismo em relação a esses efeitos positivos da “mão invisível” dá muito que pensar quando confrontado com a realidade do capitalismo, especialmente no último quarto do século XIX.

No decorrer desses 25 anos (período correspondente à fase descendente do ciclo de Kondratieff), houve uma intensificação dos conflitos e das assimetrias de poder no interior das economias industriais e um agravamento das disputas econômicas entre as nações mais industrializadas, cuja evolução culminou na Primeira Grande Guerra, o mais devastador dos conflitos no qual a humanidade tinha se envolvido até então.

No plano interno, as potências industriais enfrentaram um crescimento das lutas trabalhistas em torno de reivindicações como melhores condições de trabalho e ampliação dos direitos políticos. O aumento da mobilização social estava intimamente relacionado às transformações que resultaram na Segunda Revolução Industrial. As crises periódicas do capitalismo haviam desencadeado um movimento de concentração do capital, por meio de um processo de incorporação das empresas menores pelas maiores, provocando o surgimento de formas do capital monopolista, como os trustes e os cartéis. As grandes corporações reuniam e organizavam em suas plantas industriais milhares de operários. A concentração dessa grande massa de trabalhadores num espaço restrito criava condições favoráveis para a organização sindical e política do proletariado. O mesmo processo que promovia a concentração do capital e a formação dos monopólios ampliava o poder econômico das grandes corporações, trustes e cartéis, em detrimento das empresas médias e pequenas, e criava condições favoráveis para a organização e mobilização dos trabalhadores, intensificando a luta social e política entre as classes proprietárias e não proprietárias.

Na esfera internacional, o período foi marcado pelas guerras de unificação da Itália e da Alemanha (concluídas em 1871) e pelo surgimento de um tipo de Estado nacional “tardio”, comprometido com o esforço de modernização industrial, cujas necessidades em relação a mercados e fontes de matérias-primas contribuíram para a intensificação das disputas inter-imperialistas na África e na Ásia. O quadro evoluiu rapidamente para o “sistema de alianças”, que opôs a Entente (Inglaterra, França e Rússia) e a Santa Aliança (Alemanha, Itália e Império Austro-Húngaro) e instaurou a “Paz Armada”. Nos primeiros anos do século XX, havia uma convicção generalizada na Europa de que o acúmulo de tensões entre as potências tradicionais e emergentes pelo controle de “fatias” do mercado mundial tornara a guerra inevitável e iminente. Todos se sentiam no interior de um paiol de pólvora, aguardando o momento do início do incêndio.

Algumas linhas de interpretação da realidade econômica (representadas por Sismondi, Marx e Thorstein Veblen, por exemplo) foram sensíveis a esse contexto convulsionado e dirigiram o foco da análise para os conflitos do sistema. Suas abordagens não hesitaram em reconhecer as crises e os efeitos destrutivos das poderosas oposições de interesses em andamento como uma dimensão intrínseca do moderno sistema industrial. Os conflitos e as crises não expressavam um desvio da norma, mas a natureza mais íntima da reprodução do capital na fase industrial.

Numa outra vertente (representada pelos precursores do marginalismo e pelos neoclássicos), empreendeu-se um esforço de interpretação que considerava o sistema do ponto de vista do equilíbrio. Pode parecer surpreendente a credibilidade angariada por uma abordagem que descrevia um mundo dilacerado por conflitos e assimetrias de poder baseado num modelo de equilíbrio. Mas, por outro lado, a força do paradoxo diminui se considerarmos a ênfase no equilíbrio como expressão de um esforço para justificar o *status quo*, mesmo que limitado à esfera abstrata, como no sistema de equações do equilíbrio geral de Walras.

Mas há um outro aspecto que não pode ser negligenciado. Talvez a abordagem dos problemas econômicos pelo ângulo do equilíbrio também representasse uma convicção na capacidade da razão científica de orientar a ação dos agentes econômicos de maneira a superar a desordem, garantir a coesão do sistema e permitir a sua reiteração. Para atender a esses requisitos, a teoria deveria estar ao alcance da compreensão dos agentes econômicos, ter a capacidade de enfrentar os problemas práticos da economia real e fornecer instrumentos

relevantes para a gestão econômica do livre mercado. Os estudos de Alfred Marshall devem ser compreendidos com essas três referências.

11.1 O pensamento de Alfred Marshall (1842-1924)

Marshall era filho de um funcionário do Banco da Inglaterra que desejava orientá-lo para uma carreira eclesiástica. Apesar das pressões paternas, ele rejeitou uma bolsa de estudos em Oxford, onde deveria fazer os cursos necessários para o desempenho de suas funções religiosas. Com o apoio de um tio rico, estudou matemática em Cambridge, disciplina para a qual demonstrou grande talento, além de estudar paralelamente moral e ética. A partir de 1867, começou seus estudos em economia, procurando oferecer uma formulação matemática e geométrica para as análises de Ricardo e J. S. Mill. Aparentemente, chegou por conta própria à conclusão de que a utilidade não deveria ser estudada do ponto de vista da utilidade total, mas da perspectiva dos seus efeitos em termos de pequenos incrementos. Já estava ensinando economia em Cambridge quando publicou sua principal obra, *Principles of economics*, em 1890. Após a publicação, ela se tornou o principal manual de economia por décadas, influenciando a formação de gerações de economistas. Apesar do profundo aporte matemático subjacente à obra, o autor foi deliberadamente comedido nas demonstrações algébricas e geométricas, pois ele compreendia que o raio de influência das análises e a sua utilidade para os agentes econômicos reais dependiam, na medida do possível, de uma exposição clara e acessível.

Marshall partiu de algumas convicções solidamente estabelecidas pela primeira geração dos marginalistas (Walras). Segundo essa análise, no interior de um sistema econômico regido por um mercado competitivo perfeito, os preços eram profundamente interdependentes e o ponto de intersecção entre a curva da oferta e da demanda coincidia com o preço de equilíbrio. Nessas condições, era possível representar o sistema econômico como um sistema de equilíbrio geral. Sua grande inovação introduzida no pensamento econômico foi a criação de um modelo isolado, em condições bem definidas, no qual as relações entre as variáveis do sistema podiam ser estabelecidas de maneira exata, de forma a traduzir o funcionamento de um mercado composto por uma única firma e um único consumidor. Esse modelo teórico ficou conhecido como análise do equilíbrio parcial e foi a base sobre a qual se edificou um novo ramo da disciplina, a microeconomia.

Para empreender a construção de seu paradigma, Marshall teve de fazer um acerto de contas com a tradição do pensamento econômico, em especial naquele aspecto relativo ao debate em torno da lei do valor. Como sabemos, para a tradição clássica, o valor das mercadorias estava relacionado aos custos de produção, isto é, o valor da mercadoria era determinado pela quantidade de trabalho consumido na sua produção. Mas havia algumas circunstâncias para as quais a teoria do valor-trabalho de Ricardo não fornecia uma solução satisfatória, fato que ele mesmo reconhecia. As limitações da análise ricardiana do valor e as polêmicas implicações ideológicas que ela embutia (exaustivamente explorada pelos “socialistas” ingleses ou ricardianos, Thompson, Gray, Bray e Hodgskin) foram suficientes para justificar o abandono da teoria proposto por Jevons. Ele deslocou a discussão em torno da determinação do valor da esfera da produção para a esfera do mercado, afirmando que o valor dependia da utilidade, mais precisamente da utilidade marginal. A uma teoria do valor determinada pela produção sucedeu outra, determinada pela troca. A abordagem de Marshall conseguiu realizar uma grande síntese entre a tradição clássica e a marginalista ao demonstrar que o valor era determinado pela oferta e pela demanda, compondo um modelo teórico que é a base da Escola Neoclássica.

O modelo analítico de Marshall considera dois agentes econômicos, um consumidor e um produtor, atuando para maximizarem, respectivamente, a utilidade e o lucro num sistema de concorrência perfeita no qual todas as demais variáveis externas à análise permaneciam constantes (*ceteris paribus*).

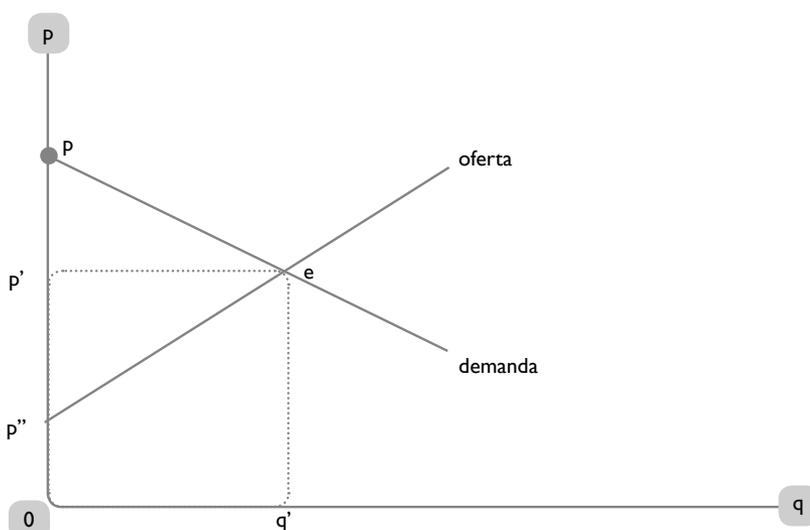
Para representar como esses agentes interagem no mercado e demonstrar como a oferta e a procura entram num equilíbrio temporário, Marshall montou uma tabela baseada em um hipotético mercado de trigo numa pequena cidade do interior da Inglaterra no século XIX.¹

Ao preço de	Proprietários dispostos a vender	Compradores dispostos a comprar
37 xelins	1.000 quarters	600 quarters
36 xelins	700 quarters	700 quarters
35 xelins	600 quarters	900 quarters

¹ Esta parte do estudo de Marshall, que corresponde ao livro V dos *Principles*, é considerada por ele próprio o núcleo da sua contribuição para o pensamento econômico.

Essa tabela apresenta os preços que os consumidores estavam dispostos a pagar por determinada quantidade de trigo e a que preços os produtores-comerciantes estavam dispostos a ofertar para uma dada quantidade do cereal. Pela tabela podemos observar que, a 35 xelins, os produtores estavam dispostos a ofertar 600 quarters de trigo e os consumidores dispostos a adquirir 900 quarters. À medida que os preços de oferta se elevavam de 35 para 37 xelins, aumentava a quantidade que os vendedores estavam dispostos a ofertar, mas diminuía a quantidade que os consumidores estavam dispostos a adquirir. À medida que os preços caíam, ocorria o inverso. Marshall argumentava que, ao longo de um dia, a dinâmica entre a oferta e a procura tendia a levar o preço para o nível de 36 xelins, pois esse preço expressava a identidade entre a quantidade que os produtores estavam dispostos a ofertar e os consumidores dispostos a adquirir, isto é, a quantidade de equilíbrio.

Marshall elaborou o seguinte gráfico para expressar o seu modelo:



Fonte: MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia política tratado introdutório*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 52. Coleção Os economistas.

A curva da oferta apresenta as quantidades q que os produtores estão dispostos a ofertar por um dado preço p e a curva da demanda indica o preço que os consumidores estão dispostos a pagar para obter determinada quantidade. A intersecção da curva da oferta com a demanda, o ponto “e”, indica a quantidade q' e o preço p' de equilíbrio desse mercado.

Para a análise da demanda, Marshall partia da lei da utilidade marginal decrescente, segundo a qual a satisfação e a utilidade proporcionadas por um bem diminuem à medida que se adquirem unidades adicionais desse bem. A aplicação do conceito da utilidade marginal na análise econômica dependia da definição de uma medida para a utilidade. Os precursores do marginalismo pretenderam resolver o problema estabelecendo que a utilidade atribuída a uma mercadoria é que define o preço que o consumidor está disposto a pagar por ela. O problema é que, na atribuição de uma utilidade a certa mercadoria, entram em jogo aspirações, desejos, satisfações que variam de consumidor para consumidor. Como comparar aspirações e desejos? Marshall reconhecia que não era possível comparar diretamente a satisfação que uma mercadoria poderia trazer para diferentes consumidores, mas observava que era possível comparar o preço que eles estavam dispostos a pagar para adquirir determinado bem ou serviço. O preço, portanto, poderia ser tomado como uma medida aproximada da utilidade.

Segundo os marginalistas, a estratégia aquisitiva do consumidor poderia ser representada pela teoria da escolha racional, formulação segundo a qual escolhas e opções de compra são feitas visando maximizar a utilidade dos gastos. Esse objetivo era atingido pelo efeito-substituição. Sempre que uma mercadoria subia de preço, o consumidor verificava se ela poderia ser substituída por outra de menor preço, mas da mesma classe de utilidade. Assim, eles estavam sempre procurando maximizar a utilidade com as despesas que realizavam.

Como podemos observar no gráfico, p é o preço máximo que o consumidor está disposto a pagar pela mercadoria e p' é o preço de equilíbrio. Marshall demonstrou que a área de triângulo p, e, p' representa o excedente do consumidor, isto é, o ganho de utilidade obtido pelo consumidor ao adquirir o produto. Para toda a seqüência de preço-quantidade situada entre o preço máximo e o preço de equilíbrio, o consumidor obtém um excedente, pois ele está fazendo a aquisição por um preço menor do que teria de pagar para não ficar sem o produto. No ponto e , o excedente é máximo, isto é, o consumidor está maximizando a utilidade do seu gasto naquele tipo de mercadoria.

Uma outra observação importante, possível de extrair da análise do gráfico, é que a melhora da eficiência do sistema produtivo, isto é, o aumento da quantidade total ofertada com diminuição do preço de todas as quantidades oferecidas, reduz a inclinação da curva da oferta e aumenta a área do triângulo

que representa o excedente do consumidor. Dessa forma, a melhora de eficiência do lado da oferta proporciona ganhos cada vez maiores de utilidade para o consumidor. As mercadorias ofertadas nessas circunstâncias obedecem à lei do rendimento crescente. Nos casos em que o aumento da procura eleva o preço e a produção, vale a lei do rendimento decrescente. Já na situação em que o aumento da procura eleva a produção e mantém o preço, vale a lei do rendimento constante.

Marshall também foi o criador do conceito de elasticidade. Esse conceito quantifica o efeito da variação de uma variável em outra. O índice de elasticidade da demanda, por exemplo, é uma razão entre a porcentagem de variação da quantidade vendida sobre a porcentagem da variação do preço. A demanda é elástica quando a quantidade vendida varia uma porcentagem superior à de variação do preço e é inelástica quando a porcentagem de variação da quantidade vendida é inferior à de variação do preço. Vários fatores podem interferir na elasticidade-inelasticidade da demanda. Produtos com preços elevados, por exemplo, tendem a aumentar suas vendas numa proporção maior à redução dos preços ao integrar ao seu mercado um grande número de consumidores potenciais que estavam excluídos anteriormente. Por outro lado, a venda de um produto de preço baixo reage com menor intensidade à redução do preço, pois ele já se encontra acessível a uma gama extensa de consumidores. O potencial de substituição de um produto também interfere na elasticidade da sua oferta, pois uma pequena redução do seu preço estimula sua aquisição em substituição a outros, que se tornam mais caros. O conceito também se mostra útil do ponto de vista das políticas públicas, especialmente no que se refere à arrecadação dos impostos. Impostos aplicados sobre produtos de demanda inelástica produzem melhor efeito do ponto de vista da arrecadação que os aplicados sobre os de demanda elástica, cujas vendas mudam significativamente com as variações de preços.

Uma das grandes inovações introduzidas por Marshall foi analisar o lado da oferta por meio de instrumentos e conceitos simétricos aos utilizados para a análise da demanda, criando uma teoria integrada que atenda a exigências de universalidade e cientificidade, decisivas para o seu reconhecimento pelo *mainstream*. A outra inovação consiste na maneira como ele tratou o fator tempo na análise econômica. Até então, os economistas analisavam as mudanças econômicas **no tempo**. Marshall, além disso, passou a considerar os **efeitos** que a passagem do tempo produz e as interferências da **duração** na vida econômica. Por fim,

ele reconheceu os custos de produção como um dos determinantes do preço, ao lado da demanda, reformulando a teoria do valor marginalista.

Como foi observado, o consumidor sempre procura obter a melhor relação entre a renda que obtém e a utilidade que adquire. Marshall demonstrou que um raciocínio semelhante poderia ser aplicado ao lado da oferta. Uma firma² opera visando maximizar seus lucros pela melhor relação entre os custos de produção e a receita que ela obtém com suas vendas. A referência para o cálculo da receita é o preço que vigora num setor do mercado. Como o preço de mercado é dado, o problema da maximização do lucro pode ser analisado do ângulo da receita ou do custo. No primeiro caso, a receita desejada determina a melhor composição de fatores de produção e a dimensão do investimento. No segundo, diante de uma disponibilidade limitada de capital, determina-se a melhor composição de fatores relativamente ao preço do mercado.

Para Marshall, a análise da oferta deveria ser feita considerando quatro tempos distintos. No primeiro, o tempo de mercado, a oferta não pode ser alterada e o preço é determinado pela demanda. No segundo, o curto prazo, a oferta pode ser alterada por meio de combinações distintas entre os custos variáveis (trabalho, matéria-prima) e os fixos (equipamentos). No terceiro, o longo prazo, a oferta e a demanda podem ser alteradas pela mudança na moda, ampliação do maquinário etc. Por fim, no tempo secular, o preço se altera em virtude da ampliação do conhecimento e da mudança no hábito das gerações. A análise de Marshall dedica mais atenção ao curto prazo e ao longo prazo.

No período de mercado, quando a oferta é fixa, é a demanda que determina os preços e, conseqüentemente, os lucros.

No curto prazo, período no qual o custo fixo permanece constante, Marshall observou que o aumento da produção só poderia ser obtido pelo incremento do número de operários, até atingir a capacidade de produção para a qual a planta produtiva foi dimensionada. Se a firma continuar a empregar trabalhadores além desse ponto (mantendo-se os demais fatores de produção constantes), a produção aumentará a taxas decrescentes até começar a decair.³

² O conceito que representava o agente produtivo de Marshall era a "firma representativa". Consiste numa empresa média que opera num mercado de concorrência perfeita com nível de produtividade que não é o melhor nem o pior existente naquele setor do mercado.

³ Um exemplo muito conhecido trata de uma dada área de terra destinada ao cultivo. O aumento do número de trabalhadores na lavoura aumentará a produção até o ponto em que eles se tornarão excessivos, relativamente à extensão da área, reduzindo a produtividade e, depois, a produção.

Da mesma forma que o aumento do consumo obedece à lei da utilidade marginal decrescente, o incremento contínuo e unilateral de um fator de produção, descrito por Marshall, obedece à lei dos rendimentos decrescentes (também conhecida por lei da produtividade marginal decrescente).

Quando uma firma produz uma dada quantidade a um custo marginal que coincide com a quantidade e o preço de demanda, instaura-se a situação de equilíbrio e a firma maximiza o lucro. Assim como a área do triângulo p, e, p' representa o excedente do consumidor, o triângulo p', e, p'' representa o excedente apropriado pelo produtor e mostra que ele é máximo no ponto de equilíbrio. Marshall considerava que um dos atributos do conceito de firma representativa era possuir custos médios coincidentes com o preço de mercado, mas admitia que essa situação era hipotética, pois na verdade as empresas reais trabalhavam com custos médios acima ou abaixo do preço de equilíbrio. Se uma empresa operasse com custos médios superiores aos de uma firma representativa, seus lucros seriam menores; se os custos médios fossem inferiores, seus lucros seriam superiores às da firma representativa. Nessas condições, ela teria uma espécie de “excesso” de lucro, que o autor conceituou como “quase renda”. Esse conceito expressa algum tipo de vantagem que um empreendedor obtinha em relação aos demais e que lhe permitia conseguir um lucro adicional durante o tempo em que só ele podia gozar do benefício (como exemplo, há o caso dos empreendedores que aplicam capital acumulado ou herdado, sem necessidade de contratar poupança a juros para realizar o investimento. Seu lucro é maior, pois não necessita deduzir as despesas com juros, como os demais empreendedores). Como essas vantagens, em geral, são neutralizadas com o decorrer do tempo, no longo prazo, essa “quase renda” tende a desaparecer, nivelando o lucro para o nível do lucro normal.

No longo prazo, a oferta e a demanda podem ser alteradas. Se ocorrer um aumento no preço, o capital migra para o setor, elevando a produção; se o preço cai, o capital migra do setor e reduz a produção. A oscilação do preço ocorre em torno do preço normal, isto é, do preço que equaliza a quantidade ofertada com a demanda e tende a ser proporcional ao custo de produção. Enquanto no tempo de mercado e no curto prazo a influência da demanda sobre o preço é mais relevante, no longo prazo o preço tende aos custos de produção. Nesse passo da análise, opera-se a síntese entre a demanda e a oferta na determinação do preço, que é a base da formulação neoclássica sobre o valor.

Já no que se refere ao lucro, no longo prazo ele converge para o patamar da firma representativa, o qual se generaliza para o conjunto das empresas do setor na forma do lucro médio. No longo prazo, portanto, aquelas condições de equilíbrio que presidiam um segmento do mercado (equilíbrio parcial) são extrapoladas e generalizadas para o conjunto do sistema econômico, compatibilizando a capacidade produtiva e a procura num ponto de máxima eficiência. Pela via de um sofisticado instrumental matemático e analítico, demonstrava-se que o mercado, operando num ambiente de concorrência perfeita, tendia a aumentar a eficiência da produção, aumentar a oferta, beneficiar o consumidor pela redução dos preços e nivelar a taxa de lucro no conjunto do sistema, como Smith havia previsto.

Apesar de a análise de Marshall do lado da oferta basear-se no conceito de firma representativa, ele reconhecia que o sistema econômico era extremamente dinâmico e que o aumento de eficiência das empresas estava intimamente ligado aos seus ganhos de escala e ao desenvolvimento geral da indústria, os quais podiam ocorrer de duas formas: as economias internas e as economias externas.

O conceito de economia interna diz respeito aos incrementos de eficiência pelo aprofundamento da divisão técnica do trabalho, da produção em massa obtida com máquinas maiores, de melhor qualidade, a menores custos, e da maior eficiência no gerenciamento da produção. As economias externas dizem respeito às condições gerais do sistema econômico e dependem das condições de transporte, da proximidade dos fornecedores, que resultam em diminuição do preço do frete e redução das perdas, do poder de barganha dos grandes compradores relativamente aos pequenos fornecedores. Como as empresas maiores tendem a obter expressivos ganhos de eficiência e produtividade, a tendência, a longo prazo, é a sobrevivência de uma única grande empresa por setor da economia e a formação de um monopólio por classe de indústria. Marshall argumentava que isso não ocorria porque, em geral, o desaparecimento do empreendedor responsável pelo crescimento da empresa comprometia seu dinamismo e ela perdia a agilidade necessária para enfrentar os novos desafios, sendo ultrapassada por outras, menores, com maior capacidade de adaptação, que tenderiam a substituir as grandes e repetir o ciclo.

A teoria da distribuição de Marshall era baseada na dos precursores do marginalismo, que a considerava uma função dos preços dos fatores de produção. Assim, em princípio, a distribuição ótima da renda é aquela que corresponde à melhor composição de custos de produção na situação de equilíbrio do sistema, isto é, no ponto de eficiência máxima.

Os salários eram considerados uma remuneração pelo esforço, pela desutilidade do trabalho, e equivalentes à contribuição dos trabalhadores à criação do produto total. Considerando uma oferta de trabalho, os salários eram determinados por sua produtividade marginal e sua variação era regida pela oferta e pela procura. Numa situação de equilíbrio, se a oferta de trabalho diminui, sua produtividade marginal aumenta e os salários se elevam. Se a oferta aumenta, a produtividade marginal cai e os salários diminuem. Coube a Marshall demonstrar que essas variações na oferta-procura eram diretamente proporcionais às variações do consumo final, isto é, a demanda de artigos de consumo final tinha influência direta na demanda de trabalho.

O lucro normal incorpora os juros e os ganhos com gerenciamento e considera parte dos custos de capital da firma nas condições de equilíbrio a longo prazo.

O juro era considerado o preço do capital, valendo, para esse caso, o mesmo tipo de abordagem que se aplica a outra mercadoria qualquer no modelo de equilíbrio parcial, sendo que o ponto de intersecção entre a curva da oferta e da demanda indica a taxa de equilíbrio por poupança. Assim como o salário era considerado uma remuneração pelo esforço e desprazer do trabalho, o juro era a remuneração por um sacrifício, por uma abstinência de consumo (segundo os precursores do marginalismo), que Marshall preferiu substituir pelo conceito de “espera” de consumo, isto é, a transferência de uma oportunidade de consumo no presente visando à obtenção de um benefício maior no futuro.

A teoria da renda foi incorporada de Ricardo e serviu como fonte de inspiração para a criação do conceito de “quase renda”.

Considerar os salários e os lucros como um preço (custos variáveis e fixos) tornava possível aplicar à esfera da produção as mesmas categorias de análise da esfera do mercado e proporcionava duas grandes vantagens: a primeira, que encontrava uma justificativa para os juros (sem a suposição de que a “espera” e o trabalho criam o valor, não há como justificar a apropriação do valor correspondente aos juros); e a segunda, que cada fator era remunerado de acordo com sua contribuição na criação do valor e da riqueza social, não havia um excedente apropriado, não havia exploração, mas simples trocas de equivalentes.

Apesar de o modelo elaborado por Marshall ter como objetivo principal explicar os preços das mercadorias e dos fatores de produção num mercado competitivo perfeito, ele também permitiu deduzir os meios necessários para

se obter a máxima eficiência do sistema econômico, isto é, a alocação ótima dos recursos escassos. Mas ele próprio fez questão de ressaltar que era um equívoco considerar que esse ponto de equilíbrio e de eficiência máxima correspondesse ao grau máximo de satisfação do sistema. Ele argumenta que relacionar diretamente a posição de equilíbrio entre a oferta e a procura ao ponto de satisfação máxima total decorre da convicção de que qualquer aumento da produção, para além desse ponto de equilíbrio, reduziria a satisfação total de ambas as partes, o que não é universalmente verdadeiro, pelo menos em três circunstâncias.

Primeiro, nos casos em que os produtores fossem mais pobres que os consumidores, uma grande elevação do preço provocada pela diminuição da oferta produziria um aumento da satisfação total. Por outro lado, se os consumidores fossem muito mais pobres que os produtores, um aumento da produção para além da quantidade de equilíbrio e a venda da mercadoria com prejuízo poderiam aumentar a satisfação total. Segundo, quando uma mercadoria obedece à lei do rendimento crescente e sua produção ultrapassa o ponto de equilíbrio, ocorre uma grande diminuição no preço de oferta. Mesmo que o preço de procura seja bem menor, a venda com prejuízo implica um ganho aos consumidores mais que proporcional à perda dos produtores, aumentando a satisfação total. Terceiro, não se pode ignorar que há várias posições de equilíbrio. Numa delas, uma produção em pequena quantidade poderia ser ofertada a um alto preço, correspondendo a essa posição uma dada satisfação total. Entretanto, poderia existir uma outra situação de equilíbrio na qual uma quantidade maior poderia ser ofertada por um preço menor. Nesse caso, os produtores não seriam prejudicados e os consumidores seriam, beneficiados mais que proporcionalmente. O excedente de satisfação obtido pelos consumidores, no segundo caso, aumentaria a satisfação total.

Outra tese, que associava mecanicamente dogmas do livre mercado à promoção da satisfação social máxima, defendia que ela era atingida quando cada indivíduo gastava seus recursos como lhe convinha. Marshall objetou que, se um indivíduo orienta seu gasto na aquisição de serviços do pobre, aumentando sua renda, acrescenta mais satisfação à felicidade geral do que se acrescentasse esse mesmo valor à renda do rico. Mais exemplos poderiam ser arrolados, mas o mais importante é observar que Marshall compreendia de forma cristalina que a livre ação das formas de mercado eram eficazes para promover a eficiência do sistema econômico, mas seus efeitos não eram necessariamente

benéficos do ponto de vista do bem-estar social. Não foi por outro motivo que ele se debruçou sobre medidas de política econômica que pudessem interferir no livre mercado, por meio de impostos e subsídios, visando aumentar a utilidade líquida do consumidor e o bem-estar máximo.

Marshall também não hesitou em reconhecer o alcance restrito da sua “teoria estatística do equilíbrio”, na medida em que ela se adaptava ao estudo de situações de equilíbrio estático, mas era inadequada ao estudo dos problemas do progresso econômico (desenvolvimento). Não é de surpreender, portanto, a acolhida que essa escola recebeu na Inglaterra e nos Estados Unidos e as dificuldades que enfrentou, na Alemanha, por exemplo.

Last, but not least, Marshall talvez tenha sido, entre todos os autores neoclássicos, aquele que mais compreendeu que as conclusões da análise econômica podem estar determinadas pelos seus postulados. Todo o modelo do equilíbrio, tanto o parcial como o geral, depende da admissão *a priori* de que o equilíbrio é uma propriedade do sistema econômico, que a livre atuação das forças de mercado tende a conduzir o sistema ao estado de equilíbrio. Daí se segue a teoria que procura reafirmar a premissa. Foi necessário esperar até a crise de 1929 para que essa convicção sofresse um abalo consistente.

Depois de Marshall, a teoria marginalista e a neoclássica seguiram basicamente por duas vertentes. Numa delas, as considerações tornaram-se cada vez mais teóricas e abstratas, e cresceu a ênfase no pressuposto de que a economia real atinge um grau ótimo de distribuição de renda à medida que se aproxima de um modelo de concorrência perfeita. Assim, todo o compromisso da política econômica deveria se restringir à criação de condições para a livre ação das forças de mercado para garantir a melhor alocação de recursos (eficiência máxima), eliminando-se da análise econômica qualquer tipo de consideração social ou moral. Na outra vertente, tentou-se incorporar ao campo de investigação os problemas sociais gerados pela busca cega da eficiência, procurando-se encarar abertamente o problema das relações entre a maximização da utilidade e do lucro e o bem-estar social. Os economistas que enfatizaram esses problemas em seus estudos podem ser classificados como integrantes da Escola do Bem-Estar.

Questões

1. Como Marshall representou graficamente a formação do preço de equilíbrio?
2. O que é “efeito-substituição”?
3. Como Marshall explicou o significado dos conceitos de lei do rendimento crescente, lei do rendimento decrescente e lei do rendimento constante?
4. Qual é o papel do “tempo” na análise de Marshall no que se refere à maximização do lucro?
5. Apresente os principais aspectos da teoria da distribuição de Marshall.

Referências

DEANE, Phyllis. *A evolução das idéias econômicas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia política, tratado introdutório*. São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os economistas, 1982.

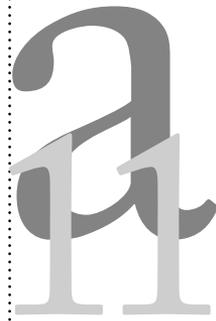
ROLL, Eric. *História das Doutrinas Econômicas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

Sites

http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=960&Itemid=102

<http://www.esfgabinete.com/dicionario/?completo=1&conceito=Alfred%20Marshall>

<http://cepa.newschool.edu/het/profiles/marshall.htm>



V. I

Firma representativa

§ 2. Estes resultados serão de grande importância quando chegarmos ao estudo das causas que regulam o preço de oferta de uma mercadoria. Teremos que analisar cuidadosamente o custo normal de produção de um artigo, relativamente a um dado volume global de produção, e para isso teremos que estudar os gastos de um produtor típico para aquele volume global. Não precisaremos, de um lado, escolher um produtor recente ainda lutando para firmar-se, que trabalha com muitas desvantagens e tem que contentar-se durante algum tempo com pouco ou nenhum lucro, satisfazendo-se com o fato de estabelecer relações e dar os primeiros passos para a construção de uma próspera empresa; nem, de outro lado, precisamos tomar uma firma que, gozando durante longo tempo de uma habilidade de direção e de uma boa sorte excepcionais, conseguiu estabelecer um vasto negócio e enormes e bem organizadas oficinas que lhe dão superioridade sobre quase todas as rivais. Nossa empresa típica (*representative firm*) deve ser uma que tenha tido uma existência bastante longa e razoável êxito, que seja dirigida com habilidade normal e que tenha acesso normal às economias externas e internas, pertencentes àquele volume global de produção, levando-se em conta a classe dos artigos produzidos, as condições de comercialização e o ambiente econômico em geral.

Assim, pois, uma empresa típica é, em certo sentido, uma empresa média. Mas há muitas maneiras de interpretar o termo “média” em relação a um negócio. E uma firma representativa é essa espécie particular de firma média, para a qual precisamos nos voltar a fim de ver até que ponto as economias internas e externas da produção em massa se têm expandido geralmente na indústria e no país em questão. Isso não podemos observar tomando uma ou duas firmas por acaso: mas podemos perfeitamente constatá-lo, escolhendo, depois de um cuidadoso exame, uma firma individual ou anônima (ou, melhor ainda, mais de uma), que represente, ao nosso melhor juízo, essa média especial.

¹ MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia*: tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Coleção Os economistas.

Sobre o rendimento crescente e decrescente

A argumentação geral do presente livro mostra que um aumento no volume global da produção de qualquer coisa geralmente aumenta o tamanho e, portanto, as economias internas de semelhante empresa representativa; e que aumentará sempre as economias externas, às quais a firma tem acesso e, assim, a capacita a produzir a custo de trabalho e sacrifício menores que antes.

Em outras palavras, queremos dizer aproximadamente que, enquanto a parte desempenhada pela natureza na produção apresenta uma tendência ao rendimento decrescente, o papel do homem tem uma tendência ao rendimento crescente. A lei do rendimento crescente pode ser expressa assim: Um aumento de trabalho e capital leva geralmente a uma organização melhor, que aumenta a produtividade da ação do trabalho e do capital.

Portanto, nas indústrias que não se aplicam à extração de produtos primários, um aumento de trabalho e capital geralmente rende acima do proporcional e, além disso, essa organização melhorada tende a diminuir ou mesmo anular qualquer resistência maior que a natureza ofereça para a obtenção de quantidades superiores de produtos primários. Se as ações das leis do rendimento crescente e do rendimento decrescente se equilibram, temos a lei do rendimento constante, e uma produção maior é obtida por um aumento exatamente proporcional de trabalho e de sacrifício.

Pois as duas tendências, para o rendimento crescente e para o decrescente, estão constantemente fazendo pressão uma contra a outra. Na produção de trigo e de lã, por exemplo, a última tendência domina quase exclusivamente num velho país que não pode importar livremente. Transformando o trigo em farinha ou a lã em cobertores, um aumento no volume total da produção traz algumas novas economias, mas não muitas, pois a moagem do trigo e a fabricação dos cobertores já se fazem em tão grande escala que quaisquer novas economias que se possam obter são mais efeito de novas invenções do que de organização aperfeiçoada. Num país, porém, em que a indústria de cobertores está pouco desenvolvida, as melhorias de organização podem ser importantes e, então, pode acontecer que um aumento na produção total de cobertores diminua a dificuldade de fabricação em proporção exatamente igual em que agrava a da produção da matéria-prima. Nesse caso, as ações das leis do rendimento decrescente e do rendimento crescente se neutralizam exatamente uma à outra, e os cobertores se subordinam à lei do rendimento constante. Mas, na maioria dos ramos mais delicados da indústria, nos quais o custo da matéria-prima é de pequena monta, e na maior parte das modernas indústrias de transporte, a lei do rendimento crescente age quase sem obstáculo.

O rendimento crescente é uma relação entre a quantidade de esforço e sacrifício, de um lado, e, de outro, a quantidade de produto. As quantidades não podem ser calculadas exatamente, porque as contínuas mudanças nos métodos de produção exigem novo maquinário e mão-de-obra especializada e não-especializada de espécies novas e em novas proporções. Mas, falando de modo geral, podemos talvez dizer vagamente que o produto de uma certa quantidade de trabalho e capital numa indústria aumentou talvez 1/4 ou de 1/3 nos últimos 20 anos. Medir o gasto ou a produção em termos de dinheiro é um recurso tentador, mas desastroso: pois uma comparação do dispêndio em dinheiro com os rendimentos monetários está sujeita a resvalar para uma estimativa da taxa de lucro do capital. (p. 361-363)

V. II

Princípio da substituição

Na medida dos seus conhecimentos e do seu espírito empresarial, os produtores em cada caso escolhem os fatores de produção mais apropriados ao seu objetivo. A soma dos preços e da oferta desses fatores é, em regra, menor do que a soma de qualquer outro grupo de fatores que possam substituí-los. E, sempre que parecer aos produtores não ser a combinação de fatores escolhida a mais adequada, eles, de ordinário, porão em serviço, em substituição ao anterior, o método menos dispendioso. Mais adiante veremos como, de maneira mais ou menos semelhante, a sociedade substitui um empreendedor menos capaz por outro mais eficiente no desempenho dos seus encargos. Podemos, por comodidade de referência, designar esse princípio de *princípio da substituição*.

A aplicação desse princípio se estende a quase todos os campos da investigação econômica. (p. 29)

A teoria do equilíbrio e o tema do desenvolvimento

A teoria do equilíbrio estável da procura e da oferta normais nos ajuda incontestavelmente a dar fixidez às nossas idéias, e nos seus estágios elementares não se afasta dos fatos reais da vida, a ponto de impedir de dar-nos um quadro bem verídico dos principais métodos de ação do grupo mais forte e mais persistente das forças econômicas. Mas, quando levada às suas mais remotas e complicadas conseqüências lógicas, a teoria escapa das condições da vida real. De fato, tocamos aqui no alto tema do progresso econômico, e aqui, pois, é particularmente imperioso lembrar que os problemas econômicos são imperfeitamente colocados quando tratados como problemas de equilíbrio estático, e

não de crescimento orgânico. Com efeito, embora somente o método estático possa dar fixidez e exatidão ao pensamento, e seja, portanto, uma introdução necessária a um tratamento mais filosófico da sociedade como um organismo, ele não passa, entretanto, de uma introdução.

A teoria estática do equilíbrio é apenas uma introdução aos estudos econômicos e, até mesmo, apenas uma introdução ao estudo do progresso e do desenvolvimento das indústrias que apresentam tendência ao rendimento crescente. Suas limitações são ignoradas tão constantemente, especialmente pelos que a abordam de um ponto de vista abstrato, que há certo perigo em lhe atribuir uma forma absolutamente definida. Mas, com essa precaução, podemos enfrentar o risco. (p. 113)

12.1 Vilfredo Pareto e a economia do bem-estar

Pareto nasceu em Paris, em 1848, filho de exilados italianos perseguidos pelo envolvimento nas conspirações nacionalistas que atingiram o Reino Piemonte-Sardenha. Depois que retornaram, Pareto estudou matemática e engenharia em Turim, no período 1864-1870, titulando-se com uma dissertação sobre a elasticidade dos corpos sólidos e análises de equilíbrio.

Atuou como engenheiro em várias empresas, foi articulista combativo e defensor do ideário liberal. Depois de 20 anos como engenheiro, passou a se dedicar à economia e, em 1893, com 45 anos, assumiu a cadeira de Economia Política em Lausanne, Suíça, em substituição a Walras, deixando-a em 1899. Seus primeiros trabalhos orientaram-se pela aplicação da matemática aos estudos econômicos, especialmente pelo uso da estatística nos estudos empíricos. Abandonou progressivamente essa linha de pesquisa e passou a se dedicar ao estudo da economia, baseado em modelos matemáticos cada vez mais abstratos, transitando, mais tarde, para a sociologia. Durante a maior parte da sua vida, defendeu enfaticamente os ideais do livre mercado e condenou veementemente toda forma de intervencionismo. Entretanto, aderiu a Mussolini e ao fascismo italiano no final da vida, sendo indicado senador pelo regime. Faleceu em 1923, aos 75 anos.

Sua primeira obra importante é *Cours d'économie politique*, de 1896-1897. Sua influência é menor que a dos estudos publicados posteriormente, mas é importante para a compreensão da evolução intelectual do autor. Nessa obra, Pareto praticamente dá continuidade ao trabalho de Walras. Enfatiza o conceito de equilíbrio geral, reafirma as condições matemáticas nas quais ele podia vigorar e, partindo de regras matemáticas simples, formula sistemas de equações que pretendem representar a interdependência real de todas as quantidades existentes no sistema econômico.

Além de reafirmar a legitimidade teórica do conceito de equilíbrio geral, suas análises visavam, sobretudo, torná-lo operacional. Ele acreditava que as variáveis de suas equações algébricas poderiam, um dia, ser substituídas por

valores quantitativos da economia real, pretensão que acabou abandonando posteriormente.

Além desses aspectos, já é possível observar suas restrições ao conceito de utilidade, tal como fora formulado pelos precursores do utilitarismo. **Percebia que a definição da utilidade, da satisfação e do bem-estar, baseada na subjetividade do indivíduo, criava dificuldades de medida e de comparação interpessoal de difícil superação.** Argumentava que havia coisas que provocavam bem-estar, mas não eram necessariamente úteis, como a morfina. Chegou a criar o conceito de ofelimidade para tentar expressar, de forma mais precisa, a propriedade que bens ou ações têm de gerar bem-estar e satisfação no usuário ou agente. Desde então, **já demonstrava a inclinação de analisar o problema da escolha de um ponto de vista menos psicológico e mais empírico**, mas só no *Manuale di economia politica*, de 1906, vai apresentar uma alternativa acabada para esse problema.

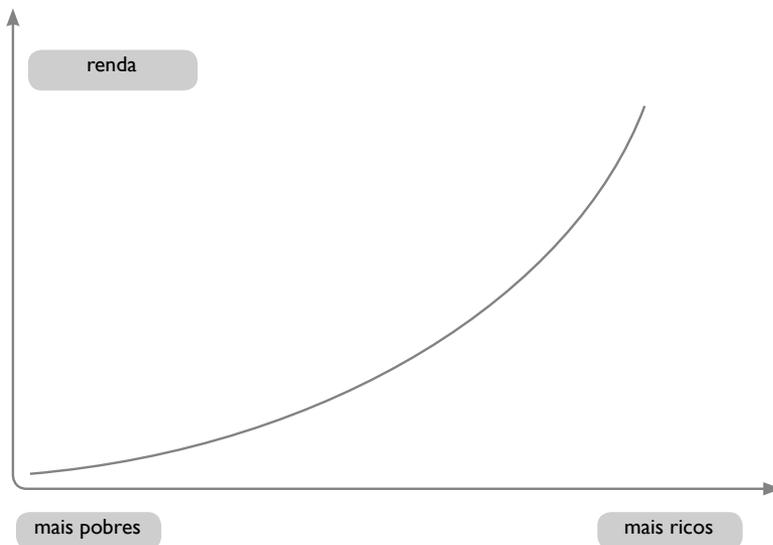
Outro aspecto que aparece nessa obra e tende a se acentuar nas seguintes se refere à metodologia. **Ao longo de toda a sua trajetória, Pareto procurou abordar a economia de um ponto de vista formal e positivo, esforçando-se para afastar do estudo da disciplina todo tipo de consideração moral ou ética.**

A adesão intransigente aos princípios políticos do liberalismo e ao livre mercado, a condenação do intervencionismo estatal (que ele considerava ineficaz) e a aversão a todo ideário de inspiração socialista estavam justificadas, no *Cours*, numa precária teoria da mudança social, que se baseava na ação de forças coercitivas e automáticas. Segundo esse ponto de vista, o progresso da civilização estava relacionado à diminuição do papel que as forças coercitivas exerciam na sociedade e no aumento da influência das forças “automáticas”. É relevante observar que Pareto não considerava a teoria do equilíbrio geral, com seu sistema de equações de variáveis interdependentes, antagônica a uma economia socialista, planejada para adequar produção e demanda. **Sua objeção ao socialismo não era de natureza estritamente econômica, mas estava relacionada, sobretudo, ao fato de que sua vitória refletia uma supremacia das forças coercitivas sobre as forças automáticas e implicava um retrocesso da civilização.**

O comprometimento de Pareto com as forças do livre mercado pode ser observado, se bem que de forma mais sutil, no seu estudo sobre a distribuição da renda. Baseando-se num amplo e controverso levantamento estatístico de vários países da Europa mais os Estados Unidos, extraiu uma série de conclusões sobre

a distribuição de renda em diversas economias, entre as quais se destacam: primeiro, a existência de um padrão universal de distribuição da renda; segundo, a constatação de que o crescimento da renda não é proporcional em todos os níveis de renda (o índice de crescimento da renda entre os mais ricos é maior que o índice verificado entre os mais pobres); e, terceiro, o fato de a renda crescer de forma desigual decorrer da distribuição desigual do talento intelectual e da iniciativa empreendedora no interior das comunidades humanas. Diante desses dados, ele afirmava que qualquer possibilidade de alteração no padrão de distribuição da renda só poderia ocorrer com o aumento da renda média, isto é, por meio de um incremento na renda superior ao aumento da população.

Curva da distribuição de renda de Pareto



A investigação de Pareto teve um grande impacto na época, pois se acreditava que a distribuição da renda variava de acordo com as particularidades de cada sociedade. Esse estudo, ao evidenciar uma grande estabilidade no perfil da distribuição, legitimava a desigualdade existente e confrontava os movimentos sociais que se organizavam para atenuá-la.

O desenvolvimento econômico de várias nações no decorrer do século XX contrariou algumas conclusões de Pareto e confirmou outras. De fato, à medida que o produto e a renda nacional aumentam, há uma tendência das classes mais ricas de se apropriarem de uma proporção maior da renda gerada. Por outro lado, a experiência demonstrou que essa proporção não é fixa e pode ser alterada de

tal forma a reduzir sensivelmente o nível inicial de desigualdade. Além disso, a justificativa que Pareto apresentou para a apropriação desigual da renda era de uma fragilidade que não escapou aos observadores mais agudos da época.¹

Se Pareto atribuía uma grande estabilidade ao padrão de distribuição da renda, o mesmo não ocorria em relação aos componentes que faziam parte do grupo, que se beneficiavam desse padrão. Ele acreditava que havia uma grande rotatividade das elites, que a “história é o cemitério da aristocracia”.

Talvez a contribuição mais importante de Pareto para o pensamento econômico tenham sido seus estudos, que redefiniram os conceitos de utilidade e de economia do bem-estar social e os integraram, em novas bases, à teoria do equilíbrio geral.

Há pelo menos três movimentos relevantes feitos por Pareto nessa empreitada. Ele tinha consciência de que o conceito de bem-estar social estava lastreado num conceito de utilidade, que seguia a tradição de Mill, Marshall, Pigou, ao qual impunha inúmeras restrições. Era evidente que uma redefinição do conceito de utilidade implicaria a revisão do conceito de bem-estar, tal como os neoclássicos o entendiam. O primeiro e o segundo movimentos consistiram em redefinir o conceito de utilidade e de bem-estar. O terceiro consistiu em demonstrar que, diferentemente do ponto de vista de Marshall e Pigou, o estágio de equilíbrio e de eficiência máxima do sistema econômico coincidia com o de bem-estar máximo.

Como sabemos, a teoria da utilidade “tradicional” supunha que ela podia ser quantificada para cada indivíduo, sendo possível, portanto, agregando as utilidades individuais, obter uma extrapolação dos níveis de utilidade e satisfação do conjunto da sociedade. Pareto considerava esse ponto o “calcanhar-de-aquiles” da teoria. Desde seus estudos no *Cours d'économie politique*, expressava sua divergência em relação a essa abordagem, mas somente na sua obra mais importante, *Manuale di economia politica*, de 1906 (tradução francesa de 1909), apresentou uma formulação alternativa à tradicional.

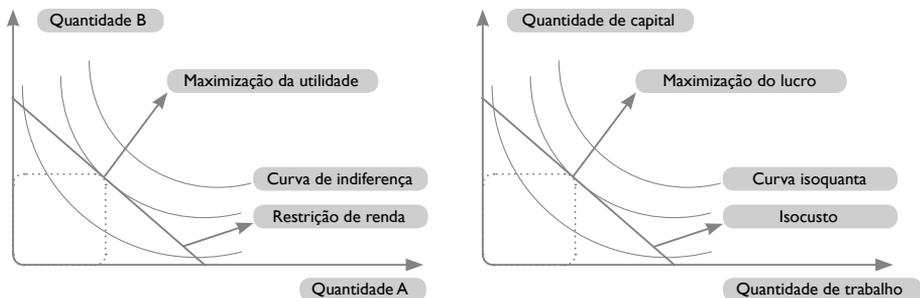
Admitindo que não era possível quantificar de forma cardinal e muito menos comparar os níveis de satisfação entre os indivíduos, ele criou o

¹ Para confirmar essa tese, Pareto tinha de provar que existe, em todos os tempos e em todos os lugares, uma distribuição definida de seres humanos segundo seu talento para ganhar dinheiro e que a distribuição da renda, realmente existente na sociedade, estava relacionada, exclusivamente, à distribuição desse talento. Esse levantamento estatístico não aparecia em seu estudo.

conceito ordinal de utilidade. De acordo com esse conceito, a utilidade podia ser definida em termos de uma ordem de preferência de produtos. Considerando um determinado nível de renda (fator restritivo), o consumidor elabora uma relação de quantidades de dois produtos que lhe proporcionam uma dada utilidade. Em seguida, ele é convidado a elaborar novas relações com diferentes quantidades dos dois produtos, que atendam à condição de lhe assegurar a mesma utilidade. Por exemplo, ele indica que a aquisição de 8 unidades de A e 4 de B é equivalente a 7 de A e 5 de B, que são equivalentes a 6 de A e 6 de B, e assim por diante. **O conjunto dessas escolhas, de diferentes quantidades de dois produtos que asseguram a mesma utilidade, pode ser representado numa curva de indiferença.** Essas curvas foram criadas por Francis Ysidro Edgeworth (1845-1926), e indicavam combinações de bens que mantinham inalterado o bem-estar do consumidor. Pela troca de um bem pelo outro, a perda de utilidade em um caso era compensada pelo ganho em outro. Considerando níveis distintos de poder aquisitivo, várias curvas de indiferença poderiam ser elaboradas, obtendo-se o mapa de indiferença do consumidor. Assumindo a restrição imposta pelo poder aquisitivo, o ponto no qual ele adquire o máximo de cada produto corresponde ao ponto de maximização da utilidade. Nesse enfoque, a subjetividade do consumidor fica fora de cogitação na definição da utilidade, pois ela passa a ser considerada em termos de preferência, pela comparação entre combinações de bens, isto é, de forma empírica (dada combinação é mais útil porque é preferida à outra).

Do lado do produtor, a análise da maximização do lucro segue por um caminho semelhante. Dada uma certa quantidade de capital e trabalho de que a empresa pode ou decide dispor, há várias combinações possíveis que lhe permitem produzir uma determinada quantidade de mercadorias. É possível elaborar uma curva que representa a quantidade que pode ser produzida com diferentes combinações de capital e trabalho (isoquanta). O fator de restrição consiste no capital de que a empresa dispõe para investir na produção (isocusto). Enquanto no gráfico das curvas de indiferença a distância entre as curvas e a origem do gráfico expressa os níveis distintos de poder aquisitivo, no caso das curvas de isoquanta a distância até a origem do gráfico expressa níveis distintos de investimento. No ponto em que a curva de restrição (isocusto) é tangente à curva isoquanta, temos a maximização do lucro, isto é, considerando um dado

nível de investimento, temos a produção da maior quantidade ao nível de custo mais baixo.



Como a maximização da utilidade pelo consumidor e a maximização do lucro pela empresa, num mercado livre e de concorrência perfeita, levam à maximização do bem-estar?

Considerando uma condição inicial de distribuição da renda e uma determinada quantidade de trabalho e capital disponível para produção, há um estágio no qual as mercadorias são produzidas com o máximo de eficiência e os lucros das empresas e a utilidade do consumidor são maximizados. Esse estágio pode ser representado matematicamente, por meio de um modelo que mostra todas as combinações possíveis de mercadorias que podem ser produzidas pelo emprego eficiente de todo o capital e o trabalho disponíveis. Nesse estágio de eficiência máxima, no qual o sistema se encontra produzindo uma determinada quantidade e combinação de mercadorias, o incremento na produção de um bem reduz a produção de outro, de acordo com a taxa de transformação de um produto pelo outro.² Assim, a partir de uma condição inicial de distribuição da riqueza e de uma dotação de capital e trabalho, a produção e a troca podem incrementar o lucro e a utilidade até um ponto máximo correspondente àquela dotação inicial de renda disponível e recursos de produção. Qualquer incremento na produção de uma mercadoria e na utilidade de um consumidor além desse ponto reduz a produção de outra mercadoria e a utilidade de outro consumidor. Esse ponto no qual não há forma de melhorar a situação de um sem prejudicar a situação dos outros identifica o “ótimo de Pareto”, isto é, o estágio que corresponde ao bem-estar social máximo, segundo esse modelo teórico.

² Taxa marginal de transformação na produção: estabelece uma relação entre a proporção dos recursos empregados na produção de duas mercadorias e permite determinar a quantidade adicional de um bem que pode ser produzida com os recursos liberados pela redução da produção de outro bem.

Pareto pretendia, com a definição de bem-estar, evitar valores morais e reafirmar a neutralidade da disciplina do ponto de vista ético. Além disso, o seu modelo prova o primeiro teorema da economia do bem-estar, que afirma que “todo equilíbrio geral de economias em concorrência perfeita, independentemente da distribuição inicial de recursos, maximiza o bem-estar”. Ao elaborar um modelo no qual havia uma convergência exata e precisa entre o estágio de equilíbrio geral e o bem-estar máximo, Pareto fundamentou matematicamente a hipótese da mão invisível de Smith, segundo a qual agentes econômicos, atuando de forma independente em busca do benefício próprio, atingem, de forma não intencional, o bem-estar máximo da sociedade.

Seu argumento tornou-se um ponto de apoio decisivo para toda a economia neoclássica contemporânea. Todas as análises de custo-benefício, as noções de eficiência e os preços racionais, a tendência do livre mercado de promover a harmonia e a prosperidade, em escala nacional e internacional, só se sustentam com a admissão de que há uma tendência imanente do sistema econômico, operando em regime de concorrência perfeita, ao equilíbrio e ao bem-estar geral nos termos definidos por Pareto.

Ele foi o responsável pela elaboração de um conceito de bem-estar social simples e universal, que permitiu avaliar as perdas e ganhos dos agentes econômicos atingidos pelas políticas públicas e identificar, entre os diferentes estados da economia, aquele em que o bem-estar do indivíduo era maior ou pior.

12.2 Arthur Cecil Pigou (1877-1959)

Economista inglês, foi discípulo de Marshall e o sucedeu na cadeira de Economia Política em Cambridge, entre 1908 e 1943, quando se aposentou. Demonstrava muito mais sensibilidade que o mestre em relação aos danos sociais provocados pela livre ação das forças de mercado. Aprofundou aspectos da análise de Marshall que sinalizavam a necessidade de ação governamental para aproximar a sociedade real de um nível ótimo de bem-estar, pois, como ele havia demonstrado, esse ponto não coincidia, necessariamente, com o ponto de equilíbrio e eficiência máxima do sistema econômico. Pigou é considerado um dos fundadores da Escola do bem-estar. Sua principal obra é *Economics of welfare*, de 1920, tendo publicado, entre outras, *Wealth and welfare*, em 1912; *Unemployment*, de 1914; *The theory of employment*, de 1933; *Economics of stationary states*, de 1935; *Lapses from full employment*, de 1945.

Seus estudos procuraram tratar de um tema sobre o qual a teoria neoclássica tinha contribuído muito pouco, isto é, a teoria da distribuição. De forma geral, a visão neoclássica se limita a reconhecer a distribuição da riqueza como resultado da contribuição de cada fator de produção (trabalho e capital) para o produto final. Pigou lançou mão do conceito de utilidade marginal e o aplicou aos grupos sociais, procurando identificar e dimensionar os benefícios e os prejuízos provocados pelas atividades econômicas aos diferentes grupos sociais. Seu objetivo era avaliar de que forma as políticas públicas poderiam atuar sobre esses efeitos, visando distribuí-los de forma mais equitativa, pois, para ele, uma distribuição da renda nacional menos desigual estava diretamente relacionada à maximização do bem-estar geral.

Uma das suas principais contribuições ao pensamento econômico neoclássico foi denominada Efeito Pigou. Marshall havia reconhecido explicitamente que seu modelo do equilíbrio parcial não respondia aos problemas do crescimento e do desenvolvimento. Esse era um ponto fraco da teoria que deve ter chamado a atenção de Pigou, de forma que essa análise pode ser entendida como uma tentativa do discípulo de enfrentar o problema do crescimento no horizonte teórico do equilíbrio parcial. Sua idéia era que, dado um certo nível de preços (numa situação de equilíbrio, por exemplo), uma redução nos preços resultaria num aumento do poder aquisitivo dos consumidores, estimularia a demanda, o nível de emprego, o lucro e novos investimentos.

Na medida em que o crescimento depende dos investimentos e estes, da poupança, como ela podia ser estimulada? Pigou considerava que as inclinações psicológicas do homem não favorecem a poupança. Em geral, o homem prefere uma satisfação presente a uma futura de igual intensidade, pois ele tem dificuldade de limitar seus desejos presentes e tende a minimizar os benefícios de uma satisfação futura. A combinação desses fatores contribui para uma propensão ao consumo presente em prejuízo da poupança, comportamento que conspira contra o investimento e o crescimento. Diante disso, um governo comprometido com a promoção do máximo bem-estar social não pode penalizar a poupança, o que significa a eliminação de qualquer tipo de imposto sobre a acumulação, renda e heranças.

Além do estímulo à poupança, uma distribuição da renda menos desigual também contribui para o bem-estar econômico geral, segundo Pigou. Nesse ponto, ele enfatizou um aspecto para o qual Marshall tinha chamado atenção,

quando advertiu que o aumento da renda do pobre, que não implique uma redução da riqueza nacional, contribui para aumentar a utilidade social total, pois a transferência de renda do mais rico para o mais pobre reduz a utilidade marginal do rico numa escala menor que o aumento da utilidade marginal do pobre, aumentando a satisfação total.

A convicção de que existiam divergências entre os custos e benefícios privados e os sociais levou Pigou a formular um conceito que ficou conhecido como “taxa pigouviana”. O ponto de partida dessa análise era a constatação de que os custos marginais da produção de uma mercadoria ou serviço podiam ser diferentes para o produtor e para a sociedade como um todo.

A produção de uma dada quantidade de mercadorias ou serviço pode produzir efeitos externos (externalidades) que representam um prejuízo à sociedade (poluição, danos ao meio ambiente, desvalorização imobiliária) e se traduzem em despesas adicionais que correm por conta da sociedade e não entram na composição do custo marginal de produção das mercadorias ou serviço. Quando consideramos esse custo adicional (que o produtor transfere para terceiros), o custo marginal da produção total eleva-se e intercepta a curva da demanda num outro ponto. Esse ponto identifica uma nova posição de equilíbrio, à qual corresponde um preço maior e, por conseqüência, uma quantidade menor. Como a quantidade que está sendo realmente ofertada é superior à que seria se os custos totais fossem considerados, decorre que, nos casos em que há externalidades negativas, o sistema econômico produz em excesso, ou seja, a quantidade ofertada é superior ao custo marginal total (privado mais social).

No caso da ocorrência contrária, isto é, a produção de um bem ou serviço traz um ganho em utilidade adicional àquele obtido pelo consumidor que adquiriu o bem, estamos diante de externalidades positivas. Essas situações ocorrem nos casos das pesquisas científicas (daí o sistema de patentes) ou naqueles em que a benfeitoria numa propriedade provoca uma valorização das demais propriedades ao redor. Nesse caso, a quantidade de utilidade adquirida a um dado preço pelo consumidor final produziu uma utilidade excedente para outros consumidores, que, se fosse contabilizada, corresponderia a uma quantidade superior à realmente ofertada. De forma simétrica ao caso anterior, a nova curva da demanda que corresponde a essa nova quantidade intercepta a curva da oferta num novo ponto, que indica a situação de equilíbrio se essa utilidade social fosse contabilizada. Como a quantidade que está sendo

realmente ofertada é inferior à que seria se a utilidade total fosse considerada, decorre que, nos casos em que há externalidade positiva, o sistema econômico encontra-se num estágio de subutilização, isto é, a utilidade gerada é superior ao custo marginal da produção.

Numa situação em que não há externalidades negativas nem positivas, na situação de equilíbrio, os custos marginais privados maximizam o lucro do produtor e a utilidade do consumidor, maximizando o bem-estar da sociedade.

Nos casos em que há externalidades, a “taxa pigouviana” teria a função de equalizar os custos marginais privados e sociais (no caso das externalidades negativas) e os benefícios marginais privados e sociais (no caso das externalidades positivas) por meio de controles legais, impostos ou subsídios.

Como podemos observar, portanto, para Pigou havia um amplo espectro de situações em que as forças de mercado atuando livremente num ambiente competitivo não conduziam ao máximo de bem-estar social, cabendo ao Estado intervir para que esse objetivo fosse alcançado.

12.3 Ludwig Edler von Mises (1881-1973) – o cálculo econômico na economia de mercado e no socialismo

Depois da publicação dos estudos de Pareto, intensificou-se o debate sobre a compatibilidade do conceito de bem-estar, tal como Pareto o definia, com uma economia socialista.

Desde fins do século XIX, críticos socialistas vinham defendendo que o mercado tinha falhado na alocação ótima e mais equitativa dos recursos e que um Estado detentor dos meios de produção e de distribuição poderia alocar os recursos econômicos de maneira equivalente ou superior àquela obtida pelo livre mercado. Em 1908, um discípulo de Walras e Pareto, Enrico Barone, publicou o artigo “Ministry of production in a collectivist state”, no qual defende que, em teoria, uma economia socialista poderia ser tão eficiente quanto a capitalista. Argumentava que, se os preços são encarados apenas com a solução de conjunto de equações num sistema walrasiano, é irrelevante se eles são resolvidos pelo mercado ou pelo governo.

A Escola de Viena ingressou no debate por intermédio de Ludwig Edler von Mises, economista austríaco, naturalizado norte-americano. Mises foi professor na Universidade de Viena, no Instituto de Estudos de Genebra e na New York University. É autor da obra clássica da Escola Austríaca sobre

a moeda, *The theory of money and credit*, de 1912. Entre seus estudos mais conhecidos, destaca-se *The anticapitalist mentality*, de 1956.

Mises fez sua primeira intervenção no debate sobre a viabilidade do bem-estar social sob uma economia socialista em 1920, com um artigo famoso, “Economic Calculation in the Socialist Commonwealth”, republicado em 1935³ como um Contraponto á opinião de Oskar Lange, apresentado em artigos no início da década de 1930. Von Mises defendia que a maximização do bem-estar do consumidor dependia do cálculo econômico e este, por sua vez, se baseia na existência de um sistema de preços que reflete as relações de troca entre agentes privados atuando livremente. Assim, o mercado é o único meio pelo qual é possível avaliar a escassez relativa de recursos e decidir como alocá-los. Sob o socialismo, em que o Estado é detentor da propriedade dos meios de produção, isto é, do capital, não haveria mecanismo de preço atuando na esfera dos bens de capital e, conseqüentemente, não seria possível identificar, pelos preços relativos, como os recursos estão sendo alocados (onde há abundância e escassez). Assim, a inexistência de um sistema de troca baseado na propriedade privada e de um sistema de preços que lhe corresponda inviabiliza o cálculo econômico e priva o socialismo do instrumento para maximizar o bem-estar social.

Além disso, a concorrência entre os empreendedores produz alguns efeitos, como a capacidade de previsão econômica, a sensibilidade às necessidades do mercado, a eliminação da ineficiência e a promoção da eficiência e a redução de custos, que são necessários para alcançar o bem-estar. Dessa forma, Mises concluía que eficiência e bem-estar eram incompatíveis com o socialismo.

12.4 Oskar Ryszard Lange (1904-1965)

Economista polonês, doutorou-se, em 1928, com uma tese sobre os ciclos econômicos na vida econômica da Polônia. No começo dos anos 1930, recebeu uma bolsa da Fundação Rockfeller, que lhe permitiu visitar a Inglaterra e os Estados Unidos. Nos anos seguintes, tornou-se um dos principais interlocutores no importante debate ideológico e teórico sobre as possibilidades da eficiência econômica e do bem-estar social numa economia socialista por meio de dois artigos publicados originalmente na *Review of Economic Studies* e

³ In: *Collectivist economy planning*. Editado por F. Hayek. Londres: Routledge, 1935.

depois republicados em 1936, 1937 e 1938. Depois do encerramento da bolsa, voltou para a Polônia, onde permaneceu por pouco tempo, pois aceitou uma proposta para trabalhar nos Estados Unidos, onde permaneceu até o final da Segunda Guerra Mundial, apresentando conferências e ministrando aulas nas universidades da Califórnia, Stanford, Chicago e Colúmbia.

Voltou à Polônia em 1945 e tornou-se representante de seu país em Washington, entre 1945 e 1946, e no Conselho de Segurança da ONU, entre 1946 e 1948. Em 1955, tornou-se professor da Universidade de Varsóvia, até falecer, em 1965.

Entre suas principais obras, destacam-se: *A fundação da economia do bem-estar*, de 1942; *Introdução à econometria*, de 1957; *Economia política*, de 1959; *Ensaio sobre planificação econômica*, de 1960; *Problemas da economia socialista e da planificação*, de 1964.

O artigo de Lange que provocou enfática reação da Escola Austríaca foi *On the economic theory of socialism*, veiculado em revista especializada no início dos anos 1930 e, em livro, em 1938. Nesse artigo, defendeu a tese da viabilidade de um socialismo de mercado, admitindo como pressuposto a existência de um sistema econômico em que o Estado seja o proprietário dos meios de produção, em que haja liberdade de escolha de emprego, propriedade privada de bens de consumo e liberdade de escolha dos bens de consumo disponíveis. O artigo demonstrava que uma economia assentada nessas bases era compatível com um sistema de preços e, além disso, afirmava que tal sistema poderia ser planejado de forma a garantir uma alocação eficiente de recursos e a promoção do bem-estar social, segundo o modelo de equilíbrio geral.

De acordo com esse modelo, os preços e os salários deixam de ser determinados pelo mercado e passam a ser definidos por um conselho central de planejamento. Os administradores das unidades produtivas, por suas vez, deviam seguir duas regras básicas:

1. minimizar o custo médio de produção para qualquer nível de produção;
2. tornar a produção fixa para que o custo marginal se iguale ao preço do produto.

Uma vez definidos os preços e assumindo que permaneçam constantes, se eles forem fixados fora do ponto de equilíbrio, haverá escassez ou excesso, e, por um procedimento de tentativa e erro, pode-se “tatear” até se estabelecer o equilíbrio. A rigor, o processo é semelhante ao que ocorre no mercado, com a

vantagem de que, sob um planejamento central, a disponibilidade de informações dos gestores é muito maior do que a do empresário particular. Segundo o artigo, esse modelo combinava a eficiência na alocação de recursos com a maximização do bem-estar social, nos termos propostos por Pareto. Além disso, o fato de o planejamento central atribuir aos salários um adicional resultante da elevação da produção social total contribuía para reduzir significativamente as desigualdades sociais típicas do sistema de livre mercado.

As críticas vieram das escolas ortodoxas à direita e à esquerda.

Hayek insistiu que, sem a propriedade privada, não haveria estímulos nem responsabilidade financeira nas decisões que envolviam riscos. No mercado organizado a partir da propriedade privada dos meios de produção, a busca do lucro motiva permanentemente o empreendedor e as informações são continuamente descobertas e utilizadas, imprimindo um dinamismo ao sistema econômico que não pode ser incorporado ao socialismo. Argumentou-se também que a quantidade de informações necessária para a gestão do modelo de Lange era imensa, o que o tornava inviável.

Os críticos à esquerda resgataram uma observação de Marshall sobre o modelo de equilíbrio geral, afirmando que ele era adequado a uma situação de equilíbrio estático, mas não resolvia os problemas do desenvolvimento a médio e longo prazo. Esse aspecto foi reconhecido por Oskar, e posteriormente ele teve de enfrentar esse tema nos seus estudos sobre o desenvolvimento e o planejamento.

Com a evolução do debate, consolidou-se a impressão de que as críticas, principalmente da Escola Austríaca, não conseguiram refutar a prova teórica apresentada por Lange, de que o “ótimo de Pareto” era consistente com seu modelo de socialismo de mercado. A crise do modelo soviético, porém, no final da década de 1980, tendeu a revalidar os argumentos dos críticos liderados por Von Hayek.

No decorrer da década de 1950 e início da de 1960, Lange dedicou especial atenção à análise do papel do planejamento na promoção do desenvolvimento. Em alguns ensaios produzidos nesse período, definiu subdesenvolvimento, as metas que os países devem perseguir para superar esse estágio e as diretrizes e técnicas de planejamento necessárias para atingi-las.

Segundo Lange, uma economia subdesenvolvida se caracteriza por possuir um estoque de capital insuficiente para empregar a força de trabalho disponível

no mercado recorrendo a um padrão técnico moderno de produção. A única maneira de superar esse estado consiste em elevar o nível de acumulação do capital, cabendo ao planejamento garantir as taxas de acumulação compatíveis com o desenvolvimento.

Esse conceito de subdesenvolvimento apresentado por Lange não difere dos economistas ligados à tradição neoclássica, mas há diferença significativa nas causas, nos obstáculos que precisam ser removidos para a superação do subdesenvolvimento. Enquanto os primeiros associam o subdesenvolvimento ao excedente de mão-de-obra, à baixa produtividade e aos diversos desdobramentos da pobreza, Lange atribui o baixo nível de acumulação do capital a fatores históricos, como o colonialismo, à ação do capital monopolista e do imperialismo. Esses condicionantes históricos criaram mecanismos de transferência de recursos para as economias centrais e geraram um padrão de desenvolvimento desequilibrado. A adoção de um sistema de produção de matérias-primas e de bens de consumo, sem ênfase no setor de bens de capital, retardou a acumulação e preservou estratos sociais arcaicos, apegados a um padrão de consumo conspícuo de bens importados que impedia a formação de uma poupança interna e bloqueava o investimento produtivo.

Segundo essa abordagem, a potencialização da acumulação e a elevação do nível de emprego e da renda nacional dependiam da eliminação dos remanescentes coloniais e da conquista da liberdade de ação diante do imperialismo e do capital monopolista. Essas medidas, apesar de necessárias, não eram suficientes. A particularidade histórica desses países exigia que a atuação do Estado fosse muito mais relevante do que tinha sido no caso das nações centrais e deveria se traduzir num grande impulso ao investimento público ou numa via nacional-revolucionária de desenvolvimento. Nos dois casos, o papel do planejamento era decisivo, pois cabia a ele assegurar as fontes de financiamento, canalizar o investimento para um rápido crescimento da capacidade produtiva nacional e alocar os recursos com máxima eficiência. Mas como assegurar uma alocação eficiente de recursos? Esse problema, para Lange, envolvia três aspectos: o primeiro dizia respeito à definição do modelo de desenvolvimento; o segundo, a um processo de desenvolvimento equilibrado; e o terceiro, ao sistema de preços a ser utilizado.

O modelo de desenvolvimento envolve a opção entre o investimento em bens de produção que garantam a autonomia futura do crescimento e o

investimento na produção de bens de exportação (de consumo), cuja exportação poderia gerar as divisas para a aquisição dos bens de capital. Além disso, entram em jogo opções entre técnicas intensivas em capital e mão-de-obra, bem como a seqüência em que esses investimentos devem se realizar.

Do ponto de vista do equilíbrio do desenvolvimento, há que assegurar um crescimento coerente e proporcional entre os principais setores da economia, a compatibilização da renda e da oferta, para evitar inflação, e o equilíbrio das finanças públicas, para assegurar o investimento.

Como último aspecto, resta a definição sobre o sistema de preços a ser utilizado, pois dele depende a alocação eficiente dos recursos. Como já foi observado, foi sobre esse tema que Lange travou um intenso debate com a Escola Austríaca. Sua experiência demonstrou que a adoção de um sistema adequado de preços não é um problema crítico para uma economia que tem como primeira tarefa incrementar a produção de forma acelerada. Na etapa seguinte, quando o objetivo se desloca no sentido de tornar a economia mais eficiente, é necessário aprimorar o sistema de preços para que ele possa cumprir essa função. Seus estudos realizados na década de 1930 demonstravam, ao menos teoricamente, que isso era possível.

Os estudos de Lange sobre o planejamento e o desenvolvimento deram-lhe grande prestígio, o que pode ser constatado nas várias conferências e assessorias econômicas que prestou a inúmeros países no fim dos anos 1950 e início dos 60, entre os quais se destacam Índia, Egito, Iraque, México e Brasil.

Questões

1. Explique como Pareto descreveu graficamente sua curva de distribuição de renda.
2. O que é “ótimo de Pareto”?
3. Explique o significado da expressão “efeito Pigou”.
4. Em que situação haveria a maximização do bem-estar de toda a sociedade?
5. O que inviabilizaria o socialismo, na opinião de Mises?

Referências

LANGE, Oskar. *Ensaio sobre planificação econômica*. São Paulo: Nova Cultural, 1986. Coleção Os economistas.

MISES, Ludwig von. *As seis lições*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1989.

_____. *O mercado*. Rio de Janeiro: José Olympio/Instituto Liberal, 1987.

PARETO, Vilfredo. *Manual de economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ROLL, Eric. *História das doutrinas econômicas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia do século XXI*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.

STRATHERN, Paul. *Uma breve história da economia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003.

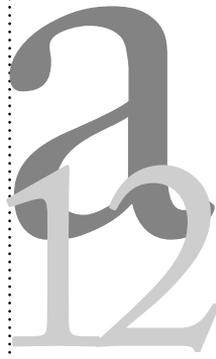
Sites

<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/ECViPare.html>

<http://cepa.newschool.edu/het/profiles/pigou.htm>

<http://www.mises.org/>

Escola Neoclássica do Bem-Estar¹



Noção geral do equilíbrio econômico

Se essa coisa vaga e indeterminada que os economistas literários denominam valor tem qualquer relação com os preços, pode-se afirmar que ela depende de todas as circunstâncias, sem exceção, que influem sobre a determinação do equilíbrio econômico.

Qual é o *valor* dos diamantes? Vocês não podem resolver essa questão nem considerando os desejos que ele desperta em homens e mulheres, nem considerando os obstáculos que sua produção encontra, nem as avaliações nas quais se traduzem esses desejos e esses obstáculos, nem as “limitações de quantidade”, nem o custo de produção, nem o custo de reprodução etc. Todas essas circunstâncias influem sobre o preço dos diamantes, mas sozinhas, ou em grupo, não são suficientes para determiná-lo.

Por exemplo, por volta do fim do ano de 1907, nenhuma mudança notável tinha acontecido nas circunstâncias que acabamos de enumerar, mas o preço dos diamantes baixava e teria baixado ainda mais se não tivesse sido sustado pelo monopólio de um sindicato. A crise era tão profunda que os principais produtores de diamantes, a Companhia De Beer e a Companhia Premier, suspendiam a distribuição dos dividendos. Que circunstância viria mudar assim tão bruscamente o valor dos diamantes? Simplesmente a crise financeira nos Estados Unidos e na Alemanha. Esses países, grandes compradores de diamantes, suspendiam quase que inteiramente suas compras.

Para explicar e prover semelhantes fenômenos, as teorias metafísicas dos economistas literários não servem para nada; ao passo que as teorias da Economia científica se adaptam perfeitamente a esses fatos.

227. A coisa indicada pelas palavras valor de troca, taxa de troca, de preço, não tem uma causa; e podemos dizer, daqui para diante, que todo economista que procura a causa do valor demonstra que não entendeu nada do fenômeno sintético do equilíbrio econômico.

Outrora, acreditava-se que devia haver uma causa do valor e discutia-se simplesmente para saber qual seria.

¹ PARETO, Vilfredo. *Manual de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Coleção Os economistas.

É interessante notar que o poder da opinião segundo a qual deveria haver uma causa do valor tão grande que mesmo Walras não pode se esquivar inteiramente, ele que, dando-nos as condições de equilíbrio em caso determinado, contribuiu para demonstrar o erro dessa opinião. Ele expressa duas noções contraditórias. Por um lado, nos diz que “todas as incógnitas do problema econômico dependem de todas as equações do equilíbrio econômico”; e essa é uma boa teoria. Mas, por outro lado, afirma que “é certo que a raridade (ofelimidade) é a causa do valor de troca”, e essa é uma reminiscência de teorias ultrapassadas, que não correspondem à realidade.

Esses erros são perdoáveis e até mesmo naturais, no momento em que se passa de teorias inexatas a novas e melhores teorias; porém seriam imperdoáveis agora que essas teorias foram elaboradas e progrediram.

228. Em resumo, as teorias que levam em conta apenas o valor (preço), grau final de utilidade (ofelimidade), não possuem grande utilidade para a economia política. As teorias mais úteis são aquelas que consideram, em geral, o equilíbrio econômico e pesquisam como ele nasce na oposição entre os gostos e os obstáculos.

É a mútua dependência dos fenômenos econômicos que torna indispensável o uso das matemáticas para estudar esses fenômenos; a lógica comum pode servir para estudar as relações de causa e efeito, mas logo se torna importante quando se trata de relações de mútua dependência. Estas, em mecânica racional e em economia pura, necessitam do uso das matemáticas.

A principal utilidade que se tira das teorias da economia pura é que ela nos dá uma noção sintética do equilíbrio econômico, e nesse momento não temos outros meios para chegar a esse fim. Porém o fenômeno que a economia pura estuda difere às vezes um pouco, às vezes muito, do fenômeno concreto; cabe à economia aplicada estudar essas divergências. Seria pouco razoável pretender regular os fenômenos econômicos apenas pelas teorias da economia pura.

Como destacamos no capítulo anterior, as primeiras objeções e críticas ao pensamento clássico estavam radicadas nos efeitos sociais perversos do desenvolvimento industrial nas suas etapas iniciais. A superexploração do trabalho e o sofrimento das massas urbanas que trabalhavam e viviam em condições subumanas despertaram críticas de vários matizes contra a ordem capitalista e as teorias que a legitimava,. Essas críticas oscilaram dos extremos do idealismo dos socialistas utópicos às propostas revolucionárias dos comunistas, passando pelas sugestões de reformas dos “socialistas¹ ricardianos”.

Paralelamente a essas tendências de pensamento, surgiram outras, de natureza distinta, que, partindo de uma objeção ao método da economia política, avançaram para problemas de mais alta importância, como o da relação entre política econômica e desenvolvimento. Afirmar que as restrições dessa escola estavam focalizadas no método do pensamento clássico pode sugerir que tinham inspirações estritamente acadêmicas ou especulativas e que os desdobramentos políticos resultaram de uma evolução imprevista das objeções metodológicas. Na verdade, a motivação política estava presente desde o início entre os integrantes da escola e constituía sólida ancoragem para as reformulações metodológica, econômica e política que tinham em mente.

13.1 A crítica do método do pensamento clássico

O ponto de partida da crítica da Escola Histórica ao pensamento clássico atinge o âmago da economia política, tal como foi formulada por Smith e Ricardo. A Escola Histórica considerava que havia uma diferença básica entre os fenômenos da natureza e os relativos à realidade humana. Enquanto os primeiros podem ser observados e estudados experimentalmente, por meio de simulações nas quais as variáveis podem ser controladas, as interferências, medidas, quantificadas com precisão, e as ocorrências, descritas plenamente pelas denominadas “leis naturais”, as ações humanas são orientadas por valores e dotadas de sentido, têm significação e finalidade, mudam sob o efeito do lugar

¹ A palavra “socialista” aqui deve ser entendida no contexto da época, isto é, como sinal de proximidade desses pensadores às demandas do movimento trabalhista inglês.

e com o decorrer do tempo, sofrendo influências diversificadas e complexas, as quais raramente podem ser identificadas em toda a sua extensão e quantificadas com exatidão. Esse conjunto de dificuldades exige a criação de um método específico para as ciências humanas, um método que apresente as relações de causalidade histórica que presidem os atos humanos e que seja capaz de explicar e compreender o seu sentido. Numa situação otimista, tal método poderia estabelecer tendências ou regularidades, mas nunca uma lei que descreva o fenômeno com precisão e tenha validade universal. Essa diferenciação entre os fenômenos naturais e humanos e a impossibilidade de definição de leis universais nessa esfera constituem características básicas do historicismo², o qual, por essa via, imprimiu marca profunda na Escola Histórica.

Uma vez que são objetos de estudo de natureza distinta, os princípios e os métodos válidos para a análise de um caso não podem ser estendidos mecanicamente para o outro. Conseqüentemente, além do princípio da lei natural, o método que lhe é próprio, o dedutivo, também deve ser abandonado na abordagem da vida social. Portanto, desse ponto de vista, a compreensão da vida social e das esferas que a compõem, entre elas a economia, só pode ser alcançada levando em consideração as determinações de lugar e tempo e respeitando as condições concretas e objetivas do objeto de estudo, o que implica a adoção do método indutivo. Nesse tipo de abordagem, valoriza-se a pesquisa de experiências históricas concretas e diversas, e a teoria é utilizada com o objetivo de explicá-las e compreendê-las, afastando-se a pretensão de criar um modelo abstrato geral. Para uma variante dessa corrente, o recurso a uma teoria já existente para analisar problemas contemporâneos sempre devia levar em consideração as especificidades concretas do objeto de estudo, bem como as transformações tecnológicas, políticas e institucionais que separam, no tempo e no espaço, os contextos da teoria e do objeto.

A Escola Histórica também se opunha à caracterização que os clássicos faziam do “homem econômico”, atribuindo a ele um egoísmo inato que elegia como móvel central das suas ações em busca do próprio interesse e do lucro. Eles argumentavam que são inúmeras as motivações que impelem a ação do homem, que elas são complexas, resultado de interações nem sempre racionais, e que isolar apenas uma e considerá-la a principal levaria a conclusões equivocadas.

² Concepção desenvolvida por Dilthey, filósofo e historiador alemão, no final do século XIX e início do XX, que é herdeira do idealismo alemão (na linhagem de Kant, Fichte, Schelling e Hegel).

A outra crítica decisiva é que a sociedade não poderia ser considerada a soma de um conjunto de indivíduos atuando mecanicamente em busca do próprio interesse. Para a Escola Histórica, a sociedade era resultado de uma interação complexa que resulta num todo orgânico, sendo mais do que a simples soma das partes. Assim, ela não pode ser compreendida adequadamente a partir da ação do indivíduo, mas só considerada em conjunto, como um todo em permanente interação. Dessa forma, os estudos específicos só têm sentido se fizerem parte de um projeto mais amplo, cuja meta é proporcionar uma compreensão abrangente da sociedade nas suas múltiplas e complexas interações.

13.2 Os Estados germânicos pós-Congresso de Viena

Com o final das Guerras Napoleônicas, seguiu-se uma onda restauradora na Europa, cujo objetivo era reconduzir ao poder as dinastias que Napoleão havia destituído e recompor as fronteiras alteradas pelas ações de seus exércitos, fazendo com que voltassem à configuração anterior. Apesar desse compromisso, a decisão de Napoleão, que extinguiu o Sacro Império Romano Germânico, não foi revogada. O Império quase milenar (as origens remontavam ao século X) cedeu lugar à Confederação Germânica, cuja extensão correspondia praticamente à do Império extinto, com exceção dos territórios da Bélgica, Holanda e Suíça. Aos mais de 200 Estados do Sacro Império sucederam-se os 38 da confederação, entre os quais se destacavam a Prússia, ao norte, e a Áustria, ao sul.

Cada um desses principados era dominado por uma nobreza de extração feudal, organizada na forma de um Estado de perfil absolutista, baseado numa economia predominantemente agrícola, ordenada pelas relações servis de produção. A prática e os princípios econômicos adotados por esses principados eram de inspiração mercantilista. Possuíam seu mercado nacional, moedas próprias, um setor manufatureiro e industrial incipiente em relação ao padrão inglês ou francês, e eram regulados por inúmeras regras corporativas que criavam uma série de empecilhos ao desenvolvimento técnico e comercial. O sistema de proteção ao mercado nacional vigorava entre os Estados, mas não existia restrição à entrada de mercadorias das nações não-germânicas. Essa situação, juntamente com a resolução aprovada pelo Congresso de Viena em 1815, por exigência inglesa, de abertura dos rios Reno e Danúbio ao comércio

internacional³, proporcionou à Inglaterra, por muitos anos, a hegemonia comercial sobre os Estados germânicos.

Na esfera econômica, o fortalecimento dos interesses ingleses na região estimulou a Prússia, um dos membros mais poderosos e ricos da Confederação que já contava com um nascente setor manufatureiro-industrial, a “desenhar” as primeiras medidas visando estimular a integração comercial entre os Estados germânicos. Em 1818, o Estado prussiano realizou a primeira reforma no comércio exterior de fronteira. Isentou a maior parte das matérias-primas de impostos e definiu tarifas inferiores a 10% para produtos manufaturados. Em 1919, foi criada a Associação Comercial-Manufatureira Alemã, cujo objetivo era facilitar o livre-comércio entre os Estados germânicos e proteger as manufaturas locais da concorrência estrangeira. A diminuição das barreiras comerciais continuou até que, em 1834, foi formalizado o *Zollverein*. Essa união aduaneira, patrocinada pela Prússia e da qual faziam parte os Estados sob a sua esfera de influência, previa uma área de livre circulação de bens e produtos entre os Estados-membros e a adoção de regras comuns de comércio com os países fora do bloco. Nas décadas seguintes, os demais Estados aderiam gradualmente ao *Zollverein*, consolidando uma integração econômica e comercial decisiva para o processo de unificação política concluído em 1871, sob a tutela de von Bismarck.

Já no plano cultural e ideológico, a crescente influência inglesa desencadeou três tipos de reação.

A primeira, representada pela fração da intelectualidade germânica ligada ao frágil segmento burguês, traduziu-se numa atitude de simpatia em relação às idéias de Smith e Ricardo, especialmente naqueles aspectos críticos ao sistema corporativo e suas inúmeras regulamentações envolvendo a produção. A influência das idéias liberais (nas duas acepções, econômica e política) e das declinações utilitaristas nos Estados germânicos mais desenvolvidos não tardou a despertar os temores da nobreza tradicional.

A segunda reação consistiu num conjunto de manifestações que tendiam a expressar os temores da nobreza e tomou forma no ideário romântico, o qual pode ser descrito, numa primeira aproximação, como um conjunto de manifestações

³ Para garantir esse princípio, foi criada no mesmo ano a Comissão Central pela Navegação no Reno, sediada em Estrasburgo.

culturais que tentavam justificar a inadequação dos princípios e das idéias liberais à realidade germânica em meados do século XIX. O romantismo germânico inspirava-se basicamente em duas fontes. A primeira ligava-se às concepções apresentadas por Edmund Burke no ensaio *Reflexões sobre a revolução na França*, publicado em 1790, que reconheciam a democracia e a participação popular como ameaças à coesão e à ordem social. A outra influência vinha de Johann G. Fichte, que no seu estudo de 1776, *Fundamentos do direito natural segundo os princípios da doutrina da ciência*, apresentava uma interpretação do direito natural, na qual a definição e a afirmação da individualidade só eram possíveis na esfera da “sociedade política”, representada pelo Estado, isto é, o indivíduo pleno só existe como parte e na sua relação orgânica com o todo (Estado). Esses componentes de crítica da democracia e condenação do individualismo, pela valorização do Estado, são dois pressupostos básicos para compreender o papel que o romantismo desempenhou no pensamento político germânico. Esse ideário influenciou duas visões políticas distintas. Numa delas, assumiu uma perspectiva política retrógrada, que afirmava, contra a democracia e o individualismo, a superioridade do Estado aristocrático-feudal, conduzido por uma elite instruída imbuída dos valores associados à comunidade feudal.⁴ Na outra, a crítica à democracia e ao individualismo foi feita na perspectiva da modernização sob tutela do Estado.

A terceira reação reuniu exatamente esse grupo de intelectuais que negavam tanto a aplicação mecânica dos princípios do livre-cambismo à realidade germânica, quanto a preservação da tradição aristocrático-feudal. Eles compartilhavam de uma visão segundo a qual, diante das particularidades da situação histórica germânica, a modernização industrial só seria obtida por meio de um Estado forte e intervencionista, armado de um ideário de coesão social (o nacionalismo), que fosse capaz de garantir a mobilização necessária para promover o desenvolvimento da região.

13.3 O precursor – Friedrich List (1789-1846)

O primeiro a apresentar uma análise alinhada com esses pontos de vista foi Friedrich List. Ele pode ser considerado o precursor da Escola Histórica Alemã. Em sua principal obra, *O sistema nacional de economia política*, publicada em 1841, formulou pela primeira vez o argumento de que os países com uma indústria

⁴ Entre os principais representantes desse grupo, pode-se identificar Federico Gentz (1764–1832) e Adam Miller (1779–1829).

nascente dependem da intervenção do Estado para atingir o nível de desenvolvimento dos países que se encontram na vanguarda da industrialização.⁵

List iniciou seu estudo analisando as políticas industriais e comerciais dos países mais industrializados do mundo em meados do século XIX e observou que, ao contrário do entendimento vulgar, o desenvolvimento industrial britânico e norte-americano foi resultado de uma política sistemática de proteção ao longo da história.⁶ Analisando mais detidamente o caso dos Estados Unidos, ele chamou atenção para as análises de Smith e Say sobre a economia daquele país e fez questão de destacar as sugestões que fizeram, todas no sentido de que os Estados se fixassem na agricultura, já que reuniam inúmeras vantagens para desenvolver essa atividade. Mostrou que, felizmente para os norte-americanos, esses conselhos não foram seguidos, o que fica claro desde 1816, quando o governo adotou as primeiras medidas de proteção à indústria nascente nacional. List constatou que o livre-comércio e a livre concorrência são benéficos para países com graus de desenvolvimento industrial próximos, mas, no caso de países em estágios muito distintos de industrialização, a liberdade comercial e a concorrência sem restrição tendem a beneficiar de maneira mais que proporcional os mais desenvolvidos. No curto prazo, os proprietários agrícolas dos países menos desenvolvidos são beneficiados, mas, no longo, o comércio e a indústria saem em desvantagem, resultando, num balanço final, em prejuízos para a economia nacional. Assim, o trabalho sistemático dos ingleses em prol do livre-comércio no século XIX refletia muito mais interesses relacionados a um projeto nacional de desenvolvimento do que a criação de uma ordem econômica internacional benéfica a todos, como previa a tese das vantagens comparativas de Ricardo. Nesse aspecto, é significativo destacar o paralelismo entre o discurso liberal praticado pela Inglaterra no século XIX e pelos Estados Unidos depois de 1945, quando se consolidou como grande potência econômica internacional.

Para List, entretanto, nem todos os países dispunham de condições para alcançar níveis superiores de desenvolvimento. O autor considerava que os Estados se classificavam em quatro estágios, segundo seu grau de civilização: selvagens, pastores, agrícola-manufatureiros e agrícola-manufatureiro-comerciais.

⁵ LIST, Federico. *Sistema nacional de economia política*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1941.

⁶ CHANG, Há-Joon. *Chutando a escada, a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

Os estágios superiores de civilização só poderiam ser alcançados pelos Estados que possuíssem os recursos materiais e humanos necessários.⁷ Dispondo desses recursos, o caminho em direção às etapas superiores de civilização dependia de um desenvolvimento equilibrado entre a agricultura, a indústria e o comércio. Esse equilíbrio não podia ser obtido espontaneamente, para isso era necessário uma intervenção ativa do Estado visando assegurar a implantação e a consolidação do setor industrial. Essa realização, segundo o autor, deve ser considerada a mais importante entre todas aquelas que um governo pode deixar como legado, pois o poder de uma nação não se resume nem se mede pela quantidade de riqueza material que possui, mas por sua capacidade produtiva, responsável pela reposição, com acréscimo, dos bens que consome, garantindo, assim, o abastecimento das próximas gerações.

List defendia que o desenvolvimento da indústria só poderia ser alcançado por uma política protecionista, a ser mantida pelo Estado até o momento em que a indústria nacional adquirisse condições de concorrer com a estrangeira. Depois desse estágio, o livre-comércio e a livre concorrência estimulariam a produção local, impulsionando seu desenvolvimento. O intervencionismo e a proteção só deveriam persistir naqueles setores ameaçados de extinção. As regras de proteção não poderiam se estender à agricultura, pois o desenvolvimento da indústria depende da oferta de matérias-primas e alimentos a baixos preços. Na visão de List, o protecionismo era uma tática transitória, necessária para conduzir as nações menos desenvolvidas ao nível das mais industrializadas. Uma vez atingido esse estágio, a relação entre elas deveria pautar-se pelo livre-comércio e livre-concorrência.

Apesar das grandes diferenças entre o intervencionismo preconizado por List e a defesa do livre-comércio empreendida pelos clássicos, é inegável reconhecer que ambas as formas de pensamento eram expressão de processos de modernização industrial, condicionadas por circunstâncias de tempo e lugar específicas, e que cada uma delas assumia, a seu modo, um compromisso nítido com desenvolvimento nacional.⁸

⁷ Encontra-se nesse ponto, provavelmente, uma das fontes da teoria do “espaço vital”.

⁸ ROLL, Eric. *História das doutrinas econômicas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

13.4 A Escola Histórica Alemã

Wilhelm Roscher (1817-1894)

Pode ser considerado o primeiro representante da escola⁹, e seus estudos expressam os dilemas de uma fase de transição. Sua principal obra é *Grundriss zu Vorlesungen über die Staatswirtschaft nach Geschichtlicher Methode*¹⁰, de 1843. Ele afirmava que a História exercia uma influência fundamental na investigação econômica, mas nunca chegou ao extremo de descartar o método dedutivo empregado por Ricardo na análise econômica. Defendia que era necessário complementá-lo com observações empíricas mais apuradas. Apesar de reconhecer a importância das questões de método na nova abordagem que tentava estabelecer, não foi bem-sucedido em definir uma metodologia precisa. Sua obra expressa bem as dificuldades de operar uma teoria econômica elaborada num ambiente histórico distinto.

Bruno Hildebrand (1812-1878)

Sua obra mais marcante é *Die Nationalökonomie der Gegenwart und Zukunft*¹¹, de 1848. É o primeiro representante da escola a se opor com clareza ao princípio da Escola Clássica, que reconhecia a existência de “leis naturais” de validade universal na economia. Considerava que o objeto de estudo dos economistas era a evolução da experiência econômica da humanidade e que essa tarefa consistia num exame detalhado do desenvolvimento de cada povo, em particular, e da humanidade, em geral. Acreditava que a concretização de estudos dessa natureza exigia a integração da história econômica com outras disciplinas, como a estatística.

Karl Knies (1821-1898)

É o representante mais prestigiado dessa geração, pois apresentou uma formulação do método de maneira mais precisa que os anteriores e realizou estudos nos quais colocava em prática sua metodologia. Sua principal obra é *Die Politische Oekonomie von Standpunkte der Geschichtlichen Methode*¹², de 1853. Para o autor, a economia só pode ser abordada por meio de estudos históricos, pois tanto as doutrinas quanto as políticas são determinadas pela história. Considera o objetivo dos clássicos em identificar as leis naturais da economia

⁹ Velha Escola Histórica, segundo Schumpeter. In: SCHUMPETER, Joseph A. *História da análise econômica*. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1964. v. 3.

¹⁰ Esboço de um curso de economia política segundo o método histórico.

¹¹ A economia política do presente e do futuro.

¹² A economia política do ponto de vista do método histórico.

um equívoco absoluto, pois, segundo afirma, os fenômenos relacionados à economia são radicalmente distintos dos fenômenos da natureza. Apesar da impossibilidade de se estabelecerem leis universais, os estudos históricos podem indicar regularidades e sugerir analogias na evolução social das comunidades ou nações e, conseqüentemente, orientar a ação dos governos e do Estado.

Gustav Schmoller (1838-1917)

É o principal representante da escola.¹³ Foi o responsável por sua institucionalização na Alemanha pela influência que exercia sobre Verein für Socialpolitik (Associação dos Economistas Alemães), os departamentos acadêmicos de economia e a política pública (influenciou reformas econômicas e fiscais). Também foi membro da Kathedersozialisten (Socialistas de Cátedra), grupo de economistas que propugnava reformas sociais em benefício dos trabalhadores. É reconhecido por ter dado um grande impulso à pesquisa histórica no campo da economia. Como os demais representantes do grupo, não admitia a existência de leis que tivessem validade universal na economia. Dedicou-se, então, a realizar e orientar um grande número de trabalhos monográficos, abordando vários aspectos da história econômica germânica, como os relativos ao artesanato, manufatura, indústria, comércio e administração pública. A ênfase nesse tipo de estudo não significava, entretanto, que ele era adepto da especialização na pesquisa econômica, muito pelo contrário. Defendia que a produção das monografias era uma pré-condição para a compreensão do contexto geral, este, sim, o objetivo final dos estudos econômicos. Afirmava, entretanto, que a elaboração de uma visão abrangente da evolução histórica não era resultado natural do simples acúmulo de estudos específicos ou especializados, mas de uma síntese que fosse capaz de estabelecer as inter-relações entre os vários aspectos da vida econômica pesquisados e analisados. Acreditava que essa abordagem era capaz de apreender as etapas da evolução econômica (que, segundo ele, eram a economia de aldeia, urbana, territorial, nacional e mundial) e também o seu sentido.

Na obra *Grundriss der Allgemeinen Volkswirtschaftslehre*¹⁴, publicada entre 1900 e 1904 em dois volumes, tentou colocar em prática os princípios metodológicos que advogava, produzindo o “esboço” de uma síntese das monografias elaboradas pelo seu grupo.

¹³ Schumpeter o considera o líder da Nova Escola Histórica. Ver SCHUMPETER, J., *op. cit.*

¹⁴ História econômica geral.

A proeminência da Escola Histórica na Alemanha começou a ser questionada por Carl Menger, na obra *Untersuchungen über die Methode der Sozialwissenschaften und der Politischen Oekonomie Insbesondere*¹⁵, publicada em 1883, que consistiu num ataque frontal à convicção da escola na supremacia da experiência histórica sobre teorias e métodos que reconhecem princípios e leis de validade geral. A publicação da obra deu início a uma polêmica, a Methodenstreit (“guerra dos métodos”), que se prolongou após a morte de Schmoller e consumiu quatro décadas de debate. Apesar de nenhum dos lados ter obtido uma vitória definitiva sobre o adversário, a discussão deixou a certeza entre os estudiosos de que qualquer abordagem consistente não poderia prescindir de uma estrutura teórica coerente nem de uma pesquisa histórico-concreta cuidadosa.

Arthur Spiethoff (1873-1957)

A geração seguinte da Escola Alemã conta com três representantes: Arthur Spiethoff, Werner Sombart e Max Weber.

Spiethoff foi aluno de Schmoller e também se envolveu na “guerra dos métodos”. Entretanto, não assumiu, como seu mestre, uma atitude francamente hostil ao método dedutivo e à abordagem teórica dos problemas econômicos. Em geral, suas pesquisas partiam de hipóteses e sua investigação dos dados visava sempre elaborar sínteses e generalizações relacionadas às hipóteses apresentadas. Procurava conciliar, com esses procedimentos, a análise teórica e a investigação empírica nos estudos econômicos. Algumas das suas contribuições mais importantes se referem às teorias dos ciclos econômicos.

13.5 A sociologia econômica de Werner Sombart (1863-1941) e Max Weber (1864-1920)

Sombart e Weber não foram economistas, mas tiveram papel importante na criação de um ramo dos estudos sociais conhecido como Sociologia Econômica. Essa abordagem, assim como a Escola Histórica, reconhecia a importância dos estudos abrangentes, do estudo das particularidades históricas, e recorria a analogias e comparações para elaborar suas análises e generalizações. Considerava, no entanto, que a compreensão dos fenômenos econômicos passava pelo desvendamento das relações entre a vida econômica propriamente dita (o processo de produção, distribuição, comercialização e consumo dos bens úteis

¹⁵ Investigação sobre o método da ciência social, com referência especial à economia.

e escassos) e a estrutura social (considerada como os grupos, estamentos, instituições e o conjunto de relações que os articulam). Além disso, atribuía grande importância aos aspectos culturais e valores morais e religiosos que orientavam a ação dos agentes econômicos, que ultrapassavam em larga escala o ponto de vista utilitarista e neoclássico que, por sua vez, associava a ação racional dos agentes econômicos ao princípio da busca do lucro e do prazer.

Nos estudos de Sombart, especialmente em *Modern capitalism*, de 1902, é possível observar uma grande ênfase na abordagem histórica. Procede a um levantamento exaustivo de acontecimentos e procura ordená-los de forma a identificar etapas que permitam estabelecer as tendências de evolução. A amplitude do levantamento não corre apenas por conta da erudição, mas relaciona-se à convicção do autor de que a análise e as hipóteses explicativas decorrentes devem considerar que, num dado tempo e lugar, todos os fatores (os de ordem política, econômica, social, cultural, artísticos, religiosos) se encontram em interação permanente.

Weber operava num registro de análise bem mais sofisticado. Deu contribuições importantes ao pensamento econômico e é considerado o fundador da Moderna Sociologia. Entre suas principais obras, destacam-se: *The objectivity of the sociological and social-political knowledge*, de 1904; *The protestant ethic and the spirit of capitalism*, de 1905; *Economy and society*, de 1914; *Politics as a vocation*, de 1918; *General economic history*, de 1923; *The methodology of the social sciences*, de 1949.

Apesar de seu nome estar associado à Escola Histórica Alemã, suas crescentes preocupações com os aspectos metodológicos, teóricos e científicos do conhecimento levaram-no a uma ruptura com a escola.

Weber se dava conta, com acuidade, de que o relativismo¹⁶ da Escola Histórica contrariava uma tendência irresistível da época, a qual associava a validade de um conhecimento à sua universalidade. Nesse contexto, o reconhecimento do caráter científico dos estudos sobre os fatos humanos passava a depender cada vez mais da capacidade desses estudos produzirem um conhecimento que atendesse a esse critério de universalidade. É nessa perspectiva que devemos compreender seus estudos metodológicos, que

¹⁶ Entenda-se por relativismo da Escola Histórica o reconhecimento de que as “leis” e o conhecimento têm validade apenas em relação às sociedades e a um determinado contexto histórico estudado, não tendo, portanto, validade universal.

culminaram na elaboração de conceitos importantes como o do “tipo ideal”. O conceito de tipo ideal é um recurso metodológico criado por Weber para atender simultaneamente ao critério da universalidade, atributo da ciência, e ao da temporalidade, atributo da história. Segundo Weber, o tipo ideal é uma síntese abstrata de caráter universal, que abriga os traços essenciais do objeto estudado e que, apesar de não existir efetivamente, se constituiu numa via de acesso aos fatos sociais, os quais assumem formas diversas, condicionadas pelo espaço e pelo tempo, pela história, enfim. Esse procedimento pode ser ilustrado pela análise que ele faz sobre as formas da dominação política. Ele observa que o poder é exercido basicamente por três formas: a carismática, a legal e a tradicional. Cada uma delas compreende atributos essenciais que as diferenciam das demais e podem ser sintetizadas num conceito, numa abstração que as represente com precisão. Essa abstração construída, que não existe no mundo exterior ao sujeito, mas incorpora dessa realidade externa alguns componentes essenciais, definidores de um objeto de estudo, é o tipo ideal. Uma vez que o conceito foi estabelecido com precisão e clareza, ele pode ser utilizado na abordagem dos casos particulares historicamente determinados, como uma chave para a sua explicação e compreensão. Foi assim que ele procedeu no caso do estudo sobre a burocracia germânica, que considerava uma modalidade do poder legal, analisando-a segundo esse ponto de vista. Weber reconhecia que o tipo ideal não era uma representação exata dos fenômenos sociais, mas isso não era importante. Para ele, o essencial era que tais abstrações contribuíssem para a compreensão e a interpretação desses fenômenos e produzissem um conhecimento que atendesse aos critérios científicos reconhecidos pelo *stablishment* da época.

Entre todos os estudos de Weber, o mais conhecido é a *Ética protestante e o espírito do capitalismo*, que compreende um conjunto de artigos publicados entre 1904 e 1905 na revista *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, dirigida por Weber, Sombart e Edgar Jaffé. Posteriormente, em 1920, esses artigos passaram por correções e acréscimos para publicação na *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*.¹⁷ Foi publicado na forma de livro, pela primeira vez na Inglaterra, em 1930, dez anos após a morte de Weber. Nessa edição se incluiu uma introdução geral aos seus ensaios de 1904/05, escrita em 1920.

¹⁷ Recompilação de ensaios sobre sociologia da religião.

Segundo Weber, existia uma profunda afinidade entre as prescrições calvinistas, em relação ao trabalho e à poupança (traduzidas na condenação da ostentação e do consumo de luxo e na valorização da acumulação), e as tendências econômicas e a mentalidade mercantil que vinham se desenvolvendo desde o final da Idade Média e convergiram, no fim do século XVIII, para o capitalismo. A obra de Weber rendeu inúmeras polêmicas e grandes incompreensões. Talvez a mais conhecida seja a formulação que tenta transformar suas teses que abordam as relações de afinidade entre a linhagem calvinista do protestantismo (e as demais tendências, que lhes são próximas) e o desenvolvimento do capitalismo numa **nova interpretação** sobre as **origens** desse sistema econômico. Segundo alguns críticos da obra de Weber, ela seria uma demonstração inequívoca de que os fatores subjetivos, “superestruturais”, são determinantes nas transformações da realidade histórica, contrariamente às teses de extração marxista, que tendem a atribuir às contradições econômicas ou de ordem “infra-estrutural” o papel determinante nessas transformações. Em geral, os adeptos dessa interpretação são leitores apressados (talvez até não leitores) tanto da obra de Weber quanto da de Marx.

Em primeiro lugar, Weber afirmou explicitamente em seu trabalho que não estava oferecendo uma interpretação sobre as **origens** do capitalismo, pois reconhecia que as mudanças econômicas que vinham ocorrendo no século XVI, época da Reforma, tinham se iniciado no final da Idade Média. Do seu ponto de vista, a “ética protestante” tinha desempenhado o papel de acentuar transformações e interesses econômicos em plena expansão, contribuindo para dar forma a uma nova ética do trabalho na qual a mentalidade do capitalismo moderno se baseou.

Em segundo lugar, Weber tinha perfeita consciência de não estar apresentando o caso particular de uma teoria geral **alternativa** às análises de inspiração marxista. A esse propósito, vale a pena recuperar trecho do último parágrafo dos ensaios de 1904-1905, quando afirma que não se tratava de substituir

[...] uma interpretação causal, unilateralmente materialista da cultura e da história por outra, espiritualista, igualmente unilateral. **Ambas são igualmente possíveis.** Mas, em ambos os casos, se faria à verdade histórica um serviço igualmente frágil se se pretendesse, com elas, não iniciar uma investigação, mas dá-las por concluída.¹⁸

¹⁸ VILLEGAS M., Francisco Gil. “Introdução ao Editor”. In: WEBER, Max. *La ética protestante y el espíritu del capitalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

Em terceiro lugar, desde *O manifesto comunista*, de 1848, Marx já estava convencido de que as contradições de ordem econômica do capitalismo precipitavam situações revolucionárias. Se ele de fato acreditasse que tais contradições provocavam a crise final do sistema de forma mecânica, inevitável e independente de determinações de ordem subjetiva, certamente não teria dedicado os 35 anos seguintes da sua vida para aprofundar a crítica da economia política.

13.6 A Escola Histórica fora da Alemanha

A influência da Escola Histórica se manifestou na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Na Inglaterra, o precursor da escola foi Richard Jones (1790-1855). Seu trabalho mais importante é *An essay on the distribution of the wealth and on the sources of taxation*, de 1831, em que faz uma análise crítica da tradição das práticas e do pensamento econômico até a sua época, expõe o seu método e apresenta exemplos práticos de como aplicá-lo.

Na parte da obra relacionada à tradição, ele inicia suas considerações tratando do mercantilismo, ao qual associa o nascimento da economia política, depois aborda os fisiocratas e, por fim, analisa os clássicos, destacando Malthus e Ricardo. A principal conclusão como resultado de sua avaliação crítica é que os clássicos haviam cometido um grande equívoco ao identificarem a existência de “leis de validade universal” na economia. Segundo argumenta, as tais “leis universais” eram resultado de observações de condições históricas muito específicas, que dificilmente poderiam ser estendidas e aplicadas a outras realidades. Jones afirmava que pesava contra a existência dessas “leis” a evidente distância entre inúmeras observações e os que elas previam. Para o autor, era possível a formulação de leis econômicas, mas, para isso, era necessária uma pesquisa abrangente, um campo de observação muito mais extenso, abarcando outras épocas e lugares, pois, caso contrário, essas leis não passariam de observações provisórias.

Do ponto de vista do método, ele considerava essencial analisar as mais variadas sociedades com o objetivo de estabelecer as semelhanças e as distinções entre as formas de produção social existentes no espaço e no tempo. Defendia que a diversidade de formas de produção social no presente estava relacionada aos métodos diferentes de produção adotados pelos povos nas etapas iniciais de sua formação. Argumentava que essas formas originais de organização

econômica exerciam uma influência profunda nas comunidades e tendiam a repercutir ao longo dos séculos.

Para realizar as análises comparativas, Jones recorria ao conceito de “estrutura econômica das sociedades”. Ele entendia esse conceito como o conjunto de relações entre as diferentes classes da sociedade, construídas sobre as formas de propriedade da terra e de distribuição do excedente, que foram se transformando sob o impacto do desenvolvimento capitalista.

Outro conceito utilizado por Jones é o de “fundo de trabalho”, que seria constituído por três partes: a primeira corresponde à renda consumida pelos produtores diretos (pequenos proprietários agrícolas); a segunda, à renda apropriada por todos aqueles que vivem do próprio trabalho, mas não atuam na agricultura; e a terceira corresponde à renda acumulada e utilizada para obtenção de lucro.

Jones observou com muita clareza que, em diferentes tipos de sociedade em momentos históricos distintos, é possível observar a manifestação dos fenômenos como o produto excedente e a acumulação. Ele destaca que a acumulação existiu muito antes de a busca do lucro ter se tornado móvel da ação humana e muito antes de o capitalista ter se tornado seu principal agente, estabelecendo, assim, uma distinção muito importante entre determinados fenômenos e a forma, a maneira como esses fenômenos tendem a se manifestar em sociedades e em momentos históricos distintos.

A análise que fez da renda é uma boa oportunidade para observar seu método de trabalho e identificar alguns aspectos importantes de seu pensamento. Nesse ponto em particular, seu objetivo era esclarecer o problema da renda diferencial e das suas variações e apresentar objeções às explicações de Ricardo.

Jones inicia sua análise identificando as diversas formas de propriedade da terra existentes em diferentes países e épocas, expondo os vários tipos de renda que surgiram ao longo da história até o advento do capitalismo. Para ele, a origem da renda está ligada à propriedade da terra, de poder produzir mais do que o necessário para a subsistência do produtor direto, mesmo em condições naturais e técnicas precárias. À medida que a evolução histórica da comunidade levava ao surgimento da propriedade privada, esse atributo natural da terra criou a possibilidade da renda para o proprietário. Opondo-se a Ricardo, Jones acreditava que a necessidade dos não-proprietários de trabalhar para não morrer de fome os obrigava a pagar uma renda independentemente da fertilidade da terra que exploravam, e atribuía a essa renda a denominação

de renda absoluta. Com relação às variações no nível da renda, identificava três fatores que poderiam contribuir para elevá-la: primeiro, o aumento da produção decorrente do incremento do capital e da produtividade no cultivo do solo; segundo, a aplicação mais eficaz do capital já empregado; e, terceiro, a diminuição da parcela que corresponde ao produtor direto.

Entre as principais contribuições de Jones, podemos destacar a sua teoria sobre a renda, avançada para os padrões da época, e a crítica às idéias de Ricardo sobre o progressivo empobrecimento do solo, que foram importantes para demonstrar como o ponto de vista e a análise de Ricardo eram muito influenciados pela atitude hostil que ele alimentava contra os proprietários de terra, revelando, assim, a raiz social do “pensamento científico”. Além disso, legou um amplo painel sobre a evolução histórica de diferentes sociedades e estruturas econômicas. Também estabeleceu uma distinção importante entre as determinações universais da vida econômica e as formas variáveis como elas se expressam em cada sociedade, além de articular uma abrangente pesquisa e compreensão histórica com uma rigorosa análise dedutiva.

Além de Jones, podemos identificar entre os representantes dessa escola Willian Cunninghaham¹⁹, Arnold Toynbee²⁰, Leone Levi²¹, J. E. Thorold Rogers²², Willian James Ashley.²³

No caso dos Estados Unidos, Thorstein Bunde Veblen (1857–1929) pode ser considerado tanto um representante autêntico da Escola Histórica quanto o fundador de uma nova linhagem de análise econômica, que confere aos aspectos mentais, psicológicos e “institucionais” um papel decisivo na economia, a Escola Institucional Norte-Americana.

A obra de Veblen é de particular importância, basicamente, por três motivos. Em primeiro lugar, porque ela expressa, como nenhuma outra produzida nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX e início do século XX, as vulcânicas transformações profundas econômicas que foram responsáveis pelo

¹⁹ *The growth of English industry and commerce during the Early and Middle Ages*, 1882; *Progress of capitalism in England*, 1916.

²⁰ *Lectures on the Industrial Revolution in England*, 1884.

²¹ *History of British commerce*, 1872.

²² *Six centuries of work and wages*, 1884.

²³ *Introduction to English economic history and theory* (duas partes, 1888-1893).

ingresso do país no “núcleo duro” das nações industrializadas. Em segundo lugar, por se constituir na mais aguda, profunda, rica e original observação crítica dessas transformações produzidas no país. Em terceiro lugar, pela contribuição relevante ao pensamento econômico, a mais significativa entre os economistas norte-americanos até então, em especial no que se refere à crítica contundente desferida contra o âmago da filosofia utilitarista e da teoria neoclássica.

O período que se iniciou com o final da guerra civil desencadeou grandes transformações nos Estados Unidos. O final da escravidão criou uma grande massa de trabalhadores livres, pronta para ser explorada pelos empresários capitalistas estabelecidos nos estados do Norte. A política de ocupação do Oeste implementada pelo governo com base nos *Homestead Acts*, de 1862, criou um contingente de pequenos proprietários, cuja demanda por artigos manufaturados acelerou o desenvolvimento industrial no setor de bens de consumo, gerando empregos e assimilando a mão-de-obra livre. A ampliação das fronteiras criou necessidades de integração do território e abriu oportunidades de investimentos no setor ferroviário. A expansão econômica em condições extremamente favoráveis de oferta de mão-de-obra, a ampliação da demanda e a abertura de novas oportunidades de investimento contribuíram para o crescimento acelerado das empresas industriais (por meio da produção em massa) e para o surgimento de um segmento bancário disposto a financiar os novos empreendedores. A intensificação da concorrência e o aumento na magnitude dos novos investimentos desencadearam um movimento precoce de centralização do capital (principalmente pelos trustes) e de fusão entre o capital industrial e o bancário (dando origem ao capital financeiro). Veblen foi contemporâneo dessas transformações econômicas e soube analisar como poucos as implicações sociais, políticas e ideológicas que elas produziram.

Para compreendermos alguns aspectos importantes das idéias de Veblen, convém partir da sua crítica ao pensamento clássico e neoclássico. Para ele, as principais correntes de pensamento econômico compartilhavam de um fundo comum, no que se refere ao método, que as incapacitava para compreender adequadamente os fenômenos da vida econômica. Esse método, em primeiro lugar, parte do pressuposto de que a ordem econômica capitalista e os valores dominantes que lhe correspondem são resultados necessários da evolução econômica, e, assim, a pesquisa e a análise dessas correntes reduzem-se a procedimentos que procuram explicar e justificar a atual ordem social dominante.

Em outras palavras, Veblen afirma que o método adotado pelos clássicos e neoclássicos é teleológico, isto é, apresenta uma formulação ou interpretação do passado que visa justificar o presente. Nesse tipo de abordagem, o objetivo essencial não é compreender de fato o processo que produziu o presente, mas, de forma implícita, justificar a ordem atual e os valores dominantes.

Partindo dessa premissa e desse método teleológico, clássicos e neoclássicos justificavam a ordem capitalista cada um a seu modo. Os clássicos, por exemplo, baseiam toda a sua análise econômica na idéia dos direitos naturais do homem, entre os quais se destaca o direito à propriedade privada nos termos em que ela foi definida por Locke e pelo pensamento liberal. Para essa tradição, o fundamento da propriedade privada é o trabalho; considera-se que ela surge quando o homem separa da natureza, pelo seu trabalho, os meios necessários para a sua reprodução. Veblen argumenta que o homem isolado na natureza nunca existiu, que o trabalho é sempre uma atividade social que depende de conhecimentos e técnicas produzidos socialmente. Além disso, argumenta, a propriedade privada surgiu historicamente como resultado da violência e da coerção, como uma imposição dos mais fortes sobre os mais fracos, ratificada por leis e perpetuada por outros instrumentos de poder, e não a partir de uma imaginada e singela relação entre o homem e a natureza, que funda uma malha de direitos plenamente compatíveis com a ordem social burguesa. Esse homem isolado na natureza que se apropria dos meios necessários à sua sobrevivência pelo trabalho, e assim funda a propriedade privada, é uma abstração inexistente, utilizada apenas como uma justificativa da teoria dos direitos naturais, do liberalismo e da ordem social que lhe corresponde, isto é, a ordem capitalista.

Já os neoclássicos construíam toda a sua teoria baseados no pressuposto de que a ação humana é determinada por um fator unilateral que consiste em maximizar o prazer e minimizar a dor, que essa ponderação é sempre racional e, portanto, passível de uma descrição (inclusive matemática) e, conseqüentemente, de uma previsão.

Veblen demonstrou que esse ponto de vista era de um equívoco dramático. Argumentou que as determinações que influenciam a ação humana não podem ser reduzidas a um único fator, pois, em geral, tais fatores são variados e complexos e, no que se refere à economia, esse princípio não pode ser adotado, pois as evidências demonstram que a opção de consumo não é determinada apenas pela maximização do prazer e atenuação da dor. Normalmente, o consumidor

decide comprar produtos por inveja dos bens adquiridos por pessoas próximas, para provocar inveja no círculo de amigos, conhecidos e observadores em geral, e para afirmar sua superioridade. Ele afirma que essa ação aquisitiva, muito ao contrário de provocar o prazer, traz a ruína do consumidor, pelas dívidas que não podem ser pagas. Situações desse tipo demonstram que a opção de consumo, diferentemente do que pensavam os neoclássicos, está bem longe de ser um ato racional e consciente, pois também é influenciado por fatores de ordem inconsciente, inviabilizando a idéia do cálculo racional.

Apesar de Veblen discordar do método e da solução dos clássicos e neoclássicos ao problema dos fatores ou valores que orientam a ação humana, ele reconheceu que esse ponto era central para analisar a economia e empreendeu um grande esforço para elaborar uma teoria alternativa, capaz de superar os limites identificados nas abordagens que criticava.

Veblen buscou fonte de inspiração para sua teoria no evolucionismo darwinista. Ele inclusive chegava a reconhecer que as ciências evolucionistas estavam mais desenvolvidas que a economia e atribuía essa superioridade ao seu método, que se baseava na pesquisa das origens-causas dos fenômenos e na busca de explicações para as passagens de uma etapa a outra da evolução. Aplicado à economia, esse método implicava a identificação e caracterização das etapas da evolução econômica, bem como a explicação das passagens de uma etapa a outra, exigindo, portanto, uma abordagem histórica. Veblen observou que a história da evolução econômica poderia ser estudada com base na evolução das “instituições”. Ele considerava instituições como princípios de ação consagrados pela tradição, hábitos e costumes sobre os quais os homens não têm dúvidas ou questionamentos e que se traduzem em formas de conduta socialmente aceitas e valorizadas. Veblen reunia esses “hábitos mentais” e as ações que lhes correspondem em dois grandes grupos antagônicos, que ele denominava “instinto de construção” e “instinto predatório”. O “instinto de construção” se manifestaria nos valores associados às ações de solidariedade, afeição e cooperação, e o “instinto predatório” estaria relacionado aos valores e às ações de exploração de classe, racial e sexual. Esses valores estavam sempre ligados a agentes sociais específicos (estamentos, classes, associações) e que, numa etapa determinada da evolução social, tendia a predominar um conjunto de valores associado a cada um dos instintos. Argumentava, ainda, que a transição entre as etapas da evolução econômica e social decorria das transformações

nas técnicas, pois ele acreditava que elas eram as grandes responsáveis pelas alterações nos processos e hábitos mentais, que tendiam a entrar em conflito com as instituições consagradas pelo costume e pela tradição. A passagem para uma nova etapa da evolução social e econômica ficava na dependência de como esses conflitos entre as “instituições” se equacionavam.

O conjunto do pensamento de Thorstein Veblen está reunido num grande número de obras²⁴, entre as quais podemos destacar: *The theory of the leisure class*, de 1899; *Theory of business enterprise*, de 1904; e *Absentee ownership*, de 1923.

Em *The theory of the leisure class*, seu livro mais famoso, Veblen emprega todo o seu sarcasmo, ironia e agudo senso de observação para produzir uma brilhante análise sobre os rentistas nova-iorquinos e sobre o sistema de controle ideológico do capitalismo, na fase da indústria de massa que começava a explicitar seus mecanismos nos Estados Unidos em fins do século XIX.²⁵

Veblen inicia seu estudo observando que havia um traço comum entre a jovem elite nova-iorquina e suas correspondentes das tribos primitivas bárbaras; ambas cultivavam o ócio. Ele notou que, em virtude do grande poder e da riqueza concentrados nessas classes, elas acabavam impondo a si mesmas um isolamento que dificultava a sua auto-afirmação e a valorização da auto-estima, pois a afirmação desses sentimentos só ocorre na relação com aqueles que vivem no anonimato e estão privados do poder e da riqueza. Diante disso, alega, a forma que encontraram para assegurar esse reconhecimento social e a afirmação da sua superioridade foi se dedicarem ao exibicionismo do ócio e do consumo conspícuo. O ócio conspícuo consiste num desperdício sistemático de tempo e de esforço, e o consumo conspícuo, numa estratégia de aquisição de bens em abundância, especialmente os bens desnecessários em grandes quantidades, com o único objetivo de exibí-los para despertar a inveja e reafirmar sua distinção e superioridade. Veblen observa que a generalização desse sentimento de inveja adiciona ingredientes de distinção odiosa a uma comunidade que já é crivada de distinções econômicas típicas de uma sociedade de classes, como a capitalista. Os efeitos da interiorização dessa inveja

²⁴ Uma das melhores fontes de informação sobre o pensamento de Thorstein Veblen é a coletânea *The place of science in modern civilization*, de 1919.

²⁵ É importante destacar que essa classe de rentistas, a produção em massa e os mecanismos de controle ideológico baseados no mercado eram fenômenos novos no campo do desenvolvimento capitalista e estavam associados ao surgimento e consolidação do capital monopolista e do capital financeiro, que constituíam o pano de fundo das análises de Veblen.

e da afirmação dessa distinção odiosa são a exacerbação da concorrência e a criação de um contexto de hostilidades, que contribuem para neutralizar nos indivíduos os “instintos” de cooperação e ajuda mútua que poderiam representar alguma ameaça à ordem na qual se baseiam o poder e a riqueza das classes ociosas. Outra conseqüência que atinge todos os que são cooptados por esse sistema de distinção odiosa é a adesão à prática do consumo por imitação. O desejo de “não ficar para trás” em relação aos que compõem o seu círculo de relacionamento impele os trabalhadores a adquirir vários produtos, mesmo que para isso tenham de contrair dívidas. A adesão aos valores relacionados ao consumo por imitação conduz, principalmente os que vivem do próprio trabalho, a uma miséria econômica e espiritual das quais não há saída no interior da ordem capitalista. A miséria econômica advém das dívidas e, nas melhores condições, pode levar o trabalhador a aceitar condições precárias de trabalho e remuneração para preservar o seu emprego e, nas piores, levá-lo à ruína, caso não consiga saldar as dívidas. A miséria espiritual assume a forma de uma insatisfação aquisitiva permanente e pode ser agravada pelo temor da perda do emprego, que conduz os trabalhadores a uma atitude de submissão e total obediência aos patrões e seus capatazes e, em casos extremos, a uma resignação a tratamentos humilhantes e um “sensato” afastamento das idéias de teor socialista e dos movimentos de solidariedade de classe.

Para Veblen, toda essa angústia, rivalidade e inveja só poderiam ser superadas pela eliminação da ordem econômica e social, responsável pela sua reprodução, o que implicava o fim da sociedade de classes, da propriedade privada (que era sua base de sustentação) e, conseqüentemente, do domínio da classe ociosa e da grande empresa, que o autor reconhecia como transitório, isto é, histórico.

Na *Theory of business enterprise (Teoria da empresa comercial)*, Veblen analisa vários aspectos do desenvolvimento capitalista. Uma das principais teses apresentadas por ele é que o desenvolvimento tecnológico é o responsável pelas transformações sociais. Ele argumenta que os agentes da produção (engenheiros, inventores, operários especializados) estão sempre preocupados em aumentá-la pelas inovações nas técnicas e nos processos produtivos. Essas inovações alteram as formas tradicionais de realizar as tarefas e modificam os modos de pensar e os hábitos que lhes correspondem (as “instituições”). As novas maneiras de pensar tendem a entrar em contradição com as antigas, gerando um conflito cujo desenlace determina o ritmo e o andamento do desenvolvimento.

No contexto da cultura capitalista de seu tempo, esse conflito se manifestava entre a cultura do negócio e a da indústria. A primeira representa o modo de pensar dos comerciantes, da classe ociosa e de seus porta-vozes; a segunda representa os engenheiros, inventores, e operários especializados empenhados em aumentar a produção por meio das inovações técnicas.

Para Veblen, essas forças contraditórias que operavam no interior do capitalismo eram as responsáveis pelo comportamento cíclico da economia e pelas suas crises periódicas, as quais tendiam a se tornar cada vez mais explosivas. Ele observava que o crescimento ininterrupto da produtividade (provocada pelos agentes da indústria) fazia diminuir o preço das mercadorias e a rentabilidade do capital. Para reverter essa tendência, os controladores das finanças praticavam uma sabotagem sob a aparência de negócio, adotando o *dupping*, quebrando empresas, demitindo funcionários e reduzindo a produção, para, em seguida, incorporar as empresas e criar grandes corporações cada vez mais poderosas e complexas, que assumem a forma de monopólios com amplos poderes para controlar os preços. Entretanto, como as novas tecnologias oferecem uma vantagem de lucratividade aos novos investidores, o progresso técnico, especialmente no setor de bens de capital, não cessa e a concorrência tende a ser reativada, desencadeando, por sua vez, novos movimentos defensivos das finanças, por meio da sabotagem, monopolização e complexificação das empresas, acumulando tensões de toda ordem, que tendiam a se tornar cada vez mais violentas e explosivas. Como podemos observar, para Veblen, os componentes desestabilizadores do sistema capitalista, como o desenvolvimento tecnológico (mudanças na oferta) e as flutuações na demanda (ele foi um dos primeiros a observar que variações na procura poderiam dizimar setores industriais), eram intrínsecos à dinâmica do sistema e de importância central para a teoria econômica, divergindo profundamente, também nesse ponto, dos neoclássicos, que dedicavam toda a atenção à análise do equilíbrio.

Veblen acreditava que essas contradições tenderiam a subverter a ordem, na qual a empresa comercial se baseava, e prognosticava que essa superação resultaria ou numa ordem social mais evoluída, denominada por ele República Industrial, ou em um grande retrocesso social, em uma nova “Idade das Trevas”.

Ao longo da vida, o autor estendeu suas preocupações a diversos temas, como o nacionalismo, a guerra e o imperialismo, sempre apresentando observações muito agudas que merecem leitura cuidadosa até os dias atuais. Em

1923, seis anos antes de falecer, ele demonstrava pessimismo em relação às possibilidades de superação histórica da empresa comercial. No livro *Absentee ownership*, ele elaborou uma ampla descrição em que fica muito evidenciada a disposição da população em admitir que o poder do dinheiro controle seus próprios destinos, o que indicava que o colapso da civilização era apenas uma questão de tempo.

A obra de Veblen não exerceu influência no *mainstream* econômico do seu tempo, mas repercutiu o suficiente para lançar as bases de uma tendência de pensamento econômico nos Estados Unidos, a Escola Institucionalista Norte-Americana.

Apesar de os vários membros dessa escola partirem de um aspecto central do pensamento de Veblen, que dizia respeito ao papel importante das instituições no funcionamento da economia e às suas relações com o desenvolvimento tecnológico, seus representantes mais destacados reconheciam, como a principal herança do mestre, a valorização de seu método indutivo na análise econômica. Foi sobre esse ponto em particular que surgiu, nos Estados Unidos, uma escola econômica que soube articular o mundo acadêmico e a esfera dos negócios de forma original, pela criação de inúmeras instituições, que, lastreadas em vultosos recursos, se tornaram responsáveis pela elaboração de índices econômicos e estudos empíricos muito úteis às empresas e às áreas governamentais.

Ironicamente, os herdeiros de Veblen não compartilhavam do ponto de vista ideológico do mestre e muito menos da sua atitude crítica e radical em relação à “cultura pecuniária”, caracterizando-se, muito pelo contrário, por um forte conservadorismo político.²⁶

Questões

1. Explique quais as duas principais críticas que a Escola Histórica desferiu contra a Economia Política Clássica.
2. Explique quais foram as principais reações à penetração do ideário liberal na Confederação dos Estados Germânicos nos anos que se seguiram ao final das guerras napoleônicas?
3. Explique qual a principal crítica formulada por List à tese que considerava o livre mercado o meio mais eficaz de convergir as economias nacionais para o

²⁶ ROLL, Eric, *op. cit.*

desenvolvimento. Após refutar essa possibilidade, que medidas ele proponha para uma nação alcançar o desenvolvimento da sua indústria?

4. Explique de que forma Weber pretendeu sintetizar o “relativismo” da escola histórica e a pretensão científica e universalista de extração clássica.
5. De que forma Weber relacionou a “ética protestante” e as práticas capitalistas no seu estudo sobre esse tema?
6. Explique qual é a principal crítica que Veblen formula ao pensamento clássico e neoclássico?
7. Explique o que Veblen considera como consumo conspícuo e analise o efeito dessa prática na sociedade.
8. Explique qual a visão de Veblen sobre as crises do capitalismo?

Referências

CHANG, Há-Joon. *Chutando a escada. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

LIST, Federico. *Sistema nacional de economia política*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1941.

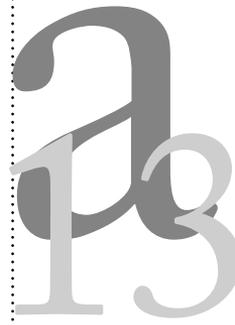
ROLL, Eric. *História das doutrinas econômicas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

SCHUMPETER, Joseph A. *História da análise econômica*. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1964. v. 3.

STRATHERN, Paul. *Uma breve história da economia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003.

VEBLEN, Thorstein. *Teoria da classe ociosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VILLEGAS M., Francisco Gil. “Introdução ao Editor”. In: WEBER, Max. *La ética protestante y el espíritu del capitalismo*. México: Fundo de Cultura Econômica, 2003.



Livro II

Cap. V¹

A teoria

[...] Do ponto de vista das relações econômicas, as nações têm percorrido as seguintes fases de desenvolvimento: estágio selvagem, estágio do pastoreio, estágio puramente agrícola, manufatureiro e comerciante.

A história da indústria mostra, e em parte alguma tão claramente quanto na Inglaterra, que a maneira mais rápida e vantajosa de se fazer a passagem do estágio selvagem ao do pastoreio, do pastoreio à agricultura e desta aos primeiros ensaios nas manufaturas e na navegação, é pelo livre comércio com as cidades e os Estados mais avançados; mas uma indústria manufatureira aperfeiçoada, uma marinha mercante considerável e um vasto comércio exterior só se conseguem pela intervenção do governo.

Quanto menor o progresso da agricultura, tanto maiores as oportunidades oferecidas pelo comércio exterior a fim de se trocar o excedente dos produtos agrícolas e das matérias-primas do país contra os artigos fabricados do estrangeiro; quanto mais mergulhar a nação na barbárie e tiver necessidade do regime da monarquia absoluta, tanto mais concorrerá o comércio livre, isto é, a exportação dos produtos agrícolas e a importação dos produtos manufaturados, para a sua prosperidade e civilização.

Ao contrário, quanto mais se tenha desenvolvido a agricultura em um povo, bem como as artes úteis e o estado social e político geral, tanto menores são as vantagens que pode tirar da troca de seus produtos agrícolas e de suas matérias-primas contra os produtos manufaturados exóticos, e maiores os males que lhe causa a concorrência de nações manufatureiras mais adiantadas.

Apenas entre povos semelhantes, isto é, aqueles que possuem todas as qualidades, todos os recursos morais e materiais requeridos para estabelecer entre si uma indústria manufatureira, de modo a alcançar, assim, o mais elevado grau de civilização, de prosperidade, de poderio político, mas cujo progresso

¹ LIST, Friedrich. *Sistema nacional de economia política*. Trad. francesa por H. Richelot. 2. ed. Paris, 1875. In: HUGON, Paul. *Economistas célebres*. São Paulo: Atlas, 1955.

a concorrência de uma indústria estrangeira, já bem avançada, interceptaria, entre esses povos apenas poderiam ser legítimas as restrições comerciais, tendo em vista criar e sustentar uma indústria manufatureira: e o são só até se tornar essa indústria bastante forte para não temer a concorrência estrangeira; e, nesse entretanto, o são apenas na medida necessária à proteção dessa indústria em seus fundamentos.

O sistema protetor seria contrário não apenas às máximas de economia cosmopolita, mas também ao interesse da nação bem compreendido, se isolasse a nação do resto do mundo. Quando a indústria manufatureira está ainda na primeira fase de seu desenvolvimento, as taxas protecionistas devem ser muito moderadas; devem elevar-se pouco a pouco, à medida que aumentem no país os capitais intelectuais e materiais, a habilidade técnica e o espírito empreendedor. Assim, não é necessário que todos os ramos da indústria sejam igualmente protegidos. As mais importantes indústrias, aquelas cuja exploração exige um grande capital fixo e circulante, muitas máquinas e, portanto, muitos conhecimentos técnicos, destreza e experiência, e um grande número de braços, cujos produtos se classificam entre os de primeira necessidade para a vida e, por conseguinte, apresentam considerável importância quanto ao seu valor total, bem como do ponto de vista da independência do país, tais como as de fabricação de lã, do algodão, do linho, apenas estas têm direito a uma proteção especial. Quando convenientemente estimadas e desenvolvidas, todos os demais ramos industriais de menor importância crescem ao seu redor, mesmo que menos protegidos. Onde o salário é elevado e a população pouco considerável, relativamente à extensão do território, por exemplo nos Estados Unidos, o interesse da nação determina que, em vez de se protegerem as indústrias que empregam poucas máquinas, protejam-se aquelas em que as máquinas executam a maior parte da tarefa, contanto concedam os povos, que lhe trazem os produtos das primeiras indústrias, livre acesso a seus produtos agrícolas.

A escola desconhece completamente a natureza das relações econômicas entre os povos quando acredita que a troca dos produtos agrícolas pelos produtos manufatureiros é tão útil à civilização, à prosperidade e, em geral, aos progressos sociais de semelhantes nações, quanto o estabelecimento, no seu próprio seio, de uma indústria manufatureira. Uma nação puramente agrícola não desenvolverá grandemente o seu comércio interno e externo, suas vias de comunicação, sua marinha mercante; não terá sua população aumentada concomitantemente com a sua prosperidade; não realizará progressos sensíveis na sua cultura moral, intelectual, social e política; não adquirirá grande poderio político; não será

capaz de exercer influência sobre a civilização e sobre os progressos dos povos menos avançados, nem de fundar colônias. O país estritamente agrícola será infinitamente inferior ao país ao mesmo tempo agrícola e manufatureiro. O primeiro, econômica e politicamente, depende sempre, mais ou menos, das nações estrangeiras que recebem seus produtos agrícolas em troca de seus artigos fabricados. Não pode determinar por si mesmo a extensão da sua produção; necessita aguardar as compras do estrangeiro. Os compradores, que são povos ao mesmo tempo agrícolas e manufatureiros, produzem eles próprios quantidades enormes de matérias-primas e produtos alimentícios e pedem aos povos agrícolas apenas o necessário para suprir o seu “déficit”. Estes dependem, pois, para suas vendas, da eventualidade da maior ou menor abundância da colheita dos povos agrícolas e manufatureiros; além disso, terão como rivais outros povos agrícolas, de sorte que a saída dos seus produtos, já muito incerta, torna-se mais incerta ainda. Enfim, estão expostos a ver suas relações com as nações manufatureiras interrompidas pela guerra ou por medidas comerciais, sofrendo então o duplo inconveniente de não encontrar compradores para o excesso de sua produção agrícola e de se verem privados dos artigos fabricados de que necessitam. [...]

Cap. II²

Emulação pecuniária

[...] Os bens materiais, sejam eles adquiridos agressivamente por esforço próprio, sejam eles adquiridos passivamente por herança de outros, tornam-se a base convencional da honorabilidade. A riqueza, no início valiosa simplesmente como prova de eficiência, se torna no entendimento popular um ato meritório por si mesmo. A riqueza é agora coisa honrosa intrinsecamente e confere honra ao seu possuidor. Por meio de um novo refinamento, a riqueza adquirida passivamente por transmissão de antepassados, ou outros antecessores, se torna logo ainda mais honrosa do que a riqueza adquirida por esforço próprio; esse desenvolvimento está, contudo, num estágio posterior, na evolução da cultura pecuniária, e dele falar-se-á no seu devido tempo.

[...]

Os membros da comunidade que não atingem esse padrão de proeza ou de riqueza, embora indefinidos, sofrem na estima de seus companheiros;

² VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os economistas.

conseqüentemente, sofrem também na sua própria estima, já que a base usual da própria estima é o respeito dos outros. Somente os indivíduos de temperamento excepcional conseguem, diante da desaprovação da comunidade, conservar em última análise a própria estima. Aparentemente, existem exceções a essa regra, especialmente entre pessoas de fortes convicções religiosas; mas essas exceções aparentes não se podem considerar como exceções reais, porque tais pessoas se apóiam usualmente na aprovação presumível de alguma testemunha sobrenatural de suas ações.

[...]

Pela sua própria natureza, o desejo de riquezas nunca se extingue em indivíduo algum, e evidentemente está fora de questão uma saciedade do desejo geral ou médio de riqueza. Nenhum aumento geral de riqueza na comunidade, por mais geral, igual ou “justa” que seja a sua distribuição, levará mesmo de longe ao estancamento das necessidades individuais, porque o fundamento de tais necessidades é o desejo de cada um de sobrepujar todos os outros na acumulação de bens. [...]

[...]

Além disso, também o poder que a riqueza dá constitui um motivo para a acumulação. [...] O sucesso relativo, medido pela odiosa comparação pecuniária com outros, se torna o fim convencional da ação humana. O fim legítimo e normalmente aceito de todo esforço passa a ser a consecução de uma comparação favorável com outros homens; a repugnância pela futilidade em grande parte, portanto, coincide com o incentivo da emulação. Tal repugnância acentua a luta pela honorabilidade pecuniária, punindo com uma desaprovação mais incisiva todas as falhas e todos os sinais de falhas no tocante ao sucesso pecuniário. Esforço deliberado passa a significar, essencialmente, esforço dirigido para um resultado mais favorável relativamente à acumulação de riqueza. Entre os motivos que levam os homens a acumular riqueza, avulta, portanto, como o primeiro deles, tanto em intensidade como em amplitude, o motivo da emulação pecuniária.

Ao usar a expressão “invejosa”, é talvez desnecessário notar que nenhuma intenção existe de elogiar ou depreciar, nem de recomendar ou lastimar qualquer dos fenômenos por ela caracterizados. Usa-se aqui o termo num sentido técnico para descrever a comparação entre os indivíduos, classificando-os e estimando-os no tocante ao seu valor relativo num sentido estético ou moral; o termo é usado para designar os graus relativos de auto-satisfação, segundo os quais os homens podem legitimamente ser vistos por eles mesmos e por outros.

Uma comparação odiosa é o processo de estimativa das pessoas relativamente ao seu valor. (p. 18-20)

Cap. III³

Ócio conspícuo

O efeito imediato da luta pecuniária, que se acabou de descrever em suas linhas gerais, seria o de tornar os homens laboriosos e frugais, se não interviessem outras forças econômicas ou outros elementos do processo de emulação. Na verdade, é o que acontece em parte com as classes inferiores, cujo meio normal de adquirir bens é o trabalho produtivo. Isso é ainda mais verdadeiro quanto às classes trabalhadoras nas comunidades sedentárias do estágio agrícola, nas quais existe considerável subdivisão da propriedade e cujas leis e costumes garantem a tais classes uma parte mais ou menos definida do produto de seu trabalho. Essas classes inferiores não podem evitar o trabalho; assim sendo, o fato de trabalharem não parece muito vergonhoso, pelo menos entre essas próprias classes. Pelo contrário, sendo o trabalho o seu modo de vida reconhecido e aceito, os indivíduos se orgulham da eficiência no trabalho por ser essa a única maneira de emulação que lhes é permitida. Para os indivíduos aos quais é impossível adquirir bens e competir apenas no campo da eficiência produtiva e da poupança, a luta pela honorabilidade pecuniária resulta de certo modo num aumento de diligência e de parcimônia. Contudo, certos traços secundários do processo de emulação, de que não se tratou ainda, intervêm, circunscrevendo e modificando substancialmente a emulação, levando-a a outras direções, tanto entre as classes pecuniariamente inferiores como na classe superior.

Comporta-se diferentemente a classe pecuniária superior, que é a preocupação principal deste estudo. Também para ela não está ausente o incentivo para a diligência e a poupança; mas a sua ação é de tal modo modificada pelas exigências secundárias da emulação pecuniária, que toda tendência nessa direção é praticamente cancelada, tendendo a não ter qualquer efeito o incentivo para a diligência. A mais forte das exigências secundárias da emulação, que é igualmente a de mais amplo alcance, é o requisito de abstenção de qualquer trabalho produtivo. Isso é verdade principalmente no estágio bárbaro da cultura. Na cultura predatória, o trabalho se associa, nos hábitos de pensamento dos homens, à fraqueza e à sujeição a um senhor. Ele é, portanto, marca de inferioridade, sendo considerado indigno do homem em sua plena capacidade. Em virtude

³ VEBLEN, Thorstein. *op. cit.*

dessa tradição, sente-se o trabalho como humilhante; a tradição perdura ainda. Com o progresso da diferenciação social, ela adquiriu a força axiomática que lhe confere sua longa duração e sua incontestada vigência. (p. 21)

Cap. IV⁴

Consumo conspícuo

[...] Nenhuma classe da sociedade, nem mesmo a mais abjetamente pobre, abre mão da totalidade do consumo conspícuo costumeiro. Os últimos artigos dessa categoria de consumo não são por ela abandonados, exceto mediante os rigores da mais afritiva necessidade. Grande soma de esqualidez e privação será suportada antes que ela ponha de parte a última tetéia ou a derradeira pretensão à decência pecuniária. Não há classe nem país que tão abjetamente cedessem à pressão da necessidade física, a ponto de se recusarem todas as satisfações dessa necessidade mais alta ou espiritual.

[...]

Enquanto a comunidade ou o grupo social são bastante pequenos e bastante compactos para serem eficazmente atingidos apenas pela notoriedade comum, isto é, na medida em que o ambiente humano, ao qual o indivíduo é obrigado a se adaptar no tocante à boa reputação, se limita à esfera de seus conhecimentos pessoais e do falatório da vizinhança –, nessa medida, um método é quase tão eficaz quanto o outro. Ambos, pois, servirão igualmente bem durante os primeiros estágios de desenvolvimento social. Mas, quando a diferenciação aumenta e se toma necessário atingir um ambiente humano mais vasto, o consumo começa a superar o ócio como meio ordinário de decência. Isso é especialmente verdadeiro durante a última fase econômica pacífica. Nessa altura, os meios de comunicação e a mobilidade da população expõem o indivíduo à observação de muitas pessoas que não têm outros meios de julgar a sua boa reputação, exceto mediante a exibição de bens (e talvez de educação) que ele esteja apto a fazer enquanto estiver exposto à sua observação direta.

A moderna organização da indústria opera na mesma direção também por outra linha. As exigências do moderno sistema industrial freqüentemente justapõem os indivíduos e os estabelecimentos domésticos, entre os quais existe pouco contato que não esse de justaposição. Os vizinhos de uma pessoa, mecanicamente falando, muitas vezes não são seus vizinhos sociais, nem mesmo

⁴ VEBLEN, Thorstein. *op. cit.*

seus conhecidos: e todavia a sua boa opinião transitória possui um alto grau de utilidade. O único meio prático de impressionar esses observadores não simpatizantes da nossa vida cotidiana é a demonstração ininterrupta da nossa capacidade de pagar. Na comunidade moderna, há também uma freqüência mais assídua de grandes reuniões de gente que desconhece o nosso modo de vida, em lugares como a igreja, o teatro, o salão de baile, os hotéis, os parques, as lojas e semelhantes. A fim de impressionar esses observadores efêmeros, e a fim de manter a satisfação própria em face da observação deles, a marca da força pecuniária da pessoa deve ser gravada em caracteres que, mesmo correndo, se possa ler. É, portanto, evidente que a presente tendência do desenvolvimento vai na direção de aumentar, mais que o ócio, o consumo conspícuo.

[...]

O consumo se torna elemento muito mais importante no padrão de vida dos que vivem na cidade do que no padrão de vida dos que vivem no campo. Entre a população campesina, seu lugar é, em certa extensão, ocupado pela poupança e os confortos domésticos, conhecidos por intermédio das conversas da vizinhança o suficiente para servirem ao idêntico propósito geral de boa reputação pecuniária. Esses confortos caseiros e o ócio ao qual as pessoas se entregam – lá, onde o ócio é usual – são, naturalmente, em grande parte, classificados como artigos de consumo conspícuo, e quase o mesmo se pode dizer das poupanças. (p. 42-43)

A Escola Institucionalista Norte-Americana

14

Os princípios que podem ser considerados o programa da Escola Institucionalista Norte-americana foram apresentados no livro *Economic behavior (an institutional approach)*, elaborado por economistas da New York University, editado em 1939. Eles podem ser assim resumidos:

1. o comportamento deve ser o tema central da economia;
2. o comportamento econômico, além de racional, é determinado também pelos costumes, hábitos e tradições;
3. o objetivo principal da análise econômica é explicar como esses valores interferem na vida econômica;
4. como os valores que orientam a ação e o comportamento mudam, as generalizações da análise econômica devem ser relativas ao tempo e o lugar;
5. as situações de desequilíbrio são da natureza do sistema econômico, não constituindo uma anomalia;
6. o sistema econômico é constituído por grupos e agentes com interesses distintos. Eles se encontram em permanente disputa, visando concentrar poder para promover seus interesses em detrimento dos demais grupos ou agentes;
7. é objetivo da análise econômica descrever os conflitos e as lutas que os agentes travam pelo controle e pelo poder;
8. como a vida econômica dos Estados Unidos tornou-se inseparável do comportamento político e social; ela só pode ser compreendida adequadamente por uma abordagem integrada entre a economia, a política e a sociologia.

Coube a Thorstein Veblen o lançamento das bases da Escola Institucionalista Norte-Americana, e, entre os mais destacados representantes desse grupo, podemos identificar: Wesley Clair Michell e John Kenneth Galbraith.

14.1 Wesley Clair Mitchell (1874-1948)

O economista norte-americano Wesley C. Mitchell foi aluno de Veblen. Influenciado pelo mestre, considerava os móveis da ação humana fundamentais para o estudo da economia, além de reconhecer que a estrutura política e social, os hábitos, as tradições e os costumes podiam distorcer ou bloquear processos

econômicos de desenvolvimento. Também defendia que o estudo adequado da economia e da sociedade dependia de uma integração entre as várias disciplinas, entre as quais destacava a sociologia, a política, o direito e a estatística como instrumento auxiliar. Apesar de reconhecer a pertinência das principais idéias de Veblen, acreditava que muitas delas careciam de sustentação empírica consistente, o que não deixava de ser um paradoxo, já que Veblen era crítico sistemático dos neoclássicos, os quais acusava de criar modelos abstratos destituídos de evidências concretas. Do ponto de vista da suas ligações com Veblen, os estudos de Mitchell podem ser considerados um esforço de pesquisa de grande envergadura, visando comprovar algumas intuições do mestre com as quais compartilhava integralmente, em especial aquelas relativas à dinâmica dos ciclos econômicos.

Obeve seu doutorado na Universidade de Chicago, onde chegou a lecionar posteriormente. Também desenvolveu atividades de ensino e pesquisa nas universidades da Califórnia e Colúmbia, assim como na New School for Social Research. Foi membro fundador do National Bureau of Economic Research, criado em 1920 e dirigido por ele durante 25 anos, instituição que patrocinou inúmeros estudos quantitativos e deu grande impulso à aplicação da estatística na compreensão dos fenômenos econômicos.

Entre suas principais obras, destacam-se: *Business cycles*, de 1913; *Business cycles, the problem and its setting*, de 1927; *Measuring business cycles*, em co-autoria com A. F. Burns, 1946.

Numa perspectiva ampla, as contribuições de Mitchell para o pensamento econômico situam-se em dois planos fundamentais. Em primeiro lugar, ele pode ser considerado o economista que atendeu, como nenhum outro até então, a uma demanda muito reivindicada no decorrer do século XIX, de conciliar os enunciados teóricos às pesquisas quantitativas. Coube à Escola Institucionalista Norteamericana um esforço considerável no sentido de promover essa articulação e, entre seus integrantes, destacou-se o trabalho desenvolvido por Mitchell. Além disso, partindo da análise de Veblen sobre os ciclos econômicos, conduziu estudos quantitativos e estatísticos num grau de profundidade inédito que o tornou um dos principais especialistas sobre o tema. Esses estudos, além de atestarem a existência do fenômeno, apresentaram uma descrição precisa das etapas do ciclo, bem como dos efeitos que eles exerciam sobre o bem-estar social.

Nos “Ciclos Econômicos”, de 1913, Mitchell identifica como objetivo do estudo a exposição de idéias e dados que expliquem os motivos dos ciclos

regulares de prosperidade, crise, depressão e reativação das atividades presentes no mundo moderno. Em relação ao método, ele afirma que, dada a natureza do seu objeto de estudo, caracterizado por etapas que interagem umas com as outras, impõe-se uma “análise descritiva” das “mudanças cumulativas”, que levam a vida econômica a transitar de um estado para outro. Ele observa que a elaboração de uma teoria dos ciclos esbarra numa dificuldade, pois, apesar de periódicos, eles são determinados por “mudanças cumulativas”, provocadas por “acontecimentos únicos”, o que impede a criação de uma teoria de caráter generalizante. Apesar disso, ele considera que a identificação de séries uniformes no emaranhado dos dados econômicos seria útil para orientar as atividades industriais e a legislação. Argumenta que a elaboração de um conjunto amplo de séries econômicas permitiria observar se há algumas com alto grau de regularidade. Em caso afirmativo, ela poderia ser escolhida como um indicador confiável para a previsão dos movimentos imediatos à vida econômica. Além disso, elas também seriam utilizadas para organizar o conhecimento sobre as demais séries e ponto de partida para a elaboração de novas seqüências. Esses levantamentos também poderiam ser estudados visando estabelecer possíveis relações causais entre as séries, pouco evidentes no fluxo das transações econômicas e nos quadros estatísticos. Por fim, poder-se-ia testar se as irregularidades não seriam resultados de diferentes interações entre seqüências regulares.

Para o autor, o início do trabalho consistia em descobrir as séries que são comuns a cada uma das etapas dos ciclos econômicos. Ele avaliava, a princípio, que todas as variáveis da vida econômica deviam ser consideradas, com especial atenção àquelas que atendessem ao duplo critério de, em primeiro lugar, ajudar a compreender os fenômenos conhecidos dos ciclos econômicos e, em segundo, pelo potencial que apresentassem de organizar o pensamento e criar uma “ordem” no emaranhado de dados observados. Nesse sentido, o conjunto de séries a ser elaborado deveria reunir os dados que guardavam relação direta com o lucro e a falência das empresas, e estava dividido em três grupos. No primeiro, apareciam as séries de preços responsáveis pelas receitas e despesas; no segundo, as séries relativas ao volume de vendas e margem de lucro; no terceiro, as relativas ao fluxo de caixa e crédito.

Como o ciclo econômico é um processo contínuo, Mitchell argumenta que o ponto de partida da análise pode ser arbitrário. Depois de analisadas todas as

etapas e descritas as transições de um estado ao outro, pode-se voltar ao início para analisá-lo recorrendo ao mesmo método. Assim, o ponto de partida que ele escolhe para começar sua análise é o que se segue à depressão, quando a atividade começa a acelerar-se.

Seus levantamentos mostraram que a fase de acumulação da prosperidade parte das condições herdadas da depressão, situação na qual os preços se encontram-se num patamar baixo, as margens de lucro mantêm-se estreitas, o nível do crédito é baixo, as empresas não contratam financiamento e os estoques e o nível das compras se mantêm baixos. O primeiro sintoma da reativação se manifesta na expansão do volume físico das vendas, que logo repercute no aumento das transações comerciais. A reativação normalmente se inicia num setor e lentamente se propaga para os demais. As empresas começam a aumentar suas atividades, contratar mais trabalhadores, contrair financiamento e aumentar os lucros. As encomendas do comércio estimulam o setor atacadista, industrial e os fornecedores de matérias-primas, reativando as atividades produtivas e espalhando um sentimento de otimismo que se expressa na expansão acentuada das compras. A expansão do volume físico da produção passa a ser acompanhada de uma elevação dos preços, que se propaga rapidamente para todos os setores da economia, mas de forma defasada e com ritmo de evolução distinto em cada setor. Em alguns setores, os preços dos artigos de consumo elevam-se num ritmo mais acelerado do que os dos custos de produção, proporcionando lucros elevados e estimulando um sentimento de otimismo, que se traduz em novos investimentos e ampliação das encomendas de bens de produção e de contratos de construção, os quais, por sua vez, estimulam as transações comerciais e elevam os preços ainda mais.

À medida que a prosperidade se aproxima do ápice, criam-se as condições da crise. No interior do conjunto de “mudanças cumulativas” que contribuem para o aumento das tensões e desequilíbrios que desencadeiam a crise, destacam-se as que convergem para a elevação dos custos da atividade econômica. O primeiro sintoma desse problema manifesta-se quando as empresas precisam renovar os equipamentos, contratos de fornecimento, aluguéis, e contratar mão-de-obra no novo patamar de preços engendrado pela fase de prosperidade. À elevação desses custos diretos combina-se a elevação dos juros, pressionado pelo aumento da demanda de capital que, em geral, cresce muito mais rápido que a oferta de crédito. A elevação dos juros avança até o ponto em que começa a exercer uma pressão

sobre a taxa de lucros esperada e provocar reavaliações nas programações de investimentos e novos projetos de ampliação da capacidade instalada e construção de novas unidades de produção. A revisão desses objetivos repercute imediatamente nas encomendas das indústrias de máquinas e nas de infra-estrutura e sinaliza para a redução do nível de atividade desses setores num futuro próximo. Quanto mais prolongado e intenso é o ciclo de prosperidade, maiores são as tensões e os desequilíbrios acumulados pelo sistema. O ponto de inflexão ocorre quando o ritmo da elevação dos preços, sustentado pela prosperidade, começa a afetar o lucro de algumas empresas que não conseguem repassar os custos crescentes para os preços de seus produtos. Apesar de muitas empresas continuarem com elevados níveis de lucratividade, as dificuldades em alguns setores despertam um sinal de alerta no segmento de crédito, que começa a temer pela segurança dos empréstimos e financiamentos concedidos, provocando um abalo na confiança que impulsionou a expansão econômica até aquele ponto. Com o passar do tempo, há crescimento do número de empresas em dificuldades e um aumento da diferença dos níveis de lucratividade entre esse grupo e os demais, que ainda se beneficiam da expansão econômica. A desconfiança crescente dos investidores e dos bancos, em relação à remuneração dos investimentos e ao pagamento dos empréstimos, inibe um novo ciclo de captação de recursos e de renovação dos créditos, além de desencadear uma pressão pela execução dos débitos que se amplia numa propagação em cadeia. Esse movimento de liquidação dos créditos, acumulados durante o ciclo de prosperidade nos setores em dificuldades, inicia uma reversão das expectativas em relação à continuidade do crescimento de todo o sistema econômico, detendo o seu ritmo de expansão. Dessa forma, a crise vai se instaurando e propagando a partir das condições criadas pela fase de prosperidade, até que a envolve completamente.

A crise se instaura quando, paralelamente a esse processo de ajuste financeiro, ocorre uma mudança na natureza da atividade econômica, isto é, quando a redução dos índices quantitativos que medem a atividade econômica induz uma alteração nos objetivos dos empreendedores. Na fase de prosperidade, o objetivo da atividade empresarial é a realização do lucro e a valorização do capital. Quando as expectativas são revertidas e o ajuste financeiro se inicia, o objetivo passa a ser a sobrevivência da empresa. Mesmo que a maioria das empresas tenha condições de saudar seus compromissos, a concentração de todos os esforços administrativos nos problemas financeiros minimiza a atenção na

ampliação das vendas, que é o problema crucial nessa fase, potencializando a redução da atividade e a situação de fragilidade dos negócios. Desse ponto em diante, a situação pode evoluir em duas direções.

Na primeira, o crédito torna-se mais escasso, os juros sobem e o desemprego aumenta, mas as falências não se generalizam, não há corrida aos bancos e a atividade econômica não sofre ruptura. Na segunda, se o processo de ajuste financeiro atingir um setor excessivamente fragilizado ou uma grande corporação e desencadear falências, o sistema bancário será submetido a uma pressão aguda por crédito e por um movimento de saques de depósitos. Se os bancos não resistirem a esse ataque simultâneo, instaura-se o pânico. Há um movimento de enxugamento da liquidez, e os juros elevam-se vertiginosamente, tornando o crédito proibitivo, o que induz a novas falências. O governo é convocado a intervir para garantir a liquidez, ao mesmo tempo que a retração econômica reduz sua arrecadação. As falências ampliam o desemprego, os estoques caem, os preços despencam, os mercados se desorganizam e a atividade econômica se contrai acentuadamente.

Ao final do pânico, ingressa-se num período de **depressão**, caracterizado pela falência de inúmeras empresas, desemprego em grande escala, queda generalizada da demanda, dos investimentos e dos preços, os quais, também nessa fase, caem com velocidades diferentes em cada setor. Essa situação de dificuldades econômicas extremas dá origem a movimentos de reajustes que progressivamente contribuem para a reanimação das atividades produtivas.

Após dois ou três anos de queda dos preços, do valor das empresas, das ações, da eliminação dos estoques herdados do período de prosperidade, a demanda de bens de consumo corrente e o crescimento natural da população induzem a uma progressiva reativação das atividades. A retomada é feita em condições de maior eficiência, herdadas da fase de depressão. Quando as oportunidades de ampliação da produção se esgotam, por meio de compras das empresas velhas e/ou falidas e do maquinário disponível, o investimento industrial dá o primeiro sinal de reativação. Os níveis baixos dos juros estimulam os empresários a contratar crédito a longo prazo e a ampliar suas encomendas de matérias-primas e de bens de produção. A retomada é gradativa, até que ocorra alguma eventualidade que catalise as atividades e acelere a expansão. Caso contrário, a recuperação é lenta. O baixo endividamento, o baixo nível dos estoques, a eliminação ou a reestruturação das empresas e dos bancos que

apresentavam maior fragilidade lentamente restauram o otimismo e a confiança dos empresários, que não hesitam em realizar novos investimentos assim que os preços apresentam os primeiros sinais de elevação.

Depois da sua análise, Mitchell compara suas conclusões com as dos demais estudiosos dos ciclos econômicos, sempre destacando a impossibilidade de vincular a dinâmica do ciclo à influência de um único fator. Sua análise também demonstrou que os ciclos sofrem sensíveis variações na periodicidade, nas características e na intensidade das fases, fato que ele atribui às influências dos acontecimentos extra-econômicos no andamento das atividades. O autor também argumenta que seus estudos podiam contribuir para melhorar o controle social sobre a atividade econômica, por meio da democratização do conhecimento sobre essa esfera, o qual se encontrava dominado por poucos homens situados em posições estratégicas no mundo dos negócios. Tendo em vista esse objetivo, ele identifica os termômetros econômicos disponíveis aos homens comuns, chama atenção para a necessidade de aprimorar os que já existiam e sugere a criação de alguns índices e levantamentos estatísticos.

Mitchell conclui afirmando que a melhor forma de estudar os ciclos econômicos é analisá-los do ponto de vista da acumulação do capital, pois esse é o único ângulo que traduz com precisão os objetivos dos agentes atuantes na economia real. Numa crítica direta aos neoclássicos, afirma:

A atividade econômica moderna é animada e orientada diretamente pela busca do lucro e não pela busca da satisfação [...] os processos realmente responsáveis pelo surgimento da prosperidade, das crises e depressões, são os desempenhados pelos empresários no afã de fazer dinheiro. Os empresários recusam-se a complicar os seus problemas e tomam o dólar pelo que ele representa, e quem quer compreender o que eles estão fazendo terá de tratar sua atuação tal como ela é.¹

Se a maior parte das causas dos ciclos econômicos está submetida ao imperativo da acumulação do capital, as conseqüências mais importantes referem-se aos efeitos que eles produzem no bem-estar da comunidade. Entre esses efeitos destacam-se:

1. o volume físico da produção cresce mais nas fases de prosperidade e começa a cair nas etapas iniciais da depressão, mas a expansão e a contração da oferta são sempre mais acentuadas nos setores de bens de produção do que nos

¹ MITCHELL, Wesley. *Os ciclos econômicos e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Coleção Os economistas.

de bens de consumo não-duráveis. Isso significa que as variações na oferta dos produtos de consumo corrente, no período coberto pelo ciclo, são bem mais estáveis do que os indicadores apontam;

2. a distribuição da riqueza no interior da comunidade é sensivelmente afetada pelos efeitos dos ciclos no poder aquisitivo dos vários segmentos sociais. Os lucros contraem-se numa proporção muito maior que os salários, mas os efeitos dessa contração são muito diferentes entre os empresários e os assalariados, uma vez que, no primeiro caso, a queda da renda raramente ameaça a sobrevivência da família, enquanto, no segundo, o desemprego desencadeia efeitos devastadores sobre as famílias dos trabalhadores, levando a todo tipo de privações, angústias e desespero;
3. as oportunidades abertas no ciclo de prosperidade tornam os investidores mais vulneráveis a investimentos arriscados e proporcionam o surgimento de um grande número de empreendedores de competência duvidosa nos mais variados ramos de negócios, reduzindo o grau de eficiência do sistema, aumentando o desperdício e permitindo que algumas empresas sobrevivam, por breve período, com margens de lucro modestas;
4. na fase de crise e depressão, a execução das hipotecas e a venda das empresas em dificuldades por preços baixos favorecem a concentração do capital e o aumento das fortunas das empresas e dos investidores que conseguem atravessar a tormenta. Por outro lado, alianças e acordos formalizados no período de prosperidade tendem a se fragilizar ou ser destruídos;
5. com a generalização e o aprofundamento da depressão, multiplicam-se os planos e intensificam-se as ações, visando à redução dos custos e o aumento da eficiência, desde que não demandem novos investimentos. Todas as medidas ou aprimoramentos técnicos que melhoram a produtividade, mas dependam de aporte de recursos significativos, são adiados. É na fase de reativação do ciclo que as inovações elaboradas e prontas para aplicação são implementadas em grande escala;
6. do ponto de vista social, a fase de prosperidade impõe a todos um ritmo extenuante de trabalho e uma melhoria do conforto material, o que alimenta grandes esperanças e otimismo. Por outro lado, aumenta o desperdício, a extravagância e a obsessão por resultados econômicos cada vez melhores. A crise e a depressão intensificam as ansiedades, o desânimo e o pessimismo.

Os trabalhadores encontram, nessa fase, o maior sofrimento, com o aumento da exploração, das humilhações e do desemprego. Como aspectos positivos da crise, os investimentos tornam-se mais cautelosos, intensificam-se as medidas para conter o desperdício, reduzir os custos, inovar as técnicas e aumentar a eficiência.

Mitchell finaliza destacando como seu trabalho ilustra alguns postulados da Escola Institucionalista. Explica que, nas condições da economia monetária, os cidadãos estão submetidos a motivações conflitantes, de um lado, voltados aos objetivos individuais de fazer dinheiro, e, de outro, inclinados a promover o bem-estar da comunidade e do país. A economia monetária colocou essas motivações a seu serviço de várias formas, e algumas delas já foram explicitadas por outros estudiosos. De sua parte, o objetivo com pesquisa foi o de descrever em detalhes a maneira como as exigências técnicas de economia monetária sujeitam a atividade econômica a alterações contínuas de expansão e depressão.²

14.2 A nova sociedade capitalista de John Kenneth Galbraith (1908-2006)

Galbraith nasceu no Canadá, mas desenvolveu sua carreira de economista nos Estados Unidos. Seus primeiros estudos se concentraram em temas econômicos da agricultura, área na qual se especializou. Desempenhou inúmeras funções acadêmicas em importantes universidades norte-americanas, incluindo Harvard. Foi diretor da divisão de controle de preços criada nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. Depois do conflito, desempenhou funções em órgãos econômicos governamentais, produzindo análises sobre a economia japonesa e a alemã. Era ligado ao Partido Democrata, foi colaborador do governo Kennedy e embaixador dos Estados Unidos na Índia. Sua postura crítica em relação a algumas ilusões da sociedade norte-americana (a existência de uma economia baseada na livre concorrência) e ao controle exercido pelas grandes corporações monopolistas sobre o mercado e os meios de formação da opinião, seu talento para a polêmica e sua capacidade de apresentar temas complexos da economia de forma didática tornaram-no muito popular nos Estados Unidos. Galbraith faleceu em 2006, aos 98 anos.

² MITCHELL, Wesley, *op. cit.*

Entre suas obras, encontram-se: *A theory of price control*, de 1952; *The great crash, 1929*, de 1955; *The economics discipline*, de 1967; *The age of uncertainty*, de 1977; *A sociedade justa: uma perspectiva humana*, de 1996. As mais importantes são: *American capitalism: the concept of countervailing power*, de 1951; *The affluent society*, de 1959; *The new industrial State*, de 1967. Elas foram as responsáveis pela projeção do autor no debate público dos problemas econômicos nos Estados Unidos.

Na obra de 1951, *American capitalism: the concept of countervailing power*, Galbraith faz uma crítica da concepção neoclássica do mercado, empreende uma análise concreta da realidade econômica norte-americana, procura explicitar o papel desempenhado pelas grandes corporações e propõe formas de organização e ação para enfrentar o poder que os monopólios exercem no mercado nos Estados Unidos.

Na concepção neoclássica, as empresas e os consumidores são os dois agentes a partir dos quais o mercado das economias industriais modernas opera. Esses agentes instituem o mercado na medida em que desencadeiam ações racionais (portanto previsíveis), visando à realização de seus interesses particulares, isto é, as empresas buscando o lucro e os consumidores, a aquisição de produtos que atendam às suas necessidades segundo uma estratégia de maximização da utilidade. A interação dos agentes econômicos num ambiente de concorrência e liberdade permitiria às empresas identificar as variações da demanda, as quais seriam úteis para reiterar ou redefinir suas estratégias de ação e de investimentos, visando uma alocação ótima dos recursos que adequassem a oferta à demanda e a conseqüente preservação-restauração do equilíbrio do sistema econômico. Nesse modelo, quando o Estado promove alguma intervenção na economia e no mercado, ele interfere na livre interação entre os agentes, afasta o processo de alocação de recursos do seu nível ótimo e estimula fatores que alimentam o desequilíbrio do sistema econômico.

Para Galbraith, o mercado realmente existente nos Estados Unidos possuía características e operava de forma um pouco distinta daquela prevista pelo modelo neoclássico. Ele argumentava que, no caso dos Estados Unidos, o desenvolvimento econômico e a concorrência conduziram, do lado da produção, a um processo de incorporação das empresas menores pelas maiores, cujo resultado foi a formação, em inúmeros setores, de grandes corporações monopolistas, que exerciam um grande controle sobre os preços e até sobre a quantidade física da

produção (numa linha de análise próxima à apresentada por Veblen), e, do lado do consumo, ao surgimento de um mercado de produtos conspícuos, que era expressão do crescente nível de desigualdade que atingia o sistema econômico.

Diante dessa realidade, Galbraith argumentava que o poder econômico e político das grandes corporações monopolistas e os efeitos da crescente desigualdade deveriam ser enfrentados por um poder compensador. Esse poder consistia em formas de organização, como sociedades de defesa do consumidor, sindicatos, cooperativas, cujo principal objetivo seria exercer força e pressão contrária aos interesses das grandes corporações, procurando estabelecer limites à sua atuação e influência.

Em *The affluent society*, de 1959, Galbraith analisa o tipo de relação existente entre as esferas da produção e das trocas no momento da implantação da sociedade industrial, em fins do século XVIII e início do XIX, e aquele que existia em meados do século XX, quando a sociedade industrial se encontrava plenamente estabelecida.

Para o autor, o sistema industrial surgiu no interior de uma ordem econômica em que a necessidade impelia à produção, isto é, a demanda exercia uma grande pressão sobre a esfera produtiva, que se debatia entre a carência de recursos e as limitações técnicas. Tais relações se inverteram na moderna sociedade industrial, pois, nesse novo contexto, a imensa capacidade de produção libertou o homem das necessidades básicas e criou um mundo de abundância. Entretanto, esse novo mundo, no qual a riqueza poderia fluir em grande quantidade, não estava livre de restrições, elas continuariam a existir, apenas mudando de natureza. Nas condições atuais, as restrições resultariam dos interesses das grandes corporações monopolistas que controlam a oferta, o mercado e os preços, para garantir seus lucros, de tal forma que o imenso potencial de produção de riquezas existente na sociedade se volta para atender às necessidades de reprodução do capital dos setores monopolistas em detrimento das necessidades de um amplo espectro de consumidores. Galbraith sugere que esse paradoxo, no qual um sistema com grande potencialidade de produção de riqueza convive com o crescimento da desigualdade e da “pobreza pública”, poderia ser superado se os investimentos destinados à produção de artigos de luxo fossem redirecionados e transformados em investimentos públicos voltados para a promoção do bem-estar social.

Ele considerava o *The new industrial State* seu livro mais importante. Nesse trabalho, desenvolve três idéias principais. A primeira retoma a crítica aos

neoclássicos, negando que o modelo do livre mercado corresponda ao padrão ideal de eficiência econômica e que a intervenção do Estado seja prejudicial ao sistema. Ao contrário, ele alinha uma série de argumentos para demonstrar que os interesses corporativos e a atuação do Estado são convergentes na medida em que as políticas públicas de combate ao desemprego e os investimentos estatais mantêm a demanda “aquecida” e estimulam a produção. Além disso, o Estado teria papel decisivo na garantia de financiamento ao setor privado, naqueles setores nos quais o retorno do investimento tende a ocorrer em prazos muito longos, e na formação de mão-de-obra qualificada, por meio dos investimentos públicos realizados na esfera educacional. Por fim, o Estado também teria os relevantes papéis de mediador de preços e salários e de planejador, garantindo uma certa previsibilidade e racionalidade ao desenvolvimento econômico.

A segunda tese diz respeito aos efeitos que o desenvolvimento econômico e o colapso do livre mercado provocaram nas relações entre a propriedade e o comando das empresas. Ele argumenta que essas mudanças alteraram profundamente as relações de poder no interior das empresas e da sociedade. Com o crescimento do campo de atuação das corporações, das dimensões do mercado, da complexidade dos processos de produção e de gestão e das tarefas de planejamento, os proprietários viram-se obrigados a delegar, a um conjunto cada vez maior de técnicos e especialistas, as tarefas de administração dos negócios. À medida que esse “corpo técnico” se constituiu, ele se tornou o foco de convergência de um grande volume de informações necessárias para o processo de tomada de decisões estratégicas das corporações, que nem sempre estavam ao alcance dos proprietários em toda a sua extensão e complexidade. Essa posição estratégica da tecnocracia na hierarquia das empresas conferiu-lhe imenso poder, praticamente separando a propriedade e o comando das empresas, circunstância que combina perfeitamente com o modelo de gestão das S/A. Nas empresas em que a tecnocracia “assumiu o poder”, ocorreu um deslocamento nos objetivos dos negócios corporativos. Segundo o autor, ao objetivo primitivo de busca do lucro, que é a meta central do proprietário com o negócio, a tecnocracia agrega um conjunto mais amplo de objetivos interligados, que altera profundamente a atuação da empresa e o papel que ela desempenha na sociedade. Entre os novos objetivos determinados pela tecnocracia estariam aqueles relacionados à preservação do seu poder na hierarquia, um crescimento menor mas permanente, que preserve um nível de ganho que remunere os

investidores mas garanta investimentos expressivos em tecnologia de ponta que assegurem a posição da corporação na vanguarda.

A terceira idéia afirma que essas transformações repercutem profundamente na sociedade, à medida que o papel central desempenhado pela tecnologia leva a uma redução do contingente operário e enfraquecimento dos seus organismos de representação. Por outro lado, a preocupação dos gestores em manter o desempenho da empresa tenderia a torná-los mais flexíveis nas negociações com os trabalhadores para evitar paralisações, por exemplo. Essa nova orientação teria o efeito de mudar a atitude dos trabalhadores, pois eles passariam a associar a melhoria nas suas condições de vida ao desenvolvimento de uma carreira na empresa, fortalecendo a identidade com a corporação, enfraquecendo os laços com suas associações de classe e diminuindo sua expressão política na sociedade.

Galbraith concluiu que o advento dessa nova ordem corporativa criou um sistema econômico com o potencial de libertar o homem do reino da necessidade e atenuou os conflitos sociais. O problema que o autor aponta é que os objetivos determinados pela tecnocracia, para o bem das corporações, têm subordinado freqüentemente os objetivos relacionados à promoção do bem-estar social, e prova disso são a intensificação da corrida armamentista, as ameaças ambientais e o crescimento da pobreza. Além disso, a necessidade de manter um estímulo sistemático ao consumo faz com que as corporações exerçam um controle rigoroso sobre o mercado e os meios de comunicação, visando orientar as escolhas dos consumidores e restringindo a liberdade. Desse ponto de vista, seria necessário admitir que haveria mais convergência do que se supõe entre o sistema corporativo ocidental e o regime soviético, na medida em que, nos dois casos, o poder estaria nas mãos de uma tecnocracia (privada, no Ocidente, e partidária, no sistema soviético), os conflitos sociais seriam atenuados e a liberdade, ameaçada. Por fim, restaria a constatação de que o desenvolvimento econômico logrado pelo capitalismo e pelo regime soviético não foi capaz de consolidar a democracia política nem de submeter a produção às necessidades sociais.³

Entre as principais contribuições da Escola Institucionalista, podemos destacar o avanço que ela proporcionou em todos os campos relacionados à economia

³ GALBRAITH, John Kenneth. *O novo Estado industrial*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Coleção Os economistas.

aplicada. No que se refere às suas fragilidades, o principal aspecto diz respeito à fragmentação que caracterizou as suas descrições, apesar dos reiterados compromissos de que as análises deveriam ser abrangentes e proporcionar uma compreensão integrada e coesa da vida econômica. As abordagens dessa escola nunca conseguiram desdobrar uma teoria que apresentasse o funcionamento do mecanismo geral da vida econômica. Esse **relativismo** e o predomínio do **método indutivo** produziam estudos muito circunscritos às determinações de tempo e lugar, fornecendo inúmeros argumentos aos seus críticos, pois, destituído do atributo de universalidade, como esse conhecimento poderia almejar o estatuto de ciência?

Questões

1. Comente sobre o sentido ou a tônica dos princípios da Escola Institucionalista Norte-Americana.
2. Quais os principais motivos do ciclo econômico na interpretação de Mitchell?
3. Para Galbraith, qual o impacto do surgimento das corporações monopolistas na sociedade capitalista?
4. Quais os obstáculos para a promoção do bem-estar social?
5. Quais as mudanças que ocorreram nas empresas após a ascensão da tecnocracia?

Referências

- GALBRAITH, John Kenneth. *O novo Estado industrial*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Coleção Os economistas.
- HUGON, Paul. *História das doutrinas econômicas*. São Paulo: Atlas, 1959.
- MITCHELL, Wesley. *Os ciclos econômicos e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Coleção Os economistas.
- ROLL, Eric. *História das doutrinas econômicas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.
- SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia do século XXI*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.

Sites

<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/EcWCMitc.html>

<http://cepa.newschool.edu/het/profiles/galbraith.htm>

<http://www.blupete.com/Literature/Biographies/Philosophy/Galbraith.htm>

Escola Institucionalista Americana



Introdução¹

O objetivo deste livro terá sido alcançado se concorrer para a compreensão da sociedade na qual vivemos. Qualquer que seja o método de análise social, esta é a finalidade de todos os estudiosos: trate-se de economistas, de especialistas da ciência política, de sociólogos ou antropólogos; ocupem-se eles com a mera coleta de dados reais, possuam pontos de vista muito diversos, ou partam as suas explanações de premissas divergentes e contraditórias – a compreensão da sociedade constitui a meta por todos visada.

O comportamento econômico representa apenas uma parte da totalidade do comportamento dos seres humanos; ainda assim, não cabe todo ele nos limites de tempo e espaço de um só livro ou de um único estudo. Da totalidade do comportamento devemos selecionar quanto nos pareça mais digno de ser descrito, certas coisas indispensáveis à compreensão da sociedade na qual vivemos. Por conseguinte, procura este livro descrever o comportamento de vários grupos – o de homens de negócio, o dos agricultores, o dos consumidores, o dos trabalhadores. Procura levar o leitor ao mercado a fim de observar o mecanismo dos preços. Pretende possibilitar a compreensão de como a atividade econômica é controlada, tanto por normas não escritas quanto pelas escritas (leis), e indicar a parte representada pelo governo no processo econômico.

Uma característica predominante do comportamento econômico é estar, atualmente, em transformação. Aliás, isto foi verdade em todos os tempos. Mas, no mundo de hoje, o mundo de após-guerra, o ritmo de transformação é acelerado. Os costumes sociais, políticos e econômicos estão em uma fase de transição. As práticas econômicas e políticas, respeitadas pela tradição, vão sendo alteradas aqui, acolá, em toda a parte, por assim dizer.

Nessas circunstâncias, secundária se vai tornando a importância dos princípios orientadores das escolhas individuais, como fios que levam à compreensão do sentido da transformação social. E, uma vez que os usos e costumes é que estão se

¹ ATKIN, Wiard E. et al. “Economic behaviour: an institutional approach”. Houghton Mifflin Co., Nova York, s/d. In: HUGON, Paul. *Economistas célebres*. São Paulo: Atlas, 1955.

transformando, o importante é reconhecer a natureza social do comportamento e compreender o papel dos usos e costumes.

Ao procurar compreender a natureza social do comportamento, verificamos que o assunto em questão – comportamento econômico – vai, de modo inevitável, transpor os limites convencionalmente traçados entre as ciências econômica e social. O comportamento econômico pode impor-se, a um tempo, como conduta política e, também, como determinada forma de conduta social. E isso por ser comportamento social; e, pois, por limitado que seja o tratamento dos dados econômicos, impossível será, se se pretende chegar à sua compreensão, isolá-lo do tempo, dos indivíduos e da cultura em que ocorre a conduta.

Devemos, portanto, observar, de início, a natureza social do comportamento econômico, a ver como e por que o comportamento humano é produto do meio social no qual surge. Verificaremos não constituir a busca de meios de subsistência uma atividade de indivíduos isolados, exercendo-se no vácuo social, e calculando em termos de frio raciocínio os lucros e perdas; mas, ao contrário, agirem sempre os indivíduos como membros de uma dada sociedade, cujos costumes, crenças e tradições orientam seus modos de pensar, criam-lhes incentivos e governam-lhes as ações. As necessidades humanas são, por conseguinte, necessidades sociais; a tecnologia, o reflexo das artes sociais; e a organização mercantil da sociedade, um padrão, mais ou menos íntegro, de processos e práticas costumeiros.

A natureza do comportamento econômico²

O principal interesse deste livro é descrever e interpretar o comportamento dos seres humanos que buscam um meio de vida em uma economia mercantil, particularmente na economia dos Estados Unidos.

Todas as formas de vida, trate-se de plantas, animais ou de seres humanos, defrontam-se com uma luta econômica. O comportamento econômico dos seres humanos apresenta, todavia, as suas características peculiares. O que distingue o comportamento dos seres humanos do das plantas e animais? Os processos e expedientes humanos, para a obtenção de meios de subsistência, resultarão de uma escolha racional? Terá sido o comportamento econômico dos seres humanos sempre o mesmo, por toda parte e em todos os tempos? Terão todos os povos a mesma idéia sobre o que sejam “meios de subsistência”? Existirá, apenas, um único meio para se organizarem os interesses econômicos da humanidade, um único conjunto de princípios controladores dos esforços humanos e um único tipo de

² ATKIN, Wiard et al., *op. cit.*

incentivo que os determine? Aí estão algumas das questões ventiladas nos dois primeiros capítulos, dedicados à sua possível solução.

Os problemas da economia em geral³

A premência da necessidade, a resistência oposta pelo meio exterior à sua satisfação – eis o que constitui a base primária da luta econômica. No caso das plantas, a desproporção entre as exigências vitais dos organismos e os elementos materiais, disponíveis no meio, para satisfação dessas exigências, desencadeia entre as espécies, e entre os indivíduos dentro das espécies, uma luta encarniçada por sobreviverem. No caso dos animais, o comportamento exigido para sua adaptação é mais complexo. Em certas circunstâncias, há esforço orientado para a obtenção de alimento ou abrigo, esforço esse ao qual se poderá denominar “labor” ou “trabalho”. No caso dos animais sociais, existe um padrão de comportamento ainda mais complexo, segundo o qual os esforços dos indivíduos são ordenados como parte integrante da organização de trabalho do grupo ou da comunidade.

Concebendo-se as relações econômicas de maneira abstrata, pode-se imaginar a atividade econômica dos seres humanos em termos semelhantes aos das plantas e animais. Estreitas são as limitações físicas a que estão subordinados os seres humanos para poder sobreviver. Por insignificante que seja o grau de deficiência do oxigênio no ar respirado, grande será o desconforto causado. A água deve existir à disposição em intervalos freqüentes. Deve haver a regular ingestão de alimentos, os quais se incluirão todos, necessariamente, em uma pequena classe de matérias orgânicas e minerais. O organismo humano é também extremamente sensível ao calor e ao frio, só podendo sobreviver dentro de estreitos limites da escala termométrica. [...]

A natureza do planejamento industrial⁴

5. Evidenciam-se dessa análise dois pontos de certo interesse. Primeiro, é claro que o planejamento industrial está francamente ligado ao tamanho. A grande organização pode tolerar a incerteza do mercado, o que não se dá com uma firma menor. Pode escapar dele por meio de contratos, o que a firma menor não pode fazer. A integração vertical, o controle dos preços e da demanda do consumidor e a absorção recíproca da incerteza do mercado, por meio de contratos de longo

³ ATKIN, Wiard et al., *op. cit.*

⁴ GALBRAITH, John Kenneth. *O novo Estado industrial*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Coleção Os economistas.

prazo entre as firmas, tudo isso favorece a grande empresa. E, conquanto as firmas menores possam apelar ao Estado para que fixe preços e garanta a demanda, tal garantia é também dada pelo Estado à grande firma industrial, quando mais necessária. Essas circunstâncias – tecnologia de precisão, grandes investimentos de tempo e capital – tomam razoavelmente certo que a maior parte das obras do governo será feita por grandes organizações.

[...]

A segunda conclusão é que o inimigo do mercado não é a ideologia e, sim, o engenheiro. Na União Soviética e nas economias do tipo soviético, os preços são francamente dirigidos pelo Estado. A produção não responde à demanda do mercado, mas é determinada pelo planejamento global. Nas economias ocidentais, os mercados são dominados pelas grandes firmas. Estas estabelecem os preços e procuram garantir uma demanda para o que têm para vender. Assim, os inimigos do mercado são bem visíveis, embora, em questões sociais, raramente tenha havido um tal caso de erro de identidade. Eles não são socialistas. Nos dois casos, os inimigos são a tecnologia adiantada, a especialização e a organização de homens e processos que ela requer, e o resultante investimento de tempo e capital. Eles é que fazem o mercado funcionar mal quando se necessita de maior segurança – quando o planejamento é fundamental. A grande empresa moderna do Ocidente e o atual aparelho do planejamento socialista são acomodações variantes da mesma necessidade. É permitido a todo homem livre detestar essa acomodação. Mas ele tem de dirigir seu ataque à causa. Não deve pedir que aviões a jato, usinas de energia nuclear ou mesmo os automóveis modernos, no volume atual, sejam produzidos por firmas sujeitas a preços indeterminados e à demanda não dirigida. Ele deve pedir, como se afirmou, que não sejam produzidos. (p. 36-37)

A tecnoestrutura⁵

7. No passado, a liderança na empresa identificava-se com o empresário – o indivíduo que unia a propriedade ou o controle do capital com a capacidade de organizar os outros fatores de produção e, na maioria dos contextos, com a capacidade de fazer inovações. Com o advento da sociedade anônima moderna, o surgimento da organização exigida pela tecnologia e pelo planejamento modernos e a separação entre o dono do capital e o controle da empresa, o empresário não mais existe como pessoa individual na empresa industrial amadu-

⁵ GALBRAITH, John Kenneth, *op. cit.*

recida. Conversações cotidianas, exceto nos manuais de economia, reconhecem essa alteração. Elas substituem o empresário, como força direcional da empresa, pela administração. Esta é uma entidade coletiva e imperfeitamente definida; nas grandes companhias, abrange o presidente da diretoria, o presidente da empresa, os vice-presidentes com importantes equipes ou responsabilidade departamental, os ocupantes de outros cargos relevantes e, talvez, chefes de divisões ou de departamentos não incluídos acima. Inclui, porém, somente pequena proporção dos que, como participantes, contribuem com as informações para as decisões de grupo. Este último grupo é muito grande; estende-se desde os funcionários mais graduados da organização até encontrar-se, no perímetro externo, com os escriturários e operários, cuja função é ajustar-se mais ou menos mecanicamente às ordens ou à rotina. Abrange todos os que trazem conhecimentos especializados, talento ou experiência às tomadas de decisão de grupo. Este, e não o restrito grupo de diretores, é a inteligência orientadora – o cérebro – da empresa. Não há um nome para todos os que participam da tomada de decisão de grupo ou para a organização que eles formam. Proponho dar a essa organização o nome de Tecnoestrutura. (p. 64)

Cap. VII⁶

A sociedade anônima

Poucos assuntos de estudo sério têm sido mais improdutivos que o estudo sobre a grande sociedade anônima moderna. As razões são muito claras. Uma vívida imagem do que deveria existir age como um substituto da realidade. Perseguir essa imagem, portanto, impede de perseguir a realidade.

Para os fins de pesquisa erudita, a sociedade anônima possui uma imagem legal nítida. Seu propósito é fazer negócios como o faria um indivíduo, mas acrescido da capacidade de reunir e usar o capital de várias ou muitas pessoas. Conseqüentemente, ela pode empreender tarefas que estão além do alcance de qualquer pessoa sozinha. E protege aqueles que fornecem o capital, limitando-lhes a responsabilidade na proporção do investimento original, garantindo-lhes um voto nos assuntos importantes da empresa, definindo os poderes e a responsabilidade de diretores e funcionários e dando-lhes acesso aos tribunais para a reparação de danos. À parte essa capacidade de mobilizar capital e sua menor ligação com a vida ativa de qualquer indivíduo, não se considera que a sociedade anônima difira funcionalmente da firma individual ou da sociedade limitada. Sua finalidade, como a deles, é realizar negócios em termos eqüitativos com outras firmas e ganhar dinheiro para seus donos.

⁶ GALBRAITH, John Kenneth, *op. cit.*

Essas sociedades existem e em grande número, mas nos surpreenderíamos se o interesse natural do estudioso de economia estivesse na firma local de pavimentação ou na oficina de consertos de carroçarias. Será que não está na General Motors, Exxon, IBM e General Electric?

Essas firmas, entretanto, afastam-se nitidamente da imagem legal. Em nenhuma delas o capital reunido pelos primeiros investidores é apreciável; em qualquer delas, ele poderá ser pago por umas poucas horas ou dias de ganhos. Em nenhuma delas o acionista individual finge ter poder. Em todos os quatro casos, a sociedade anônima exerce muito mais influência sobre os mercados onde compra materiais, componentes e mão-de-obra e nos quais vende seus produtos acabados, do que comumente se imagina ser o caso da firma de um só dono. (p. 65)

O futuro do sistema de planejamento⁷

[...]

O sistema de planejamento não tem capacidade inerente para regular a demanda total – para garantir uma oferta de poder aquisitivo suficiente para adquirir aquilo que ele, sistema, produz. Nisso, ele confia, portanto, no Estado. No pleno emprego, não há mecanismo para manter estáveis os preços e salários. Essa estabilização também é (ou será um dia) função do Estado. Os sistemas do tipo soviético também fazem um cálculo cuidadoso da renda que está sendo fornecida em relação ao valor dos bens disponíveis para compra. A estabilização de salários e preços em geral é, certamente, consequência natural da fixação de índices individuais de preços e salários.

Finalmente, o sistema de planejamento tem que se apoiar no Estado no tocante à mão-de-obra treinada e instruída, agora o fator decisivo da produção. O mesmo se dá também com o industrialismo socialista. O vôo do primeiro Sputnik precipitou nos Estados Unidos uma grande preocupação de época pelas condições do ensino científico e técnico. Muitos, que antes não se dispunham a encontrar virtude alguma no socialismo, alegaram que o sistema soviético, com sua mais alta prioridade para as funções do Estado, entre as quais a educação figura com proeminência, teve uma vantagem natural nesse sentido.

Assim, a convergência entre os dois sistemas de planejamento ostensivamente diferentes ocorre em todos os pontos fundamentais, o que é uma coisa sobremodo afortunada. Com o tempo, e talvez em menos tempo do que se pode imaginar, li-

⁷ GALBRAITH, John Kenneth, *op. cit.*

quidará com a idéia de um inevitável conflito baseado em diferenças inconciliáveis. Não se concordará logo com isso. Marx não previu a convergência, e, segundo a interpretação apropriada, atribuiu-se-lhe um poder notável e até mesmo sobrenatural de prever tudo. Aqueles, do outro lado, que falam do abismo intransponível que divide o mundo livre do mundo comunista e a livre iniciativa do comunismo, estão protegidos por uma crença igualmente eclesiástica de que, qualquer que possa ser a evolução da livre iniciativa, não pode jamais vir a assemelhar-se ao socialismo. Essas posições, porém, devem sobreviver à evidência apenas certo tempo. Somente o ideólogo mais comprometido ou o propagandista mais fervoroso pode resistir firmemente à impressão de que um crescente número de pessoas os consideram antiquados. A vaidade é uma grande força da modernização intelectual.

Reconhecer que os sistemas de planejamento são convergentes em seu desenvolvimento contribuirá – imagina-se – para se chegar a um acordo quanto aos perigos comuns da competição armamentista, terminando com ela ou deslocando-a para áreas mais benignas. Talvez nada lance mais luz sobre o futuro do sistema de planejamento do que isso, pois implica, em contraste com as imagens atuais, que, juntamente com o sistema de mercado e as instituições públicas a ele associadas, poderá haver um futuro.

3. Dada a profunda dependência do sistema de planejamento para com o Estado e a natureza de sua relação motivacional com este, isto é, sua identificação com os objetivos públicos e a adaptação destes às suas necessidades, o sistema não será muito tempo considerado como algo à parte do governo. Antes, será cada vez mais encarado como parte de um complexo muito maior, que abrange o próprio sistema de planejamento e o Estado. A iniciativa privada antigamente era assim caracterizada porque se subordinava ao mercado, e aqueles no comando obtinham seu poder pela posse da propriedade privada. A companhia moderna já não está subordinada ao mercado; aqueles que a dirigem já não dependem da posse de propriedade para exercer sua autoridade. Devem ter autonomia dentro de uma estrutura de objetivos. Isso, porém, lhes permite trabalhar facilmente em associação com a burocracia e, na verdade, fazer para ela tarefas que ela não possa fazer ou não saiba fazer tão bem por si mesma. [...] (p. 282-283)

15.1 O pensamento original de Keynes: uma revolução no século XX

John Maynard Keynes (1883-1946) estudou em Cambridge e teve como professores os economistas Marshall e Pigou, logo se tornando professor daquela renomada universidade. Em 1911, Keynes foi nomeado redator do *Economic Journal*. Em 1913, tornou-se secretário e redator da Sociedade Real de Economia e, em 1915, atuou como servidor público. Em 1919, representou o Tesouro britânico na Conferência de Paz. Já em 1944, Keynes representou a Inglaterra na Conferência Monetária de Bretton Woods, que deu origem ao Fundo Monetário Internacional (FMI). “Na ocasião, propôs o abandono do padrão-ouro e a estabilização internacional da moeda. Em 1946, Keynes tornou-se presidente do FMI, mas o apego dos Estados Unidos ao padrão-ouro tornou impraticáveis as medidas por ele preconizadas.”¹

Keynes foi membro do chamado “Grupo de Boomsbury”, do qual fazia parte um seleto conjunto de intelectuais, artistas e escritores do quilate de Virginia Woolf, Clive Bell, Leonard Woolf, entre outros. O mais interessante aspecto do grupo talvez se baseie na assertiva intelectual subjacente da necessidade de manter o curso ou a própria existência de um mundo civilizado, com, e apesar do capitalismo.

A importância, a contundência e a repercussão imediata da obra *Teoria geral do emprego* de Keynes, no século XX, só encontram paralelos em comparação com as obras fundamentais de Smith e Marx. Segundo Dillard, um estudioso das idéias de Keynes,

[...] do mesmo modo que *A riqueza das nações*, de Adam Smith, no século XVIII, e *O capital* de Marx, no século XIX, a *Teoria geral* de Keynes tornou-se o centro da polêmica entre os escritores, quer profissionais ou não profissionais. O livro de Smith é um vibrante repto ao mercantilismo; o de Marx, uma crítica demolidora do capitalismo, e o livro de Keynes é um repúdio dos fundamentos do *laissez-faire*.²

¹ SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 224.

² DILLARD, Dudley. *A teoria econômica de John Maynard Keynes*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982, p. 3.

O final do século XIX e o início do XX foram incontestavelmente um período de hegemonia absoluta do pensamento econômico neoclássico, cujo eixo era a crença de que, deixado por sua própria conta, ou seja, sem nenhuma interferência, o mercado seria capaz de promover um equilíbrio estável e duradouro. Tal crença baseava-se na tese segundo a qual interferências, principalmente advindas de regulações do Estado ou de interferências relacionadas às pressões sindicais por aumento nos salários, seriam funestas por interferir na “mão invisível”, capaz de promover o equilíbrio de pleno emprego. Foi um longo período de hegemonia do *laissez-faire*, da Lei de Say, enfim, de crença na existência de um mercado capaz de se auto-regular.

A realidade objetiva, no caso a acumulação de capital e a própria prosperidade do capitalismo, não tardou a questionar o credo neoclássico. Na verdade, nenhum economista, empresário ou intelectual da época, poderia calcular as dimensões que veio a assumir a crise que teve início no final da década de 1920. Assim, a crise de 1929 desencadeou também uma crise da hegemonia da Escola Neoclássica.

Um elemento do credo neoclássico de então era a tese segundo a qual o desemprego, via de regra, era voluntário, ou seja, os trabalhadores, ao interferirem no livre jogo das forças de mercado com seus sindicatos, greves e reivindicações salariais, provocariam o aumento do desemprego quando não aceitavam o salário de mercado. Caso aceitassem, seriam todos empregados, na medida em que os salários estariam de acordo com as forças de oferta e demanda por mão-de-obra. A história demonstra que os trabalhadores aceitassem qualquer nível de salário no afã de prover seu sustento e o de sua família, entretanto o desemprego só fazia aumentar. Com essa e outras idéias fundamentais, a “revolução” keynesiana alargou as fronteiras do pensamento econômico, por exemplo, com a tese de que o equilíbrio poderia se dar abaixo do pleno emprego, ou seja, que poderia haver desemprego involuntário, o que colocou em cheque um dos pilares do pensamento hegemônico antes da publicação, em 1936, da obra mais importante de Keynes, a *Teoria geral*.

Em estudo muito interessante sobre a trajetória intelectual de Keynes, do professor Ferrari Filho, concluiu apropriadamente que o projeto de Keynes na *Teoria geral* “consiste em, por um lado, mostrar a lógica de uma economia monetária, negando, assim, o princípio de mercados auto-equilibrantes e auto-

regulados, e, por outro, propor medidas econômicas que evitem as flutuações cíclicas dos níveis de produto e de emprego”.³

A principal preocupação de Keynes era explicar qual o determinante do emprego. Nesse sentido, busca demonstrar que a situação normal do capitalismo do *laissez-faire*⁴ em seu estágio atual de desenvolvimento é uma situação flutuante da atividade econômica que pode percorrer toda a gama que vai do pleno emprego até o desemprego amplo.

A teoria de Keynes é uma contundente crítica a alguns postulados dos fundamentos da Escola Neoclássica (Pigou, Marshall e outros a denominam como clássica), no que tange à visão microeconômica, ligada a um olhar baseado nas relações entre compradores e vendedores individuais. Sua crítica vai além e ataca alguns pilares centrais das teorias hedonistas, que, segundo Paul Hugon (1959), individualizaram ainda mais os problemas econômicos. Para Hugon, “trata-se, para Keynes, de combater e ultrapassar esse ponto de vista microeconômico, para considerar o problema em termos mais gerais de ‘rendimentos globais’, ‘procura global’, ‘emprego global’, ou seja, raciocinar com base em dados de conjunto”.⁵

Keynes entende que o emprego depende da demanda efetiva e ela está relacionada ao volume de investimento e ao poder de compra ou consumo efetivamente existente. No entanto, os investimentos em novas fábricas e novos empreendimentos, isto é, em formação bruta de capital fixo, só se darão se as expectativas de lucros dos empresários excederem o prêmio pago pelo dinheiro emprestado, isto é, a taxa de juros. Ocorre que,

[...] quando o preço a pagar pelo dinheiro se eleva, muitos tipos de negócios novos, que se poderiam empreender a taxas de juros mais baixas, não serão realizados. Por conseguinte, um aumento das taxas de juros tende a reduzir a procura efetiva e, em tempos normais, a ocasionar desemprego.⁶

Os proprietários de riquezas tenderão a evitar o quanto possível os riscos e poderão optar por acumular riquezas na forma de dinheiro, obtendo, assim, a taxa de juros.

³ FERRARI FILHO, F. “As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes”. *Revista Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, 10 (2), 14, mai.-ago./2006.

⁴ KEYNES, John M. *The end of laissez-faire*. Londres: Hogarth, 1926.

⁵ HUGON, Paul. *História das doutrinas econômicas*. São Paulo: Atlas, 1982, p. 485.

⁶ DILLARD, Dudley, *op. cit.*, p. 8.

Os juros são a recompensa para se abandonar o controle da riqueza em sua forma líquida. A taxa de juros depende da intensidade do desejo de entesourar, ou do que Keynes chama **preferência pela liquidez**, para fins especulativos. Quanto maior for a preferência pela liquidez, mais elevada será a taxa de juros a ser paga.⁷

Segundo a *Teoria geral*, o nível de emprego de equilíbrio “depende da função da oferta agregada, da propensão a consumir e do montante de investimento. Essa é a essência da *Teoria geral do emprego*”.⁸ Há um problema fundamental a ser equacionado: quando o emprego aumenta, a demanda efetiva também aumenta, mas em menor proporção do que o aumento do nível de emprego. Há, então, a formação de um hiato entre a oferta agregada e a demanda agregada que se torna crescente.

[...] Conseqüentemente, quando a propensão a consumir não varia, o emprego não pode aumentar, a não ser que isso aconteça ao mesmo tempo que D2 [novos investimentos] cresça, de modo que preencha a crescente lacuna entre Z [preço da oferta agregada] e D1 [gasto em consumo].⁹

É preciso ter em mente que o conceito de propensão a consumir é “a relação entre a renda de uma comunidade e o que se pode esperar que ela gaste em consumo” e “dependerá das características psicológicas da comunidade”.¹⁰ Supondo, como o faz Keynes, “que a função da oferta agregada seja dada, a tese de sua *Teoria geral* é que o emprego é determinado pela procura agregada, a qual, por sua vez, depende da propensão a consumir e da quantidade de investimento num momento dado”.¹¹

Os investimentos dependerão da taxa de juros do momento e da eficiência marginal do capital, que, segundo Keynes, é o lucro esperado. Nesse sentido, pode-se inferir que haverá aumento dos investimentos quando a eficiência marginal do capital for maior do que a taxa de juros. Já a taxa de juros, o outro fator que determina o volume do investimento, depende de dois fatores: a) a situação da preferência à liquidez; e b) a quantidade de dinheiro. A primeira é o aspecto da procura e a segunda, o aspecto da oferta do preço do dinheiro, isto é, da taxa dos juros. A preferência à liquidez diz respeito ao desejo das pessoas de conservar alguns de

⁷ DILLARD, Dudley, *op. cit.*, p. 7.

⁸ KEYNES, John M. *A teoria do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982, p. 41.

⁹ Id., p. 41.

¹⁰ Id., p. 40.

¹¹ DILLARD, Dudley, *op. cit.*, p. 33.

seus bens de capital em forma de dinheiro.¹² Quando diminui a preferência pela liquidez por especulação, a taxa de juros tende a cair e vice-versa.

Em suma, os níveis de renda e emprego dependem do investimento. O investimento, por sua vez, depende da relação entre os juros e a eficiência marginal do capital. Os juros são determinados pela oferta e demanda de moeda e pela preferência pela liquidez; a eficiência marginal do capital, por sua vez, é determinada pela relação entre a expectativa de lucros e os custos de reposição dos bens de capital.

Segundo Keynes, flutuações de demanda efetiva e no nível de emprego ocorrem porque, em um mundo no qual o futuro é incerto e desconhecido, os indivíduos preferem reter moeda, e, por conseguinte, suas decisões de gastos, seja de consumo, seja de investimento, são postergadas.

Nesse contexto de incertezas, o papel do governo é essencial para a determinação da demanda agregada e, portanto, do nível de emprego. Se o governo efetuar gastos, por exemplo, em obras públicas, o montante do incremento na renda dependerá do **multiplicador** de investimento, o qual nos indica que, “quando se produz um acréscimo no investimento agregado, a renda sobe num montante igual a k vezes o acréscimo do investimento”.¹³

Encerrando a reflexão sobre as idéias fundamentais de Keynes, vale lembrar que um dos pressupostos essenciais de toda a sua análise é a crítica ao postulado neoclássico de que o desemprego é sempre voluntário. Como o “equilíbrio” pode se dar abaixo do pleno emprego, o gasto público seria bem-vindo.

Keynes defendia a ação do Estado em gastos com educação, construção de casas e outras obras de grande interesse social. Entretanto, reconhecia que a limitação e o engajamento dos governantes às leis econômicas do *laissez-faire* poderiam impedi-los de tomar tais medidas. Parece que Keynes quis expressar sua indignação reformista quando afirmou:

[...] se o Tesouro se dispusesse a encher garrafas usadas com papel-moeda, enterrasse-as a uma profundidade conveniente em minas de carvão abandonadas, que logo fossem cobertas com o lixo da cidade, e deixasse à iniciativa privada, de acordo com os bem experimentados princípios do *laissez-faire*, a tarefa de desenterrar novamente as notas, o desemprego poderia desaparecer.

¹² DILLARD, Dudley, *op. cit.*, p. 39.

¹³ KEYNES, John M., *op. cit.*, p. 101.

E também na contundente afirmação de que “a construção de pirâmides, os terremotos e até as guerras podem contribuir para aumentar a riqueza, se a educação dos nossos estadistas nos princípios da economia clássica for um empecilho a uma solução melhor”.¹⁴

Questões

1. Qual era o principal projeto intelectual de Keynes na *Teoria geral*?
2. Segundo Keynes, qual era o principal determinante do nível de emprego?
3. Qual o significado da idéia keynesiana da não neutralidade da moeda?
4. Comente as críticas de Keynes aos pilares da Lei de Say.
5. Num contexto de incerteza, por que o Estado ganhou um papel relevante nas economias capitalistas?

Referências

- DILLARD, Dudley. *A teoria econômica de John Maynard Keynes*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982.
- FERRARI FILHO, Fernando. “As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes”. *Revista Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, 10 (2), 213-236, mai.-ago./2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rec/v10n2/01.pdf>
- HUGON, Paul. *História das doutrinas econômicas*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1959.
- KEYNES, John M. *A teoria do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.
- _____. *Indian currency and finance*. Londres: Macmillan, 1913.
- _____. *The end of laissez-faire*. Londres: Hogarth, 1926.
- _____. *A treatise on probability*. Londres: Macmillan, 1973.
- _____. *The general theory and after*: preparation. Londres: Macmillan (The Collected Writings of John M. Keynes, v. 13), 1973b.
- _____. *Treatise on money*. Nova York: AMS Press, 1976.
- _____. *The economic consequences of the peace*. Nova York: Penguin Books, 1988.
- NAPOLEONI, Cláudio. *O pensamento econômico do século XX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

¹⁴ KEYNES, John M., *op. cit.*, p. 110-111.

Sites

<http://www.maynardkeynes.org/>

http://www.pensamentoeconomico.ecn.br/economistas/john_maynard_keynes.html

<http://www-groups.dcs.st-and.ac.uk/~history/Mathematicians/Keynes.html>

<http://www.bized.co.uk/virtual/economy/library/economists/keynes.htm>

<http://www.panarchy.org/keynes/laissezfaire.1926.html>

Modelos de crescimento e desenvolvimento

16

A discussão sobre os problemas do crescimento e do desenvolvimento está presente nas obras dos fundadores da economia clássica, assim como na dos seus críticos mais importantes. A *riqueza das nações*, de Smith, poderia ser apresentada como uma “investigação sobre a natureza e as causas” do progresso. Ricardo trata da teoria do desenvolvimento econômico no *Principles of political economy and taxation*, por exemplo, ao desenvolver sua **teoria dos custos relativos**, conhecida hoje como **teoria das vantagens comparativas**. Mill também aborda o assunto em seu *Principles*, assim como Marx, em *O capital*.

Os marginalistas e neoclássicos praticamente não acrescentaram nenhuma contribuição digna de nota a esse campo dos estudos econômicos. A convicção no equilíbrio estático afastou os adeptos desse postulado do campo de investigação dos fenômenos relativos à mudança de estado dos sistemas econômicos. Dessa forma, a teoria não tinha como responder satisfatoriamente aos problemas da crise e do desenvolvimento. A crise, e mesmo os profundos e prolongados desequilíbrios, como a crise de 1929, era encarada como uma situação transitória, um estágio na trajetória do equilíbrio. O crescimento e o desenvolvimento, por sua vez, eram reconhecidos pelo próprio Marshall como objetos de estudo inadequados à sua teoria, em virtude da natureza essencialmente dinâmica desses processos. Esses temas vinham sendo abordados principalmente pelos adeptos das escolas Histórica e Institucionalista e por aqueles que se encontravam no raio de influência do pensamento marxista e da teoria dos ciclos econômicos.

A abordagem teórica do tema do desenvolvimento só foi retomada em 1912 com a publicação de *The theory of economic development: an inquiry into profits, capital, credit, interest and the business cycle*, de Schumpeter. Teve continuidade nas décadas seguintes com os estudos de variadas filiações teóricas, como os de Nurkse, Lewis, Schultz, Kuznets, Rostow, Hirschmann e Prebisch.

Keynes também deu uma importante contribuição para a retomada dos temas do desenvolvimento ao romper com as limitações da tradição neoclássica, à qual ele estava vinculado, e ao elaborar uma nova teoria que enfrentava os

problemas da crise e do crescimento e, ao mesmo tempo, apresentava prognósticos que permitiam aos governos intervir nesses processos. Foi na esteira da teoria keynesiana que surgiu o primeiro modelo de análise do crescimento econômico, o modelo Harrod-Domar.

Por modelo, devemos entender uma representação matemática de aspectos da realidade, submetida a algumas restrições, composta de variáveis de comportamento previsível e articulada por relações e influências recíprocas. No caso dos modelos de crescimento, eles pretendem representar o comportamento de aspectos do sistema econômico, as mudanças em seu estado (evolução), os fatores que determinam as transformações e de que maneira é possível interferir na direção e no ritmo dessa evolução. Em geral, os mais simples apresentam as noções mais importantes sobre o funcionamento do sistema econômico. Apesar da simplicidade e da inverossimilhança, uma vez que demonstrem alguma eficácia, é possível relaxar algumas hipóteses e restrições iniciais e agregar-se formulações matemáticas mais sofisticadas para se obter uma representação mais fiel à realidade.

16.1 Roy Forbes Harrod (1900-1978)

Um dos responsáveis pela elaboração do modelo Harrod-Domar, Roy Forbes Harrod iniciou sua carreira como professor na prestigiosa Escola de Política, Filosofia e Economia de Oxford. Durante um período de estudos que passou no King's College, em Cambridge, travou contato com Keynes, tornando-se seu colaborador próximo e, posteriormente, seu biógrafo oficial. No retorno a Oxford, assumiu as funções de administrador e professor da Christ Church College até se aposentar, em 1967. Foi precursor de muitas idéias que mais tarde foram desenvolvidas por Joan Robinson, Samuelson, Hicks e Armen Alchian. Sua contribuição mais conhecida foi a proposição de um modelo de crescimento inspirado em Keynes, apresentado no artigo *An essay in dynamic theory*, publicado em 1939. Em 1947, realizou uma série de palestras na Universidade de Londres, divulgando suas idéias, reunidas no ano seguinte no livro *Towards a dynamic economy*. Entre suas obras mais conhecidas, podemos destacar: *International economics*, de 1933; *The life of John Maynard Keynes*, de 1951; *Policy against inflation*, de 1958; *Towards a new economic policy*, de 1967.

16.2 Evsey David Domar (1914-1997)

Economista e matemático, Evsey David Domar nasceu em Lodz (Polônia) e emigrou para os Estados Unidos em 1936. Graduiu-se na UCLA, obteve

dois mestrados, um na Universidade de Michigan e outro em Harvard, onde se doutorou em 1947. Ingressou no MIT como professor visitante, em 1957, tornou-se titular em 1958 e se aposentou em 1984. Adepto das teorias de Keynes, expôs suas idéias sobre o tema do crescimento econômico no artigo *Capital expansion, rate of growth and employment*, de 1940, e as desenvolveu posteriormente em *Expansion and employment*, de 1946, e no livro *Essays in the theory of economic growth*, em 1957.

O modelo Harrod-Domar é uma síntese dos estudos desses dois economistas inspirada nas teorias de Keynes, que procura concretizar as análises sobre o pleno emprego, o crescimento econômico equilibrado e as variações na renda. No artigo de 1939, Harrod formulou um modelo no qual o crescimento equilibrado da economia, num determinado período de tempo, dependia da manutenção da igualdade entre a taxa de poupança e a de investimento. Domar defendeu, no ano seguinte, que a única garantia do pleno emprego era um crescimento econômico equilibrado, e este só poderia ser atingido se as taxas de investimento e de poupança fossem iguais (como defendia Harrod) e a taxa de crescimento da renda se mantivesse igual à do crescimento da capacidade produtiva.

O modelo parte de uma série de postulados de origem keynesiana. Entre os mais importantes, destaca-se o que afirma que a oferta total é igual ao produto do estoque de capital pela relação capital-produto (quantidade de capital necessária para produzir uma unidade de produto); que a poupança total corresponde a uma porcentagem da renda total e que a poupança total se torna investimento e é agregado ao estoque de capital no período seguinte.

Como o aumento da capacidade produtiva decorrente do investimento altera as condições de equilíbrio do sistema econômico, para o crescimento ocorrer de forma equilibrada, é necessário que a demanda agregada cresça segundo a mesma taxa de crescimento da capacidade produtiva da economia. Essa taxa, conforme o modelo, é considerada a taxa segura de crescimento e corresponde à divisão entre a propensão à poupança e a razão capital-produto.

Se a taxa de crescimento real, observada, for maior que a taxa segura de crescimento, significa que a taxa de crescimento da demanda é superior à de crescimento da capacidade produtiva. Essa situação induz naturalmente a um aumento do investimento, visando a ampliar a oferta, mas seu resultado imediato é o incremento ainda maior da demanda, que eleva a taxa de crescimento real e a desvia para uma trajetória cada vez mais distante da taxa segura de crescimento.

Se a taxa de crescimento real for menor que a taxa segura de crescimento, a capacidade produtiva está crescendo a uma taxa superior à demanda. Numa situação desse tipo, a propensão dos empreendedores é reduzir seus investimentos. Entretanto, essa decisão reduz ainda mais a oferta, ampliando o desequilíbrio entre a esfera da produção e a do consumo, e mais as taxas de crescimento real.

De acordo com o modelo, a trajetória de crescimento equilibrado é uma faixa muito estreita, um fio da navalha. Sempre que há um afastamento dessa trajetória, qualquer tentativa de correção afasta ainda mais o curso do crescimento real da trajetória segura de crescimento. No primeiro caso, o desequilíbrio provoca a elevação da taxa de inflação; no segundo, a estagnação.

Dessa forma, o modelo deixava implícito que havia inúmeras dificuldades para se alcançar um crescimento equilibrado com pleno emprego no longo prazo. Além disso, as demonstrações de Harrod-Domar reafirmaram, cada uma a seu modo, o ataque de Keynes a um dos fundamentos da teoria neoclássica, que considerava o equilíbrio um estado para o qual as economias de mercado, em concorrência perfeita, tendiam naturalmente. Contrariamente, o modelo demonstrou que o sistema econômico pode evoluir, no longo prazo, para uma situação de depressão econômica, com aumento do desemprego e subutilização da capacidade produtiva.

16.3 Robert M. Solow (1924)

A importância crescente dos temas do crescimento e do desenvolvimento no pós-guerra, o avanço quantitativo dos estudos voltados para esses assuntos e a inadequação dos instrumentos de análise neoclássicos para abordar esses problemas certamente exerceram grande pressão sobre os adeptos da Escola Neoclássica. Em 1956, um representante dessa escola apresentou um modelo de análise do crescimento econômico que lhe rendeu um Prêmio Nobel, em 1987.

Solow foi professor de estatística em Harvard e obteve seu doutorado, em 1951, na mesma universidade. Posteriormente, ingressou no Departamento de Economia do MIT, onde foi colaborador eventual de Samuelson. Aposentou-se em 1996, depois de mais de 45 anos de trabalho na instituição.

Entre suas principais contribuições, destacam-se: *A contribution to the theory of economic growth*, de 1956, e *Technical change and the aggregate production function*, de 1957, textos nos quais ele apresentou seu modelo de crescimento.

O modelo de Solow assume como principais postulados que: a) a população é igual à força de trabalho e cresce a uma taxa constante; b) a poupança é uma

parte da renda líquida e corresponde ao investimento total num período considerado; c) que o investimento equilibrado corresponde ao total de investimentos, que mantém constante o crescimento da força de trabalho e do capital total, mantendo constante, por consequência, a relação capital por trabalhador.

De acordo com o modelo, os investimentos reais poderiam ser superiores ou inferiores aos investimentos de equilíbrio. No caso do modelo de Harrod-Domar, sempre que isso acontecia, qualquer tentativa de correção afastava ainda mais a trajetória do crescimento real da trajetória do crescimento de equilíbrio. No modelo de Solow, podem ser feitos ajustes nas relações entre os fatores de produção (capital-trabalho) no sistema econômico até que os investimentos reais e equilibrados se igualem, atingindo o ponto de equilíbrio no qual a razão real capital-trabalhador seja igual à razão de equilíbrio.

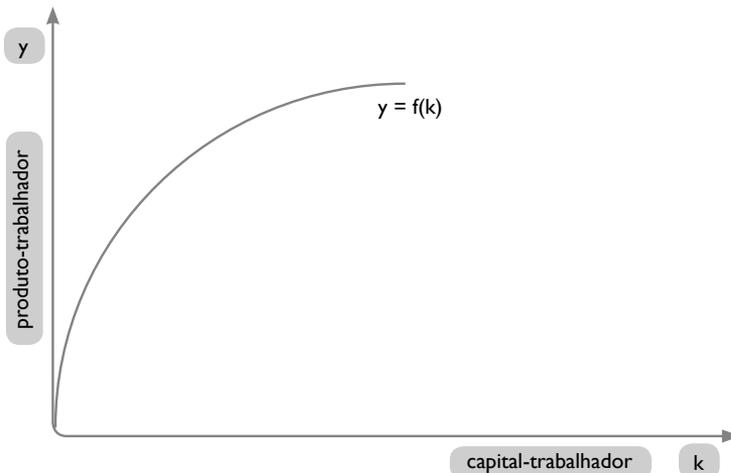
O modelo de Solow parte da uma conhecida função de produção:

$$Y = F(K,L)$$

Na equação, Y representa o produto, K , o estoque de capital, e L , a mão-de-obra utilizada (assume-se que coincide com a população). Considerando-se que o objetivo principal é observar o comportamento da produção por trabalhador, isto é, o produto *per capita*, a função pode ser apresentada desta forma:

$$y = f(k)$$

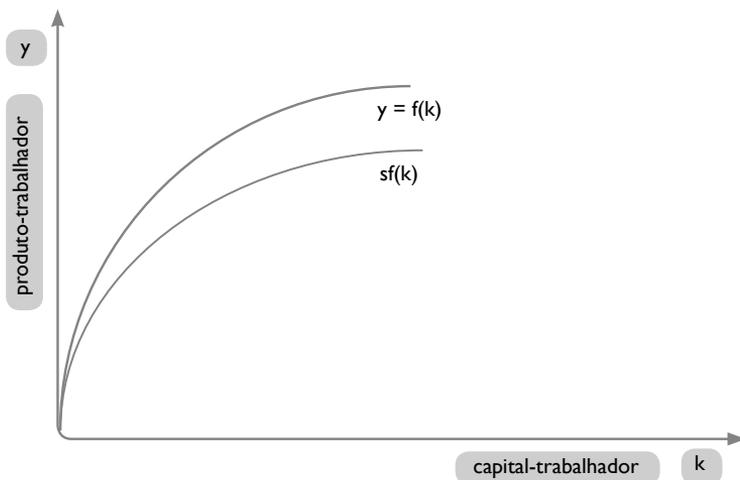
onde y expressa a produção por trabalhador e k , o capital empregado por trabalhador. Uma vez que os incrementos sucessivos de unidade de capital por trabalhador provocam um aumento no produto a taxas cada vez menores, a curva dessa função assume a seguinte forma:



Solow considera que tanto o consumo quanto o investimento são proporcionais à renda. O investimento equivale à poupança e a taxa de poupança corresponde à fração do produto destinada ao investimento. Assim, a relação pode ser expressa por

$$i = sy$$

onde i corresponde ao investimento-trabalhador, s , à taxa de poupança-trabalhador, e y , ao produto-trabalhador, isto é, a curva do investimento é a do produto vezes o redutor s .



Como as funções de produção e do investimento se relacionam com a de acumulação de capital (variação no estoque de capital)?

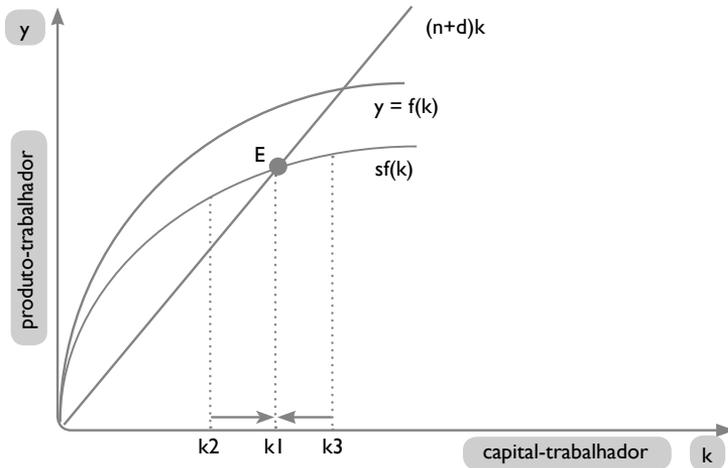
A variação do estoque de capital é dada pelo nível de investimento menos a depreciação e o aumento da mão-de-obra (no caso, equivalente ao crescimento populacional a uma taxa constante). Quando o investimento repõe a depreciação do capital e incorpora a mão-de-obra que ingressa no mercado de trabalho, mantém constante a relação capital-trabalhador (coeficiente capital-trabalho), e o sistema atinge o estágio de equilíbrio. Nessa condição de equilíbrio estático, a acumulação de capital se dá por um processo de ampliação ou alargamento do capital. Quando o nível de investimento ultrapassa os níveis de depreciação e de crescimento populacional, aumentando a relação capital-trabalhador, há um aprofundamento do capital.

A equação deduzida por Solow, para expressar a variação da acumulação do capital, é a seguinte:

$$\Delta k = sy - (n+d)k$$

onde Δk representa a variação do capital, sy , o investimento *per capita*, e $(n+d)k$ representa o investimento necessário para manter constante a relação capital-trabalhador (isto é, o investimento que compensa o crescimento populacional e a depreciação do capital).

O diagrama completo que incorpora as três curvas pode ser representado como se segue.



A análise desse diagrama permite desdobrar várias conclusões importantes. O ponto E corresponde ao ponto de equilíbrio do sistema, é o ponto no qual a relação capital-trabalhador garante crescimento constante a longo prazo. No caso de um sistema econômico qualquer se encontrar numa condição inicial em que a relação capital-trabalhador estiver em k_2 , o nível do investimento vai continuar aumentando o coeficiente capital-trabalhador (aprofundamento do capital) até o ponto de equilíbrio em k_1 . Se o sistema se encontrar em k_3 , para se atingir a relação de equilíbrio será necessário diminuir a relação capital-trabalhador (alargamento do capital).

Dessa forma, o modelo de Solow demonstra que, independentemente do estágio inicial em que se encontra a relação capital-trabalhador, a tendência é ela convergir para um nível de equilíbrio, diferentemente das conclusões que decorriam do modelo Harrod-Domar, em que qualquer tentativa de correção tendia a afastar-se do nível de equilíbrio.

O modelo também permite observar quais os efeitos de um incremento na taxa de crescimento populacional e dos investimentos numa dada função de produção.

No primeiro caso, quando há um incremento na taxa de crescimento demográfico, o ângulo da curva $(n+d)k$ aumenta. Com isso, o novo ponto de equilíbrio desloca-se para a esquerda, exigindo uma diminuição na relação capital-trabalhador de tal forma a incorporar o número de trabalhadores que ingressaram no mercado de trabalho. A acumulação continua, mas por um processo de ampliação do capital, com diminuição da renda *per capita*.

No segundo, quando há variação positiva na taxa de poupança e investimento, a curva sy desloca-se para cima, e o novo ponto de equilíbrio desloca-se à direita do anterior. Nesse caso, a ampliação do nível de investimento para atingir o novo ponto de equilíbrio exige aumento da relação capital-trabalhador (aprofundamento do capital), e o equilíbrio tende a se estabelecer num patamar superior de produto *per capita*.

Todas as considerações feitas até aqui supõem que a função de produção não sofre influências das inovações tecnológicas. Se elas forem consideradas, deve ser incorporado um fator multiplicador à função de produção

$$Y = AF(K,L)$$

onde A expressa uma taxa de produtividade associada à crescente especialização, melhores métodos de gestão e produção, qualificação de mão-de-obra (educação) etc.

Em seus estudos e simulações, Solow descobriu que os cálculos do produto total que consideravam apenas os incrementos de capital e de trabalho resultavam em valores inferiores à metade do produto real, demonstrando que a inovação tecnológica era a variável mais importante na variação do produto total.

Em síntese, entre as suas conclusões mais importantes, podemos destacar:

1. numa economia em estado de equilíbrio, o aumento constante no nível de vida só pode ser obtido pelo progresso tecnológico;
2. o aumento permanente da taxa de crescimento só é possível por meio de taxas de incremento tecnológico superiores às taxas de crescimento da população;
3. diferentemente do modelo Harrod-Domar, a economia tende, no longo prazo, a um crescimento equilibrado, independentemente da sua condição inicial;
4. o crescimento da população não era positivo por estimular a demanda, como supunha Keynes, mas prejudicial por reduzir a relação capital-trabalho e a renda *per capita*.

16.4 William Arthur Lewis (1915-1991)

Lewis nasceu na ilha de Santa Lúcia, no Caribe inglês. Estudou e lecionou na London School of Economics. Posteriormente, tornou-se professor na Universidade de Manchester, em 1948, e em Princeton, em 1963, onde permaneceu até se aposentar. Foi consultor da ONU e de vários governos, além de presidente do Banco de Desenvolvimento do Caribe. Seus trabalhos de pesquisa cobriram os seguintes temas: economia industrial, história econômica mundial desde 1870 e desenvolvimento econômico. O Prêmio Nobel que recebeu junto com Theodore W. Schultz decorreu dos seus estudos sobre o crescimento econômico em países subdesenvolvidos.

Entre suas principais obras, destacam-se: *Economic problems of today*, de 1940; *Principles of economic planning*, de 1949; *Development with unlimited supplies of labour*, de 1954; *The theory of economic growth*, de 1955; *The less developed countries and stable exchange rates*, de 1978; *The evolution of the international economic order*, de 1978; *Growth and fluctuations, 1870-1913*, de 1978; *The dual economy revisited*, de 1979.

O estudo que projetou o nome de Lewis foi o *Development with unlimited supplies of labour*. Seu objetivo era apresentar um modelo de crescimento econômico alternativo ao de Harrod-Domar e Solow. Esses modelos tratavam dos problemas do crescimento em economias desenvolvidas, e Lewis pretendia elaborar um modelo que representasse a realidade dos países pobres ou subdesenvolvidos. Sua pesquisa sobre a economia desses países o convenceu de que ela poderia ser reduzida e representada por um modelo dual. De acordo com Lewis, a economia dos países pobres e subdesenvolvidos seria composta por dois pólos, um setor tradicional e agrário, dedicado à produção de subsistência num regime de baixa produtividade, e outro setor moderno, urbano-industrial, capitalista, lucrativo e em expansão.

O modelo de Lewis demonstra que, no setor urbano-industrial, a demanda por mão-de-obra, aliada a um nível salarial mais elevado, exerce um poder de atração irresistível sobre os trabalhadores rurais ligados aos setores tradicionais e desencadeia um movimento migratório das áreas rurais para as industrializadas. A incorporação dos trabalhadores à indústria eleva a produção e a renda. Parte da renda gerada é apropriada pelos trabalhadores na forma de salários, e a outra parte, pelos empresários, na forma de juros e lucro. Ao reinvestir parte do lucro na ampliação da capacidade produtiva, o empresário abre um novo ciclo de demanda por mão-

de-obra, atraindo mais trabalhadores do campo, aumentando a produção, a renda, o investimento, e reiniciando o ciclo de acumulação. Dessa forma, enquanto o setor tradicional dispuser de mão-de-obra abundante e disponível para abastecer o setor moderno, o crescimento avançará de forma satisfatória.

Um dos aspectos que merecem destaque no modelo de Lewis é a identificação do papel desempenhado pela migração no rompimento do círculo vicioso da pobreza, tal como Nurkse o apresentava. Ele demonstra que a migração do trabalhador para a cidade potencializa a renda, a poupança e o investimento, e imprime um dinamismo à economia que permite superar os obstáculos ao crescimento e romper o círculo vicioso da pobreza.

Questões

1. Explique como podemos conceituar um modelo.
2. Relacione o modelo Harrod-Domar a aspectos da teoria apresentada por Keynes sobre o equilíbrio a longo prazo.
3. Explique quais as conclusões mais importantes que podemos extrair da análise do modelo de Solow.
4. Explique qual foi a inovação introduzida pelo modelo de Lewis na análise dos problemas do crescimento econômico relativamente aos de inspiração keynesiana (Harrod-Domar) e neoclássica (Solow).

Referências

- DOMAR, Evsey D. *Essays in the theory of economic growth*. Nova York: Oxford University Press, 1957.
- HARROD, Roy Forbes. *Towards a dynamic economy: some recent developments of economic theory and their application to policy*. Londres: Macmillan, 1956, 1948.
- JONES, Charles I. *Introdução à teoria do crescimento econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- LEWIS, W. Arthur. *Teoria del desarrollo económico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.
- MANKIW, N. Gregory. *Macroeconomia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Ed. S.A., 1998.
- SOLOW, Robert M. *Growth theory: an exposition* / [by] R. M. Solow. Nova York: Oxford University Press, 1970.

Teorias do crescimento e do desenvolvimento

17

17.1 Ragnar Nurkse (1907-1959)

Ragnar Nurkse nasceu na Estônia e graduou-se em Economia pela Universidade de Edimburgo. Em 1932, transferiu-se para a Universidade de Viena, onde travou contato com Hayek, Mises e Morgenstern. Em 1934, passou a fazer parte do Serviço de Inteligência Econômica da Sociedade das Nações, onde teve desempenho destacado. Depois da Segunda Guerra Mundial, aceitou um convite para trabalhar na Universidade de Columbia, em Nova York, onde permaneceu até 1958. No período letivo 1958-1959, esteve em Genebra realizando estudos sobre o desenvolvimento econômico e, ao retornar, aceitou um convite para dar aulas em Princeton. No início de 1959, visitou Estocolmo, onde realizou palestras nas Conferências em Memória de Wicksell. No retorno da viagem, durante estada em Genebra, faleceu por causa de um colapso cardíaco.

Entre suas obras mais influentes, destacam-se *Conditions of international monetary equilibrium*, de 1945; *Problems of capital-formation in underdeveloped countries*, de 1953; *Patterns of trade and development*, de 1959; e *Equilibrium and growth in the world economy*, de 1961.

Nurkse foi um estudioso dos problemas econômicos internacionais. Suas análises se caracterizavam por sólida fundamentação teórica e uma articulação consistente e equilibrada entre dados estatísticos, teoria e aspectos históricos. Nos anos que se seguiram ao pós-guerra, aproximou-se sensivelmente da Escola Keynesiana. Dedicou especial atenção ao exame dos movimentos internacionais do capital, do comércio internacional e dos problemas do equilíbrio monetário internacional. Nos últimos anos de vida, dedicava-se ao estudo do desenvolvimento.

Entre as contribuições de Nurkse para o estudo dos problemas do desenvolvimento, destacam-se a conceituação de subdesenvolvimento, a identificação dos fatores responsáveis pela sua reiteração e as medidas necessárias para a superação dessa condição.

Para o autor, o subdesenvolvimento é uma condição em que o capital é insuficiente para alocar a população e os recursos naturais disponíveis de forma

eficiente e produtiva. Assim, o subdesenvolvimento é, basicamente, um problema de baixo nível de acumulação de capital.

A superação do subdesenvolvimento esbarra em vários obstáculos caracterizados por uma circularidade. A pobreza do país determina baixos níveis de renda de poupança e investimento. Investimentos reduzidos se traduzem em baixa produtividade, a qual, por sua vez, reitera o baixo nível da renda, fechando o ciclo.

A taxa de investimento é reduzida pelas dimensões restritas do mercado (baixo nível da renda), a qual decorre da baixa produtividade da economia, que é determinada, por sua vez, pela escassez de capital resultante dos baixos investimentos.

Segundo Nurkse, a única forma de romper esse círculo vicioso é ampliar a renda, o que implica incrementar a capacidade produtiva. Do seu ponto de vista, é a capacidade de produzir que determina a capacidade de compra, e, nos tempos atuais, a industrialização é a única forma de ampliar aceleradamente a produção. Mas, para ele, não é toda forma de industrialização que conduz ao desenvolvimento. As vias de industrialização voltadas à produção de manufaturados destinados à exportação não oferecem perspectivas seguras de desenvolvimento.

Os efeitos positivos da industrialização se fazem sentir com mais intensidade quando ela se orienta para abastecer o mercado local. Nesse caso, o primeiro grande problema a ser enfrentado é a baixa produtividade da agricultura, que é a responsável pelo baixo nível de renda do trabalhador rural e por um mercado de consumo de artigos manufaturados restrito. Dessa forma, fica evidente que o ritmo da industrialização depende de um processo simultâneo de incremento da produtividade agrícola, sem a qual não se ampliam a renda e o consumo nem a oferta de produtos agrícolas necessários ao abastecimento urbano. Como os ganhos de escala são muito importantes para o incremento da produtividade industrial, deve-se buscar a ampliação da oferta para além das fronteiras do mercado interno, por meio da abertura de novos mercados em outros países e acordos alfandegários com aqueles que se encontram em estágios próximos de desenvolvimento.

Como podemos observar, Nurkse coloca em evidência que o desenvolvimento depende de um crescimento equilibrado entre os setores da economia. Ele argumenta que, se os setores da economia contribuírem de forma equilibrada para a expansão, será possível obter taxas mais expressivas de crescimento. Afirma que os defensores do crescimento baseado num setor dinâmico, responsável pela indução de estímulos aos demais, tendem a desprezar o fato

de que os setores da retaguarda econômica retiram dinamismo dos que seguem à frente, comprometendo o desenvolvimento.

Os países subdesenvolvidos não podem sair dessa condição de forma natural e espontânea. Segundo Nurkse, existe um grau de crescimento econômico que, quando ultrapassado, tende a provocar um efeito em cadeia, no qual os setores da economia passam a se estimular reciprocamente. Enquanto esse limite não é superado, inúmeras forças atuam no sentido de manter o crescimento abaixo do limiar de estagnação. Assim, a ação do Estado passa a ser decisiva, pois ele reúne instrumentos e condições de mobilizar poupança, coordenar e direcionar investimentos numa dimensão fora de alcance da iniciativa privada local. Dessa forma, os países pobres só podem superar o subdesenvolvimento por meio de uma política ativa do Estado na esfera econômica, complementar aos empreendimentos da iniciativa privada.

17.2 Theodore W. Schultz (1902-1998)

O professor Schultz obteve seu Ph.D. na Universidade de Wisconsin, em 1930. Em 1943, tornou-se professor da Universidade de Chicago, onde permaneceu até 1961. Obteve o Prêmio Nobel de Economia em 1979, juntamente com Arthur Lewis, pelos seus estudos que ressaltavam a importância da agricultura e dos recursos humanos no desenvolvimento das nações. Entre as suas principais obras, destacam-se *The economic organization of agriculture*, de 1953; *The economic value of education*, de 1963; *Transforming traditional agriculture*, de 1964; *Investment in human capital: the role of education and of research*, de 1971; *Human resources, human capital: policy issues and research opportunities*, de 1972; *Investing in people: the economics of population quality*, de 1981.

Nos estudos sobre o desenvolvimento, Schultz defendeu que os países que pretendem superar a pobreza e o subdesenvolvimento não podem aplicar políticas de apoio à indústria e desprezar a agricultura. O desenvolvimento implica um crescimento equilibrado dos setores agrícola e industrial. Dessa forma, a modernização industrial deve ser acompanhada de políticas de apoio à agricultura, através de investimentos, tecnologia, garantia de preços mínimos que assegurem a prosperidade do setor agrícola e tragam benefícios ao conjunto da economia.

Além do crescimento equilibrado, o desenvolvimento depende de investimentos significativos do setor público e privado em recursos humanos, principalmente na área de educação, treinamento no trabalho e pesquisa.

No início da década de 1960, Schultz criticou as estimativas feitas nos países desenvolvidos, que indicavam uma tendência de redução no estoque de capital em relação à renda no longo prazo. Ele defendeu que essa estimativa era equivocada, pois ela não considerava os investimentos em capital humano no estoque de capital; em outras palavras, apenas uma parte do capital estava sendo considerada na estimativa de longo prazo da relação capital-renda. Assim como o capital humano (representado por investimentos em educação, treinamento, saúde, desenvolvimento de conhecimentos e habilidades) vinha desempenhando um papel cada vez maior no aumento da produtividade e da lucratividade, ele também era responsável pelo inesperado crescimento da renda dos trabalhadores. A crescente qualificação dos trabalhadores era a principal responsável pela elevação dos salários no mercado de trabalho.

Para Schultz, portanto, o desenvolvimento depende menos dos investimentos em capital fixo e mais dos investimentos em recursos humanos. Um país não pode se beneficiar das vantagens da tecnologia e dos procedimentos modernos de trabalho na agricultura e na indústria se não realizar grandes investimentos em seres humanos.

17.3 Joseph Alois Schumpeter (1883-1950)

Schumpeter nasceu na Morávia, província da Áustria, hoje pertencente à República Checa. Filho de um industrial têxtil, estudou Direito e Economia na Universidade de Viena, graduando-se em Direito em 1906. Sua carreira universitária iniciou-se em 1909, na Universidade de Czernowitz, onde permaneceu por pouco tempo. Passou o biênio 1913-1914 nos Estados Unidos, como professor visitante da Universidade de Columbia, em Nova York. Após a Primeira Guerra Mundial, voltou para a Áustria, decidido a ingressar na carreira política. Em virtude de sua reconhecida preparação teórica, foi convidado a ocupar o Ministério da Fazenda, no qual permaneceu por apenas alguns meses, renunciando em meio a grave crise financeira. Apesar da sua gestão catastrófica à frente das finanças públicas, logo a seguir foi convidado para dirigir importante casa bancária austríaca, que acabou falindo em 1924, imersa em inúmeras irregularidades. Diante das dificuldades de conciliar suas habilidades teóricas com a adversa realidade do pós-guerra, aproveitou uma oportunidade para retornar à academia, tornando-se professor de Economia na Universidade de Bonn, na qual

permaneceu até 1932. Nesse ano se transferiu para os Estados Unidos, onde construiu brilhante carreira como professor de Economia em Harvard. Foi presidente da Econometric Society (1937-1941) e o primeiro economista não-americano da American Economic Association (1948).

Entre as suas principais obras, destacam-se: *Theorie der Wirtschaftlichen Entwicklung*, de 1912; *Business cycles*, de 1939; *Capitalism, socialism and democracy*, de 1942; *History of economic analysis*, publicação póstuma de 1954.

Além da sua obra clássica sobre a história da análise econômica, as contribuições mais importantes de Schumpeter podem ser agrupadas em dois campos: os estudos teóricos sobre o desenvolvimento capitalista e sua abordagem sobre os ciclos econômicos.

Nos seus estudos de 1912, nos quais apresenta sua teoria do desenvolvimento capitalista, ele inicia a abordagem demonstrando que a vida econômica sob o capitalismo opera como um fluxo circular, isto é, o sistema tende a se repor, ano após ano. Naturalmente, nessa condição, a população e a produção crescem, mas o sistema econômico opera sempre no sentido de buscar uma nova situação de equilíbrio, que é diferente da anterior, mas apenas se adapta, de um ponto de vista estritamente quantitativo, às novas exigências. O único fenômeno que pode romper esse padrão de reprodução é a ação do empresário empreendedor, por meio de uma **inovação**.

As inovações podem ser agrupadas em cinco classes: 1. fabricação de um novo bem; 2. criação de um novo método de produção; 3. acesso a um novo mercado; 4. acesso a uma nova fonte de matérias-primas; e 5. nova forma de organização econômica, como um monopólio. Entretanto, não é qualquer tipo de inovação que tem a propriedade de promover mudança qualitativa na reprodução do sistema. Entende-se por inovação as mudanças que atendem a dois requisitos básicos: primeiro, são aplicadas na vida econômica (invenções que não são aplicadas não são inovações); segundo, devem ser introduzidas em grupo. Ocorrências desse tipo não são frequentes, mas, quando uma inovação introduzida por um empreendedor é rapidamente replicada pelos demais e se generaliza pelo sistema, cria uma onda de otimismo e prosperidade, pois amplia o investimento, o emprego, a renda e o crédito. O desenvolvimento econômico consiste nessas mudanças qualitativas de estado do sistema. Como é possível observar, Schumpeter estabelece uma distinção clara entre **crescimento** e **desenvolvimento econômico**.

O crescimento é um fenômeno relacionado a fatores externos ao sistema e ocorre quando a economia é “arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta”¹ e se adapta às novas circunstâncias impostas pela realidade.

Já o desenvolvimento implica mudanças na vida econômica, engendradas pelo próprio sistema, em fenômenos e mudanças qualitativas que criam os pré-requisitos para a etapa seguinte. Ele pode ser descrito como uma

[...] perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente [...] de tal modo [...] que o novo (ponto de equilíbrio) não pode ser alcançado a partir do antigo mediante passos infinitesimais. Adicione sucessivamente quantas diligências quiser, com isso nunca terá uma estrada de ferro.²

Como a inovação é introduzida necessariamente pelo empresário empreendedor, conclui-se que ele é o agente fundamental do processo de desenvolvimento econômico. Coube a Schumpeter chamar atenção para esse aspecto decisivo que, segundo afirma, tinha sido negligenciado pelos demais economistas. O empresário empreendedor é decisivo não só pelo fato de ser o criador e o responsável pela introdução das inovações, mas também porque “intui” as novas oportunidades, novos produtos e desempenha a função de “educar” o desejo do consumidor, “ensinando-o” a desejar produtos novos, diferentes daqueles consumidos habitualmente. A criação de novos hábitos de consumo cria um novo mercado, deslocando as possibilidades de reprodução do sistema para um novo patamar.

Essa ação **criativa**, por sua vez, não pode ser desvinculada das conseqüências **destrutivas** que ela desencadeia, pois as inovações deslocam produtos antigos do mercado, eliminam empresas, processos e métodos de produção antiquados, além de hábitos tradicionais, que são substituídos por novos. Assim, do ângulo da análise de Schumpeter, o binômio **criação-destruição** faz parte da natureza do desenvolvimento econômico.

Ele também não ignorava que, entre os efeitos colaterais da concorrência, encontrava-se o processo de formação dos monopólios. Entretanto, diferentemente dos neoclássicos, não os considerava prejudiciais à economia de mercado nem reclamava a ação do Estado para coibi-los. Do seu ponto de vista, a formação de grandes corporações monopolistas é da natureza do sistema

¹ SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. Introdução: Rubens Vaz da Costa. Trad. Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Coleção Os economistas.

² Id.

capitalista e, contrariamente ao que imaginam os liberais ortodoxos, o surgimento dessas empresas não prejudicava a concorrência, apenas deslocava o patamar em que ela ocorria. Normalmente, a concorrência se traduz numa “guerra” de preços, mas, em mercados nos quais atuam empresas monopolistas, a disputa se desloca para outras esferas, como a das inovações tecnológicas e a da organização-gestão da produção. Além disso, como os preços nesses setores tendem a ser mais elevados do que num ambiente de livre concorrência, as maiores margens de lucro atraem empresários empreendedores para o setor, estimulando as inovações, cujos efeitos, no limite, podem desagregar as grandes corporações monopolistas. No longo prazo, portanto, os monopólios não são prejudiciais ao desenvolvimento, pois são agentes inovadores e temporários, a menos que se tornem alvos de políticas protecionistas.

No entanto, em quaisquer circunstâncias (livre concorrência ou concorrência entre monopólios), o empreendedor não será capaz de colocar as inovações em prática se não tiver acesso ao crédito. Para Schumpeter, o crédito que financia o investimento é muito mais importante para o desenvolvimento do que o que financia o consumo.

Apesar de Schumpeter reconhecer o papel progressista desempenhado pelo capitalismo e não nutrir a menor simpatia pelo socialismo, ele era pessimista em relação às perspectivas de sobrevivência do sistema capitalista. Essa visão foi apresentada no seu texto de 1942, *Capitalism, socialism and democracy*. O autor argumentava então que o capitalismo, apesar de seu enorme sucesso (e por causa dele), estava condenado a desaparecer e ser superado pelo socialismo basicamente por três fatores.

Em primeiro lugar, ele observava que o desenvolvimento capitalista e a tendência à formação de grandes conglomerados estavam produzindo o efeito de eliminar o agente responsável pelo dinamismo do sistema, o empresário empreendedor. A eliminação podia ocorrer por duas vias: ou pelo desaparecimento dos pequenos e médios negócios, setores nos quais os empreendedores iniciam suas atividades, ou pela criação, no interior das grandes corporações, de equipes técnicas assalariadas que teriam a tarefa de criar e introduzir as inovações. Nesse caso, as equipes tenderiam a se tornar organismos burocráticos, repetindo tarefas cada vez mais rotineiras e previsíveis, isto é, afastar-se-iam cada vez mais das motivações típicas do empresário empreendedor, conduzindo o sistema à estagnação.

Em segundo lugar, o desenvolvimento capitalista estava criando o efeito de separar a propriedade e a gestão da empresa, isto é, estava produzindo uma classe de “proprietários ausentes”, de um lado, e de gestores de outro, que não teriam um compromisso efetivo com a preservação da empresa. O mesmo desenvolvimento que estava conduzindo à perda da “substância material” da propriedade (as relações entre o proprietário e as empresas tornavam-se cada vez mais tênues) gerava uma “classe” de intelectuais, cujas inclinações críticas e dificuldades de integração profissional ao sistema tendiam a exercer um papel desagregador sobre a ordem, particularmente quando se amalgamavam às classes desfavorecidas pelo sistema.

Em terceiro lugar, a crescente influência e interferência do Estado na economia, por meio de impostos elevados, gastos públicos excessivos, leis de proteção ao trabalho e de regulamentação do mercado, tenderiam a desestimular o investimento, as inovações e o desenvolvimento. Schumpeter acreditava que a ampliação das esferas de atuação do Estado tendia a evoluir para um capitalismo estatal burocratizado e ineficiente, cujos desdobramentos seriam ou uma volta ao capitalismo ou a transição para o socialismo pleno.

Nas seis décadas que se seguiram a essas análises de Schumpeter, seus diagnósticos pessimistas sobre as chances de sobrevivência do capitalismo não se confirmaram. Diversamente do que o autor imaginava, o sistema, pelo menos até agora, tem revelado uma grande capacidade de gerir e superar as suas dificuldades.

O outro campo de estudos para o qual Schumpeter deixou importantes contribuições foi o dos ciclos econômicos. Muitos autores vinham trabalhando sobre os ciclos econômicos quando ele publicou sua análise. Ela não era propriamente original em suas partes, mas foi muito importante por conseguir apresentar uma visão abrangente sobre os ciclos, sintetizando inúmeros estudos e pesquisas que vinham sendo feitos sobre o tema.

Schumpeter classificou os ciclos em três tipos: o ciclo de Kitchin, o de Juglar e o de Konradieff. O ciclo de Kitchin³ estava associado ao comportamento das vendas e compreendia um período aproximado de 40 meses. Assim que as vendas ingressavam numa fase de expansão, as empresas ampliavam seus estoques para se antecipar à demanda. Essa antecipação gerava estímulos à produção, ao emprego e à renda e se prolongava até a redução do ritmo das

³ Nome dado em homenagem ao empresário sul-africano que foi o primeiro a identificá-lo.

vendas. Aos primeiros sinais de queda nas vendas, as empresas reduziam imediatamente a produção e os estoques até que as vendas voltassem a se acelerar e um novo ciclo recomeçasse.

O segundo ciclo, considerado o mais importante, é o de Juglar.⁴ Sua duração varia de nove a dez anos e ele está relacionado às variações no fluxo dos investimentos. O ciclo de Juglar se inicia quando as empresas partem para investimentos na modernização das fábricas e na aquisição de máquinas e equipamentos para ampliar a produção. Esse período dura de quatro a cinco anos. Com o novo parque produtivo instalado, o ritmo de investimentos decai e as máquinas entram numa fase de intensa utilização e desgaste. Esse período se estende por aproximadamente cinco anos. O novo ciclo tem início quando a necessidade de reposição do maquinário desencadeia uma nova onda de investimentos.

O terceiro ciclo, o de Kontradieff⁵, tem duração aproximada de 50 a 60 anos e está ligado à introdução de inovações em grande escala. O ciclo se inicia quando um conjunto de invenções e novos métodos de comercialização e produção que vinham se acumulando ao longo de anos começam a ser introduzidos na vida econômica, desencadeando uma onda de inovações. Em geral, essas invenções e esses novos métodos se acumulam, pois as empresas não se sentem seguras para aplicá-los por nunca terem sido testados em sua eficácia. Quando surge a oportunidade e elas são introduzidas com sucesso na vida econômica, todos os demais agentes começam a copiá-las, abrindo um período de expansão dos investimentos, da produção, do emprego e da renda. Esse período corresponde à fase ascendente do ciclo de Kontradieff e dura aproximadamente de 12 a 14 anos. Quando as inovações já estão generalizadas, e o ciclo de inovações se esgota, o ritmo dos investimentos se reduz, as empresas contratam menos crédito e o ritmo de crescimento decai. Inicia-se uma fase de diminuição da produção, do emprego e da renda, orientando a economia numa rota da recessão. Quando a retração da atividade econômica num ciclo longo coincide com as fases de retração de um ciclo de Juglar e de Kitchin, o sistema evolui para uma depressão econômica. A fase que vai da reversão da prosperidade até a depressão, compreende um período de aproximadamente 20 a 25 anos. A fase seguinte, de retomada do crescimento e de acúmulo de invenções

⁴ Nome do médico e economista francês que foi o primeiro a demonstrar sua existência.

⁵ Economista russo, ministro de Kerensky e conselheiro econômico do governo soviético até a década de 1930.

e novos métodos, se prolonga por mais 12 ou 14 anos, até o momento em que surge uma oportunidade na qual eles são introduzidos em grupo nos processos produtivos e impulsionam uma nova fase de prosperidade. Schumpeter considerava esses ciclos de prosperidade e depressão próprios da dinâmica do sistema capitalista, etapas transitórias no processo de expansão da renda nacional e *per capita*.

17.4 Simon Smith Kuznets (1901-1985)

A abordagem keynesiana abriu uma série de possibilidades para os estudos macroeconômicos, em especial para os problemas do desenvolvimento. O modelo de Harrod-Domar, por exemplo, isolou algumas variáveis de inspiração keynesiana e desenvolveu equações que pretendiam representar, de maneira aproximada, o comportamento do sistema macroeconômico de forma a dotar os governos de instrumentos de intervenção para assegurar uma rota segura de crescimento. Mas ainda havia todo um trabalho a ser feito nesse campo, pois a nova abordagem exigia a quantificação das variáveis macroeconômicas segundo um método que permitisse, por exemplo, estudos comparativos entre os países desenvolvidos e entre estes e os países pobres. É principalmente nesse campo que se inserem as contribuições de Simon S. Kuznets.

Nascido em Kharkov, na Ucrânia, em 1901, emigrou para os Estados Unidos em 1921. Obteve seu Ph.D. em 1926 na Universidade de Columbia. Foi aluno de W. C. Mitchell, com quem trabalhou no National Bureau of Economic Research. Tornou-se, posteriormente, professor das universidades John Hopkins (1954-1960) e Harvard (1960-1971).

Suas pesquisas abarcaram o campo extenso, envolvendo estudos históricos, amplos levantamentos estatísticos e aprimoramento de conceitos teóricos. Foi agraciado em 1971 com o Prêmio Nobel de Economia em razão de seus estudos ancorados em amplo levantamento estatístico, que possibilitaram medir com maior precisão as magnitudes econômicas que interferem decisivamente no processo de mudança social. Os métodos que criou para avaliar as dimensões e as variações da renda nacional foram importantes para esclarecer vários aspectos do crescimento econômico. Foi muito bem-sucedido em evidenciar a relação entre vários componentes importantes do sistema econômico, baseada em conceitos que oferecessem a oportunidade de serem observados, medidos e testados estatisticamente. Essas abordagens elucidaram muitos conceitos

e modelos excessivamente abstratos e viabilizaram a criação de outros com maior aplicabilidade na vida econômica. Além dos aspectos puramente quantitativos, os fatores institucionais, demográficos, tecnológicos e os relativos à estrutura industrial e do mercado não foram negligenciados. O conjunto de pesquisas contribuiu para a definição de inúmeros conceitos, como de renda nacional, renda *per capita*, coeficiente de capital e vários outros que possibilitaram expressar quantitativamente várias idéias de Keynes, além de permitirem a elaboração do sistema de contas nacionais adotado posteriormente por vários países e pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Entre suas principais contribuições, podemos destacar: *National income, 1929-1932*, artigo de 1933, publicado na *Encyclopaedia of the social science*, vol. XI; *Secular movements in production and prices*, de 1930; *Long-term changes in the national income of the United States of America since 1870*, de 1951; *Quantitative aspects of the economic growth of nations*, papers publicados como suplemento da *Economic Development and Cultural Change* (University of Chicago Press), em outubro de 1956 e em janeiro de 1967; *Capital in the American economy: Its formation and financing*, de 1961; *Modern economic growth: rate, structure, and spread*, de 1966; *Economic growth of nations: total output and production structure*, de 1971.

No artigo de 1933, Kuznets apresenta sua primeira exposição dos componentes da contabilidade nacional e demonstra como eles poderiam ser relacionados às principais formulações da teoria econômica da época. Numa série de estudos posteriores realizados sobre a economia norte-americana, procurou determinar de que forma o crescimento demográfico, fatores políticos, sociais e técnicos interagem na atividade econômica e na evolução ou crescimento da renda nacional. Os mesmos métodos e conceitos utilizados para analisar a evolução da economia dos Estados Unidos foram aplicados aos casos da Inglaterra e da Alemanha, o que lhe permitiu comparar as tendências do crescimento econômico entre esses países, dedicando especial atenção aos aspectos relativos à distribuição de renda. Nessas análises, recorreu com frequência ao conceito de “coeficiente de capital” (relação entre o capital investido e a produção anual) para medir a intensidade do capital e o índice de capitalização.

Na sua obra de 1966, *Modern economic growth: rate, structure, and spread*, uma das mais conhecidas e divulgadas, Kuznets alinha muitas das idéias pelas quais se tornou conhecido no *mainstream* econômico.

Com esse trabalho, ele procurou analisar as principais características do crescimento econômico das nações nos séculos XIX e XX. A primeira característica relevante que ele identifica na economia moderna é a participação cada vez mais efetiva da ciência na solução dos problemas da produção, a qual impulsionou de forma inédita o crescimento. Para medir esse crescimento, ele recorreu ao conceito de Produto Nacional Bruto (PNB), e fez questão de destacar que o recurso a esse parâmetro não implica que ele seja o melhor ou o mais importante para avaliar o desempenho econômico das nações. Argumenta que o PNB é um indicador bastante adequado para medir o desempenho das nações desenvolvidas, mas, no caso dos países subdesenvolvidos, como as condições econômicas são muito diferentes, talvez seja necessário recorrer a outros parâmetros, capazes de avaliar melhor as mudanças nas condições econômicas desses países. Kuznets sugere, portanto, que a definição de parâmetros de avaliação do crescimento econômico não é uma decisão estritamente técnica, uma vez que as metas econômicas estão relacionadas a opções da sociedade e das forças políticas de cada nação.

Outra característica importante da economia moderna diz respeito às relações entre o crescimento da população e o produto. O autor afirma que suas pesquisas indicaram que não há como demonstrar efeitos favoráveis ou desfavoráveis do crescimento demográfico sobre o crescimento do produto. Na verdade, há vários fatores que atuam nesse processo, como os sociais, os políticos, os institucionais, e eles devem ser analisados conjuntamente. Nem o incremento quantitativo da força de trabalho e do capital também é suficiente para explicar o crescimento da economia moderna. Segundo Kuznets, o aumento da eficiência do parque produtivo está relacionado ao aumento da produção por unidade de insumo, que, por sua vez, depende da melhor qualidade dos recursos, de novas combinações na organização produtiva, de incrementos tecnológicos ou de uma combinação dos três. Essa valorização dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, para justificar o crescimento econômico, é um ponto de convergência entre as análises de Kuznets e Schumpeter.

Todo o período de crescimento econômico inicia-se com a introdução de novas técnicas, fenômeno que não ocorre simultaneamente em todos os países, mas, geralmente, em apenas dois ou três, e só posteriormente se dá a difusão desse progresso técnico. As nações que reúnem condições para iniciar o processo de inovações são invariavelmente aquelas que já possuem familiaridade

com as tecnologias tradicionais, conhecem bem suas limitações e têm conhecimento, ao menos teórico, do que é necessário para superá-las. Além disso, devem reunir condições favoráveis para a assimilação de novas técnicas (que não resultam de transformações das técnicas tradicionais empreendidas no interior do sistema) pelo parque produtivo. O ritmo da difusão do progresso técnico entre os países também é função direta da capacidade de cada um deles de inovar seus processos produtivos e de incorporar nova tecnologia. Para que isso se torne possível, concorre uma série de fatores, ideológicos, políticos, institucionais. Na ausência destes, de ordem institucional, a difusão do conhecimento e as inovações técnicas deparam com obstáculos insuperáveis, perpetuando o atraso econômico. Ele exemplifica mostrando que a adaptação às novas tecnologias implica grandes mudanças nos parques produtivos, as quais podem encontrar resistência entre os grupos industriais mais tradicionais. Se eles forem bem-sucedidos, os níveis de crescimento futuro estarão irremediavelmente comprometidos. Para Kuznets, portanto, o subdesenvolvimento é resultado, sobretudo, de uma inadequação da ordem institucional dessa classe de nações às condições necessárias à difusão dos novos conhecimentos e tecnologias.

O autor dedicou especial atenção aos problemas da distribuição do produto e da renda nos seus estudos sobre o crescimento econômico. Nos países desenvolvidos, ele observou uma nítida tendência de aumento da participação dos trabalhadores no produto líquido e explicou esse fenômeno como resultado dos investimentos na formação e qualificação da força de trabalho, além da opção dessas sociedades, baseadas no livre mercado, de valorizar o trabalho relativamente ao capital. Em seus estudos comparativos entre a evolução da distribuição da renda nos países desenvolvidos e nos pobres, observou que existe uma relação entre o estágio em que o país se encontra na trajetória do desenvolvimento e o perfil da distribuição da renda. Essa relação ficou conhecida como **Lei de Kuznets**. De acordo com ela, os países de renda *per capita* baixa possuem indicadores de distribuição de renda melhores que os países que iniciaram seu processo de desenvolvimento. Já os índices de distribuição de renda dos países desenvolvidos, de renda *per capita* elevada, são melhores que os dos países pobres. A Lei de Kuznets afirma, portanto, que a distribuição se torna mais equitativa à medida que a renda *per capita* aumenta, mas que essa evolução não ocorre de forma linear e progressiva. Segundo Kuznets, nas etapas iniciais do crescimento econômico em países pobres, há um aumento da

renda *per capita* e da desigualdade. Esses índices aumentam até que se atinja um ponto além do qual os índices de crescimento do produto passam a ser acompanhados pela diminuição progressiva da desigualdade. É como se, para sair do estado de pobreza e subdesenvolvimento, a distribuição de renda do país precisasse piorar para depois melhorar. Kuznets notou que, nos países onde foram feitas reformas agrárias radicais no pós-guerra, essa regularidade estatística não se aplica, isto é, o crescimento da renda *per capita* não passa pela etapa de deterioração da distribuição da renda.

O autor também é responsável pela descoberta de outra regularidade econômica, o *Ciclo de Kuznets*. Estudioso dos ciclos, descobriu que, entre os ciclos longos de aproximadamente 50 anos (Kontradiéff) e os de 10 anos (Juglar), existem ciclos de aproximadamente 25 anos. Fez essa descoberta baseado em análises estatísticas da economia norte-americana, num período marcado por forte movimento migratório (anterior a 1940). Como o próprio Kuznets reconhecia que não há relação positiva entre o crescimento demográfico e o econômico, essa regularidade não pôde ser observada com facilidade em outros períodos e em outras economias.

Apesar das importantes contribuições de Kuznets para o desenvolvimento e aplicação de muitas idéias keynesianas, seus estudos poderiam ser descritos como um campo de intersecção entre essa escola e a Institucionalista Norte-Americana.

17.5 Walt Whitman Rostow (1916-2003)

Historiador econômico norte-americano, estudou em Yale, onde obteve seu doutorado em 1940. Foi professor de Economia na Columbia University, de História dos Estados Unidos em Oxford e em Cambridge, e de História Econômica no MIT (1950-1961), quando saiu para assessorar a administração democrata. Ocupou vários cargos em organismos relacionados à Segurança Nacional. Em 1969, voltou a dar aulas de Economia e História em Austin, na Universidade do Texas.

Entre suas principais obras, destacam-se: *Process of economic growth*, de 1952; *Stages of economic growth*, de 1960; *Politics and the stages of growth*, de 1971; *How all began: origins of the modern economy*, de 1975.

Rostow é muito conhecido pela sua tese apresentada no *Stages of economic growth*, na qual o desenvolvimento econômico da humanidade é dividido em

cinco etapas: a sociedade tradicional, a pré-condição para a decolagem (*take-off*), a decolagem, a marcha para a maturidade e a era do consumo de massa.

Esse estudo foi resultado de uma série de conferências ministradas na Universidade de Cambridge, em 1958, durante um período de licença do MIT. As conferências tinham como tema o processo de industrialização e pretendiam, além de oferecer uma compreensão abrangente do assunto, ilustrar como a teoria econômica podia ser integrada à história econômica, apresentar uma análise integrada das sociedades (relacionando as forças econômicas, políticas e sociais) e oferecer uma alternativa à visão marxista sobre os temas dos modos de produção (no qual o socialismo e o comunismo apareciam como os estágios mais elevados de organização humana) e às relações entre a “infra-estrutura” econômica e os níveis da “superestrutura”.

Rostow reconhecia que o empreendimento de apresentar a história da humanidade baseado nessas cinco etapas do desenvolvimento tinha seus limites, mas argumentava que o objetivo era, basicamente, identificar certas uniformidades da evolução das sociedades humanas, mas sem perder de vista as particularidades de cada nação.

A primeira etapa do desenvolvimento era a sociedade tradicional. Nessa fase, a comunidade humana não consegue elevar o volume da produção *per capita* além de um determinado limite, pois sua capacidade produtiva depende de recursos técnicos restritos. A produção organiza-se principalmente em torno da agricultura, a sociedade é rigidamente hierarquizada, baseada em laços familiares (clãs), e o poder político apresenta-se centralizado e vinculado à propriedade ou ao controle da terra.

A segunda etapa corresponde a uma fase de transição, na qual são gestadas as pré-condições para o arranque ou decolagem (*take-off*). O autor afirma que a Europa Ocidental passou por essa fase em fins do século XVII e início do XVIII. Nesse período, a ciência começou a interferir na produção agrícola e industrial, num momento de expansão dos mercados mundiais e de intensificação da concorrência internacional. Entre os fatores que caracterizam essa transição, encontram-se: a crescente adequação da educação às necessidades da moderna atividade econômica; o surgimento de empreendedores, de bancos e de instituições de crédito; o incremento dos investimentos em infra-estrutura; a formação de um estado nacional centralizado e organizado; a ampliação do comércio nacional e internacional e o surgimento de empresas industriais; a

convivência entre valores políticos, sociais e instituições tradicionais e técnicas de baixa produtividade com os setores modernos.

A etapa da decolagem se caracteriza pela superação dos obstáculos ao desenvolvimento contínuo, quando as forças do progresso se generalizam e passam a ditar o ritmo da atividade econômica. Os fatores que proporcionam a decolagem são: as novas tecnologias, a acumulação de capital, a aplicação das novas tecnologias à agricultura e à indústria e a ascensão ao poder político de grupos comprometidos com a modernização. Nessa fase, as novas indústrias surgem e se expandem rapidamente, aumentam o contingente operário, a classe empresarial, o grau de urbanização, a oferta de produtos manufaturados e de serviços, e elevam-se a renda, a poupança e os investimentos.

Segundo Rostow, a decolagem da Grã-Bretanha ocorreu nos 20 últimos anos do século XVIII; a da França e dos Estados Unidos, na primeira metade do XIX; a da Alemanha, no terceiro quarto do século XIX; a do Japão, no último quarto do século XIX; a da Rússia e do Canadá, no quarto de século anterior a 1914; e a da Índia e da China, nas décadas pós-1950.

A marcha para a maturidade compreende um longo período de progresso continuado, no qual a tecnologia moderna se propaga para o conjunto do sistema econômico, o investimento oscila em torno de 10% a 20% ao ano da renda nacional e a produção ultrapassa o incremento demográfico. O setor industrial se consolida e se insere internacionalmente, alterando a pauta de importação, substituindo importações, ampliando exportações. Os valores associados ao modo de vida tradicional começam a ceder espaço aos modernos e as instituições começam a se adaptar à nova realidade, abrindo caminho para a continuidade da modernização. Em síntese, na fase de maturidade, o crescimento industrial atinge um estágio de autonomia, no qual o sistema econômico consegue produzir o que julga necessário no nível da tecnologia moderna. A dependência, se existir, deixa de ser técnica e passa a ser uma opção, econômica ou política.

Na última etapa, a era do consumo em massa, as conseqüências da maturidade econômica tendem a se expressar com ênfase cada vez maior nos setores de bens de consumo duráveis e de serviços, passando a liderar o crescimento econômico. Com isso, a renda real *per capita* eleva-se a um patamar superior às necessidades básicas de alimentação, habitação e vestuário; a proporção da população urbana em relação ao total e sua disposição em adquirir produtos de consumo crescem; e, principalmente, a prioridade que a sociedade atribui às

inovações tecnológicas começa a ceder espaço às políticas de assistência social, que ganham importância crescente.

Entretanto, caso predomine a **soberania do consumidor**⁶, haverá uma pressão para que a maior parte dos recursos se desvie para a produção de bens de consumo duráveis (especialmente automóveis) e para a expansão do setor de serviços.

Para Rostow, o estudo dessas etapas não visa simplesmente a mostrar como as economias e seus setores se transformam para crescer, mas também a observar “uma série de opções estratégicas feitas por várias sociedades” no que diz respeito a como empregar seus recursos produtivos, opções que, em geral, incluem aspectos econômicos mas os transcendem.

Essa abordagem acabou criando uma polêmica com Kuznets, pois ele discorreu dessa concepção de etapas do desenvolvimento elaborada por Rostow, dos parâmetros que ele considerava relevantes para a análise do crescimento e do indicador que havia proposto para medir o crescimento econômico. Kuznets defendia a utilização dos grandes agregados, como o crescimento do PNB, do PNB *per capita* e outros, para analisar a economia das nações e estabelecer comparações internacionais. Rostow, por sua vez, inspirado por um estudo do próprio Kuznets (*Secular movements in production and prices*, de 1930), defendia uma abordagem setorial e subsetorial do crescimento, além de considerar a capacidade de uma nação ou de um setor econômico de incorporar tecnologia como o indicador mais adequado para medir o crescimento econômico. Ele até acreditava que o PNB *per capita* podia ser utilizado para definir as etapas do desenvolvimento, mas considerava que esse método não podia oferecer uma compreensão efetiva do que ocorria na economia e, algumas vezes, poderia produzir resultados enganosos. Argumentava que o problema dos grandes agregados é que eles não permitem identificar os setores nos quais as novas tecnologias são introduzidas e a partir dos quais ocorre o efeito de difusão do crescimento. Dessa forma, obscurecia um ponto decisivo em torno do qual havia consenso e que dizia respeito ao reconhecimento de que “o crescimento moderno está enraizado na difusão progressiva de novas tecnologias numa base eficiente”. De acordo com Rostow, sem essa desagregação, os estudos sobre o crescimento desprezavam seu componente mais relevante.

⁶ Conceito segundo o qual só se produz aquilo que o consumidor deseja. Conforme essa visão, as necessidades humanas são aproximadamente as mesmas ao longo da evolução humana. Esse ponto de vista admite que a esfera produtiva não tem poder para induzir necessidades e desejos de consumo.

17.6 Alexander Gerschenkron (1904-1978)

Gerschenkron nasceu na Rússia e migrou para Viena em 1920. Estudou na Universidade de Viena, onde obteve seu doutorado em 1928. Transferiu-se posteriormente de Viena para a Inglaterra e depois para os Estados Unidos. Em 1948, foi convidado para exercer uma cátedra na Universidade de Harvard na área de História Econômica.

Entre seus principais trabalhos, podem ser citados: *Bread and democracy in Germany*, de 1943; *Economic relations with the U.S.S.R.*, de 1945; *A dollar index of Soviet petroleum output, 1927-28 to 1937*, co-autoria com Nancy Nimitz, de 1952; *Economic backwardness in historical perspective, a book of essays*, de 1962; *Continuity in history, and other essays*, de 1968; *Europe in the Russian mirror: four lectures in economic history*, de 1970.

Foi um estudioso dos processos de industrialização nos séculos XIX e XX e dedicou atenção especial aos efeitos que os níveis distintos de desenvolvimento provocam na industrialização dos países “atrasados”, tanto no campo capitalista como no não-capitalista. Considerava que muitos dos problemas do desenvolvimento industrial em meados do século XX poderiam ser compreendidos de forma mais ampla e profunda com base num estudo histórico da industrialização europeia no século XIX. Do seu ângulo de análise, os temas do crescimento e do desenvolvimento resumiam-se ao problema da industrialização. O autor observou que, no caso dos países europeus que se industrializaram no século XIX, a visão dos agentes econômicos sobre o grau relativo de atraso entre a sua economia e a dos demais países era decisiva para compreender o início do esforço de industrialização. A demora em iniciar o processo contrastava com a intensidade e a energia que dedicavam à modernização em suas etapas iniciais. Ele explicava essa mudança súbita de atitude como resultante de uma ponderação dos agentes econômicos em relação às vantagens do rápido desenvolvimento econômico, comparativamente aos custos implícitos à eliminação dos obstáculos à modernização industrial. Quando a expectativa de ganho fosse mais que proporcional aos custos de superação do atraso e implementação da indústria, o processo seria desencadeado.⁷

Apesar de reconhecer que a industrialização estava ao alcance de todos os países “atrasados”, a superação dos obstáculos para a modernização industrial

⁷ GERSCHENKRON, Alexander. *Economic backwardness in historical perspective, a book of essays*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 1966.

dependia da disponibilidade de recursos e oportunidades de investimento, além da eliminação das barreiras institucionais⁸ que eram particulares em cada país. Além disso, os recursos nacionais deveriam ser mobilizados de forma organizada e concentrada, mediante planificação. Quanto maior fosse o grau de atraso da economia do país, tanto maior o grau de intervencionismo necessário para orientar o investimento privado e o crescimento industrial. Por exemplo, a inexistência de um sistema de crédito que financiasse os investimentos industriais exigia que o Estado desenvolvesse mecanismos para prover os recursos necessários à aquisição de máquinas e equipamentos pelo setor privado.

Para Gerschenkron, o atraso econômico não implicava só desvantagens. Entre as vantagens, destacou a possibilidade de as nações, em estágios iniciais de industrialização, “queimarem etapas”, incorporando as tecnologias mais modernas disponíveis nas economias desenvolvidas.

Em seus estudos sobre as economias não-capitalistas, priorizou pesquisas e abordagens comparativas entre os processos de industrialização no Ocidente e na União Soviética. Foi com base nessas análises que formulou a “Lei” ou “Efeito Gerschenkron”. Esse fenômeno ocorre quando se deseja comparar preços de mercadorias e serviços em dois momentos distintos no tempo para verificar que tipo de variação ocorreu (nominal, real ou ambas). A comparação deve ser feita tomando como referência os preços do primeiro ou do segundo momento. O problema é que a variação obtida quando se adotam como base os preços do primeiro momento é diferente da variação resultante quando a base são os preços do segundo momento.⁹ Quando há aumento real de preços, por exemplo, o índice de variação baseado nos preços do primeiro momento tende a ser maior que o índice de variação baseado nos preços do momento seguinte.

Questões

1. Explique qual o conceito de subdesenvolvimento apresentado por Nurkse, quais os principais obstáculos para superá-lo e as principais medidas necessárias para ultrapassar esse estágio.

⁸ Tais como falta de garantia aos direitos individuais e de propriedade, escassez de conhecimentos técnicos e científicos, baixa produtividade da agricultura, falta de mão-de-obra especializada, ausência de iniciativa empresarial, de crédito, de investimentos e de mercados.

⁹ Se a referência adotada são os preços do primeiro momento, utiliza-se o índice de Laspeyres; adotando-se os preços do segundo momento, utiliza-se o índice de Paasche.

2. Segundo Theodore W. Schultz, de que forma os investimentos e o desenvolvimento se relacionam?
3. Segundo Schumpeter, há uma diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico. Explique no que consiste essa diferença.
4. Qual é o papel que cabe ao empresário empreendedor na teoria de Schumpeter?
5. Explique por que Schumpeter era pessimista em relação às possibilidades de sobrevivência a longo prazo do sistema capitalista.
6. Qual é a principal contribuição de Schumpeter para a teoria dos ciclos?
7. Explique as relações entre crescimento econômico e distribuição de renda segundo a Lei de Kuznets.
8. De acordo com Rostow, quais são as principais etapas do desenvolvimento das comunidades humanas e quais as condições necessárias ao *take-off*?
9. Segundo Gerschenkron, como os agentes econômicos dos países não-industrializados encaravam o desafio do crescimento e do desenvolvimento industrial?

Referências

GERSCHENKRON, Alexander. *Economic backwardness in historical perspective, a book of essays*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 1966.

JONES, Charles I. *Introdução à teoria do crescimento econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

KUZNETS, Simon Smith. *Crescimento econômico moderno, ritmo, estrutura e difusão*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os economistas.

NURKSE, Ragnar. *Modelos de comercio y desarrollo*. Washington: Instituto de Desarrollo Económico, 1966.

_____. *Problemas de formación de capital en los países insuficientemente desarrollados*. México: Fondo de Cultura Económica, 1955.

ROSTOW, W. W. *Desenvolvimento econômico (um manifesto não comunista)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. *Etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

SCHULTZ, Theodore William. *Capital humano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre os lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo, Abril Cultural, 1982. Coleção Os economistas.

Teorias estruturalistas do crescimento e do desenvolvimento

18

18.1 O estruturalismo

Até agora foi relacionado um conjunto de modelos e teorias sobre o crescimento e o desenvolvimento que pode ser classificado em dois grupos. No primeiro, encontram-se as formulações de filiação liberal e neoclássica, as quais, por caminhos distintos, assumem que a modernização econômica e o progresso resultam de um movimento espontâneo das leis de mercado, cabendo às esferas sociais, políticas e institucionais o desafio da adaptação às transformações provocadas pela livre ação das forças do mercado (Solow, Lewis, Schultz, Schumpeter). Num outro grupo, estão reunidos os estudos que negam que a manutenção dos níveis de crescimento (no caso dos países desenvolvidos) e o ingresso na era industrial (no caso dos países pobres ou em desenvolvimento) possam ser obtidos num ambiente de livre mercado. Defendem uma ação intervencionista, em graus variados, para viabilizar os investimentos, o crédito e o planejamento das ações econômicas, de forma a garantir o crescimento ou lograr a industrialização no menor prazo possível. Nessa perspectiva, a ação natural das forças do mercado não assegura o crescimento nem conduz necessariamente à industrialização e ao progresso, cabendo ao Estado a tarefa de corrigir as imperfeições do mercado para concretizar os objetivos de modernização econômica (Harrod-Domar, Ragnar Nurkse, Kuznets, Gerschenkron).

Apesar dos ângulos diferentes de análise, ambas as abordagens estavam filiadas a uma visão linear de progresso, herdada do século XIX. Segundo essa visão, as sociedades humanas poderiam ser caracterizadas como modernas (civilizadas) ou atrasadas (estágio da barbárie). As modernas seriam as nações que haviam ingressado na fase da industrialização, e as atrasadas, as que se encontravam na etapa pré-industrial. Para que as sociedades pré-industriais superassem seu atraso, seria necessário trilhar um itinerário semelhante àquele percorrido pelas nações precursoras da industrialização. Segundo esse ângulo de análise, a superação do atraso ocorreria em etapas (o melhor exemplo aqui é Rostow) e viria ou pela via do livre mercado ou pelo intervencionismo e pelo planejamento estatal (com a ex-URSS representando aqui o caso-limite).

Nos anos que se seguiram ao pós-guerra, uma nova abordagem desse problema começou a ser formulada. Esse novo ponto de vista sobre a condição econômica das nações pobres sofreu forte influência de contribuições teóricas, originadas nos campos da lingüística¹ e da antropologia², as quais lançaram as bases do estruturalismo.

Resumidamente, a teoria estruturalista define seu objeto de estudo como um sistema integrado por vários elementos intimamente relacionados (uma língua, uma cultura, uma teoria). O papel e o significado de cada elemento só podem ser compreendidos através das relações que ele mantém com os demais componentes do sistema. Assim, as estruturas são sistemas **distintos, diferentes**, que só podem ser compreendidos na sua particularidade. Portanto, para o estruturalismo, os sistemas constituem fenômenos que não podem ser analisados segundo leis universais aplicadas indistintamente a cada caso. Também não podem ser observados numa perspectiva linear e evolutiva ou baseada em critérios de valores (melhores ou piores, mais ou menos evoluídas, mais ou menos civilizados etc.).

A influência estruturalista se manifestou no pensamento econômico, por uma ruptura com os “evolucionistas” de várias linhagens, que consideravam o “atraso” (isto é, o subdesenvolvimento, a pobreza, a situação das nações em desenvolvimento) como um ponto na trajetória do desenvolvimento. Para os primeiros formuladores do **estruturalismo econômico**, o subdesenvolvimento e a pobreza não se resumiam a um estágio de uma seqüência evolutiva, não eram, simplesmente, um ponto numa trajetória. Essas economias representavam um **ponto de chegada, o resultado de um itinerário**, uma forma de existência da sociedade industrial, que tendia a se reproduzir indefinidamente se nada fosse feito para alterar a maneira como os componentes da estrutura estavam relacionados e se reiteravam.

Entre os principais representantes dessa escola, destacam-se Albert Otto Hirschmann, Raul Prebisch e Celso Furtado. Os dois primeiros serão analisados neste capítulo, e Furtado, no capítulo sobre o pensamento econômico brasileiro.

¹ SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de lingüística geral*. Pref. Isaac Nicolau Salum, Albert Riedlinger. São Paulo: Cultrix, 1969. (1. ed., 1916.)

² LÉVI-STRAUSS, Claude. *Estruturas elementares do parentesco*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1969. (1. ed., 1949.)

18.2 Albert O. Hirschmann (1915)

Hirschmann nasceu em Berlim, em 1915. Estudou na Sorbonne, na London School of Economics e na Universidade de Trieste, onde obteve seu doutorado em 1938, em Economia. Quando a Segunda Guerra Mundial começou, migrou para os Estados Unidos. Depois de uma curta passagem por Berkeley, integrou-se ao Exército norte-americano e prestou serviço militar entre 1943 e 1946. Depois da guerra, trabalhou em órgãos governamentais nos Estados Unidos e na Colômbia (1952-1956) como consultor econômico. No retorno aos Estados Unidos, atuou em várias universidades como Yale, Columbia, Harvard e no Institute for Advanced Study da Princeton University, da qual é professor desde 1974.

Entre suas principais obras, podemos citar: *National power and the structure of foreign trade*, de 1945; *Colombia; highlights of a developing economy*, de 1955; *The strategy of economic development*, de 1958; *Latin American issues; essays and comments*, de 1961; *Journeys toward progress: studies of economic policy-making in Latin America*, de 1963; *Exit, voice, and loyalty: responses to decline in firms, organizations, and States*, de 1970; *A bias for hope: essays on development and Latin America*, de 1971; *The passions and the interests: political arguments for capitalism before its triumph*, de 1977; *National power and the structure of foreign trade*; de 1980; *Rival views of market society and other recent essay*, de 1986; *The rhetoric of reaction: perversity, futility, jeopardy*, de 1991.

O texto em que Hirschmann apresenta suas análises, sobre os problemas do subdesenvolvimento e do desenvolvimento de maneira mais ampla, é *Estratégia do desenvolvimento econômico*, de 1958. Ele parte da constatação de que o conjunto de estudos sobre o desenvolvimento até então convergiu para a criação de um “catálogo” infindável de condições que precisavam ser atingidas para superar o subdesenvolvimento, entre os quais se destacavam: disponibilidade de recursos naturais, capital, capacidade de organização e direção, capital humano, espírito empreendedor etc. Na perspectiva dessa literatura, o subdesenvolvimento era explicado em termos de ausência e/ou escassez de determinado fator de produção.

O autor propôs uma nova abordagem baseada em duas referências principais. A primeira enfatizava um aspecto relativamente reconhecido pela literatura, que esse conjunto de condições era aparentemente impossível de ser reunido, a não ser que o desenvolvimento se manifestasse. O que pode parecer

uma tautologia era, na verdade, o reconhecimento de que o desenvolvimento, ao ser desencadeado, cria um círculo virtuoso isto é, uma série de condições novas e necessárias para a sua continuidade, reprodução e expansão.

O outro aspecto, no qual Hirschmann revelava toda a sua originalidade, é que não se tratava de buscar no interior das sociedades subdesenvolvidas um conjunto de requisitos considerados universais e necessários para o desenvolvimento e, uma vez encontrados, alocá-los de forma eficiente para dar início ao processo. Tratava-se de criar uma nova abordagem, cujo foco fosse dirigido para a identificação das potencialidades da realidade local, por meio de pesquisas extensas e profundas, e, baseado nessas informações, criar condições para que elas se materializassem de forma a contribuir para o desenvolvimento. Nas palavras do autor, “o desenvolvimento não depende tanto de encontrar ótima confluência de certos recursos e fatores de produção quanto de provocar e mobilizar, com propósito desenvolvimentista, os recursos e aptidões que se acham ocultos, dispersos ou mal empregados”.³

Encarar o problema do desenvolvimento desse ângulo proporciona a vantagem de evitar o dispêndio de esforço e energia na procura de requisitos inexistentes ou na alocação de recursos escassos, como capital, capacidade empreendedora... e concentrar a atenção em “processos de incentivo, que farão eclodir e mobilizar a maior soma possível desses recursos”.⁴ Equacionar assim o problema significa reconhecer que a superação do subdesenvolvimento é muito mais complexa do que se supõe. Quando ele é explicado em termos de ausência-escassez de recursos, esse obstáculo pode ser superado importando o fator que falta. Se o diagnóstico se orienta pelos recursos latentes, é necessário um “agente coordenador”, que deverá mobilizar e estimular os fatores ocultos, dispersos e latentes, de forma a contribuir para o crescimento, tarefas, sem dúvida, mais difíceis. Em síntese, o autor conclui que o desenvolvimento depende essencialmente da capacidade e determinação da nação e de seu povo de se organizar para se desenvolver, numa quadratura histórica na qual já existem nações plenamente industrializadas e desenvolvidas.

Hirschmann destaca que a determinação é importante, mas não é suficiente. É necessário também saber o que fazer, isto é, cabe ao “agente coordenador”

³ HIRSCHMANN, Albert O. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

⁴ Id.

definir uma perspectiva de crescimento que articule de maneira precisa as metas e os caminhos para atingi-las. Naturalmente, nesse processo, surgem no interior de cada nação obstáculos relacionados aos diversos agentes sociais e às expectativas que cada um deles alimenta em relação à modernização. Para o autor, o pior dano que esses conflitos podem gerar é criar dificuldades e vacilações no processo de tomada de decisões necessárias ao desenvolvimento, na quantidade e na urgência em que elas se fazem necessárias. Assim, a principal tarefa da teoria e da política do desenvolvimento é determinar “sob que condições as decisões do desenvolvimento podem ser promovidas [...] por meio de planos desenvolvimentistas ou processos de incentivo”.⁵

É evidente que, quando Hirschmann se refere ao “agente coordenador”, trata-se naturalmente do Estado. Ele considera que o Estado tem um papel importante a cumprir no desenvolvimento, tanto no caso em que é **pressionado** a suprir demandas e equacionar desequilíbrios criados pelo crescimento quanto nas circunstâncias em que atua como **indutor** do desenvolvimento, construindo siderúrgicas, por exemplo. O intervencionismo, porém, só é eficaz materializado num plano que viabiliza uma estratégia de desenvolvimento, selecionando setores prioritários e definindo, com grandes detalhes e minúcias, as medidas concretas favoráveis a cada setor.

Para Hirschmann, o capital estrangeiro também pode contribuir para os processos de desenvolvimento. No que se refere à esfera pública, ele pode contribuir porque não está limitado a fatores políticos e pressões, que muitas vezes paralisam o processo de tomada de decisões e de implementação de medidas desenvolvimentistas, além de liberar o governo da tarefa de gerir a distribuição de recursos, permitindo que se concentre no planejamento.

Na esfera privada, ele é o principal agente da concentração e da inovação. Em geral, é também mais ousado, e, mesmo que os investimentos revelem ter subestimado as dificuldades e os obstáculos, ele empreende todo o esforço adicional necessário para não sacrificar os investimentos já feitos, assegurando assim a continuidade do processo. Além disso, o processo de desenvolvimento cria desequilíbrios que podem ser sanados temporariamente pelo recurso ao capital estrangeiro, que passa a desempenhar, assim, um papel paliativo, até

⁵ HIRSHMANN, Albert O. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

que se reúnam as condições necessárias para um equacionamento definitivo do problema. Mesmo esse papel paliativo não pode ser desprezado, pois, ao socorrer um elo da cadeia produtiva ou do sistema econômico que se revela frágil até que ele se fortaleça, ele impede o retrocesso e garante as condições para a concretização das etapas seguintes do crescimento.

A participação do capital estrangeiro coloca em relevo a necessidade de uma boa margem de manobra na balança de pagamentos, pela criação de mecanismos que assegurem e sustentem o processo.

Hirschmann era sensível ao fato de que sua ênfase no poder criador das pressões, das tensões e do desequilíbrio no processo de desenvolvimento podia representá-lo como um empreendimento excessivamente arriscado. Ele reconhecia que, de fato, o desenvolvimento criava desequilíbrios que podiam ser nefastos, caso o capital estrangeiro não participasse, por exemplo. Entretanto, ressaltava que essas tensões e desequilíbrios geravam novas forças, circunstâncias e alternativas que permitiam controlá-las e dominá-las. A estratégia, argumentava, consiste em aproveitar, ao máximo e positivamente, os desequilíbrios que o desenvolvimento cria, evitando buscar soluções no exterior e valorizando a percepção das potencialidades latentes, das pressões e das iniciativas presentes na realidade social e econômica local. Observava que não era raro o progresso se insinuar primeiramente na periferia do sistema antes de conseguir “desalojar o atraso das posições centrais, onde talvez esteja fortemente entrincheirado”.⁶

Fora dessa alternativa restava o caminho da imposição institucional, em geral inadequada à realidade local. A futilidade dessas iniciativas, o fracasso de várias tentativas de desenvolvimento, baseadas em modelos externos, podem conduzir a soluções patrocinadas pela brutalidade, como todos os seus desdobramentos, “o desprezo pelo sofrimento humano, pelos direitos adquiridos, pelos processos legais, pelos valores tradicionais, pela leve e precária crosta de civilização”.⁷

É por isso que ele considerava fundamental aos países em desenvolvimento familiarizar-se com essa natureza do processo de desenvolvimento e observar que as pressões e tensões que ele gera não conduzem necessariamente ao fracasso, mas podem ser transformadas em incentivos para a continuidade do processo.

⁶ HIRSHMANN, Albert O., 1961.

⁷ Id.

18.3 Raul Prebisch (1901-1986) e a Cepal

No campo das análises que procuraram tratar dos problemas do desenvolvimento dos países pobres numa abordagem estruturalista, cabe destaque especial aos estudos de Raul Prebisch e às contribuições da Cepal, inspiradas em grande parte por ele.

Raul Prebisch nasceu na Argentina e cursou Economia na Universidade de Buenos Aires, da qual se tornou professor e catedrático de Economia Política. Ocupou vários cargos importantes em órgãos da área econômica do governo argentino, no período 1930-1943, entre os quais o de primeiro diretor-geral do Banco Central da Argentina (1935-1943). Em 1949, passou a integrar a diretoria da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal, órgão da ONU), sendo conduzido no ano seguinte ao cargo de secretário-executivo da instituição.⁸ Criado em 1948, e sediado em Santiago do Chile, esse órgão regional da ONU tinha como principal objetivo analisar e apresentar propostas para o desenvolvimento dos países latino-americanos no contexto do pós-guerra. Era composto por representantes de todos os países da América Latina e contava com a participação especial de representantes dos Estados Unidos, Inglaterra, França e Holanda.

À frente da Cepal, Raul Prebisch articulou um grupo de importantes intelectuais, entre os quais se destacaram Celso Furtado, Felipe Herrera e Oswaldo Sunkel. Em 1948, publicou o que pode ser considerado um manifesto-programa, *O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas*⁹, no qual apresentou as bases de uma teoria do desenvolvimento inspirada na realidade dos países periféricos da América Latina. Essa nova abordagem visava a superar um sentimento de descrença e perplexidade de um grupo de intelectuais em relação à teoria econômica elaborada nos países desenvolvidos e consagrada no *mainstream*. Era cada vez mais evidente que as teorias convencionais apresentavam uma série de inadequações em relação à realidade econômica e social dos países periféricos, a que o grupo visava entender e transformar¹⁰, especialmente em relação ao dogma que

⁸ HIRSCHMANN, Albert O. *Monetarismo versus estruturalismo: um estudo sobre a América Latina*. Albert O. Hirschmann (coord.). Rio de Janeiro: Lidasos, 1967.

⁹ Publicado como introdução ao *Estudio económico de la América Latina, 1948 (E/CN. 12/89)*. Foi publicado posteriormente pela ONU em *Cepal, Boletín económico de América Latina*, v. VII, n.1, Santiago do Chile, 1962.

¹⁰ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *O pensamento econômico brasileiro, o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

considerava inevitável a convergência nos níveis de desenvolvimento, entre todos os países participantes do mercado internacional, caso a livre ação das forças do mercado fossem preservadas (neoclássicos) ou ao menos controladas (keynesianos).

Além dessa análise, outras obras de Prebisch que merecem destaque são: *Teoria e prática dos problemas do crescimento econômico*, de 1950; *Política comercial nos países subdesenvolvidos*, de 1959; *Uma nova política comercial para o desenvolvimento*, de 1965; *Interpretação do processo de desenvolvimento latino-americano em 1949*, de 1973; *Estrutura socioeconômica e crise do capitalismo periférico*, de 1978; *Capitalismo periférico, crise e transformação*, de 1981.

De um ponto de vista mais geral, a abordagem estruturalista formulada por Prebisch e pelos demais integrantes da Cepal consistia em demonstrar que o desenvolvimento nos países periféricos era diferente da transição clássica, vivida pelos países desenvolvidos. Esse caminho distinto de desenvolvimento na América Latina criou uma realidade econômica e social com inúmeras particularidades, que os modelos e teorias econômicos tradicionais não conseguiam contemplar. Prebisch e os demais integrantes do grupo tinham perfeita compreensão do imenso desafio que tinham pela frente, pois se tratava de elaborar uma teoria consistente que “provasse” essa particularidade. Os passos seguintes viriam como desdobramentos lógicos: uma “realidade” distinta engendra problemas particulares que exigem soluções diferentes das determinadas pelas teorias convencionais e adotadas pelos países centrais. A teoria precisava provar que a condição periférica consistia num novo padrão de desenvolvimento, com problemas específicos para poder justificar e legitimar as propostas e soluções alternativas, heterodoxas, que ofereciam para a superação do subdesenvolvimento.

A teoria e as interpretações de Prebisch e da Cepal não surgiram prontas e acabadas. O trabalho de 1948 apresentou alguns conceitos básicos e definiu uma linha interpretativa, que foi aprimorada ao longo do tempo por Prebisch e seus colaboradores da Cepal. Esse processo pode ser periodizado em três etapas. A primeira (1948-1953) correspondeu à fase de pesquisa e de elaboração das linhas teóricas mais gerais. A segunda (1953-1958) foi caracterizada pela elaboração de estudos intensivos e individualizados para cada país da região. A terceira (de 1958 em diante) voltou-se mais para o tema da integração e cooperação entre os países da América Latina.¹¹ Mas quais seriam as principais inovações metodoló-

¹¹ HIRSCHMANN, Albert O., 1967.

gicas e interpretativas dessa nova teoria sobre os problemas do desenvolvimento latino-americano?

O primeiro aspecto importante consiste na identificação de um processo espontâneo de industrialização ocorrido na periferia, em decorrência das dificuldades criadas pelas duas guerras mundiais e a grande crise de 1929. O colapso provocado por esses acontecimentos no mercado internacional criou condições para o surgimento de setores industriais incipientes na periferia, inaugurando o que foi denominado uma **nova era de difusão do progresso técnico**. Esse fenômeno tinha uma importância excepcional, pois criou um ponto de apoio interno a partir do qual o processo de modernização poderia avançar.

A análise do processo de difusão do progresso técnico em escala global deu origem a outro elemento-chave da teoria, o **conceito de centro-periferia**. Esse conceito visava a representar o papel desempenhado pelos países no processo de difusão do progresso técnico. O centro era definido como um conjunto de países geradores e difusores do progresso técnico, e a periferia, como a área que assimila as novas tecnologias geradas no centro. De acordo com essa interpretação, a difusão do progresso técnico, que é o aspecto essencial do desenvolvimento, ocorreu de forma distinta nos dois pólos. No centro, o processo foi mais veloz, mais homogêneo, isto é, propagou-se pelo conjunto da economia, produzindo o efeito de elevar a produtividade geral do sistema. Na periferia, as tecnologias modernas foram incorporadas nos setores exportadores, voltados ao abastecimento de alimentos e matérias-primas das economias centrais. Os demais setores da economia mantiveram-se na condição de atraso, com baixo grau de produtividade.

À medida que o progresso técnico avançava, no centro os ganhos de produtividade se traduziam em preços mais elevados dos produtos manufaturados, em melhores salários e condições de vida da população.¹² Na periferia, o incremento da produtividade no setor exportador, a oferta abundante de mão-de-obra¹³ e a tendência de redução na importação de produtos primários pelo centro (especialmente matérias-primas) induziam a uma redução permanente dos salários e preços. Dessa assimetria de efeitos decorrentes da difusão do progresso técnico no centro e na periferia, Prebisch deduziu uma das suas contribuições mais importantes, a **deterioração dos termos de troca** no comércio

¹² Principalmente em razão das pressões exercidas pelos monopólios e sindicatos.

¹³ Tese Prebisch-Singer.

internacional em prejuízo da periferia. Como os preços dos produtos manufaturados, exportados pelo centro, tendem a aumentar continuamente e os preços dos produtos primários, exportados pela periferia, tendem a declinar, os benefícios decorrentes da introdução das novas tecnologias nas duas áreas parecem concentrar-se cada vez mais nas áreas difusoras das inovações técnicas, aprofundando as assimetrias entre os dois pólos da economia mundial. Essa formulação atacava frontalmente a tese liberal, que considera o livre-comércio e os mecanismos de mercado como fatores capazes de operar uma convergência entre os diferentes níveis de desenvolvimento dos diversos países.

A particularidade das condições econômicas das nações periféricas não se refletia apenas no plano das suas relações com o centro. Havia aspectos internos do funcionamento do sistema econômico que eram muito distintos dos que vigoravam nos países centrais. Entre esses aspectos, destacam-se sua especialização e a baixa produtividade. Na periferia, como já foi indicado, o emprego da tecnologia moderna permanece restrito ao setor exportador, as inovações não se propagam pelos demais setores, mantendo a economia com baixo grau de integração e complementaridade. A baixa produtividade dos setores não exportadores, somada à propensão ao consumo de luxo, determina um baixo nível de poupança. Numa economia desse tipo, surgem diversas dificuldades para a difusão do progresso técnico.

Uma delas é o desemprego crônico, que se encontra latente mesmo nas condições do subdesenvolvimento, na medida em que a quantidade de alimentos produzidos nas áreas de subsistência pode ser obtida por um contingente de mão-de-obra menor do que o normalmente empregado. O início da industrialização não resolve o problema, pois, como o nível de poupança é baixo, os investimentos ficam sempre aquém do necessário para incorporar todo o contingente de mão-de-obra disponível. Além disso, a tecnologia moderna importada poupa trabalho numa escala crescente, num contexto em que sua oferta é cada vez mais abundante. Finalmente, enquanto no centro a inovação técnica no setor de bens de consumo gera desemprego, a expansão do setor de bens de capital gera emprego, promovendo uma realocação da força de trabalho. Na periferia, a eliminação de empregos no setor de bens de consumo não produz uma contrapartida em outros setores da própria economia, mas gera empregos no setor de bens de capital das economias centrais.

A difusão do progresso técnico na periferia também esbarra em problemas relacionados à tendência ao desequilíbrio externo dessas economias. Como a expansão da demanda dos países centrais por bens primários evolui mais lentamente e a preços decrescentes, e a demanda da periferia pelos bens manufaturados evolui rapidamente e a preços crescentes, a deterioração dos termos de troca tende, inexoravelmente, ao desequilíbrio externo. Esse desequilíbrio pode se tornar ainda mais grave à medida que às importações de bens de consumo se somarem movimentos de importação de bens intermediários e de capital.

Dessa tendência ao desequilíbrio externo, os estruturalistas derivavam um elemento que ajudou a compor o diagnóstico que faziam a respeito das causas da inflação em países periféricos. Uma das causas estava relacionada aos ritmos diferentes de evolução dos preços dos artigos exportados e importados, que provocavam crises cambiais e surtos de elevação dos preços internos. A outra fonte de pressão inflacionária decorria da estrutura agrária e do baixo nível técnico da agricultura de alimentos, que determinavam um baixo nível de oferta e preços elevados para esses artigos. Por fim, a baixa capacidade de investimento do Estado era responsável pela oferta insuficiente de serviços de utilidade pública e recursos de infra-estrutura. Diante disso, a solução para o problema da inflação passava necessariamente por reformas estruturais que contemplassem um impulso à modernização industrial, para diminuir as pressões sobre a importação de manufaturados, uma reforma agrária com vistas a aumentar a produtividade na agricultura e uma reforma profunda no sistema tributário, que garantisse recursos para obras de infra-estrutura e oferta de serviços públicos.

Como é possível observar, o diagnóstico estruturalista da inflação discordava radicalmente do apresentado pelos monetaristas, que, em geral, associavam, basicamente, à expansão monetária. Os estruturalistas defendiam que a expansão monetária é uma resposta das autoridades às pressões de alta nos preços, provocadas por desequilíbrios estruturais da economia. A única forma eficaz de enfrentá-la era por meio de reformas estruturais que garantissem o crescimento econômico a longo prazo e evitassem o aprofundamento dos desequilíbrios mediante planejamento. Nessa perspectiva, colocar o problema do controle da inflação em termos de escolha entre a estabilização da moeda ou da promoção do crescimento era um falso dilema, pois a estabilização monetária era concebida como um resultado do processo de desenvolvimento adotado como uma estratégia de longo prazo.

O diagnóstico da Cepal conduzia à convicção de que a difusão do progresso técnico, numa marcha acelerada por si só, era a chave para o equacionamento de todos os problemas econômicos e sociais da periferia, tornando o desenvolvimento um resultado “automático” da industrialização. Novamente a questão do método se impunha. Era necessário compreender a particularidade do processo de industrialização na América Latina, para elaborar um diagnóstico da sua evolução e dinâmica para extrair propostas que explorassem todas as suas potencialidades no rumo do desenvolvimento. Esse esforço de compreensão, iniciado por Prebisch e desenvolvido por outros colaboradores do grupo, entre os quais se destaca Maria da Conceição Tavares, deu origem ao **modelo de substituição de importações**. Segundo esse modelo, a industrialização na periferia surge como resultado de um processo dinâmico, fruto da combinação da tendência ao desequilíbrio externo e das tentativas de atenuação dos seus efeitos via expansão industrial, o qual tende a repor o desequilíbrio externo num novo patamar.

Em geral, o processo se iniciava como resposta a crises internacionais (guerras, crises econômicas), que dificultavam a importação de bens de consumo manufaturados em virtude de uma crise cambial decorrente da deterioração dos termos de troca. Nesse contexto, começavam a surgir pequenas unidades industriais, baseadas em recursos técnicos rústicos e limitados e voltadas à produção dos bens de consumo não-duráveis indisponíveis via importação. À medida que esse setor se expandia e o desequilíbrio externo se atenuava, a demanda interna se deslocava para a importação de bens de consumo duráveis. Esse movimento de substituição tendia a realimentar a fragilidade dos termos de troca da economia periférica, induzindo a um novo desequilíbrio, cuja resposta era um movimento de expansão interno do setor industrial em direção ao segmento de bens de consumo duráveis. Nesse estágio, a redução da demanda desse tipo de bem atenuava a crise, mas, à medida que o setor se expandia, a demanda por bens de consumo duráveis era substituída pela de máquinas e equipamentos, que tendia a realimentar um novo ciclo de desequilíbrio, cujo equacionamento só ocorreria no longo prazo, com a interiorização da capacidade de produção de bens de capital, isto é, com a conquista de padrões de autonomia de crescimento industrial. A rapidez e a profundidade desse processo dependiam basicamente de dois fatores: da capacidade de a economia adaptar a sua estrutura às novas necessidades criadas pela expansão industrial em cada ciclo e da evolução da capacidade para importar.

Mas havia também outro fator fundamental para assegurar um ritmo acelerado de industrialização e de desenvolvimento, o **protecionismo**. De novo, a justificativa de Prebisch para a adoção do protecionismo decorria de constatações relativas às particularidades da economia periférica. Nas economias centrais, o protecionismo não deveria ser adotado, pois prejudicava a alocação ótima dos recursos. Nas economias periféricas, Prebisch demonstrava que o protecionismo à indústria contribuía para melhorar a alocação dos recursos disponíveis no sistema econômico. Ele organizou sua exposição baseado no modelo dos três setores, ou seja, as economias periféricas contavam com três setores básicos, o de subsistência, o industrial e o agroexportador, e havia uma oferta excedente de mão-de-obra organizada em torno das atividades de subsistência (considerando uma dada quantidade de produto e um dado nível técnico, seria possível produzir a mesma quantidade de produto com um número menor de trabalhadores). A questão para Prebisch era como melhorar a alocação do fator mão-de-obra numa economia com essa estrutura. Empregando-a na agricultura de exportação ou na indústria? O emprego desse excedente de mão-de-obra na agroexportação teria o efeito de acelerar a trajetória de deterioração dos termos de troca em prejuízo da periferia, pois a demanda internacional de artigos primários era inelástica. Por outro lado, o emprego da mão-de-obra no setor industrial produzia um incremento líquido no produto total, pois, apesar dos custos superiores da produção industrial na periferia, eles mais que compensavam os efeitos decorrentes da aceleração da deterioração dos termos de troca, que seria o resultado inevitável da alocação do trabalho excedente na agroexportação. Assim, o protecionismo era uma forma de sinalizar aos agentes econômicos, a respeito do setor, que deve ser alvo de investimentos e incorporar a mão-de-obra excedente.

Como é fácil depreender, a análise da Cepal considerava o desequilíbrio um atributo intrínseco à natureza do desenvolvimento dos países periféricos. Uma vez que esse problema não poderia ser eliminado, pelo menos no curto prazo, mas somente atenuado, é fácil entender os motivos que levaram a Cepal a se fixar energicamente no problema do **planejamento**. O planejamento era a única forma de assegurar apoio aos setores propulsores do crescimento econômico, mobilizar a integração e a complementaridade entre os segmentos da economia e compatibilizar o ritmo projetado de desenvolvimento com possibilidades de crescimento de cada setor. O planejamento era o instrumento

necessário tanto para garantir o desenvolvimento como para evitar efeitos que aprofundassem os desequilíbrios herdados.

O fato de os economistas vinculados à Cepal catalisarem o debate econômico nas décadas de 1950 e 1960 e terem participado da implementação de vários planos econômicos no período, em vários países da América Latina, ilustra a contribuição decisiva dessa geração de intelectuais para o desenvolvimento da região.

Questões

1. Explique qual foi a novidade, em termos de método, trazida pela abordagem estruturalista.
2. Hirschmann considerava que o problema do desenvolvimento precisava ser analisado de uma outra perspectiva. Explique que perspectiva era essa.
3. Explique qual a posição de Hirschmann em relação aos desequilíbrios criados pelo processo de desenvolvimento.
4. O que o conceito cepalino de centro-periferia visa a expressar?
5. Explique o que Prebisch entendia por deterioração dos termos de troca.
6. Como a inflação poderia ser explicada de um ponto de vista estruturalista?
7. O que era o modelo de substituição de importações e qual era a sua dinâmica?
8. Explique por que a Cepal considerava o planejamento uma questão estratégica para o desenvolvimento nos países periféricos.

Referências

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *O pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

HIRSCHMANN, Albert O. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

_____ (coord.). *Monetarismo versus estruturalismo: um estudo sobre a América Latina*. Rio de Janeiro: Lidados, 1967.

PREBISCH, Raul. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1968.

_____. *Transformação e desenvolvimento: a grande tarefa da América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

As escolas pós-keynesianas e novas contribuições à ciência no século XX

Neste capítulo, apresentamos várias contribuições à ciência econômica de alguns economistas considerados pós-keynesianos (Robinson, Chamberlin) e também de alguns teóricos, cujas contribuições para a ciência são reconhecidamente originais. Os pós-keynesianos são valorizados pela crítica que empreenderam a alguns aspectos das idéias neoclássicas, principalmente ao *laissez-faire*.

A Escola Pós-Keynesiana, assim como Keynes, defende um papel permanente para o governo na economia, não se confundindo com a simples substituição dos mercados privados pela ação do Estado na determinação do investimento. Relaciona-se, sim, com a adoção de políticas econômicas dirigidas a aumentar o nível de demanda agregada, de modo a criar um ambiente estável e seguro, que estimule os empresários a realizar novos investimentos, uma vez que os níveis de emprego e a utilização da capacidade dependem dos determinantes da demanda agregada, principalmente da decisão de investimento dos empresários.¹

19.1 Concorrência imperfeita de Joan Robinson

Após as devastadoras críticas de Sraffa, a teoria neoclássica do equilíbrio geral ficou bastante comprometida e surgiram duas obras da maior relevância para a produção econômica. A relevância das obras dos economistas Joan Robinson e Edward Chamberlin foi sintetizada pelo professor Napoleoni da seguinte maneira:

Alguns anos depois do artigo de Sraffa, procurou-se, na Inglaterra e na América, reconstruir uma teoria do mercado que tivesse, ao mesmo tempo, o grau de coerência e o rigor próprio da teoria da concorrência perfeita e do monopólio e, por outro lado, acolhesse integralmente as proposições apresentadas por Sraffa. Essa tentativa encontra-se expressa sobretudo em dois livros aparecidos em 1933: a *Economia da concorrência imperfeita*, da senhora Joan Robinson, na Inglaterra, e a *Teoria da concorrência monopolista*, de Edward Chamberlin, na América.²

Joan Violet Robinson (1903-1983) formou-se em Economia na Universidade de Cambridge, em 1925. Mais tarde, tornou-se professora daquela conceituada

¹ OREIRO, José L.; PAULA, Luiz F. de. "Pós-keynesianos e o intervencionismo estatal". Disponível em: <www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/pos_keynesianos_e_o_intervencionismo_estatal.pdf>. Acesso em: 9/1/2008.

² NAPOLEONI, Cláudio. *O pensamento econômico do século XX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 66.

instituição. Robinson pertenceu a um famoso grupo de keynesianos chamado *Circus de Cambridge*. Participou ativamente dos calorosos debates teóricos na conhecida “controvérsia de Cambridge”, que se desenvolveu nas universidades “Cambridge”, nos Estados Unidos da América, no MIT e na Inglaterra, tendo, em 1953, dado uma contribuição relevante com sua crítica ao pensamento neoclássico.

Joan Robinson também desenvolveu extenso trabalho teórico no campo do crescimento econômico, tendo publicado: *Ensaio sobre a teoria do crescimento econômico* e *A acumulação de capital*.

Deve-se creditar à produção de Joan Robinson a introdução e o desenvolvimento do conceito de *monopsônio* no campo da ciência econômica. O monopsônio faz, de certo modo, o mesmo papel do monopólio, mas no lado da demanda, ou seja, há uma situação de monopsônio quando o mercado possui um comprador ou um grupo de compradores que agem combinados.

Joan Robinson critica a noção de mercado perfeito, baseado no comportamento dos agentes em relação aos preços. Nos mercados, o comprador leva em conta vários aspectos além do preço para sua decisão de escolha do vendedor. Leva em consideração, por exemplo, os custos de transporte, a qualidade dos serviços de vendas, as garantias e vantagens oferecidas. Esses aspectos “quebram a homogeneidade do mercado perfeitamente concorrencial e introduzem uma imperfeição de mercado”³, ou seja, as razões que levam uma firma a decidir ou escolher, por exemplo, seu fornecedor são muito mais complexas que a mera sinalização via preço.

19.2 A concorrência monopolista de Edward Chamberlin

Edward Hastings Chamberlin (1899-1967) nasceu em Washington, nos Estados Unidos. Concluiu seus estudos universitários na Universidade de Iowa e fez seu doutorado na Universidade de Harvard, onde atuou posteriormente como um dos mais respeitados membros do corpo docente, mais precisamente como professor titular da cadeira de Economia.

Sua obra mais famosa é *The theory of monopolistic competition*, publicada pela primeira vez em 1933, onde elabora uma abordagem crítica à teoria da concorrência perfeita. Sua teoria busca um novo enfoque para o monopólio da empresa, enfatizando o do produto fabricado. Tal monopólio de produto

³ NAPOLEONI, Cláudio, *op. cit.*, p. 67.

é utilizado pelas empresas para vencer a concorrência, agora em condições monopolísticas.

Em tais condições, as empresas colocam no mercado produtos diferenciados, cujos preços podem exceder os custos marginais e, assim, levar a uma ineficiência alocativa na sociedade, na medida em que os custos médios em que operam são mais altos do que o custo mínimo.

Após mais de duas décadas do lançamento do *The theory*, Chamberlin publicou *Towards a more general theory of value*, em 1957, e *The economic analysis of labour union power*, em 1958.

19.3 Produção de mercadorias por meio de Mercadorias de Sraffa

Piero Sraffa (1898-1983) nasceu em Turim, na Itália, e era filho de um professor de Direito. Na mesma cidade, fez seus estudos e cursou a universidade. Participou do grupo de estudantes socialistas de Turim, conheceu Gramsci em 1919, tendo com ele colaborado no semanário *L'Ordine Nuovo*, para o qual traduziu do inglês alguns textos. Diplomou-se em Economia com uma dissertação sobre inflação na Itália durante e após a guerra, sob a supervisão do economista Luigi Einaudi. Em viagem de estudos a Cambridge, na Inglaterra, em 1921, conheceu Keynes, seu amigo.

Tendo-se tornado professor de Economia Política nas Universidades de Perugia, em 1924, e de Cagliari (Sardenha), em 1926, o poder e a violência crescente do regime levaram-no a emigrar para a Inglaterra em 1927, a convite de Keynes, que lhe ofereceu um posto de conferencista na Universidade de Cambridge.

A importância da obra de Sraffa se deve ao fato de ser um dos mais brilhantes críticos do pensamento marginalista e de ter resgatado, como consequência, a teoria clássica do valor. De toda a sua contribuição ao pensamento econômico, destacam-se, pela relevância, três obras lapidárias: *As leis de rendimentos em condições competitivas*, publicada em 1926 no *Economic Journal* britânico; “Introdução” à edição das obras completas de David Ricardo, pela Cambridge University Press, publicadas entre 1951 e 1973; e *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*, de 1960.

No que tange à crítica aos postulados caros à economia marginalista, destaca-se a crítica que Sraffa opera com o abandono da oferta e demanda como determinantes dos preços. Sraffa vai mais além e critica o que entende por uso indevido da lei dos rendimentos decrescentes de Ricardo. Segundo Sraffa, os marginalistas erram ao generalizar o uso da noção de rendimentos decrescentes,

usado adequadamente por Ricardo, para explicar o caso específico dos rendimentos da produção agrícola decrescentes com o acréscimo marginal de terras de pior qualidade. Enfim, Sraffa entendia que não se podia dar um caráter universal, como fizeram os marginalistas, a uma questão tão particular.

Segundo Sraffa, os marginalistas estavam equivocados também quando baseavam as curvas de oferta no comportamento dos custos, pois também aqui não se poderia universalizar uma situação particular. A crítica de Sraffa se estendia também à noção neoclássica de oferta. Sraffa “aponta a própria precariedade da noção de uma curva de oferta relativa a uma indústria isolada. A cláusula *coeteris paribus* em que se baseia é geralmente violada exatamente nos casos em que ocorrem rendimentos decrescentes”.⁴ Desse modo, a teoria clássica ao defender a determinação dos preços em função das condições de produção, independentemente da oferta, estaria totalmente reabilitada por Sraffa.

Segundo Possas, foi a crítica de Sraffa à hipótese de demanda infinitamente elástica, para representar a situação de uma empresa em concorrência pura, que provocou maior impacto imediato. O argumento é simples:

O principal obstáculo que uma empresa enfrenta para se expandir não está nos custos de produção, especialmente quando se reconhece que rendimentos decrescentes são uma exceção e não a regra, mas sim na dificuldade de maiores despesas de comercialização. Em outras palavras, mesmo num mercado competitivo, a demanda com que uma empresa se defronta não é inteiramente elástica, o que denota algum grau de controle, por menor que seja, sobre o mercado e, portanto, sobre o preço.⁵

Entretanto, entendemos que o aspecto mais importante da obra de Sraffa é sua contribuição relativa à determinação dos preços em sua obra *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*. Para ele, existem condições de interdependência suficientes para a determinação da taxa de lucro e dos preços:

Apenas os processos de produção das mercadorias que entram direta ou indiretamente na produção de cada uma das mercadorias do sistema – às quais dá o nome de básicas – afetam os preços e a taxa de lucro, ao passo que as condições de produção das demais mercadorias – as não-básicas – só podem afetar o seu próprio preço.⁶

Desse modo, Sraffa defende a existência de uma mercadoria ou indústria média, ou crítica, na sociedade, que produz em condições médias de trabalho

⁴ POSSAS, M. L. “Apresentação”. In: KALECKI, M. *Teoria da dinâmica econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1976, p. 157.

⁵ Id., p. 157-158.

⁶ Id., p. 163.

e meios de produção. Como essa mercadoria só existirá por acaso, deve-se construí-la como uma mercadoria composta, o que Sraffa realiza por meio do “sistema-padrão”. Sraffa decide fixar a escala do sistema-padrão, de sorte que o trabalho direto por ele empregado seja igual ao do sistema original, e finalmente escolhe como unidade de medida – a “mercadoria-padrão” – “a renda (excedente) do sistema-padrão; uma mercadoria composta, portanto”.⁷ Segundo Meek, Sraffa postula exatamente a mesma relação entre a taxa média de lucro e as condições de produção da indústria-padrão, que Marx imaginou entre a taxa de lucro e as condições de produção da indústria de composição média do capital. Ambos os economistas procuraram demonstrar, realmente, que (quando se conhecem os salários) a taxa média de lucro e, por conseguinte, o modo como as razões de preço se desviam das razões de trabalho incorporado são determinados pela razão entre trabalho direto e indireto na indústria, cujas condições de produção representam uma espécie de “média” daquelas que prevalecem em toda a economia.⁸

O historiador econômico Meek, ao comparar a obra de Sraffa e de Marx, afirmou que Marx chegou ao resultado, ao postular como indústria média aquela em que a composição orgânica de capital era igual à média social. Segundo Meek,

[...] o resultado, no entanto, somente poderia ser provisório e aproximado, porquanto, ao atingi-lo, ele havia abstraído o efeito que a alteração nos salários exerceria sobre os preços dos meios de produção empregados na indústria. Sraffa demonstrou que podemos conseguir idêntico resultado, sem ignorar tal efeito, se usarmos a “indústria-padrão” em lugar da indústria de “composição orgânica média” imaginada por Marx.⁹

Assim, a indústria-padrão de Sraffa permitiu uma construção teórica que desembocou nas mesmas conclusões que Marx alcançara em sua obra *O capital*.

19.4 O tableau de Kalecki

Michał Kalecki nasceu em 1899, na cidade de Lodz, Polônia. Em 1917, ingressou na Escola Politécnica de Varsóvia e logo abandonou o curso para prestar o serviço militar. Mais tarde (1921), ingressou na Escola Politécnica de Gdansk. Problemas financeiros com a família fizeram-no abandonar

⁷ POSSAS, M.L., *op. cit.*, p. 165.

⁸ Conforme MEEK, Ronald L. *Economia e ideologia: o desenvolvimento do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971, p. 229-230.

⁹ Id., p. 230.

novamente os estudos antes de concluí-los. Ainda na Escola Politécnica, interessou-se pelos assuntos de economia, tornando-se um estudioso e um dos mais respeitados economistas contemporâneos.

Kalecki, contemporâneo de Keynes, é reconhecido como um dos grandes críticos da Escola Marginalista. Ao criticar os principais postulados de tal escola, como o princípio do equilíbrio automático de mercado, desenvolveu uma brilhante teoria da dinâmica capitalista e dos ciclos econômicos. Seu primeiro trabalho relevante foi *Esboço de uma teoria do ciclo econômico*, publicado em 1933 na Polônia. Assim como Sraffa, Kalecki aceita o convite de Keynes para trabalhar na Universidade de Cambridge. Ali Kalecki desenvolve suas idéias e publica, em 1939, uma de suas mais importantes obras: *Theory of economic fluctuations*. Logo após tal publicação, vem a lume seu outro importante trabalho, em 1943: *Studies in economic dynamics*.

Para Kalecki, os investimentos são determinantes para a manutenção da atividade econômica. Tais investimentos dependem fundamentalmente das decisões dos capitalistas, muito embora o Estado possa gastar mais do que arrecadar e, assim, manter elevadas a demanda efetiva e a atividade econômica. Em última instância, se os empresários não investirem os lucros acumulados, não haverá demanda suficiente para sustentar o processo de acumulação capitalista, dando origem às crises. Além do Estado, Kalecki atribui também ao comércio internacional um papel de extrema relevância.

Uma das questões teóricas mais interessantes no pensamento de Kalecki é, sem sombra de dúvida, o encaminhamento que o autor deu ao problema da determinação dos lucros. Seguindo os passos de Marx, Kalecki adota algumas hipóteses simplificadoras, como:

[...] a) a economia é fechada (isto é, sem comércio exterior) e não tem atividades administrativas do governo; b) a sociedade divide-se entre capitalistas e trabalhadores; c) os trabalhadores gastam todo o salário na compra de bens de consumo; d) a capacidade produtiva total não se altera dentro de cada período de produção.¹⁰

Para facilitar o raciocínio, Kalecki propõe que os departamentos incluam as matérias-primas empregadas para a produção de seus bens, além de propor também uma modificação nos esquemas de reprodução de Marx. Para Kalecki, o Departamento I cria os bens de produção. Já o Departamento II produz os

¹⁰ MIGLIOLI, J. "Apresentação". In: MIGLIOLI, J. (org.). *Kalecki*. São Paulo: Atica, 1982, p. 22.

bens de consumo para os capitalistas, e o Departamento III, por sua vez, produz os bens de consumo para os trabalhadores.

Segundo Kalecki, obteremos o *tableau économique* da renda nacional, “onde P_1 , P_2 e P_3 são os lucros brutos (isto é, antes de deduzir a depreciação) dos três departamentos; W_1 , W_2 , e W_3 são os respectivos montantes de salários; P e W são os lucros brutos totais e os salários totais; C_c é o consumo dos capitalistas, C_w , o consumo dos trabalhadores, e Y , a renda nacional bruta (antes de deduzir a depreciação)”.¹¹

Dep. I	Dep. II	Dep. III	Total
P_1	P_2	P_3	P
W_1	W_2	W_3	W
I	C_c	C_w	Y

Segundo o *tableau*, “os lucros no terceiro departamento, P_3 , se materializam nos bens de consumo (dos trabalhadores) que restam para os capitalistas desse departamento depois de pagos os salários W_3 – salários estes que absorvem uma igual quantidade de bens de consumo dos trabalhadores. Assim, os bens de consumo dos trabalhadores no valor de P_3 são vendidos aos trabalhadores dos Departamentos I e II”¹², ou seja:

$$P_3 = W_1 + W_2$$

Desse modo, Kalecki assegura que a equação acima permite inferir que, “dada a distribuição da renda entre lucros e salários nos três departamentos, o investimento I e o consumo C_c dos capitalistas determinam os lucros e a renda nacional”¹³, ou seja, se for adicionado $P_1 + P_2$ a ambos os lados da equação, obteremos:

$$P = I + C_c$$

Assim, Kalecki conclui que a renda nacional Y , que se pode vender, e os lucros P , que se podem realizar, “são determinados, em qualquer circunstância (e não somente no caso da reprodução ampliada uniforme), pelo nível de investimento I e pelo consumo C_c dos capitalistas”.¹⁴

Finalizamos nossa apreciação das idéias de Kalecki com um breve esboço de sua abordagem acerca dos ciclos econômicos. O especialista brasileiro em

¹¹ KALECKI, M. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec, 1977, p. 1.

¹² Id., p. 2.

¹³ Id., ibid.

¹⁴ Id., p. 3.

pensamento de Kalecki, o professor Jorge Miglioli, explicou as idéias de Kalecki sobre o ciclo:

[...] se os determinantes do investimento estão atuando favoravelmente, os capitalistas aumentarão suas encomendas; isso provoca uma expansão de atividades no Departamento I e, conseqüentemente, novas encomendas etc. Essa é a fase ascendente do ciclo.

Após um intervalo de tempo, os capitalistas aumentarão a capacidade produtiva e isso provocará a chamada fase de expansão.

Atingindo esse ponto, os capitalistas restringem suas encomendas de novos equipamentos, mas, nesse mesmo momento, na economia como um todo, ainda estão sendo entregues os equipamentos encomendados anteriormente, o que provoca um excesso de capacidade produtiva.

Daí, os investimentos passam a atuar de forma negativa no tecido econômico. Sobrevém então a fase de recessão. “As empresas existentes, com capacidade ociosa, desfazem-se de parte de seu capital, outras empresas abrem falência etc., até que, como resultado disso, a capacidade produtiva se ajusta ao atual nível de demanda.”¹⁵ É a fase chamada de depressão. Após a depressão, uma parte expressiva do capital fora queimada e, então, modernamente se percebe que se abre uma fase de fusões e aquisições, com a sobrevivência das empresas mais preparadas (muitas vezes aquelas que investiram em inovações organizacionais e técnicas), e, então, o ciclo se renova.

Questões

1. Apresente e explique o conceito de monopólio de Joan Robinson.
2. O que o enfoque de Chamberlin acrescentou aos estudos sobre oligopólio?
3. Quais os principais aspectos da crítica de Sraffa à teoria marginalista?
4. Quais as hipóteses simplificadoras de Kalecki e como apresentou sua determinação dos lucros?
5. Apresente sumariamente as idéias de Kalecki sobre o ciclo econômico.

Referências

CHAMBERLIN, Edward H. *The theory of monopolistic competition*. Cambridge: Harvard University Press, 1946.

¹⁵ MIGLIOLI, J., 1982, p. 30-31.

- DILLARD, Dudley. *A teoria econômica de John Maynard Keynes*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982.
- HUGON, Paul. *História das doutrinas econômicas*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1959.
- KALECKI, Michal. *Teoria da dinâmica econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- _____. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. Ensaio Selecionados por Jorge Miglioli. São Paulo: Hucitec, 1977.
- _____. *Introdução à teoria do crescimento em economia socialista*. Lisboa: Prelo Editora, 1978.
- KEYNES, John M. *A teoria do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.
- MEEK, Ronald L. *Economia e ideologia: o desenvolvimento do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.
- MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.
- _____. "Introdução". In: MIGLIOLI, J. (org.). *Kalecki*. São Paulo: Ática, 1982. Coleção Grandes Cientistas Sociais.
- NAPOLEONI, Cláudio. *O pensamento econômico do século XX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- PASINETTI, L. *Lectures on the theory of production*. Nova York: Columbia University Press, 1977.
- POSSAS, Mario L. "Apresentação". In: KALECKI, M. *Teoria da dinâmica econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os economistas.
- ROBINSON, Joan. *The economics of imperfect competition*. Londres: Macmillan, 1933.
- _____. "Imperfect competition revisited". *Economic Journal*, n. 63, p. 579-593, set. 1953.
- SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SCHUMPETER, J. A. *História da análise econômica*. Rio de Janeiro/Lisboa: Editora Fundo de Cultura, 1964. v. 3.
- SRAFFA, Piero. *Produção de mercadorias por meio de mercadorias: um prelúdio a uma crítica da teoria econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os economistas.
- _____. "The laws of returns under competitive conditions". *Economic Journal*. 1926. v. XXXVI. Trad. port. In: *Literatura Econômica*, 4 (1), jan.-fev. 1982.
- _____. "Introdução". In: SRAFFA, P. *The works and correspondence of David Ricardo*. Cambridge University Press, 1951. v. I.
- STEEDMAN, I. *Marx after Sraffa*. Londres: New Left Books, 1977.

Sites

- http://www.economia.ufpr.br/publica/textos/2005/oreiro_1_2006.pdf
- <http://www.anpec.org.br>
- <http://www.sep.org.br>
- <http://cepa.newschool.edu/het/profiles/sraffa.htm>
- http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/economia_sociedade/rev21.html

A escola da Economia Matemática e a teoria dos jogos



20.1 Teoria dos jogos e comportamento econômico em John von Neumann (1903-1957)

O processo de formalização dos problemas econômicos em níveis cada vez mais abstratos ganhou grande impulso com a teoria dos jogos, formulada por John von Neumann. Considerado a maior mente matemática do século XX, suas contribuições foram decisivas para várias áreas do conhecimento humano, como a matemática teórica, a física nuclear e economia, entre outras.

Neumann nasceu em Budapeste, numa família judaica de ricos banqueiros. Ainda criança, demonstrava familiaridade com o grego e evidenciava exuberante talento matemático. Aos 18 anos, cursava três universidades: Química, em Berlim; Engenharia Química, em Zurique; e um doutorado em Matemática, em Budapeste.

Aos 24 anos, já era protagonista de uma das discussões teóricas mais importantes da história da matemática. Na ocasião, tinha publicado um conjunto de artigos em que tentava explicitar os axiomas que seriam a base de todo o sistema matemático, base que se constituía num universo lógico fechado e completo. Sua “prova” foi refutada por Kurt Gödel, em 1931. Ele demonstrou que, partindo de determinados axiomas básicos, sempre haverá proposições cuja validade não pode ser testada (confirmada ou negada) no interior do sistema. Nesses casos, seriam necessárias a incorporação de um novo axioma e a criação de um novo sistema para o qual a restrição anterior continuaria valendo.

Na seqüência, envolveu-se na polêmica entre o matemático alemão Werner Heisenberg e o físico austríaco Erwin Schrödinger, que estavam empenhados em expressar matematicamente o comportamento do elétron com abordagens completamente distintas. Neumann e o matemático inglês Paul Dirac, separadamente, observaram que as duas formulações não eram excludentes. Cada um deles, por meio de procedimentos matemáticos altamente sofisticados e complexos, criou a sua própria fórmula, que articulava os modelos de Heisenberg e Schrödinger. Os físicos acabaram por assumir a fórmula de Dirac por sua maior funcionalidade.

Foi a amizade com Nikolas Kaldor que despertou seu interesse pela economia. Iniciou seus estudos pelo **Compêndio dos elementos de economia**

política pura de Walras. Sua mente matemática altamente privilegiada logo observou que o modelo de Walras não descrevia a economia de forma satisfatória, entre outros motivos, porque a concebia como um sistema mecânico, quando na verdade, por envolver estimativas e decisões de seres humanos, ela poderia ser descrita de maneira mais precisa em termos de um jogo. Começa a nascer, assim, a teoria dos jogos.

No início da década de 1930, Neumann realizou várias conferências no Institute for Advanced Study (IAS) de Princeton e, em 1933, foi convidado para se tornar professor do Instituto. Foi em Princeton que conheceu Oscar Morgenstern, que foi seu colaborador na sua principal contribuição para o pensamento econômico. No IAS, envolveu-se em várias atividades e projetos, como o da construção das primeiras bombas nucleares e das primeiras máquinas de cálculo de grande porte, cuja arquitetura básica, desenhada por Von Neumann, originou posteriormente os primeiros computadores. Integrou a Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, foi conselheiro de Eisenhower e um dos mais destacados defensores da utilização da bomba de hidrogênio contra a União Soviética. Argumentava, baseado na teoria dos jogos, que a destruição dos russos, antes do desenvolvimento de sua própria bomba H, era a única alternativa racional a adotar. Apesar de não poder contestar o rigor matemático do raciocínio de Neumann, Eisenhower hesitou, mantendo-se na sua posição “irracional” até que os soviéticos construíram seu artefato nuclear.

Entre as principais obras do autor voltadas à área econômica, destacam-se: *Sobre a teoria dos jogos*, de 1928; *O modelo de equilíbrio econômico geral*, de 1937; *Teoria dos jogos e comportamento econômico*, em co-autoria com Oscar Morgenstern, de 1944.

A obra apresentada por Neumann e Morgenstern, em 1944, pretendia exercer uma influência sobre a economia semelhante à que o livro *Principia*, de Newton, exerceu sobre a física. Eles consideraram a teoria dos jogos a solução dos problemas econômicos.

A idéia geral da teoria consiste em representar a disputa entre duas pessoas por meio de um jogo matemático preciso. A teoria propõe que cada jogador calcule todas as jogadas possíveis que poderia fazer, em seguida avalie a perda máxima que uma das jogadas traria e, por fim, escolha aquela na qual a perda é mínima. O objetivo do jogo não é propriamente buscar a vitória, mas evitar a derrota, ou, em termos econômicos, não se trata de obter o ganho máximo,

mas de minimizar as perdas (teorema “minimax”). A pretensão da teoria era apresentar uma abrangência de tal forma que poderia ser aplicada a qualquer situação humana que envolvesse conflito de interesses.

As análises aplicavam-se a mercados compostos por duas pessoas, mas podiam ser ampliadas para mercados com mais de três componentes. A obra foi recebida com entusiasmo pelo *mainstream* econômico nos Estados Unidos, pois as formulações matemáticas nas quais a teoria se baseava permitiam, finalmente, expressar a vida econômica com rigor e exatidão. Além disso, asseguravam às decisões econômicas critérios científicos e de isenção, isto é, convergentes com as regras impessoais do livre mercado.

De acordo com a teoria, há dois tipos de jogos: os de soma zero e os de soma não-zero. Nos jogos de soma zero, o ganho de um jogador se traduz em perda para o outro. Em jogos de soma não-zero, os participantes podem ganhar ou perder. O primeiro caso traduz as estratégias de colaboração; o segundo, as estratégias de pressão recíprocas que podem resultar em perdas para os dois lados. Esses modelos poderiam ser utilizados para representar o comportamento de empresas concorrendo entre si para conquistar mercado ou se associando para afastar outros concorrentes. Poderia também representar o comportamento do consumidor, dos trabalhadores que se associam a sindicatos em busca de um resultado que beneficie a todos etc.

Esses modelos matemáticos garantiam uma descrição dos fenômenos econômicos com tal grau de rigor e precisão e tal capacidade de previsão, que finalmente asseguravam à disciplina o estatuto de ciência.

Essa abordagem proposta por Von Neumann e Morgenstern foi ampliada por John Nash na década de 1950.

20.2 A teoria dos jogos em John Nash (1928)

Nash formou-se em matemática, em 1948, pela Universidade de Carnegie Mellon e obteve seu Ph.D. na Universidade de Princeton, em 1950. Em 1951, ingressou no MIT, mas, em 1959, apresentou sintomas de uma esquizofrenia paranóica e teve de se afastar das suas atividades docentes. No decorrer dos 30 anos seguintes, apesar de ter se mantido na “obscuridade acadêmica” em virtude dos seus problemas mentais e nervosos, seus artigos começaram a ser citados num número crescente de publicações científicas, em inúmeros campos, que variavam da sociologia à biologia. Somente no início da década de 1990

Nash apresentou sinais de melhora e, como ele mesmo afirmou, “[...] voltou a pensar racionalmente novamente, no estilo característico dos cientistas”. Em razão de suas contribuições à análise do problema do equilíbrio, no contexto da teoria dos jogos, foi agraciado com o Prêmio Nobel em 1994.

Entre os principais estudos de Nash, destacam-se sua tese de doutorado *Non-cooperative games*, de 1950, apresentada ao departamento de Matemática da Universidade de Princeton; *Equilibrium points in n-person game*, de 1950; *A simple three-person poker game*, em co-autoria com L. S. Shapley, de 1950; *Non-cooperative games*, de 1951.

As contribuições de Nash para a teoria dos jogos foram fundamentais em vários aspectos. Ele foi o primeiro a notar a distinção conceitual entre jogos cooperativos e não-cooperativos e a observar que os jogos geralmente implicam uma combinação das duas situações. Se os participantes de um jogo decidem colaborar para obter um benefício comum (ganhar-ganhar), a escolha poderá ser revista se isso se tornar vantajoso para eles. Essa situação em que todos os jogadores devem agir simultaneamente sem que nenhum deles saiba qual é a estratégia dos demais é muito semelhante às situações do mercado. Nash conseguiu calcular como cada jogador pode obter o mínimo prejuízo num jogo desse tipo e demonstrou que, para atingir uma situação benéfica a todos, eles deveriam abandonar as posições de antagonismo e buscar um acordo, isto é, uma cooperação que poderia assumir a forma-limite de neutralidade, na qual um não prejudicasse o outro. Apesar de individualmente os participantes preferirem outras estratégias (que lhes tragam benefícios maiores), se cada um deles adotar essa solução, o sistema entrará em equilíbrio (Equilíbrio de Nash).

Um exemplo que ilustra os benefícios da estratégia colaborativa é o “Dilema do prisioneiro”. Três criminosos foram presos e submetidos separadamente a um interrogatório. Cada criminoso é informado de que, se nenhum deles confessar a prática do crime e a participação dos demais, todos serão libertados e, no máximo, receberá uma pequena penalidade. Se apenas um deles confessar, será libertado e os demais permanecerão presos e receberão penalidades severas. Se todos confessarem, todos serão punidos, mas as penas serão menores em relação ao caso de apenas um confessar. Do ponto de vista da racionalidade individual e do benefício máximo, a melhor opção é confessar, obter a liberdade e transferir as conseqüências do crime aos demais. Mas, se todos agirem racionalmente, todos serão penalizados de maneira mais severa

do que se ficassem calados, isto é, se pudessem assumir um acordo prévio e/ou assumir uma postura colaborativa para não confessar o resultado, para o conjunto seria melhor do que se agissem racionalmente. O dilema demonstra que a busca racional do benefício individual não se traduz necessariamente em benefícios para o conjunto (o que é vantajoso na esfera microeconômica não o é, necessariamente, no nível macroeconômico).

Além desse exemplo, existem várias modalidades de jogos de estratégia que podem ser aplicados às situações concretas do mercado, como aquelas que envolvem assimetria na informação, negociação e expectativas dos agentes.

20.3 As tabelas de insumo-produto de Wassily Leontief (1906-1999)

Leontief nasceu em São Petersburgo. Estudou Economia nas universidades de Moscou e Leningrado. Obteve o doutorado na Universidade de Berlim, em 1928. Em 1931, migrou para os Estados Unidos e começou a trabalhar no National Bureau of Economic Research e tornou-se professor titular de Harvard, em 1946. Ganhou o Prêmio Nobel, em 1973, pelos estudos que resultaram na criação das Tabelas Input-output (insumo-produto), também chamadas de tabelas intersetoriais, que permitem visualizar e dimensionar as relações de interdependência entre os setores da economia nacional. Entre suas obras mais importantes, podem ser citadas: *The structure of the American economy 1919/1929: an empirical application of equilibrium analysis*, de 1941; *Studies in the structure of the American economy: theoretical and empirical explorations in input-output analysis*, de 1953; *Input-output economics*, de 1966; *The future of the world economy*, de 1977.

Desde a década de 1920, Leontief, inspirado nos fisiocratas, nos economistas clássicos e em Marx, demonstrava interesse em abordar os sistemas econômicos pelo exame dos seus principais setores e das relações recíprocas de oferta e demanda que os mantêm interligados. Os primeiros resultados desse tipo de abordagem apareceram no seu trabalho de 1941, *The structure of the American economy*. Nessa obra, ele apresenta sua concepção de insumo-produto, na qual cada produto da cadeia produtiva pode ser encarado como insumo destinado a outra indústria ou setor. Para representar essa malha de relações, criou tabelas compostas pelos setores mais importantes do sistema econômico e quantificou o fluxo de trocas entre eles, baseado em dados empíricos que permitiam visualizar as entradas e saídas de cada setor. Apesar das deficiências, essas matrizes

de insumo–produto permitiam explicar e compreender o funcionamento da estrutura da economia nacional e forneciam subsídios importantes para os desafios do desenvolvimento e tarefas do planejamento.

Sua convicção na eficácia do planejamento não era incondicional, era balizada pelo duplo critério de salvaguardar os valores da democracia, do lucro e da livre empresa e assegurar benefícios sociais.

O método de Leontief é o ponto de chegada de uma longa trajetória que remonta a meados do século XVIII com o *Tableau économique* de François Quesnay, passa pelas considerações de Smith, Ricardo e Marx, sobre a interdependência dos mercados, e encontra um momento privilegiado nas formulações matemáticas de Walras, que pretendeu representar aquela interdependência por meio do seu complexo sistema de equações simultâneas. Leontief simplificou as equações, tornou o sistema mais reduzido, inteligível:

O método de insumo–produto é uma adaptação da teoria neoclássica do equilíbrio geral [...] foi originalmente desenvolvido para analisar e avaliar as relações entre os diversos setores produtivos e de consumo de uma economia nacional, mas vem sendo aplicado ao estudo dos sistemas econômicos menores, como uma área metropolitana, ou até mesmo ao estudo de uma grande empresa individual integrada; também vem sendo aplicado à análise das relações econômicas internacionais.¹

O método se baseia na chamada tabela de estatística de insumo–produto, cujo modelo simplificado, representando uma economia de três setores, segue abaixo.

para de	Setor 1 Agricultura	Setor 2 Indústria de transformação	Setor 3 Famílias	Produto total
Setor 1 Agricultura	25	20	55	100 bushels de trigo
Setor 2 Indústria de transformação	14	6	30	50 jardas de tecido
Setor 3 Famílias	80	180	40	300 homens-ano de trabalho

¹ LEONTIEF, Wassily. *A economia do insumo–produto*. Apresentação de Carlos Geraldo Langoni. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 73. Coleção Os economistas.

Nas linhas, encontram-se as quantidades (ou valores) que cada setor vende aos demais; nas colunas, as quantidades (ou valores) que cada setor compra dos demais. Uma tabela de insumo-produto dessa natureza permite caracterizar a estrutura de uma economia nacional. Essa tabela está expressa em quantidades, mas em geral é expressa em valores e, quando isso ocorre, ela representa um sistema de Contas Nacionais. Por meio de um sistema de equações aplicado a essa tabela, Leontief obtém coeficientes que expressam as características estruturais de um dado sistema econômico. Essas tabelas de coeficientes expressam a porcentagem de cada insumo sobre a produção final de cada setor, como segue abaixo.

	Setor 1 Agricultura	Setor 2 Indústria de transformação	Setor 3 Famílias
Setor 1 Agricultura	0,25 (25/100)	0,4 (20/50)	0,183 (55/300)
Setor 2 Indústria de transformação	0,14 (14/100)	0,12 (6/50)	0,1 (30/300)
Setor 3 Famílias	0,80 (80/100)	3,6 (180/50)	0,133 (40/300)

Quanto maior o número de setores de uma economia nacional descritos nas tabelas de insumo-produto e melhor a qualidade das informações estatísticas, mais detalhados podem ser os resultados e as análises sobre essas informações. Elas podem ser úteis, por exemplo, para avaliar os efeitos das mudanças tecnológicas sobre a produtividade, os efeitos das mudanças de salários, lucros e impostos sobre os preços, analisar as relações econômicas inter-regionais e internacionais, avaliar a utilização de recursos naturais e definir planos de desenvolvimento.²

Em síntese, poderíamos afirmar que Leontief se “apropriou” do modelo matemático do equilíbrio geral de Walras, concebido segundo os pressupostos da concorrência perfeita, e o articulou à abordagem macroeconômica keynesiana, com o objetivo de obter uma representação do sistema econômico que dotasse a ação intervencionista de mecanismos de controle mais eficazes e assegurasse base segura e consistente ao planejamento.

² LEONTIEF, Wassily, *op. cit.*, p. 85, 185 e 186.

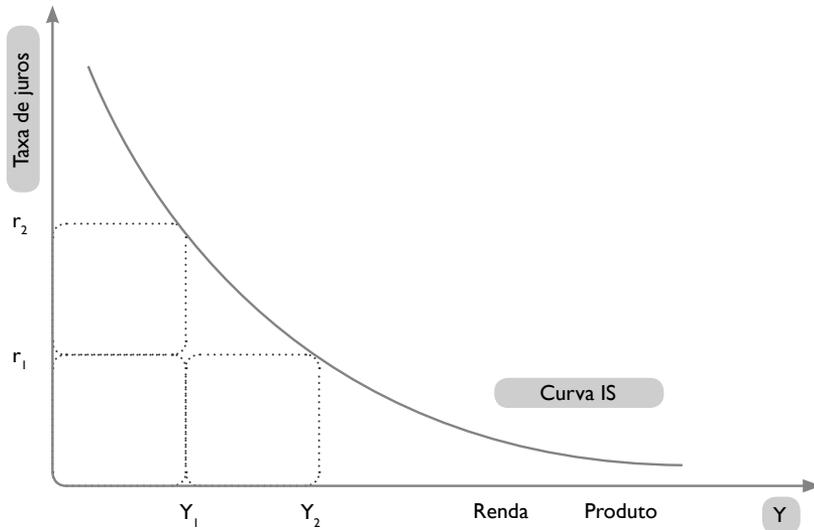
20.4 A contribuição para o modelo IS-LM de John R. Hicks (1904-1989)

Economista inglês, professor na Universidade de Oxford, entre 1952 e 1965, e Prêmio Nobel de Economia em 1972. Ajudou a revisar e a refinar algumas idéias neoclássicas, em especial nos campos da teoria da demanda e da produção com menor custo. Logo após a publicação da *Teoria geral do emprego do juro e da moeda*, publicou o artigo *Mr. Keynes and the classics: a suggested simplification*, no qual apontava limitações à teoria sobre a taxa de juros de Keynes. A abordagem que fez do problema resultou num modelo que unificava aspectos da análise neoclássica e keynesiana. O modelo foi aperfeiçoado posteriormente por Alvin Harvey Hansen nos seus trabalhos *Monetary theory and fiscal policy*, de 1949, e *A guide to Keynes*, de 1953, ficando conhecido como a síntese Hicks-Hansen ou modelo *IS-LM*, que pretende representar as relações entre os mercados de bens e moedas. Além do modelo *IS-LM*, Hicks aprofundou e refinou aspectos da teoria da demanda e da produção neoclássica.

Entre suas principais obras, destacam-se o artigo citado *Mr. Keynes and the classics*, de 1937; *Value e capital*, de 1939; *The theory of wages*, de 1932; *A contribution to the theory of the trade cycle*, de 1950; *A revision of demand theory*, de 1956; *Capital and growth*, de 1965; *Critical essays in monetary theory*, de 1967; *A theory of economic history*, de 1969; *The crisis in keynesian economics*, de 1974; *Economic perspectives*, de 1976.

Os desenvolvimentos de Hicks que resultaram na formulação do modelo *IS-LM* partiram de uma crítica a aspectos da teoria de Keynes sobre as taxas de juros. Segundo Keynes, a taxa de juros era determinada pela oferta e demanda de moeda e, para uma dada taxa de juros, correspondia um determinado nível de investimento, de produção e da renda nacional. O modelo era útil, pois permitia avaliar, para essas condições dadas, quais seriam os efeitos provocados na renda nacional pelas variações nas despesas públicas e nos impostos. Entretanto, o pressuposto de que a taxa de juros e o investimento são fixos é simplista quando confrontado com as condições econômicas reais. Além disso, Hicks notou que a demanda de moeda depende do nível da renda (os grupos de renda mais elevada demandam bens e serviços de forma crescente, provocando pressão altista na procura de moeda), agregando mais uma variável à determinação da taxa de juros. Foi essa demonstração que deu origem a um dos componentes do modelo *IS-LM*, a curva *IS*.

Partindo das formulações keynesianas que relacionam despesas governamentais e renda, e da função de investimento que relaciona taxa de juros e investimento, Hicks sintetizou a relação entre taxa de juros e renda na curva *IS* (onde *I* é investimento e *S*, poupança).



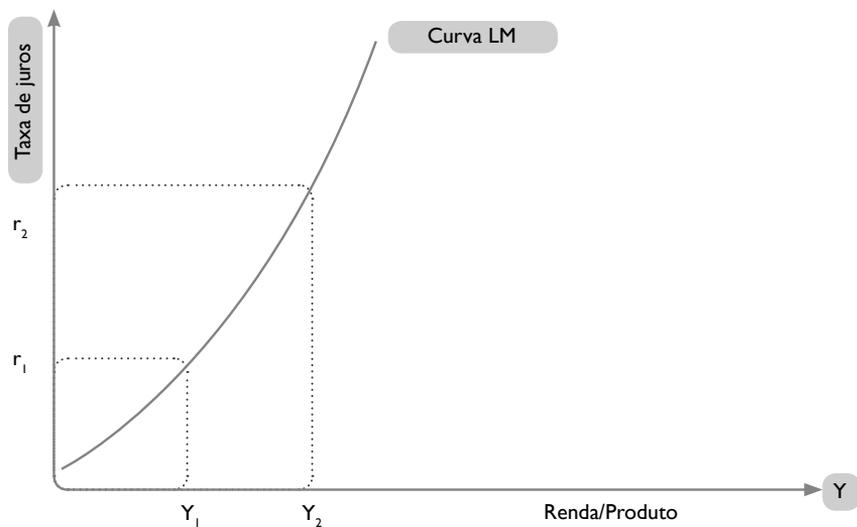
A curva *IS* mostra como a taxa de juros e o nível de renda se relacionam no mercado de bens e serviços, considerando uma dada política fiscal. Pelo modelo keynesiano, que relaciona despesas governamentais e renda, é possível demonstrar o incremento na renda provocado pela elevação das despesas públicas e o conseqüente deslocamento da curva *IS* para a direita. Assim, as políticas fiscais e a gestão dos recursos públicos que estimulam a demanda provocam um deslocamento da curva para a direita e as que inibem deslocam a curva para a esquerda. Em ambos os casos, a taxa de juros se mantém constante.

Apresentada a curva que expressa as relações entre a taxa de juros e o mercado de bens, como a taxa de juros se relaciona com o mercado da moeda?

De acordo com a teoria da preferência pela liquidez de Keynes, a oferta de moeda no curto prazo, admitindo constante o nível de preços, é determinada pelo Banco Central e é constante. Já a demanda se altera em função da taxa de juros. A elevação na taxa de juros diminui a demanda de moeda, pois estimula os agentes a trocá-la por títulos. Uma redução na taxa de juros tem efeito contrário. O ponto de equilíbrio desse mercado é atingido quando a reta da oferta

cruxa com a curva da demanda da moeda. A taxa de juros que corresponde a esse ponto é a taxa de juros de equilíbrio.

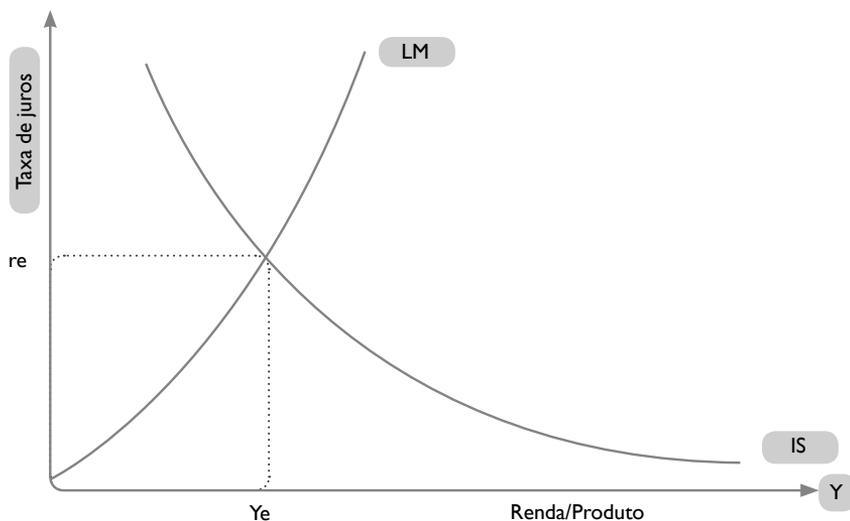
Mas o mercado da moeda, além de ser influenciado pela taxa de juros, também o é pelas variações no nível da renda, se bem que de forma diversa. Quando são observadas elevações no nível de renda, a demanda por moeda aumenta, pois os agentes econômicos de renda mais elevada mobilizam uma quantidade maior de moedas nas suas transações. Assim, sempre que a renda se eleva, a procura por moeda aumenta. Dessa forma, o mercado monetário está submetido às influências das variações da taxa de juros e do nível de renda. Analisando o efeito do incremento da renda nas relações entre a taxa de juros e o mercado monetário, é possível demonstrar que, a cada incremento na renda, o nível da taxa de juros de equilíbrio se eleva. A curva *LM* (*L* é a liquidez e *M*, a moeda) sintetiza e representa as relações que ocorrem nesse mercado.



Quando a renda aumenta de Y_1 para Y_2 , a taxa de juros de equilíbrio aumenta de r_1 para r_2 . Assim, a curva *LM* relaciona a taxa de juros que equilibra o mercado monetário para cada nível de renda. Como a curva é elaborada considerando uma dada oferta de moeda do Banco Central, qualquer variação nessa oferta altera as relações de equilíbrio.

Mantidas as demais variáveis constantes (política fiscal, política monetária, nível de preços) a curva *IS* representa as relações entre a taxa de juros e renda

válidas para um dado mercado de bens e serviços. A curva LM representa as relações entre a taxa de juros e renda que asseguram o equilíbrio no mercado da moeda. O ponto de equilíbrio desse sistema econômico é obtido na intersecção das curvas IS e LM .



No ponto E , a taxa de juros re e o nível de renda Ye identificam as condições que asseguram o equilíbrio entre o mercado de bens e serviços e o mercado de moeda do sistema econômico representado.

Do ponto de vista do planejamento econômico, a despesa do governo coincide com a realizada, e a demanda monetária é igual à oferta.

Assim, a partir do modelo keynesiano de determinação da renda e da teoria de preferência pela liquidez, Hicks sintetizou, na curva IS , as relações inversas entre taxa de juros e renda no mercado de bens e, na curva LM , as relações diretas entre renda e taxa de juros no mercado monetário. O modelo que resulta da integração das duas curvas identifica a taxa de juros e renda que asseguram o equilíbrio dos dois mercados desse sistema econômico.

A teoria da demanda de Hicks baseia-se nas curvas de indiferença de Pareto e Edgeworth, elaboradas com o objetivo de superar a dificuldade de se medir a utilidade de forma cardinal, isto é, atribuir aos bens valores discretos de utilidade, como propunham Jevons e Menger. As curvas de indiferença, como foi mostrado, permitem estabelecer as diferentes composições de bens que satisfazem o

consumidor, considerando um determinado nível de renda. Nesse modelo, não se atribui uma utilidade aos bens, mas o consumidor apenas define as composições possíveis de bens que mantêm inalterada a sua utilidade total.

Uma vez estabelecida a curva de indiferença, para um dado nível de renda e preço, Hicks analisou o efeito provocado pela redução no preço de um dos bens e representou as relações de preço e quantidade, antes e depois da redução do preço, num gráfico da demanda desse artigo. Baseado nesses dois pontos, ele estabeleceu a curva de demanda desse bem. Por esse procedimento, ele obteve a curva da demanda a partir da curva de indiferença, evitando, portanto, qualquer tipo de avaliação dos efeitos da redução do preço no desejo de aquisição do consumidor e nas medidas cardinais da utilidade.

Segundo Hicks, a variação na quantidade adquirida dos bens quando o preço de um deles varia (diminui) está relacionada ao efeito-substituição e ao efeito-renda. O efeito-substituição ocorre à medida que a queda do preço do produto A, por exemplo, provoca uma diminuição na aquisição do produto B, que é substituído por uma quantidade maior de A. Nesse caso, a utilidade total se mantém, há apenas uma troca da utilidade de B por A. O efeito-renda está associado ao aumento do poder aquisitivo decorrente da redução do preço do artigo que permite aumentar a quantidade adquirida desse produto. Hicks foi mais longe e demonstrou que é possível identificar, na variação total das quantidades adquiridas, as partes relativas ao efeito-substituição e ao efeito-renda.

Em relação à teoria da produção, Hicks refinou os instrumentos matemáticos, que se tornaram fundamentais para a minimização dos custos em funções de produção determinadas. Considerando uma função de produção baseada em dois insumos, dados uma disponibilidade de recursos e os preços desses insumos, há várias combinações possíveis de gastos na sua aquisição (linha de isocusto). De outro lado, para uma dada quantidade de produto final, há várias combinações possíveis entre os dois insumos que asseguram a meta quantitativa estabelecida (linha de isoquanta). A intersecção entre a curva de isocusto e a de isoquanta identifica o menor custo possível para a produção da quantidade desejada de bens. Os desenvolvimentos matemáticos de Hicks, baseados nos recursos da programação linear³, tornaram

³ A programação linear consiste em maximizar ou minimizar uma função linear dada (função-objetivo ou função de rendimento), considerando determinadas restrições e condicionantes, também lineares. Há várias maneiras de equacionar tais problemas. Além das aplicações voltadas à programação da produção, esses algoritmos podem ser utilizados na otimização da distribuição, programação de estoques, ocupação de armazéns, distribuição de investimentos etc.

possível estabelecer os menores custos de produção para funções de produção que exigiam a combinação de vários insumos.

20.5 A contribuição teórica de Paul Samuelson

Paul Anthony Samuelson nasceu em 1915, nos Estados Unidos, em uma família de imigrantes poloneses. Formou-se em Administração pela Universidade de Chicago (1935) e, em seguida, em Economia pela Universidade de Harvard (Ph.D., 1941). Laureado em 1970, foi o primeiro economista norte-americano a honrar a categoria com o Prêmio Nobel em Economia. Antes, porém, Samuelson já era bastante conhecido nos meios universitários, principalmente pela sua obra *Economic* (1948), que formou gerações de graduados em economia em várias partes do mundo. Em 1947, publicou sua tese de doutorado *The foundations of economic analysis*, onde apresentava ao público seus estudos de aplicação da matemática à ciência econômica. Após doutorar-se, iniciou sua carreira acadêmica no MIT. Samuelson foi assessor econômico dos presidentes Kennedy e Johnson.

Para muitos estudiosos do pensamento econômico, Samuelson é de difícil classificação, pois se trata de um economista que a um só tempo vulgarizou o pensamento keynesiano, introduziu notavelmente a matemática para comprovar teses econômicas e avançou em vários aspectos da análise econômica, estudando os problemas econômicos da segunda metade do século XX. Enfim, contribuiu em várias áreas do pensamento econômico, inclusive na economia matemática. Para alguns estudiosos, representou e defendeu as doutrinas de Keynes ao lado de Robert Solow e James Tobin.

Samuelson é reconhecido por sua contribuição em diversas áreas do pensamento econômico, como análise de sistemas econômicos, comércio internacional, multiplicador, capital e no campo da teoria do consumidor, em que propõe a construção de curvas de indiferença com o material colhido da observação do comportamento real do consumidor.

Em sua obra *Foundations of economic analysis*, desenvolve um de seus principais temas, relativo à natureza universal do comportamento do consumidor, como uma das chaves da teoria econômica. Samuelson também estudou diversos campos da chamada dinâmica e estabilidade dos sistemas econômicos e incorporou a teoria do comércio internacional em sua teoria geral do equilíbrio econômico. Analisou também os serviços públicos, desenvolveu uma teoria do capital, dos gastos públicos e do bem-estar econômico. Suas pesquisas e

formulações matemáticas acerca do multiplicador e do acelerador influenciam o debate econômico até os dias atuais.

Na área da economia matemática, ele desenvolve a seguinte tese:

[...] as decisões relativas à produção devem-se menos à quantidade dos fatores empregados para se obter certo produto do que aos processos (ou atividades) a serem utilizados. Tais processos são definidos como um conjunto de escolhas entre a taxa de utilização de diversos fatores e a taxa de produção de bens, para se determinar o nível máximo de cada atividade, sua combinação em diversos níveis e a quantidade de fatores e de produtos decorrentes dessa escolha.⁴

No campo da microeconomia, usou seu teorema da preferência revelada para mostrar, por meio de um agente econômico representativo, que o livre-comércio poderia melhorar o bem-estar de todas as partes envolvidas. Caso o livre-comércio não estivesse trazendo o bem-estar para um certo país, ele poderia escolher continuar, como uma autarquia, ignorando o resto do mundo.

Já no campo da macroeconomia, entre outras contribuições, destaca-se seu modelo de macrodinâmica multiplicador-acelerador e sua apresentação da *curva de Phillips*, utilizando o caso da economia dos Estados Unidos.

Também no campo das finanças internacionais, Samuelson deu uma importante contribuição, principalmente no que se refere ao famoso modelo ou teorema Harrod-Balassa-Samuelson, segundo o qual aqueles países de crescimento rápido tenderão a ter taxa real de câmbio apreciada e os países ricos terão altas taxas de câmbio relativamente aos países pobres.

Questões

1. Explique a idéia geral da teoria dos jogos de Neumann e identifique os tipos de jogos apresentados.
2. Qual a principal contribuição de Nash à teoria dos jogos? Comente acerca do “equilíbrio de Nash” e do “dilema do prisioneiro”.
3. Como Leontief representou a cadeia de insumo-produto e em que consiste seu método?
4. Apresente e explique a contribuição de Hicks relativa ao modelo *IS-LM*.
5. Por que a contribuição teórica de Samuelson é considerada ampla e abrangente?

⁴ SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p. 390.

Referências

- GOMES, F. Araújo. *Análise da interdependência estrutural*. Rio de Janeiro: Finatec, 1959. Série Monografia 1.
- HICKS, J. R. *Valor e capital: estudo sobre alguns princípios fundamentais da teoria econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Coleção Os economistas.
- _____. *Perspectivas econômicas: ensaios sobre moeda e crescimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- _____. *Uma teoria da história econômica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- KEYNES, John M. *A teoria do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.
- LEONTIEF, Wassily. *A economia do insumo-produto*. Apresentação de Carlos Geraldo Langoni. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os economistas.
- MANKIWI, N. Gregory. *Macroeconomia*. Rio de Janeiro: Livros Científicos Editora S.A., 1998.
- _____; ROMER, David (eds.). *New Keynesian economics*. Cambridge, MIT Press, 1991.
- NAPOLEONI, Cláudio. *O pensamento econômico do século XX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- _____. *Dicionário de economia do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SAMUELSON, Paul A. *Introdução à análise econômica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1971.
- _____. *The collected scientific papers of Paul Samuelson*. Cambridge, MIT Press, 1986.
- _____. *Foundations of economic analysis*. Cambridge, Harvard University Press, 1947.
- _____; NORDHAUS, William D. *Economia*. Lisboa: McGraw Hill Interamerica, 2004.
- _____; SOLOW, Robert M. "Analytical aspects of anti-inflation policy". In: *American Economic Review*, n. 40, 1960.
- SKOUSEN, Mark. "The perseverance of Paul Samuelson's economics". In: *Journal of Economic Perspectives*. Disponível em: <www.mskousen.com/books/articles>. Acesso em: 21/8/2007.

Sites

- http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141996000100018&script=sci_arttext
- <http://www.esfgabinete.com/dicionario/?completo=1&conceito=Paul%20Samuelson>
- <http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/economia/article/view/9964/6841>
- http://www.10emtudo.com/artigos_1.asp?CodigoArtigo=21
- http://nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/1973/leontief-autobio.html
- <http://cepa.newschool.edu/het/profiles/hicks.htm>

A Escola Neoliberal



O neoliberalismo é um fenômeno *sui generis*. Suas raízes remontam ao liberalismo clássico. Entretanto, enquanto o alvo do liberalismo clássico era, em grande medida, o Estado Absolutista e o velho mundo feudal, o neoliberalismo se insurge contra o Estado, mais especificamente o **totalitarismo**, o **nazismo** e o **comunismo**, e fundamentalmente o **Estado do bem-estar social**, visto em conjunto, como formas de cercear as liberdades individuais.

As origens do neoliberalismo devem ser buscadas no imediato pós-guerra, “na região da Europa e da América do Norte, onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”¹, Seu texto de origem é *The road to serfdom*, de Friedrich Hayek, publicado na Inglaterra em 1944.

O alvo imediato de Hayek era o Partido Trabalhista inglês, que, em 1945, surgia como grande favorito às eleições. Três anos depois, Hayek começou a organizar reuniões regulares com aqueles com os quais partilhava as idéias contra o Estado de bem-estar europeu e o *New Deal* norte-americano. Encontravam-se na estação de Mont Pélerin, na Suíça, e fundaram a Sociedade de Mont Pélerin, “uma espécie de franco-maçonaria neoliberal”, com reuniões internacionais a cada dois anos. No seletto grupo fundador, “encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michel Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros”.²

O objetivo do grupo era combater a social-democracia, o keynesianismo e todas as formas de solidarismo. Remavam contra a maré, já que o capitalismo europeu pós-guerra rumava claramente para um Estado intervencionista e com um pacto social diferente daquele reinante antes da guerra. É preciso considerar também que as burguesias européias estavam combalidas e enfraquecidas pelo esforço de guerra, o que permitia à classe operária avançar em seus propósitos e conquistar muitas de suas reivindicações, ganhando espaço mesmo nos aparelhos de Estado.

¹ ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 9.

² Id., p. 10.

Mesmo contra as evidências, o grupo de Hayek argumentava que “o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) desse período, promovido pelo Estado de bem-estar social, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos”.³

Após quase três décadas de bonança capitalista e formação de um portentoso Estado do bem-estar social na Europa, o capitalismo deu sinais de crise cíclica de caráter estrutural já no início dos anos 1970. Entraram para os debates econômicos os termos: crise fiscal do Estado, crise do keynesianismo, crise estrutural do capitalismo, crise energética ou do petróleo, crise dos juros, crise da hegemonia norte-americana. Todas as evidências de uma das mais profundas crises do capitalismo estavam postas.

A crise, inevitavelmente, abria espaço para o avanço das idéias neoliberais, já que o Estado, como ente constitutivo da sociedade, também entrou em crise. As idéias antiintervencionistas iam ganhando espaço nas mídias e nos partidos políticos. Curiosamente, a primeira experiência de implementação de política econômica de talhe neoliberal foi no Chile, sob o governo ditatorial. Para os neoliberais, a origem da crise estava no poder exagerado dos sindicatos, que pressionavam por aumentos excessivos de salários e por maiores gastos sociais. Essas forças intervencionistas corroíam os lucros das empresas e patrocinavam a criação de pressões inflacionárias.

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo.⁴

Assim, surgiu um conjunto de recomendações que logo ganhariam a aparência de uma espécie de “receita de bolo”, com alguns ingredientes indispensáveis como: estabilidade monetária, reforma fiscal, disciplina orçamentária (corte dos gastos sociais), controle dos juros e da base monetária, reforma tributária, contenção salarial, redução drástica dos gastos públicos, de preferência com a existência de superávit primário (descontados os juros), privatização, desregulamentação, abertura de mercados, liberdade para os fluxos financeiros etc. Ou seja, o “mercado” seria o eixo sobre o qual deveria girar toda a atividade econômica e social.

³ ANDERSON, Perry, *op. cit.*, p. 37.

⁴ Id., p. 11.

Em 1979, na Inglaterra, foi eleito o governo da primeira-ministra Margaret Thatcher, que imediatamente tratou de implementar uma política de talhe neoliberal. Em 1980, foi a vez dos Estados Unidos, com o governo de Ronald Reagan. Em 1983, Kohl, na Alemanha, e daí a onda se espalhariá para toda a Europa e, mais tarde, para toda a América Latina e para o mundo. O neoliberalismo ganhava a dimensão de uma ideologia hegemônica em substituição à hegemonia keynesiana anterior.

A política inglesa passou a ser considerada como paradigma da nova onda neoliberal a partir dos anos 1980. Quais as características que assumiu a política econômica sob Thatcher? Os governos Thatcher

[...] contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-social e cortaram gastos sociais. E, finalmente, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando, em seguida, a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado.⁵

21.1 As idéias precursoras de Friedrich von Hayek

Friedrich August von Hayek (1899-1992) nasceu em Viena, na Áustria. Seu pai era professor de Botânica na Universidade de Viena. Hayek recebeu o grau de doutor em Direito e em Ciências Políticas na Universidade de Viena. Foi o primeiro diretor do Instituto Austríaco de Pesquisas Econômicas. Trabalhou como professor de Economia da Universidade de Viena. Em 1931, assumiu a cátedra na London School of Economics, em Londres, e, em 1950, transferiu-se para a Universidade de Chicago, onde lecionou Ciências Sociais e Morais até 1962. Em 1967, tornou-se professor emérito da Universidade Albert-Ludwigs de Freiburg, na Alemanha, onde havia lecionado o professor Eugen Böhm-Bawerk.

Em 1974, recebeu o maior prêmio da área, o Prêmio Nobel de Economia, pelo conjunto da obra, com destaque para *The road to serfdom*. Entretanto, sua vasta obra não se restringiu ao campo da ciência econômica, mas estendeu-se também aos campos da política, do direito e da psicologia, com destaque para a obra *The sensory order* (1952).

⁵ ANDERSON, Perry, *op. cit.*, p. 12.

Hayek foi um dos mais destacados economistas da Escola Austríaca, e sua obra ganhou a dimensão de *best-seller*, principalmente *The road to serfdom*, considerada precursora do pensamento neoliberal. Tal obra foi dedicada “aos socialistas de todos os partidos”, mas foi endereçada, principalmente, ao seu maior rival, o economista socialista Gunnar Myrdal. A obra de Hayek revela um intelectual de grande envergadura e erudição. Consta no rol de suas obras mais importantes: *Monetary theory and the trade cycle*, de 1929; *Prices and production*, de 1931; *Profits, interest and investment: and other essays on the theory of industrial fluctuations*, de 1939; *The road to serfdom*, de 1944; *The constitution of liberty*, de 1960; *Law, legislation and liberty*, 3 volumes, de 1973; e *The fatal conceit: the errors of socialism*, de 1989. Consta também o *paper The use of knowledge in society*, de 1945.

Para Hayek, a economia deveria “evoluir espontaneamente” e, portanto, não caberia um planejamento central da economia e da sociedade. Assim, opôs-se frontalmente ao planejamento central proposto e praticado no bloco socialista de então. Segundo Hayek, “a tentativa de dirigir toda a atividade econômica de acordo com um plano único levantaria inúmeras questões, cuja solução somente as regras de moral poderiam fornecer, mas para as quais a moral em vigor não tem resposta”.⁶ Para ele, as tendências de substituir o livre mercado e a liberdade individual por políticas propostas, tanto pelo totalitarismo, pelo fascismo, nazismo, quanto pelo comunismo, levariam ao debilitamento progressivo do engenho humano, o que desembocaria na pobreza e na servidão generalizadas.

Segundo Hayek, o individualismo é um valor essencial para a construção e manutenção de uma sociedade livre.

O individualismo tem hoje má fama, e o termo é agora associado a egoísmo ou egotismo. Mas o individualismo do qual falamos em oposição ao socialismo e a todas as outras formas de coletivismo não possui nenhuma conexão necessária com aquelas acepções.⁷

Nesse sentido, o individualismo que ele defende é aquele associado ao Renascimento, e não “meramente o liberalismo dos séculos XVIII e XIX, mas o individualismo básico que herdamos de Erasmo e Montaigne, de Cícero e Tácito, de Péricles e Tucídides, o que estamos progressivamente abandonando”.⁸

⁶ HAYEK, Friedrich A. von. *O caminho da servidão*. Trad. Leonel Vallandro. 2. ed. São Paulo: Globo, 1977, p. 55.

⁷ Id., p. 15.

⁸ Id., p. 14.

É significativo no pensamento de Hayek o pressuposto de que o liberalismo do século XIX deveria ser repensado. Para ele, “nada há nos princípios básicos do liberalismo que lhe dê a feição de um credo inalterável”. E também “o princípio fundamental de que na direção dos nossos assuntos devemos fazer o maior uso possível das forças espontâneas da sociedade e recorrer o menos possível à coerção, é suscetível de uma infinita variedade de aplicações”.⁹

Na verdade, Hayek está preparando as bases para uma revisão do pensamento liberal clássico, de acordo com as novas exigências da sociedade capitalista. Após a devastadora crise de 1929, com todas as suas conseqüências práticas e teóricas, e após a experiência da Segunda Guerra Mundial, um dos aspectos que ficaram mais abalados de todo o arcabouço teórico liberal e do pensamento econômico neoclássico foram, sem dúvida, as idéias relacionadas ao *laissez-faire*. O que estava em voga e em ascensão era o pensamento de Lorde Keynes. A lucidez de Hayek e sua busca de uma saída para a crise do pensamento liberal o levaram a uma reordenação desse pensamento, cujo pilar fundamental é a idéia de que “talvez nada haja prejudicado tanto a causa liberal como a obstinada insistência de alguns liberais a propósito de certas regras primitivas e ainda pouco matizadas, e, sobretudo, do princípio do *laissez-faire*”.¹⁰

Segundo Hayek, tanto o liberalismo quanto os princípios da política econômica do século XIX eram apenas um começo. Contra as velhas idéias apegadas ao *laissez-faire*, defendeu:

[...] muitas eram as tarefas de necessidade imediata, como pôr em funcionamento o nosso sistema monetário e eliminar ou controlar o monopólio, e eram ainda em muito maior número as tarefas (de importância menos evidente, mas nem por isso menor) em outros setores, onde não se podia duvidar de que o governo possuísse enormes poderes para o bem e para o mal.¹¹

A crítica ao planejamento econômico central e ao socialismo é o outro eixo fundamental da análise empreendida por Hayek.

[...] não pode haver dúvidas de que a promessa de maior liberdade tornou-se uma das armas mais eficazes da propaganda socialista, e por certo a convicção de que o socialismo traria a liberdade é sincera. Mas isso não fará mais do que aumentar a tragédia

⁹ HAYEK, Friedrich A. von, *op. cit.*, p. 18.

¹⁰ Id., *ibid.*

¹¹ Id., p. 19.

se finalmente ficar demonstrado que aquilo que nos prometiam como o Caminho da Liberdade era de fato a Estrada Real da Servidão.¹²

Segundo Hayek, tanto o fascismo como o comunismo representavam a mesma tendência de supressão das liberdades individuais e da democracia, na medida em que a democracia “é essencialmente um meio, uma invenção útil para salvaguardar a paz interna e a liberdade individual”, e uma “ditadura do proletariado que, mesmo sob a forma democrática, empreendesse a direção centralizada do sistema econômico, destruiria, provavelmente, a liberdade pessoal de modo tão completo quanto qualquer autocracia”.¹³

A liberdade individual, para ele, é inconciliável com a supremacia de um objetivo único a que a sociedade inteira tenha de se subordinar. A riqueza e a dimensão do pensamento de Hayek têm suas bases em defender os princípios liberais clássicos, sem, contudo, articular uma contundente crítica a um de seus aspectos basilares, qual seja, o *laissez-faire*. Em sua argumentação, o fato de o *laissez-faire* estar comprometido e até desmoralizado não significa que o liberalismo como um todo o esteja. Muito pelo contrário, da crítica ao velho liberalismo e da afirmação dos princípios do individualismo e da democracia, emergiu uma nova interpretação do liberalismo, agora contrário aos fenômenos modernos do fascismo e do comunismo, e, assim, sob os escombros da Segunda Guerra Mundial e do *laissez-faire* emergia a Escola Neoliberal.

21.2 A contribuição da Escola de Chicago de Milton Friedman

Milton Friedman (1912-2006) nasceu em Nova York, filho de pais judeus procedentes da Ucrânia. Em 1932, formou-se na Universidade de Rutgers. Logo após formado, cursou mestrado em Economia na Universidade de Chicago. Em 1946, iniciou sua carreira acadêmica na Universidade de Chicago. Friedman trabalhou no governo dos Estados Unidos e também contribuiu para a formação de economistas chilenos, e esteve no Chile no início dos anos 1970, quando influenciou a política econômica de talhe neoliberal adotada pioneiramente naquele país latino-americano.

Friedman recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 1976, por suas contribuições ao pensamento econômico, principalmente nos campos da política de estabilidade econômica, análise de consumo etc. Foi consultor de diversos

¹² HAYEK, Friedrich A. von, *op. cit.*, p. 25-26.

¹³ Id., p. 66.

presidentes dos Estados Unidos, como Richard Nixon e Ronald Reagan. Sua colaboração à teoria econômica se estende por vários aspectos, como a microeconomia, a teoria monetária, a macroeconomia, a estatística etc.

Sua mais famosa obra é, sem sombra de dúvida, *Capitalismo e liberdade* (1962), em que defende a idéia básica de que não pode haver liberdade individual, nem tampouco na sociedade, se não houver liberdade econômica. Foi um fervoroso defensor da “estabilidade monetária”, da “liberdade econômica”, da propriedade privada e da democracia.

Suas obras mais relevantes, por sua contribuição ao debate e à ciência econômica, são: *Essays in positive economics*, de 1953; *Capitalismo e liberdade*, de 1962; *A monetary story of the United States*, de 1963; e *Inflation causes and consequences*, de 1963.

A obra de Friedman também é reconhecida nos meios acadêmicos como uma expressão da corrente monetarista, segundo a qual as variações da atividade econômica não se explicam pelo volume de investimento, mas, principalmente, pelas variações na oferta de moeda. A intervenção estatal é vista como uma interferência desnecessária na vida econômica, na medida em que uma boa administração advinda da política monetária encaminharia de forma satisfatória os problemas econômicos, principalmente quanto às pressões inflacionárias. No que se refere à política internacional, Friedman defendeu a política cambial que fizesse o maior uso possível de taxas flexíveis determinadas pelas forças do mercado.

Friedman apresentou suas idéias, geralmente classificadas como de talhe monetarista, na obra *A theory of consumptive function* e, principalmente, em *A monetary history of the United States 1867-1960*. O ideário monetarista tem como um de seus pilares a tese segundo a qual as pressões inflacionárias decorrem, em geral, do desregramento por parte do Estado, que, ao gastar mais do que arrecada, produz um desequilíbrio que mais cedo ou mais tarde deverá ser combatido. Tal desequilíbrio deveria ser combatido com a redução dos gastos do Estado, e não da emissão de moeda para cobrir o déficit. Na medida em que os governos adotam o caminho mais fácil da emissão de moeda, o resultado é seguramente o aumento das pressões inflacionárias. Nesse sentido, o monetarismo é um ataque frontal às idéias keynesianas.

Um clássico do monetarismo é o economista brasileiro Eugênio Gudin. Sua obra, que será apresentada mais adiante, é muito estudada,

principalmente por sua força didática. Conforme o professor Gudin¹⁴, o monetarismo tem como uma de suas bases a teoria quantitativa da moeda. Para essa teoria, o papel da oferta de moeda é fundamental na atividade econômica. Um dos objetivos da teoria é explicar o fenômeno inflacionário. A inflação, para os monetaristas, não tem sua explicação nas estruturas econômicas, como para Celso Furtado e os estruturalistas cepalinos. Ao contrário, a inflação é um fenômeno fundamentalmente monetário e de mercado, ou seja, está associado aos desequilíbrios entre a oferta agregada e a demanda.

Vamos supor que a sociedade, ou o mercado, tenha a seguinte configuração: existiriam apenas duas salas contíguas, sendo que a primeira representaria a oferta, ou seja, naquela sala estariam estocadas todas as mercadorias produzidas. Já na segunda, estariam presentes todos os consumidores de posse de dinheiro. As salas estariam em equilíbrio de oferta e demanda. Tal equilíbrio era o determinante dos preços. Agora vamos supor que surgisse um terceiro elemento, representado pelo Estado. Esse elemento, que viria de fora da economia, elevaria repentinamente a base monetária, isto é, a quantidade de dinheiro em circulação, para, por exemplo, pagar suas dívidas. Isso provocaria um aumento repentino de dinheiro nas mãos dos consumidores, que, por sua vez, iriam disputar as mercadorias na sala de mercadorias. Como a elevação da oferta não pode ser imediata, dado que estamos numa sociedade de escassez, os produtos ofertados continuariam os mesmos no curto prazo. Como a demanda aumentou em função da maior quantidade de dinheiro em poder dos consumidores, haveria uma disputa pelas mercadorias existentes, o que provocaria um reequilíbrio entre a oferta e a demanda. Tal reequilíbrio seria acompanhado de uma elevação generalizada dos preços, já que a maior oferta não encontraria contrapartida na elevação da oferta. Assim, *grosso modo*, a elevação dos preços se refletiria nos índices de inflação da sociedade. Conclui-se que a inflação é um fenômeno monetário e sua origem está fundamentalmente alicerçada na desordem emissão do governo.

Para se ter uma idéia, em entrevista concedida em 1999, Friedman abordou os problemas brasileiros e ofereceu o seguinte diagnóstico:

¹⁴ GUDIN, Eugênio. *Princípios de economia monetária*. 9. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1979.

O Brasil tem de pôr sua casa fiscal em ordem: ou corta fortemente os gastos governamentais ou aumenta fortemente a receita governamental. Não há outro caminho. Ah! tem outra saída: imprimir dinheiro. Mas isso levaria inevitavelmente à inflação.¹⁵

Essa teoria, aparentemente simples, ganhou muitos adeptos, principalmente depois da crise fiscal que acometeu os Estados Unidos nos anos 1970. Ao buscar resolver seus problemas internos, os Estados Unidos decidiram aumentar sua taxa de juros para atrair capitais, e com isso criaram um gigantesco problema para os países da América Latina que estavam muito endividados no mercado internacional, e, como suas dívidas estavam fixadas com taxas de juros flutuantes, repentinamente se tornaram insolvíveis e, junto com as dívidas, os governos. Com a crise, o pensamento hegemônico keynesiano foi cedendo lugar à retomada do pensamento liberal, que ganhou a nova dimensão e passou a ser considerado “neoliberal”. Um dos elementos do novo pensamento que foram se firmando até ganhar hegemonia mundial com os processos de globalização e financeirização mundial era a busca de estabilidade monetária como eixo central da política econômica. Por meio da recomendação que vinha dos economistas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, a teoria monetarista ganhou novamente proeminência no mundo. Agora o objetivo era conter os gastos públicos e, nos países pobres e muito endividados, o receituário incluiu a recomendação para a criação de um superávit primário (descontada a correção monetária) nas contas públicas para que esses governos enfrentassem seus débitos. O receituário incluía também a abertura de mercados ao exterior e a flexibilização das relações trabalhistas, além da privatização e da desregulamentação financeira.

Os países endividados e com crises inflacionárias deveriam fazer sua “lição de casa”, ou seja, reduzir drasticamente seus gastos e jamais recorrer às emissões monetárias. Fazer um programa de ajuste monetarista com redução geral dos gastos do governo, ou seja, fazer um ajuste fiscal e uma reforma previdenciária e trabalhista, principalmente para eximir o Estado dos gastos sociais que lhe foram atribuídos com a luta dos trabalhadores no longo período anterior (do pós-guerra à queda do Muro de Berlim), momento esse em que os trabalhadores detinham força política e grande participação nos governos, fazendo valer sua força, que se reverteu em fabulosas conquistas.

¹⁵ FRIEDMAN, Milton. Citação de entrevista disponível em: <http://www.institutoliberal.org.br/galeria_autor.asp?cdc=923>. Acesso em: 12/1/2008.

Assim, com a hegemonia de tal ideário, os países endividados realizaram com relativo êxito sua lição de casa. No início do século XXI, por exemplo, os países latino-americanos possuem dívida externa sob controle. A inflação (que discutiremos nos capítulos adiante) também está dominada e os Estados, na maioria dos casos, com destaque para o Brasil, possuem superávit primário e grande soma em reservas internacionais. Entretanto, alguns problemas persistem e outros foram agravados, a despeito das medidas adotadas. Dentre todos eles, podemos citar, por exemplo, o crescimento da dívida interna, o aumento do desemprego e o baixo crescimento econômico.

Questões

1. Na opinião dos neoliberais, qual é o papel do individualismo na sociedade moderna?
2. Quais os aspectos relevantes da crítica ao Estado do bem-estar social empreendida por Hayek?
3. Como Hayek desenvolveu suas teses em defesa da liberdade individual?
4. Podemos afirmar que as teorias de Milton Friedman são frontalmente contrárias às idéias de John M. Keynes, no que se refere à participação do governo na atividade econômica? Por quê?
5. Em relação ao combate ao processo inflacionário, quais os principais elementos da proposta monetarista?

Referências

- ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberalismo". In: SADER, Emir. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Artenova, 1977.
- _____. *Theory of the consumption function*. New Jersey: Princeton University Press, 1957.
- _____. *The optimum quantity of money and other essays*. Chicago: Aldine, 1969.
- _____. *A monetary history of the United States 1867-1960*. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- _____. *Teoria dos preços*. Rio de Janeiro: Apec, 1971.
- _____. *Inflação, suas causas e conseqüências*. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1978.
- GUDIN, Eugênio. *Princípios de economia monetária*. 9. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1979.

HAYEK, Friedrich A. von. *O caminho da servidão*. Trad. Leonel Vallandro. 2. ed. São Paulo: Globo, 1977. (1. ed., 1944.)

SADER, Emir. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

Sites

<http://www.miltonfriedmanday.org/>

http://www.institutoliberal.org.br/galeria_autor.asp?cdc=923

<http://www.ideachannel.com/friedman.htm>

http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=433&Itemid=114

Pensamento econômico brasileiro: Escola Desenvolvimentista



O surgimento do pensamento desenvolvimentista no Brasil está intimamente relacionado ao surto industrial em andamento desde o final do século XIX. Nas três primeiras décadas do século XX esse processo se intensificou no eixo São Paulo–Rio em virtude de vários fatores. Em primeiro lugar, a defesa dos interesses do pólo agroexportador do café, que orientou a República Velha, implicava várias medidas de valorização do produto, entre as quais o recurso freqüente às desvalorizações da moeda. A elevação dos preços dos produtos importados, combinada a um acelerado processo de urbanização ocorrido nesse período, abriu espaço para o surgimento de um incipiente setor industrial voltado à produção de bens de consumo populares, especialmente nas áreas têxtil e de alimentos.

Com o agravamento das dificuldades de importação durante a Primeira Guerra Mundial, o setor se expandiu, ampliando sua presença no setor de bens de consumo, ao mesmo tempo que teve de enfrentar os problemas decorrentes da impossibilidade de renovação do parque produtivo, só superados com o final da guerra, nos primeiros anos da década de 1920.

Até o final da década de 1920, esse surto industrial avançou condicionado às necessidades do sistema agroexportador e como uma resposta “espontânea” às crises internacionais que abriam novas oportunidades para os empreendedores nativos.

A crise de 1929, as respostas adotadas pelas nações à crise no decorrer da década de 1930 e a Segunda Guerra Mundial provocaram transformações profundas na evolução da indústria no Brasil. No decorrer desses quinze anos, as relações de troca internacionais sofreram um abalo gigantesco, a ponto de provocar uma revisão profunda nos ideais livre-cambistas que dominavam as relações internacionais. A grande instabilidade do mercado mundial fortaleceu a convicção, entre todas as nações, de que a continuidade de desenvolvimento passava, necessariamente, por um esforço de **mobilização nacional**. A retomada do ideário nacionalista foi generalizada no Ocidente, existindo situações nas quais ele se tornou extremo e agressivo, caso do nazifascismo, e outras nas quais a preocupação com a reconstrução das economias nacionais

não excluía medidas visando reativar o mercado mundial, caso dos Estados Unidos e da Inglaterra.

No Brasil, o colapso do mercado mundial em 1929 catalisou os conflitos intra-oligárquicos e produziu uma convergência entre várias classes e grupos sociais que se opunham tanto às práticas políticas das frações oligárquicas lideradas por São Paulo e Minas Gerais quanto ao modelo agroexportador que submetia o conjunto da nação às necessidades de reprodução do capital vinculado ao negócio cafeeiro. Essa convergência agregou a classe média, os trabalhadores urbanos, a média oficialidade do Exército (tenentismo), frações das oligarquias ligadas ao mercado interno, frações da intelectualidade e o nascente contingente de empresários industriais que encararam esse momento político como uma oportunidade de tirar o setor industrial do papel de coadjuvante no cenário econômico nacional. Coube a Getúlio Vargas a habilidade política para articular esse conjunto de interesses num movimento que acabou chegando ao poder em 1930 por um golpe de Estado.

De imediato, os grupos que chegaram ao poder em 1930 adotaram medidas que visavam a fortalecer o poder central e promover uma modernização do Estado sob a égide de uma ideologia nacionalista. Do ponto de vista econômico, o novo pacto de poder reafirmava seu compromisso com a cafeicultura, mas sinalizava que o desenvolvimento do país passava pelo apoio à indústria. Apesar de essa orientação ter se evidenciado apenas a partir do Estado Novo (1937), sua simples enunciação consistia numa grande novidade, pois a industrialização se tornava, pela primeira vez, uma questão de Estado. Coube ao pensamento desenvolvimentista o papel decisivo de articular a ideologia do nacionalismo, em franca ascensão, com a defesa da industrialização.

22.1 As idéias precursoras de Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948)

Roberto Simonsen nasceu em Santos, em 1889, filho de uma família de comissários de café. Coursou a Escola Politécnica e formou-se engenheiro em 1910. Foi empresário em vários ramos de atividade, tais com construção, frigoríficos, borracha e cafeicultura (Casa Comissária Murray Simonsen Co.). Também foi presidente de associações de classe, como do Sindicato Nacional dos Combustíveis Líquidos, do Instituto de Engenharia de São Paulo, da Confederação Industrial do Brasil, e líder da dissidência com a Associação Comercial de São Paulo, que resultou na criação do Centro das Indústrias do

Estado de São Paulo (Ciesp), em 1928. Foi fundador da Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) e da Escola Livre de Sociologia e Política (1933), onde ministrou aulas sobre a história econômica do Brasil.

Integrou a mobilização empresarial em São Paulo no movimento de 1932, foi eleito deputado para a Constituinte de 1934, mantendo-se como deputado até 1937. Durante o Estado Novo, assumiu posições em órgãos importantes do Estado, como o Conselho da Expansão Econômica do Estado de São Paulo e o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial.¹ Foi eleito senador em 1946 pelo Partido Social-Democrata (PSD). Nesse período compreendido entre o final da guerra e seu falecimento, idealizou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Social da Indústria (Sesi), órgãos da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) dedicados a melhorar a qualificação dos operários e afastá-los da influência das ideologias de esquerda. Em 1946-47, durante a reação liberal do governo Dutra, criou no Conselho Nacional da Indústria (CNI) o Conselho Econômico e o Departamento Econômico, liderados por Rômulo de Almeida e Celso Furtado², os quais, especialmente o último, foram responsáveis pelo aprimoramento e sofisticação de várias idéias de Simonsen, além de dotarem o pensamento desenvolvimentista de um consistente quadro teórico, convergente com os estudos de Prebisch e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), fundada em 1948, no ano do falecimento de Simonsen.

Suas principais obras são *História econômica do Brasil 1500/1820*, de 1937; *Evolução industrial do Brasil*, de 1939; e *Ensaio sociais, políticos e econômicos*, 1943.

A principal obra de Simonsen foi *História econômica do Brasil*. Cobrindo o período da colonização até as vésperas da Independência, o estudo traça um amplo painel da economia colonial, baseado no programa do curso de História Econômica do Brasil que ele ministrava na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, criada por ele. Do ponto de vista metodológico, sua principal referência era Sombart, cuja obra *Modern capitalism*, de 1902, era considerada pelo autor a fase culminante dos estudos econômicos.

¹ SIMONSEN, Roberto. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. Seleção de textos de Edgard Carone. São Paulo: Nacional/Ed. da USP, Brasileira, v. 349, 1973.

² BIELSCHOWSKY, Ricardo. *O pensamento econômico brasileiro, o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

A análise se desenvolve orientada por algumas referências importantes. Uma delas é que a colonização do Brasil se iniciou à sombra da civilização européia, sendo necessário, portanto, **compreender os aspectos econômicos daquela civilização para identificar as orientações e os fatores externos que regeram a nossa formação**. Além disso, admitindo-se que a era colonial forjou a base da estrutura unitária do país, trata-se de determinar o papel da economia nesse processo.

Dentre os inúmeros aspectos importantes abordados por Simonsen na obra, merece destaque a ênfase que ele atribuiu ao suposto papel desempenhado por São Paulo na construção e na integração das várias regiões, que resultariam no território nacional, e ao papel que ainda poderia caber ao “Estado no reerguimento da economia nacional”, tudo isso afirmado em 1937, data da publicação da obra.

Ele defendia que a *História econômica* deveria ser **evolutiva e comparativa**, e seu principal foco teria de ser na investigação da “origem dos muitos entraves que dificultaram e dificultam a nossa evolução progressista”.³ Para o autor, esse estudo era necessário, mas não suficiente, pois as nações que progrediram e se encontravam na vanguarda do desenvolvimento foram aquelas que superaram a sua desorganização e fixaram uma **consciência nacional**, definiram suas **aspirações**, suas **necessidades** e os **caminhos** para atingi-las. Simonsen destacava que o Brasil ainda não tinha atingido essa **consciência nacional** e que um dos objetivos da Escola Livre de Sociologia e Política e de seu programa de cursos era contribuir para a formação da consciência coletiva de nossas necessidades, para gerar as ações “unitárias e persistentes para o progresso da nossa terra”.⁴

Entre as principais aspirações que deveriam mobilizar a consciência nacional estava a da industrialização. Simonsen foi o precursor da idéia de que a industrialização plena do país (com a constituição de um setor de indústria de bens de consumo, bens de capital e indústria de base) era a condição necessária para superar seu atraso e promover seu desenvolvimento. Defendia que os mecanismos de mercado não podiam ajudar e, no limite, criavam dificuldades para a modernização industrial. No caso do Brasil, ela só seria bem-sucedida por ações **intervencionistas** traduzidas em **protecionismo** e **planejamento**. Fazia questão de destacar que os interesses da agricultura e dos Estados Unidos não seriam

³ SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil, 1500-1820*. São Paulo: Nacional, 1937, p. 53

⁴ Id.

contrariados com o desenvolvimento industrial, pois, no primeiro caso, o progresso técnico incrementa a produtividade e os ganhos da agricultura e, no segundo, aumenta a demanda por máquinas e equipamentos dos países centrais. Sua defesa do planejamento visava a demonstrar que ele não era antagônico à democracia, pois havia uma tendência no pós-guerra a identificar liberalismo econômico com liberalismo político e este, com democracia.

Ela argumentava também que a industrialização contribuía para atenuar os efeitos das crises externas, pois a expansão das atividades assalariadas urbanas criava um mercado alternativo para a produção agrícola nacional, já que a demanda externa não crescia no ritmo da oferta. Ainda nessa linha das relações entre a agroexportação e a demanda internacional, identificou uma tendência de queda na produção *per capita* exportada comparativamente às necessidades de consumo via importação, que cresciam ininterruptamente, abrindo a possibilidade de crises cambiais. De certa forma, ele enuncia o problema da deterioração dos termos de troca, desenvolvidos posteriormente por Prebisch. Também defendeu o controle do comércio exterior, pela restrição de aquisições de bens de consumo em troca de facilidades para a importação de bens de capital necessários ao desenvolvimento nacional. Essas idéias contribuíram, mais tarde, para a adoção do câmbio diferencial.

O intervencionismo que ele propugnava não deveria se limitar a direcionar recursos para setores prioritários, mas implicava investimentos diretos do Estado nos setores básicos da economia que estavam fora do alcance dos investimentos da iniciativa privada.

Simonsen também foi um ferrenho opositor do lugar que as potências ocidentais lideradas pelos Estados Unidos conferiram à América Latina na ordem econômica mundial no pós-guerra. Sua análise do Plano Marshall demonstrava que, na estratégia desenhada pelos Estados Unidos para reconstruir a Europa, cabia à América Latina o papel de fornecedor de matérias-primas, produtos agrícolas e semicoloniais ao continente, tarefas que reiteravam seu papel tradicional na divisão internacional do trabalho e mantinham as condições de atraso econômico nas quais esses países se encontravam. Ele chamava atenção para o fato de que a reconstrução da Europa estava sendo conduzida de forma a impor um retrocesso econômico à América Latina. Defendia uma modificação no plano, de tal maneira que os Estados Unidos fornecessem máquinas e equipamentos aos países da América Latina, como contrapartida das

suas exportações de matérias-primas e produtos agrícolas. Nessa ocasião, ele chegou inclusive a lançar mão do argumento de que reforçar a expansão das atividades agrícolas na América Latina implicava promover uma realocação da mão-de-obra dos setores industriais, de maior produtividade, para setores agrícolas de menor produtividade. Prebisch retomou o tema posteriormente, sofisticou o argumento e apresentou-o como justificativa para defender o protecionismo às atividades industriais.

Apesar de as idéias apresentadas por Simonsen padecerem de uma sistematização teórica consistente, é inegável que ele mapeou a maior parte dos problemas relevantes da industrialização em países periféricos, a tal ponto que pode ser considerado o primeiro grande ideólogo do desenvolvimentismo brasileiro.

22.2 As idéias econômicas revolucionárias de Celso Furtado

Celso Monteiro Furtado nasceu em Pombal, no sertão do Estado da Paraíba, em 1920, transferindo-se para o Rio de Janeiro, aos 19 anos, onde se formou em Direito pela Universidade do Brasil, em 1944. No mesmo ano, foi convocado para a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e enviado para a Itália, servindo na Toscana como intérprete no V Exército norte-americano. Com o final da guerra e seu retorno ao Brasil, retomou os estudos e decidiu inscrever-se no doutorado em economia na Universidade de Paris, onde permaneceu no período de 1946 a 1948. Concluiu o curso com uma tese sobre a economia colonial brasileira.⁵ Ao retornar ao Brasil, teve uma breve passagem pelas áreas de análise e aconselhamento econômico da CNI, criadas por Roberto Simonsen, cuja obra exerceu sensível influência no entendimento de Furtado sobre a economia brasileira. Em 1949, começou a trabalhar como economista para a ONU, na Cepal, sob a direção e orientação de Raul Prebisch, contribuindo para a elaboração e sofisticação de inúmeras teses cepalinas.

Seu desempenho na Cepal o credenciou para liderar o Grupo Misto Cepal – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). A comissão trabalhou por dois anos (1954-55) na elaboração de um diagnóstico da economia brasileira e apresentou, como resultado de suas análises, inúmeras propostas que serviram de base para os programas governamentais de desenvolvimento implantados nos anos seguintes. Convidado pelo professor Nicholas Kaldor,

⁵ FURTADO, Celso. *A economia brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

lecionou em 1957-58 no King's College de Cambridge, aproveitando o período para redigir o seu estudo mais importante, *Formação econômica do Brasil*, publicado em 1959.

No retorno ao Brasil, foi nomeado pelo presidente Juscelino Kubitschek para presidir o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), criado em 1956. Baseado nos estudos e pesquisas realizados até aquela altura e nos seus próprios pontos de vista sobre os problemas econômicos da região, redigiu o estudo conclusivo do GTDN, *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, documento que serviu de base para a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), sediada em Recife, da qual Furtado se tornou o primeiro superintendente. Permaneceu no cargo até 1962, quando foi transferido para Brasília e acumulou o cargo de ministro do Planejamento. À frente do ministério, imerso numa grave crise econômica, política e social, elaborou e apresentou o Plano Trienal, cujos objetivos principais de controle da inflação e retomada do desenvolvimento não foram atingidos.

O golpe militar de 1964, que depôs o governo João Goulart, cassou seus direitos políticos por dez anos. No exílio, fez inúmeras conferências no Chile e em universidades norte-americanas sobre os problemas do desenvolvimento. Em 1965, assumiu, por decreto presidencial, a cátedra de desenvolvimento econômico na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris, tornando-se o primeiro estrangeiro nomeado para uma universidade francesa. Permaneceu na Sorbonne por vinte anos. Foi professor visitante da American University (Washington), da Columbia University (Nova York), da Universidade de Cambridge, da Universidade Católica de São Paulo e *Fellow* do King's College. Foi também membro do Conselho Acadêmico da Universidade das Nações Unidas, em Tóquio, diretor de pesquisas da École des Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris, onde dirigiu vários seminários sobre temas de economia brasileira e internacional.

Com a anistia, em 1979, e a devolução do poder aos civis, em 1985, Furtado voltou a se integrar à vida política do país. Convidado por Tancredo Neves, participou da elaboração do Plano de Ação do governo, cujas orientações econômicas ficaram muito distantes das idéias defendidas pelo economista. Isolado das decisões econômicas mais delicadas e importantes do novo governo civil, acabou aceitando o cargo de embaixador do Brasil em Bruxelas, na Comunidade Econômica Européia. Também participou da comissão de estudos

que apresentou o projeto da Constituição e assumiu o Ministério da Cultura, renunciando em meados de 1988.

Na década de 1990, integrou várias comissões criadas pela ONU nas áreas de desenvolvimento e ética. Em 1997, a Maison des Sciences de l'Homme e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) organizaram um congresso internacional, "A contribuição de Celso Furtado para os estudos do desenvolvimento", que contou com a participação de especialistas de vários países, entre os quais França, Estados Unidos, Itália, Polônia, Suíça, México e Brasil. Nesse mesmo ano, foi criado o Prêmio Internacional Celso Furtado pela Academia de Ciências do Terceiro Mundo, sediada em Trieste, na Itália, ofertado ao melhor estudo científico elaborado no Terceiro Mundo sobre economia política, além de ser eleito para a Academia Brasileira de Letras. Foi indicado para Doutor *Honoris Causa* das universidades Técnica de Lisboa, Estadual de Campinas (Unicamp), federais de Brasília, do Rio Grande do Sul, da Paraíba e da Université Pierre Mendès-France, de Grenoble, na França.

Entre as suas principais obras destacam-se: *A economia brasileira*, 1954; *Perspectivas da economia brasileira*, 1958; *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, 1959; *Formação econômica do Brasil*, 1959; *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, 1961; *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, 1966; *Formação econômica da América Latina*, 1969; *Análise do "modelo brasileiro"*, 1972; *O Brasil pós-"milagre"*, 1981; *Transformação e crise na economia mundial*, 1987; *Brasil, a construção interrompida*, 1992.

Celso Furtado é o economista brasileiro mais lido e conhecido em todo o mundo e o maior expoente do pensamento econômico desenvolvimentista. Destaca-se também como intelectual criativo, original e de imensa capacidade executiva, caso raríssimo na história da intelectualidade brasileira, marcada por uma forte tradição bacharelesca (na qual o conhecimento é essencialmente fator de ostentação e diferenciação de classe) e pela propensão de adesão incondicional às teorias elaboradas nos grandes centros econômicos e de produção acadêmica.

Os aspectos essenciais do pensamento econômico de Celso Furtado podem ser desdobrados da sua obra clássica, *Formação econômica do Brasil*.

A obra pode ser considerada uma empreitada bem-sucedida e convincente de compreensão da história econômica do Brasil, numa perspectiva a um só tempo estruturalista e keynesiana.

O componente estruturalista se evidencia no reconhecimento de que as teorias econômicas gerais, elaboradas nos grandes centros de difusão científica, não eram capazes de explicar adequadamente inúmeros fenômenos particulares das nações pobres, situadas na periferia do sistema capitalista. Era necessário elaborar um novo método, uma nova abordagem capaz de dar conta das particularidades das trajetórias econômicas desses países, cujos elementos constituintes e as relações que mantinham entre si eram **diferentes** dos existentes nos países desenvolvidos.

A inspiração keynesiana aparece no papel de destaque que Furtado dedica à demanda e ao mercado interno como fator dinâmico do crescimento e do desenvolvimento econômico. Manifesta-se também no reconhecimento do papel relevante que cabe ao Estado na condução do crescimento e do desenvolvimento.

O estudo cobre o período dos séculos XVI ao XX e está dividido em cinco partes. As três primeiras apresentam uma análise da estrutura da economia colonial, partindo dos seus fundamentos, passando pelas fases da economia escravista açucareira (séculos XVI e XVII) e da mineração (século XVIII).

A quarta parte analisa os problemas relacionados à transição da matriz colonial escravista exportadora para o sistema de trabalho assalariado e as implicações relevantes decorrentes da independência e da adoção do trabalho livre (século XIX). A última trata da transição para o sistema industrial ocorrida no decorrer do século XX.

Todo o exame do período colonial empreendido por Furtado é acompanhado de freqüentes comparações com as circunstâncias das colonizações espanhola, inglesa, e mesmo portuguesa em outras áreas do Império. Dessa forma, ele demonstrou, como, em cada caso, as determinações geográficas, demográficas, econômicas, a trajetória histórica, enfim, moldaram a formação econômica de cada região, definindo particularidades fundamentais para a compreensão dos processos distintos da evolução econômica posterior.

Do conjunto da abordagem, a um só tempo histórica e teórica, convém destacar e desdobrar alguns pontos que foram elaborados de maneira insuperável por Furtado.

Ele foi o responsável pelo refinamento do argumento de que o subdesenvolvimento não corresponde a um estágio do desenvolvimento, sendo, basicamente, um resultado do desenvolvimento capitalista na periferia. A expansão

econômica das nações centrais desde a Revolução Industrial incorporou áreas nas quais vigoravam relações econômicas pré-capitalistas. O resultado foi o surgimento de sistemas econômicos híbridos, heterogêneos, que preservavam pólos de baixa produtividade, vinculados às formas tradicionais de produção, e pólos de alta produtividade, vinculados ao mercado mundial. A característica essencial do subdesenvolvimento não consiste, portanto, num baixo grau de assimilação do progresso técnico, mas na cristalização de uma estrutura dual, que impossibilita a generalização do progresso técnico pelo conjunto do sistema econômico. O autor argumentava inclusive que o “grau de subdesenvolvimento” podia ser obtido medindo-se a heterogeneidade do sistema econômico, e essa podia ser expressa por uma relação entre quantidade de mão-de-obra empregada nos setores pré-capitalistas e mão-de-obra total. Ficava implícito que um país que incorporasse tecnologia moderna mas preservasse a estrutura dual, permaneceria subdesenvolvido.

A hipótese da Cepal, que considerava a industrialização como o caminho para o desenvolvimento, foi aprofundada por Furtado com a explicação da dinâmica do processo. Baseado no caso concreto dos efeitos do “crash” de 1929 no Brasil, ele demonstrou que a crise cambial desencadeou um impulso de substituição de importação e que a crise do setor exportador produziu um deslocamento dos investimentos desse setor para os vinculados ao mercado interno, tornando-o o centro dinâmico do sistema econômico.

Sua explicação para a inflação brasileira consiste numa outra contribuição relevante à teoria estruturalista. Segundo seu exame do problema, um dos elementos do fenômeno inflacionário em países da periferia está associado às reações do sistema econômico aos ciclos de substituição de importações. Ele afirma que nos países periféricos há um descompasso entre a esfera da demanda e a da oferta. Enquanto a pressão de demanda sobre a oferta interna se faz sentir rapidamente diante das primeiras dificuldades de importação, a oferta tende a reagir lentamente, em virtude da pouca diversificação dos recursos técnicos, e de maneira rígida, pois tem capacidade limitada de produção. Além disso, a dinâmica da substituição da importação tende a tornar o desequilíbrio externo crônico, pois, à medida que um tipo de bem importado é substituído, a demanda interna se desloca para outro tipo (dos bens de consumo não-duráveis para os duráveis e destes para os bens de capital). Essa dinâmica tende a manter constante a pressão sobre as importações. No caso de baixo

crescimento ou queda do preço das exportações, o país se vê às voltas com uma crise cambial, desvalorização da moeda e elevação dos preços. Como a raiz da inflação reside nesses desequilíbrios que fazem parte da própria natureza do subdesenvolvimento, ela só pode ser superada a longo prazo, pelo equacionamento desses desequilíbrios. Por essa via, Furtado justifica o papel decisivo que cabe ao planejamento em economias periféricas, pois só por meio dele é possível identificar os setores frágeis e programar medidas de antecipação que permitam dotar a estrutura produtiva de flexibilidade para atender às necessidades da demanda.

A necessidade do planejamento surge, portanto, como um desdobramento das condições do subdesenvolvimento e das medidas que precisam ser adotadas para superá-lo. Do seu ponto de vista, a única instituição capaz de levar adiante essa imensa tarefa de programação do crescimento seria o Estado. Por intermédio dele, os agentes nacionais poderiam controlar as decisões mais importantes e necessárias à industrialização, organizar um sistema abrangente de planejamento dedicado à captação e à alocação dos recursos e mobilizar os pesados investimentos exigidos. Nesse aspecto, a iniciativa privada nacional e o Estado não podiam prescindir do capital estrangeiro. Este, porém, da perspectiva de Furtado, precisava ser controlado, pois não é possível se beneficiar do progresso técnico sem acesso à tecnologia gerada nos países desenvolvidos, mas, por outro lado, um ingresso indiscriminado de investimento externo cria um fluxo permanente de recursos para fora do país, colocando em risco o equilíbrio externo.

Entre os principais desafios do planejamento estatal numa economia periférica, destacavam-se os desequilíbrios relacionados à apropriação regional e interpessoal da renda.

No capítulo final de *Formação*, não fica margem a dúvida em relação à importância que o autor atribuía ao tema do desenvolvimento do Nordeste. Seria desnecessário insistir nesse ponto. Para Furtado, esse era o âmago do problema do subdesenvolvimento. Coube a ele, baseado nas pesquisas e em alguns estudos parciais elaborados pelo GTDN, a elaboração de uma síntese⁶ abrangente e articulada dos principais problemas da região, com inúmeras propostas para

⁶ Trata-se de *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.

enfrentá-las, como aproveitamento econômico do semi-árido, deslocamento da mão-de-obra excedente, estímulo à industrialização e intensificação da produção de alimentos.

Os problemas relacionados à distribuição interpessoal da renda também ocuparam lugar de destaque na sua reflexão, especialmente no período pós-1964. Entretanto, mesmo antes do golpe, já havia constatado que as elites econômicas no Brasil se orientavam pelo lucro fácil, pelo rentismo improdutivo e pelo consumismo de luxo, e que tais hábitos impediam a tradução da concentração da renda em níveis mais elevados de poupança e investimentos. Diante disso, assumiu a defesa de uma política fiscal centrada na tributação do consumo conspícuo. Por esse mecanismo, os recursos arrecadados pelo Estado seriam canalizados e transformados em investimentos necessários ao desenvolvimento.

Sobre a resistência das elites nativas em relação à reforma do sistema tributário, ele argumentou em 1962:

O fato de que o Parlamento não capacite a administração para coletar os impostos de que necessita, e ao mesmo tempo amplie todos os dias os gastos do governo em função do desenvolvimento, traduz claramente a grande contradição que existe presentemente na vida nacional. Existe a consciência clara de que o desenvolvimento deve ser postulado como objetivo supremo de toda política econômica e, por isso, se votam as verbas e os planos de obras. Mas, como o Parlamento representa apenas uma fração da opinião pública nacional – aquela economicamente mais bem armada para vencer nas eleições, dentro do sistema eleitoral vigente –, o investimento público é financiado não com o esforço daqueles que se beneficiam dos frutos do desenvolvimento, e sim com o sacrifício daqueles que não têm acesso a esses frutos.⁷

Ele considerava que a distribuição da renda era fundamental para elevar a renda *per capita* ao nível da existente nos países desenvolvidos, ou, dito de outra forma, que a distribuição da renda era uma condição do desenvolvimento.

Além do instrumento fiscal, Furtado considerava a reforma agrária medida decisiva para promover a distribuição da renda. Essa posição foi reforçada especialmente na época da elaboração do estudo que resultou na criação da Sudene. Sua linha de argumentação baseava-se no reconhecimento de que a estrutura agrária arcaica e as inclinações de consumo de luxo dos grandes proprietários não permitiam a formação de poupança nem a realização de investimentos em técnicas modernas que aumentassem a produtividade da agricultura. Nessas

⁷ FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

condições, a oferta de alimentos era insuficiente, elevando os preços e reduzindo os salários reais e o mercado interno para os produtos industriais. Por fim, a reiteração da demanda de artigos sofisticados e de luxo, aliada a um consumo deprimido pela renda de bens essenciais, orientava a “estrutura industrial num sentido perverso”.⁸

O fracasso do Plano Trienal e o golpe militar de 1964 tiraram da agenda as preocupações distributivas às quais Furtado dedicava cada vez mais atenção. No período que se seguiu ao golpe, a política econômica patrocinada pelos militares orientou-se por um aprofundamento em grande escala da concentração da renda. A análise do autor procura demonstrar que o processo em curso, de elevação em escala crescente das importações intensivas em capital de máquinas e equipamentos, tendia a produzir um descompasso acentuado entre os índices de crescimento do produto e do emprego, cujos efeitos eram um incremento da concentração da renda e do desemprego. A reiteração do ciclo tendia a agravar cada vez mais as desproporções entre o crescimento da oferta e a redução do mercado interno, até um ponto em que a produção não encontraria canais de escoamento, produzindo-se uma crise de realização, que estancaria o crescimento, conduzindo o sistema econômico à estagnação.⁹ O modelo explicativo de Furtado demonstrava que as estratégias de desenvolvimento alicerçadas em processos agudos de concentração da renda estavam condenadas ao fracasso apenas há um ano e meio do início de um dos maiores ciclos de acumulação da história do país, no qual os índices de crescimento e da concentração da renda atingiram níveis inéditos.

O ritmo vertiginoso do crescimento econômico e o aprofundamento da concentração da riqueza e da renda, a partir de então, representavam a derrota parcial do projeto, a um só tempo teórico e político, pelo qual Celso Furtado vinha se batendo. Uma leitura atenta do conjunto de seus estudos demonstra que o objetivo central que o orientou foi contribuir para alterar a posição que os países periféricos, em especial o Brasil, ocupavam na divisão internacional do trabalho. A industrialização era encarada como único meio pelo qual o país poderia abandonar a sua condição de exportador de bens primários, superar

⁸ BIELSCHOWSKY, Ricardo, *op. cit.*, p. 161.

⁹ FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Lia, 1969.

a pobreza e impulsionar o desenvolvimento. Essa transição envolvia um desafio teórico e político. O teórico consistia em elaborar uma abordagem que atendesse aos critérios do rigor científico-acadêmico, condição indispensável para confrontar o pensamento econômico neoclássico, que legitimava a ordem estabelecida e era consagrado internacionalmente. O desafio político consistia em articular, por meio da análise teórica, os interesses dos agentes sociais nacionais comprometidos com a industrialização, instrumentalizando-os na luta contra as forças conservadoras internas e externas, de filiação neoliberal, que operavam para manter a tradição agroexportadora. Tratava-se, portanto, de apresentar um “programa” que fosse o mais abrangente possível e que garantisse a coesão dos agentes pró-industrialização em torno das principais tarefas necessárias ao desenvolvimento. Enfim, o desafio consistia num projeto nacional de desenvolvimento articulado em torno da industrialização.

Um balanço das realizações desse projeto demonstra que ele foi parcialmente bem-sucedido. De fato, no decorrer da década de 1950, essa corrente do pensamento econômico brasileiro, da qual Celso Furtado é o maior expoente, pautou a atuação do Estado, dos segmentos empresariais, das camadas populares e da esquerda, contribuindo, de forma decisiva, para que etapas importantes da industrialização fossem cumpridas. No início da década de 1960, o país estava credenciado a ocupar uma posição ligeiramente distinta da que ocupava no passado, na divisão internacional do trabalho.

À medida que o grau de coesão obtido entre as forças favoráveis à industrialização assegurou a derrota das forças antiindustrialistas e o cumprimento de algumas “metas” importantes do processo de modernização, criaram-se novos desequilíbrios e tensões, típicos de todo processo de desenvolvimento, que exigiam uma redefinição dos próximos objetivos e tarefas. Um dos aspectos implícitos nessa fase de redefinição, responsável pelo aprofundamento da polarização social, dizia respeito exatamente aos problemas da redistribuição da riqueza e da renda. Celso Furtado considerava que, nessa nova etapa, a superação do impasse econômico e distributivo e a retomada do crescimento exigiam uma redistribuição da riqueza e da renda benéficas ao fator trabalho, posição que confrontava as defendidas pelas lideranças empresariais. A tensão crescente entre os agentes que deram sustentação à industrialização em torno desse ponto, num quadro de crise econômica e exacerbação dos conflitos da Guerra Fria, pavimentou o caminho para o golpe de Estado e a redefinição

do pacto industrialista por meio da rearticulação das forças conservadoras. A matriz econômica herdada da etapa anterior é reiterada, *manu militari*, pela via da concentração da riqueza e da renda.

Essa derrota política de Celso Furtado não foi suficiente para ofuscar as inúmeras vitórias colhidas durante sua vida. É fundador da moderna economia política brasileira e o primeiro intelectual brasileiro a formular uma teoria e as propostas de política econômica, que foram referências para a intervenção do Estado e a ação da burguesia brasileira durante décadas, além de ser considerado o mais brilhante membro da Cepal, reconhecido internacionalmente por suas contribuições originais à teoria econômica. Seus estudos permanecem como referência obrigatória para todos os estudiosos dos problemas do desenvolvimento.

22.3 O desenvolvimentismo conservador de Roberto de Oliveira Campos

Roberto Campos (1917-2001) nasceu em Cuiabá. cursou Letras Clássicas, Ciências, Filosofia e Teologia nos seminários de Guaxupé e Belo Horizonte. Diplomou-se em Economia pela Universidade de George Washington, D.C., e pós-graduou-se pela Universidade de Columbia, Nova York. Ingressou no serviço público em 1939, por meio de concurso para a carreira diplomática. No magistério, foi professor de Moeda, Crédito e Ciclos Econômicos da Faculdade de Economia da Universidade do Brasil, no período de 1956 a 1961.

No período de 1947 a 1949, foi conselheiro econômico da Delegação Brasileira Permanente na Organização das Nações Unidas. Assumiu, em 1955, o cargo de diretor-superintendente do BNDE e, de 1958 a 1959, atuou na presidência daquela instituição, da qual foi um dos fundadores e idealizadores. Ainda em 1959, foi nomeado Doutor *Honoris Causa* em Ciências Comerciais pela Universidade de Nova York. Foi embaixador nos Estados Unidos. Retornou ao Brasil em 1964 para assumir o Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica até 1967. Após passar pela iniciativa privada, retornou à vida pública, em 1983, na qualidade de senador da República, cargo que inauguraria um longo período de participação política no Congresso Brasileiro.

Ao refletir sobre desenvolvimento econômico, Roberto Campos desenvolve sua tese de que existe uma incompatibilidade entre desenvolvimento econômico e redistribuição de renda. Nesse sentido, coloca o desenvolvimento como

prioritário sobre as questões sociais e entende que a redistribuição do bem-estar é uma “ilusão” que “consiste em buscar-se o desenvolvimento social, isto é, a distribuição do bem-estar, em ritmo mais rápido que o possibilitado pelo estágio de desenvolvimento econômico, e, freqüentemente, em detrimento deste”.¹⁰ Conseqüentemente, desenvolve sua idéia afirmando:

[...] a opção pelo desenvolvimento implica a aceitação da idéia de que é mais importante maximizar o ritmo do desenvolvimento econômico do que corrigir as desigualdades sociais. Se o ritmo do desenvolvimento é rápido, a desigualdade é tolerável e pode ser corrigida a tempo. Se baixa o ritmo de desenvolvimento por falta de incentivo adequado, o exercício da justiça distributiva se transforma numa repartição da pobreza.¹¹

A tecnologia agrícola matou o demônio malthusiano na primeira metade do século XX. E a tecnologia bioquímica o ressuscitou nesta segunda metade do século... Malthus, lembremos, em seu ensaio sobre o princípio da população, de 1798, profetizara uma tragédia social, pelo fato de a população crescer geometricamente, enquanto os meios de subsistência cresciam apenas aritmeticamente. A reprodução superaria a subsistência, gerando uma situação explosiva, que poderia ser precariamente moderada por um freio positivo – a disciplina moral da castidade e do casamento tardio –, mas que, provavelmente, teria de ser contida pelos freios negativos – a guerra, a fome, a doença e a miséria... Essa visão apocalíptica [continua Campos] parecia ter sido destruída na virada do século, de um lado pelos enormes avanços na tecnologia agrícola – a genética de sementes, os fertilizantes e o trator – e, de outro, pelo espontâneo decréscimo da fertilidade humana em função da urbanização e do desenvolvimento econômico. Mas, se a tecnologia agrícola desmoralizara o malthusianismo, as novas técnicas médicas e higiênicas, e sobretudo dos antibióticos, fizeram cair a mortalidade em ritmo mais rápido que a fertilidade. De outro lado, os países que mais sofreram com a explosão populacional são os menos capazes de aplicar a moderna tecnologia agrícola.¹²

A incorporação da teoria da população, por parte de Campos, encaminhou-o, logicamente, para conclusões semelhantes, ou seja, de que é inútil redistribuir a renda entre as classes. Campos, então, conclui:

Não só o Brasil é um país pobre no contexto internacional, mas a sua pobreza é agravada por uma injusta distribuição de renda. Entretanto, mesmo que a renda fosse igualmente distribuída por toda a população, estaríamos apenas coletivizando a miséria. [...] Sendo a renda por habitante o quociente da divisão do produto global pela população,

¹⁰ CAMPOS, Roberto. “As quatro ilusões do desenvolvimento”. Discurso pronunciado na Conferência da Cepal em La Paz, em maio de 1957. In: *Ensaio de história econômica e sociológica*. Rio de Janeiro: Apec, 1963, p. 91.

¹¹ CAMPOS, Roberto. “Cultura e desenvolvimento”. Palestra proferida no Instituto Superior de Estudos Brasileiros do Rio de Janeiro e publicada no *Digesto Econômico* – março-abril de 1957. In: *Ensaio de história econômica e sociológica, op. cit.*, p. 115.

¹² CAMPOS, Roberto. “Para não dizer que não falei de opções”. Rio de Janeiro, 16/18-XI-68. In: *Temas e sistemas*. Rio de Janeiro: Apec, aproximadamente 1970, p. 53.

ele pode ser aumentado de três formas: pela elevação do dividendo, pela diminuição do divisor, ou por uma combinação dessas providências.¹³

Campos, finalmente, esboça as bases de sua teoria do crescimento do bolo concluindo:

[...] ao contrário do que pensam os socialistas românticos, hoje em franca superprodução no nosso clero, o problema brasileiro não é meramente, nem sequer principalmente, de distribuição injusta da renda nacional. Mesmo que ela fosse irremediavelmente distribuída, objetivo impraticável em virtude da básica desigualdade dos dotes de inteligência e operacionalidade com que fomos brindados pelo Criador – ainda que fosse possível, repito, uma distribuição equitativa da renda, estaríamos apenas distribuindo a miséria. A rigor, estaríamos talvez agravando-a, pela diminuição dos estímulos para investimento. [...] Mas, por maior êxito que se obtenha na tarefa da justiça distributiva, o nosso problema básico e grave é a insuficiência de produção.¹⁴

O modelo *take-off* foi muito utilizado na obra de Campos:

[...] a teoria da arrancada (*take-off*), imaginosa e formulada por Walt Rostow, vem como uma resposta à fraseologia obsoleta do manifesto comunista. Ao invés da evolução do feudalismo para a burguesia mercantil, o capitalismo industrial e o socialismo, teríamos, com aplicação muito mais genérica, independente de sistemas ideológicos, a transmutação da sociedade tradicional para a sociedade transacional, na qual se processaria a “arrancada” para o desenvolvimento, passando-se em seguida à sociedade industrial madura e à civilização de alto consumo.¹⁵

O grau de industrialização em que se encontrava o Brasil em fins dos anos 1950 significa, para Campos, uma fase de transição e de arrancada:

[...] os requisitos econômicos da arrancada seriam, primeiramente, a criação de infraestrutura, principalmente no setor de transportes; em seguida, um surto na produção agrícola capaz de financiar a industrialização; em terceiro lugar, um nível de poupança de no mínimo 10% a 12% ao ano; em quarto lugar, a existência de capacidade de importar, seja mediante exportações, seja mediante o influxo de capital, para aquisição de equipamentos e matérias-primas; em quinto lugar, a emergência de setores de vanguarda “que deflagrem o processo de modernização”. Pressupõe-se, ainda, a existência de um núcleo empresarial capaz de absorver tecnologia.¹⁶

Dentro desse esforço de entender a economia brasileira à luz das teses de Rostow, Campos recomenda ainda três condições para uma arrancada sem

¹³ CAMPOS, Roberto. *Temas e sistemas, op. cit.*, p. 54.

¹⁴ CAMPOS, Roberto. “Perspectivas do fundo de quintal...”, 15.IV.69. In: *Temas e sistemas, op. cit.*, p. 159.

¹⁵ CAMPOS, Roberto. “Arrancada e colapso: a peripécia dos países em desenvolvimento”. In: SIMONSEN, M. H.; CAMPOS, Roberto. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 23.

¹⁶ CAMPOS, Roberto. *A nova economia brasileira, op. cit.*, p. 23-24.

tropeços: “expansão da infra-estrutura, aumento da produtividade agrícola e crescimento das exportações”.¹⁷

Os artigos de Roberto Campos – que vão dos ensaios escritos na década de 1950 e reunidos e publicados em 1963 sob o título *Economia, planejamento e nacionalismo*, até o título *Além do cotidiano*, publicado em 1985 – demonstram-nos o que vamos chamar de ecletismo dinâmico. Nos anos 1950, Campos privilegia em sua análise as concepções de corte estruturalista, passando, no início dos anos 1960 (momento de profunda crise econômica, política e social no Brasil), para uma efetiva “mescla”, em que, sem abandonar uma teorização com conteúdos estruturalistas na análise, passa efetivamente a criticar a escola estruturalista enquanto tal. Sobre a questão, destacamos pela relevância o texto “Duas opiniões sobre a inflação na América Latina”. Ainda no início dos anos 1960, chega a privilegiar aspectos importantes do grande corpo teórico “ortodoxo” e passa à crítica aberta, agora à Cepal, no título “Os ortodoxos inquietos”, demonstrando sua rota de sintonização com as teses defendidas, então, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), cuja política de estabilização fora elogiada por ele.

Já no período que se abre com sua participação nas decisões de governo (1964), seu ecletismo dinâmico combina com as medidas de política econômica e de planejamento, medidas de combate à inflação de talhe monetarista (um dos propósitos explícitos do Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg) era cortar-atacar a demanda), com uma verdadeira ampliação das funções regulatórias do Estado e igualmente a ampliação do que chama de sistema produtivo estatal. Talvez seja ilustrativo desse fenômeno a criação de órgãos, instituições e empresas como: Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A (Embratel), criada em 1965; Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), criada em 1966; Banco Central do Brasil, 1964; Sistema Financeiro da Habitação (SFH), 1964; Banco Nacional de Habitação (BNH), 1964.

Para Campos, a industrialização traz consigo alguns “germes inflacionários” na medida em que o objetivo da industrialização é a elevação da renda; mas, com o aumento da renda, “existirá também incremento acelerado da procura de bens e serviços e, sobretudo, de produtos básicos da alimentação, pelo menos na fase inicial da elevação das rendas. Está aí um germe inflacionário intrínseco”.¹⁸

¹⁷ CAMPOS, Roberto. “O dilema das tesouras”, *op. cit.*, p. 109.

¹⁸ Id., p. 61.

O segundo elemento inflacionário apresentado por Campos advém da urbanização:

[...] o fenômeno da urbanização provoca mudanças de hábitos, quase sempre no sentido de maior propensão a consumir (e também a importar), devido exatamente à influência do mimetismo urbano. [...] Ao mesmo tempo, há maior propensão para investir, visto que a urbanização requer investimentos mais pesados em construção, transportes públicos, obras sanitárias etc., sem que haja acréscimo correspondente na propensão a poupar.¹⁹

No curto prazo, Campos aponta seu terceiro germe inflacionário, oriundo das necessidades de produção de equipamentos, sobre o qual afirma:

Um terceiro germe inflacionário a curto prazo, inerente à industrialização, é o alongamento do período de produção. A industrialização faz com que certo número de fatores seja desviado da produção direta de artigos de consumo básico para a produção de equipamentos, aos quais permitirão de futuro a fabricação mais eficiente de bens de consumo, mas que, a curto prazo, tendem a exercer impacto inflacionário, porque existe pagamento de renda ao longo de todo o período de construção industrial, sem lançamento de produtos no mercado.²⁰

Prosseguindo na análise das causas do processo inflacionário, Campos encaminha-se justamente para a afirmação de um dos pilares das concepções da escola estruturalista, qual seja, da inelasticidade da oferta agrária, apontada anteriormente. Ao analisar a estrutura da economia brasileira nesse aspecto, Campos conclui: “Ao que parece, então, dada a dificuldade de dilatação prévia da base agrária, temos de sofrer um processo de industrialização batizando com inflação, para depois, num segundo turno, nos voltarmos para a base agrária”.²¹ A solução apontada pelas teses estruturalistas se encaminha no sentido de aumentar a produtividade agrícola por meio de avanços tecnológicos no setor. Campos entende que a consciência tecnológica é, em primeiro lugar, um fenômeno mais industrial do que rural, donde conclui que é necessário se promoverem avanços tecnológicos primeiramente na indústria, e, portanto, as referidas pressões inflacionárias decorrentes da inelasticidade da oferta agrícola são inevitáveis no processo de industrialização dos países subdesenvolvidos.

Vimos, até aqui, as principais causas estruturais existentes na análise de Campos, decorrentes do processo de industrialização dos países

¹⁹ CAMPOS, Roberto. “O dilema das tesouras”, *op. cit.*, p. 61.

²⁰ Id., *ibid.*

²¹ Id., p. 65.

subdesenvolvidos. Ele aprofunda a análise da relação entre industrialização e inflação defendendo:

Em primeiro lugar, o processo de desenvolvimento acarreta mudanças estruturais, ao deslocarem-se os fatores de produção primária para a produção secundária e terciária. Dada a imperfeição dos fatores de mercado e os obstáculos à mobilidade de fatores, a rápida diversificação e o crescimento da procura contrastam com um padrão de oferta relativamente inelástica de equipamentos, produtos intermediários e conhecimentos técnicos, necessários tanto à industrialização quanto à modernização das práticas agrícolas. Especialmente durante as fases de crescimento rápido, a mobilização da procura será, provavelmente, maior que a mobilidade da oferta.²²

Um dos principais pilares de suas concepções, nesse aspecto, está alicerçado na tese segundo a qual a demanda antecede a oferta. Campos, então, argumenta:

[...] uma razão possível para a forte tendência inflacionária, que se nota na maioria dos países subdesenvolvidos, resulta do fato de que o seu processo de desenvolvimento é motivado, em geral, mais pela procura do que pela oferta. Esse desenvolvimento não é um desenvolvimento “schumpeteriano”, que se origina do movimento de produção espontâneo de homens de empresa. É, antes, a aspiração das massas, na ânsia de melhorar o padrão de consumo, que leva os governos a assumir funções empreendedoras e a estimular os empresários particulares a embarcarem em projetos de desenvolvimento que ofereçam, pelo menos, uma promessa de aumentos futuros de consumo. Esse tipo de desenvolvimento derivado tem, realmente, uma tendência inflacionária congênita.²³

No início dos anos 1960, momento em que a economia brasileira experimentou uma de suas maiores crises econômicas e políticas desde o imediato pós-guerra, a atitude teórica de Campos em relação à análise estruturalista da inflação altera-se. Se antes, como observamos até aqui, a análise do autor privilegiava os aspectos estruturais como causas fundamentais das pressões inflacionárias, agora, ele elabora uma refinada crítica, que busca caracterizar a origem dos pontos de estrangulamento, antes pela ação da política econômica dos governos, do que propriamente pelos desequilíbrios oriundos do próprio processo de industrialização.

Representativo desse fenômeno é o ensaio “Duas opiniões sobre a inflação na América Latina”, de 1961, em que, depois de resumir suas versões sobre os conceitos básicos da escola estruturalista e da escola monetarista, Campos

²² CAMPOS, Roberto. “Inflação e crescimento equilibrado”. Trabalho apresentado à Mesa-Redonda da Associação Econômica Internacional. Rio de Janeiro, agosto de 1957, e publicado na *Revista de Ciências Econômicas*, 1960. In: *Economia, planejamento e nacionalismo*, *op. cit.*, p. 130.

²³ CAMPOS, Roberto. “Inflação e crescimento equilibrado”. In: *Economia, planejamento e nacionalismo*, *op. cit.*, p. 125.

explora o argumento de que os chamados pontos de estrangulamento (produção de alimentos, transportes, energia etc.) foram, em grande parte, originalmente induzidos pela inflação e que, numa etapa posterior, passaram a incentivar a inflação. Para isso, intenta criar um modelo com o seguinte aspecto:

[...] um modelo explicativo de um dos métodos possíveis de origem de estrangulamento poderia ser facilmente construído da seguinte maneira: 1) a procura excessiva decorrente das pressões no setor externo (excedentes de exportações em tempo de guerra que não foram compensados por taxas de exportação não gastas ou por importações) levou à inflação de preços; 2) houve tentativas de reprimir a inflação não pelo controle da procura excessiva geral, mas pelo controle de certos preços-chave (gêneros alimentícios básicos, transporte ferroviário, eletricidade, taxa de juros); 3) as poupanças e os investimentos privados voluntários foram desencorajados e substituídos após certo tempo pelo investimento público financiado por déficits; 4) a inflação foi agravada, surgiram estrangulamentos e casos de “rigidez estrutural”.²⁴

Campos conclui que o estrangulamento da capacidade de importar, defendida pelos estruturalistas, encontra suas verdadeiras causas em: “a) impostos excessivos sobre as exportações em razão da taxa cambial ou das distorções nos preços; b) uma política de substituição de importações mal orientada; e c) um método inadequado de financiamento da substituição de importações”.²⁵

Tenta, ainda, conciliar os postulados das duas escolas, com uma política econômica proposta, que atacasse os pontos de estrangulamento por meio de uma política fiscal e monetária ativa. Desse modo, conclui:

A identificação de estrangulamentos é evidentemente de grande utilidade para que a política fiscal e monetária tenha um papel ativo ainda mais útil; e esta é a linha de reconciliação entre os “monetaristas” e os “estruturalistas”. Muito se pode fazer lançando mão das armas fiscais e monetárias, no sentido de corrigir estrangulamentos sem investimentos adicionais que iriam apenas agravar a procura excessiva; isso pode ser feito simplesmente por meio de alterações dos incentivos aos preços e reorientação dos investimentos do governo dos setores menos produtivos para os estrangulamentos (passagem de despesas militares para investimentos na agricultura).²⁶

Do exposto acima, concluímos que as teses que ele defende em seu importante ensaio de 1961 significam um momento de transição, engendrado pela

²⁴ CAMPOS, Roberto. “Duas opiniões sobre a inflação na América Latina”. In: HIRSCHMANN, Albert (org.). *Monetarismo versus estruturalismo*. Rio de Janeiro: Lidador Societas, 1967, p. 86 (primeira edição em língua inglesa em 1961).

²⁵ Id., p. 91.

²⁶ Id., *ibid.*

crise econômica e política de então, ocasião em que passa a reconhecer, nas propostas de estabilização advogadas pelo FMI, uma saída plausível para a crise em marcha no início dos anos 1960.

Campos desfecha, então, um ataque cerrado à escola estruturalista, por ocasião de sua defesa dos princípios do FMI. Em ensaio de 1967, argumenta:

[...] as antigas explicações “estruturalistas” da Cepal – inelasticidade de receita de exportações de bens primários e da oferta de produtos agrícolas – estão hoje desmoralizadas. [...] Na realidade, a inelasticidade das exportações resulta, em grande parte, de taxas cambiais irrealistas; e a substituição de importações pela produção doméstica, para escapar à penúria cambial, justificaria uma pequena alta dos custos, e não a inflação desbragada de que fomos vítimas. Também a inelasticidade da oferta de produtos agrícolas decorre principalmente da tentativa de mascarar a inflação pelo tabelamento dos preços dos alimentos, a fim de aplacar a ira do consumidor urbano, ou da tributação da agricultura para subvencionamento da indústria.²⁷

A questão da institucionalização política é das mais importantes para a busca de elucidação da totalidade do pensamento de Campos, uma vez que envolve diretamente a questão do conflito social. No caso específico dado pelos limites deste trabalho, envolve precisamente o tratamento que Campos dispensa à luta de classes no país, seus desdobramentos no que se refere à “instabilidade política” e as formas de participação política das classes e grupos sociais em relação ao tipo de desenvolvimento econômico brasileiro.

Campos assinala, ainda, o que pensa das principais causas do surgimento da instabilidade política:

A instabilidade política, que talvez constitua o maior obstáculo ao desenvolvimento econômico, é assim o resultado de complexas inter-relações. São particularmente vulneráveis as sociedades em rápido processo de modernização quando: 1. o ritmo de mobilização social é superior ao ritmo de desenvolvimento econômico, induzindo a frustrações sociais; 2. quando essa frustração social se transforma em exigência política ativista, não apenas das elites e da classe média, mas das massas; e 3. quando as instituições políticas e particularmente os partidos – como instrumento de coleta de aspirações, articulação de interesses e formação de programas – não têm capacidade para absorver, modelar, coordenar e satisfazer essas aspirações, ou criar símbolos substitutivos, reduzindo as frustrações ao nível tolerável.²⁸

As considerações de Campos colocadas acima demonstram claramente seu caráter “autoritário”. Essa postura política está também presente em suas

²⁷ CAMPOS, Roberto. “Duas opiniões sobre a inflação na América Latina”. In: HIRSCHMANN, Albert (org.). *Monetarismo versus estruturalismo*, p. 187-188.

²⁸ CAMPOS, Roberto. “Arrancada e colapso”. *op. cit.*, p. 31.

concepções acerca do Estado, em que ele entra em contradição em suas considerações ou suas tentativas de assimilar as teses do neoliberal Friedrich von Hayek, uma vez que para este o autoritarismo é razão do avanço das funções do Estado que se sobrepõe aos mecanismos de mercado.

Para Campos, é grave e importante a melhoria do nível de institucionalização política. Ele entende que

[...] não podemos depender nem exclusivamente de uma sanção pela eficácia – e, à luz dos precedentes históricos, qualquer reversão de tendência pode gerar frustrações anti-sistêmicas – nem conter indefinidamente o anseio das massas de participarem crescentemente do processo político. Pelo contrário, devemos utilizar, com um sentido de urgência, o tempo que nos foi concedido pelo sucesso econômico, para nos habilitar – mediante a institucionalização de um sistema político, dotado, como queria Lipset, de adaptabilidade, complexidade, autonomia e coerência em sua organização e formas de proceder –, para acolher e absorver as demandas de participação oriunda do corpo político.²⁹

Para conquistar a chamada normalidade democrática, Campos entende que é necessário, além da consolidação do ritmo de desenvolvimento econômico, a obtenção de certas condições:

Em primeiro lugar, suficiente popularização da revolução. Em segundo, ambiente internacional favorável, particularmente em nossa imediata área de segurança na América Latina. Em terceiro, uma renovação da classe política (congresso e executivos estaduais), a ser alcançada por qualquer dos três processos: a) cassação de subversivos e corruptos; b) cooptação horizontal, pela atração de tecnocratas e executivos para a área política; e c) recrutamento vertical, pela cooptação de políticos jovens, bafejados pelo apoio militar, ou pela eleição direta de elementos não compromissados com postulados demagógicos e revanchistas. Em quarto lugar, o controle satisfatório de surtos terroristas e extirpação de focos de guerrilhas revolucionárias.³⁰

Roberto Campos representou, sem sombra de dúvida, um dos mais interessantes personagens da recente história econômica brasileira. Como economista e diplomata, sem contar com seu tino frustrado para jesuíta, fez carreira brilhante. Transformou-se em “homem de Estado” dos mais influentes. Emergiu como técnico militante e gestor de políticas de investimento nos anos 1950 (BNDE).

O Roberto Campos dos anos 1950 e início dos anos 1960 é a expressão e o bom exemplo do economista que formula e que, ao mesmo tempo, é pragmático. Dentro dessa perspectiva, seu objetivo explicita-se na busca de soluções

²⁹ CAMPOS, Roberto. “A opção política brasileira”. In: *A nova economia brasileira, op. cit.*, p. 227-228.

³⁰ Id., p. 230.

para uma economia de capitalismo periférico. Já no início de sua trajetória intelectual, revelou sua postura política explicitamente orientada no espectro político da manutenção do *status quo*.

Na investidura do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, demonstrou mais uma vez seu traço autocrático característico, em que, ao mesmo tempo, formulou e implementou uma política econômica pragmática que, pela sua própria natureza, estava em harmonia com o processo bonapartista que então se instaurara.

Após a experiência no primeiro escalão, afluí naturalmente para a iniciativa privada, sem, contudo, interromper sua atividade de ensaísta. É interessante notar que, do final dos anos 1960 em diante, o conteúdo ideológico intensifica-se crescentemente. Nos anos 1980, recebemos, de seus discursos e artigos como senador, um exótico neoliberalismo. Naquele momento, aparentemente ele representa uma certa descaracterização do ideólogo e economista desenvolvimentista atuante do passado. Ao tomar como paradigma de seus ensaios e discursos um neoliberalismo “à la Thatcher e Reagan”, parece vagar num mundo quase abstrato diante dos dilemas da periferia. Entretanto, sua apologia ao neoliberalismo em meados dos anos 1980 representava antes de tudo a vanguarda intelectual da classe dominante brasileira, cujo ideário iria tornar-se hegemônico nos anos 1990, após a abertura política e a eleição direta para o cargo de presidente da República. Com Roberto Campos, aprendemos que democracia, neoliberalismo e institucionalização política do *status quo* conformam um aparente paradoxo na nossa complexa especificidade histórica brasileira.

22.4 A teoria da substituição de importações de Maria da Conceição Tavares

Os primeiros anos da década de 1960 no Brasil foram marcados por uma crise econômica cujos efeitos imediatos foram o aprofundamento dos conflitos sociais e da instabilidade política. Muitas análises produzidas no período procuraram compreender a natureza dessa crise e formular propostas para a superação das dificuldades. Dentre todas as análises, a coletânea de ensaios *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*, de Maria da Conceição Tavares, firmou-se como a principal referência, no plano nacional e internacional, para a compreensão dessa fase decisiva da história econômica do país.

Maria da Conceição Tavares nasceu em Portugal (1930). Licenciou-se em Ciências Matemáticas pela Universidade de Lisboa, em 1953, e em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1960. cursou pós-graduação em desenvolvimento econômico na Cepal e na Universidade de Paris. No período entre 1962 e 1975, trabalhou para a ONU realizando estudos sobre a América Latina. Em 1973, tornou-se professora titular da Unicamp; em 1975, livre-docente pela UFRJ e, em 1978, titular em Macroeconomia pela mesma universidade.

No conjunto de sua obra, além da coletânea de ensaios, destacam-se: *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, de 1975; *Ciclo e crise – o movimento recente da indústria brasileira*, de 1978.

No grupo dos economistas desenvolvimentistas, a autora foi a responsável pela elaboração da síntese mais rigorosa da experiência histórica de desenvolvimento pela via da substituição de importações, pelo ensaio de 1963, *Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil*, no qual examinou os aspectos gerais do processo na América Latina, enfatizando o caso do Brasil. Partindo da caracterização do modelo exportador, demonstrou como a interação entre o estrangulamento externo e a estrutura produtiva das economias periféricas desencadeou reações e criou os mecanismos de substituição de importações. Ressaltou, ainda, que o conceito de substituição de importações ultrapassava a acepção restrita que, em geral, se tinha do termo. Ele não correspondia apenas a um processo no qual a estrutura produtiva interna começa a produzir e a *substituir* artigos que enfrentam dificuldades de importação. O modelo de substituição de importações, como experiência histórica de desenvolvimento industrial, representa um movimento que se expressa no plano externo e interno das economias periféricas. No caso em que uma restrição externa induz o setor industrial local a produzir internamente, por exemplo, bens de consumo não-duráveis, os primeiros sintomas de atenuação da restrição externa resultam num deslocamento da demanda de importações em direção aos bens de consumo duráveis. Como as economias periféricas estão submetidas a uma tendência crônica ao estrangulamento externo (deterioração dos termos de troca), o setor industrial interno é periodicamente convocado a novos ciclos de substituição, que se traduzem pela produção de novos artigos e deslocamento da demanda de importações em direção aos bens de capital, bens intermediários, e assim por diante. Em cada ciclo, o decisivo não reside na substituição do produto importado pelo produzido internamente, mas no processo de diversificação, de aprofundamento da divisão técnica e social do trabalho que ocorre na estrutura produtiva interna.

Segundo a autora, o processo de industrialização por substituição de importações avança produzindo desequilíbrios e submetido a contradições internas e externas, cuja natureza impede que a verticalização do parque industrial se complete.

Ao analisar o caso do Brasil na segunda parte do ensaio, são apresentados os fatores de ordem interna e externa que favoreceram o processo de substituição e asseguraram índices de crescimento industrial e da economia como um todo superiores aos dos demais países da América Latina. Apesar das elevadas taxas de crescimento e do grau de diversificação industrial atingido, o desenvolvimento no período entre o imediato pós-guerra e o início da década de 1960 aprofundou desequilíbrios nos níveis setorial, regional e social. O desequilíbrio setorial resultou de um crescimento do setor terciário, e principalmente do secundário, muito superior ao primário e de forma sensivelmente desordenada, criando inúmeros pontos de estrangulamento. Na plano regional, o incremento da renda concentrou-se sobretudo no Sudeste, aprofundando as distâncias socioeconômicas com as demais regiões do país, e, no plano social, houve um aumento da marginalidade e da diferença entre a renda apropriada pela mão-de-obra do setor secundário relativamente ao primário.

A experiência brasileira demonstrou que a incapacidade do setor moderno, de alta produtividade, de incorporar a mão-de-obra ofertada acentuou a dualidade do sistema econômico entre o setor dinâmico e o pólo atrasado, “subdesenvolvido”, concentrando vigorosamente a renda e privando amplas parcelas da população dos benefícios do processo de desenvolvimento. Preservada a trajetória recente de evolução do sistema econômico, a manutenção das taxas de crescimento passava a depender da exploração “a fundo do poder de compra das classes de alta renda” por meio do lançamento de produtos de luxo e de consumo conspícuo. Essa alternativa tende a orientar o desenvolvimento industrial num sentido cada vez mais perverso, uma vez que o setor dinâmico da economia se especializa na produção de artigos sofisticados, a despeito de as necessidades básicas da imensa parcela da população ainda não terem sido contempladas. Diante disso, a autora explica:

O problema estratégico que se põe atualmente para a economia brasileira [...] é que o processo de substituição de importações já atingiu o seu estágio final e se apresenta a necessidade de transitar para um novo modelo de desenvolvimento verdadeiramente autônomo (em que o impulso do desenvolvimento surge dentro do próprio sistema) e no qual os problemas de estrutura [...] apontados terão de ser considerados.³¹

³¹ TAVARES, M. Conceição. “Ensaio sobre a economia brasileira”. In: *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977, p. 116.

No caso do Brasil, Maria da Conceição Tavares considerava que a transição se defrontava, basicamente, com dois obstáculos. O primeiro relacionava-se ao montante de investimentos necessários para sustentar o próximo ciclo de substituição, muito superior às taxas históricas, pois exigia a importação de máquinas de capital intensivo. O segundo dizia respeito aos problemas de demanda. Conforme o estudo havia demonstrado, o processo de substituição de importação só ocorria quando, diante do estrangulamento externo, havia uma demanda relativamente ampla capaz de induzir a diversificação da estrutura produtiva para atendê-la. Nas condições em que se encontravam o mercado interno e o parque industrial instalado, o impulso de demanda não era capaz de induzir um novo ciclo de diversificação. Por outro lado, as indústrias de bens de consumo haviam se instalado recentemente e sua demanda a curto prazo por bens de capital seria inexpressiva. Assim, para que o processo pudesse ter continuidade, havia a necessidade de uma “demanda autônoma” por bens de capital que aproveitasse a capacidade instalada da indústria nacional de equipamentos ou forçasse a sua complementação. A produção interna desses bens liberaria divisas para a importação de matérias-primas e bens intermediários que o país não produzia. O único agente capaz de criar essa demanda autônoma é o Estado, por meio da mobilização de investimento público. A sua conclusão é que, diante do problema estratégico de

[...] como transitar de um modelo de substituição de importação para um modelo auto-sustentado de crescimento [...] a variável decisiva estará no montante e composição dos investimentos governamentais; só o setor público, com seu peso relativo dentro da economia, tem capacidade de exercer uma demanda autônoma, capaz de se opor às tendências negativas que emergem do esgotamento do impulso externo.³²

A autora foi a primeira a demonstrar que a crise do início dos anos 1960 correspondia ao esgotamento de um modelo de desenvolvimento que havia sustentado taxas elevadas de crescimento e impulsionado a diversificação do parque industrial na década e meia anterior. Diferentemente de outros expoentes da escola da Cepal, como Celso Furtado, não partilhava da tese da **estagnação**. Do seu ponto de vista, o sistema estava passando por uma reordenação e, mesmo num sentido perverso, concentrando renda, especializando o setor dinâmico na produção de artigos sofisticados, ele reunia potencial de crescimento, tese que se confirmou a partir de 1969, como o denominado “Milagre econômico”.

³² TAVARES, M. Conceição, *op. cit.*, p. 118.

Questões

1. Qual é o contexto histórico do surgimento do desenvolvimentismo?
2. Explique o papel da industrialização no pensamento clássico de Roberto Simonsen.
3. Quais são os pressupostos teóricos do pensamento de Celso Furtado? Explique o significado do termo “deslocamento do eixo dinâmico” para a economia brasileira dos anos 1930.
4. Como Roberto Campos descreveu o fenômeno inflacionário brasileiro ao longo de sua obra?
5. Apresente o conceito de “industrialização por substituição de importações” no pensamento de Maria da Conceição Tavares.

Referências

- ARON, Raymond. *Democracia e totalitarismo*. Lisboa: Presença, 1966.
- BARAN, Paul A. *A economia política do desenvolvimento*. 2. ed. Apresentação Tomás Szmereczányi. Trad. S. Ferreira da Cunha. São Paulo: Nova Cultural, 1986. Coleção Os economistas.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *O pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- CAMPOS, Roberto. *Ensaios de história econômica e sociológica*. Rio de Janeiro: Apec, 1963.
- _____. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- _____. *Temas e sistemas*. Rio de Janeiro: Apec, 1970.
- COVRE, Maria de Lourdes M. *A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático, 1964-1981*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DAVIDOFF, C. C. & PAULO, R. *Ignácio Rangel, um pioneiro: o debate econômico do início dos anos sessenta*. Dissertação de mestrado, Campinas, 1980, mimeo. (cap. II, item 2.2.2).
- DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfose*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DREIFUS, René A. *1964: a conquista do Estado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo: Quero, 1982.
- FURTADO, Celso. *A economia brasileira*. Rio de Janeiro: A noite, 1954.
- _____. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *Formação econômica do Brasil*. 17. ed. São Paulo: Nacional, 1980.
- _____. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.
- _____. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Lia, 1969.

- _____. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.
- GENNARI, Adilson M. “As idéias de Roberto de Oliveira Campos sobre a intervenção do Estado na economia”. In: *Revista do IMES*. São Caetano do Sul, ano VIII, n. 23, 1991.
- GRUPO MISTO BNDE-Cepal. “Análise e projeções do desenvolvimento econômico”. Rio de Janeiro: BNDE, 1957.
- GUDIN, Eugênio. *Princípios de economia monetária*. 9. ed., Rio de Janeiro: Agir, 1979.
- HAYEK, Friedrich A. von. *O caminho da servidão*. 2. ed. Trad. Leonel Vallandro, São Paulo: Globo, 1977.
- HIRSCHMANN, Albert (org.). *Monetarismo versus estruturalismo*. Rio de Janeiro: Lidador Societas, 1967.
- HUNTINGTON, Samuel P. *A ordem política nas sociedades de mudança*. São Paulo: Ed. da USP, 1975.
- KEYNES, J. Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.
- MADI, Maria Alejandra C. *A vanguarda do pensamento conservador: um estudo sobre as idéias econômicas de Roberto Campos no período 1950-1964*. Campinas: Unicamp, 1985, mimeo.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- NOVAIS, Fernando. Resenha do livro “Formação econômica do Brasil”. In: *Revista de História*, 1961.
- OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira, crítica à razão dualista*. 4. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Vozes/Cebrap, 1981.
- _____. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 1981.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- PREBISCH, Raul. *El falso dilema entre desarrollo económico y estabilidad monetária*. Boletim Econômico para a América Latina, Nações Unidas, 1961.
- RANGEL, Ignácio. *A inflação brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- RODRIGUES, Maria Angélica B. “Particularidades e objetivação do capitalismo”. In: *Revista Escrita Ensaio*, n. 8. São Paulo: Ed. Livraria Escrita, 1981.
- RODRIGUES, Octávio. *La teoría del subdesarrollo de la Cepal*. México: Siglo XXI Editores, 1980.
- ROSTOW, Walt W. *Etapas do desenvolvimento econômico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.
- SIMONSEN, Roberto. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. Seleção de textos de Edgard Carone. São Paulo: Nacional/Ed. da USP, Brasileira, v. 349, 1973.
- _____. *História econômica do Brasil, 1500-1820*. São Paulo: Nacional, 1937.
- SIMONSEN, M. H.; CAMPOS, Roberto. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- SOLA, Lourdes. *The political and ideological constraints to economic management in Brazil, 1945-1963*. Oxford, 1982, mimeo. Tese (Ph.D) University of Oxford.

SZMERECSÁNYI, Tomás (org.). *Malthus, Thomas R.* (1766-1834). São Paulo: Ática, 1982.

TAVARES, M. Conceição. “Ensaio sobre a economia brasileira”. In: *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

TAVARES, M. Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

Sites

http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_robertosimonsen.htm

<http://www.centrocelsofurtado.org.br/>

http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/Verbetes_HTM/1023_1.asp

<http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/txt.php?id=38>

Pensamento econômico brasileiro: Escola Neoliberal



A Escola Liberal predominou no pensamento econômico brasileiro desde os momentos iniciais de organização do Estado nacional até a Revolução de 1930. Como já foi assinalado em passagem anterior, a crise de 1929 e o subsequente colapso do mercado mundial despertaram um movimento defensivo das nações no sentido do fortalecimento das idéias nacionalistas e intervencionistas. A tradição liberal não ficou imune ao grande abalo provocado pela crise. Nos anos seguintes, seus seguidores, apesar de continuarem a defender a economia de livre mercado como a melhor forma de alocação dos recursos numa economia, passaram a admitir um certo grau de interferência do Estado para corrigir possíveis deficiências e imperfeições do mercado, fenômenos que tendiam a se manifestar com maior ênfase nas economias periféricas. Entre os maiores expoentes dessa corrente no Brasil, destacam-se Eugênio Gudin e Octávio de Gouvêa Bulhões.

Um dos principais centros irradiadores do pensamento neoliberal no Brasil foi a Fundação Getúlio Vargas (FGV), criada em 1944, com a intenção de capacitar profissionais para ocupar cargos na administração estatal. Liderados por Gudin e Bulhões, um grupo de economistas iniciou a publicação da *Revista Brasileira de Economia*, em 1948; três anos depois, criaram o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) e, em 1952, assumiram o controle da *Revista Conjuntura Econômica*. A ascendência sobre o IBRE e as revistas dotou o grupo de mecanismos influentes de divulgação das idéias neoliberais no Brasil.

23.1 As idéias precursoras de Eugênio Gudin (1886-1986)

Eugênio Gudin Filho nasceu no Rio de Janeiro. Formou-se em Engenharia na Escola Politécnica, em 1905, e trabalhou durante muito tempo em várias empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil, como a Light, a Great Western of Brazil Railway Co. (da qual foi diretor-geral por quase três décadas) e a Western Telegraph Co. (diretor entre 1929 e 1954).

Seu interesse por economia começou na década de 1920, quando se tornou colaborador de *O Jornal*, do Rio de Janeiro, com artigos sobre temas e problemas econômicos. No decorrer da década de 1930, passou a ocupar cargos

técnicos em órgãos econômicos do governo federal. Em 1938, assumiu a cátedra de Economia Monetária e Financeira da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, mais tarde incorporada à Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e foi formulador do primeiro programa do curso de Ciências Econômicas do país. Permaneceu como docente da instituição até se aposentar, em 1957, sendo considerado o patrono dos economistas brasileiros pelo seu papel na consolidação e institucionalização do curso de Economia no país.

Foi indicado como representante brasileiro à Conferência de Bretton Woods, em 1944, diretor do FMI e do Banco Mundial, ministro da Fazenda do governo Café Filho. Seus trabalhos mais importantes são: *As origens da crise mundial*, de 1931; *Capitalismo e sua evolução monetária*, de 1935; *Rumos da política econômica*, de 1945; e *Princípios de economia monetária*, de 1943, no qual o autor sintetiza os principais aspectos de seu pensamento.

Eugênio Gudín é o pensador neoliberal e conservador mais importante do país. Foi o responsável pela reformulação e adaptação dos postulados liberais à nova situação existente na economia brasileira pós-1930 e o mais aguerrido combatente das idéias desenvolvimentistas, baseadas no intervencionismo estatal e no planejamento. Os principais problemas da economia brasileira sempre orientaram o pensamento econômico de Gudín, e sua abordagem consistia basicamente em formular alternativas de política econômica para esses problemas, coerentes com os postulados do liberalismo. É importante destacar que ele não se limitou a imitar ou a repetir os argumentos de expoentes do pensamento neoliberal, que desempenhavam papel semelhante nos países desenvolvidos na mesma época, pois ele reconhecia diferenças entre os problemas das economias das nações desenvolvidas e subdesenvolvidas e a necessidade de soluções distintas para cada caso. É nesse ponto que reside a importância de Gudín para a tradição do pensamento neoliberal no Brasil, pois seus estudos representam um esforço, criativo e original, de solucionar problemas típicos de um país subdesenvolvido na perspectiva do livre mercado.

O fato de reconhecer que os sistemas econômicos periféricos eram diferentes não implicava admitir a necessidade de um instrumental teórico distinto para tratar dessas particularidades, como defendiam os estruturalistas. Para Gudín, a teoria econômica era uma só, mas, diante de realidades e problemas diversos, era necessário realizar adaptações à teoria, tendo em vista assegurar

a eficiência máxima do sistema econômico por meio do livre funcionamento das leis de mercado. Mas quais seriam as principais fragilidades das economias subdesenvolvidas?

Entre as principais, ele destacava as inúmeras dificuldades da agricultura em se adaptar para atender à demanda, o que provocava grandes elevações nos preços dos gêneros; tendência decrescente dos preços dos artigos exportados pelos países subdesenvolvidos, combinada com fortes oscilações nos preços desses artigos; alta vulnerabilidade às crises externas em virtude da pouca diversificação da pauta de exportação; tendência do movimento de capitais em agravar as flutuações cíclicas que atingem os países subdesenvolvidos; inelasticidade das importações (em geral, composta por bens essenciais) e elevado crescimento demográfico.

Na verdade, não havia diferenças substantivas entre o diagnóstico das fragilidades da economia subdesenvolvida apresentado pelos estruturalistas e por Gudin, mas, enquanto os primeiros consideravam a industrialização induzida pelo Estado a única forma de superar esses problemas, Gudin defendia que a superação dessas “imperfeições” seria resultado da adoção de um conjunto de medidas que criassem condições para o livre funcionamento dos mecanismos de mercado. Nessas condições, o sistema tenderia a um estado ótimo de eficiência, garantindo a estabilidade dos preços, cambial, e assegurando os ganhos prometidos pela teoria das vantagens comparativas.

Para se compreender adequadamente os pontos de vista de Gudin sobre os principais problemas econômicos do país e as propostas que ele fazia para enfrentá-los, é fundamental identificar dois postulados básicos da sua análise. O expoente do pensamento neoliberal brasileiro assumia que a economia brasileira se caracterizava pela existência do **pleno emprego** e pela **baixa produtividade**. Esses dois postulados condicionavam a sua visão sobre pontos essenciais do desenvolvimento brasileiro.

Como todos os demais economistas, ele considerava o desenvolvimento como um processo de elevação da produtividade do sistema econômico, mas, diferentemente dos desenvolvimentistas, argumentava que a única forma de elevar a produtividade da economia era assegurar o afastamento do Estado do mecanismo de formação dos preços e garantir o equilíbrio monetário e cambial. Com essas medidas, o mercado tenderia automaticamente para uma alocação ótima dos recursos econômicos e a produtividade se elevaria gradualmente.

Quando o progresso técnico na agricultura elevasse a produtividade a ponto de dispensar mão-de-obra, a industrialização deveria ser implementada para incorporar esse excedente liberado pela agricultura. Antes disso, qualquer medida de apoio à indústria subtraía recursos da agricultura, prejudicando as exportações e a oferta para o mercado interno, com efeitos negativos sobre a renda, a inflação e a eficiência do sistema econômico. Para elevar a produtividade nacional, propunha assistência técnica e crédito seletivo à agricultura, elevação do padrão educacional, estabilização monetária, redução do intervencionismo, elevação da taxa de poupança pela atração do capital estrangeiro e organização do sistema financeiro e, por fim, aparelhamento gradual da infra-estrutura do país (transporte e energia), mantendo-a sob gestão privada.

Era um inimigo ferrenho das teses protecionistas e do planejamento. Foi um crítico incansável do nível das tarifas existente no Brasil. Afirmava que elas promoviam lucros excessivos e situações de monopólio, representando apenas a defesa dos interesses particulares e da fortuna de industriais, que constituíam uma minoria de privilegiados. O protecionismo prejudicava o consumidor, obrigado a pagar preços elevados pelos produtos industriais, e o nível de produtividade, que permanecia baixo. Só admitia o protecionismo no caso da “indústria infante”, mas com limitação da tarifa (em torno de 25%) e por período limitado (20 anos).

Era hostil à idéia do planejamento, pois avaliava que era uma concessão ao socialismo, além de argumentar que o mercado operando livremente era insuperável na alocação ótima de recursos.

Com relação aos empreendimentos estatais, repetia as objeções que fazia ao planejamento, identificando uma tendência ao socialismo e um aprofundamento da ineficiência. Afirmava que esse tipo de investimento era altamente prejudicial tanto do ponto de vista do gerenciamento, pois o Estado é péssimo administrador, como do financiamento, pois exigia elevação dos impostos e inflação. Dirigia críticas contundentes especialmente aos empreendimentos estatais nas áreas de transporte e energia (há artigos furiosos contra a criação da Eletrobras), setores em que atuavam grandes empresas estrangeiras sediadas no Brasil, nas quais ele havia trabalhado por décadas.

Considerava um nível de tributação superior a 20% do PIB um confisco inaceitável dos recursos privados em proveito do Estado. A tributação não deveria ser utilizada como meio de promoção da poupança ou do investimento (público) em hipótese alguma. A elevação da capacidade de investimento poderia

ser obtida pela organização de um sistema financeiro ou, principalmente, por medidas de atração de investimento estrangeiro. Gudin avaliava que o capital estrangeiro era o principal agente promotor do desenvolvimento, defendia-o sob todas as formas e em todos os setores (inclusive infra-estrutura), pois era a fonte dos recursos para investimento e interiorizava mecanismos modernos de gestão e tecnologia. Foi essa visão que presidiu a aprovação da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), quando ocupou o cargo de ministro da Fazenda de Café Filho, permitindo que as empresas estrangeiras importassem máquinas e equipamentos sem cobertura cambial, o que desencadeou fortes reações de oposição entre os empresários nacionais e nacionalistas de diversos graus.

Apesar de Gudin ser considerado freqüentemente um monetarista, sua visão da inflação não correspondia exatamente à de um monetarista típico, pois para ele a relação entre a moeda e os preços era mais complexa do que supunham os monetaristas. Ele considerava a inflação basicamente como resultado de um **excesso de demanda**, decorrente de erros da política monetária dos governos, que se traduziam em déficits públicos, condições favoráveis de crédito e elevação dos salários. A incapacidade da oferta interna de atender à demanda provocava um deslocamento em direção às importações, pressionando a balança comercial (já que a demanda pelos produtos exportados brasileiros era rígida) e, no limite, a de pagamentos. A alternativa tradicional para enfrentar essa dificuldade na frente externa consistia em desvalorizar a moeda, mas Gudin sempre combateu essa via por causa dos efeitos inflacionários que ela provocava. Como alternativa à desvalorização pura e simples, inspirou a adoção de um sistema de taxas múltiplas de câmbio, que variava de acordo com a participação do produto na pauta de importação.

Gudin também foi um dos principais interlocutores no campo do pensamento neoliberal sobre os problemas distributivos da riqueza e da renda. Era totalmente contrário às propostas de reforma agrária, pois argumentava que ela não resolvia o problema básico da agricultura brasileira, que era a baixa produtividade. A elevação da produtividade no campo dependia essencialmente da elevação do nível educacional e das condições da saúde do trabalhador rural, do oferecimento de assistência técnica e crédito. Um trabalhador que tivesse acesso a esses recursos tornar-se-ia rapidamente um proprietário rural; já um pequeno proprietário, sem esses recursos, venderia a terra.

Com relação à discussão da distribuição da renda, quando Gudin interveio no debate, ele o fez orientado, sempre, pelos princípios de evitar a inflação e a redução dos lucros. A elevação dos salários era admitida somente nos casos de elevação da produtividade. Em contextos inflacionários, os salários deveriam ser aumentados com índices inferiores aos da inflação, pois, caso contrário, passariam a realimentá-la, prejudicando ainda mais a condição de vida dos trabalhadores. Era radicalmente contrário a qualquer tipo de intervenção governamental no mercado de trabalho, como as leis trabalhistas ou medidas que possibilitassem a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. As pressões sindicais e a intervenção governamental contribuíam apenas para piorar a eficiência do sistema econômico. Por ocasião das discussões em torno do aumento de 100% no salário mínimo em 1954, lançou mão do argumento neoclássico, que considerava a distribuição da riqueza proporcional à contribuição de cada grupo social na renda nacional segundo a avaliação do mercado, não cabendo ao Estado favorecer grupos por meio de medidas legislativas. Como no Brasil vigoravam condições de pleno emprego, as intervenções governamentais no mercado de trabalho eram completamente equivocadas, porque o Estado não consegue fixar, no tempo, os valores relativos dos fatores de produção (só o mercado cumpre esse papel de forma precisa e estável); o nível de salário é determinado pela lei da oferta e da procura, e incrementos salariais por medidas legislativas elevam os custos marginais, reduzem a lucratividade, o investimento e o nível de emprego; por fim, o nível do salário mínimo era determinado pela baixa produtividade. A elevação da produtividade até um nível ótimo só poderia ser obtida nas condições de desemprego.

Em síntese, Gudin considerava que a ordem mundial existente no século XIX e início do XX, assentada nos postulados do livre mercado, na teoria das vantagens comparativas e na divisão internacional do trabalho presidida pela Inglaterra, compunha o modelo ideal de organização do sistema econômico e um modelo de desenvolvimento e de harmonia. Julgava a organização econômica do país em relação ao papel que ele deveria cumprir nessa ordem, aprovando e criticando na exata medida que a economia nacional cumpria ou deixava de cumprir o papel definido no modelo. Nessa perspectiva, portanto, atingir o estágio de desenvolvimento industrial da Inglaterra (ou do seu equivalente no século XX, os Estados Unidos) não devia ser uma prioridade

perseguida pelo país; cabia ao Brasil apenas cumprir bem o seu papel de fornecedor de produtos primários na ordem econômica liberal, considerada por ele a que trazia mais benefícios para todos os integrantes do sistema.

Para Gudin, o atraso não estava associado à reiteração da vocação agrária-exportadora, mas ao caudilhismo, na esfera política, e ao intervencionismo, na esfera econômica, considerados por ele duas faces da mesma moeda.¹ Só pela eliminação dessas duas formas de irracionalismo o país poderia superar o subdesenvolvimento e almejar o desenvolvimento. Como é possível observar, o autor pode ser considerado o porta-voz dos grupos mais atrasados e conservadores da sociedade brasileira², que insistiam, em pleno alvorecer da segunda metade do século XX, em assumir uma postura hostil à industrialização, ou, quando muito, adiá-la para um futuro remoto, quando a produtividade agrícola atingisse níveis satisfatórios, liberando mão-de-obra.

Como o mais bem preparado representante do pensamento neoliberal no Brasil, participou de dois dos debates mais significativos travados no período pós-guerra, o primeiro contra Simonsen, nos anos finais do Estado Novo (sobre o tema do planejamento), e o segundo contra Prebisch, em 1952-1953 (sobre a tese da deterioração dos termos de troca).

23.2 O primeiro embate teórico: Roberto Simonsen e Eugênio Gudin

O embate travado entre Roberto Simonsen e Gudin no final do Estado Novo foi a manifestação, no Brasil, de um debate mais amplo, que vinha sendo travado no período na esfera internacional e que alinhava os defensores do intervencionismo, do planejamento, do protecionismo e da industrialização das economias exportadoras de produtos primários contra os partidários do liberalismo e das vantagens da especialização na divisão internacional do trabalho num ambiente de livre mercado.

O debate no Brasil teve início em 1944, na fase final da Segunda Guerra Mundial e pouco antes da deposição de Vargas e do fim do Estado Novo. A inflação no país estava se acelerando, fruto basicamente da rigidez da oferta em relação à demanda. Nos anos anteriores, os investimentos públicos tinham se

¹ BORGES, Maria Angélica. *Eugênio Gudin, capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo: EDUC, 1996.

² Tais como os negociantes ligados ao comércio exterior e proprietários agrícolas.

expandido significativamente (sobretudo com a aprovação dos projetos siderúrgicos) e as reservas encontravam-se em nível elevado. Os liberais empenhavam-se em resgatar a hegemonia perdida desde a crise de 1929 e os defensores da industrialização induzida sentiam suas posições cada vez mais fortalecidas, especialmente após a divulgação do relatório da Missão Cooke, missão técnica dos Estados Unidos, que havia elaborado, em 1942, um diagnóstico da economia brasileira e se posicionado favoravelmente à continuidade da industrialização, motivada, naturalmente, pelo esforço de guerra que haveria de exigir oferta abundante de matérias-primas e insumos básicos.

O debate iniciou-se com a divulgação de um relatório, solicitado pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, com um diagnóstico e propostas para uma política industrial e comercial para o país. Redigido pelo relator do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, Roberto Simonsen, e intitulado *Planificação da economia brasileira*, foi elaborado com base em dados obtidos pelo organismo de estatística do Ministério do Trabalho. Apresentava um painel sintético dos principais problemas econômicos do país na área de infra-estrutura, abastecimento, padrões de vida, renda nacional. Entre suas principais conclusões, apontava a necessidade de quadruplicar a renda nacional no menor prazo de tempo possível. Diante dos reduzidos investimentos privados no setor de infra-estrutura, propunha a intervenção estatal com investimentos e ações planejadas, apoio ao ensino, pesquisa tecnológica, formação profissional, mecanização (especialmente na agricultura) e adoção de novos modelos de financiamento e de cooperação econômica que levassem em consideração o incremento da produtividade na remuneração dos financiamentos.

O relatório de Simonsen foi enviado para a Comissão de Planejamento e coube ao relator, Eugênio Gudin, analisá-lo. A avaliação do relator foi apresentada em março de 1945 num documento intitulado *Rumos de política econômica*.

A análise de Gudin inicia-se com objeções contundentes aos dados e aos cálculos nos quais o relatório de Simonsen se baseou. A seguir, desfere uma crítica à “mística do planejamento”, considerada uma herdeira da experiência fracassada do New Deal (*sic*), das ditaduras nazifascistas e dos planos quinquenais soviéticos. Pode parecer surpreendente que um relator de uma Comissão de Planejamento emita tais opiniões. É que Gudin entendia “plano” na velha acepção liberal, isto é, o conjunto de medidas para fomentar a expansão

econômica do país, preservando o campo de atuação que, nas democracias, cabe à iniciativa privada. Nessa visão, a função do Estado é “a de estabelecer as regras do jogo, mas não jogar”, como diziam os ingleses.³

Assim, foram identificados três objetivos que o Estado devia perseguir para “incentivar e impulsionar a atividade privada”. O primeiro consistia em dimensionar as potencialidades dos principais setores da economia nacional em termos de produtividade e eficiência; segundo, tendo em vista a melhoria do padrão de vida do povo brasileiro, comparar preços da produção nacional e estrangeira e relacionar as providências para eliminar as deficiências; terceiro, sugerir medidas que o Estado pode adotar para incentivar e ajudar as empresas a se expandirem e incrementar a produtividade em cada um dos setores do sistema econômico.

A investigação foi desdobrada num conjunto de propostas agrupadas em campos temáticos. No que se refere ao intervencionismo, defendia o afastamento do Estado de todas as atividades econômicas, transferindo-as à iniciativa privada, uma vez que a livre iniciativa e a livre concorrência eram consideradas a melhor forma de promover a eficiência da estrutura produtiva.

Sobre o tema da formação e aplicação do capital, propunha ao Estado estimular investimentos de capitais privados, assegurar a obediência aos contratos, a estabilidade da legislação, garantir a estabilidade monetária e cambial. Defendia a redução dos impostos sobre os lucros; as margens excessivas de proteção à indústria, que impediam a melhoria da produtividade; igual tratamento à empresa nacional e estrangeira e eliminação de todos os impostos sobre os rendimentos do capital estrangeiro remetidos ao exterior.

Com relação ao comércio exterior, defendia a adoção de tarifas aduaneiras para empresas nacionais que apresentassem condições de, no futuro, dispensar proteção, além de um limite no nível da tarifa e de um prazo limitado para sua duração, como também reavaliação periódica das taxas com vistas à sua progressiva eliminação. O desempenho das indústrias deveria ser pesquisado para identificar as deficiências e as medidas necessárias para aumentar sua produtividade. Medida idêntica deveria ser adotada na agricultura.

³ SIMONSEN, Roberto. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polémica Simonsen × Gudín, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Introdução Carlos von Doellinger. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1977, p. 84. Série Pensamento Econômico Brasileiro.

O controle da inflação exigia que os investimentos públicos e o crédito fossem reduzidos sensivelmente. Gudin alertava que o exame da economia nacional e a definição de orientações de política econômica dependiam de dados e informações mais abundantes que os existentes, o que exigia a criação de organismos com o objetivo de produzir levantamentos estatísticos sobre as contas nacionais e a balança de pagamentos. Finalizava sugerindo a criação de um Banco Central, assim que a economia atingisse um quadro de equilíbrio interno e externo.

A resposta de Simonsen apareceu em julho de 1945, editada no livro *O planejamento da economia brasileira*. Ele reafirmou a consistência tanto dos dados nos quais se baseou quanto de seus cálculos, e fez uma defesa abrangente e lúcida da tese do planejamento como meio eficaz para promover o desenvolvimento. Lançou mão de uma ampla gama de argumentos em defesa do protecionismo, amparado em exemplos históricos, que iam de List e a industrialização alemã, passando pelo New Deal até chegar a Carl Landauer, acadêmico respeitado que havia publicado, em 1944, uma defesa teórica do planejamento em sua obra *Theory of national economic planning*.

A polêmica encerrou-se com uma resposta de Gudin intitulada *Carta à comissão de planejamento*, de agosto de 1945, na qual ele reafirmava seus pontos de vista de radical oposição ao protecionismo e ao planejamento.

O debate foi fundamental para os adeptos do desenvolvimentismo perceberem que a defesa do intervencionismo, do protecionismo e do planejamento feita por Simonsen, apesar de amparada numa argumentação lúcida e consistente do ponto de vista ideológico, político e histórico, carecia de uma sustentação teórica e de uma formulação técnica, compatível com o nível de rigor acadêmico que o pensamento liberal e o neoliberal tinham atingido. Essas exigências de sofisticação teórica só foram alcançadas alguns anos mais tarde, com os trabalhos de Celso Furtado.

23.3 A ortodoxia de Octávio Gouvêa de Bulhões

Octávio Gouvêa de Bulhões (1906-1990) nasceu na cidade do Rio de Janeiro e teve uma longa, ativa e produtiva vida. Foi um dos mais destacados economistas, da cepa daqueles que combinam a vida acadêmica e a pública e que se confundem com o próprio processo histórico de seu país. Filho do diplomata Godofredo de Bulhões, passou a infância na França e na Áustria e

retornou ao Rio de Janeiro aos oito anos de idade. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Rio de Janeiro e especializou-se em Economia nos Estados Unidos, na American University, em Washington. Recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* em Economia pela Escola de Economia da FGV. Recebeu também o título de Professor Emérito da UFRJ.

Na vida pública, trabalhou em diversos cargos desde 1926. Em 1934, foi membro do Conselho Nacional de Economia. Em 1944, participou da delegação do Brasil à Conferência Monetária e Financeira de Bretton Woods, nos Estados Unidos, conferência que remodelou o padrão de regulação mundial do capitalismo pós-guerra.

Em dois períodos cruciais para o processo de desenvolvimento econômico brasileiro, 1954-1955 e 1961-1962, foi diretor da Sumoc e, após a crise do governo Goulart e o golpe de 1964, foi conduzido, pelo presidente Castelo Branco, ao Ministério da Fazenda, no período de 1964 a 1967. Em conjunto com Roberto Campos, que ocupara o Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, elaborou o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), que deveria ser a “cirurgia econômica” determinada pelos planos dos novos governantes empossados após o movimento civil-militar de 1964. Esse período significou o momento de maior transformação institucional na vida econômica brasileira.

A dobradinha Bulhões-Campos criou, por exemplo, o Banco Central da República do Brasil, com a transformação da Sumoc em autarquia federal. Para enfrentar a crise do Estado, criou as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs). Como mecanismo de ampliar a poupança interna, criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que a um só tempo produzia um mecanismo de captação de poupança para o Estado e substituiu a estabilidade no emprego pela opção ao FGTS. No campo monetário, instituiu o cruzeiro novo. No que tange à reforma tributária, além de alterar o Imposto de Renda, elaborou o projeto de sistematização tributária que, encaminhado ao Congresso Nacional, se converteu na Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, e do Anteprojeto do Código Tributário Nacional, consubstanciado na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Criou também o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e, no campo institucional, o Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em 1967, Bulhões assumiu o cargo de presidente do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV). Nos anos 1970, assumiu também o cargo de

presidente do Banco do Estado da Guanabara (que posteriormente se tornou o Banerj) e presidente da Companhia Progresso do Estado da Guanabara S/A (Copeg). Em 1975, assumiu o cargo de presidente do Banco Comind.

O pensamento de Bulhões pode ser inserido na ampla gama de vertentes do neoliberalismo. Em seus estudos sobre o neoliberalismo, o professor Octávio Ianni assegura que o que está em causa é a primazia do “mercado”.

Os autores e atores empenhados na crítica e no desmonte do projeto de “capitalismo nacional” preconizam a associação ampla com o capitalismo norte-americano, europeu, japonês e outros, isto é, a franca, rápida e ampla “inserção” da economia brasileira na economia mundial. Assumem que a colaboração, associação ou fusão de empresas, corporações e conglomerados, compreendendo nacionais e estrangeiros, é o melhor caminho para o desenvolvimento, o progresso, a modernidade, o primeiro mundo.⁴

Essa linha de pensamento preconiza o Estado Mínimo,

[...] compreendendo a reforma do Estado, a desestatização da economia, a privatização das empresas estatais, a privatização da educação, saúde, previdência; a redefinição das relações de trabalho, o abandono de compromissos do Estado do bem-estar social. O neoliberalismo adotado timidamente pelos governos militares nos anos 1964-1985, e ostensiva e intensivamente pelos governos desde 1985, tem provocado toda uma ampla e profunda alteração das relações entre o Estado e a Sociedade Civil.⁵

Questões

1. Quais as principais dificuldades das economias subdesenvolvidas na opinião de Eugênio Gudin?
2. Como Eugênio Gudin entendia a relação entre o Estado e o mercado?
3. Quais as causas do fenômeno inflacionário no pensamento de Eugênio Gudin?
4. Explique a teoria do comércio exterior de Eugênio Gudin.
5. Qual é o significado da expressão Estado Mínimo?

Referências

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1988.

⁴ IANNI, Octávio. *A formação do capitalismo nacional*, p. 8.

⁵ Id., p. 8.

_____. *O pensamento econômico brasileiro, o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BORGES, Maria Angélica. *Eugênio Gudin, capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo: EDUC, 1996.

BULHÕES, Octávio Gouvêa de. *Orientação e controle em economia*. Rio de Janeiro: Bodeschi, 1941.

_____. "A Comissão Econômica para a América Latina". In: *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro: ago. 1948.

_____. *À margem de um relatório*. Rio de Janeiro: Edições Financeiras S/A, 1950.

_____. "Economia e nacionalismo". *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, mar. 1952.

_____. "Estudos sobre a programação do desenvolvimento econômico". *Revista do Conselho Nacional de Economia*. Rio de Janeiro, v. 2 (19/20), nov./dez. 1953.

_____. *Dois conceitos de lucro*. Rio de Janeiro: Apec, 1969.

_____. *Educação para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Reper, 1966.

_____. *Dois conceitos de lucro*. Rio de Janeiro: Apec, 1969.

_____. *Ensaio econômico*. Rio de Janeiro: Apec, 1972.

_____. "O Brasil e a política monetária internacional". *Revista Brasileira de Economia*, v. 26, n. 4. Rio de Janeiro: FGV, 1972.

_____. *Política monetária brasileira*. Brasília: Ipeac, 1973.

_____. *Evolução do capitalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Bloch, 1976.

IANNI, Octávio. *A formação do capitalismo nacional*. Sala de Imprensa, Edição 248, Unicamp, abr. 2004.

GUDIN, Eugênio. *Princípios de economia monetária*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

SIMONSEN, Roberto. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen × Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Introdução Carlos von Doellinger. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1977. Série Pensamento Econômico Brasileiro.

Sites

<http://www.scielo.br/scielo.php>

<http://www.brasileirosnoexterior.com>

<http://www.mp.rj.gov.br/>

Brasil: Escola Neoliberal¹



Aspectos do pensamento de Gudin

(Expostos na análise crítica do documento *Rumos de política econômica* de autoria, de Roberto Simonsen.)

De onde surgiu a mística do plano

[...]

A doutrina do *laissez-faire*, a cujo impacto rapidamente ruiu o sistema mercantilista, baseava-se, ao contrário, no princípio de que a riqueza da nação é a integral da riqueza de seus cidadãos; de que o indivíduo, guiado pelo interesse próprio, procura empregar seu trabalho e seu capital do modo mais proveitoso para sua economia e, portanto, de que o meio mais rápido e mais seguro de enriquecer a nação é o de deixar aos indivíduos plena liberdade de ação econômica.

A doutrina do *laissez-faire* era portanto, em princípio, a negação do plano.

“Negação do plano” não tinha, porém, o sentido de desinteresse do Estado pela ordem econômica. Os problemas da moeda, da tributação, dos sistemas de comunicações terrestres e marítimas, postais, telegráficas, dos serviços de utilidade pública, da tarifação aduaneira, da imigração etc. definiam e, ao mesmo tempo, limitavam o campo de ação do Estado na economia.

À medida que o organismo econômico crescia em extensão e em profundidade e, portanto, em complexidade, tornava-se necessário regulamentar as novas instituições. O advento da estrada de ferro, do gás de iluminação, do telégrafo, da eletricidade, ampliou a órbita de ação do Estado, a quem cabia decretar e fazer cumprir a legislação e a regulamentação referentes a cada um desses novos instrumentos de progresso. No campo social, o emprego de grandes massas de trabalhadores na indústria manufatureira levou também o Estado a regulamentar a questão das horas de trabalho, dos acidentes produzidos pelas máquinas, do trabalho de mulheres e menores, do amparo à velhice etc. O Estado devia impedir que a liberdade fosse utilizada para matar a liberdade.

¹ SIMONSEN, Roberto Cochrane. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polémica Simonsen × Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1977. Série Pensamento Econômico Brasileiro.

A crescente complexidade das instituições foi exigindo do Estado uma série de leis e medidas constitutivas do que se poderia chamar de código de comportamento econômico, sem que, entretanto, isso o levasse a invadir a seara privativa da iniciativa particular.

É a esse sistema econômico que se tem convencionado chamar de Economia Liberal. [...]

Até 1914, a economia liberal conduziu a humanidade por essa rota, de constante aumento de bem-estar e de elevação do padrão de vida das populações. Dentro de seus padrões se abordavam e resolviam os novos problemas à medida que eles surgiam.

No campo internacional, o bastão da liderança cabia à Inglaterra, que velava pelo equilíbrio do sistema. País credor que era, ele recebia os juros e dividendos que lhe eram devidos, importando anualmente cerca de 200 milhões de libras esterlinas mais do que exportava, suprindo, assim, aos demais países o único meio por que uma nação pode afinal pagar a outra nação: o da exportação de mercadorias e serviços. Aos desequilíbrios de balanços de pagamentos de outros países, ela atendia suprindo-lhes o crédito necessário para vencer a etapa e restabelecer a situação. Ela exercia, assim, a função de reequilíbrio que hoje estamos procurando – restabelecer com as instituições, de Bretton Woods. (p. 61-63)

[...]

De fato, não há como conciliar os dois regimes. Os liberais procuram conservar e aperfeiçoar a ordem econômica que os coletivistas desejam destruir.

Para a filosofia liberal, o ideal é o mercado em livre concorrência e a mobilidade dos fatores de produção; é a produção regulada pelo sufrágio ininterrupto dos preços, traduzindo a demanda efetiva de mercadorias e serviços. Para a filosofia coletivista, o ideal é um plano perfeito imposto por uma autoridade onipotente. Para a filosofia liberal, o sistema econômico é o caminho da democracia. Para a filosofia coletivista, é o Estado totalitário. A diferença entre as duas filosofias é radical e irreconciliável. O coletivismo serve-se do poder do Estado para administrar a produção e o consumo; o liberalismo utiliza esse “poder” para preservar e favorecer a liberdade das trocas, que é o princípio essencial de seu modo de produção. (p. 68)

[...]

A verdade é que temos caminhado assustadoramente no Brasil para o capitalismo de Estado. [...]

Ao contrário dos Estados Unidos e da Inglaterra, o Estado já tem no Brasil o controle da maioria da rede ferroviária e de quase toda a navegação mercante. Com a encampação da Brazil Railway, ficou o Estado, além das estradas de ferro e portos dessa empresa, com indústrias de papel, de pinho, de jornais, revistas e rádios, de fazendas de gado, de frigoríficos. Com a incorporação da Organização Lage, o governo chamou a si navios, portos, estaleiros etc.

[...]

Não discuto aqui ideologias. Mostro apenas a grave herança do capitalismo de Estado que nos ficou do regime totalitário que ora se extingue. Se queremos marchar para o capitalismo de Estado, para o comunismo, para o nazismo ou para qualquer modalidade totalitária, estamos no bom caminho. [...]

Mas se é para a democracia, para a economia liberal que desejamos caminhar, então urge mudar de rumo e, em vez de ainda mais ampliar o campo industrial do Estado, devemos, ao contrário, fazer voltar à economia privada as empresas industriais em mãos do governo. O Estado só terá a ganhar concentrando toda a sua atividade ao vasto campo de ação que lhe é peculiar e onde os mais sérios problemas estão a desafiar a capacidade e as energias de nossos estadistas.

Uma vez reduzido o capital da Companhia Siderúrgica Nacional a cifras compatíveis com sua produtividade, deveríamos tratar de vender ao público as ações de propriedade do governo, permitindo ao capital estrangeiro uma participação de 30% ou 40%. As empresas encampadas, mas cujos proprietários ainda não foram indenizados, devem, por acordo amigável, voltar a suas mãos ou a outras mais idôneas, se eles não o forem.

As empresas penduradas no Banco do Brasil com garantia do governo devem, em prazo razoável, resgatar suas responsabilidades mediante emissões de debêntures ou ações vendidas ao público. (p. 80-81)

o sentido do nosso planejamento

Na esfera das atividades privadas, a função do Estado liberal é, como dizem os ingleses, “a de estabelecer as regras do jogo, mas não a de jogar”. Isso não importa, porém, de forma alguma, em dizer que o Estado se desinteresse da economia, aqui ou em qualquer outro país. No Brasil, nunca precisamos tanto de uma colaboração inteligente e eficaz do Estado para o progresso de nossa economia como na atual conjuntura, em que é premente a necessidade de uma série de medidas legislativas e administrativas, capazes de permitir e facilitar a expansão e o progresso econômico do país.

[...]

Parte II**2. Outro aspecto de nossa política de comércio exterior que está a carecer de atenção é a do protecionismo aduaneiro**

O único argumento em favor do protecionismo aduaneiro é o de que ele é necessário para dar às indústrias nascentes do país o tempo indispensável para adquirirem a experiência e se familiarizarem com a técnica de uma produção nova. Foi com base nesse argumento que Friedrich List, o arauto do protecionismo, propôs a sua adoção na Alemanha da segunda metade do século XIX. E, de fato, 25 anos depois da Guerra de 1870, a indústria alemã concorria com as indústrias inglesa e americana em todos os mercados mundiais. List dizia que os direitos aduaneiros deviam ser “moderados e temporários”; não superiores a 25% porque, dizia ele, se a indústria doméstica parte de início com tão grande desvantagem que precisa de proteção maior, então haverá pouca probabilidade de que ela jamais se torne independente. Vinte e cinco a trinta anos era o prazo que List indicava como suficiente para o amparo a qualquer indústria nacional.

Os que, no Brasil, se insurgem contra o protecionismo aduaneiro alegam, com toda a razão, que a proteção (sem esquecer as taxas acessórias) se eterniza, sem que jamais chegue uma das indústrias nacionais ao grau de maturidade capaz, se não de exportar, ao menos de dispensar a proteção para o mercado interno. Na indústria têxtil, por exemplo, que trabalha com algodão nacional, energia e mão-de-obra baratas, vemos, pelo relatório da Missão Cooke, que 50 anos de forte proteção aduaneira não foram suficientes para que nossas indústrias se aparelhassem para concorrer com o estrangeiro, ao menos no mercado interno (veja M. Cooke – *Brazil on the march* – p. 213 a 217).

Enquanto isso, quem sofre é o consumidor, isto é, o padrão de vida do povo brasileiro; custo de vida elevado, refletindo-se no custo de produção dos produtos primários e, portanto, reduzindo as exportações. (p. 107)

Agricultura e elevação do padrão de vida da população

1. Um dos argumentos mais correntes a favor de nossa industrialização é o de que os países industrializados são ricos e os países de economia agrícola ou extrativa são pobres. Como princípio, não é verdadeiro. Onde as terras são férteis e planas, onde se praticam a irrigação e a drenagem, onde se dispõe dos conhecimentos técnicos e dos elementos necessários à adubação, onde se faz uso das máquinas agrícolas para preparar o solo, para semear, para capinar e mesmo para colher, onde se disseminam a instrução e a técnica, a economia agrícola pode formar um país muito rico e de alto padrão de vida. Para nós, brasileiros, basta que olhemos para a Argentina. (p. 115)

Investimentos estrangeiros

[...] Um dos incentivos para a imigração do capital estrangeiro está na diferença entre as taxas do imposto de renda em vigor em seu país de origem e no país para onde ele imigra [...]. Em países como o nosso [...] que precisa de capital estrangeiro para acelerar o ritmo de seu progresso, a excessiva elevação das taxas do imposto de renda faria desviar as correntes de capital para outros países onde as taxas do imposto são mais moderadas. Seria, aliás, aconselhável a negociação de convênio com os países que nos podem suprir capitais, no sentido de minorar os efeitos da bitributação do imposto de renda.

Se oferecermos ao capital estrangeiro essas condições básicas, poderemos contar com um considerável afluxo, a preço razoável, de capitais, principalmente norte-americanos, no período de pós-guerra, como valiosa contribuição para a nossa expansão econômica e nosso progresso. (p. 126)

Produtividade

7. Finalmente, a questão da produtividade sobreleva todas as demais, em matéria de industrialização [...].

A bandeira que precisamos levantar no Brasil não é a de “um plano”, e sim da “produtividade”, não só na indústria, mas em todas as demais atividades econômicas.

Produtividade na Agricultura para produzir mais e melhor café, algodão, cana, laranja etc., por hectare plantado, mais e melhor gado por alqueire de pastagens. E, para isso, precisamos de técnicos (verdadeiros), estações experimentais eficientes e pesquisa organizada. (p. 127-129)

8. Na execução da política de produtividade, por que está a bradar o povo brasileiro, importa estar atento à insidiosa resistência passiva dos interesses reacionários de grupos e associações industriais que visam, antes de tudo, à defesa dos interesses particulares dos industriais já instalados, desenvolvendo surda oposição e hábeis manobras contra tudo que possa vir a com eles concorrer. É a política de afastamento de concorrentes (nacionais e estrangeiros), de restrição de produção e manutenção dos preços [...]. Na luta contra a competição interior, eles combatem as iniciativas dos que se propõem a criar estabelecimentos concorrentes, mais bem aparelhados e mais eficientes, procurando barrar essas iniciativas ou, se não o conseguem, fazendo-lhes guerra de preços ou procurando fechar-lhes as portas do crédito. Na luta contra a concorrência exterior, eles bradam contra a tentativa de “esmagamento ou de *dumping*” e tiram partido do espírito de nacionalismo mercantilista para denunciar a agressão econômica e invocar o amparo do Estado.

Só de uma coisa eles se esquecem. É de que não há proteção nem amparo de Estado, nem mesmo do Todo-Poderoso, capaz de dar eficiência a uma maquinaria obsoleta, a uma administração indolente e a uma técnica incapaz. Cedo ou tarde, a partida será perdida, mas eles preferem (e quase sempre conseguem) que seja tarde [...] muito tarde. E, enquanto isso, continuam a produzir mal e caro à custa do consumidor depenado.

Seja dito, porém, desde logo, em defesa das nossas associações industriais, que a praga não é privilégio nosso. Ela prolifera, com a mesma intensidade, em outros países e dos melhores. (p. 129)

Pensamento econômico brasileiro: Escola Marxista

24.1 O sentido da colonização e a história econômica radical de Caio Prado Júnior (1907-1990)

Existem três estudos econômicos de caráter abrangente que, apesar das diferentes perspectivas e metodologias, compõem a base de todas as demais interpretações sobre a evolução da economia brasileira da fase colonial até os dias atuais: *História econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen (1937); *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado (1959); e *História econômica do Brasil*, de Caio Prado Junior (1945).

Caio Prado foi o primeiro autor de filiação marxista a elaborar um estudo bem-sucedido da evolução econômica do Brasil, cobrindo o período da colônia até o século XX. Ele nasceu em São Paulo, numa família de ricos fazendeiros, prósperos homens de negócio e influentes políticos da República Velha. Estudou em São Paulo, diplomando-se na faculdade de Direito em 1928.

Apesar de membro de tradicional família paulistana, participou ativamente da campanha eleitoral de 1930, apoiando a candidatura de oposição à oligarquia paulista, representada por Getúlio Vargas. No início da década de 1930, aderiu ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), chegando a vice-presidente, da seção de São Paulo, da Aliança Nacional Libertadora, criada em 1934. Com a decretação da ilegalidade da organização, foi preso durante dois anos. Ao ser libertado, saiu do país, estabelecendo-se na França, onde se vinculou ao grupo de comunistas franceses que participaram ativamente do apoio à esquerda na Guerra Civil Espanhola. Com o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, retornou ao Brasil.

Com o fim do Estado Novo, em 1945, e o retorno das eleições para o Legislativo, em 1947, foi eleito deputado estadual pelo PCB, mas perdeu o mandato meses depois com a decretação da ilegalidade do partido. Foi nesse período que começou a organizar a Livraria Brasiliense, tornando-se editor de várias publicações. Em 1955, lançou a *Revista Brasiliense*, publicação de debate sobre temas nacionais e internacionais. A revista agregava parte da intelectualidade de esquerda e foi responsável pela veiculação de inúmeros artigos seus,

destacando-se um conjunto sobre a questão agrária no Brasil, reunidos em livro, em 1979. Com o golpe de 1964, as provas da edição março-abril foram destruídas pelos militares e a revista deixou de circular.

Durante o regime militar, foi perseguido, convocado freqüentemente para depor e preso várias vezes. Em 1968, por ocasião da aposentadoria do professor Sérgio Buarque de Holanda, da cátedra de História do Brasil da faculdade de História da Universidade de São Paulo, foi estimulado a prestar o concurso, especialmente por Sérgio Buarque, que desejava tê-lo como sucessor. Para submeter-se à banca, escreveu a tese *História e desenvolvimento*, mas o recrudescimento da ditadura impediu a realização do concurso, cassando-lhe inclusive o título de livre-docente¹, que tinha obtido, em 1956, no concurso para a cátedra de Economia Política na Faculdade de Direito, onde havia estudado.

Desde então, recolheu-se a uma vida discreta, dedicando-se à revisão, publicação e republicação de seus textos, além de ministrar palestras e cursos, até seu falecimento, em 1990.

Entre suas principais obras, destacam-se: *Evolução política do Brasil e outros estudos – ensaio de interpretação materialista da história do Brasil*, de 1933; *Formação do Brasil contemporâneo*, de 1942; *História econômica do Brasil*, de 1945; *A revolução brasileira*, de 1966; e *A questão agrária no Brasil*, de 1979.

Os principais aspectos do pensamento econômico de Caio Prado estão apresentados no clássico *História econômica do Brasil*. O livro é dividido em nove partes. As quatro primeiras cobrem o período da colônia. Ele inicia tratando das condições geográficas, das primeiras atividades de extração do pau-brasil, depois analisa a **consolidação do domínio** metropolitano pela montagem da agromanufatura do açúcar e o surgimento das atividades complementares (produção de subsistência, pecuária). A terceira parte examina o processo de **ampliação do domínio territorial** lusitano, com a mineração em Minas e no Centro-Sul, o crescimento da pecuária no Nordeste e a incorporação do Vale Amazônico à exploração colonial. Na quarta parte, caracterizada como o Apogeu da Colônia, examina-se o processo de reativação de inúmeras atividades internas, no período compreendido entre o esgotamento das minas de ouro e a transferência da família real, em 1808. Caio Prado conclui o estudo da colônia reafirmando a tese que havia apresentado originalmente em *Formação do Brasil*

¹ O título foi obtido com a tese *Diretrizes para uma política econômica brasileira*.

contemporâneo. De acordo com ela, o conjunto das atividades e da vida econômica na colônia era presidido por um sentido básico, o **sentido da colonização**, e consistia na

[...] exploração dos recursos naturais de um amplo território em proveito do comércio europeu. Não se chegara a constituir na era colonial uma economia propriamente nacional, isto é, um sistema organizado de produção e distribuição de recursos para a subsistência material da população nela aplicada, mas ficara-se modificando apenas a extensão do processo, nesta exploração comercial de um território virgem em proveito de objetivos completamente estranhos à sua população, e em que essa população não figura senão como elemento propulsor destinado a mantê-la em funcionamento. [...]

Todas as atividades giram em torno deste fim precípuo de fornecer ao comércio internacional alguns produtos tropicais de alto valor mercantil. [...] O mais é secundário, acessório, e serve apenas para tornar possível a realização daquele fim.²

A parte seguinte é estratégica para o modelo explicativo adotado pelo autor nesse estudo. Nos três capítulos da Era do Liberalismo, ele identifica um conjunto de desajustamentos econômicos, administrativos, políticos e sociais, provocados na colônia pela transferência da corte portuguesa, em 1808, e demonstra como eles **entraram em contradição** com a ordem colonial, desencadeando uma série de conflitos e tensões, cuja superação se deu em duas etapas. A primeira se concretizou com a independência política, em 1822, que integrou definitivamente o Brasil na tendência do livre-comércio. A segunda se manifestou com o fim do tráfico em 1850, decretou o início da derradeira crise do sistema escravista e desencadeou um surto de novos negócios e atividades, de novas oportunidades de investimento, responsáveis por um grande impulso no desenvolvimento das forças produtivas no decorrer da segunda metade do século XIX.

[...] logo depois de 1850 [...] a abolição do tráfico africano [...] terá por efeito imediato desencadear as forças renovadoras em gestação. O país entra bruscamente num período de franca prosperidade e larga ativação de sua vida econômica.

[...] O Império, quando em 1889 se extingue e é substituído pela República, terá coberto uma larga e importante etapa da evolução econômica do país.³

Esse processo de desenvolvimento das forças produtivas ganhou novo impulso com a implantação da República, que Caio Prado explica como um movimento de ajustamento e compatibilização entre o progresso econômico e o

² PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 102-103.

³ Id., p. 192 e 195.

universo ideológico das classes dirigentes. Segundo o autor, o desenvolvimento econômico na segunda metade do século XIX criou uma contradição entre a esfera econômica, cada vez mais dinâmica e regida pelos objetivos da lucratividade, e a mentalidade aristocrática das elites, fixadas no prestígio decorrente da propriedade da terra, de escravos, e da origem social. A implantação da República expressou a superação dessa contradição entre a ordem econômica e as esferas política e ideológica e acelerou o ritmo do desenvolvimento das forças produtivas e da acumulação do capital.

[...] a República, rompendo os quadros conservadores dentro dos quais se mantivera o Império, apesar de todas as suas concessões, desencadeava um novo espírito e tom social bem mais de acordo com a fase de prosperidade material em que o país se engajara. Transpunha-se de salto um hiato que separava certos aspectos de uma estrutura ideológica anacrônica e o nível das forças produtivas em franca expansão. Ambos agora se coadunavam [...] o novo espírito dominante [...] estimulará ativamente a vida econômica do país, despertando-o para iniciativas arrojadas e amplas perspectivas. Nenhum dos freios que a moral e a convenção do Império antepunham ao espírito e aos negócios subsistirá; a ambição do lucro e do enriquecimento consagrar-se-á como um alto valor social.⁴

Tratava-se, portanto, de uma transformação que, na tradição marxista, correspondia a uma “revolução burguesa” sem os atributos de radicalidade política que elas tiveram nas vias clássicas de transição para o capitalismo, e, nesse sentido, muito próxima daquilo que Lenin conceituou como “via prussiana” de transição.⁵

Instaurada a República, todo o dinamismo do sistema econômico nacional continuou orbitando na agroexportação do café. A importância desse setor da economia foi inclusive acentuada pelo forte ingresso dos investimentos estrangeiros no setor. A participação do capital estrangeiro no negócio do café datava da época do Império, mas aprofundou-se significativamente como a implantação da República. Esse movimento de reiteração da agroexportação, agora sobredeterminado pelos interesses imperialistas, criava uma nova contradição.

⁴ PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*, p. 209.

⁵ LENIN, V. I. *O programa agrário*. Edição brasileira. São Paulo: Ciências Humanas, 1980, p. 63. O conceito de via prussiana foi desenvolvido por Lenin em estudos nos quais examinou a questão agrária. Originalmente, o conceito representa uma via de transição da grande propriedade agrária, baseada em relações coercitivas de caráter feudal para uma grande propriedade capitalista. É um tipo de transição que não democratiza a propriedade da terra e preserva o poder das elites aristocráticas, que abandonam os valores tradicionais e se transformam em empresários do campo. Caracteriza uma transição para o capitalismo em que as forças políticas tradicionais pactuam com os agentes políticos da modernização, abortando qualquer possibilidade revolucionária.

A expansão da cafeicultura no decorrer das décadas iniciais do século acabou estimulando outros setores da economia, entre os quais se destacava a indústria. O aumento da força de trabalho livre, a intensificação da urbanização e algumas necessidades da própria cafeicultura criaram um mercado interno que favoreceu o surgimento de várias indústrias, especialmente durante a Primeira Guerra Mundial, quando as dificuldades de importação se tornaram praticamente intransponíveis. Esse quadro evidenciava um processo de formação de uma estrutura produtiva voltada ao atendimento das necessidades do mercado interno, mas ele se encontrava estrangulado, nas suas possibilidades de expansão, pela proeminência do modelo centrado nas grandes propriedades produtoras de bens primários (café) destinados ao mercado externo. Para Caio Prado Jr., em 1945, essa contradição expressava o âmago da questão nacional. Do seu ponto de vista, o país só se afirmaria como nação ao orientar a sua estrutura produtiva para atender às necessidades da população. Era a capacidade da indústria em atender às necessidades da população, do mercado interno, que definia se o país atingira sua soberania nacional e autonomia econômica. Assim, a realização desse projeto exigia a superação da herança colonial (materializada na grande propriedade voltada para o mercado externo) e do tipo de vinculação que a economia brasileira mantinha com o capital financeiro internacional, que atuava no sentido de manter o país como fornecedor de gêneros primários a baixos preços.

Dessa forma, a análise econômica chegava ao presente, explicitando as tensões subjacentes à estrutura econômica e os desafios que ela impunha à ação política.

Em síntese, nesse exame da evolução econômica do Brasil, Caio Prado procura explicitar as contradições que articulam as esferas econômicas, sociais, políticas e ideológicas em cada momento do tempo, buscando demonstrar como o “novo” surge, ou poderia surgir, no interior do “velho”, instaurando tensões múltiplas que pressionam no sentido de uma superação. A nova ordem não é apresentada como inevitável, mas latente na realidade e ao alcance da intervenção política, como resultado de um processo no qual forças contraditórias operam, induzindo transformações e reiterando persistências. Esses são aspectos bem desenvolvidos por Caio Prado nesse trabalho e constituem o melhor exemplo de uma abordagem marxista da evolução econômica do Brasil.

Apesar da sua vinculação ao PCB, o autor sempre conduziu seus estudos com grande independência intelectual. Em geral, as análises econômicas

produzidas pelo partido estavam sempre condicionadas aos objetivos táticos e estratégicos da revolução socialista. Esse aspecto, aliado a uma compreensão apressada e vulgar do pensamento marxista por parte significativa da intelectualidade de esquerda, além das simplificações induzidas pelo stalinismo em relação às etapas do desenvolvimento das sociedades, levou a interpretações muito criticadas pelo autor em pelo menos três pontos importantes.

A visão de que predominavam no campo brasileiro relações pré-capitalistas de produção de tipo feudal era corrente nas análises econômicas do partido. O partido também acreditava que, como no caso clássico, a burguesia industrial brasileira possuía interesses contrários aos grandes proprietários rurais (as relações anacrônicas de trabalho e os baixos níveis de produtividade no campo encareciam os alimentos e elevavam os níveis de salários) e ao imperialismo, representado pelas grandes empresas estrangeiras (que, pela concorrência, ameaçavam a sobrevivência das empresas nacionais). Derivava dessa análise a proposta da necessidade de uma reforma agrária, como forma de atender ao principal interesse dos camponeses. Além disso, a divisão das grandes propriedades poderia elevar a produção de gêneros agrícolas, reduzindo a pobreza no campo, os preços dos alimentos e favorecendo os salários reais nas áreas urbanas. Por outro lado, as contradições de interesses, entre a burguesia nacional e o imperialismo, transformavam a classe de empresários nativos em aliados políticos de grande importância na luta pela independência nacional.

Em *A revolução brasileira* e em *A questão agrária*, Caio Prado criticou vigorosamente esses pontos de vista. Demonstrou que as relações arcaicas no campo decorriam do passado escravista, e não de uma suposta herança feudal. A penetração do capitalismo no campo teria criado uma série de relações, de fato anacrônicas, mas, pela precariedade que impunham à força de trabalho, assemelhavam-se muito mais ao assalariamento que à servidão. Sendo assim, para vastas parcelas da população rural, a aquisição de uma parcela de terra, por meio da reforma agrária, não era o principal objetivo. Sua principal reivindicação era a extensão da legislação trabalhista ao campo e a obtenção de melhores ganhos monetários (salários). Argumentava que a reforma agrária não poderia ser adotada como receita universal para a solução dos problemas da estrutura agrária, uma vez que não é em todo tipo de cultura que o sistema de pequenas propriedades apresenta índices de produtividade satisfatórios. Da mesma forma, a penetração do capital estrangeiro no país havia criado uma

estrutura industrial, na qual indústrias estrangeiras se concentravam no setor dinâmico e as nacionais desempenhavam um papel complementar na cadeia produtiva. Em síntese, as relações entre o capital estrangeiro e o nacional não eram regidas pela concorrência, mas pela complementaridade, daí o grave erro de considerar a burguesia nacional um aliado político importante. Caio Prado conclui que os inúmeros equívocos da análise econômica do partido resultaram numa ação política precipitada, que contribuiu muito para a derrota das forças de esquerda imposta pelo golpe militar de 1964.

Essa discussão exemplifica que o marxismo, para Caio Prado, não consistia numa teoria ou modelo de interpretação à qual a realidade concreta era impedida a se adaptar; pelo contrário, era uma abordagem cuja eficácia dependia de uma sólida ancoragem das interpretações num conhecimento extenso e profundo da realidade concreta, isto é, do objeto de estudo.

24.2 A teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso (1931) e Enzo Faletto (1935-2003)

Fernando Henrique Cardoso nasceu no Rio de Janeiro em 1931. Estudou Sociologia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), da qual se tornou professor. No período compreendido entre 1964 e 1968, trabalhou como pesquisador da Cepal, foi professor da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, em Santiago do Chile, e da Sorbonne, em Paris. Após seu retorno ao Brasil, juntamente com outros professores afastados da Universidade pela ditadura militar, ajudou a fundar o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), em 1969.

Ingressou na vida política em 1978. Foi senador por São Paulo (1983-1992), ministro das Relações Exteriores de Itamar Franco (1992), ministro da Fazenda (1993) e eleito presidente da República em 1994. Cumpriu dois mandatos como presidente.

Entre seus livros mais importantes, destacam-se: *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, de 1962; *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, de 1964; *Dependência e desenvolvimento na América Latina – ensaio de interpretação sociológica* (em co-autoria com Enzo Faletto), de 1970.

Enzo Faletto Verné nasceu em Santiago do Chile em 1935. Licenciou-se em Filosofia, pela Universidade do Chile, e em História, pela Faculdade

Latino-Americana de Ciências Sociais, pela qual obteve o título de mestre em Sociologia. Foi afastado da função de professor da Universidade do Chile pelo golpe militar de 1973, retornando apenas em 1991, com a redemocratização do país. É um estudioso dos problemas do subdesenvolvimento e das suas implicações nos países da América Latina. Sua obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, em co-autoria com Fernando H. Cardoso, influenciou várias gerações de sociólogos. Além dessa obra, merecem destaque: *Génesis histórica del proceso político chileno*, de 1971; *El liberalismo*, de 1977.

O ensaio *Dependência e desenvolvimento* partia de uma crítica ao viés *economicista* das análises sobre o desenvolvimento, que restringia o exame às estruturas econômicas e à linhagem sociológica que se baseava em conceitos de sociedade tradicional e sociedade moderna. Propunha uma perspectiva que examinasse os problemas do desenvolvimento econômico do ângulo da *naturaleza política* dos processos de transformação econômica. Uma abordagem desse tipo deveria situar as estruturas econômicas e sociais no processo histórico, identificar os agentes sociais, seus objetivos, interesses e ideologias, e analisar a relação recíproca entre os níveis da estrutura econômica e os dos agentes sociais e das suas representações ideológicas. Nessa perspectiva, o desenvolvimento apresenta-se como resultado da

[...] interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dão vida ao sistema socioeconômico. A estrutura social e política vai se modificando na medida em que diferentes classes ou grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade.⁶

Na análise dessas transformações, as situações históricas são essenciais, pois permitem compreender os limites e as condições que as possibilitaram. Uma teoria desse tipo, que englobasse o processo econômico, as condições estruturais e a situação histórica, tinha necessariamente de ser distinta das elaboradas com base na experiência do capitalismo desenvolvido e a partir dele. De fato, como as análises da Cepal, os autores reconheciam a particularidade da experiência do subdesenvolvimento, mas não propunham um enquadramento mais abrangente, que ultrapassasse o nível da estrutura econômica e contemplasse os aspectos sociais e políticos do problema. O conceito de subdesenvolvimento,

⁶ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970, p. 22.

tal qual ele se apresentava na formulação da Cepal, representava uma estrutura econômica especializada, concentradora da renda, na qual predominava o setor primário, e o pólo dinâmico era o setor externo. Os autores consideravam esse conceito insuficiente para representar a condição dos países da América Latina e propunham o conceito de *dependência*, para expressar melhor a situação, pois integrava às características estruturais os aspectos político-sociais numa perspectiva histórica...

A dependência da situação de subdesenvolvimento implica socialmente uma forma de dominação, que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que, no sistema econômico, aparecem como produtores ou como consumidores. Essa situação supõe, nos casos extremos, que as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas [...].

A noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo. A noção de subdesenvolvimento caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo... sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo, seja internamente (socialismo, capitalismo etc.) ou externamente (colonialismo, periferia do mercado mundial etc.). As noções de “centro” e “periferia”, por seu lado, destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial, sem levar em conta os fatores político-sociais implicados na situação de dependência.⁷

Um exame dessa natureza visava a evitar dois equívocos muito comuns nas análises do subdesenvolvimento: o primeiro considerava as transformações dos países “subdesenvolvidos” como um resultado ou reflexo dos acontecimentos externos; o segundo tendia a valorizar excessivamente os condicionamentos internos e a desprezar os externos. A nova proposta de análise consistia em demonstrar que as condições estruturais, definidas pela base produtiva, condicionavam o raio de ação das classes e grupos internos e externos, no sentido de perpetuar, transformar ou romper os laços que os articulavam. Havia aí uma dinâmica própria que cabia compreender.

O método foi adotado no estudo das transformações de diversos países da América Latina. Entre as conclusões mais importantes, destaca-se a ocorrência de um processo no qual o sistema econômico das nações dependentes passou a ser controlado por grandes unidades produtivas monopolistas internacionais,

⁷ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo, *op. cit.*, p. 26 e 27.

isto é, a “internacionalização do mercado interno”. A novidade aqui não consiste, evidentemente, em reafirmar a força dos condicionantes externos, mas demonstrar que o desenvolvimento pode ocorrer pela reafirmação dos laços de dependência em um novo sistema de alianças entre as classes e grupos internos e entre estes e as classes e grupos externos.

Assim, as oposições tradicionais entre o pólo exportador e o mercado interno, entre a esfera rural e urbana, foram superadas por uma ordem que, ao internacionalizar o mercado interno, criou alianças e solidariedades entre o setor externo e os interesses urbanos (assalariados, técnicos, empresários, burocratas). Esse processo tem sido responsável pela erosão das bases estruturais que sustentavam o discurso “populista” e “nacionalista” e pelo enfraquecimento dos movimentos sociais que lhes correspondiam.

Os autores concluem interrogando até que ponto esse conjunto de transformações não poderia levar à substituição do conceito de dependência pelo de interdependência. Argumentam que a existência de um mercado livre ao acesso das grandes corporações internacionais, a impossibilidade de as economias dependentes conquistarem os mercados dos países desenvolvidos e a incorporação crescente de tecnologias avançadas, criadas segundo as necessidades das nações desenvolvidas, tornam o conceito de dependência mais adequado para expressar o tipo de relação existente entre as nações desenvolvidas e as “atrasadas”. A superação dessa condição depende, segundo essa perspectiva, muito menos da eliminação de restrições econômicas isoladas do que do jogo de poder entre as classes e grupos, internos e externos, principal responsável pela destinação e orientação que se impõem à estrutura produtiva.

24.3 Os ciclos econômicos e as cooperativas solidárias de Paul Singer

Paul Israel Singer nasceu em Viena, na Áustria, em 1932. Sua família, de origem judaica, está radicada no Brasil desde 1940. Em 1959, bacharelou-se em Ciências Econômicas e em Administração pela Universidade de São Paulo. Em 1966, concluiu o doutorado em Sociologia, área de demografia na FFLCH da USP. Foi professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É professor titular de Macroeconomia da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP.

Trabalhou como pesquisador e é um dos fundadores do Cebrap. Militante político desde a juventude, é também um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 2003, assumiu a responsabilidade pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

A obra de Paul Singer no campo da economia é bastante diversificada. Inicialmente, o que chama a atenção em sua trajetória intelectual é a dedicação ao esforço de ensinar, ou tornar compreensíveis fenômenos econômicos nem sempre acessíveis mesmo aos iniciados na profissão. Paul Singer possui livros de introdução à economia, à economia solidária, ao mercado financeiro etc. O livro *Curso de introdução à economia política* é um dos exemplos de rara dedicação ao ensino de economia. Possui texto claro e comparativo das várias escolas de pensamento econômico, que ajudou a formar muitas gerações de economistas e sociólogos brasileiros.

Sua trajetória é também marcada pelo esforço em entender o complexo processo de acumulação de capital no Brasil. Possui textos com crítica contundente aos rumos que foram dados à política econômica e social no Brasil no período da ditadura militar. Esse é o caso do livro *A crise do “milagre”*, onde desenvolve uma brilhante análise dos ciclos econômicos nos anos de 1960 e 1970.

Singer empreendeu uma profunda análise dos impactos atuais do processo de globalização e do fenômeno do desemprego estrutural. Segundo Singer, “a globalização é um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionado em parte pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países”.⁸ O processo de globalização não é novo e, na verdade, é uma das formas de ser do próprio processo de acumulação de capital, que, por força, possui um caráter global. Entretanto, “ao contrário da primeira etapa, desta vez a globalização assumia o papel de causador de ‘desindustrialização’ e empobrecimento de cidades e regiões inteiras”.⁹

A forma atual que o processo de globalização assume tem impactos novos no setor do emprego, ou mundo do trabalho, posto que adota novas características, como o avanço do processo de “informalização” e “precarização” das relações do trabalho. Segundo Singer,

⁸ SINGER, P. *Globalização e desemprego*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 21.

⁹ Id., p. 21-22.

[...] a flexibilização, desregulamentação ou precarização do trabalho divide o montante de trabalho economicamente compensador de forma cada vez mais desigual: enquanto parte dos trabalhadores trabalha mais por uma remuneração horária declinante, outra parte crescente dos trabalhadores deixa de poder trabalhar.¹⁰

As reflexões de Singer conduziram-no a considerar, como alternativa à crise do mundo do trabalho, uma nova orientação da economia, denominada *economia solidária*. Para Singer, a economia solidária não constitui panacéia, e sim um encaminhamento prático e plausível para as mazelas do capitalismo atual.

Para ele, a economia solidária, em que os trabalhadores se organizam em cooperativas e estas em rede solidária, representa um enclave do socialismo dentro do capitalismo, uma vez que a orientação da economia solidária não é o lucro e a propriedade privada, mas a sobrevivência dos trabalhadores e suas famílias. Desse modo, ele entende que, “se as instituições anticapitalistas são sementes socialistas plantadas nos poros do capitalismo para resistir às tendências destrutivas e concentradoras da dinâmica capitalista, é necessário discutir mais detidamente essas tendências, distinguindo-as das contratendências que surgem como reação a elas”.¹¹

Nesse sentido, Singer passou a estudar e a apresentar ao público brasileiro toda uma gama de atividades existentes de cooperativismo no mundo, desde os teóricos clássicos, passando pelas experiências clássicas na Europa, principalmente em Rochdale, até chegar às experiências bem-sucedidas no Brasil recente. Como resultado da sugestão teórica e da fervorosa militância de Paul Singer, desenvolve-se no Brasil uma gama de teias de cooperativas e de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP.

24.4 O antivale e o ornitorrinco de Francisco de Oliveira

Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira nasceu no Recife, em 1933. Em 1956, formou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco. Fez especialização em Desenvolvimento Econômico no Banco do Nordeste do Brasil. Em 1992, foi considerado *Notório Saber* e recebeu o título de *Doutor Honoris Causa* em Sociologia pela USP. Nos anos de 1982 a 1984, realizou estudos de pós-doutorado na École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS), na França. Foi superintendente-adjunto da Sudene na gestão de

¹⁰ SINGER, P. *Globalização e desemprego*, p. 30.

¹¹ SINGER, P. *Uma utopia militante*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 114.

Celso Furtado, entre 1959 e 1964, quando teve os direitos políticos suspensos pelo governo militar brasileiro.

Com as mudanças políticas implementadas após o golpe de 1964, foi perseguido pelo novo regime e partiu para a Guatemala, a serviço das Nações Unidas. Em 1966, chegou ao México para trabalhar no Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos. De volta ao Brasil, atuou no Cebrap, de 1970 a 1995, sendo seu presidente no período de 1993 a 1995.

Em sua atuação política, foi dos mais importantes intelectuais em oposição ao regime militar e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, do qual se afastou após contundente crítica aos rumos que o partido seguiu após sua chegada ao poder federal.

Na vida acadêmica, lecionou na da PUC-SP, de 1980 a 1988. Em 1984, foi professor visitante do Office de La Recherche Scientifique et Technique D'outre Mer (ORSTOM), na França. A partir de 1988, ingressou no corpo docente da FFLCH, da USP, onde é Professor Titular.

A obra de Francisco de Oliveira é provavelmente a mais contundente e rigorosa construção crítica, figurando entre as mais expressivas produções da intelectualidade brasileira no campo das ciências sociais. Sua contribuição nas áreas da economia, da sociologia e da política é vasta e diversificada. No campo da economia, estende-se desde a crítica ao pensamento originário da Cepal, empreendido no início dos anos 1970, passa pela elaboração de suas teses sobre o *antivalor*, até sua análise crítica da atual situação do capitalismo contemporâneo em geral, com uma interessante análise sobre a teoria do valor e da democracia e, por fim, das condições atuais do desenvolvimento econômico brasileiro na nova ordem do capitalismo mundializado, o *ornitorrinco*. Francisco de Oliveira dedicou-se ao estudo da situação socioeconômica do Nordeste brasileiro e empreendeu vigorosa crítica aos governos Collor, Fernando Henrique e Lula.

Ao analisar o processo de acumulação de capital no Brasil pós-anos 1930, Oliveira entende que, “ao contrário da revolução burguesa ‘clássica’, a mudança das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas empresárias industriais não exigirá, no Brasil, uma ruptura total do sistema, não apenas por razões genéricas, mas por razões estruturais”.¹² Desse modo, a revolução burguesa no Brasil tem como primeira especificidade o fato de sua progressão não

¹² OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista, o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 39.

requerer a completa destruição do antigo modo de acumulação. Outro aspecto muito interessante, apontado por ele, no que tange às particularidades do processo brasileiro, diz respeito ao fato de que, no Brasil, a chamada acumulação primitiva do capital não é *genética*, como nos casos clássicos, mas *processual*, ou seja, não se dá na origem do processo de transição para formas modernas de acumulação de capital, mas persiste até os dias atuais. Isso explica, em parte, por que um dos mais importantes movimentos sociais no Brasil é ainda hoje o movimento dos trabalhadores rurais.

A contribuição de Oliveira ao debate econômico tem um de seus principais aspectos na crítica empreendida ao pensamento clássico da Cepal. A análise da Cepal funda-se numa interpretação que encontra seus fundamentos nas relações entre o “centro” e a “periferia”. O “centro” é “moderno”, pois possui homogeneidades estruturais, e a “periferia” é “atrasada”, pois possui heterogeneidades estruturais. Além do setor industrial incipiente, a periferia tinha um setor agrícola subdividido, entre um setor exportador moderno e um setor produtor para o mercado interno atrasado.

Para Oliveira, é preciso ver as relações entre o centro e a periferia como uma unidade contraditória permeada pela acumulação mundial do capital. Segundo ele, “de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia”.¹³ Nesse sentido,

[...] toda a questão do desenvolvimento foi vista sob o ângulo das relações externas, e o problema transformou-se, assim, em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas.¹⁴

Outro aspecto de extrema relevância da contribuição de Oliveira para a compreensão do desenvolvimento econômico brasileiro se refere à análise das transformações estruturais, ocorridas ao longo do governo Vargas, e às transformações que aconteceram durante o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Mas a crítica mais contundente incide sobre o período pós-Plano de Metas.

[...] a recorrência ao capital estrangeiro levou inexoravelmente a uma estruturação presidida pelo departamento produtor de bens de consumo duráveis, o que, nas

¹³ OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista, o ornitorrinco*, p. 12.

¹⁴ Id., *ibid.*

condições de uma economia periférica, dificilmente deixaria de produzir algumas facetas mais negativas da economia nacional de hoje: sua exagerada concentração da renda e da riqueza, pois que o departamento condutor do processo de industrialização caracteriza-se precisamente por não produzir bens para as classes assalariadas em geral, e especificamente para os operários e camponeses.¹⁵

Além disso, as condições de acumulação do capital numa economia periférica transformaram o Estado brasileiro numa espécie de *capital financeiro geral*.

As transformações estruturais na economia brasileira foram radicais. Segundo Oliveira, o padrão de acumulação instaurado de chofre no governo Kubitschek impôs novas contradições e a reposição da tendência ao estrangulamento externo, na medida em que uma produção oligopólica internacional, baseada no setor de bens de consumo duráveis para o mercado interno, não conseguia gerar as divisas necessárias para fazer voltar à esfera da circulação internacional do capital as remunerações próprias àquele capital. A singularidade do período revela-se como “crise estrutural do balanço de pagamentos” e a “extremada concentração de renda, que deriva imediatamente da forma da concentração de capital que o padrão de acumulação propiciou”.¹⁶

Oliveira introduziu no debate econômico brasileiro sua teoria do *antivalor*. Na acumulação moderna de capital, o fundo público torna-se não apenas um elemento constitutivo. Mais do que isso, transforma-se no pressuposto da própria acumulação de capital e dá ensejo às antimercadorias e ao antivalor como elementos do processo de produção e acumulação do capital:

[...] do ponto de vista do circuito da mercadoria, a equação original de Marx era a de $M-D-M$, e o fundo público como estrutura imbricante transforma a equação para [anti- $M-M-D-M'$ (-anti- M)], na qual os dois primeiros termos significam as antimercadorias e as mercadorias propriamente ditas, e os dois últimos significam a produção de mercadorias e a produção de antimercadorias.¹⁷

Tais mudanças vão se expressar na própria composição do capital e na taxa de exploração.

A composição do produto, na equação $C+V+M$, sofre a seguinte transformação: $-C+C+V(-V)+M$, na qual a taxa de mais-valia se reduz pela presença, na equação, das antimercadorias sociais que funcionam como um *Ersatz* do capital variável. Isso quer

¹⁵ OLIVEIRA, F. *A economia da dependência imperfeita*. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977, p. 4.

¹⁶ Id., p. 89.

¹⁷ OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 33.

dizer que, na equação geral do produto, a taxa de mais-valia cai, enquanto na equação de cada capital particular ela pode, e geralmente deve, se elevar.¹⁸

Um dos trabalhos mais recentes de Oliveira que abordam a realidade socioeconômica brasileira é o seu *Crítica à razão dualista, o ornitorrinco*, onde retoma as idéias desde as reflexões sobre a Cepal e introduz uma discussão teórica acerca dos dilemas atuais da economia brasileira. No atual contexto, “avassalada pela Terceira Revolução Industrial, ou molecular-digital, em combinação com o movimento da mundialização do capital, a produtividade do trabalho dá um salto mortal em direção à plenitude do trabalho abstrato”.¹⁹ Para Oliveira, o crescimento da produtividade do trabalho é a luta do capital para encurtar a distância entre as formas concretas e a “essência” abstrata do consumo da força de trabalho.

Aqui, fundem-se a mais-valia absoluta e a relativa: na forma absoluta, o trabalho informal não produz mais do que uma reposição constante, por produto, do que seria o salário; e o capital usa o trabalhador somente quando necessita dele; na forma relativa, é o avanço da produtividade do trabalho nos setores *hard* da acumulação molecular-digital que permite a utilização do trabalho informal.²⁰

Segundo Oliveira, na atualidade do capitalismo, o setor informal apenas anuncia o futuro do setor formal, onde “o conjunto dos trabalhadores é transformado em uma soma indeterminada de exército da ativa e da reserva, que se intercambiam não nos ciclos de negócios, mas diariamente”.²¹

Uma das mais complexas contradições do processo é que a enorme produtividade do trabalho preside tudo o que vai suprimindo a jornada de trabalho e com ela os direitos dos trabalhadores. “Cria-se uma espécie de ‘trabalho abstrato virtual’.”²² No Brasil, os efeitos de todas essas transformações são profundos e devastadores, principalmente quanto às taxas de desemprego “estrutural”, que atingem somas recordes com taxas de aproximadamente 20% nas grandes capitais e um grau de “informalização” que supera os 50% da população economicamente ativa, invertendo, por assim dizer, os papéis.

Surge, então, o ornitorrinco como metáfora para explicar o Brasil. “O ornitorrinco é uma das sociedades capitalistas mais desigualitárias – mais até que as economias mais pobres da África.” Para Oliveira, “as determinações

¹⁸ OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 33.

¹⁹ OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista, o ornitorrinco*, p. 135.

²⁰ Id., p. 135-136.

²¹ Id., p. 136.

²² Id., p. 137.

mais evidentes dessa contradição residem na combinação do estatuto rebaixado da força de trabalho com dependência externa”.²³ Esse complexo contexto provoca mutações nas classes sociais, em que as camadas mais altas do proletariado se convertem em administradores de poderosos fundos públicos, em que “trabalhadores que ascendem a essas funções estão preocupados com a rentabilidade de tais fundos, que ao mesmo tempo financiam a reestruturação produtiva que produz desemprego”.²⁴ O arcabouço ideológico que preside tais transformações é o neoliberalismo.

Concluindo, o ornitorrinco não pode permanecer como subdesenvolvido e aproveitar, como no passado, as brechas da segunda Revolução Industrial. Não há como avançar no sentido da acumulação digital-molecular, pois as bases internas para a acumulação são insuficientes. “Restam apenas as *acumulações primitivas*, tais como as privatizações propícias”²⁵, que, na verdade, representam apenas transferência de patrimônio. No ornitorrinco tudo está submetido à voragem da “financeirização”. O resultado é que o “ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão”.²⁶

Questões

1. Qual o significado de “colônia de exploração” na teoria de Caio Prado Jr.?
2. Quais as conseqüências da dependência econômica para a periferia do capitalismo na concepção de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto?
3. Explique como se organizam as cooperativas na economia solidária de Paul Singer.
4. Apresente a crítica de Francisco de Oliveira ao pensamento clássico da Cepal.
5. Apresente e explique o significado do surgimento do “ornitorrinco” para a sociedade brasileira na construção teórica de Francisco de Oliveira.

²³ OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista, o ornitorrinco*, p. 143.

²⁴ Id., p. 146.

²⁵ Id., p. 150.

²⁶ Id., *ibid.*

Referências

- ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro 1930-1964: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- D'INCAU, Maria Ângela (org.). *História e ideal, ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: Editora da Unesp/Brasiliense, Sec. Estado da Cultura, 1998.
- IGLÉSIAS, Francisco (org.); FERNANDES, Florestan (coord.). *Caio Prado Jr.* São Paulo: Ática, 1982. Coleção Grandes Cientistas Sociais.
- LENIN, V. I. *O programa agrário*. Edição brasileira. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1981. (1. ed., 1972).
- _____. *Crítica à razão dualista, o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. *Collor: a falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- _____. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. *A economia da dependência imperfeita*. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.
- _____. “Neoliberalismo à brasileira”. In: SADER, Emir. *Pós-neoliberalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- _____. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene Nordeste, planejamento e conflito de classes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____; PAOLI, Maria C. *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- _____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1978. (1. ed. 1945)
- _____. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- _____. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- SINGER, Paul. *A crise do milagre*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- _____. *Curso de introdução à economia política*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.
- _____. *Desenvolvimento e crise*. São Paulo: Difusão Européia, 1968.
- _____. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. *Para entender o mundo financeiro*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2002

Sites

http://www.al.sp.gov.br/web/acervo/caio_prado/Perfil_biografico/perfil_biografico.htm

<http://www.ifhc.org.br/Home.aspx>

<http://www.pucsp.br>

Pensamento econômico brasileiro: Escola Heterodoxa

25

25.1 A teoria da inflação de Ignácio Rangel: entre Marx e Keynes

Ignácio Rangel (1914-1994) nasceu no Maranhão, onde se formou em Direito. Realizou um curso de pós-graduação na Cepal e trabalhou no BNDE. Trabalhou também na assessoria econômica de Getúlio Vargas, colaborou na elaboração dos projetos da Petrobras e da Eletrobras e foi chefe do Departamento Econômico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Participou da execução do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e integrou o Conselho de Desenvolvimento. Rangel colaborou também com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb).

Por suas idéias originais, Rangel é considerado, ao lado de Celso Furtado, um dos economistas pioneiros na construção do chamado **modelo de industrialização por substituição de importações**, mais tarde desenvolvido de forma brilhante pela economista Maria da Conceição Tavares.

Para Rangel, a dualidade é a lei fundamental da economia brasileira, segundo a qual, “a economia brasileira se rege basicamente, em todos os níveis, por duas ordens de leis tendenciais que imperam respectivamente no campo das relações internas de produção e no das relações externas de produção”.¹

Ele criou seu próprio caminho no campo do pensamento econômico brasileiro. Segundo Mantega,

Rangel distingue-se de Furtado ao empregar os conceitos básicos do materialismo histórico como valor, taxa de mais-valia, exploração e outros; ao contrário de Furtado, que oscila entre o universo conceitual clássico e neoclássico. Porém, ambos se encontram sob forte influência de Keynes e sucessores (no caso de Furtado nota-se a de Joan Robinson) e Rangel busca no economista inglês o complemento da teoria marxista da acumulação, integrando-se nas fileiras cada vez mais numerosas, na economia política contemporânea, que procuram celebrar o casamento entre Marx e Keynes.²

Segundo Rangel, o desenvolvimento capitalista brasileiro se ressentia de ter uma estrutura agrícola inalterada no processo de desenvolvimento e de

¹ BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1998, p. 252.

² MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. São Paulo/Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1994, p. 103.

industrialização. Em *A inflação brasileira*, defende a idéia de que tal estrutura teria gerado um grande exército industrial de reserva, que acompanhava o processo de industrialização, e isso provocava a queda do poder político da classe trabalhadora, que ficava exposta a exuberantes taxas de exploração.

A contradição desse processo era que “a acumulação de capital brasileira esbarrava numa crônica insuficiência de demanda, que se agravava na medida em que as altas taxas de exploração permitiam recursos para novos investimentos e estes aumentavam a capacidade produtiva diante de um mercado consumidor restrito”.³

Rangel introduziu a idéia de que a oferta agrícola era controlada por oligopsônios e monopolsônios, criando um setor de intermediação, que popularmente foi chamado de “atravessadores”, com forte impacto no processo inflacionário, uma vez que tais estruturas de oferta poderiam controlar os preços, elevando-os para manter elevada sua lucratividade. Assim, segundo ele, “não havia uma inelasticidade da oferta agrícola”, como em Furtado e em todo o pensamento clássico da Cepal.

Ele desenvolve sua teoria original da inflação mesclando as teorias de Marx com as idéias de Keynes. Segundo Rangel, como a taxa de exploração da classe trabalhadora é alta, sua capacidade de consumo é baixa, determinando, assim, um problema de realização das mercadorias produzidas pela indústria: “[...] a taxa de exploração ou de mais-valia de Marx, P/V , que relaciona a massa de mais-valia P com a massa de salários ou capital variável V , teria sido retomada por Keynes na fórmula I/C ”.⁴ Desse modo, para Rangel, “a razão I/C (categoria keynesiana) não passa de uma reencarnação, algo modificada, da razão P/V (categoria marxista). A racionalidade dessa afirmação está nos fatos de imediata apreensão de que a folha de salários é o item decisivo do fundo social de consumo, enquanto o investimento é a destinação decisiva típica da mais-valia”.⁵

Assim, conclui que o capitalismo brasileiro convive com alta taxa de exploração, que induz à baixa propensão a consumir, combinado com um processo inflacionário, cujo efeito é manter o processo de crescimento e desenvolvimento, uma vez que a demanda é restringida. Para se evitar um eminente estado de inflação galopante, acompanhado de um processo de depressão econômica, tais contradições deveriam ser resolvidas pelo encaminhamento de soluções para a estrutura oligopsônica de comercialização agrícola e também com o combate

³ MANTEGA, G., *op. cit.*, p. 104.

⁴ Id., p. 106.

⁵ RANGEL, Ignácio. *A inflação brasileira*, p. 38, Apud MANTEGA, G. *A economia política brasileira*, p. 106.

ao forte processo de concentração de renda que caracterizava o capitalismo brasileiro.

25.2 Luís Carlos Bresser-Pereira: a tecnoburocracia e a nova estratégia de desenvolvimento

Sabemos que não existe desenvolvimento sem a idéia de nação
e sem uma estratégia nacional de desenvolvimento.

Luís Carlos Bresser-Pereira

Luís Carlos Bresser-Pereira nasceu em São Paulo, em 1934. Estudou Direito na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Obteve o título de mestre em Administração de Empresas, pela Michigan State University, e de doutor, pela Universidade de São Paulo. Na vida acadêmica, dedica-se à docência na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, desde 1959. Atuou como conferencista visitante na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, da Universidade de Oxford, e do Instituto de Estudos Avançados da USP. Ocupou o cargo de ministro da Fazenda no governo de José Sarney, tendo apresentado e executado o Plano Bresser.

A produção intelectual de Bresser-Pereira é ampla; entretanto, sua contribuição mais significativa ao pensamento econômico brasileiro está relacionada à emergência de uma nova classe social. O largo desenvolvimento industrial brasileiro pós-1930 trouxe consigo uma profunda mudança estrutural, comparável à segunda Revolução Industrial, representada pelo surgimento de grandes empresas industriais e por uma mudança organizacional que demandou uma nova burocracia de nível médio e superior para a administração de empresas privadas, empresas públicas e todo o aparato burocrático estatal, condizente com o novo processo de desenvolvimento nacional. Surgiram novos cargos técnicos, de direção e de gestão da coisa pública e privada. Nessas categorias profissionais, estaria a origem e o substrato social da nova classe média brasileira. Tal processo foi acompanhado do surgimento de uma nova classe social: a tecnoburocracia.

A nova classe média, com seus interesses específicos, faz parte de uma nova realidade socioeconômica, que, segundo Bresser-Pereira⁶, estaria suplantando o atual modo de produção capitalista e abrindo espaço para uma nova sociedade chamada **modo de produção tecnoburocrático**, na qual as classes dominantes

⁶ Essa tese está desenvolvida em BRESSER-PEREIRA, L. C. *A sociedade estatal e a tecnoburocracia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

antigas, representadas pelos proprietários das empresas e do capital, estariam cedendo lugar a uma classe de pessoas com conhecimento técnico avançado. Tal classe “tecnoburocrática” seria a elite do novo modo de produção.

Recentemente, a produção intelectual de Bresser-Perreira compõe-se, além de livros, de vasta criação de *papers*. Ao percorrer sua obra, nota-se a recorrente preocupação com a busca do entendimento da crise que assola o Brasil desde a crise do nacional-desenvolvimentismo. Ele tem por objetivo clarear o atual momento da história econômica brasileira e, a partir daí, elaborar hipóteses e contribuições ao debate, no sentido de encontrar uma perspectiva para a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro no atual quadro de crise pós-reformas neoliberais. No processo de construção de sua proposta para um novo-desenvolvimentismo, tornou-se um dos intelectuais mais críticos ao pensamento e à política econômica de talhe neoliberal. Sua perspectiva crítica, entretanto, não é a do socialismo, como as de Francisco de Oliveira e Paul Singer. Ao contrário, o ideal socialista não prosperou como a perspectiva social-democrata. Sua perspectiva caminha na direção da criação de uma nova coalizão nacional para a retomada do desenvolvimento econômico capitalista em novas bases. Tal coalizão agruparia as frações da burguesia comprometidas com o desenvolvimento nacional, os trabalhadores, os burocratas e a classe média, e excluiria a fração da classe burguesa qualificada por ele como cosmopolita e neoliberal.

Em sua avaliação, entre 1930 e 1980, a economia brasileira avançou rumo à industrialização e ao crescimento econômico, quando tinha uma estratégia nacional de desenvolvimento. Entretanto, a partir de 1990, o Brasil abandonou sua estratégia de industrialização por substituição de importações e entrou num processo gradual de desindustrialização e quase-estagnação.

A crise do nacional desenvolvimentismo foi acompanhada de uma mudança política, com seus desdobramentos na política econômica adotada.

[...] desde o início dos anos 1990 ocorreu uma mudança política fundamental no seio das elites brasileiras, que teve como consequência a mudança da política econômica. No quadro mais amplo da hegemonia neoliberal americana que então alcançava o auge, o país passou a adotar uma política econômica de acordo com a ortodoxia convencional, ou seja, de acordo com os diagnósticos, recomendações e pressões vindas do Norte.⁷

⁷ BRESSER-PEREIRA, L. C.; DINIZ, E. “Depois do consenso neoliberal, o retorno dos empresários industriais?”, p. 2.

Segundo Bresser-Pereira, a submissão da nação brasileira à hegemonia neoliberal foi facilitada pela crise do Plano Cruzado e pela crise política que acometeu o Brasil na segunda metade dos anos 1980. A década de 1990 começou também em crise. No início dos anos 1990, “depois do fracasso também do Plano Collor, o país se rendeu às reformas neoliberais e à ortodoxia convencional que vinha do Norte”.⁸ Em 1994, o governo logrou neutralizar a inflação inercial com uma política econômica e uma teoria elaborada por economistas brasileiros, “sem qualquer participação do FMI ou do Banco Mundial”.⁹

Com o Plano Real, a economia brasileira entrou em nova situação conjuntural, uma vez que a inflação estava praticamente sob controle. Entretanto, nem tudo andava bem. Para Bresser-Pereira, a nova política econômica, sob a batuta do FMI e do Banco Mundial, levava a uma profunda alteração nos rumos do desenvolvimento, com o surgimento de novos problemas estruturais:

[...] fechamento de empresas, falências, associações com empresas estrangeiras, fusões e aquisições, substancial queda do nível do emprego na indústria, desindustrialização e ampla desnacionalização da economia passaram a fazer parte do cotidiano da atividade econômica do país, entre 1995 e 1998, sobressaindo, entre os setores mais afetados, as indústrias têxteis, as de máquinas e equipamentos, autopeças e produtos eletroeletrônicos.¹⁰

Assim, o uso da âncora cambial começou a provocar uma acentuada apreciação da taxa de câmbio, que, segundo Bresser-Pereira, combinada à abertura comercial e à liberalização dos fluxos de capitais, levou a uma dramática reestruturação industrial.

Globalização, abertura de mercados, flexibilização das relações trabalhistas, desregulamentação dos fluxos de capitais, privatização: esse era o novo vocabulário que permeava toda a política econômica sob o governo Fernando Henrique Cardoso, orientado por uma nova aliança política de centro-direita. No processo, a economia brasileira ganhava um perfil mais transnacionalizado e, segundo Bresser-Pereira, com um largo processo de “desnacionalização das elites empresariais”. Os governos de Fernando Henrique deixaram como

⁸ BRESSER-PEREIRA, L.C.; DINIZ, E. “Depois do consenso neoliberal, o retorno dos empresários industriais?”, p. 3.

⁹ Id., p. 9.

¹⁰ Id., *ibid.*

herança uma virada de página na história brasileira cujo resultado foi o sepultamento do nacional-desenvolvimentismo, eixo da política econômica e do desenvolvimento industrial no largo período de 1930 a 1980.

A análise crítica de Bresser-Pereira voltou-se para o entendimento do período pós-reformas, representado pelo início do novo milênio. Para ele, uma das características do pós-reforma neoliberal é um impacto profundo nas lideranças empresariais, em que as lideranças teriam se tornado mais fragmentadas e especializadas do que no período anterior.

Outra característica marcante refere-se ao reconhecimento da incapacidade das políticas ortodoxas e neoliberais em cumprir sua promessa de promover a retomada do crescimento econômico: “[...] no início da década de 2000, já havia se tornado claro o fracasso da ortodoxia convencional reinante – de suas reformas e de sua política macroeconômica – em promover a retomada do desenvolvimento econômico”.¹¹

Uma vez reconhecido, de um lado, o fracasso do neoliberalismo e, de outro, a total impossibilidade de retornar ao modelo nacional-desenvolvimentista anterior, resta saber qual é a hipótese apresentada por Bresser-Pereira para o futuro. Ele não tem dúvida de que o Brasil somente voltará a se desenvolver se adotar uma nova estratégia de desenvolvimento, “que parta da realidade nacional, que se baseie em saúde fiscal, juros baixos e câmbio competitivo; só uma política baseada nessas linhas de ação será capaz de combinar desenvolvimento econômico com equidade e fazer o país retomar o caminho do desenvolvimento econômico e político”.¹²

Mas reconhece que as dificuldades não são poucas, principalmente no que se refere ao aspecto político:

[...] no caso dos países em desenvolvimento e dependentes, a definição de uma estratégia nacional de desenvolvimento é muito mais difícil porque, na competição global, os países ricos estão ativamente dando conselhos e fazendo pressões que implicam o que Friedrich List, no século XIX, e Ha-Joon Chang, recentemente, identificaram como o processo de “chutar a escada”.¹³

¹¹ BRESSER-PEREIRA, L. C.; DINIZ, E. “Depois do consenso neoliberal, o retorno dos empresários industriais?”, p. 15.

¹² Id., p. 18.

¹³ BRESSER-PEREIRA, L. C. “Acordo nacional no início do século XXI”. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. (org.). *Economia brasileira na encruzilhada*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 285.

Ou seja, o processo no qual os países ricos, que estão no topo da escada, recomendam modalidades de política econômica aos países em desenvolvimento, que apenas os beneficiam, de modo que, quando os países em desenvolvimento aceitam tais recomendações, estão na verdade chutando a escada.

Segundo Bresser-Pereira, o Brasil precisa reconstruir um acordo nacional em torno de uma nova estratégia de desenvolvimento. No acordo, devem participar os empresários industriais, colocados em segundo plano no governo Lula; os trabalhadores, em crise pela onda de desemprego das últimas décadas; as classes médias e a burocracia do Estado. Finalmente, tal acordo precisa enfrentar seus adversários, ou seja, “os cosmopolitas internos que negam a necessidade de um acordo nacional e da estratégia nacional de desenvolvimento cuja formulação ele permitirá. Negam ideologicamente essa necessidade os neoliberais, que declaram desnecessária qualquer estratégia de desenvolvimento: bastaria deixar o mercado funcionar”.¹⁴

25.3 A teoria da inflação inercial de Mário Henrique Simonsen

Mário Henrique Simonsen (1935-1997) estudou Engenharia e, mais tarde, foi professor no Instituto de Matemática Pura e Aplicada e na Escola Nacional de Engenharia. Foi também professor da Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas. Na esfera privada, fundou o Banco Bozzano-Simonsen. Atuou intensamente no âmbito governamental. Foi ministro da Fazenda no governo Geisel (1974-1979). Em 1979, tornou-se ministro do Planejamento do governo Figueiredo.

Simonsen destacou-se por sua análise da economia brasileira. Baseado no pressuposto de que “a teoria econômica moderna soube sintetizar as duas correntes, situando o pensamento clássico como a condicionante de estrutura e o keynesianismo como de conjuntura”¹⁵, desenvolveu um conjunto de artigos e ensaios sobre os rumos da estrutura econômica brasileira (o modelo de desenvolvimento) e também da conjuntura, com destaque para o problema inflacionário.

Analisando a “nova economia brasileira” que emergia após a mudança de orientação iniciada no pós-1964, Simonsen afirmou:

¹⁴ BRESSER-PEREIRA, L. C. “Acordo nacional no início do século XXI”, p. 290.

¹⁵ SIMONSEN, Mário H.; CAMPOS, Roberto O. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/José Olympio, 1975, p. 11.

[...] um país em desenvolvimento, como o Brasil, é naturalmente receptor de capitais e, como tal, deve apresentar um déficit no balanço de pagamentos em conta corrente. Isso implica um endividamento externo crescente ao longo do tempo e, como consequência, encargos cada vez maiores de remessas de juros e lucros. Se as exportações não crescerem adequadamente, esses encargos, ao cabo de certo tempo, passarão a absorver uma parcela insuportável da receita cambial. [...] Em resumo, a expansão das exportações é indispensável para que o endividamento do país não se transforme em processo de bola de neve.¹⁶

Após analisar o chamado **novo modelo de desenvolvimento**, concluiu:

[...] uma série de associações vem se estabelecendo nos últimos anos entre empresas estrangeiras, estatais e grupos privados brasileiros para a ampliação da petroquímica, da siderurgia, da mineração etc. Essas associações são um bom atestado do clima de cooperação existente entre o setor privado, o público e o externo.¹⁷

Ainda nos anos 1970, Simonsen escreveu um instigante trabalho sobre o processo de inflação inercial.¹⁸ Segundo ele, “denomina-se indexação o reajuste automático de prestações contratuais de acordo com algum índice de preço”.¹⁹ Posteriormente, trabalhou-se com a hipótese de que tais reajustes automáticos poderiam se transformar em “memória” inflacionária.

Simonsen foi um inercialista pioneiro na medida em que a questão da indexação, como elemento fundamental alimentador do processo inflacionário, somente seria transformada em objeto de estudos e debates nos anos 1980, com destaque para a produção teórica de Pêrsio Arida e André Lara Resende, da PUC-RJ, que contavam com os professores Edmar Bacha e Francisco Lopes na mesma escola. Os debates e a produção acerca da inércia inflacionária também se desenvolveram em outras instituições de ensino e pesquisa, como com a equipe do professor Luís Carlos Bresser-Pereira, na FGV-SP, e do professor Adroaldo Moura e Silva, na USP, perfazendo um grande conjunto de economistas brasileiros a discutir os determinantes estruturais da inflação. O resultado dos debates foi a criação de uma massa crítica original no pensamento econômico brasileiro e, como derivação, um conjunto de propostas de combate à inflação, que redundaram nos planos de estabilização dos preços desde o Plano Cruzado até o Plano Real.

¹⁶ SIMONSEN, Mário H.; CAMPOS, Roberto O., *op. cit.*, p. 17-18.

¹⁷ *Id.*, p. 22.

¹⁸ SIMONSEN, Mário H. *Inflação*. Rio de Janeiro: Apec, 1970.

¹⁹ SIMONSEN, Mário H.; CYSNE, Rubens P. *Macroeconomia*. São Paulo/Rio de Janeiro: Atlas/FGV, 1995, p. 304.

25.4 A inércia inflacionária e a reforma monetária de Pérsio Arida e Lara Resende

Pérsio Arida nasceu em 1952 na cidade de São Paulo. Estudou Ciências Econômicas na Faculdade de Economia da USP. Obteve seu Ph.D. em Economia pelo MIT. Dedicou-se à docência na USP, de 1979 a 1981, e no Departamento de Economia da PUC do Rio de Janeiro, de 1980 a 1984. Trabalhou como pesquisador do Woodrow Wilson Center em Washington, em 1984 e 1985. Foi presidente do BNDES, em 1993 e 1994, e presidente do Banco Central do Brasil, em 1995.

Pérsio Arida é um dos mais proeminentes representantes da chamada “escola da PUC-RJ”. Notabilizou-se teoricamente por sua participação no debate internacional acerca das causas da inflação brasileira, com a apresentação de vários artigos, sendo alguns em co-autoria com André Lara Resende, da mesma escola, o que valeu o lançamento no debate econômico do termo “Larida” para a proposta de combate à inflação inercial apresentada. O texto inicialmente publicado nos Estados Unidos, em coletânea organizada por John Williamson, foi posteriormente publicado no Brasil em livro organizado por Arida com o título *Inflação zero*.

André Lara Resende nasceu em 1951 no Rio de Janeiro. Formou-se em Economia na PUC-RJ, onde também trabalhou como professor. Obteve o Ph.D. nos Estados Unidos, no MIT. Foi diretor da dívida pública do Banco Central, em 1985. Assumiu a presidência do BNDES durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

A seguir, faremos uma breve apresentação e apreciação da reforma monetária denominada “Larida”, segundo a qual “a inflação torna-se inercial quando os contratos têm cláusulas de indexação que restabelecem seu valor real após intervalos fixos de tempo”.²⁰ Os contratos buscaram a indexação no afã de obterem a manutenção do valor real constante. Entretanto, segundo Arida, os contratos de indexação, que reajustam o valor nominal em 100% da inflação, não garantem tal meta, simplesmente porque o valor real depende da taxa de inflação vigente e, quanto mais curto for o período entre os reajustes, mais elevado será o valor real do contrato.

Numa economia indexada, como era a economia brasileira nos anos 1980, a taxa de câmbio nominal era revista de acordo com um regime de

²⁰ ARIDA, Pérsio. *Inflação zero*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 17.

minidesvalorizações semanais. Assim, a taxa de câmbio possuía um reajuste que coincidia no final do mês com a variação da ORTN. Desse modo, todos os preços estavam alinhados à taxa de câmbio vigente.

O objetivo da reforma monetária “Larida” era debelar a memória inflacionária, ou seja, eliminar o componente inercial existente no processo inflacionário. “Em síntese, nossa proposta inclui o encolhimento da memória do sistema e a emissão de moeda indexada.”²¹

A reforma monetária proposta consistiu essencialmente nos seguintes pontos:

1. Introdução de moeda indexada (NC – Novo Cruzeiro).
2. O NC teria paridade com a ORTN.
3. A apreciação da ORTN continuaria determinada pela variação do Índice Geral de Preços (IGP) calculado em cruzeiros.
4. No período de transição, a taxa de câmbio em cruzeiros acompanharia o sistema de minidesvalorizações.
5. A taxa de câmbio em NC manter-se-á constante à taxa real de câmbio prevalecente antes da reforma.
6. O NC é conversível em cruzeiros à taxa vigente/dia.
7. Os depósitos à vista nos bancos seriam convertidos em NC.
8. Todas as transações bancárias seriam cotadas em NC.
9. Todos os contratos em ORTN poderiam ser transformados em NC.
10. Os preços administrados, sob controle do governo, seriam convertidos com base na média ou preço real médio em ORTN prevalecente no período de indexação.
11. A inflação em NC no período de transição é nula.
12. A transformação dos salários, aluguéis e demais contratos indexados em NC conforme item 10.
13. ONC teria paridade com a ORTN e o dólar.

Seria preciso um período de transição para a nova moeda que não deveria ultrapassar dois meses. A economia que emerge é não-indexada, sendo o nível de preços em NC constante por definição. O comportamento de NC dependeria do componente não-inercial existente na inflação antes da reforma. É

²¹ ARIDA, Pérsio, *op. cit.*, p. 22.

preciso ter em mente que a reforma não alteraria o componente não-inercial, ou seja, tocaria nos chamados fundamentos da economia. Atuaria tão-somente no componente inercial e, portanto, não constituiria panacéia.

Segundo seus formuladores, a reforma não poderia prescindir de uma base ou âncora. A âncora recomendada seria a taxa de juros externa, principalmente por se tratar de um país com dívida externa expressiva. Arida e Resende concluem que a mudança para a moeda indexada equivaleria à indexação quase completa e instantânea da economia. A queda dos juros é uma pré-condição para a elevação do investimento privado e a reforma monetária eleva a expansão da liquidez e viabiliza a queda dos juros.

Após várias experiências frustradas de combate à inflação inercial, cuja principal delas foi o Plano Cruzado, Arida e Resende afirmaram que a reforma monetária proposta é superior aos esquemas heterodoxos que agregam na fórmula um congelamento de preços. Com exceção de alguns aspectos, como a âncora cambial, o sucesso do Plano Real dependeu muito dos debates e da formulação da proposta de reforma monetária em pauta. É preciso frisar que o sucesso do Plano Real se deu no relativo, mas expressivo, controle da inflação inercial.

Entretanto, como efeito não previsto, criamos uma armadilha, denominada armadilha câmbio-juros, ou seja, ao mantermos a âncora cambial e, mais tarde, a defesa da estabilidade monetária como premissa central da política econômica, o Brasil se viu diante de processos de vulnerabilidade externa e de uma realidade de taxas de crescimento medíocres em relação ao cenário internacional. Nesse contexto, Pêrsio Arida lançou um desafio aos economistas: como viabilizar a estabilidade monetária concomitante ao crescimento da economia?

Questões

1. O que é o oligopsônio e qual é seu papel na estrutura da economia brasileira?
2. Explique como Bresser-Pereira conceitua a nova classe tecnoburocrática.
3. Como Bresser-Pereira define o “novo-desenvolvimentismo” e quais as premissas para a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro?
4. O que é indexação?
5. Apresente sumariamente a reforma monetária “Larida” para o combate da inflação inercial.

Referências

ARIDA, Pêrsio (org.). *Inflação zero: Brasil, Argentina, Israel*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. “Economic stabilization in Brazil”. *Working Paper*, n. 149. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars.

_____; BACHA, Edmar; RESENDE, André Lara. “High interest rates in Brazil”. Rio de Janeiro: NuPE/CdG, *Texto para discussão*, n. 2, 2003.

_____. “Neutralizar a inflação: uma idéia promissora”. In: *Economia em Perspectiva*, set. 1984.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1988.

BIER, Amaury G.; PAULANI, Leda; MESSENBURG, R. *O heterodoxo e o pós-moderno: o cruzado em conflito*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e crise no Brasil (1930-1967)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

_____. *Empresários e administradores no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974.

_____. *A sociedade estatal e a tecnoburocracia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Lucro, acumulação e crise*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-2003*. 5. ed. São Paulo: 34, 2003.

_____ (org.). *Economia brasileira na encruzilhada*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____; DINIZ, E. “Depois do consenso neoliberal, o retorno dos empresários industriais?” Disponível em: <www.bresser-pereira.org.br/papers/2007>. Acesso em: 30/1/2008.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

LARA RESENDE, André. “A moeda indexada: nem mágica, nem panacéia”. *Texto para discussão*, n. 81, Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, dez. 1984.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. São Paulo/Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984.

RANGEL, Ignácio. *Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro*. Salvador: UFBA, 1957.

_____. *Desenvolvimento e projeto*. Belo Horizonte: FCE-UFMG, 1957.

_____. *A questão agrária brasileira*. Recife: Condepe, 1957.

_____. *Recursos ociosos na economia nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

_____. *A inflação brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.

_____. “Breves notas com vista a um plano de desenvolvimento econômico para a Bahia”. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico*, n. 3, Salvador, 2000.

SIMONSEN, Mário Henrique. “Indexation: current theory and the Brazilian experience”. In: DORNIBUSCH, Rudiger; SIMONSEN, Mário H. (eds.). *Inflation, debt and indexation*. Cambridge: Massachusetts, MIT Press.

- _____. *Inflação: gradualismo versus tratamento de choque*. Rio de Janeiro: Apec, 1970.
- _____. *Comments on equilibrium wage indexation*. Nova York: National Bureau of Economic Research, 1982.
- _____. “A inflação brasileira: lições e perspectivas”. In: *Revista de Economia Política*, v. 5, n. 4, out-dez, p. 15-30, 1985.
- _____. “Um paradoxo em expectativas racionais”. In: *Revista Brasileira de Economia*, jan-mar. 1986.
- _____. “Keynes versus expectativas racionais”. In: *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*, ago. 1986.
- _____. “Rational expectations, game theory and inflationary inertia”. In: ANDERSON, Phillip W.; ARROW, Kenneth J.; PINES, David. *Economy as an evolving complex system*. Addison-Wesley, 1988.
- _____; D ORNBUSCH. *Inflation stabilization with income policies support*. Grupo dos 30, 1986.
- _____; CYSNE, Rubens P. *Macroeconomia*. 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Atlas/FGV, 1995.
- _____; CAMPOS, Roberto O. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/José Olympio, 1975.

Sites

- <http://www.bresserpereira.org.br>
- <http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A022.pdf>
- <http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/A34.pdf>
- http://www.cpdoc.fgv.br/nav_gv/htm/3E_ele_voltou/Em_busca_de_uma_base_politica.asp